

**MANUEL  
TEIXEIRA GOMES**

**OFÍCIO DE VIVER**

COORDENAÇÃO  
M.<sup>A</sup> DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA



*M. bisulciformis*

*M. bisuliformis*







MANUEL TEIXEIRA GOMES  
OFÍCIO DE VIVER



coordenação de  
Maria da Graça A. Mateus Ventura

**MANOEL  
TELXEIRA GOMES**  
**OFÍCIO DE VIVER**

**L I S B O A :**  
TINTA-DA-CHINA  
M M X

ESTA EDIÇÃO  
CONTOU COM O APOIO DE:



COMEMORAÇÕES NACIONAIS  
150 ANOS

Manuel Teixeira Gomes

© 2010, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica  
icia.geral@gmail.com  
www.icia.portimao.pt

© 2010, Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua João de Freitas Branco, 35A  
1500-627 Lisboa  
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30  
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Manuel Teixeira Gomes. Ofício de Viver*  
Coordenação: Maria da Graça A. Mateus Ventura  
Autores: Ana Cristina Oliveira, Djamil Aïssani, Jorge Afonso,  
José Pacheco, Maria da Graça A. Mateus Ventura,  
Mário Machado Fraião, Paulo Girão

Revisão: Tinta-da-china  
Capa e composição: Vera Tavares  
Imagem da capa: Biblioteca Nacional

1.ª edição: Maio de 2010  
ISBN 978-989-671-039-2  
Depósito Legal n.º 311086/10

# Índice

9	Prefácio
11	Introdução
17	PARTE I: TUDO LARGUEI E FUI SERVIR A REPÚBLICA
19	1. A acção diplomática em Londres e a afirmação da República no contexto da Primeira Grande Guerra <i>Paulo Girão</i>
63	2. Uma presidência na agonia da República <i>Mário Machado Fraião</i>
103	PARTE II: A MIRAGEM DO ANONIMATO SORRIA-ME E ATRAÍA-ME
105	1. O deslumbramento do Sul e o prazer da viagem <i>Maria da Graça A. Mateus Ventura</i>
185	2. Foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama: uma perspectiva portuguesa da realidade magrebina <i>Jorge Afonso</i>
231	3. Encontrei na África francesa mais desenvolvimento do que supunha: aspectos da vida cultural na Argélia nos anos 30 <i>Djamil Aïssani</i>
249	PARTE III: E AS EVOCAÇÕES DA SENSUALIDADE E DO AMOR?
251	1. Jogos de sedução <i>Ana Cristina Oliveira</i>
281	2. Um retrato <i>José Pacheco</i>
319	Índice Onomástico
333	<i>Os Autores</i>



## *Prefácio*

**M**anuel Teixeira Gomes, nascido em Portimão há precisamente 150 anos, é uma epifania na nossa memória colectiva. Cidadão ética e politicamente empenhado, humanista esclarecido, amava a escrita indolente e refinada a partir da observação, das referências culturais e, sobretudo, de uma insinuante sensualidade. E a sua escrita vagarosa mais não era do que o prolongamento da viagem. Por isso, viajava devagar, ora como homem de negócios, «na região compreendida pelo Norte da França, a Bélgica e a Holanda, onde vendia os produtos do Algarve», ora como viajante libertino, recortando com o olhar a costa mediterrânica, adentrando-se depois na terra, escapando às multidões, entrando num museu esquecido, descobrindo o mundo inteiro num quadro, numa igreja arruinada.

Uma vida sem fronteiras que o levaria a um exílio voluntário, solitário, numa terra estrangeira, como uma gaivota atraída pelo brilho das paisagens do Sul, sem nada querer possuir no ocaso da sua vida a não ser um pequeno quarto num hotel em Béjaia, Argélia, onde viveria a experiência mais luminosa da sua vida — a experiência da escrita, que foi a sua ocupação exclusiva nos dez derradeiros anos da sua vida.

Ora, o que este livro escrito a várias vozes — e, doravante, imprescindível para melhor conhecer a experiência do «mundo da vida» de Manuel Teixeira Gomes, cujo principal traço consiste na sua duplicação pessoal — nos propõe é uma estimulante viagem de regresso de Béjaia a Portimão de um homem singular, constituindo uma apaixonada e consistente homenagem de um conjunto de investigadores acolhidos numa instituição local, o Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, ao escritor que foi presidente da República, embaixador, viajante e cosmopolita como poucos.

É, portanto, com especial regozijo que, no âmbito das comemorações nacionais do 150.º aniversário do nascimento de Manuel Teixeira Gomes, a Câmara Municipal de Portimão, na sequência do impulso que, em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, tem vindo a dar à reedição das Obras Completas de Manuel Teixeira Gomes, se associa, através do seu patrocínio ao ICIA e à editora tinta-da-china, à publicação desta obra colectiva.

MANUEL ANTÓNIO DA LUZ  
Presidente da Câmara Municipal de Portimão



## Introdução

**A**busos de memória e excessos de esquecimento estão normalmente associados aos eventos comemorativos que, deliberada ou inadvertidamente, condicionam a leitura dos factos. Factos intrínsecos à intimidade dos actores ou factos públicos controversos. A ideia de uma «política da justa memória» (Ricoeur, *Mémoire, Histoire et Oublie*, 2000) presidiu à concepção de um projecto colectivo que possibilitará uma leitura polissémica da mundivivência, ou «mundo da vida» (Blumenberg, *Wirklichkeiten in denen wir leben*, 1981), de Manuel Teixeira Gomes. Não nos limitamos ao mundo evidente, interessa-nos também a probabilidade do improvável, o que implica um discurso que territorializa o universo sensorial emergente da escrita rememorativa de Teixeira Gomes e que se inscreve em contextos geoculturais cujo referencial primordial é o Mediterrâneo.

As três partes que constituem este livro resultam de um percurso orientado para uma abordagem da memória segundo três perspectivas: a visibilidade assumida como renúncia do privado a favor da causa pública («Tudo larguei e fui servir a República»); a memória de si, resultante da opção pela vivência da intimidade, moldada num espaço configurado pelo binómio norte-sul («A miragem do anonimato sorria-me e atraía-me»); e, finalmente, o recorrente regresso às deambulações estéticas e aos jogos de sedução («E as evocações da sensualidade e do amor?»). Mundo de mundos, decomposto e recomposto, que se apresenta como mosaico dinâmico disponível para novas configurações.

Três partes, sete capítulos e outros tantos autores: Paulo Girão, Mário Machado Fraião, Maria da Graça Ventura, Jorge Afonso, Djamil Aïssani, Ana Cristina Oliveira e José Pacheco. Partimos do visível para o invisível, do público para o privado, tecendo as nossas aproximações ao mundo da vida de Manuel Teixeira Gomes com as suas próprias palavras, guiados pela nossa sensibilidade, pela nossa intuição para identificar a semântica dos indícios e pela incontornável hermenêutica das fontes históricas.

Manuel Teixeira Gomes foi um esteta. Fruía a vida sem constrangimentos. Amava intensamente o belo, a natureza inspiradora da arte, a Primavera florida, o mar azul, as mulheres e a vida. Passou grande parte da sua vida em viagem, sozinho, deslumbrando-se com paisagens, visitando museus e catedrais com a lentidão que

lhe permitia demorar-se em êxtase perante uma escultura grega, uma pintura flamenga, o pôr do Sol ou o luar.

Nascido em Portimão, há 150 anos, numa casa com janela para o rio Arade, cedo apreendeu a beleza do azul do mar do Algarve. O movimento dos veleiros e dos vapores que demandavam o porto era um permanente desafio à viagem que o levaria a percorrer o Mediterrâneo, de Marrocos à Turquia.

Descendente de homens familiarizados com os países do Norte — Bélgica, Holanda, Inglaterra e também a França —, foi criado num ambiente cultural cosmopolita. A cultura francesa chegava regularmente a sua casa, integrando aquilo a que José Pacheco, ao traçar-lhe um retrato que encerra este livro, designou de «Biblioteca possível» ou «Biblioteca indispensável», espécie de genealogia espiritual que moldou o seu gosto.

A atmosfera muçulmana, que o envolvia no Algarve e na Andaluzia, seduziu-o e fê-lo viajante nómada em terras da moirama — o espaço magrebino bem conhecido dos portugueses e marcado por uma relação colonial com a França.

A educação em casa dos pais completou-a num colégio particular em Portimão, frequentado pelas elites locais, e no Seminário de Coimbra. A cultura clássica, a filosofia, a literatura e a arte moldaram-lhe uma sensibilidade rara para a estética e para a interiorização do mundo, cuja legibilidade o tornou um homem singular. Não concluiu os estudos em Medicina, contrariando a vontade dos pais, preferindo a boémia literária nos cafés e círculos culturais de Lisboa e do Porto. Relacionou-se com escritores, jornalistas, pintores e futuros políticos republicanos.

José Libânio Gomes, seu pai, era um abastado comerciante com recursos bastantes para garantir uma boa formação aos seus quatro filhos. O espírito rebelde do filho mais velho e a recusa do academismo obrigou-o a intervir no seu futuro, exigindo o regresso a casa. Com pouco mais de 20 anos, desolado, desterrado no «buraco do mundo», o jovem Manuel Teixeira Gomes procurou lenitivo para o seu isolamento na contemplação das paisagens, na leitura, na escrita e na viagem. Viagens de negócios para os países frios e sombrios do Norte, viagens de ócio para o Sul luminoso — Andaluzia, Catalunha, Norte de África, Itália, Grécia, Ásia Menor. Segundo Pedrag Matvejevitch (*Breviário Mediterrânico*, 2009), os antigos consideravam a oliveira como símbolo e marca territorial do Mediterrâneo; para Teixeira Gomes, um homem do Sul, foi a figueira que o levou ao Norte. Se atentarmos na cultura do figo, tal como o azeite uma cultura mediterrânica por excelência, verificaremos que as «moças dos fumeiros» de Portimão apenas se distinguiam das turcas e das magrebins pelo traje, pois em todo o Mediterrâneo eram as mulheres, vigiadas pelos homens, que protagonizavam o processo de preparação desse produto tão apreciado pelos povos do Norte.

Teixeira Gomes iniciou-se no amor num fumeiro de Ferragudo, mas foi Belmira das Neves, uma filha de pescadores, que escolheu como companheira. Não

ficaram por aqui os seus amores — sedutor nato, triunfava quase sempre, em efémeros e vibrantes jogos de sedução.

Conciliava a sua vida de «lavrador abastado» com a escrita. Foi um período frutuoso, sob o ponto de vista literário, pois publicou cinco livros até ao advento da República: *Inventário de Junho* (1899), *Cartas sem Moral Nenbuma* (1903), *Agosto Azul* (1904), *Sabina Freire* (1905) e *Gente Singular* (1909), além de artigos em jornais e revistas.

Em 1910, muitos dos seus amigos, companheiros do Seminário ou da boémia lisboeta e portuense, envolveram-se na revolução republicana. Ele estava em Portimão e logo foi chamado para servir a República. Ministro plenipotenciário em Londres, por nomeação de Bernardino Machado em 1911, teve uma acção decisiva no reconhecimento do novo regime republicano pela monarquia britânica e na participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, ao abrigo da aliança luso-britânica. Chefiou a delegação portuguesa à Sociedade das Nações (1922), que o elegeu vice-presidente. Em 5 de Outubro de 1923 tomou posse como sétimo presidente da República Portuguesa, cargo que desempenhou até 11 de Dezembro de 1925. Renunciou ao cargo que desempenhara com ética e fidelidade às instituições democráticas, incapaz de resolver as gravíssimas dissensões políticas que minavam a vida parlamentar e impediam a governabilidade do país.

Partiu para descansar, em 17 de Dezembro de 1925, sem que deliberadamente renunciasse em definitivo ao seu país. Viajante nómada, recuperou a liberdade que perdera nos últimos 15 anos ao serviço da República. Revisitou todos os lugares que conhecera até 1910. A sua terra de eleição era Florença, mas a ditadura fascista do «façanhudo» Mussolini criara um ambiente hostil à pura e descontraída fruição da arte. Optou por ficar no Magrebe, repartindo-se entre a Argélia e a Tunísia, a partir de onde facilmente ia a Paris, cidade emblemática da cultura que o moldara. Como Nietzsche, «professava» uma espécie de «fé no Sul», preferindo a margem magrebina à europeia.

Era doente do coração, fruto da escarlatina que tivera na infância, e sofria de um glaucoma congénito que lhe provocava cegueira progressiva. Adoeceu em Bougie, cidade da costa argelina que lhe lembrava Sintra, pelo recorte das montanhas da Cabília, e Portimão, pelo mar fronteiro. Em 5 de Setembro de 1931, instalou-se no hotel l'Étoile e o quarto n.º 13 foi a sua casa durante uma década. Morreu, acarinhado pelo casal Berg, em 18 de Outubro de 1941, sem nunca mais ter visto a família.

A escrita era o elo de ligação com o seu país. Dominado pela «febre epistolar», escreveu milhares de cartas, correspondendo-se regularmente com mais de setenta pessoas, quase todas ligadas ao mundo das artes e das letras. Do exílio, geriu a reedição das suas primeiras obras e a edição de seis novos livros: *Cartas a Columba-no* (1932), *Novelas Eróticas* (1935), *Regressos* (1935), *Miscelânea* (1937), *Maria Adelaide* (1938) e *Carnaval Literário* (1939). *Londres Maravilhosa* seria publicada em 1942, um

ano após a sua morte, graças ao seu amigo Castelo Branco Chaves, que preparou também a edição de uma selecção de *Cartas a Políticos e Diplomatas* (1960).

No exílio, dois anos antes da sua morte, recebeu efusivamente a visita de um compatriota que nos deixou um importante testemunho do velho Teixeira Gomes, saudoso da sua terra e sobretudo da sonoridade da língua portuguesa. Foi Norberto Lopes, jornalista do *Diário de Notícias*, o último português a visitá-lo e que registou as suas derradeiras memórias em *O Exilado de Bougie* (1942).

A cultura portuguesa deve ao mais singular dos viajantes portugueses do final do século XIX e primeira metade do XX o reconhecimento da coerência ética, enquanto político, e do legado literário, enquanto escritor. «Excepcionalmente precoce na visão do amor e da política», Manuel Teixeira Gomes preservou sempre a independência das suas convicções e da sua acção cívica. Optou por viver no mundo árabe os últimos dez anos da sua vida, numa atmosfera que lhe era familiar desde a infância no Algarve. Ateu impenitente, deslumbrava-se com a arte religiosa, quer fosse islâmica, quer fosse cristã. Era a arte acima de todas as divergências e conflitos que lhe importava. O seu culto pagão à natureza e à beleza não era compatível com o ruído causado pela discórdia. A sua sensualidade não distinguia raças nem culturas. A beleza do corpo era imune à pobreza, à riqueza, à raça. Conheceu povos muito diferentes, aprendera a reconhecer-lhes a idiossincrasia. A diversidade cultural encantava-o e pela vertigem cosmopolita da sua vida e da sua obra perpassa uma mensagem de diálogo intercultural que o Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, associação cultural sediada na sua terra natal, adopta justamente como tributo à sua memória.

MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA  
Portimão, 5 de Abril de 2010



*W. Livingston*



PARTE I

*Tudo Larguei e Fui Servir a República*



I  
*A acção diplomática em Londres  
e a afirmação da República no contexto  
da Primeira Grande Guerra*

PAULO GIRÃO

**N**o final de Junho de 1917, Manuel Teixeira Gomes, o representante da Primeira República Portuguesa em Londres, deixava por escrito a João Chagas o seguinte desabafo: «Sabe a persistência com que vai para sete anos me abandonaram aqui, aos meus recursos pessoais, carregando-me de trabalho e responsabilidades na esperança de me verem estoirar.» (*Correspondência* II 81). Este sentimento de abandono e de incompreensão por parte das autoridades políticas portuguesas, perante as exigentes e delicadas tarefas diplomáticas que Teixeira Gomes teve de gerir desde que chegou a Londres, foi evidenciado com muita regularidade na sua correspondência enviada a políticos e diplomatas ao longo da sua estada na capital inglesa<sup>1</sup>. Nessa altura, após ter lidado durante anos com várias questões complexas e difíceis nas relações anglo-portuguesas, o seu estado de saturação atingia pontos extremos: «Pois julgo que chegou a vez e o estoíro final não demorará muito» (idem).

A manutenção das tradicionais relações de amizade com a Inglaterra monárquica era condição essencial para o sucesso do futuro imediato da jovem República Portuguesa saída de uma revolução que era vista com alguma desconfiança pelos círculos políticos londrinos e por alguns sectores da opinião pública inglesa<sup>2</sup>. Aliás, a aceitação do novo regime português pelo governo inglês era a chave para um reconhecimento internacional mais amplo (Ramos, *História de Portugal* 495). No princípio do século xx, apenas a França e a Suíça se regulavam por sistemas políticos republicanos (Medina 119).

É importante salientar o peso económico e político que a Inglaterra tinha a nível internacional para se perceber a importância da estratégia de aproximação por parte do Governo Provisório<sup>3</sup>. Com efeito, a Inglaterra era o grande centro comercial e financeiro do mundo nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, apesar de a sua capacidade industrial ter sido ultrapassada, nalgumas áreas, por outras potências como a Alemanha e os Estados Unidos da América<sup>4</sup>. A frota mercante e a Marinha de Guerra britânicas continuavam a dominar os mares e oceanos, impondo o respeito a outras potências (Joll 37). Em termos territoriais, o império inglês estava presente em inúmeros territórios, alguns deles com vastas áreas geográficas, como o Canadá ou a Austrália (130). A Índia, a jóia da coroa britânica, era o reflexo do prestígio internacional inglês na época, ofuscando as ambições coloniais de outros países<sup>5</sup>.

Os ingleses recebiam produtos alimentares e matérias-primas em grandes quantidades das suas colónias, investindo capitais nestas e noutros países, sobretudo no continente americano<sup>6</sup>. O avanço europeu em termos de difusão de novos meios de comunicação pelos vários continentes na transição para o século xx — o telégrafo, o telefone, a telefonia sem fios — deveu-se, em grande parte, a investimentos ingleses<sup>7</sup>. A City de Londres continuava a marcar a sua influência no mundo dos grandes negócios mundiais, fazendo da libra esterlina a moeda de referência nas trocas internacionais (Dreyfus 212). Em 1904, a oferta por parte do governo britânico de um automóvel ao emir do Afeganistão simbolizava não só a supremacia do homem branco, mas sobretudo o sentimento de superioridade que os ingleses queriam impor a todos os povos (Joll 217).

O prestígio internacional da Inglaterra fazia-se sentir no precário equilíbrio entre os países europeus na época que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Alguns potenciais conflitos foram evitados através de mediação britânica ou simplesmente por receio de prejudicar os interesses britânicos. As crises marroquinas de 1905-06 e de 1911 foram um bom exemplo dessa situação<sup>8</sup>. A atitude hostil de alguns sectores políticos em Espanha para com o novo regime português motivou alguma preocupação na opinião pública portuguesa, receosa de uma qualquer interferência espanhola nos destinos políticos de Portugal, sabendo-se que existia enraizada, nalguns sectores políticos, militares e intelectuais do país vizinho, uma «nostalgia latente da homogeneização peninsular» (Gómez 116). Mas também a Espanha procurava não hostilizar os interesses britânicos, sendo certo que a política externa espanhola andava a reboque das decisões da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, o Foreign Office (27).

É neste contexto que as movimentações diplomáticas da jovem República Portuguesa se concentravam em Inglaterra, considerada o eixo vital da política externa portuguesa (Serra 22). Antes da revolta do 5 de Outubro de 1910, já o Partido Republicano Português tinha decidido, no Congresso do Porto, realizado no final de Abril desse ano, enviar uma missão diplomática a Londres e a Paris (15). No mês de Julho, José Relvas, acompanhado por Magalhães Lima, falou com o subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros britânico, Mac Kinwood, tendo sido abordadas algumas questões no âmbito dos interesses dos republicanos portugueses. Os pontos essenciais abordados relacionaram-se com a manutenção da aliança anglo-portuguesa, tendo ficado assente que o governo inglês não interferiria nos assuntos políticos portugueses<sup>9</sup>. Segundo Relvas, nesse encontro teria também ficado assegurada a garantia da segurança nacional face a uma hipotética invasão espanhola (*Memórias Políticas* I 222).

Em conversa com responsáveis por alguns dos jornais mais lidos em Inglaterra na altura — *Economist*, *Nation*, *Times* —, tentou-se veicular uma imagem favorável a um futuro governo republicano (217). Paralelamente, procurou-se uma abordagem com banqueiros ingleses, tendo sido feitos contactos com a casa Hambro (218).

Segundo palavras de Relvas, «ao terminar a missão em Londres pudemos afirmar ao Directório as seguranças dadas pelo governo inglês» (225). Apesar do aparente sucesso desta iniciativa diplomática, José Relvas e Magalhães Lima sentiram algum desconforto com algumas opiniões desfavoráveis sobre trabalho indígena na África Ocidental portuguesa, nomeadamente em S. Tomé, sob pretextos de carácter humanitário e civilizacional<sup>10</sup>.

Na realidade, a imprensa inglesa realçava sinais de agitação política em Portugal no mês de Agosto de 1910 (AMNE, *Legação*, cx. 62 mç. 1 1910). A legação portuguesa de Londres, dirigida pelo marquês de Soveral<sup>11</sup>, enviava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, notícias sobre previsíveis golpes de Estado de natureza diversa atribuídos a partidários de João Franco adeptos de uma ditadura militar e a simpatizantes da imposição de um regime republicano (idem). O *Times* noticiava, a 30 de Agosto, o apoio que os republicanos portugueses tinham obtido nas lojas maçónicas da Bélgica e de França (idem). A 1 de Setembro, o *Daily News* previa a eclosão de um regime republicano em Portugal após os bons resultados eleitorais do PRP<sup>12</sup> (idem). Em telegrama enviado pela legação portuguesa em Londres ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, datado de 5 de Setembro, salientava-se a confiança de Afonso Costa no apoio das forças armadas portuguesas aos ideais republicanos (idem). Após a revolução do 5 de Outubro, os telegramas da legação de Londres passaram a vir assinados pelo primeiro secretário de Soveral, Jerónimo da Câmara Manuel (idem). Entretanto, as principais legações portuguesas na Europa estavam a ser dirigidas por antigos funcionários. Londres, Paris e Madrid estiveram sem representantes diplomáticos até Abril e Maio de 1911 (Relvas, *Memórias Políticas* I 164).

A escolha do primeiro representante diplomático em Londres após a implantação da República Portuguesa recaiu em Manuel Teixeira Gomes, proprietário algarvio, escritor consagrado, homem culto e viajado, no fundo, o protótipo do intelectual europeu da época<sup>13</sup>. Filho de uma família abastada, herdeiro de negócios no Algarve, financeiramente desafogado, Teixeira Gomes nunca investiu nos estudos, preferindo viver de forma despreocupada a sua vida boémia, repartida entre o Algarve, Lisboa e Porto, convivendo com vultos da cultura portuguesa da época, como João de Deus, Fialho de Almeida, Soares dos Reis ou António Nobre, e escrevendo livros (Lopes 54, 63). O resto do tempo era passado a tratar dos seus negócios, viajando com frequência para o Norte da Europa e a fazer turismo pelo Mediterrâneo (55).

Não era um político, mas tinha formação republicana. «O meu pai e o meu avô eram republicanos [...]. Eu também o era» (Marques 504). Estas afirmações do escritor, reproduzidas no periódico francês *Le Journal* em 1923, reflectiam a influência familiar no pensamento político do autor. «Aos quinze anos fazia propaganda republicana» (*Miscelânea* 99). Por ocasião do Ultimato britânico de 1890, Teixeira Gomes apareceu ligado à organização de comícios republicanos no Algarve (Ramos,

*Dicionário* 113). No Porto e em Lisboa relacionou-se com alguns intelectuais e escritores da altura, alguns com formação republicana, como Sampaio Bruno, Manuel de Arriaga, João de Deus ou Teófilo Braga (Lopes 54, 63). Ligado ao Partido Republicano Português desde 1906, Teixeira Gomes fez acção de propaganda no Algarve, estando ligado à organização de comícios, à inauguração de centros republicanos e à redacção de artigos na imprensa regional (Marques 505). No entanto, era um homem desligado das estruturas de poder do partido (Ramos, *Dicionário* 113). Não se envolvia em querelas partidárias, podendo ser considerado «um republicano convicto, aristocrata de ideias democráticas, criador de beleza a quem sorria o sonho de uma mais perfeita organização política e social que a República lhe deixou entrever» (Lopes 71). Nem tão-pouco era homem para organizar golpes ou revoluções. «Eu nunca conspirei. Dediquei-me à tarefa de propaganda, que parecia mais ajustada às minhas capacidades», dizia o escritor na aludida entrevista ao *Le Journal*, em 1923 (Marques 505). Não era um político, na moderna acepção da palavra. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, Bernardino Machado, a propósito da nomeação de Teixeira Gomes para ministro em Londres, descrevia-o «não como político, que nunca o foi», mas apenas como alguém com prestígio nos meios intelectuais republicanos (Machado 494).

Como se viu atrás, o posto diplomático de Londres era extremamente importante para a política externa portuguesa. A escolha do seu representante tornava-se assim objecto de uma cuidadosa reflexão por parte do Governo Provisório. O nome de Teixeira Gomes começou a circular nos meandros do novo regime: «Implantada a República, o seu nome surgiu logo como um dos indicados, pela sua lúcida inteligência, pelo seu carácter ímpoluto e pela sua vasta cultura [...] e pelos primores da sua educação» (Lopes 71). Nos círculos republicanos, o nome do candidato ao cargo de ministro plenipotenciário em Londres não oferecia grande polémica, apesar das reservas do ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado<sup>14</sup>. Villiers<sup>15</sup>, o representante diplomático inglês em Lisboa, teria mesmo aceiteado com entusiasmo a ideia de ver Teixeira Gomes representar Portugal em Londres (Medina 119).

A entrada de Teixeira Gomes para a vida diplomática esteve ligada à influência política de alguns vultos do republicanismo nacional, nomeadamente José Relvas, Brito Camacho e João Chagas. Homens de cultura refinada, intelectuais assumidos, «sentiam-se a aristocracia da República» (Ramos, *História de Portugal* 444). Teixeira Gomes relacionava-se com este círculo privilegiado, onde o dinheiro e o prestígio não eram motivações essenciais na vida política, mas sim o fazerem parte de uma elite que sonhava ver um país moderno e educado nos ideais republicanos (idem). Assumiam-se como uma espécie de reserva moral da República.

José Relvas, ministro das Finanças do Governo Provisório<sup>16</sup>, terá sugerido a Bernardino Machado que nomeasse para representante da República Portuguesa em Espanha Teixeira Gomes, «em quem reconhecia singulares condições para de-

sempenhar uma excelente missão nesse país. Preconizei mesmo essa nomeação de preferência àquela em que foi investido na legação de Londres» (*Memórias* I 166)<sup>17</sup>. Teixeira Gomes admirava as qualidades políticas e diplomáticas de José Relvas, tendo mais tarde ficado triste pela sua saída de Madrid, considerando ter sido uma medida prejudicial para o país (Gómez 26)<sup>18</sup>. Relvas, por outro lado, reconheceu a ajuda diplomática prestada por Teixeira Gomes aquando das incursões monárquicas vindas de Espanha, entre 1911 e 1912<sup>19</sup>, classificando a acção deste como animada «por um espírito de devoção cívica exemplar» (Relvas, *Memórias* II 71).

João Chagas, nomeado pelo Governo Provisório como ministro de Portugal em Paris para a legação de Paris em Janeiro de 1911 (Serra 23), afirmava ter sido ele a convencer Bernardino Machado das capacidades de Teixeira Gomes para diplomata: «Fui eu o primeiro homem que em Portugal lembrou este Teixeira Gomes para diplomata. Quando veio a República, era tão pequeno o número de pessoas de boas maneiras ao seu serviço, que eu lembrei-me dele» (Chagas, *Diário* s.p.). No entanto, Chagas nunca aceitou bem a nomeação de Teixeira Gomes para a legação de Londres, criticando Bernardino por esta escolha. Tal como Relvas, também Chagas pensava que Madrid seria o posto mais indicado para o escritor: «Londres reclamava um homem grave. O Teixeira Gomes é uma espécie de Oscar Wilde, com alguns vícios deste e sem o seu talento» (idem). As críticas sarcásticas feitas por Chagas à personalidade de Teixeira Gomes estenderam-se à análise da actuação diplomática deste nos anos seguintes<sup>20</sup>. Este, por vezes, não escondia alguma irritação na correspondência enviada para o seu colega diplomata. «Você calou-se, ou não tem nada que me dizer, ou não tem tido tempo para me escrever?», dizia em carta a Chagas datada de 11 de Junho de 1911 (*Correspondência* I 34). Poucos meses depois, em Novembro, numa outra carta escrevia Teixeira Gomes, com mágoa e tristeza, o seguinte: «Você nem me respondeu às duas tímidas alusões que lhe fiz ao direito que me assistia de receber o resto das minhas ajudas de custo. De resto, você não respondeu a coisa alguma que lhe perguntei e eu... perdoei-lhe» (*Correspondência* I 81).

Idêntica desilusão teve Teixeira Gomes com Brito Camacho. O escritor visitava com frequência a redacção da *Luta* nos últimos tempos da monarquia, fazendo amizade com o seu director, Manuel Brito Camacho (Medina 118). Teixeira Gomes colaborou no jornal com a redacção de alguns artigos (Valério 311). Teria sido Brito Camacho, ministro do Fomento do Governo Provisório<sup>21</sup>, a indicar o nome de Teixeira Gomes para a legação de Londres (Medina 118). A posição antiguerista de Camacho provocou alguns atritos com Teixeira Gomes, nomeadamente quando um artigo publicado na *Luta* no final de Dezembro de 1914 pôs em causa a política diplomática do ministro de Portugal em Londres<sup>22</sup>. A amizade entre os dois foi esmorecendo, não sendo certamente alheio o facto de Brito Camacho ter aderido à revolução sidonista no final de 1917 (Ramos, *História de Portugal* 616).

Teixeira Gomes parecia ter o perfil adequado para representar Portugal em Inglaterra: «A elegância física, intelectual e moral do novo ministro convertiam-no

na pessoa apropriada para defender os interesses de uma República de marcada aparência jacobina» (Gómez 25). Mas a aceitação do cargo não era uma decisão fácil de tomar. Teixeira Gomes hesitou (Marreiros 239): «Tinha 50 anos e nascera-me a filha mais nova poucos dias antes. Tudo larguei e fui servir a República no posto de ministro em Londres, para onde jamais me passara pela ideia que iria, e terminantemente recusei quando mo propuseram» (*Miscelânea* 105).

Com uma vida desafogada e no auge da sua criatividade literária<sup>23</sup>, a ida para Londres em missão diplomática num contexto internacional complicado não era propriamente uma tarefa à primeira vista atractiva para um estreante nestas andanças. «Mas o desejo de bem servir a República era intenso, como era ardente a fé nos seus destinos, e inabalável a certeza de que ela restituiria à Nação todo o esplendor passado. Com tais sentimentos movem-se montanhas...» (*Seara Nova*, n.º 237).

Por decreto de 23 de Março de 1911, Teixeira Gomes tomava posse como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha (AMNE, *Legação*, cx. 62, mç. 4 1911). A 3 de Abril de 1911, Manuel Teixeira Gomes partia de Lisboa para Londres<sup>24</sup>, chegando ao seu destino na tarde do dia 7 (Lopes 75)<sup>25</sup>. A 8 tomava posse na legação (AMNE, *Legação*, cx. 62, mç. 4 1911). No dia 10, o novo diplomata apresentava-se no Foreign Office (Lopes 75). Começava um novo ciclo na vida do escritor.

Os primeiros contactos com a legação tiveram um impacto negativo em Teixeira Gomes. Anos depois, o novo diplomata relatava a João de Barros<sup>26</sup> as primeiras impressões do seu novo posto de trabalho: «A organização da chancelaria era sumária e primitiva: nem processos organizados, nem índice de correspondência, nada. Tudo se encontrava na cabeça do primeiro secretário [...]» (77). O quadro completava-se com a difícil perspectiva de ter de lidar com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros. «Junte-se a isto o Bernardino Machado dirigindo o Ministério dos Estrangeiros, e ter-se-á um leve quadro dos meus apuros, no meu desempenho da mais espinhosa e vital missão diplomática da República» (*Miscelânea* 107).

Apesar de tudo, oficialmente, o novo representante diplomático português comunicava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros estar tudo em «aparente boa ordem»<sup>27</sup>. Dos tempos de Soveral, restava na legação a presença de um primeiro secretário, Jerónimo da Câmara Manuel e de um adido, Ferreira de Almeida Carvalho, que exercia as funções de segundo secretário (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2, 1911). Em carta enviada a João Chagas, datada de 20 de Abril de 1911, Teixeira Gomes dizia-se agradado com a colaboração dos seus funcionários: «o Câmara Manuel é um solteirão habituado à repartição e que dá muito boa conta do seu recado e o Ferreira de Almeida, talvez um pouco socanra, trabalha, no entanto, com muita consciência [...]» (*Correspondência* I 21). Em especial, Câmara Manuel é objecto de reconhecimento oficial por parte do novo ministro em Londres.

Relativamente ao adido comercial e cônsul-geral em Londres, Jaime Batalha Reis, a perspectiva era diferente. Teixeira Gomes tinha-o em pouca consideração, criticando o seu trabalho e a sua postura: «Ganha quinhentos mil réis anuais mas nunca fez coisa alguma [...]. O consulado é uma pocilga» (*Correspondência* I 26). O novo ministro em Londres criticava o adido por se encontrar sistematicamente ausente do seu posto de trabalho, deixando as suas funções serem exercidas «por um inglês qualquer, a quem dá dez libras por mês e faz todo o serviço» (36). A saída de Batalha Reis de Londres — onde terá exercido influências para legar ao cunhado um cargo na legação<sup>28</sup> e ao filho o posto de vice-cônsul em Southampton — para outras paragens diplomáticas<sup>29</sup> não foi muito sentida por Teixeira Gomes (44).

A legação deparava-se com problemas de vária ordem. Para além de aspectos variados de ordem logística, faltava pessoal e dinheiro. «É para notar que por lei esta legação devia ter dois secretários — além dos adidos [...]. E é quando a República procura tomar força que semelhante legação está tão bem provida de funcionários!», escrevia Teixeira Gomes em tom irónico a João Chagas (idem). «Acrece que não temos vintém para as mínimas despesas essenciais e para as mais simples gratificações ou presentes deve o ministro buscar recursos na sua própria receita» (20). Com efeito, as exigências do trabalho obrigaram o diplomata a contratar um funcionário remunerado a título particular: «Tenho também um rapaz — que eu pago da minha algibeira — inteligente e zelosíssimo, que presta muitos bons serviços, e todos nós trabalhamos na medida das nossas próprias forças» (idem). Para mais, Teixeira Gomes considerava que a legação não tinha sido devidamente contemplada em termos financeiros pela reorganização levada a cabo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em Junho de 1911: «Pela reforma, a legação de Londres fica mais mal cotada do que as do Rio, Paris, Berlim, S. Petersburgo e Madrid. Isto diz tudo» (35).

Para além da dificuldade em arranjar-se funcionários, a verdade é que o pessoal diplomático era mal remunerado. Em ofício enviado ao então ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, datado de 17 de Janeiro de 1916, Teixeira Gomes enviava um requerimento dos seus funcionários na altura<sup>30</sup>, pedindo um aumento de verbas para a remuneração do pessoal (AMNE, *Legação*, cx. 66, mc. 1 1916). Considerava o diplomata que a natureza do trabalho da legação e o esforço exigido mereciam outros salários, frisando ainda que a carreira diplomática tinha deixado de estar reservada às famílias aristocráticas que tradicionalmente tinham posses que lhes permitiam uma qualidade de vida que o novo pessoal diplomático não tinha hipóteses de usufruir.

Teixeira Gomes criticou o despesismo e os gastos sumptuosos da representação diplomática anterior, em especial os hábitos de vida de Batalha Reis e de Soveral. Quanto ao primeiro, era acusado de fazer uma vida desafogada sem controlar o orçamento calculado para as despesas correntes, «o que tem permitido ao Batalha viver livre como um pássaro, o pulso livre também, comendo e gozando à custa do

barba-longa [referia-se a Bernardino Machado] como autêntico e genuíno *vencido da vida*, que é» (*Correspondência* I 36-37).

Relativamente a Soveral, as críticas ainda eram mais contundentes. Em ofício enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a 12 de Junho, Teixeira Gomes mostrava-se escandalizado com os gastos excessivos no prédio da legação, nos tempos do ex-ministro monárquico (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Alugado a longo prazo, com uma renda cara para a altura — 300 libras, acrescidas de cerca de 200 libras para impostos, seguro, água, reparações e pagamento de pessoal —, parecia incrível ao novo representante diplomático os gastos sumptuosos de Soveral e o seu estilo de vida faustoso: «Uma casa com cinco pisos! Só o tapete para a escada! Foi vivendo nela que o Soveral gastou duas ou três pequenas fortunas que herdou, apesar de todos os governos lhe facilitarem tudo para a manter» (*Correspondência* I 35).

Apesar da desconfiança natural das instituições governamentais inglesas face ao novo representante do governo republicano português, Teixeira Gomes confessou ter sido bem recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico: «O acolhimento do Foreign Office foi perfeito» (*Seara Nova*, n.º 267). Os primeiros contactos com o subsecretário que tratava dos assuntos portugueses, Walter Langley (mais tarde substituído por Eyre Crowe)<sup>31</sup>, revelaram-se amistosos. Aparentemente, a influência de Soveral no Foreign Office não era tão grande como se supunha, não parecendo dispor de amizades próximas nesse meio (Lopes 81). Com o decorrer do tempo, Teixeira Gomes foi penetrando naqueles círculos, conseguindo manter relações cordiais com o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Edward Grey, «individualidade aparentemente de grande relevo, mas inteligência de acanhados voos e cultura muito restrita» (*Seara Nova*, n.º 267)<sup>32</sup>. A verdade é que Teixeira Gomes se sentiu bem recebido no Foreign Office, como confessaria mais tarde a João Chagas, em carta datada de 13 de Junho de 1911: «Entre em Londres com o pé direito [...]. Em poucos dias conquistei uma posição muito apreciada para poder tratar dos negócios do nosso país» (*Correspondência* I 38).

A imprensa inglesa dedicava alguma atenção ao novo ministro de Portugal: «A meu favor tinha a viva curiosidade provocada pela representação material, em carne e osso, desse movimento atrevido, e que os jornalistas ateavam nas suas inúmeras entrevistas» (*Seara Nova* n.º 267). Com efeito, mal chegou a Londres, Teixeira Gomes desdobrou-se em entrevistas com jornalistas ingleses do *Sunday Times*, do *Daily Mail* e do *Daily Express* (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911)<sup>33</sup>, nas quais era retratado como um homem culto e viajado. A sua presença causou forte impressão nos meios jornalísticos ingleses. Em artigo escrito a 10 de Abril de 1911, o *Daily Express* comparava deste modo Soveral a Teixeira Gomes: «The ex-minister is a man of great social attainments, a friend of kings, and a trained diplomat. The new minister has never previously held a diplomatic post, but he has won fame as art

critic, novelist, dramatist and explorer» (idem). No entanto, a opinião da imprensa inglesa sobre a situação política portuguesa seria bem diferente, muitas vezes podendo ser considerada declaradamente hostil, como veremos mais adiante.

Logo de início, Teixeira Gomes procurou criar um clima de confiança e abertura, condição essencial para promover uma imagem positiva não só na classe política inglesa, e no governo em particular<sup>34</sup>, como também na comunicação social e no seio da opinião pública do reino de Sua Majestade<sup>35</sup>. Ainda a 10 de Abril, em entrevista concedida ao *Evening Standard*, o diplomata reforçava o desejo de Portugal de manter a sua tradicional aliança com a Inglaterra fazendo a seguinte declaração: «I heartly salute the Great English people [...] and in the name of Portugal I desire to say that our people ardently desire to conserve unimpaired all the traditions of that alliance between the two nations which has been in existence for centuries» (idem).

Nesse mesmo dia, o diplomata enviava o seu primeiro ofício para o Terreiro do Paço; tratava-se da atribuição de uma pensão a um cidadão português a residir em Londres (idem). Começava assim a carreira diplomática de Teixeira Gomes em Londres: «[...] Cheio de ânimo, quase alegre com as perspectivas da batalha, meti mãos à obra, nunca mais pensando em literatura» (Lopes 78). Seriam anos bem duros para o escritor convertido à política. «Não escrevia romances, vivia-os», confessava o próprio anos mais tarde a João de Barros (*Miscelânea* 109). A partir desse momento, foi estabelecida com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa<sup>36</sup> uma linha de contactos officiosos diários<sup>37</sup>, que era mantida pelos secretários de Teixeira Gomes na ausência deste em deslocações a Lisboa para tratar de assuntos de Estado, ou ao Algarve, para visitar a família ou tratar de negócios nas suas propriedades<sup>38</sup>. As suas estadas em Portimão com a mulher e as filhas seriam sempre apreciadas pelo diplomata<sup>39</sup>. De Londres, o diplomata iria tentar acompanhar, na medida do possível, os trabalhos agrícolas nas suas terras<sup>40</sup>.

Na legação de Londres eram tratados assuntos de natureza variada, desde relatórios estatísticos a licenças de exportação, passando por pedidos de patentes diplomáticas ou outros assuntos que diziam respeito a cidadãos e empresas portuguesas (AMNE, *Legação*, cxs. 62 a 67 1910-1920). A importância económica da Inglaterra para Portugal explica a abundância de correspondência de cariz comercial enviada para Lisboa. Hábil negociador, com experiência pessoal no mundo dos negócios, Teixeira Gomes esteve regularmente em contacto com instituições financeiras inglesas<sup>41</sup>, procurando assegurar aos empresários portugueses que a implantação da República em Portugal não tinha afectado o bom relacionamento comercial entre os dois países<sup>42</sup>.

O problema mais urgente para resolver com o governo inglês foi, naturalmente, o reconhecimento do novo regime republicano em Portugal. A 13 de Abril de 1911, o diplomata enviou uma carta a Bernardino Machado a pedir a

relação das potências que tinham reconhecido a República Portuguesa (*Londres Maravilhosa* s.p.). Como se viu anteriormente, teria de ser a Inglaterra a dar os primeiros sinais nesse sentido. Em carta enviada a João Chagas, datada de 2 de Maio de 1911, Teixeira Gomes considerava nula a possibilidade de ser recebido por Jorge V sem o prévio reconhecimento do regime português: «O rei, aqui, não dá um passo oficial sem ser de harmonia com o governo» (*Correspondência* I 25). Nesse mês, o Governo Provisório comunicava ao governo inglês uma mensagem de homenagem em honra da rainha Vitória<sup>43</sup>, aproveitando o facto para sugerir o envio de uma representação diplomática que estivesse presente nas cerimónias de coroação de Jorge V, que iriam ter lugar em Junho<sup>44</sup>. A resposta do governo inglês, transmitida pelo subsecretário Langley, afastava esse cenário. Pior, os governantes britânicos apenas estavam dispostos a aceitar nessas cerimónias missões especiais ligadas a casas reinantes e a regimes considerados legítimos (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911).

Segundo a posição oficial inglesa, o reconhecimento da República Portuguesa apenas seria confirmado após legitimação eleitoral e constitucional (idem)<sup>45</sup>. Seria por demais evidente que, sem essas formalidades, as potências europeias não reconheceriam a República Portuguesa (Serra 27). Bernardino Machado impacientava-se. Teixeira Gomes mostrava-se calmo e conciliador. Ainda a propósito de uma hipotética ida a Londres de um representante do Governo Provisório, o subsecretário Langley escrevia a Teixeira Gomes um ofício datado de 13 de Junho com o seguinte teor: «[...] it would be impossible for a special mission to be received here until a President had been elected from whom the special mission could receive letters of credence» (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Para mais, apesar de Portugal já contar com um parlamento eleito, só a 19 de Junho teriam início as sessões de trabalho e, estando as cerimónias de coroação marcadas para 22, logo, não sobrava tempo para as medidas protocolares (*Correspondência* I pp. 38-39).

Para além destas questões protocolares, outros aspectos de natureza política e diplomática se impunham e tornavam difícil a aceitação inglesa da República Portuguesa. A presença em Londres de figuras de relevo do anterior regime político provocou algum cepticismo em Teixeira Gomes. A presença de D. Manuel<sup>46</sup> e de Soveral e a influência destes e de outros emigrados realistas na corte inglesa poderiam influenciar negativamente a política diplomática do novo ministro em Londres (*Seara Nova*, n.º 267). Relativamente ao rei deposto<sup>47</sup>, Teixeira Gomes procurou desvalorizar a influência daquele nos assuntos diplomáticos relacionados com Portugal (idem, n.º 402). Quanto a Soveral<sup>48</sup>, sendo este influente na vida mundana e nos círculos londrinos da alta sociedade (Costa, *Dicionário* II 257), Teixeira Gomes teve o cuidado de constatar a sua reduzida influência ao nível político<sup>49</sup>. Apesar do tom trocista em que o marquês era mencionado nalgumas ocasiões<sup>50</sup>, não deixou Teixeira Gomes de considerar os serviços prestados ao país por Soveral enquanto diplomata, durante a monarquia: «Considerarei-o sempre excelen-



1. Manuel Teixeira Gomes na sala de visitas da Legação de Portugal em Londres.  
(col. particular)

te português e ninguém mais do que eu admirou o jeito com que desempenhou as altas funções que exerceu [...]» (*Seara Nova*, n.º 402).

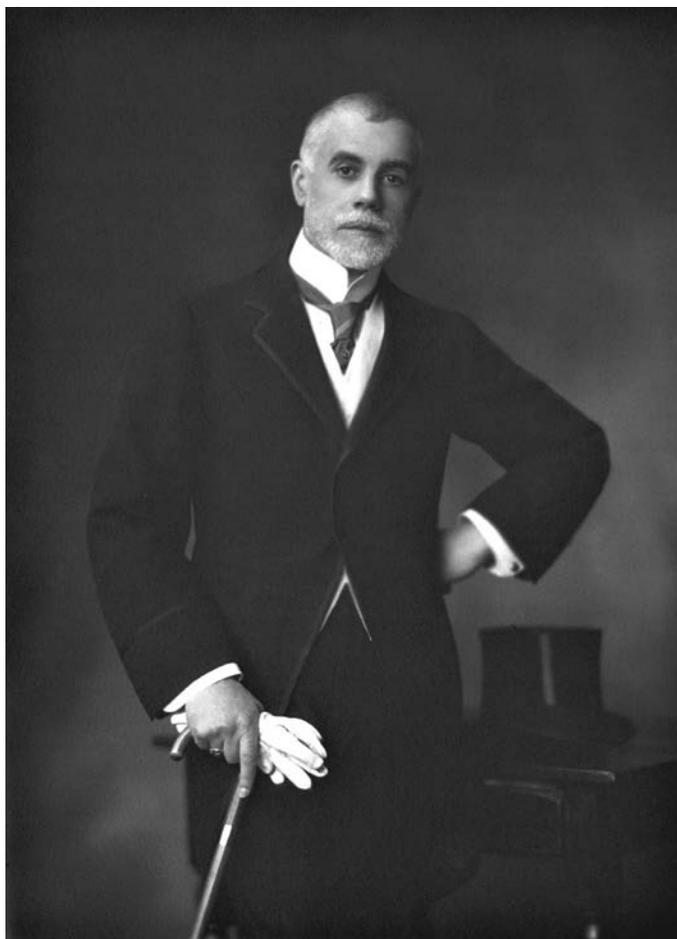
Para garantir um melhor controlo sobre os sectores realistas portugueses e para tentar forçar a aproximação entre Portugal e a Inglaterra, Teixeira Gomes procurou entrar rapidamente nos círculos diplomáticos, na alta sociedade londrina e na própria corte inglesa. Homem educado, culto, elegante, Teixeira Gomes fez-se aceitar em ambientes aparentemente hostis<sup>51</sup>, criando uma atmosfera descontrainda com os seus interlocutores, aparecendo em ocasiões sociais, estando presente em cerimónias oficiais e marcando a vida diplomática londrina com a sua habilidade social. As suas rotinas passavam pelas refeições tomadas no Carlton, restaurante frequentado pelas elites políticas e diplomáticas na capital inglesa, onde em muitas ocasiões se tratavam informalmente de questões políticas ou se mantinham apenas hábitos de convívio saudável (*Seara Nova*, n.ºs 267 e 402). As próprias esposas de altos funcionários do Foreign Office aceitavam convites para almoçar com o diplomata (*idem*, n.º 402).

A corte inglesa também não escapou aos encantos do novo embaixador português em Londres: «Um dos seus amigos, o mais altamente cotado, acabou por ser o próprio rei, que por mais de uma vez lhe significou essa amizade» (Lopes 79). A rainha<sup>52</sup>, por sua vez, convidou o diplomata a orientar a decoração do seu gabinete oriental no Palácio de Buckingham, «o que fez morrer de inveja os melhores decoradores e antiquários de Londres, que nunca tinham conseguido transpor os umbrais desse misterioso santuário» (88). No contexto do noivado da princesa Mary<sup>53</sup> com o conde de Harewood, Teixeira Gomes enviou uma prenda sofisticada, um lenço de rendas bordado por Maria Augusta Bordalo Pinheiro, colocado numa caixa de sândalo artisticamente trabalhada por Columbano Bordalo Pinheiro (*Cartas Inéditas* 79)<sup>54</sup>. Infelizmente, o protocolo não consentia que se oferecessem presentes à princesa britânica. «O lenço foi fadado para pertencer à Princesa de Portimão», desabafava o escritor diplomata em alusão a uma filha sua (92).

Se Teixeira Gomes conseguia ter algum êxito na sua missão diplomática em Londres nos primeiros meses da sua estada na capital britânica, tal se devia em grande parte, como acabámos de ver, aos seus dotes persuasivos, ao seu tacto diplomático e, obviamente, à sua capacidade de trabalho e de entendimento de questões política e diplomaticamente relevantes. E foi no enquadramento destas qualidades pessoais que conseguiu lidar com questões sensíveis, tais como as conspirações monárquicas vindas da Galiza, o tratamento dado aos presos políticos em Portugal, a questão religiosa e o trabalho dos indígenas nas colónias, entre outros assuntos, explorados e muitas vezes distorcidos pela imprensa britânica. Como aludiu Castelo Branco Chaves, o diplomata «possuía capacidade para estabelecer e estruturar a problemática dos factos sociais e políticos, equacionando causas e prováveis efeitos [...]» (Lopes 9).

A política interna portuguesa após o golpe do 5 de Outubro provocou reflexos negativos em Inglaterra, ampliados em grande parte por notícias escritas em jornais ingleses. Ainda antes de Teixeira Gomes chegar a Londres, já Câmara Manuel — o secretário da legação que geria os assuntos portugueses em Inglaterra após a saída de Soveral — chamava a atenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa para os ecos negativos acerca da instabilidade política vivida em Portugal. A 20 de Outubro, o *Daily Telegraph* noticiava a chegada de D. Manuel a Inglaterra (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). A 22 de Outubro, a legação portuguesa enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros recortes de vários jornais ingleses noticiando a implantação da República em Portugal (idem). A prisão de João Franco causava indignação em Inglaterra nos meios jornalísticos e políticos (idem). A imprensa inglesa criticava a situação política em Portugal, alertando para questões ligadas à liberdade de expressão e à tolerância religiosa<sup>55</sup>, sendo o *Standard* o grande instigador destas questões mais sensíveis (idem). O *Morning Post* noticiava, a 2 de Janeiro de 1911, a insatisfação de Machado Santos e de outros heróis da Rotunda que se viam afastados dos cargos públicos (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 1 1911)<sup>56</sup>.

Os correspondentes ingleses mostravam-se indignados com situações abusi-



2. Retrato de Manuel Teixeira Gomes,  
ministro plenipotenciário em Londres, 1911.  
(MUSEU DA PRESIDÊNCIA)

vas relacionadas com a liberdade de expressão. A propósito da legislação relativa à punição de qualquer pessoa que desrespeitasse os novos símbolos da República, escrevia o *Morning Post* o seguinte em artigo datado de 3 de Janeiro de 1911: «What is happening at present in Portugal is uncomprehensible. While the Provisional Government declares that everything is calm [...] it has just promulgated a more rigorous decree than that signed by the dictator João Franco» (idem). A 10 de Janeiro, o *Daily Chronicle*, o *Times*, o *Daily News* e o *Daily Express* relatavam ataques populares a jornais monárquicos em Portugal<sup>57</sup>. As greves e agitação social também eram foco de notícia nos jornais ingleses<sup>58</sup>. A 12 de Janeiro, o *Daily Chronicle* destacava uma greve nos caminhos-de-ferro em Portugal. A 8 de Fevereiro, o *Commentor* fazia o seguinte balanço da actuação do Governo Provisório: «They seem like a small boy with his first mechanical toy — they must see if it works» (idem).

Quando Teixeira Gomes tomou posse da legação de Londres encontrou mais fogos para apagar, uns de natureza interna, outros do foro externo. A tentativa de impedir as campanhas intimidatórias de alguns jornais ingleses foi uma das tarefas mais árduas que Teixeira Gomes teve de desempenhar no seu papel de diplomata.

As conspirações monárquicas vindas da Galiza foram objecto de preocupação por parte de Teixeira Gomes nos seus primeiros meses de trabalho<sup>59</sup>. Em Londres, o diplomata procurava desvalorizar estes movimentos, tentando convencer as elites dirigentes britânicas da firmeza do republicanismo em Portugal (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Sob este propósito, Teixeira Gomes não deixava de relacionar estas conspirações com a campanha anti-republicana de Soveral e de outros realistas emigrados em Inglaterra (Gómez 35). Perante a aparente indiferença do governo espanhol relativamente à liberdade de movimentos dos conspiradores no Norte<sup>60</sup>, a imprensa portuguesa mostrava-se céptica com a atitude inglesa. Apesar de proibir qualquer acto conspiratório no seu território, a Inglaterra procurava não se imiscuir no problema das incursões monárquicas (idem). Para agravar a situação, o sucessor do primeiro representante diplomático inglês em Portugal, Francis Villiers, simpatizante republicano, tinha sido substituído por Arthur Harding<sup>61</sup>, «monárquico até à medula» (idem), o que não facilitava os interesses portugueses nesta questão.

Logo a 10 de Abril de 1911, Teixeira Gomes enviava um ofício a Bernardino Machado sossegando o Governo Provisório acerca dos movimentos realistas na Galiza, considerando não existir perigo de invasão iminente (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 1 1911). No entanto, o diplomata estava atento. A 23 de Maio, solicitava ao Foreign Office informações sobre movimentações políticas de emigrantes portugueses na Galiza (idem). No dia seguinte, em ofício enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, Teixeira Gomes confirmava haver movimentos conspiratórios em território galego, referindo haver financiamento do Brasil para os projectos realistas. Em carta enviada a João Chagas, datada de 25 de Maio, o diplomata referia que o ministro espanhol em Lisboa se correspondia com

D. Manuel (*Correspondência* I 30).

Teixeira Gomes usava o seu tacto diplomático para moderar os ímpetos de Bernardino Machado ao pedir uma intervenção imediata da Inglaterra junto da Espanha (31). A sua acção persuasiva junto do Foreign Office acabou por dar frutos quando, em Junho, recebia a notícia de que o governo inglês, através do seu embaixador em Madrid, estava em condições de garantir a não prestação de qualquer apoio por parte do governo espanhol aos conspiradores monárquicos na Galiza (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Por aqui se pode ver a força diplomática da Inglaterra no tabuleiro europeu. Habilmente manobrada por Teixeira Gomes, a imprensa inglesa deixava de especular sobre o assunto. A 8 de Setembro, em entrevista ao *Daily Mirror*, Teixeira Gomes sossegava a opinião pública inglesa sobre a situação política em Portugal, apesar das ameaças realistas: «You may rest assured of this, that there will be no monarchist revolution in Portugal. I am not at all afraid of anything they may do. Things are quiet» (idem).

Outro problema importante com o qual Teixeira Gomes teve de lidar foi a questão religiosa surgida em Portugal com o advento da República, mais concretamente após a publicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas<sup>62</sup>. Sensível à tolerância e à liberdade religiosa, a Inglaterra assistiu em choque à perseguição movida pelo Governo Provisório sobre a Igreja Católica em Portugal. Após a implantação da República, surgiram em Inglaterra notícias que punham em causa a liberdade de culto em Portugal. Já Câmara Manuel, substituto interino de Soveral, referia esta situação em ofício enviado para Lisboa a 22 de Outubro de 1910, poucos dias após o golpe de Estado (AMNE, *Legação*, cx. 62, mç. 1 1910). No *Times*, em artigo publicado a 10 de Janeiro de 1911, vinha referida uma entrevista a um jesuíta que falava da política de perseguição imposta pelo Governo Provisório sobre a ordem (idem, cx. 93, mç. 1 1911)<sup>63</sup>.

Chegado a Londres, Teixeira Gomes deparou com a continuação do mesmo problema. A 22 de Abril, o diplomata enviava para Lisboa um recorte do *Times*, onde era publicado um artigo que noticiava a confiscação de propriedades das ordens religiosas para fins privados (idem, mç. 2). Na realidade, a Lei da Separação era frontalmente criticada por Teixeira Gomes, provocando mais uma fonte de atrito com Bernardino Machado. De facto, essa lei punha também em causa os interesses de igrejas minoritárias, nomeadamente as protestantes, causando alguma preocupação aos ingleses. «Aqui, essa lei pôs contra a República católicos e protestantes [...]» (*Correspondência* I 30). O governo inglês mostrava algum receio relativamente à aplicação dessa lei, apesar das garantias dadas por Teixeira Gomes de que os interesses ingleses seriam salvaguardados. O diplomata receava que a atitude fundamentalista do Governo Provisório prejudicasse as negociações para o reconhecimento inglês da república. Os equívocos surgiam. Villiers, ministro inglês em Lisboa, queixava-se de ter sido intimado a sujeitar as igrejas inglesas às determinações da nova lei, apesar de garantias dadas pelo

Governo Provisório as terem colocado em regime de exceção (42). Teria sido confusão, segundo esclarecimento de Bernardino Machado. «Boa oportunidade para provocar tais equívocos!», terá desabafado em tom irónico Teixeira Gomes (43). A solução do diplomata para lidar com este problema passava pela separação das duas questões: «Não fica bem a um grande país como a Inglaterra aproveitar-se de uma questão secundária como pretexto para não cumprir o que formalmente prometeu» (51).

Apesar dos problemas mencionados, o reconhecimento da República Portuguesa estava na ordem do dia dos interesses imediatos de Teixeira Gomes. A 24 de Abril, o diplomata enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um pedido de bandeiras republicanas (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 1, 1911). No início de Maio, o ministro português mostrava-se optimista. A sua campanha de charme na imprensa inglesa começava a dar resultados positivos: «A opinião aqui, à força de ler declarações peremptórias, optimistas, já começa a tomar-nos a sério» (*Correspondência* I 27). No Foreign Office, Teixeira Gomes parecia ter crédito. O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Edward Grey, simpatizava com Teixeira Gomes e reconhecia o papel fundamental deste na manutenção das boas relações entre Portugal e Inglaterra. «I am sure from the part you have already taken in the transation of the business with the Foreign Office that your personal influence will always contribute to this subject», elogiava Grey, em telegrama enviado ao diplomata português no início de Maio (*Cartas Inéditas* 64).

No entanto, em finais desse mês, Teixeira Gomes começava a mostrar sinais de inquietação. Os atritos pessoais com Bernardino Machado não facilitavam as coisas. O diplomata queixava-se do Ministério dos Negócios Estrangeiros não lhe fornecer informações precisas sobre o que era prioritário conhecer acerca das linhas de orientação da política inglesa, «pois as informações semanais sobre a política geral deste país são de uma tal vastidão e complexidade, que seria impossível dentro dos meios de que disponho poder dar-lhes cabalmente desempenho» (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Ficava aqui, também, registada uma crítica à falta de meios existentes na legação de Londres, que, como se viu anteriormente, era uma realidade visível, nomeadamente em termos humanos, logísticos e financeiros. Bernardino Machado era, naturalmente, o alvo visado.

As divergências entre os dois homens estendiam-se ao domínio protocolar. A insistência de Bernardino Machado em ser recebido por Jorge V em detrimento do ministro de Portugal quebrava regras diplomáticas há muito estabelecidas em Inglaterra. Em ofício enviado a Bernardino Machado, referia Teixeira Gomes o seguinte: «é de toda a conveniência que o ministro de Portugal seja recebido pelo rei com a máxima brevidade [...]. Aqui, o protocolo é coisa sagrada e inviolável, e quando qualquer infracção ao protocolo contende o rei, então nem se discute» (idem). Para o diplomata, precipitações deste género poderiam prejudicar as negociações com a Inglaterra: «Aqui, a delicadeza vai até ao ponto extremo de não

se consentir que se melindrem ou vexem os próprios estrangeiros nas suas prerrogativas» (idem).

As ambiguidades da política externa delineada por Bernardino Machado deixavam Teixeira Gomes cada vez mais irritado. Aos embaraços sentidos pelo diplomata ao tentar esclarecer junto do governo britânico alguns equívocos trazidos com a promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, juntava-se a dificuldade em perceber a teimosia do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal em querer um reconhecimento internacional do regime de forma simultânea pelas várias potências europeias. Teixeira Gomes era partidário de negociações separadas, vendo vantagens em ser a Inglaterra a dar o primeiro sinal às outras potências: «Pouco miolo e nenhum conhecimento da diversidade das nacionalidades», censurava o diplomata referindo-se à estratégia de Bernardino em carta enviada a João Chagas, datada de 28 de Junho (*Correspondência* I 47).

Em finais desse mês, Teixeira Gomes começava a desanimar. Tendo a garantia do Foreign Office de que o reconhecimento se faria após a abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte, o diplomata estranhava a demora (50). Em Julho, o ministro português exasperava: «Raro é o dia em que eu não tenho de ir ao F. Office lembrar que somos os fiéis aliados da Inglaterra exclusivamente para lhe pedir [...] favores» (53). Cresciam as críticas à situação política em Portugal e ao próprio governo, afinal, o grande responsável pelo impasse a que se tinha chegado. «É a falta de política num governo onde cada membro cuida ciosamente de si próprio [...]. É a incapacidade geral, é o Diabo!» confidenciava a João Chagas (54).

Para piorar a situação, o parlamento britânico encerrava para férias em meados de Agosto, interrompendo-se os trabalhos parlamentares (AMNE, *Legação*, cx. 63, mc. 2 1911). A novela com Bernardino Machado continuava. Este não gostava do tom depreciativo de alguns despachos vindos de Londres. Teixeira Gomes desmentia e afirmava nunca ter utilizado nos seus ofícios «passagens ou frases menos respeitosas para a minha pátria ou para as instituições vigentes, ou para o meu chefe hierárquico» (idem).

Em finais de Agosto começavam a surgir boas notícias. A escolha de Manuel de Arriaga para a presidência da República portuguesa parece ter agradado à imprensa inglesa. Na sua edição de 25 de Agosto, o *Times* noticiava o seguinte: «The election of Senhor Manuel de Arriaga as President of Portugal may be said to mark the end of the purely provisional period in the history of the Republica» (idem). O jornal considerava que a fase revolucionária teria passado com a legitimação do regime pela via eleitoral e constitucional. Teixeira Gomes considerava importante esta nova linha de pensamento do *Times*, usualmente acérrimo crítico do regime republicano português, um jornal considerado importante nos meandros da classe política inglesa e da opinião pública esclarecida (idem). A 28 de Agosto, Teixeira Gomes comunicava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a recepção de 12 exemplares do hino nacional, «a que darei destino logo que for reconhecida

oficialmente a República por este governo» (idem, cx. 62, mç. 5).

No início de Setembro, Teixeira Gomes asseverava ainda não haver confirmação da legitimação da República Portuguesa pela Inglaterra. Mas não se mostrava preocupado. Em carta datada do dia 7 desse mês e enviada a João Chagas, o diplomata dizia não ser uma atitude estranha, dada «a habitual ronceirice inglesa no despacho de tudo o que não interessa particularmente a Inglaterra» (*Correspondência* I 61). A 9, o diplomata comunicava ao mesmo Chagas, a título confidencial, estar o reconhecimento em marcha pelo governo de Sua Majestade (65). O governo britânico terá começado a convencer as principais potências europeias. A 11 de Setembro, a Inglaterra reconhecia oficialmente a República Portuguesa, acompanhada pela Espanha, Itália, Alemanha e Império Austro-Húngaro (Gómez 30)<sup>64</sup>. Teixeira Gomes suspirava de alívio, com esperança de ver este assunto arrumado e tirar uns dias de férias em Portugal. «Eu, no dia 10 de Outubro, entrego as credenciais ao rei, depois tenho as audiências dos embaixadores, das embaixadoras, que devem levar uma semana, e liquidando o protocolo preparar-me-ei para a partida esperando chegar a Portugal no fim de Outubro [...]», escrevia o diplomata a Afonso Lopes Vieira em finais de Setembro (*O Cristal da Palavra* 75). Na realidade, foi no dia seguinte, a 11 de Outubro, que Teixeira Gomes apresentou credenciais como ministro plenipotenciário da República Portuguesa a Jorge V (Brandão 31). Estava ganha uma importante batalha diplomática. A velha Europa monárquica aceitava um novo regime republicano.

Apesar desta vitória diplomática, Teixeira Gomes teve de lidar com outros assuntos delicados no campo das relações entre os dois países, ainda antes das complicadas negociações sobre a participação portuguesa na Grande Guerra. Em Inglaterra, alguns sectores da imprensa e determinados círculos da alta sociedade e da vida empresarial organizavam campanhas de difamação visando acentuar a situação de instabilidade política vivida em Portugal. Foi o que se passou quanto aos alegados maus-tratos infligidos aos presos políticos do novo regime, nomeadamente em relação às vítimas do clima conspiratório interno e às incursões monárquicas anteriormente referidas. A política colonial portuguesa também era criticada em Inglaterra, sobretudo no que dizia respeito ao suposto trabalho escravo de que eram vítimas os indígenas em S. Tomé. Finalmente, um outro ponto de tensão culminou no perigo de reactivação de um velho tratado anglo-alemão assinado em 1898 e que previa, sob determinadas condições, a partilha de colónias portuguesas entre as duas potências.

Em Novembro de 1911, Teixeira Gomes alertava o novo titular da pasta dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, Augusto Vasconcelos<sup>65</sup>, para as notícias vindas nalguns órgãos de comunicação social ingleses que denunciavam maus-tratos aplicados a presos políticos nas prisões portuguesas. A 3 do mesmo mês, o *Times* noticiava que informações chegadas do Norte de Portugal davam conta do seguinte: «a number of political prisoners, while being led in batches to prison, have been

subjected to insults and personal attacks by the inhabitants, and that their military escorts made no effort to protect them» (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Teixeira Gomes apressou-se a desmentir estas notícias, publicando um protesto no mesmo jornal três dias depois (idem).

No início de 1912, o ressurgimento das esperanças monárquicas após a reconciliação de Dover<sup>66</sup> motivou cuidados por parte de Teixeira Gomes. A 2 de Fevereiro, o diplomata informava Lisboa deste encontro (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 1 1912). Nos meios governamentais londrinos, o caso dos presos políticos era seguido com muita atenção. No início de Março, o embaixador britânico em Lisboa, Harding<sup>67</sup>, tinha visitado alguns desses presos, procurando assegurar-se das suas condições higiénico-sanitárias (Gómez 36). A sua conhecida antipatia pelo regime republicano, que o próprio não escondia, reflectia o sentimento de hostilidade por parte de elementos ligados à corte, à aristocracia e a alguns sectores conservadores da opinião pública inglesa<sup>68</sup>. A 29 de Maio, o *Standard* noticiava grande instabilidade política em Portugal, destacando novas conspirações monárquicas contra o regime (idem).

A 24 de Setembro, Teixeira Gomes enviava um ofício a Augusto de Vasconcelos, comparando os alegados maus-tratos a presos políticos em Portugal aos tratamentos infligidos às sufragistas em Inglaterra<sup>69</sup>: «Também em Inglaterra e por crimes que nenhuma comparação têm com os dos nossos prisioneiros políticos, são as sufragistas tratadas bárbara e selvaticamente» (idem). O autor indignava-se com esta situação de hipocrisia moral: «[Estas mulheres] apenas ousam emitir a sua voz a favor de uma reivindicação meramente política, e, quando condenadas a prisão, como criminosos de direito comum, ali são torturadas sem piedade» (idem). Três dias depois, Teixeira Gomes enviava uma carta ao *Times* justificando a necessidade de serem julgados os conspiradores monárquicos em Portugal<sup>70</sup>: «Such tribunals were found indispensable after two incursions by armed bands, the only way that the enemies of present institutions found to repay its spirits of benevolence and conciliation» (idem).

As divisões entre os republicanos e a agitação política em Portugal desesperavam Teixeira Gomes<sup>71</sup>. Em carta enviada a João Chagas, datada de 7 de Janeiro de 1913, o diplomata desabafava o seguinte: «Vamos a ver se depois de os monárquicos fazerem a República, os republicanos não enterram o país!» (*Correspondência* I 89). Afonso Costa, o homem forte da política nacional em 1913<sup>72</sup>, era particularmente odiado pela imprensa inglesa. O *Times*, na sua edição de 2 de Janeiro, considerava-o radical e extremista, acusando-o de deixar o poder nas mãos da população de Lisboa (AMNE, cx. 64, m ç.4 1913). A 30 de Julho, o mesmo jornal considerava extinto o perigo monárquico para o regime republicano português, mas considerava perigosa a política de Costa para tentar assegurar a estabilidade social e política do país (idem). A libertação de 268 presos políticos, por ordem de Manuel de Arriaga, em Outubro, não tranquilizou os jornalistas do *The Spectator* (idem). Continuava

a existir cepticismo nalguns órgãos de comunicação social ingleses. No final desse mês, Teixeira Gomes criticava os correspondentes do *Daily Express* em Lisboa por darem sistematicamente visões distorcidas da realidade política nacional, nomeadamente pela insistência em conspirações monárquicas por detrás da turbulência verificada nas ruas de Lisboa (idem).

Esta política de desmentidos era conduzida por Teixeira Gomes com muita eficácia. Em carta dirigida ao subsecretário Eyre Crowe, Teixeira Gomes apresentou provas que contradiziam a opinião negativa que um jornalista do *Daily Chronicle*, Gibbs, tinha manifestado sobre a visita feita à Penitenciária de Lisboa, ao escrever sobre as más condições de higiene num artigo intitulado *Tragedy of Portugal* (Lopes 82). Na referida carta, era transcrita a frase que o referido jornalista tinha escrito no livro de visitas do estabelecimento em causa, a saber: «I have been impressed by the perfect cleanliness and the excellent organization of all that I have seen in this prison. From the point of view of sanitation it seems to be admirable», escrevia Gibbs. Aproveitando a situação, Teixeira Gomes desdobrou-se em contactos com personalidades da sociedade londrina e da imprensa ligadas às campanhas de difamação contra o regime português, «e o resultado não se fez esperar: um comício de protesto que estava organizado a favor dos presos monárquicos abortou completamente» (83).

Em Janeiro de 1914, o clima de estabilidade introduzido pelo novo governo presidido por Bernardino Machado<sup>73</sup> acabou por eliminar da imprensa inglesa o problema dos presos políticos e dos alegados maus-tratos, apesar de algumas notícias negativas acentuadas por acções de rua de intimidação levadas a cabo por bandos de arruaceiros<sup>74</sup>. A 20 de Janeiro, em carta enviada a Eyre Crowe, Teixeira Gomes apresentava os resultados dos julgamentos dos presos políticos em Portugal: «Sur 1515 personnes jugées jusqu'au 13 de ce mois-ci il y en a 976 condamnées (dont environ 300 ont été amnistiées le 5 octobre dernier) et 539 acquittées» (*Correspondência*, I 147). A 12 de Fevereiro, em carta ao seu secretário, Pedro de Tovar, Teixeira Gomes constatava ter esmorecido esta questão na imprensa inglesa, salientando o fracasso de uma tentativa de manifestação a favor dos presos políticos em Londres e reconhecendo a sua acção no processo: «[...] eu, particularmente, mexi muito, espalhando o que nos era favorável por quantas pessoas conheço que dispunham de alguma influência social» (150). A 24 do mesmo mês, Teixeira Gomes recebia de Lisboa a confirmação de uma amnistia para a maioria dos presos envolvidos nas conspirações monárquicas.

O diplomata procurava transmitir ao governo britânico uma imagem de confiança das instituições políticas portuguesas. De facto, apesar de todos os problemas internos, a política económica de Afonso Costa permitiu a redução do défice orçamental após o fecho, em Julho de 1913, do ano económico iniciado em 1912<sup>75</sup>. Teixeira Gomes explorou este sucesso financeiro perante a imprensa inglesa. Afinal, o valor das receitas ultrapassou o das despesas em 200 mil libras. «Para quem

conhece a história portuguesa dos últimos cem anos, fácil será avaliar o que este resultado representa em esforço, tenacidade e moralidade.» (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 5 1913) O diplomata analisou os resultados práticos dessa política orçamental, tendo destacado os seus efeitos no aumento de verbas para o ensino, na diminuição da dívida flutuante e na segurança dos títulos da dívida portuguesa (idem). A 13 de Agosto, enviava para os principais jornais e corporações financeiras britânicas exemplares do discurso parlamentar sobre o balanço orçamental feito no Congresso (idem). A 16 de Janeiro do ano seguinte, na apresentação do orçamento do ano económico 1914-15 noticiado na imprensa britânica, as previsões continuavam optimistas, na ordem das 730 mil libras de *superavit*<sup>76</sup>. «Tal é a resposta que a República Portuguesa dá aos seus detractores», escrevia em jeito de desforra Teixeira Gomes ao ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira<sup>77</sup> (AMNE, *Legação*, cx. 65, mç. 1 1914).

O ano de 1913 foi um período de intensa actividade diplomática para Teixeira Gomes. A aproximação política que a Espanha desenvolveu com a Inglaterra e a França nesse ano não era bem vista pelos governantes portugueses. A propósito da questão do telegrama enviado de Cartagena a Jorge V, cresceram os receios em Portugal de uma eventual interferência externa nos assuntos internos portugueses<sup>78</sup>. Alguns sectores políticos e jornalísticos em Portugal temiam um isolamento internacional e, pior, uma eventual invasão espanhola perante uma Inglaterra permissiva que veria como mais vantajosa uma aliança com Madrid (Gómez 62-63). Em meados de Outubro, o *Daily Telegraph* noticiava um suposto acordo assinado em Cartagena, segundo o qual a França reconheceria o direito da Espanha intervir em Portugal no caso da situação política em Portugal resvalar para a anarquia (64). Apesar dos desmentidos oficiais dos respectivos países, a imprensa portuguesa e o próprio Afonso Costa estavam preocupados com uma possível mudança na nova relação de forças criada na Europa (idem). Teixeira Gomes desdramatizava, perante a falta de serenidade do presidente do Ministério, inquieto com a questão: «Em Portugal matam-se moscas a martelo» (*Correspondência* I 94). O diplomata, aliás, pediu esclarecimentos aos colegas de Paris e de Madrid e obteve do Foreign Office a confirmação de que nada se passava nas conversações entre Afonso XIII e Poincaré que alterasse o xadrez da política internacional (idem).

Outro assunto sensível com o qual Teixeira Gomes teve de lidar em 1913 prendeu-se com a questão do *Active*. Após o reconhecimento da República Portuguesa pelo governo britânico, entendia o diplomata ser de uma importância extrema que um navio da armada daquele país atracasse em Lisboa em visita de cortesia (Gómez 36-37). Seria um importante momento de reconciliação política entre os dois países. Perante a renitência do governo britânico, em Agosto de 1913, Teixeira Gomes aproveitou uma crítica apresentada no Foreign Office contra a participação do Príncipe de Gales na boda de D. Manuel e a dedicatória do presente oferecido com o título *de rei* para insistir no pedido de visita a Lisboa de

um navio de guerra britânico (137). Durante três anos nenhuma embarcação inglesa tinha fundeado no Tejo (Ramos, *História de Portugal* 495).

Em Setembro, Edward Grey conseguiu desbloquear a situação, solicitando ao ministro da Marinha, Winston Churchill, a preparação de um navio de guerra para a ocasião, desde que não fosse coincidir com as comemorações do 5 de Outubro, uma vez que a Inglaterra não estaria disposta a participar nas cerimónias (496). «Devo dizer-lhe», escrevia Teixeira Gomes a António Macieira a 20 de Outubro, «que a visita do navio inglês a Lisboa foi já decidida e salvo imprevisto estará ali o cruzador *Active* em 29 deste mês, com demora de quatro dias (*Correspondência* I 99). A imprensa republicana em Portugal exultava (Gómez 37).

No entanto, alguns problemas complicariam a situação. Em Lisboa, o embaixador Harding, hostil à vinda do *Active*, tudo fez para comprometer a situação. Em comunicações ao Foreign Office, ampliava os problemas políticos surgidos nesse ano em Portugal e a instabilidade criada por desordens e golpes de rua<sup>79</sup>. Apesar dos exageros notados por Crowe nos comunicados de Harding, Grey decidiu-se por impedir que o navio chegasse a Lisboa, quando já estava no alto-mar (38)<sup>80</sup>. Para Teixeira Gomes, esta decisão constituiu uma desilusão pessoal. «Veja V. Ex.<sup>a</sup>», escrevia o diplomata a Macieira, «que desgraçado desfecho teve um negócio que tanto trabalho e tanto tempo levou a arranjar!» (*Correspondência* I 104). Para o ministro português em Londres, o *timing* da chegada de um navio de guerra a Lisboa era perfeito, pois reduziria o impacto dado à visita de Poincaré a Espanha e à Conferência de Cartagena (Gómez 69). Perdeu-se, pois, um momento importante «que constituiria na história das relações internacionais da República o facto mais importante depois do reconhecimento» (*Correspondência* I 106).

A nível externo, Portugal atravessou momentos complicados após a proclamação da República relativamente à integridade do espaço colonial africano, ambicionado por grandes potências como a Alemanha e a Inglaterra. Nos finais do século XIX, a Alemanha desencadeou um programa de crescimento industrial alicerçado na procura de mercados coloniais. O dinamismo demográfico e económico da Alemanha e os ideais pangermanistas incentivados pelo imperador Guilherme II levaram o império germânico a alargar os seus horizontes territoriais, procurando um lugar de destaque no panorama internacional. Era o início da *Weltpolitik* (Dreyfus 334). No início do século XX, os ingleses começaram a ficar alarmados com o desenvolvimento do programa naval alemão, pois representava uma séria ameaça ao poder marítimo britânico (Joll 154)<sup>81</sup>. Para evitar situações passíveis de desentendimento entre as duas potências, Alemanha e Inglaterra procuraram plataformas de entendimento no espaço colonial. Entre outros aspectos discutidos<sup>82</sup>, a partilha dos territórios africanos foi uma das questões analisadas nas vésperas da Grande Guerra. Foi neste contexto que surgiu, em 1912, a proposta de reactivação do tratado anglo-alemão assinado em 1898<sup>83</sup>, «feito nas barbas do pobre Soveral», no dizer irónico de Teixeira Gomes, e que punha em perigo a inte-

gridade das colónias portuguesas (*Seara Nova*, n.º 267).

Os rumores de uma aproximação anglo-alemã surgiam já nos jornais ingleses no início de 1911 (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 1 1911). Começaram também a aparecer nessa altura sinais de uma campanha difamatória contra o trabalho indígena nas colónias africanas portuguesas, nomeadamente em S. Tomé e Príncipe<sup>84</sup>. Em edição de 23 de Janeiro, o *Daily Mirror* criticava as condições de trabalho indígena em S. Tomé (idem). Esta campanha antiesclavagista veiculada por certos sectores da imprensa britânica<sup>85</sup> não era nova, mas foi incrementada para desacreditar o novo regime político português e, simultaneamente, incentivar os interesses anglo-alemães pelos territórios africanos portugueses<sup>86</sup>. Tudo servia para desacreditar o novo regime político português. Em Março, a legação de Portugal em Londres destacava os exageros com que a imprensa inglesa realçava alguns tumultos entre realistas e republicanos em Lourenço Marques (AMNE, *Legação*, cx. 63, mç. 2 1911). Em Abril, o parlamento inglês discutia a situação em Lourenço Marques (idem). Em ofício enviado a Lisboa e datado do dia 22, Teixeira Gomes aludia à presença de um navio de guerra alemão na zona em questão (idem). Em carta enviada a João Chagas, a 2 de Maio, ainda a propósito da questão de Lourenço Marques, era constatada a ideia passada na imprensa inglesa de que Portugal não sabia gerir as colónias<sup>87</sup>: «À mais leve notícia ou desordem em Lourenço Marques tudo declara *una voce* que nós somos incapazes de civilizar a África e que é inadmissível que continuemos senhores do mais importante porto [...]» (*Correspondência* I 25). Em Setembro, Teixeira Gomes confidenciava a Chagas ter certeza das ambições alemãs no Sul de Angola (76).

Em Fevereiro de 1912, Haldane, o ministro de Guerra britânico, «o mais alemão dos ingleses de então — e de sempre», nas palavras de Teixeira Gomes (*Seara Nova*, n.º 267), encontrava-se em Berlim para tentar negociar questões navais. Foram abordadas eventuais compensações territoriais no espaço colonial que prejudicavam os interesses de pequenos Estados como Portugal e a Bélgica. As negociações fracassaram<sup>88</sup>, mas «ficava de pé o tema colonial, que podia constituir um bom ponto de partida para a melhoria das relações anglo-germânicas» (Gómez 40-41). A chancelaria alemã<sup>89</sup> e o Foreign Office estavam dispostos a colaborar numa política de aproximação, como se viu durante a crise balcânica<sup>90</sup> desencadeada nesse ano. De Londres, Teixeira Gomes acompanhava esta concertação de interesses. Sobre a viagem de Haldane a Berlim, o ministro português sossegava o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, assegurando a vontade do governo inglês em cumprir os compromissos anglo-portugueses anteriormente estabelecidos (46-47)<sup>91</sup>. No entanto, a 11 de Julho, em ofício enviado ao Terreiro do Paço, o diplomata reconhecia que os governos da Alemanha e da Inglaterra estavam a criar plataformas de entendimento «pondo em jogo interesses comuns, como por exemplo no Sul de África ou a propósito do caminho-de-ferro de Bagdade» (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 1 1912). Em Junho de 1912, Berlim sugeriu que fosse renegociada a antiga proposta de parti-

lha das colónias portuguesas (Dreyfus 356). Voltava à mesa das negociações a questão colonial. Com a chegada de Lichnowsky<sup>92</sup>, o novo embaixador alemão, a Londres, em Novembro de 1912, intensificaram-se as conversações. No fim do ano, Teixeira Gomes constatava um crescimento da campanha antiesclavagista em Inglaterra, com o apoio da embaixada alemã em Londres (Gómez 47).

Teixeira Gomes desdobrava-se em visitas ao Foreign Office. De lá, a resposta era sistematicamente a mesma: nada de preocupações, pois nenhum tratado que envolvesse a Inglaterra jamais poria em causa a integridade territorial das colónias portuguesas (idem). A 2 de Janeiro de 1913, o diplomata enviava um ofício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no qual analisava algumas questões centrais que teriam de ser resolvidas para a melhoria das relações entre Portugal e a Inglaterra (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 6 1913). Neste documento, Teixeira Gomes reconhecia que a administração das colónias portuguesas teria de ser mais eficiente e competente e deviam ser asseguradas garantias aos negociantes estrangeiros que comercializassem produtos coloniais portugueses. Deviam também eliminar-se quaisquer suspeitas de esclavagismo nas colónias<sup>93</sup> e insistir-se em acabar com a campanha dos chocolateiros ingleses. Neste interessante documento estava idealizado um esboço de uma reforma colonial<sup>94</sup>.

No xadrez da política internacional, a verdade era que os laços entre a Inglaterra e a Alemanha iam-se estreitando. Em Fevereiro de 1913, foram iniciadas negociações sobre o caminho-de-ferro de Bagdade e as explorações petrolíferas no Golfo Pérsico (41). No mesmo mês, *The Spectator* defendia a entrega de Angola à Alemanha (Gómez 44). A 20 de Outubro desse ano, Inglaterra e Alemanha decidiam como repartir as colónias africanas de Portugal, ficando esta privilegiada em relação ao convénio de 1898 (Dreyfus 356-357)<sup>95</sup>. «Já não restavam dúvidas que se mexia no tratado de 1898, para assegurar ainda mais vantagens à Alemanha», reconhecia o diplomata (*Seara Nova*, n.º 267 40). A assinatura do tratado estaria marcada para começos de 1914.

No entanto, as insistentes visitas ao Foreign Office acabaram por surtir efeitos positivos. Para agradecer aos colonialistas alemães, Bethman-Hollweg discursou na abertura do parlamento alemão e afirmou que o seu país e a Inglaterra estariam na iminência de assinar um pacto que previa a partilha entre os dois países das colónias portuguesas (idem). Apanhado desprevenido, Grey foi confrontado por Teixeira Gomes: «Porque é que não nos mostram ao menos esses textos? Onde é que está a lealdade da Inglaterra para com Portugal, seu velho aliado?», questionava, furioso, o diplomata português (41). Por insistência de Teixeira Gomes, Grey concordaria em publicar este acordo, conjuntamente com os tratados de 1898 e 1899. Ele sabia que os alemães nunca concordariam com esta opção<sup>96</sup>: «Reflectindo sobre esta decisão eu concluía: a assinatura não se faz», dizia o diplomata. Foi o que aconteceu. No final de Dezembro, de 1913, em carta a António Macieira, Teixeira Gomes salientava os embaraços com que a Alemanha e a Inglaterra li-

davam com aquele problema. Mostrava-se ainda cauteloso, aconselhando o governo português a não prestar declarações oficiais sobre o assunto: «Eu não largo este negócio de mão, parecendo-me estar próxima a solução, mas tremo à ideia de que qualquer incidente a possa prejudicar» (*Correspondência* I 124). No início de Janeiro do ano seguinte, Teixeira Gomes reconhecia estar praticamente resolvida a questão anglo-alemã: «Esta aproxima-se aqui do seu termo, não tendo ainda sido resolvida graças às pescarias do Grey<sup>97</sup> e às caçadas do Lichnowsky, sucedendo que quando um deixa de caçar começa o outro a pescar» (133).

Como se pôde ver, Teixeira Gomes teve um papel diplomático muito activo em todo este processo. Como era seu apanágio, procurava não dramatizar as situações, por muito difíceis que elas fossem, apesar de reconhecer a delicadeza do assunto<sup>98</sup>. Os seus insistentes contactos com o Foreign Office, a sua astúcia e habilidade foram contributos essenciais no processo. O diplomata defendeu sempre a política oficial do Foreign Office, comprometendo qualquer posição de Grey que pusesse em causa a manutenção da velha aliança e a integridade territorial das colónias africanas. Por outro lado, teve sempre o cuidado de distinguir as posições oficiais do governo inglês dos interesses de certos sectores da vida social e económica inglesa em activar campanhas antiesclavagistas contra Portugal. A ajudar Teixeira Gomes esteve sempre o seu amigo Eyre Crowe, decisivo na atitude do Foreign Office durante todo este processo<sup>99</sup>. De qualquer modo, para acabar com todas as dúvidas, o deflagrar da Grande Guerra no Verão de 1914 iria terminar de vez com qualquer hipótese de cooperação anglo-alemã (*Seara Nova*, n.º 267 41)<sup>100</sup>.

Na sequência do atentado de Sarajevo<sup>101</sup>, a Áustria-Hungria enviou um ultimato ao governo de Belgrado na noite do dia 23 de Julho de 1914. Ao ser rejeitado pela Sérvia, era decretada dois dias depois a mobilização geral no Império Austro-Húngaro (Gilbert 58-60). «Estalou um trovão», recordava João Chagas no seu diário a propósito desse acontecimento (*Diário* I 108). De facto, numa Europa dividida por antagonismos políticos e interesses territoriais diversos, as alianças militares já estabelecidas<sup>102</sup> provocaram o desencadear de um conjunto de declarações de guerra entre finais de Julho e princípios de Agosto, que originariam a eclosão da Primeira Guerra Mundial<sup>103</sup>. Portugal encontrava-se numa posição delicada perante a nova conjuntura internacional<sup>104</sup>. A Inglaterra ocupava uma posição central nesta questão<sup>105</sup>. O papel da legação de Londres seria muito importante na forma de lidar com os problemas que a guerra colocava a Portugal<sup>106</sup>. Teixeira Gomes tinha assim mais uma espinhosa missão diplomática a resolver.

A 26 de Julho de 1914 Teixeira Gomes escrevia a João Chagas queixando-se deste não responder às suas cartas: «Espero que o faça tão depressa a nova trapaalhada balcânica se resolva» (*Correspondência* I 189). O diplomata sentia o cheiro de pólvora no ar. A 4 de Agosto, findo o prazo dado pela Inglaterra para a Alemanha retirar as suas tropas da Bélgica, Teixeira Gomes assegurava ao subsecretário

Eyre Crowe a cooperação portuguesa na guerra ao lado da Inglaterra, recebendo a aprovação do presidente do Ministério, Bernardino Machado (Lopes 109-110). Freire de Andrade<sup>107</sup>, ministro dos Negócios Estrangeiros, enviava o seguinte telegrama ao diplomata: «Conselho de Ministros aprovou declaração por V. Ex.<sup>a</sup> feita Foreign Office» (Camacho, *Rescaldo* s.p.). No mesmo dia, Teixeira Gomes comunicava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a necessidade de se insistir com o governo inglês para que fossem tomadas medidas para a defesa das colónias portuguesas. O certo é que, nesse mesmo dia, Grey telegrafou a Carnegie<sup>108</sup>, ministro inglês em Lisboa, para que este fizesse saber ao governo português que a Inglaterra disponibilizaria ajuda em caso de agressão às colónias portuguesas. No dia seguinte, Carnegie entregava ao ministro dos Negócios Estrangeiros português uma comunicação do Foreign Office solicitando ao governo a não declaração de neutralidade neste conflito, esperando deste a colaboração, caso fosse necessário, nos termos da aliança (Lopes 110). Tratava-se de uma posição algo dúbia por parte da Inglaterra<sup>109</sup>. Na realidade, o governo inglês não tinha muito interesse em que Portugal interviesse militarmente na guerra<sup>110</sup>. Teixeira Gomes reconhecia algum mal-estar em Inglaterra em aceitar a ideia de Portugal combater ao seu lado (Ramos, *História de Portugal* 498)<sup>111</sup>.

A 7 de Agosto, Bernardino Machado declarava no Congresso a fidelidade à aliança inglesa, afirmando que Portugal não faltaria aos seus deveres para com a Inglaterra (Serra 43). Nesse dia, Teixeira Gomes enviava um telegrama a Freire de Andrade comunicando o agrado com que o governo inglês recebeu a manifestação de solidariedade do parlamento português (Camacho, *Rescaldo* s.p.). A defesa das colónias africanas face às ameaças alemãs era fonte prioritária de preocupação para as autoridades portuguesas<sup>112</sup>. A 24 do mesmo mês tropas alemãs atacaram a região norte de Moçambique (Lopes 111). Apesar de tudo, e perante o desespero da facção guerrista em Portugal<sup>113</sup>, o país mantinha a sua atitude expectante, aguardando o evoluir dos acontecimentos. A 18, Freire de Andrade, em telegrama enviado a João Chagas, explicava o ponto de vista do governo sobre a questão da guerra: «Não estamos hostilidade país algum, portanto neutros, mas neutralidade condicional» (Serra 45). Chagas não gostou do teor do telegrama e criticou a passividade do governo (*Diário* I s.p.).

Em Setembro, novos factos viriam clarificar algumas questões. No início do mês, Freire de Andrade comunicava à legação portuguesa em Berlim que Portugal não desejava entrar no conflito, mas como estava sujeito aos deveres da aliança inglesa não podia declarar a neutralidade e ajudaria a Inglaterra caso esta o solicitasse (Lopes 112). A 13, Teixeira Gomes concedia a Eyre Crowe a autorização do governo português para a passagem de tropas inglesas na região do lago Niassa. A 19, Grey autoriza a vinda de uma missão militar portuguesa a Londres (Ramos, *História de Portugal* 503).

Entretanto, a ofensiva alemã na Frente Ocidental nesse mês de Setembro levou

o comando militar francês a solicitar ajuda militar a Portugal, nomeadamente em termos de artilharia. No contexto da política oficial portuguesa, interessava que o respectivo pedido fosse feito pela Inglaterra (498). Pereira de Eça<sup>114</sup>, ministro português da Guerra, insistia em enviar simultaneamente tropas e canhões (Serra 46). No dia 24, Teixeira Gomes comunicava ao Foreign Office o pedido de ajuda francês e a insistência do governo português em juntar tropas, solicitando que o referido pedido partisse do governo inglês, «nos termos da aliança inglesa» (Lopes 112). Em todo este processo, é notória a prudência e a frieza com que o diplomata português lidava com esta questão, alertando para a incerteza da situação militar na Europa e para a falta de recursos em Portugal para lidar com uma guerra a esta escala<sup>115</sup>. A 28, era enviado um navio de guerra inglês a Lisboa (Ramos, *História de Portugal* 503).

A 10 de Outubro, Teixeira Gomes recebia um memorando do Foreign Office a convidar Portugal a cooperar militarmente com a Inglaterra e a abandonar a atitude de neutralidade (Lopes 114). O governo inglês aceitava o auxílio militar português em termos de artilharia e de infantaria para as operações em França (Serra 46)<sup>116</sup>. A 17, Freire de Andrade comunicava às legações portuguesas na Europa a certeza da entrada de Portugal na guerra como aliada da Inglaterra (47). Nesse mês, uma missão militar constituída por oficiais portugueses foi recebida pelo ministro da Guerra britânico, Kitchener<sup>117</sup>, com o objectivo de preparar o envio de forças militares para França<sup>118</sup>. Teixeira Gomes comunicava ao Ministério dos Estrangeiros em Lisboa a impressão favorável transmitida pelos oficiais portugueses no Ministério da Guerra britânico (Lopes 114).

No dia 23 de Novembro, o Congresso aprovava a participação militar portuguesa na guerra ao lado da Inglaterra (Serra 47). Dias antes, Teixeira Gomes solicitava ao governo português a activação dos preparativos necessários para a mobilização de tropas (Lopes 115). Entretanto, em Portugal, registara-se uma série de acontecimentos internos que adiaram os preparativos para a guerra e reforçaram as desconfianças iniciais do governo inglês sobre a pertinência da entrada portuguesa na guerra<sup>119</sup>. A 19 de Dezembro, Teixeira Gomes lamentava a saída de Freire de Andrade da pasta dos Negócios Estrangeiros. «Vejo os nossos homens tão infinitamente longe da realidade», desabafava o diplomata a João Chagas criticando a atitude governamental (*Correspondência* I 215). O autor estava ressentido com as opiniões de Brito Camacho contra a participação militar portuguesa na Europa<sup>120</sup>. A 28 de Dezembro, Teixeira Gomes confidenciava ao seu antigo amigo tudo ter feito para evitar a entrada na guerra, mas estando tudo preparado com a Inglaterra, seria vergonhoso não prestar o apoio invocado pela Inglaterra: «Agora é aguentar!» (216-217). Para cúmulo, surgiam rumores de que o diplomata português tinha simpatias pelos alemães<sup>121</sup>.

Em Janeiro de 1915, a situação entrava num impasse<sup>122</sup>. A participação militar na guerra estava comprometida. A imprensa inglesa estava atenta. Em artigo saído no *Times*, a 27 de Abril, parecia haver alguma estabilidade política no país: «So far,

the dictatorial measures have not been many, nor have they been of a nature to raise the ire of the nation» (AMNE, *Legação*, cx. 65, mc. 5, 1915). Mas era uma calma aparente. A 14 de Maio, estalava uma revolta sangrenta em Lisboa<sup>123</sup>. Em Junho eram marcadas eleições, regressando a normalidade política<sup>124</sup>. Retomava-se a política intervencionista em Portugal<sup>125</sup>. O governo britânico, entretanto, procurava não se comprometer com as posições portuguesas, entendendo que a responsabilidade de uma eventual declaração de guerra à Alemanha pertenceria a Portugal e nunca pela invocação da velha aliança luso-britânica (Lopes 116). Em Julho, Teixeira Gomes, irritado com a ambiguidade da atitude inglesa, insistia com o Foreign Office para que instruisse Carnegie, em Lisboa, a negociar a beligerância com o governo britânico (Gómez 160). Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, pressionava o governo inglês no sentido deste não fugir às suas responsabilidades no quadro da aliança (165).

A pressão diplomática portuguesa acabou por dar resultados. No final do ano de 1915, o comando aliado fazia preparativos para forçar o fim da guerra, precisando para isso de todos os meios militares ao seu dispor (Serra 51). A necessidade de barcos para o esforço de guerra britânico levou as autoridades britânicas a solicitar ao governo português, a 30 de Dezembro de 1915, a requisição de navios mercantes alemães ancorados nos portos portugueses, mas sem invocar a aliança (Ramos, *História de Portugal* 514). Em Fevereiro de 1916, o governo inglês reafirmava o convite feito em 10 de Outubro de 1914. Afonso Costa só aceitava a requisição dos navios alemães caso os ingleses o pedissem invocando a aliança (515). Os ingleses cederam. A 23 de Fevereiro, o governo português apreendia 35 barcos alemães ancorados no Tejo (Serra 52-53). A 9 de Março, a Alemanha declarava guerra a Portugal. A 16, era constituído o governo da União Sagrada, presidido por António José de Almeida, sem a intervenção dos unionistas de Brito Camacho (53). Faziam-se os preparativos militares<sup>126</sup>.

A 15 de Julho, Eyre Crowe solicitava ao governo português as condições de empréstimo dos navios apresados no Tejo e questionava as necessidades portuguesas nesta matéria: «The portuguese government will determine as soon as possible which of the ships are to be retained for the service of Portugal» (*Actas* s.p.). A 18, Teixeira Gomes enviava um telegrama a Grey respondendo que o governo português ficaria com 20 por cento do total da tonelagem dos ditos navios, concordando com os valores negociais propostos pelos ingleses. Nesse mês, Afonso Costa e Augusto Soares deslocavam-se a Londres para discutir questões militares e financeiras, tendo recebido de Eyre Crowe um convite oficial para a participação portuguesa na guerra (Ramos, *História de Portugal* 515). Teixeira Gomes acompanhou os membros do governo na sua deslocação a Londres (Oliveira Marques 151-152)<sup>127</sup>. Em Agosto, oficiais ingleses e franceses chegavam a Portugal para acompanhar os preparativos militares (*Actas* 11). A participação portuguesa na guerra europeia estava assegurada. A partir deste período, e durante o ano seguinte, Teixeira Gomes

acompanharia com atenção o desenrolar dos acontecimentos militares, dando particular atenção ao conflito em África<sup>128</sup>.

Entre 1916 e 1917, da legação de Londres eram enviadas notícias desencorajadoras para a economia portuguesa<sup>129</sup>. Devido a motivos de racionamento para fins militares, eram recusados pedidos de importação de produtos essenciais para as fábricas portuguesas. A Companhia União Fabril (CUF) ressentiu-se com a proibição de compra de juta e sebo para as suas fábricas (AMNE, *Legação*, cx. 65, mç. 5 1915). Outros produtos, como o latão e o sulfato de amónia eram impedidos de sair de Inglaterra (AMNE, *Legação*, cx. 66, mç. 5 1916). A exportação para Inglaterra sofria, por outro lado, de algumas restrições. Era o que se passava com alguns produtos agrícolas, como as ervilhas e os frutos secos. Teixeira Gomes propôs ao Foreign Office a antecipação da negociação de figos e amêndoas do Algarve, para que os produtos não se estragassem com a demora dos embarques: «Tenciono expor a situação, proximamente, ao Foreign Office. E reclamarei que, pelo menos, se encurte a data para a entrada das frutas secas em Inglaterra de seis semanas» (idem).

O papel diplomático de Teixeira Gomes na integração de Portugal como aliado da Inglaterra na guerra europeia foi destacado pelo próprio ministro da Guerra, Norton de Matos, que o conheceu em Londres durante as negociações. Ao diplomata português ficava o seguinte elogio: «a sua inteligência, o seu tacto político e talvez ainda acima de tudo isso, o seu grande prestígio em Londres, muito contribuíram para o completo êxito da minha missão» (Lopes 118).

No entanto, a sua acção neste contexto foi desvalorizada por alguns dos seus contemporâneos. Brito Camacho pensava que o diplomata português se tinha precipitado em algumas ocasiões, nomeadamente quando declarou o apoio de Portugal à Inglaterra em 4 de Agosto de 1914, sem a prévia autorização governamental (Camacho, *Rescaldo da Guerra* s.p.). João Chagas, em tom jocoso e depreciativo, criticava a atitude subserviente do ministro português perante o Foreign Office, culpando-o de praticar «uma diplomacia duvidosa», indo ao ponto de confessar o seu arrependimento em tê-lo recomendado a Bernardino Machado para o posto que ocupava (*Diário* II s.p.). Cunha Leal considerava que Teixeira Gomes teria sido ingénuo relativamente à posição de Edward Grey sobre o suposto interesse britânico em defender as colónias portuguesas de agressões externas ao abrigo da aliança. Para este político, o Foreign Office pouco se preocupava com Portugal e suas colónias. Nesta perspectiva, a política externa de Grey passaria pela defesa dos interesses internacionais de Inglaterra, não havendo aqui questões morais ou de consciência a salientar (*Portugal e a Inglaterra* 315).

O golpe militar desencadeado por Sidónio Pais em Lisboa, em finais de 1917, iria alterar o futuro diplomático de Teixeira Gomes<sup>130</sup>. Com o sidonismo, começava o «primeiro grande percalço da sua vida» (Medina 125). A nível externo, Sidónio Pais procurava sossegar o governo inglês quanto à natureza do golpe de 5 de Dezembro. Por um lado, tentava assegurar a manutenção de acordos anteriores,

nomeadamente em relação à intervenção portuguesa na guerra. Por outro, queria desfazer a imagem de germanófilo<sup>131</sup> e cair nas boas graças do sempre desconfiado governo britânico (121, 123). O contacto do novo governo republicano<sup>132</sup> com a legação portuguesa seria vital neste contexto.

Teixeira Gomes assegurava a Sidónio Pais ter transmitido ao governo britânico todas as informações recebidas de Lisboa no sentido de tranquilizar os círculos políticos londrinos: «Tenho lido no Foreign Office todas as comunicações de V. Ex.<sup>a</sup> acentuando bem as suas declarações sobre aliança e compromissos internacionais tomados em nome da nação», telegrafava o diplomata ao chefe do governo português a 11 de Dezembro (120). Teixeira Gomes procurava sossegar Sidónio. A 17, o diplomata enviava um telegrama para Lisboa, afirmando que a imprensa inglesa não condenava o novo governo (122). Do governo inglês, não havia qualquer indício de hostilidade (120). A aparente passividade inglesa podia ser interpretada de várias formas. Sobre este assunto, Cunha Leal, crítico do sidonismo, considerava que a Inglaterra «prefere à frente de Portugal governos [...] isentos de fiscalização popular, a fim de lhes poder arrancar todas as concessões sem ter de se preocupar com as reciprocidades» (*Portugal e a Inglaterra* 234-235).

Mas as fricções entre o chefe de governo e o ministro português acentuaram-se. Sidónio procurava saber a opinião pessoal de Teixeira Gomes acerca das posições do governo. Este abstinha-se de comentar, reconhecendo ter sido uma questão delicada a demissão de Bernardino Machado<sup>133</sup>. Sidónio não gostou da resposta evasiva e começava a desconfiar da postura de Teixeira Gomes. O chefe de governo teimava em que tudo fosse clarificado, e pedia que se insistisse perante o Foreign Office que a ordem pública estava estabelecida em Portugal (Medina 123). Teixeira Gomes exasperava. «Nada se tem publicado aqui que valesse a pena desmentir ou esclarecer», respondia o diplomata a 22 de Dezembro (123).

Em Janeiro de 1918, Teixeira Gomes seria chamado a Lisboa. Partindo no dia 7, chegava à capital portuguesa a 17, ficando instalado no hotel Avenida Palace (*Londres Maravilhosa* 132). A 18, recebia Sidónio na Estação do Rossio (Medina 124). No dia seguinte, seria recebido por este no Palácio das Necessidades. O chefe de governo foi muito crítico da actuação do diplomata após o golpe de 5 de Dezembro. «Falou-me da atitude da imprensa inglesa e disse-me que não tinha havido por parte da legação a necessária propaganda sobre a revolução de 5 de Dezembro», lembrava Teixeira Gomes (*Londres Maravilhosa* 132). Criticando ainda a atitude do diplomata em relação às negociações da participação portuguesa na guerra, Sidónio pedia a demissão de Teixeira Gomes do cargo ocupado por este em Londres (Lopes 125). Seis dias depois, seria detido no hotel por três polícias, por ordem judicial, tendo-lhe sido retirado o passaporte que trouxera de Londres (*Londres Maravilhosa* 133). A 26, seria interrogado no hotel pelo juiz Alfeu da Cruz acerca da sua actividade em Londres nas últimas semanas (Lopes 125). Teixeira Gomes defendeu-se de todas as acusações, tendo-se deslocado ao Ministério dos

Negócios Estrangeiros a 28, para que fossem pedidos esclarecimentos ao Foreign Office (Medina 125). No dia 4 de Fevereiro, a polícia informou-o no hotel que estava livre de se deslocar para onde entendesse (Lopes 126).

Com o episódio sidonista terminava assim a fase mais relevante do percurso diplomático de Manuel Teixeira Gomes. Seria o fim de um ciclo na vida política do escritor<sup>134</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

- Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência enviada de Londres para o Ministério de Negócios Estrangeiros*, legação de Londres, caixas 62-67, anos de 1910 a 1920.
- Anuário Diplomático e Consular Português*, 1910-1922.
- Assembleia da República. *Actas das Sessões da Câmara de Deputados e do Senado sobre a Participação de Portugal na I.ª Grande Guerra*, transcrição e introdução de Ana Mira, Lisboa, Assembleia da República, 2002.
- Camacho, Brito. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães Editores, 1936.
- Rescaldo da Guerra através do Livro Branco*. Lisboa: Guimarães Editores, 1936.
- Chagas, João. *A Última Crise. Comentários à situação da República Portuguesa*. Porto: 1915.
- Diário*. 2 volumes. Livraria Editora: 1979.
- Portugal perante a Guerra*. Porto: 1915.
- Gomes, Manuel Teixeira. «Uma Fácil Vitória Diplomática». *Seara Nova*, n.º 267, edição de 15 de Outubro de 1931, pp. 35-41.
- «Uma Fácil Vitória Diplomática. Parte II». *Seara Nova*, n.º 402, edição de 16 de Agosto de 1934, pp. 275-76.
- «Uma Fácil Vitória Diplomática. Parte III». *Seara Nova*, n.º 433, edição de 4 de Abril de 1935, pp. 3-4.
- O Cristal da Palavra. Cartas inéditas de Manuel Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira*. Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues e Vítor Wladimiro Ferreira. Portimão: Edições Colibri, 1999.
- Correspondência. Cartas para políticos e diplomatas*. 2 volumes. Lisboa: Portugália Editora, 1960.
- Miscelânea*. 2.ª ed. Lisboa: Portugália Editora, 1959.
- Londres Maravilhosa*. 2.ª ed. Lisboa: Portugália Editora, 1960.
- Leal, Cunha. *Eu, os Políticos e a Nação*. Lisboa: Portugal-Brasil, 1926.
- Memórias Políticas*. 2 volumes. Lisboa: Terra Livre, 1977.
- Portugal e a Inglaterra*. Corunha: Imprensa Maret, 1932.
- Machado, Bernardino. *Depois do 21 de Maio*. Vol. I. 2.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1935

### Bibliografia geral

- Dreyfus, F.G., Marx, Roland e Poidevin, Raymond. *História Geral da Europa*. vol. III. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- Droz, Bernard e Rowley, Anthony. *História do Século XX*. Vol. I. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.
- Gilbert, Martin. *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- História do Século XX. A Idade dos Impérios. 1900-1914*. Vol. I. Introdução de Asa Brigs. Lisboa: Publicações Alfa, 1995.
- História do Século XX. A I.ª Guerra Mundial. 1914-1918*. Vol. II. Introdução de J.M. Winter. Lisboa: Publicações Alfa, 1995.
- Joll, James. *A Europa desde 1870*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1982.
- Trevelyan, G.M. *História Concisa de Inglaterra*. Vol. II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

### Bibliografia específica

- Brandão, Fernando Castro. *A 1.ª República Portuguesa. Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- Canaveira, Manuel Filipe. *Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.
- Costa, F.M. «Soveral, Marquês de». *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 257.

- Cruzeiro, M.<sup>a</sup> Manuela. «Batalha Reis, Jaime». *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 66.
- Ferreira, David. «Gomes, Manuel Teixeira». *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- Gomez, Hipólito de La Torre. *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha. 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- Gonçalves, José Sequeira. «O Coronel Ortigão Peres. Adido militar português em França». *Gueristas e Anti-Gueristas*. Coord. João Medina. Lisboa, Universidade de Lisboa: 1986.
- Lopes, Norberto. *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1942.
- Marques, A.H. *Afonso Costa*. Lisboa: Arcádia, 1972.
- Marques, Maria da Graça Marques. «As Dificuldades Inultrapassáveis da I República: Manuel Teixeira Gomes, um Presidente desiludido». *Algarve. Da antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- Marreiros, Glória. «Gomes, Manuel Teixeira.» *Quem é Quem. 200 algarvios do século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, pp. 237-40.
- Matos, Eugénio e Valério, Nuno. *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- Mattoso, A.G. «Jorge V». *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- Medina, João. *Manuel Teixeira Gomes e Sidónio Pais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1980 (separata da *Revista Clío* — revista do Centro de História da Universidade de Lisboa).
- Ramos, Rui. *História de Portugal. A segunda fundação*. Dir. José Mattoso. Vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- Ramos, Rui (coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1824-1910*. Lisboa: ICS-UL/Assembleia da República, 2004/2005.
- «Gomes, Manuel Teixeira». *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VIII. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- Reis, António. «Relvas, José». *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 160.
- «Formiga Branca». *Dicionário Enciclopédico de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1992, p. 226.
- Serra, João Bonifácio. «Do 5 de Outubro ao 28 de Maio». *Portugal Contemporâneo*. Vol. III. Dir. António Reis. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 13-84.
- Telo, António. «A Busca Frustrada do Desenvolvimento». *Portugal Contemporâneo*. Vol. III. Dir. António Reis. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 123-70.
- Torre, Adelino. «As contradições do paradigma colonial». *Portugal Contemporâneo*. Vol. III. Dir. António Reis. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp. 101-20.
- Valério, António e Pessoa, Mascarenhas. «Teixeira Gomes». *A República e Seus Presidentes*. Lisboa: Biblioteca Museu da República e da Presidência, 1997.

## NOTAS

- 1 Sobre esta questão podem ser consultados os dois volumes organizados por Castelo Branco Chaves, que contêm vasta correspondência enviada por Teixeira Gomes a políticos e diplomatas influentes na época, como Afonso Costa, Brito Camacho, João Chagas e outros (*Correspondência. Cartas para Políticos e Diplomatas*. Vols. I e II. Lisboa: Portugalia Editores, 1960).
- 2 Uma das primeiras medidas tomadas pelo *Governo Provisório* foi incumbir o novo titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, da tarefa de comunicar aos representantes diplomáticos estrangeiros em Portugal a confirmação por parte do novo regime político de que todos os compromissos internacionais anteriormente assumidos seriam assegurados pelos governantes republicanos (Brandão 10).
- 3 Sobre este assunto, Rui Ramos escreveu o seguinte: «Desde 1911, a linha seguida por Lisboa nas suas relações com a Inglaterra foi simplesmente a de ceder em tudo o que fosse possível, de tal modo que a embaixada inglesa em Lisboa notava que era muito mais fácil satisfazer quaisquer pretensões britânicas agora do que antes de 1910.» (Ramos, *História de Portugal* 495).

- 4 O desenvolvimento industrial alemão nessa época, em particular, foi muito forte nas novas indústrias, em especial no sector químico e eléctrico, fazendo da Alemanha «o país clássico dos cartéis e dos grandes monopólios industriais» (Joll 218).
- 5 Em 1877, a rainha Vitória fazia-se coroar imperatriz da Índia (Trevelyan 240).
- 6 Só na América do Sul, os ingleses controlavam nove décimos da rede ferroviária argentina, tendo forte participação na construção das linhas férreas transcontinentais dos Estados Unidos da América (F.G. Dreyfus 197).
- 7 Em 1914, 62 por cento dos cabos submarinos existentes pertenciam à Inglaterra (Droz 16).
- 8 A França e a Alemanha desencadearam uma crise internacional devido à disputa que travaram por uma área de influência comum: Marrocos. A viagem de Guilherme II a Tânger, em Março de 1905, provocou reacções por parte do governo francês, cioso de manter a sua posição na zona. Sendo certo que provocou a demissão do ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Delcassé, a verdade é que na Conferência Internacional de Algeciras, realizada em Janeiro do ano seguinte para se discutir o acesso aos portos marroquinos, a posição da Alemanha saiu enfraquecida graças ao apoio da Inglaterra às pretensões francesas (F.G. Dreyfus 339). Em 1911, a presença de um navio de guerra alemão no porto marroquino de Agadir prenunciou uma nova crise internacional, mas a influência inglesa na protecção dos interesses franceses foi mais uma vez decisiva (Joll 257).
- 9 Diria Mac Kinwood ser esse um problema doméstico, «exclusivamente doméstico», teria ouvido José Relvas (*Memórias Políticas* 222).
- 10 Em Inglaterra, a campanha antiesclavagista era muito forte, direccionada em grande parte para as plantações de S. Tomé, ambicionadas pelos chocolateiros ingleses, nomeadamente pelo industrial Cadbury (idem 220).
- 11 Luís Maria de Pinto Soveral, par do reino, em carta régia de 17 de Março de 1898, representou o governo em Inglaterra desde 1891 até à implantação da República Portuguesa (Medina 119).
- 12 Em Agosto de 1910, apesar de ganhas pelos partidos monárquicos, as eleições revelaram forte implantação republicana na região da Grande Lisboa, na Península de Setúbal e no Baixo Alentejo (Ramos, *História de Portugal* 355).
- 13 «Viram-no em Lisboa e no Porto, moço elegante, já com seu jeito de *dandy*, convivendo com artistas, frequentando os cenáculos literários, deixando-se embalar pelo gosto de intermináveis discussões» (Lopes 51).
- 14 Os atritos pessoais entre Bernardino Machado e Teixeira Gomes eram conhecidos, e ficaram bem patentes na correspondência enviada para políticos e diplomatas - publicada por Castelo Branco Chaves - e noutras fontes consultadas. João Chagas referiu que Bernardino Machado aceitou com alguma relutância o nome de Teixeira Gomes para a legação de Londres porque não gostava dele «por lhe parecer impertinente ou desrespeitoso. O amor-próprio do Bernardino Machado não suporta aparências altivas, mas enfim, lá o aceitou» (Chagas, *Diário de João Chagas* I, s.p.). Aliás, também Chagas, como Brito Camacho e José Relvas, não morriam de amores por Bernardino Machado, antigo monárquico, político experiente, acusado de ser intriguista e dissimulado pelos seus detractores (Ramos, *História de Portugal* 440, 444).
- 15 Francis Villiers, embaixador inglês em Lisboa desde 1906 até 1911 (Medina 127).
- 16 Em substituição de Basílio Teles, que nunca chegou a assumir o cargo (Serra 20).
- 17 Curiosamente, foi precisamente José Relvas o nome escolhido para representar a legação portuguesa em Madrid, cargo que ocupou entre Outubro de 1911 e Maio de 1914 (Reis 160).
- 18 Sobre a saída de José Relvas da delegação de Madrid, Teixeira Gomes escreveu em tom elogioso o seguinte: «Os políticos em Portugal, no seu desconhecimento das conveniências e exigências internacionais, nem de longe lhe mediram o alcance (da saída de Madrid). O José Relvas não pôs ao serviço da República somente a sua inteligência, dedicação e trabalho, pôs também o seu nome, o prestígio da sua origem fidalga, a experiência do trato social [...]» (*Correspondência* I 144).
- 19 Em Outubro de 1911 e em Julho de 1912, forças monárquicas portuguesas exiladas na Galiza e comandadas por Paiva Couceiro penetraram em território nacional com a complacência do regime monárquico espanhol. José Relvas conseguiu que o rei Afonso XIII e o governo espanhol sancionassem o acordo estipulado para pôr fim às actividades conspiratórias dos monárquicos portugueses, logrando a expulsão dos conspiradores de Espanha e o conseqüente exílio no Brasil (Relvas, *Memórias* II 15).

- 20 No contexto da guerra europeia de 1914-18, Chagas criticou a política diplomática seguida por Teixeira Gomes em Londres: «Seria Teixeira Gomes quem estaria inspirando o governo português com as indicações de diplomacia duvidosa que sempre lhe conheci» (Chagas, *Diário* s.p.).
- 21 Em substituição de Luís Gomes (Serra 20).
- 22 Em carta enviada a Brito Camacho e datada de 28 de Dezembro de 1914, Teixeira Gomes desabafava ter feito tudo para evitar a entrada portuguesa na guerra, «mas de tal modo essa cooperação está formalmente prometida e tratada, que seria a maior das vergonhas dar a entender que a não poderíamos prestar» (*Correspondência* I 215).
- 23 Algumas das suas melhores obras foram escritas nos anos imediatamente anteriores à implantação da República, casos de *Agosto Azul* (1904), *Sabina Freire* (1905) ou *Gente Singular* (1909).
- 24 O escritor já conhecia a cidade de viagens anteriores. Em texto escrito em 1905, Teixeira Gomes achava Londres pouco atraente, comparando-a com a beleza de Paris. Recordava, então, situações anteriores vividas naquela cidade, como o jubileu de diamante da rainha Vitória, as cabeleireiras londrinas, os fados na City, as mulheres, a pobreza e a mendicidade. Eram outros tempos, tempos de ociosidade (*Londres Maravilhosa* s.p.).
- 25 Teixeira Gomes partiu de Lisboa no Sud-express, com paragem em Paris, onde o escritor descansou (hotel Palais d'Orsay). À chegada a Londres, o novo diplomata foi hospedado no hotel Coburg (*Cartas Inéditas* 119).
- 26 Carta datada de 20 de Abril de 1927, escrita em Tunes (*Miscelânea* 107).
- 27 Ofício enviado a 20 de Abril de 1911 (AMNE cx. 63, mç. 2 1911).
- 28 Tratava-se de Demétrio Cinatti, cônsul-geral em Londres entre 1911 e 1915 (AMNE, *Anuário Diplomático*).
- 29 Tendo representado Portugal como cônsul-geral de primeira classe em Londres desde 1897 e como adido comercial em 1902, Jaime Batalha Reis partiu de Londres em 1911, na direcção de Berlim, tornando-se nesse ano ministro plenipotenciário em Haia. A partir de 1912, foi deslocado para S. Petersburgo, onde representou Portugal até Abril de 1918 (Cruzeiro 66).
- 30 O primeiro secretário Pedro de Tovar, o terceiro secretário, João António de Bianchi e o adido naval João Manuel de Carvalho (AMNE, *Anuário Diplomático*).
- 31 Eyre Crowe, subsecretário assistente do Foreign Office, revelou-se uma ajuda preciosa na tentativa de resolução de algumas questões delicadas entre Portugal e Inglaterra no consulado de Teixeira Gomes em Londres. «Tornou-se-me um verdadeiro irmão, e como tal me tratou até morrer» (*Sera Nova*, n.º 267). Crowe substituiu Langley como responsável pelos assuntos portugueses em Agosto de 1912 (*Cartas Inéditas* 72).
- 32 Edward Grey assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros em finais de 1905, tendo resignado ao cargo em 1916, por questões de saúde. A sua política externa pautou-se por uma linha moderada e conciliadora, nomeadamente na altura da crise internacional do Verão de 1914, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. O historiador inglês Trevelyan descrevia assim o ministro inglês: «Edward Grey, remoto, firme e tristemente sereno à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros» (Trevelyan 260).
- 33 Foram enviados recortes destas entrevistas para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Esta prática foi regularmente usada por Teixeira Gomes nos seus contactos com o Terreiro do Paço, sendo definidora de uma política de informação cuidada veiculada pelo diplomata e reveladora da atenção dada por este a tudo o que dissesse respeito aos interesses portugueses em Inglaterra (AMNE, *Legação*, cxs. 62-67 1910-1920).
- 34 Quando Teixeira Gomes tomou posse como representante diplomático português em Londres, a Inglaterra era governada desde Dezembro de 1905 pelo Partido Liberal, que, pela última vez na sua história, iria dirigir o país até Maio de 1915, sob a liderança de Asquith, sucessor de Campbell-Bannerman, falecido em 1908. A acção deste governo destacou-se através do impacto produzido pelas suas reformas sociais — pensões de terceira idade, redução do horário de trabalho, assistência médica na infância — e políticas — a Lei do parlamento de 1911 que reduziu os poderes da Câmara dos Pares em detrimento dos Comuns. Este governo geriu problemas internos complicados, desde conflitos laborais até à questão das sufragistas, passando pela questão da autonomia irlandesa. No contexto da guerra iniciada em 1914, Lloyd George, ministro das Finanças — nomeado ministro do Armamento durante a guerra —, substituiu Asquith. O Partido Liberal fragmentado foi sendo substituído na vida política inglesa pelo Partido Trabalhista, surgido no início do século xx (Trevelyan 258-260, 262-265 285).

- 35 Em 1911, reinava Jorge V, segundo filho de Eduardo VII, rei da Grã-Bretanha e Irlanda entre 1910 e 1936. Representou a Inglaterra e conseguiu gerir situações políticas complicadas, desde a questão parlamentar entre os Lordes e os Comuns, passando pelo problema irlandês e pela guerra com as Potências Centrais. Foi um rei com grande popularidade (Mattoso s.p.).
- 36 Na época, o edifício que albergava o Ministério dos Negócios Estrangeiros ficava sediado no Terreiro do Paço.
- 37 Esta correspondência encontra-se disponível para consulta no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no Palácio das Necessidades. Consultámos documentos da legação de Portugal em Londres entre os anos de 1910 e 1920.
- 38 Teixeira Gomes deslocou-se por três vezes a Portugal antes da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. A primeira vez para passar umas breves férias em Portimão, em Janeiro de 1912. Na segunda ocasião, em Abril e Maio de 1914, também em Portimão. Numa terceira ocasião, em missão diplomática a Lisboa, em Julho de 1915 (*Cartas Inéditas* 120-122).
- 39 Em carta enviada de Portimão em Maio de 1914 para Carlos Relvas, desabafava assim Teixeira Gomes: «Tenho vivido aqui um mês precioso, apenas perturbado pela pergunta que amiúde faço a mim mesmo: não conviria ficar de vez? Mas parece que não convém e já se aproxima o dia de deixar isto tudo e voltar para o exílio» (*Correspondência* I 170).
- 40 «Não sei nada do que vai por minha casa. Nesta época, os trabalhos do campo já vão adiantados e nem sequer consegui do meu feitor que me dissesse se tem chovido», escrevia Teixeira Gomes a Carlos Relvas em Dezembro de 1914 (*idem* 207).
- 41 Teixeira Gomes contactou frequentes vezes com gente ligada à banca e à vida empresarial inglesa, no sentido de encontrar bons negócios financeiros para o Estado português. Uma dessas instituições, com créditos firmados no mercado financeiro britânico, era a Newman, Lubek e C.<sup>ª</sup>. «Dizem casa importante, rica, respeitável, fazendo negócios bancários, boa para compromissos que toma», opinião expressa por Teixeira Gomes em ofício enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 4 1912).
- 42 Em carta enviada à Associação Comercial de Lisboa, datada de 26 de Fevereiro de 1912, Teixeira Gomes tranquilizava os comerciantes lisboetas afirmando que as empresas portuguesas continuavam a ter crédito em Inglaterra, apesar da instabilidade política vivida em Portugal (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 2 1912).
- 43 A rainha Vitória, avó de Jorge V e chefe de Estado a partir de 1837, assistiu durante o seu longo reinado à consolidação do poderio económico e imperialista da Inglaterra. Falecida em 1901, «Vitória possuía em elevado grau os instintos e a dignidade da realeza, que eram, porém, suavizados e popularizados por uma mentalidade e uma natureza emocional de grande simplicidade» (Trevelyan 255).
- 44 As cerimónias de coroação ocorreram no dia 22 de Junho de 1911.
- 45 No final de Abril de 1911, o *Governo Provisório* marcava as eleições para a Assembleia Constituinte para o mês seguinte. As eleições foram realizadas a 28 de Maio. A 19 de Junho, foram inaugurados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição da República foi aprovada a 19 de Agosto e promulgada a 21. A 24 desse mês, Manuel de Arriaga era eleito o primeiro presidente da República Portuguesa (Serra 30-32).
- 46 D. Manuel e a restante comitiva real chegaram a Inglaterra a 14 de Outubro de 1911, tendo as autoridades britânicas o cuidado de informar que o rei deposto seria recebido no Reino Unido como simples cidadão particular (Brandão 10-11).
- 47 Teixeira Gomes afirmou nunca ter tido contactos com D. Manuel II: «[...] nunca tive relações algumas, directas ou indirectas, políticas ou de mera cortesia, com o rei deposto [...]» (*Seara Nova*, n.º 402).
- 48 O diplomata conheceu Soveral numa visita feita por este à legação, tendo os dois almoçado juntos, mas Teixeira Gomes afirma não terem falado de política. Após esta ocasião, nunca mais tiveram contacto algum (*idem*).
- 49 Em Maio de 1912, Teixeira Gomes escrevia o seguinte: «desde que o marquês de Soveral deixou de representar o nosso país, a sua importância política reduziu-se a zero — ou menos de zero [...]» (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 1 1912).
- 50 Alusão ao epíteto de *macaco azul* atribuído a Soveral por Bismark, chanceler alemão, por ocasião de um jantar na corte britânica (*Seara Nova*, n.º 402).
- 51 O antigo chanceler alemão Bernhard Bulow, em alusão a Teixeira Gomes nas suas memórias, classificava-o de «pequeno radical sem importância» (*Seara Nova*, n.º 402, 75).

- 52 A princesa May, Maria de Teck, noiva de Alberto, duque de Clarence, primogénito de Eduardo VII, acabou por casar com Jorge, após morte daquele. O casamento realizou-se em 1893.
- 53 Nascida em 1897, a princesa Mary era a única filha, de seis filhos do casal real. O seu casamento com Henry Lascelles, conde de Harewood, realizou-se em Março de 1912.
- 54 Neste contexto, foi realçado um episódio que provocou um pequeno incidente diplomático motivado pela inscrição «Manuel, rei de Portugal», colocada na prenda enviada por D. Manuel aos noivos. Teixeira Gomes protestou junto do subsecretário Eyre Crowe e do próprio rei (Lopes 86-87). A persistência resultou e a dita inscrição acabou por ser retirada.
- 55 Na realidade, desde o primeiro momento, o anticlericalismo fez-se sentir na jovem República Portuguesa, com atitudes persecutórias, como a prisão de padres nas ruas, nomeadamente de jesuítas (Brandão 10-11).
- 56 As divisões entre as principais figuras políticas republicanas fizeram-se sentir ainda antes da implantação da República. No entanto, após o 5 de Outubro, figuras heróicas como Machado Santos foram ostracizadas, sendo afastadas do poder político. Este tipo de situação teve repercussões negativas para a estabilidade do regime, uma vez que as divisões partidárias, a agitação política e os movimentos conspiratórios iriam acentuar-se nos anos seguintes, muito por iniciativa de Machado Santos e outras figuras insatisfeitas com o rumo dos acontecimentos.
- 57 De facto, a 6 de Janeiro de 1911 foram assaltadas as redacções dos jornais monárquicos de Lisboa, nomeadamente, o *Liberal*, o *Correio da Manhã* e o *Diário Ilustrado* (Brandão 14).
- 58 Entre 5 de Outubro de 1910 e o final desse ano, estalaram em Portugal mais de sessenta greves (Serra 25).
- 59 Apesar da primeira incursão monárquica vinda da Galiza ter acontecido em Outubro de 1911, circulavam já pelo país rumores de movimentações militares lideradas por Paiva Couceiro, especulando-se uma iminente invasão do território transmontano (Serra 34). Depois de fracassada a primeira incursão, as forças realistas tentaram um segundo golpe, na mesma região, mas acabaram por não ter sucesso (Relvas, *Memórias Políticas* II 15).
- 60 Teixeira Gomes considerava que o governo espanhol favorecia e encorajava as pretensões dos conspiradores monárquicos (*Correspondência* I 30).
- 61 O novo ministro britânico em Lisboa apresentou as suas credenciais ao chefe de Estado português, Manuel de Arriaga, a 30 de Outubro de 1911 (Brandão 32).
- 62 O *Governo Provisório* promulgava a Lei da Separação do Estado das Igrejas a 20 de Abril de 1911 (Dec. n.º 92), a qual entrou em vigor a 1 de Julho (Brandão 14-15). A Igreja foi retirada personalidade jurídica, sendo desrespeitada a sua autonomia a vários níveis da cultura e da sociedade portuguesa. A expulsão das ordens religiosas, a extinção do ensino religioso e a obrigatoriedade do registo civil complementaram uma política de um novo Estado que se queria laico. O corte de relações com a Santa Sé e a oposição dos padres e bispos portugueses foi uma consequência inevitável. O violento espírito anticlerical destas medidas marcou os primeiros anos da República (Serra 26-27).
- 63 A expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos foram regulamentados por decreto governamental a 8 de Outubro de 1910 (Brandão 10).
- 64 A França já tinha reconhecido oficialmente a República Portuguesa a 25 de Agosto, enquanto a Rússia, outro grande colosso europeu, só o fez a 30 de Setembro (Brandão 29-30).
- 65 Augusto de Vasconcelos tomou posse como ministro dos Negócios Estrangeiros do novo governo presidido por João Chagas a 12 de Outubro de 1911, saindo do cargo a 9 de Janeiro de 1913, durante o governo de Duarte Leite. Entre 12 de Novembro de 1911 e 16 de Junho de 1912 acumularia este cargo com o de presidente do Ministério.
- 66 A 30 de Janeiro de 1912, D. Manuel e descendentes de D. Miguel tiveram um encontro em Dover, na Inglaterra, unindo esforços em nome da causa monárquica. Paiva Couceiro esteve presente e os Miguelistas enviaram para a Galiza dinheiro e homens, contribuindo para a segunda incursão monárquica (Ramos, *História de Portugal* 460).
- 67 Arthur Harding, sucessor de Villiers, representou o governo britânico em Lisboa entre 1911 e 1913 (Medina 125).
- 68 A duquesa de Bedford, por exemplo, tendo visitado alguns presos monárquicos em Portugal, acabou por estar ligada a uma campanha contra o regime português por causa desta questão. Dizia Teixeira Gomes, em meados de 1913, que não havia jornal que não tivesse o apoio da duquesa contra o tratamento infligido aos presos políticos (Gómez 36).
- 69 De facto, a luta pela emancipação política das mulheres adquiriu contornos de violência

- nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Desacatos públicos, greves de fome, detenções policiais e maus-tratos foram situações sentidas por algumas activistas em Inglaterra nesta época. A alimentação à força das mulheres que praticavam as greves de fome chocou a opinião pública europeia (*A Idade dos Impérios* 41).
- 70 Neste período, foram presos cerca de 3500 suspeitos de conspiração contra o novo regime republicano, tendo partido para o exílio no Brasil mais de duas mil pessoas (Ramos, *História de Portugal* 460).
- 71 Os anos de 1912 e 1913 assistiram a um redobrar da agitação social e política, com aumento de greves, mudanças de governo, práticas golpistas, manifestações de civis, intencionadas monárquicas e repressão policial, criando no exterior uma imagem pouco abonatória de Portugal.
- 72 Afonso Costa, figura de relevo na história da I República Portuguesa, liderou um governo de maioria democrática entre 9 de Janeiro de 1913 e 9 de Fevereiro de 1914. Figura autoritária, líder enérgico da maior formação partidária do regime, o Partido Democrático, impôs uma política de contenção que permitiu reduzir o défice orçamental. Anticlerical, era também conhecido por «racha-sindicalistas» pela forma como lidou com as greves operárias de 1913. Costa era um chefe popular e mantinha ligações com batalhões de voluntários e clubes radicais, uma espécie de milícias armadas que espalharam o terror em Lisboa (Serra 40-41 e Ramos, *História de Portugal* 466, 469).
- 73 Bernardino Machado foi empossado presidente do Ministério em 9 de Fevereiro de 1914, durando o seu governo até 12 de Dezembro do mesmo ano. Acumulou a pasta dos Negócios Estrangeiros até 23 de Maio. Uma amnistia geral aplicada a todos os presos políticos seria aplicada a 20 de Fevereiro, no âmbito de um projecto político que se queria de reconciliação nacional (Serra 41-42 e Ramos, *História de Portugal* 474).
- 74 Foi o caso da Formiga Branca, uma milícia secreta de voluntários republicanos organizada para defesa do regime e que actuava contra golpistas e conspiradores. Os seus membros provinham dos batalhões de voluntários de Afonso Costa e da Carbonária. Por vezes, colaboravam com a polícia; noutras, faziam justiça por conta própria (Reis, *Dicionário Enciclopédico* 266). O Foreign Office estava a par das suas actividades (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 1 1912).
- 75 A redução das despesas, o aumento da cobrança de receitas e as reformas fiscais introduzidas por Afonso Costa no seu programa económico permitiram fechar o ano económico de 1912-13 com um *superavit* de 978 contos, depois de uma previsão inicial de défice (Serra 40).
- 76 Para o ano económico de 1914-15, Afonso Costa projectava um saldo favorável de 3742 contos. A guerra e a instabilidade política interna, nomeadamente com a ditadura de Pimenta de Castro, iriam desequilibrar a estabilidade orçamental conseguida no ano anterior (Telo 142-143).
- 77 António Macieira foi ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Afonso Costa, entre Janeiro de 1913 e Fevereiro do ano seguinte.
- 78 Por duas ocasiões, em 1913, Afonso XIII, rei de Espanha, e Poincaré, presidente francês, reuniram-se ao mais alto nível, procurando estabelecer pontos de vista comuns ao nível da política externa, nomeadamente em relação a uma política comum europeia e mediterrânica. A Inglaterra associou-se a estas conversações, enviando um barco de guerra a Cartagena, em representação do rei Jorge V. Em agradecimento, Poincaré e Afonso XIII enviaram um telegrama a Jorge V deste porto mediterrânico. O rei espanhol procurava integrar a Espanha no grupo das potências ocidentais (Gómez 56-59).
- 79 Na realidade, em 1913, o governo de Afonso Costa teve de lidar com três tentativas de golpe de Estado em Lisboa, a 27 de Abril, a 20 de Julho e a 21 de Outubro (Ramos, *História de Portugal* 467).
- 80 A decisão de fazer regressar o *Active* a Inglaterra esteve também ligada a um telefonema de protesto de Mountbatten, cunhado de Jorge V, a Grey, em que aquele se mostraria indignado por ver a Royal Navy misturar-se com bandidos e arruaceiros (idem 496).
- 81 Em 1913, a tonelagem dos barcos alemães entrados no porto de Lisboa era equivalente à dos navios britânicos, o que seria impensável anos atrás (Ramos, *História de Portugal* 498).
- 82 Para além dos territórios africanos, foram discutidos acessos aos territórios asiáticos, com destaque para a participação de capitais ingleses na construção do caminho-de-ferro de Bagdade (Trevelyan 271 e Dreyfus, 357).
- 83 Em Agosto de 1898, perante as dificuldades financeiras do Estado português e na eminência

de se ter de contrair um empréstimo externo, a Inglaterra e a Alemanha apresentaram-se como credoras e firmaram um pacto segundo o qual repartiriam as colónias portuguesas caso Portugal não conseguisse pagar os juros ou estivesse na disponibilidade de se desfazer delas a troco de compensações financeiras. Inclusive, estavam definidas zonas de influência para as duas potências: norte de Moçambique, sul de Angola e Timor para a Alemanha; os restantes territórios para a Inglaterra. O governo português renunciou a pedir qualquer empréstimo e o início da guerra anglo-bóer aliviou a questão, uma vez que os ingleses precisavam dos portos portugueses e de uma passagem por Moçambique. Assim, em Outubro de 1899, Soveral e Salisbury assinam o Tratado de Windsor, que confirmava a antiga aliança anglo-portuguesa e obrigava a Inglaterra a reconhecer e proteger os territórios portugueses, quer a metrópole, quer as colónias (Gómez 39).

- 84 A abolição da escravatura nas colónias portuguesas em meados do século XIX não impediu que, na prática, o trabalho dos indígenas continuasse a não ser livre. Com efeito, sob o regime de serviçal que implicava a existência de um contrato de trabalho, o trabalhador das plantações de cacau, de arroz e de café continuava a viver e trabalhar em condições miseráveis como um verdadeiro escravo. Os trabalhadores destas plantações vinham principalmente de Angola, mas eram retidos à força e proibidos de voltar para casa (idem 42).
- 85 Segundo Teixeira Gomes, *The Spectator* era o jornal de «vanguarda do antiesclavagismo nas colónias portuguesas» (AMNE, *Legação*, cx. 64, mç. 4 1912).
- 86 O interesse dos chocolateiros ingleses pela reactivação do acordo anglo-alemão de 1898 servia para prejudicar o comércio português de cacau em S. Tomé. William Cadbury, importante chocolateiro inglês, seria um dos mais acérrimos promotores das campanhas antiesclavagistas. «O Sr. Cadbury é um pássaro muito fino [...]», escrevia Teixeira Gomes no final de 1914 (*Correspondência* I, 218). Certamente que também havia motivos de ordem humanitária e altruísta que ganhavam a simpatia de grande parte da opinião pública inglesa (Gómez 43).
- 87 Alemães e ingleses tentavam legitimar as suas aspirações coloniais denunciando o abandono material das colónias e o fraco investimento das autoridades portuguesas nas mesmas (idem).
- 88 Os ingleses não concordaram com as exigências alemãs em obrigar a Inglaterra a permanecer neutral em caso de guerra não provocada (idem).
- 89 Bethman-Hollweg era o chanceler alemão em exercício.
- 90 Numa complicada teia de interesses territoriais, Turquia, Rússia e Áustria-Hungria viram-se envolvidas em confrontos regionais na Península Balcânica entre 1912 e 1913. O crescimento da posição sérvia na região e o consequente antagonismo austro-húngaro estiveram na origem da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha e a Inglaterra tiveram importante papel diplomático nesse contexto (Dreyfus 359).
- 91 Em Março e Abril de 1912, Grey confirmava no parlamento inglês a continuação da aliança com Portugal (Gómez 47).
- 92 Sucessor do barão Marshall de Bieberstein, o príncipe Lichnowsky, de origem polaca, foi o negociador alemão do tratado de 1898. Dele, Teixeira Gomes fez uma descrição caricata: «De feições duras, e a cabeçorra coberta de espessa grenha negra, movia-se em pernas de esqueleto, de magreza inverosímil. Lembrava logo uma rolha de champanhe em cima de dois palitos» (*Seara Nova*, n.º 267).
- 93 O diplomata sempre manifestou discordância com a prática encapotada de escravagismo nas colónias portuguesas. Anos mais tarde, em telegrama enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Barreto, datado de 9 de Agosto de 1920, Teixeira Gomes sugeria apertar a fiscalização contra a tentativa de renovação do trabalho serviçal em S. Tomé e Príncipe, tendo obtido resposta positiva do mesmo, prometendo este levar o assunto a Conselho de Ministros junto do colega responsável pelas colónias, Manuel Ferreira da Rocha (AMNE, *Legação*, cx. 67, mç. 4 1920)
- 94 De certa forma, a maneira como Teixeira Gomes encarava a governação das colónias portuguesas enquadrava-se no paradigma modernista e civilizacional de Norton de Matos, governador-geral (e depois alto-comissário) de Angola durante a Primeira República. Norton de Matos tentou aplicar na colónia uma economia de trocas assente no investimento de capitais na agricultura, na abertura aos capitais estrangeiros e na abolição do trabalho servil (Torres 105-109).

- 95 Neste novo acordo, os alemães ficariam com todo o Norte de Moçambique e a região litoral de Angola (Dreyfus 357).
- 96 O Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão não gostaria de ver o tratado de 1913 publicado, uma vez que, tornado público, Portugal deixaria de fazer qualquer tipo de concessão territorial em África. Por outro lado, a posição de Bethman-Hollweg poderia estar em perigo se se soubesse da hipocrisia inglesa em publicitar o Tratado de Windsor, contrário ao de 1913. De igual modo, o governo alemão desejava manter secreto este tratado, porque tinha receio de defraudar as altas expectativas dos interesses colonialistas instalados na Alemanha (Gómez 45).
- 97 Grey era tão apaixonado por pesca desportiva que, conta Teixeira Gomes, quando deflagrou a guerra mundial, ficou chateado por ter sido obrigado a interromper as suas actividades piscatórias na Escócia, para desespero de Lichnowsky (*Seara Nova*, n.º 267, 39).
- 98 Anos mais tarde, Teixeira Gomes reconhecia que, a ser activado, o tratado anglo-alemão de 1913 seria prejudicial para os interesses de Portugal, não só pela possível perda de territórios, como pela perda de prestígio internacional da República (idem 40).
- 99 Eyre Crowe concordava com a visão de Teixeira Gomes para uma melhor administração das colónias, insistindo com o diplomata português para que se activasse a ocupação de facto dos territórios coloniais, condição essencial para Portugal afirmar a sua soberania nessas regiões. A reforma do estatuto do trabalhador colonial era também, para Crowe, factor essencial de mudança na política colonial portuguesa (Gómez 52).
- 100 Alguns autores afirmam que a verdadeira causa da anulação do acordo alemão de 1913 teria sido originada pela teimosia da Alemanha em inserir nesse tratado o Congo Belga, situação que levou a França a intervir em defesa dos interesses belgas (Dreyfus 357). Teixeira Gomes desvalorizou a atitude francesa neste contexto, considerando que Poincaré nunca esteve a par do processo negocial e que a França também tinha receios em relação àquele acordo, pois poderia também estar em causa a segurança das colónias francesas em África (*Seara Nova*, n.º 433 3-4).
- 101 No dia 28 de Junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro da coroa austro-húngara, foi assassinado nas ruas de Sarajevo por um bósnio da Sérvia, Gavrilo Princip. O domínio austríaco da Bósnia e as aspirações nacionalistas sérvias estiveram na base deste atentado, ligado a uma organização terrorista sérvia denominada Mão Negra (Gilbert 52).
- 102 Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, estavam formadas na Europa duas grandes alianças militares com características defensivas: a Tríplice Aliança, organizada em 1882 pela Alemanha, a Áustria-Hungria e a Itália, e a Entente Cordiale, formada em 1904 pela Inglaterra e França, a que se juntaria a Rússia em 1907 (Dreyfus 325 e 339-340).
- 103 No dia 4 de Agosto de 1914, estava criado um cenário de guerra generalizado na Europa. O Império Austro-Húngaro estava em guerra contra a Sérvia, a Inglaterra e a Rússia contra a Alemanha, a Alemanha contra a França, e esta e a Inglaterra contra a Alemanha (76).
- 104 Divergiam as opiniões entre os círculos políticos republicanos sobre a participação portuguesa na guerra. Os unionistas, liderados por Brito Camacho, não aceitavam uma intervenção militar na Europa. João Chagas era adepto fervoroso da entrada de Portugal na guerra sem prestar contas à Inglaterra. Afonso Costa e Bernardino Machado eram mais contidos e calculistas, procurando uma intervenção condicionada a uma prévia invocação inglesa (Serra 45).
- 105 A Alemanha não interessava nada que a Inglaterra entrasse no conflito. Por outro lado, o governo inglês mostrava-se hesitante na atitude a tomar, procurando conciliar uns e outros. Lloyd George e outros membros do governo entendiam mesmo que a Inglaterra não devia entrar na guerra. A invasão da Bélgica pelos exércitos alemães a 3 de Agosto de 1914 obrigava a Inglaterra a intervir nos termos de um tratado assinado em 1839. A ameaça naval que a Alemanha representava e o perigo de isolamento internacional da Inglaterra que uma Alemanha hegemónica na Europa representaria, tornaram a situação mais clara. O governo britânico não podia deixar de declarar guerra à Alemanha, enviando um ultimato a exigir a retirada alemã dos territórios belgas. A 4 de Agosto, perante a recusa alemã, a Inglaterra estava em guerra (Gilbert 74-75, Joll 277-278, Dreyfus 362 e Trevelyan 273).
- 106 Para além da aliança estratégica de carácter defensivo que Portugal tinha com a Inglaterra, e que lhe poderia ser útil em caso de agressão externa, a Inglaterra tinha força suficiente para condicionar a política externa de alguns países europeus. Era o caso da Espanha, onde as antipatias para com o regime republicano por parte de alguns sectores da opinião pública

- eram muito fortes. Por outro lado, a influência económica exercida em Portugal pela Inglaterra forçavam Portugal a não tomar atitudes que desagradassem os ingleses.
- 107 Freire de Andrade foi ministro dos Estrangeiros entre 23 de Maio e 12 de Dezembro de 1914.
- 108 Lancelot Carnegie substituiu Harding como ministro britânico em Lisboa nos finais de 1913 (Ramos, *História de Portugal* 500).
- 109 Em Portugal, esta posição inglesa era criticada por alguns políticos: «Portugal deve assumir sem tergiversões o papel de aliado de Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar-lhe, mas dar-lhe e não esperar que ela o exija ou o tome por suas mãos», afirmava João Chagas (*Diário* I, 132). Cunha Leal era mais dramático: «Aliança luso-britânica, sim. O humilhante protectorado inglês não, mil vezes não» (*Portugal e a Inglaterra* 315).
- 110 Estratégica e militarmente, Portugal era um aliado pouco útil para o esforço de guerra na Europa. Por outro lado, o governo britânico temia complicações com a Espanha e não lhe interessava ter de suportar as despesas da intervenção portuguesa, tendo em conta as dificuldades financeiras do país. Desagradava ainda ao governo inglês ficar limitado por compromissos com Portugal em situação de negociação após o término do conflito (Ramos 498-499).
- 111 Em telegrama enviado a 2 de Agosto a Freire de Andrade, ministro dos Estrangeiros português, Teixeira Gomes reconhecia que a posição inglesa sobre uma eventual participação portuguesa na guerra não era clara, parecendo-lhe que os ingleses queriam a neutralidade portuguesa (Camacho, *Rescaldo* s.p.).
- 112 A 12 de Agosto de 1914 foi decidido pelo governo português a preparação de uma expedição militar com destino a Angola e Moçambique (Serra 44).
- 113 «O que faz Portugal e o que se está passando em Lisboa e no Terreiro do Paço», escrevia João Chagas no seu diário a 11 de Agosto de 1914, apreensivo por Portugal não ter ainda renunciado ao seu estatuto neutral (*Diário*, I 47).
- 114 O general António Pereira de Eça era o ministro da Guerra do governo presidido por Bernardino Machado, entre Fevereiro e Dezembro de 1914.
- 115 Em carta enviada a Freire de Andrade, em 16 de Setembro de 1914, Teixeira Gomes alertava para que nada se fizesse de forma precipitada, criticando em especial os exageros dos intervencionistas em Portugal: «Que ideia fará essa gente do que seja entrar em guerra sem dinheiro, sem recursos de armamento, sem preparação de espécie alguma e sem acordo com a Inglaterra, o que implicaria talvez a rescisão da aliança» (*Correspondência* I, 203).
- 116 Como a França precisava essencialmente de material bélico, apenas foram enviados 56 canhões de 75 mm, despachados a bordo de um navio inglês em 21 de Novembro de 1914 (Ramos, *História de Portugal* 500).
- 117 Lord Kitchener de Cartum era ministro da Guerra do governo de Asquith em 1914 (*A 1.ª Guerra Mundial* 43).
- 118 Os capitães Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Azambuja Martins constituíam a delegação militar que esteve em Londres em Outubro de 1914 (Lopes 114).
- 119 No início de Dezembro de 1914, o Partido Democrático precipitou a queda do governo de Bernardino Machado, sucedendo-lhe Azevedo Coutinho. Os políticos republicanos desentendiam-se, abrindo caminho para o golpe de Estado de Pimenta de Castro, em 24 de Janeiro do ano seguinte (Serra 48).
- 120 Brito Camacho defendia exclusivamente a defesa militar das colónias contra a agressão alemã. Entendeu desde o primeiro momento que Portugal não deveria forçar uma entrada numa guerra para a qual não estava preparado. Segundo este político, a Inglaterra nunca teria solicitado a intervenção militar portuguesa se esta não lhe tivesse sido imposta pela pressão do governo português: «É necessário que isto se diga, porque é absolutamente verdadeiro: a Inglaterra tem querido, desde o começo da guerra, conservar-nos alheio ao conflito, não apenas na Europa, mas também em África» (Camacho, *Portugal na Guerra*, 186).
- 121 No seu diário, João Chagas escrevia, a 17 de Janeiro de 1915, que havia rumores nos círculos diplomáticos parisienses, onde o nome de Teixeira Gomes aparecia como adepto das posições alemãs. «Não nos faltava mais nada», afirmava Chagas, «eu estava persuadido de que Teixeira Gomes tinha as simpatias dos ingleses, talvez pelo facto de servir os desígnios destes a nosso respeito. Teixeira Gomes estaria fazendo em Londres política alemã. É de levar as mãos à cabeça» (*Diário* II, 19).
- 122 Nos primeiros meses de 1915, verificaram-se muitas mudanças na chefia do Ministério dos

- Estrangeiros: Augusto Soares (12 de Dezembro de 1914 a 25 de Janeiro de 1915); Rodrigues Monteiro (25 de Janeiro de 1915 a 6 de Março); Teófilo Trindade (6 de Março a 14 de Maio); Teixeira Queiroz (15 de Maio a 19 de Junho); a partir desta altura, regressava a estabilidade ao Terreiro do Paço, com o retorno de Augusto Soares, que assumiria de novo a pasta dos Negócios Estrangeiros até final de 1917 (AMNE, *Legação*, cx. 65, mç. 5 1915).
- 123 O golpe contra a ditadura de Pimenta de Castro ocorreu a 14 de Maio de 1915, provocando centenas de mortos e feridos em Lisboa. Foi escolhida uma junta governamental provisória encarregue da marcação de eleições (Serra 50).
- 124 O novo governo constituído em Junho de 1915, de maioria democrática, foi liderado por José de Castro (*idem*). Em Agosto, Bernardino Machado era nomeado presidente da República (Ramos, *História de Portugal* 512).
- 125 A transferência de Norton de Matos, a 22 de Julho de 1915, para a pasta da Guerra foi o motor de arranque para uma preparação atempada de uma força de combate para intervir na Europa (Serra 51).
- 126 Para África foram enviados 35 mil homens, que receberam o apoio das guarnições coloniais e de dez mil indígenas (*Actas*). Em Tancos, preparavam-se duas divisões de combate compostas, no total, por 55 mil homens e mil artilheiros que iriam cobrir uma frente de 12 mil quilómetros na Flandres, sob comando inglês. Estava previsto o envio mensal de 4 mil soldados. Os primeiros embarques foram efectuados em Janeiro de 1917 (Ramos, *História de Portugal* 516).
- 127 Urbano Rodrigues descreveu alguns pormenores pitorescos da visita de Augusto Soares e Afonso Costa a Londres em Julho de 1916, salientando a presença sempre bem-humorada de Teixeira Gomes, contrastando com a postura contida dos membros do seu governo. Sobre a relutância de Costa e Soares em usarem os carros do serviço oficial para passeios no campo, respondia assim Teixeira Gomes a Urbano Rodrigues: «Diga ao Costa que se deixe disso. Só complica as coisas. É como o cuidado que põe nas despesas do Carlton [...]. Creia que se gastarem pouco e fizerem cerimónias, como essa dos automóveis, ficarão mal vistos. Isso poderá dar até aos criados a ideia de que somos uns pobretões ...» (Oliveira Marques 151-152).
- 128 Na sua correspondência para políticos e diplomatas abundam cartas onde se nota a preocupação com a evolução da guerra em África (*Correspondência* II, 73-89).
- 129 A maioria da população portuguesa, assim como a sua congénere europeia, foi afectada por graves problemas económicos e sociais. A escassez de comida, de combustíveis e de matérias-primas condicionaram a actividade económica do país (Matos 179).
- 130 O descontentamento das forças armadas portuguesas na conjuntura de guerra e a oposição interna ao Partido Democrático de Afonso Costa criaram condições para que, em 5 de Dezembro de 1917, Sidónio Pais liderasse uma revolta militar que iria transformar politicamente o país. De imediato foi criada provisoriamente uma Junta Revolucionária. Afonso Costa seria detido e Bernardino Machado destituído do cargo de presidente da República. O parlamento era encerrado e a Constituição alterada. A República Nova de Sidónio iria inaugurar um modelo presidencialista de governação, de «carácter fascizante» (Serra 61). Durante a vigência do regime sidonista (até ao assassinato deste em Dezembro de 1918) degradou-se o estado de espírito dos soldados portugueses estacionados na Flandres e a situação militar no terreno piorou, tendo como epílogo o massacre de La Lys, em Março de 1918 (Ramos, *História de Portugal* 526-527).
- 131 De facto, a base de apoio político de Sidónio Pais assentava no ódio à participação portuguesa na guerra, estando este assunto na origem do golpe de 5 de Dezembro (Medina 121).
- 132 O governo constituído por Sidónio Pais em 11 de Dezembro de 1917 abarcava políticos de todos os quadrantes do panorama político nacional. «Aceitou gente de todo o lado» (Ramos, *História de Portugal* 617). Sidónio acumulava a chefia do governo com a pasta dos Negócios Estrangeiros, sendo substituído interinamente por Sousa Barbosa em Maio de 1918 (este, por sua vez, seria substituído no mesmo mês por Abreu e Motá; em Outubro, o cargo seria entregue a César de Mendonça; e, finalmente, seria Egas Moniz a ficar com a pasta — até Janeiro de 1917). Havia muita confusão na gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1918 (AMNE, *Legação*, cx. 66, mç. 5 1918).
- 133 O presidente da República demissionário, Bernardino Machado, tinha estado em Londres em Outubro de 1917, tendo sido recebido pelo rei Jorge V no dia 18, poucas semanas antes do golpe sidonista (Brandão 105).
- 134 Antes de assumir a presidência da República, em 1923, Teixeira Gomes ainda desempenharia

cargos diplomáticos importantes que reflectiam o seu prestígio e a experiência acumulada na legação de Londres. Em Fevereiro de 1919, após o fim das revoltas monárquicas, José Relvas chamava Teixeira Gomes para ocupar o cargo de ministro em Madrid, onde permaneceria por pouco tempo. Em 24 de Abril desse ano, voltaria à legação de Londres, cujo cargo ocuparia até assumir a presidência da República no início de Outubro de 1923 (Medina 125). A 19 de Março de 1919, Teixeira Gomes acompanhava Augusto Soares, Norton de Matos e João Chagas a Paris, representando Portugal na Conferência de Paz (Gómez 203). Nesse ano, presidiria à delegação portuguesa junto da Sociedade das Nações (Medina 125). Em 1922, Teixeira Gomes seria eleito vice-presidente da Assembleia-Geral da Sociedade das Nações e chefiaria a delegação portuguesa na Conferência Internacional de Génova, onde se pretendiam resolver os problemas relacionados com as reparações de guerra (Joll 418-419). Em tom jocoso, Teixeira Gomes referiu-se a esta reunião em que participaram representantes de 28 países europeus e delegados do Japão como «assembleia de pródigos políticos [...] tão estéril e ridícula como as outras que a haviam antecedido» (Lopes 128).



*Uma presidência  
na agonia da República*

MÁRIO MACHADO FRAÍÃO

**E**m Outubro de 1923 chegava ao fim a presidência de António José de Almeida. Eleito em 1919, seria o único chefe de Estado da República a concluir o seu mandato. Manuel de Arriaga renunciara na sequência dos acontecimentos de 14 de Maio de 1915; Bernardino Machado, eleito em Agosto desse ano, seria destituído pela Junta Revolucionária do golpe militar de Dezembro de 1917; Sidónio Pais, o homem forte da «República Nova», assassinado em 14 de Dezembro de 1918, não ocuparia sequer a presidência durante o período de um ano; Canto e Castro, escolhido após esta data, seria uma solução transitória até que as duas Câmaras do Congresso, no ano seguinte, preferissem outra personalidade.

Manuel Teixeira Gomes, ministro plenipotenciário em Londres, foi o nome escolhido pelos Democráticos, denominação agora atribuída aos elementos do antigo Partido Republicano Português. No dia 6 de Agosto de 1923 seria eleito pelo parlamento em detrimento de Bernardino Machado. Era grande a expectativa na opinião pública portuguesa, não só porque Teixeira Gomes adquirira grande prestígio como embaixador de Portugal em Londres, mas acima de tudo porque o país se encontrava numa situação deveras preocupante. Um texto da *Seara Nova* deste mesmo ano advertia deste modo os seus leitores: «Continuar a vida do Estado e do país como até agora seria marchar depressa para a bancarrota, para a carestia insuportável, para a miséria extrema, para as convulsões mais graves, sendo impossível Portugal sair deste abismo com a plenitude do seu domínio e soberania»<sup>1</sup>.

O novo presidente era filho de um abastado comerciante de figos do Algarve, tivera uma infância feliz e uma juventude boémia, primeiro em Coimbra, depois em Lisboa e no Porto. Na cidade do Mondego frequentou o Seminário, onde conheceu José Relvas, de quem se fez amigo para toda a vida. Mais tarde, enquanto esteve inscrito em Medicina, sem grande entusiasmo nem aproveitamento, iria conhecer, nas suas deambulações pelo país, Brito Camacho, Fialho de Almeida, António Nobre, Carlos Malheiro Dias. Inicia-se no estudo dos filósofos que irão marcar o seu sentido da existência, como Kant e Friedrich Nietzsche. Lê Poe, Byron, Baudelaire, Victor Hugo.

Nessa fase da sua vida havia de avistar, numa rua do Porto, um dos escritores que mais admirava, Camilo Castelo Branco: «Bem apumado ainda, no sobretudo de gola de astrakan cingido ao corpo; o chapéu de côco cilíndrico e aba larga;

o rosto coberto de negros sinais da varíola; a infalível luneta defumada ocultando o olhar; e as mãos finas, dissecadas já com anchas de pano da velhice [...]» (Lopes 54). É deste tempo, das tertúlias em casa de Sampaio Bruno, na rua do Bonjardim, o quadro de Marques de Oliveira com data de 1881 que retrata um Teixeira Gomes sonhador, de olhar perdido. É ainda no Porto, em 1882, no jornal *Folha Nova*, que publica pela primeira vez um texto da sua autoria.

Esta vivência será posteriormente enriquecida pelas suas viagens no Norte da Europa — França, Bélgica, Holanda —, onde se tornara representante da firma exportadora do seu pai. Porém, a imensa claridade do litoral do Algarve com as suas belas praias, as rochas e o mar, teria uma influência marcante nas suas primeiras obras literárias. Desde que abandonou a casa paterna, o jovem Manuel passava as suas férias nesse extremo sul do território, mesmo com o desconfortável percurso desse tempo: «A viagem terrestre de Lisboa para o Algarve [...] era longa, complicada, e quase aventureira. Comboio até Beja; diligência de Beja até Mértola; descida do Guadiana em vapor até Vila Real de Santo António e daí outra vez diligência ao longo da costa, caminho que eu aproveitava na sua quase totalidade, parando na minha terra natal — aviso aos vindouros — então Vila Nova de Portimão» (Lopes 46).

O seu livro de estreia, *Inventário de Junho*, surgiu na fase final do «rotativismo», em 1899, quando o rei D. Carlos já suportava mal as oscilações sucessivas entre os ministérios regeneradores e os progressistas. Os republicanos afirmavam-se cada vez mais como a principal força de oposição ao bipartidarismo dominante e alcançaram, nesse mesmo ano, na cidade do Porto, um importante resultado eleitoral, posteriormente anulado porque o governo da monarquia invocou a existência de ilegalidades. Tendo em conta as consequências dramáticas da fracassada revolta de 31 de Janeiro de 1891, com prisões e deportações de activos elementos do PRP, era um sinal claro de uma força política que se afirmava.

Este primeiro livro é preenchido com apontamentos de viagens pelo Mediterrâneo, numa escrita suave e luminosa como os dias longos desse mês prodigioso, o mês de Junho, mas também com pequenos contos e crónicas do quotidiano ou memória dos lugares de infância. Alguns anos depois, em 1903, sai o volume *Cartas sem Moral Nenbuma*, as quais causaram, devido ao título insólito, apreensão e comentários jocosos entre aqueles que nem sequer as leram. Constam, no essencial, de coloridas descrições de um viajante, algumas lembrando as pinturas naturalistas, acrescentadas de curtas experiências de ficção, de referências históricas e culturais, prova irrefutável do seu gosto pela epistolografia. No ano seguinte, em 1904, publica *Agosto Azul*, onde a imaginação complementa os textos que descrevem a costa algarvia ou o Sul de Espanha, e outros ainda, como, por exemplo, «Sobre a Morte de Shelley», deambulação acerca deste poeta romântico, amigo de Byron. Até 1911, quando é nomeado ministro de Portugal em Londres, aceitando uma tarefa difícil após a implantação da República — com o rei D. Manuel II e restantes membros da família real refugiados na Inglaterra —, Teixeira Gomes publica mais dois livros,

*Sabina Freire*, uma peça de teatro, e *Gente Singular*, um volume de contos. A sua actividade literária seria retomada no seu exílio de Bougie, na Argélia.

Mesmo vivendo afastado do seu país, nas suas actividades comerciais pelo Norte da Europa ou em viagens pelo Mediterrâneo, seguiu certamente os principais acontecimentos do início do século quando o movimento republicano, nas suas vertentes de actividade política, divulgação programática e acção de rua, desencadeou uma série de iniciativas, algumas das quais violentas, demonstrando a sua capacidade e implantação nos sectores urbanos da sociedade portuguesa. O governo respondeu com repressão. Num contexto de crescente crispação política, destacamos, por exemplo: a greve académica de 1907 contra o governo de João Franco; as detenções de Luz de Almeida, Afonso Costa, João Chagas e António José de Almeida após um golpe falhado para derrubar a monarquia; o regicídio de 1908, executado por carbonários; o Congresso do PRP realizado em Setúbal, em 1909, no qual o seu Directório é autorizado a organizar a fase revolucionária.

### *O contexto da eleição*

No dia 6 de Agosto de 1923 Manuel Teixeira Gomes encontrava-se na Escócia, onde estivera hospedado no castelo de Balmoral, a convite da família real britânica. Progressão notável para quem muitas vezes se queixara do descrédito com que fora recebido pelos membros do Foreign Office na altura de entregar as credenciais após a proclamação da República. No parlamento apresentaram-se dois candidatos, Teixeira Gomes, pelos Democráticos, e Bernardino Machado, que obtivera o apoio do Partido Republicano Nacionalista, estrutura que resultara da recomposição das forças conservadoras. O novo presidente seria escolhido na segunda votação com 114 votos contra 71 do seu opositor e ainda foram contados 68 votos em branco.

Nos dias que se seguiram à sua eleição os jornais publicaram telegramas com entusiásticas saudações das mais diversas proveniências, desde colectividades, comissões políticas e câmaras municipais do Algarve, até ao presidente cessante, António José de Almeida, que fez chegar à legação portuguesa em Londres a seguinte congratulação: «Calorosamente saúdo V. Excelência, felicitando-o por haver ascendido à suprema magistratura da Nação, de que Vossa Excelência receberá, nas confirmações da história, um brilho e prestígio excepcionais»<sup>2</sup>. E no dia 24 desse mês, Teixeira Gomes limita-se a uma lacónica comunicação a um grande matutino português:

Pode, portanto, dizer que, sem lhe conceder uma entrevista e sem usar dos termos próprios de uma mensagem, aproveito a ocasião para o encarregar de transmitir ao *Século* o meu reconhecimento para com esse grande órgão da opinião portuguesa,

pelas demonstrações de simpatia com que registou a minha eleição à presidência da República. Certifique identicamente ao seu jornal que tenho toda a confiança em que ele, no seu raio de acção, me concederá o auxílio da sua publicidade para acabar a grande obra de pacificação da família nacional, tão brilhantemente iniciada e continuada pelo Sr. Dr. António José de Almeida, presidente da República actualmente em exercício<sup>3</sup>.

Teixeira Gomes regressaria a Londres no mês de Setembro.

Na capital britânica realizou-se um banquete, ocasião para lorde Curzon, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, proferir uma importante intervenção divulgada na imprensa portuguesa:

O nosso hóspede foi fiel a esta Aliança [...] Esta Aliança foi recentemente cimentada pela camaradagem nos campos de batalha. [...] Agora que a paz está em via de conclusão, certamente S. Ex.<sup>a</sup> terá ensejo de demonstrar ao mundo a prosperidade crescente do seu país e fazer desaparecer [...] as dificuldades económicas e comerciais e todas as que impedem o seu país de comerciar livremente com as outras nações<sup>4</sup>.

E algum tempo depois, em Plymouth, embarcava no cruzador inglês Carysford para chegar a Lisboa no dia 3 de Outubro.

Mas não fora fácil o mandato do anterior presidente, que viveu provavelmente o seu momento de grande felicidade quando Gago Coutinho e Sacadura Cabral efectuaram a travessia aérea do Atlântico Sul, em Março de 1922, e de maior notoriedade na viagem que efectuou ao Brasil, em Setembro do mesmo ano, a fim de participar nas comemorações do primeiro centenário da independência daquele país. António José de Almeida empossara 14 governos e quanto ao parlamento, onde as sessões eram frequentemente atribuladas, apenas uma Assembleia legislativa concluíra os três anos para que estava legitimada. Após a derrota da «Monarquia do Norte», em Janeiro de 1919, o país regressara ao regime constitucional, mas aquele homem respeitado e combativo mantivera-se como um observador atento, sem, todavia, possuir os meios que lhe permitissem sustentar a instabilidade política, a violência e as dificuldades económicas do país, designadamente a carestia, quando se radicalizavam as posições no mundo do trabalho.

No que se refere ao equilíbrio parlamentar, devido ao afastamento de Afonso Costa, a residir em França desde o governo de Sidónio, deslocando-se a Portugal para curtas estadas, o Partido Democrático fraccionara-se, surgindo nesse campo novos grupos na Câmara dos Deputados, conhecidos como «bonzos» e «canhotos». Ficaria assim adiada a tentativa de reorganização partidária para sustentar duradouramente o governo do país. O processo para a formação de um «bloco» alternativo aos democráticos fora iniciado com a constituição do Partido Liberal Republicano, resultado da fusão entre unionistas e evolucionistas, mas seria mais tarde

comprometido por novas cisões. Por outro lado, o problema económico era ainda mais grave, porque a guerra originara uma inflação vertiginosa, tendo empobrecido de forma dramática aqueles que viviam de rendimentos fixos, como os operários, os funcionários públicos e os militares. Com a guerra e a inflação outros enriqueceram, os «novos-ricos». Acrescenta-se ainda que a dívida contraída à Inglaterra para sustentar a permanência do CEP na Flandres tivera consequências irreparáveis para uma economia cujo sector produtivo era incipiente. Em 1920, o aumento do preço do pão, devido às exigências da Associação de Agricultura, originara o saque de padarias em todo o país, particularmente nas grandes cidades. O «pão político» era subsidiado pelo Estado, que importava trigo do estrangeiro, para contentar as populações urbanas. No entanto, os produtores achavam-se prejudicados e reivindicavam o aumento do preço dos cereais, em particular do trigo.

Mas o acontecimento que, nessa década, deixaria marcas mais fundas em toda a população, particularmente em Lisboa, foi, sem dúvida, o que sucedeu na noite de 18 para 19 de Outubro de 1921, a «noite sangrenta», ocorrência trágica que teve como protagonistas um grupo de marinheiros, várias unidades da GNR e civis armados. O motivo principal, ou pretexto, foi a condenação do antigo chefe do Estado-Maior da Guarda, Liberato Pinto, pelo ministro da Guerra do governo liberal de António Granjo com base no relatório do Conselho Superior de Disciplina do Exército. Durante a caótica agitação foram assassinados, entre outros, além do primeiro-ministro, figuras públicas como Machado Santos e Carlos da Maia, enquanto Cunha Leal, que tentara proteger Granjo, ficava ferido tendo escapado à matança. A consternação e o choque na opinião pública foram enormes, mas a responsabilidade dos actos criminosos seria durante muito tempo motivo de acasas polémicas. Tornaram-se evidentes, no entanto, a falta de segurança nas ruas de Lisboa e a utilização das forças militarizadas para fins obscuros, sem nenhuma conformidade com as suas funções.

Entre os inúmeros órgãos de informação que salientaram a gravidade daquele momento adquire especial importância a posição da *Seara Nova*, que surgira nesse mesmo ano com um notável grupo de colaboradores, entre os quais se incluíam os nomes de Jaime Cortesão, Raul Proença e Câmara Reys, e aos quais se associaram Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, António Sérgio, Ezequiel de Campos ou Rodrigues Miguéis. Raul Proença havia de escrever nessa revista algum tempo depois dos acontecimentos:

E a verdade é que, quando um movimento sedicioso se produz nas circunstâncias do actual, por melhores que sejam as intenções dos seus dirigentes, a baixa vasa humana dos sectários acha neles ocasião asada para exercer os seus instintos de morte e de rapina. Uma meia dúzia de homens caiu varada pelas balas dos assassinos. [...] Não perguntemos qual foi a sua política, quais os seus erros, e os seus nomes. [...] Foram homens que caíram, vítimas dos erros e dos crimes de todos nós — dos deles próprios também<sup>5</sup>.

António José de Almeida dissolveu o parlamento a 6 de Novembro e convocou eleições.

Mas existia um problema fundamental que contribuiu, desde a fundação do novo regime, para que parte significativa da população portuguesa se achasse marginalizada relativamente aos destinos do país. Como acontecera durante a monarquia, apenas podiam votar os chefes de família maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever. Para um país com 69,7 por cento de analfabetos em 1911, cifra que se manteria acima dos 60 por cento durante a década de 20, significava excluir a maioria dos portugueses. Tendo em conta, entre outras questões, que a abstenção, relativamente aos recenseados, era quase sempre elevada, e que, de acordo com a lei, não votavam as mulheres, não será exagero dizer que a Nação se distanciava do acto eleitoral. Apenas Sidónio Pais, que sabia beneficiar do apoio das populações rurais, decretou em 1918 o sufrágio para todos os indivíduos do sexo masculino, a partir dos 21 anos, sem atender à escolaridade.

Além do mais, a lei eleitoral, que neste aspecto sofreria poucas alterações durante a Primeira República, estabelecia, para a Câmara dos Deputados, 51 círculos de quatro representantes cada um, exceptuando os distritos açorianos de Angra do Heroísmo e Horta, com três deputados. Mas o Porto seria bafejado com dez deputados. E a capital aparecia dividida em dois círculos, Lisboa Oriental e Ocidental, com dez lugares cada, ou seja, 20 deputados. O que totalizava 234 deputados, número que diminuiu até ao final do regime parlamentar. O Congresso da República tinha duas Câmaras, sendo o Senado composto por 71 elementos, representantes dos distritos do território continental, das ilhas e das colónias ultramarinas. Apenas Sidónio, em 1918, iria alterar a composição do Senado, que passaria a ser preenchido, entre os 77 lugares atribuídos, por dez representantes da agricultura, 5 da indústria, 4 do comércio, 3 dos serviços públicos, o mesmo número para as profissões liberais, ainda 3 para as ciências e as artes, modelo este que iria durar apenas até à morte do *presidente-rei*.

Como era do conhecimento geral, o apoio do PRP, e depois dos democráticos, residia nos grandes centros urbanos. Não seria pois grande surpresa constatar que apenas nos sufrágios organizados pelo governo de Sidónio Pais, ou nas legislativas de 1921, o escrutínio fosse favorável a outras forças políticas. A Constituição de 1911 seria revista duas vezes, mas esta composição do parlamento — com pequenas alterações, a mais significativa terá sido o Senado de influências corporativas do tempo de Sidónio — vai manter-se até 1926. E uma vez mais, em Janeiro de 1922, o Partido Democrático saíria vencedor, muito embora tivessem sido eleitos, além de representantes de outras filiações, dez monárquicos e cinco católicos. Em Fevereiro tomaria posse um governo chefiado por António Maria da Silva, que ocuparia o poder, presidindo a diversos ministérios, até Novembro de 1923, já com Teixeira Gomes como chefe de Estado.

No mundo laboral, a situação não era melhor. A tardia industrialização transportara consigo o atraso das condições de trabalho e dos direitos do operariado

que, na maioria dos casos, auferia salários muito baixos sem quaisquer garantias legais de manter os postos de trabalho. Quando surgem as primeiras greves, após a implantação da República, o novo regime respondeu com repressão e prisões. Mas foi na década de 20, com o vertiginoso aumento dos preços dos bens essenciais, que se acentuaram os confrontos entre a Guarda Nacional Republicana e os sindicalistas. Estes recorreram muitas vezes à violência, inclusive aos atentados bombistas, tornando-se inevitáveis os disparos e as detenções por parte das forças policiais. Verificaram-se ainda frequentes deportações de dirigentes sindicais. A desilusão era tão forte que parte do operariado urbano apoiou o golpe de Sidónio em Dezembro de 1917, para depois se decepcionar uma vez mais. É após a fundação, em 1919, da Confederação Geral dos Trabalhadores — que recusa qualquer colaboração com os partidos políticos representados no parlamento e envereda pelo afrontamento do Estado, seguindo uma orientação revolucionária — que se organizam, sob a sua orientação, com expressiva participação, greves gerais nas zonas de maior concentração industrial: Lisboa, Porto, Setúbal, Marinha Grande, Covilhã. À Legião Vermelha, organização clandestina de contornos mal definidos surgida em 1919, seriam atribuídos muitos dos atentados bombistas cometidos depois dessa data e mesmo alguns crimes. A partir de 1922, no entanto, surgem as divergências entre libertários e comunistas quanto aos objectivos e condução das greves, diferenças que enfraquecem o movimento operário e levam ao inevitável isolamento dos sectores anarquistas. Mas os partidos republicanos, principalmente os democráticos, perdem definitivamente o apoio do proletariado após a CGT ter sido, por diversas vezes, encerrada e alguns dos seus dirigentes deportados para as colónias. Desse clima de insanável desentendimento nos dá conta *A Batalha*:

A polícia invadiu ontem o edifício da CGT dispersando à cutilada os operários que assistiam à sessão de protesto contra a ocupação do Ruhr, e que fôra autorizada pelo governador civil. [...] O secretário-geral da CGT, Santos Aranha, e outros operários foram presos e a reunião do Conselho Federal dissolvida pela mesma polícia, que parecia encontrar-se em país conquistado<sup>6</sup>.

Os democráticos, que haviam perdido o apoio de sectores importantes das classes médias das cidades e tinham contra eles os oficiais superiores do Exército, iriam conhecer a oposição do operariado de forma mais determinada desde a fundação da CGT, não obstante, como dissemos, o movimento estivesse enfraquecido e sem orientação definida.

No dia 24 de Agosto, este mesmo jornal anuncia: «Está proclamada a Greve Geral!» Desta vez, a razão é o aumento do preço do pão. Os sindicalistas iniciaram esta reivindicação após a publicação do decreto de 7 de Setembro de 1920, que permitiu o aumento do preço deste alimento fundamental para as classes de menores rendimentos, como vimos. Novamente, «os ladrões da Moagem» surgem

como os grandes causadores da carestia e o governo o principal responsável por ter autorizado esta medida. Um dos textos diz o seguinte: «O proletariado está pois em greve em sinal de protesto contra uma Moagem que não desiste de roubar os consumidores, e contra um governo que lhe forneceu para isso ocasião»<sup>7</sup>.

É esta a situação social e política que Teixeira Gomes irá conhecer quando toma posse no dia 5 de Outubro de 1923. Se acrescentarmos a isto uma inflação incontrolável, o sentimento de insegurança e a aversão do mundo rural face aos «novos-ricos» que enriqueceram com a guerra, deparamos com um momento de particular tensão que irá complicar-se nos anos seguintes.

### *Tomada de posse*

Os periódicos de maior tiragem e, por isso, mais representativos dos posicionamentos e opiniões existentes na sociedade portuguesa trataram o presidente eleito de forma respeitosa e cortês. Citamos um texto do dia 3 de Outubro.

Conduzido à suprema magistratura da Nação pelos votos do Congresso [...] o Sr. Teixeira Gomes estará no Palácio de Belém cercado do respeito de algumas das mais velhas nações da Europa. S.M. Jorge V e seu governo [...] distinguiram o novo chefe de Estado português com provas de raro apreço que já fizeram saber os seus benéficos efeitos nas negociações diplomáticas que têm por objectivo levar a um acordo os interesses da nossa província de Moçambique e os da União Sul-Africana<sup>8</sup>.

Noutro caso, após uma notícia discreta acerca da chegada do Carysford, o vaso de guerra que trouxera Teixeira Gomes, surge, no dia 4, uma grande fotografia do antigo diplomata, na primeira página, imagem acompanhada do seguinte texto redigido pelo novo chefe de Estado: «A minha gratidão consiste, sobretudo, em pensar que, embora me tivesse sempre oposto a que propusessem a minha candidatura à presidência da República, não faltasse quem [...] tivesse a certeza de que, depois de eleito, eu me não furtaria a cumprir as minhas obrigações»<sup>9</sup>.

O novo chefe de Estado irá reencontrar um país onde os políticos, na rua, ainda se agrediam à bengalada quando se achavam insultados, e mesmo no parlamento os impropérios eram frequentes. O atraso cultural era visível no quotidiano e até nas diversões. A abertura do Parque Mayer, em 1922, com espectáculos de variedades, restaurantes, cervejarias, barracas de tiro ao alvo e uma pista de patinagem, alterou os hábitos dos habitantes da capital. Mas a animação nocturna de Lisboa, nessa época, continuava a ser pobre se a compararmos com a das grandes capitais da Europa. Os animatógrafos acolhiam parte do público lisboeta, e também os *night-clubs*, com as suas orquestras, cantores, ou exibição de bailarinas, começavam a ser atractivos para algumas bolsas. Contudo, a maioria da



- 3. Manuel Teixeira Gomes, o novo Presidente da República». *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 922, 11 de Agosto de 1923.
- 4. «Foi eleito Teixeira Gomes para a Presidência da República». *Diário de Lisboa*, Ano 3, n.º 716, 6 de Agosto de 1923.

população, depois do trabalho, devido aos fracos recursos, ou frequentava a taberna, ou permanecia em casa.

No dia 5 de Outubro, após a alocação de António José de Almeida enaltecendo o papel da imprensa, mas alertando para «um grande vento de incerteza e de revolta», o novo chefe de Estado fez um breve discurso no parlamento, do qual transcrevemos alguns excertos. Afirmou a dado momento: «É quase angustiosa a crise que atravessam todas as nações europeias que entraram na Grande Guerra: crise financeira, crise económica, crise política, de todas essas crises padecemos também.» Acrescentaria mais adiante: «Confio no patriotismo do povo português, no seu ardente amor à liberdade, na sua coragem em defender as regalias conquistadas à força de tantos sacrifícios e à custa de tanto sangue pelo constitucionalismo e pela República»<sup>10</sup>.

O presidente eleito, durante o mês de Outubro, inaugurou o ano lectivo em diversas escolas da capital. Embora fosse tradicional a presença do chefe de Estado nestas sessões, a sua atitude testemunha a importância atribuída ao ensino por quem desempenhava estas funções. Os republicanos tinham feito do direito à instrução uma das suas principais bandeiras e a atenção concedida às instituições escolares pela mais alta magistratura do Estado deveria ser entendida como exemplo desse empenho. Foi o caso da visita que efectuou ao Instituto Feminino de Educação e Trabalho, sediado em Odivelas, e da sessão solene a que presidiu no Colégio Militar, onde se faria acompanhar pelo ministro da Instrução.

Mas a situação política era delicada, não obstante a expressiva vitória alcançada pelos democráticos em Janeiro de 1922. Menos de um mês antes de Teixeira Gomes tomar posse como presidente da República, ocorrera em Espanha um golpe de Estado militar de inevitáveis repercussões em Portugal. «O governador-geral da Catalunha, general Primo de Rivera, lançou uma proclamação acusando o governo de levar o país à morte e anunciando que o partido militar decidiu assumir o poder e proclamar o estado de sítio. O Exército também se mostra exasperado pelos insultos dirigidos à Espanha pelos catalanistas»<sup>11</sup>. A 14 de Setembro, alguns acrescentam que, além das questões da ordem pública e da unidade nacional, o insucesso militar na guerra do Rif, em Marrocos, possessão espanhola, foi certamente uma das causas da insurreição. No dia 15 é divulgado o «manifesto» dirigido ao Exército pelo chefe do movimento, declaração pública da qual será salientado em epígrafe: «Contra os agitadores, contra os políticos de profissão e contra os inimigos da integridade de Espanha e da soberania do rei»<sup>12</sup>. Afonso XIII recusa as sugestões de resistência feitas pelo governo constitucional e encarrega o general Primo de Rivera de constituir ministério. O general nomeou, a título provisório, um Directório composto exclusivamente por militares.

Em Portugal, demitia-se o ministro da Agricultura, Joaquim Ribeiro, em meados de Outubro de 1923. E pouco depois dessa demissão os jornais dão-nos conta de mais uma sessão agitada na Câmara dos Deputados, a propósito de um

pedido para o aumento da circulação fiduciária envolvendo o ministro das Finanças, Lúcio de Azevedo, membro do governo de António Maria da Silva. O ministro demitira-se acusando os adversários de promoverem falsas acusações. Este «caso dos 60 milhões», que atingiu também o director da Casa da Moeda e o antigo ministro das Finanças, Velhinho Correia, seria largamente explorado pela oposição nacionalista, alegando incompetência do titular do cargo. Segundo o *Diário de Lisboa*, o responsável pela Casa da Moeda «ludibriou» o ministro Lúcio de Azevedo.

No entanto, um dos temas mais insistentemente salientado na imprensa portuguesa desta época, este mais consensual, é a questão da pesca, ou seja, o problema das agressões de que eram vítimas os nossos pescadores, em águas territoriais portuguesas, por parte dos tripulantes das traineiras espanholas. Por essa altura, a estada em Lisboa do alto-comissário em Angola, o general Norton de Matos, cujo desempenho naquele território suscitaria algumas críticas por parte dos sectores da oposição aos democráticos, seria aproveitada pelos nacionalistas para levantarem algumas questões que entendiam pertinentes. Cunha Leal exige a comparência de Norton de Matos perante a Câmara dos Deputados.

Mas há também naufrágios de embarcações, roubos de avultadas quantias, falsificação de cheques. E nas ruas a situação estava longe de ser pacífica, como o demonstra esta reportagem das comemorações da «noite sangrenta», acontecimento acima relatado. No dia 19 de Outubro os participantes enalteciam principalmente Machado Santos: «Cidadãos: Foi aqui que, há dois anos, assassinaram cobardemente o fundador da República»<sup>13</sup>. Figura controversa, Machado Santos ganhara prestígio aquando da sua decisiva participação no 5 de Outubro de 1910 entre os resistentes da Rotunda. Tendo rompido com o PRP depois daquela data, o seu nome, depois do seu assassinato, seria frequentemente utilizado contra aquele partido.

No final deste mês, quando Teixeira Gomes efectuava visitas aos quartéis de Artilharia 3 e Lanceiros 2, da Guarnição de Lisboa, é proclamada a greve geral no Porto, por tempo indeterminado. Estes acontecimentos foram dinamizados pela União Sindical Operária daquela localidade e perturbaram principalmente o serviço de eléctricos, além de «estabelecimentos fabris e oficinas importantes». A GNR dispersou alguns ajuntamentos à espadeirada, ouvindo-se tiros e o rebentamento de um petardo. Esta «greve geral revolucionária» foi extensiva aos mineiros de S. Pedro da Cova, mas a agitação, que seria controlada pela polícia ao fim de alguns dias, comprova a violência que adquiria por vezes a contestação social. Em Lisboa, a 30 de Outubro, um grande periódico destaca, na sua primeira página, o enterro de um agente da Polícia de Investigação assassinado por um jovem sindicalista, salientando a «grandiosa manifestação de pesar pelo morto e de repulsa pelo atentado»<sup>14</sup>. O momento que se vivia era de grande intransigência e acção violenta devido à crise económica.

Na Europa, a Alemanha debatia-se com o sério risco de desmembramento devido às revoltas separatistas e greves em diversas cidades. Estes acontecimentos

adquirem maior expressão na Renânia, na Baviera e na Saxónia, consequência inevitável da grave crise económica do país no pós-guerra, com o desemprego de proporções gigantescas, a fome e a miséria, a inflação incontrolável e o empobrecimento das classes médias. O ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, lorde Curzon, responsabiliza a França por esta situação, pois este país ocupara o Ruhr como forma de pressionar o pagamento das indemnizações.

Estas sequelas da Grande Guerra e dos tratados de paz são a origem de situações dramáticas em muitos países da Europa, mesmo entre os vencedores. A Itália, por exemplo, desgastada com o esforço de guerra, recebera compensações insuficientes. Atravessada por uma onda de greves e ocupações de fábricas, a que se acrescentava o descrédito dos partidos políticos, foi presa fácil dos fascistas. Em Outubro de 1920, cerca de 40 mil partidários de um regime autoritário entraram na capital sem enfrentar qualquer resistência, acontecimento que ficaria conhecido como a marcha sobre Roma. Mussolini formou governo, embora aqueles que o apoiavam estivessem em minoria no parlamento. Os Camisas Negras aterrorizavam os adversários e pilhavam os edifícios dos jornais da oposição, ao mesmo tempo que as classes médias, assustadas com as notícias da revolução na Rússia e com o radicalismo do movimento operário, veneravam o *Duce*. No final de 1923, Mussolini reforçara o seu poder no aparelho de Estado e a Itália caminhava para a ditadura.

Também a Espanha, que se mantivera neutral durante o conflito, não escapara à carestia, nem aos problemas sociais que percorreram a Europa dos anos 20. Verificavam-se, com elevada frequência, no princípio dos anos 20, nas grandes cidades, greves, manifestações, atentados e agitação nas ruas, movimentações de inspiração anarco-sindicalista, enquanto as organizações camponesas reivindicavam a reforma agrária. Como acima referimos, em Setembro de 1923, Primo de Rivera, governador-geral da Catalunha, que aí se confrontava com um poderoso movimento separatista, assume o poder através de um golpe de Estado militar com a cumplicidade de Afonso XIII. Dissolve as Cortes, suspende os direitos e liberdades constitucionais, organiza um Directório e passa a governar através de decretos-lei. Estava distante a ideia de que a Grande Guerra se fizera para assegurar a democracia no mundo.

### *O malsucedido regresso de Afonso Costa*

Em Portugal, no dia 3 de Novembro de 1923, os portugueses puderam ler a seguinte notícia:

Demissionário o governo de António Maria da Silva, tratou imediatamente o Sr. Presidente da República de solucionar a crise [...] Depois de esgotadas todas as consultas da praxe, indicadas pelas fórmulas parlamentares, nenhuma delas tendo tido êxito,

um nome apareceu nos meios políticos, como devendo ser o da individualidade destinada a constituir o novo ministério. Esse nome foi o do Sr. Dr. Afonso Costa<sup>15</sup>.

E Afonso Costa veio de Paris. Viajou no Sud-Express. *O Século* descreve a passagem do comboio por diversas localidades do trajecto efectuado até à estação do Rossio, onde, de acordo com este matutino, a multidão aguardou durante mais de uma hora. Ficariam conhecidas algumas das declarações proferidas aos jornalistas pouco depois de desembarcar: «Não trago ódios. Em cinco anos de afastamento esqueci agravos e injustiças. É indispensável a união de todos; não quero retaliações à volta do meu nome»<sup>16</sup>. Mas quem não esquecia eram os elementos conservadores, os monárquicos, os católicos e parte significativa do Exército. Quando ministro da Justiça do Governo Provisório de 1910-11, Afonso Costa destacou-se no afrontamento com a Igreja e foram da sua responsabilidade as leis da expulsão das ordens religiosas, do divórcio, da família e outras que hostilizaram a confissão da maioria dos portugueses. Quando pela primeira vez chefiou um governo, em 1913, conseguiu equilibrar o défice orçamental e a sua reforma da contribuição predial libertou do imposto milhares de pequenos proprietários, aumentando a taxa sobre as grandes propriedades. Criou, entre outros organismos, o Ministério da Instrução Pública e a Faculdade de Direito de Lisboa. Foi ainda presidente da delegação portuguesa à Conferência de Paz em 1919-20, representação de que fazia parte Manuel Teixeira Gomes. Esses sucessos, porém, não anularam a fama de fanático jacobino que expulsara os jesuítas e proibira os cortejos religiosos em todas as localidades do país, após a implantação da República, nem o governo da «União Sagrada», a quem eram atribuídos os malefícios da guerra. Voltamos a invocar a opinião e as reservas de Raul Proença, uma das vozes mais respeitadas deste agitado período:

Estará o Sr. Afonso Costa firmemente resolvido a abandonar a velha política tradicional e a enveredar pelas soluções necessárias? [...] Estará disposto a rodear-se dos melhores, enfrentar as oligarquias, exigir os sacrifícios necessários às classes conservadoras, fazer trabalhar os madraços, reduzir o exército — enfim, a governar, no amplo e inteiro sentido da palavra?<sup>17</sup>

Entretanto, o chefe de Estado presidia ao aniversário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria. Na sua alocução, Teixeira Gomes elogiou esta instituição por não pedir auxílio ao governo, antes solicitando a sua fiscalização, o que, em seu entender, não era uma situação vulgar. Na opinião de alguns repórteres, nesse dia 5 de Novembro, muito antes da hora prevista para a chegada do chefe de Estado, já as vastas salas do palácio da rua da Palma se encontravam repletas de sócios e convidados. Tratava-se de reconhecer o contributo desta Associação no apoio às famílias dos empregados de baixo rendimento. O presidente acompanhava, de igual modo, nas horas livres, os acontecimentos

desportivos que adquiriam alguma relevância na capital, como o *hockey* e o *football*, ou, no caso dos exercícios militares, o Concurso Nacional de Tiro, que se realizava em Pedrouços, tendo no final desta última competição entregue os prémios aos vencedores.

Acontecimentos desportivos que ocorreram no mesmo dia em que se realizava o baptismo de três fragatas, junto ao cais das Colunas. Estas embarcações, propriedade da Sociedade Cooperativa de Consumo e Produção dos Fragateiros do Porto de Lisboa, destinavam-se ao tráfego marítimo no estuário do Tejo, testemunhando a importância crescente das ligações entre as duas margens do rio, consequência do desenvolvimento das localidades ribeirinhas situadas na margem sul da capital.

Ao mesmo tempo, Afonso Costa desenvolvia as primeiras *démarches* com vista à formação do governo. No dia 7 de Novembro essas iniciativas consistiram em demorados encontros com António Maria da Silva, Álvaro de Castro, Norton de Matos e, na sede da *Luta*, com representantes do Partido Republicano Nacionalista. Afonso Costa informara o presidente da República dos resultados destas diligências. Mas logo nesse dia as dificuldades começaram a surgir. E no dia 9 os jornais confirmavam que se tornara praticamente impossível a tarefa do antigo dirigente, pois a Junta Consultiva dos nacionalistas decidira declinar o convite para participar no governo, tendo aprovado uma moção da qual transcrevemos a seguinte passagem:

Considerando-se o Partido Republicano Nacionalista inibido, por afirmações anteriores e pelo reconhecimento da sua capacidade governativa, ainda não experimentada, de colaborar na organização de um governo cujo programa de acção nem sequer lhe foi exposto, e cujo fracasso, a dar-se, deixaria a República privada da existência dum partido sem responsabilidades nos erros do passado [...] considerando-se apto a governar por si só, conforme foi expresso ao Sr. Presidente da Republica<sup>8</sup>.

Ou seja, os nacionalistas recusavam-se a participar num governo que seria provavelmente liderado pelos democráticos quando aqueles se consideravam a principal alternativa. No dia 10 de Novembro seria o próprio Afonso Costa, em declarações aos jornais, quem confirmaria que as circunstâncias o obrigavam a desistir do encargo que lhe fora atribuído. No mesmo dia saber-se-ia que Catanho de Meneses se encarregaria dessa difícil tarefa. Regressava a Paris o antigo «homem forte» dos democráticos, origem de todas as desavenças durante os primeiros anos do novo regime, odiado por uns e desejado por outros, principal figura da primeira fase da República, para nunca mais voltar a ter uma intervenção directa na política portuguesa.

### *O governo de Ginestal Machado*

Entretanto, preparavam-se outras possibilidades de governação. Catanho de Menezes, senador afecto aos democráticos, tentaria de igual modo a formação de um governo que incluísse democráticos e independentes, mas não teve melhor sorte. E a 15 de Novembro Teixeira Gomes nomeou Ginestal Machado, dirigente do Partido Nacionalista. Do seu gabinete faziam parte Óscar Carmona, ministro da Guerra, Lopes Cardoso, da Justiça, Júlio Dantas, dos Negócios Estrangeiros e Cunha Leal, das Finanças. No discurso de posse, relatado pelo *Diário de Lisboa*, este irrequeto orador afirmaria que, em seu entender, «com esta política de compressão de despesas e aumento de receitas, espera ter equilibrado o orçamento dentro de seis a nove meses, comprometendo-se, no caso de nada conseguir, a abandonar voluntariamente o ministério das Finanças»<sup>19</sup>. Estas afirmações, assim como o seu compromisso de informar o Congresso acerca da situação financeira do país e de que anunciaria as medidas necessárias à contenção da dívida, foram saudadas por grande parte da opinião pública, mas o governo cairia menos de um mês após ter sido empossado.

Precisamente no mesmo dia, este jornal dá-nos conta da existência de um encontro, não confirmado pela presidência como reunião oficial, iniciativa de Magalhães Lima e de um grupo de oficiais que tinham a intenção de entregar uma mensagem ao chefe de Estado. O grão-mestre da Maçonaria terá redigido uma proclamação que vem ali reproduzida: «Concidadãos: venho falar-vos numa hora de perigo. [...] As paixões são más conselheiras. Acima do conflito dos partidos, das ambições dos homens, das rivalidades mesquinhas, dos ódios ruins, está a Pátria, ideal comum, está um passado luminoso a glorificar e um admirável futuro a realizar». Independentemente das interpretações que possamos atribuir ao texto, as movimentações dos militares eram do domínio público e a «proclamação» em causa deve ser entendida como um aviso.

Entretanto, a 21 de Novembro, a alta oficialidade da Guarnição Militar de Lisboa foi apresentar cumprimentos ao novo ministro da Guerra, general Óscar Carmona. Embora possa ser considerada uma atitude normal, ou visita de cortesia, o facto de terem «comparecido os comandantes e oficiais de todas as unidades da 1.<sup>a</sup> Divisão, do Campo Entrincheirado e de todos os estabelecimentos militares»<sup>20</sup> da capital, denuncia claramente a simpatia que a instituição castrense nutria pela nova situação política. «Falou em seguida o Sr. ministro da Guerra, que, visivelmente comovido, agradeceu os cumprimentos que os seus camaradas acabavam de apresentar, diz ser apenas um militar, um soldado, nunca tendo pensado que um dia viria a ocupar uma cadeira do Poder». Esse poder, o governo do PRN, entusiasmara visivelmente os militares.

Desde a tomada de posse que todos se interrogavam acerca da capacidade deste governo se manter em funções, uma vez que não tinha o apoio da maioria parlamentar. No entanto, os democráticos prometiam aguardar e faziam

depende as suas posições da orientação do gabinete nacionalista. Mas este governo, que não tinha o apoio da Câmara dos Deputados, possuía a confiança do patronato e, mais importante ainda, era amparado pelos militares conservadores, como, por exemplo, Raúl Esteves e Sinel de Cordes, que pacientemente preparavam o golpe. O patronato pretendia que fossem definitivamente abandonadas as propostas de Portugal Durão, designadamente o imposto progressivo sobre o rendimento, assim como ansiava que terminasse o controlo do Estado sobre as actividades especulativas e a regulamentação do sector bancário. O Exército pretendia a redução das competências do parlamento, varrer a agitação das ruas, restabelecer a autoridade, a ordem.

Teixeira Gomes presidiu, no 1.º de Dezembro, à cerimónia comemorativa da Restauração, tendo colocado uma coroa de flores no monumento dos Restauradores e proferido nessa ocasião algumas palavras. Estaria, depois, presente na sessão inaugural do Congresso das Associações Comerciais e Industriais. Numa entrevista concedida ao *Diário de Notícias* do dia 7 de Dezembro, no decorrer do mesmo Congresso, foi salientado por Levy Marques da Costa, dirigente da Associação Industrial, a necessidade de «reduzir drasticamente as despesas públicas», assim como os encargos com o funcionalismo, acrescentando que o «Estado deve alienar algumas funções» e reduzir a carga fiscal sobre as actividades empresariais, recuperar «os capitais emigrados», isto é, o dinheiro que saiu do país, bem como obrigar as colónias a pagar as mercadorias que recebem como solução para a crise ultramarina. Estas eram reivindicações que o patronato, regularmente, vinha fazendo à classe política.

No dia 10 de Dezembro, o contratorpedeiro Douro protagoniza uma tentativa dos militares radicais. Foram efectuados alguns disparos por este vaso de guerra e houve duas tentativas de assalto ao Palácio de Belém, que foram repelidas, provocando um morto entre os revoltosos. O governo refugiara-se no quartel de metralhadoras de Campolide e daí informou Teixeira Gomes das ocorrências. Tinham sido distribuídas tropas por toda a cidade e as forças leais à situação afirmavam que umas centenas de marinheiros se encontravam no quartel de Alcântara e se preparavam para atacar o palácio presidencial. O chefe de Estado dirigiu-se então para o quartel de Alcântara, onde constatou que o sossego era absoluto. Comunicou isso mesmo por telefone a Ginestal Machado, chefe do Ministério. Ao regressar à sua residência oficial, de novo o convocam para se encontrar com o chefe do Ministério. Pretendia Ginestal Machado, em nome dos nacionalistas, a dissolução do parlamento. Por outras palavras, o PRN, aproveitando o falhanço do golpe radical, ensaiava um contragolpe. Teixeira Gomes recusa terminantemente a dissolução das Câmaras, até porque as ligações daquele partido aos militares conservadores eram do conhecimento de todos.

No dia 11, os revoltosos rendem-se por não conseguirem a solidariedade de outros vasos de guerra e após a intervenção mediadora de Agatão Lança, militar e deputado democrático. *O Século*, no dia 12, salientou «a nobre e serena atitude do

Sr. Presidente da República»<sup>21</sup>. Numa entrevista com Agatão Lança, este acrescentava que Teixeira Gomes se dirigira ao quartel de marinheiros, porque «recebera informações de que naquele quartel estavam armados e revoltados nada menos que 800 marinheiros», para constatar que essas informações não correspondiam à realidade. Comandava a revolta o capitão-de-fragata João Manuel Carvalho, antigo ministro. Também no dia 12, outro importante periódico confirma que o chefe de Estado se recusa a conceder as medidas solicitadas pelo governo, ou seja, a dissolução do parlamento e a suspensão das garantias constitucionais. O *Diário de Notícias* acrescenta: «O conselho de ministros não deu nota oficiosa; no entanto, diz-se que o Sr. Presidente da República foi de opinião que não deviam exercer-se represálias contra os revoltosos»<sup>22</sup>. Enquanto isto, *A Batalha*, afirmando a sua posição de neutralidade neste acontecimento, dava-nos conta dos sargentos e marinheiros dispensados da Armada, deliberação aceite pelo presidente da República, diz o mesmo jornal, sob ameaça de um golpe de Estado que estabeleceria a ditadura militar. Publicava ainda uma entrevista com um «radical» que tomara parte activa nesta sedição: «Estava e está na treva preparando-se, organizando-se, um movimento que tem muitas espadas conservadoras, muitos intuitos reaccionários e muito dinheiro para a consecução dos seus fins»<sup>23</sup>. Durante o futuro governo de Álvaro de Castro seriam discutidas no parlamento diversas propostas tendentes à reabilitação dos marinheiros envolvidos na sublevação.

Poucos dias depois, após a demissão de Ginestal Machado, Cunha Leal iria proferir uma das suas mais famosas declarações no decorrer duma conferência que teve lugar na Sociedade de Geografia:

Para evitar a situação lamentável a que os políticos levaram o país, só há um meio: aproveitar essa admirável força organizada que é o Exército. Os políticos de boa vontade, apoiados na força armada, poderão fazer alguma coisa; sós, não. Não se adapta entre nós o mussolinismo ou riverismo, mas adapta-se uma fórmula que, dentro ou fora da Constituição, salve o país do descalabro em que se encontra (Telo I, 265-266).

Total abertura para uma solução de golpe militar quando Mussolini ou Primo de Rivera, na Itália como em Espanha, consolidavam o seu poder e, entre nós, o Partido Democrático se fragmentava e a autoridade do Estado enfraquecia. Perante a instabilidade que teimava, para muitos portugueses, apenas o Exército surgia como única alternativa.

O governo demite-se no dia 13 de Dezembro. No dia seguinte, *O Século*, ao mesmo tempo que anuncia a demissão do presidente do Ministério e informa que a sessão na Câmara dos Deputados decorreu «agitadíssima», transmite a opinião dos diversos grupos parlamentares, os quais naturalmente fizeram interpretações dos recentes acontecimentos de acordo com o seu posicionamento político. Entretanto, como sempre acontecia após a queda de um governo, iniciam-se

novas diligências: «O Sr. Teixeira Gomes ouvirá hoje, durante todo o dia, sobre a crise política, os presidentes das duas casas do Congresso e os *leaders* dos partidos constitucionais da República com representação no Senado e na Câmara dos Deputados»<sup>24</sup>. Mas o presidente seria ridicularizado nesse mesmo jornal, numa gravura de Leal da Câmara, explorando, como alguns insinuavam, a sua passividade para com os «revolucionários» na altura da visita ao quartel de marinheiros de Alcântara. Quanto ao futuro governo, Álvaro de Castro, antigo deputado democrático, era, segundo os jornais, a escolha mais provável.

### *As medidas radicais*

O governo de Álvaro de Castro tomou posse a 18 de Dezembro. O presidente do Ministério já fora várias vezes ministro e ainda governador-geral de Moçambique durante a guerra de 1914-18. Mas afastara-se dos democráticos e chegara a integrar o PRN, formação com a qual também se desentendera. Com os seus seguidores formou o Grupo Parlamentar de Acção Republicana, que acabaria por ser aliado dos democráticos. Curiosamente, o seu Ministério inaugura a fase «radical» da República, incluindo elementos destacados da esquerda do partido maioritário e dois representantes da *Seara Nova*: António Sérgio, na Instrução e Mário de Azevedo Gomes, na Agricultura. O general Sá Cardoso ocupava a pasta do Interior, José Domingues dos Santos a da Justiça, Ribeiro de Carvalho era ministro da Guerra. No dia 19 informam-nos ainda que Afonso Costa rejeitara o convite para a pasta das Finanças, a qual ficaria a cargo do chefe do governo. O grupo *Seara Nova*, num texto publicado na revista deste mês de Dezembro, vem justificar a sua posição, até aí bastante crítica relativamente aos partidos do regime, inclusivamente face aos democráticos: «A *Seara Nova* está pois representada no ministério, e está representada para defender o seu ponto de vista e para pôr em prática os seus planos concretos de reformação»<sup>25</sup>. Acrescenta o mesmo texto que, quando se convencerem que os seus planos não serão aceites e que terão de conviver com escândalos financeiros consentidos por monárquicos e republicanos, o seu caminho só poderá ser a demissão.

E nos últimos dias de Dezembro de 1923, no editorial de *O Século* intitulado «Ameaças de despotismo», questionam-se as opiniões defendidas por Cunha Leal na conferência a que aludimos: «Sabe já todo o país o que ocorreu no comício da Sociedade de Geografia. Um membro do governo já demissionário, mas ainda em funções, defendeu a ditadura, isto é, a abolição das leis fundamentais do Estado»<sup>26</sup>. Neste mesmo número, enquanto ficamos a conhecer mais uma visita do chefe de Estado, desta vez à Sociedade Nacional de Belas-Artes, onde inaugurou uma exposição de antigos alunos da Casa Pia, existe uma notícia acerca de um problema que se arrastava, a famosa questão dos inquilinos. Neste caso, são as emendas ao projecto de Catanho de Meneses, alterações que alguns receavam

serem convertidas em lei, pois permitiriam que muitos senhorios despedissem os seus inquilinos tendo em conta que se verificara um excessivo aumento das rendas.

Logo no início de Janeiro de 1924, o conselho de ministros deliberou um conjunto de medidas que permitiriam conter as despesas, como a extinção dos administradores de concelho e de vários lugares dependentes dos ministérios da Justiça, do Comércio e do Trabalho. O *Diário de Notícias* esclarece ainda:

Em harmonia com os elementos de informação recebidos pelo Sr. Presidente do Ministério [...] foi resolvido no concelho de ministros de ontem suprimir aqueles lugares vagos, cuja falta os ministros competentes entendam que não perturba o regular funcionamento dos mesmos. De acordo com este critério, o número de lugares a suprimir será grande<sup>27</sup>.

O ministro da Instrução, de acordo com a intenção da redução das despesas, tenciona apresentar um projecto de transformação das Escolas Primárias Superiores.

Continuavam a verificar-se as tragédias nas localidades do litoral onde a pesca era a principal actividade das populações, como, por exemplo, a Póvoa de Varzim. Esses locais, salvo raras excepções, não possuíam quebra-mar ou cais apetrechado que protegesse os pescadores nos dias de temporal, e as lanchas de pesca, à força de braços ou à vela, com frequência, nos dias de Inverno, eram tragadas pelas ondas. Neste caso, uma tempestade fez naufragar uma embarcação e a maioria dos seus tripulantes ainda se encontrava desaparecida. Apenas dois corpos tinham sido resgatados e, no dia 7 de Janeiro, *O Século* publicava a fotografia da multidão de poveiros que acompanhou o funeral.

No mesmo dia podemos ler neste jornal uma conferência de imprensa do primeiro-ministro em que este anuncia uma política de contenção das contas públicas e se compromete a aumentar as receitas do Estado «com equidade» e, portanto, sem prejudicar os mais pobres. No dia 26 deste mês, o governo confirmava as medidas que se propôs desenvolver. São suspensas algumas despesas que tinham sido votadas com o objectivo de conseguir o equilíbrio orçamental. «— Nem mais uma nota! — afirma o actual presidente do Ministério e ministro das Finanças àqueles que porventura pretendem forçar o governo a tão condenável política»<sup>28</sup>. Neste mesmo dia decorrera um encontro dos representantes da Federação, Conselho Central e Juntas de Freguesia do Norte, acompanhados de delegados das Juntas de Freguesia de Lisboa, que trataram com o presidente do Ministério de questões como a carestia, o câmbio, a repressão do jogo e o regulamento da lei do inquilinato, problemas que inquietavam as populações e cujas soluções eram sistematicamente adiadas.

Durante este mês de Janeiro, o governo assumira, em declarações aos órgãos de informação, a suspensão das leis que aumentavam a despesa, optando

por uma política de contenção das despesas e de eliminação de alguns cargos no funcionalismo. É disso testemunha a nota que o governo distribuíra na Câmara dos Deputados acerca das finanças públicas, da qual salientamos o seguinte excerto: «O governo julga que os métodos já adoptados e postos em prática são os mais eficazes; melhores em resultados práticos, mais prontos, mais concludentes do que quaisquer outros»<sup>29</sup>. Esta declaração confirma que o Ministério não pretendia alterar a sua orientação no domínio da economia. Noutra notícia, no mesmo dia, este jornal dá-nos conta, uma vez mais, da falta de policiamento da cidade, o que, segundo já tinha sido dito, se tornava mais difícil pela insuficiente iluminação da capital.

Contudo, mesmo no campo republicano, era grande a preocupação com a estabilidade política e as suas inevitáveis implicações na economia do país. Desta vez, seria Sarmiento Pimentel, oficial que se notabilizara na ofensiva contra a «Monarquia do Norte». Na *Seara Nova* escreve o seguinte: «Desde Sidónio Pais a política interna de Portugal só tem andado em volta do problema da ‘ordem pública’. [...] Os pronunciamentos sucedem-se, as bombas continuam, o preço das coisas vai subindo e o dinheiro não chega para estes permanentes, estes milicianos, estes contratados, estes paisanos armados em pé-de-guerra por causa da ‘ordem pública’»<sup>30</sup>. Numa linguagem crua, este militar alertava os políticos e os seus camaradas de caserna para a gravidade da situação.

No dia 28 de Janeiro morre Teófilo Braga aos 81 anos de idade. Chefe do Governo Provisório na altura da implantação do novo regime, republicano desde 1875, presidente do Directório do PRP em 1910, autor de vastíssima obra, desde a poesia e o ensaio à investigação histórica, divulgador do positivismo, professor do Curso Superior de Letras, modesto mação que habitava num recatado prédio da travessa de Santa Gertrudes e viajava de eléctrico até ao Palácio de Belém, nem sempre elogiado nos seus comportamentos políticos ou na sua produção histórico-literária, Teófilo era uma lenda viva. No dia 30, os restos mortais do íntegro pensador iriam ser transportados para o Pantheon dos Jerónimos numa cerimónia que teve honras militares e à qual se associaram o presidente da República e os membros do governo. Segundo *O Século* «milhares de pessoas de todas as classes desfilaram ontem perante a urna»<sup>31</sup>. No mesmo dia em que se comemorava a fracassada revolta republicana do Porto de 1891, o cortejo fúnebre, que incluiu inúmeros organismos, escolas e associações, seguiu do parlamento para o Mosteiro dos Jerónimos. Sampaio Bruno falecera em 1916, Manuel de Arriaga no ano seguinte. Em 1922, desaparecia o poeta Guerra Junqueiro e agora chegara a vez de Teófilo Braga. Afonso Costa permanecia em Paris e António José de Almeida encontrava-se em casa, doente. A Primeira República começava a morrer.

No mesmo dia, o *Diário de Notícias*, embora conceda o devido destaque às cerimónias fúnebres do antigo presidente, atribui, contudo, maior relevo à efeméride do 31 de Janeiro, expondo as fotografias dos principais dirigentes da revolta:

Sampaio Bruno, Rodrigues de Freitas, Alves da Veiga, Basílio Teles, capitão Leitão, João Chagas e tenente Coelho.

No início de Fevereiro, Teixeira Gomes inicia uma visita à cidade do Porto. A crer no que vem noticiado nos jornais, a recepção ao chefe de Estado foi apoteótica. Mesmo ao lado de um artigo de Brito Camacho, extasiado com os grandes rios de Moçambique, onde se encontrava, a reportagem d' *O Século* relata-nos deste modo os acontecimentos do dia anterior:

Ao aproximar-se a hora da chegada do comboio presidencial a Praça da Liberdade é já um mar de gente. Rompe-se à custa. Pela rua 31 de Janeiro vem descendo uma multidão compacta, os Clérigos oferecem o espectáculo de uma montanha suspensa aos ombros de titãs, tanto é o povo que se lhe acumula na base<sup>32</sup>.

Teve lugar uma recepção na Câmara Municipal, após um cortejo automóvel no qual seguiram as principais individualidades civis e militares do distrito. Esta visita seria acompanhada pela imprensa e contou, nos primeiros dias, com deslocções ao Museu e Biblioteca Municipais, uma recepção no Palácio da Bolsa e uma récita de gala no Teatro de S. João. Durante a sua estada no Porto, o presidente visitou vários estabelecimentos fabris, unidades militares, recebeu os representantes das Juntas de Freguesia, visitou a Faculdade de Letras e foi homenageado numa manifestação organizada pelo Partido Democrático. Para um homem pouco popular, mais conhecido pelas suas facetas de diplomata e de escritor, foi certamente um sucesso.

No dia sua chegada a Lisboa, o governo, numa nota dirigida «Ao povo de Lisboa» publicada no jornal *O Século*, convidava a população a juntar-se às manifestações que iriam decorrer no Rossio. E no dia seguinte, o *Diário de Notícias* apresenta uma impressionante fotografia da multidão que acompanhou o chefe de Estado na zona do Rossio. É, como se segue, o texto que acompanha a referida foto: «A cidade de Lisboa recebeu ontem com uma enorme, uma extraordinária e vibrantíssima manifestação, como raras vezes se terão produzido outras, o Sr. Presidente da República no regresso da viagem que efectuou ao Porto»<sup>33</sup>. No mesmo dia, Teixeira Gomes estaria presente na sessão inaugural do 2.º Congresso da Imprensa Latina acompanhado por António Sérgio, ministro da Instrução. Augusto de Castro, director do *DN*, foi proclamado presidente do Congresso.

Na política internacional, as atenções voltam-se para as exéquias que seriam celebradas em Washington em memória do ex-presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, falecido a 3 de Fevereiro. Esta marcante personalidade que mereceria palavras de reconhecimento e gratidão transmitidas por Lloyd George, decidiu a intervenção dos Estados Unidos na guerra, em Abril de 1917. O apoio económico prestado pelos norte-americanos aos Aliados na fase final da guerra foi determinante para a sua vitória em 1918. Mas o presidente Wilson ficaria conhecido

principalmente pela sua proposta de paz, os Catorze Pontos, que foram objecto de diversas críticas por parte das potências aliadas, incluindo a Grã-Bretanha. Mesmo assim, de forma geral, as suas ideias, com as inevitáveis alterações, foram aceites na Conferência de Paz, pelo que nos limitamos a transcrever o que escreveram conceituados investigadores acerca do 14.º ponto, tendo em conta que esta proposta, a criação da Sociedade das Nações, não previa quaisquer sanções militares para aqueles que infringissem as normas internacionais agora estabelecidas. «A SDN, que representa em teoria a universalização do regime parlamentar e o triunfo do direito sobre a força, reduz, assim, de facto, o campo diplomático»<sup>34</sup>.

Mas uma outra personalidade havia perecido, e a sua morte, no passado 21 de Janeiro, teria consequências dramáticas, não só para o seu país como para quase toda a Europa: Vladimir Illich Ulianov, Lenine para a posteridade. Líder incontestado de uma revolução que abalou o mundo, o seu desaparecimento iria acarretar consequências ainda maiores. Os jornais trouxeram, durante os dias e as semanas que se seguiram à morte do dirigente dos bolcheviques, fotografias de alguns dos membros do novo «Conselho dos Comissários» do Povo, designadamente Rykov, Kamenev, Trotsky. Todos eles potenciais candidatos ao cargo de secretário-geral. Mas seria outro o nome que se afirmaria como todo-poderoso desse imenso país e que, governando como um déspota, foi responsável pela morte de milhões de compatriotas, que divergiam das suas orientações, ou que ele supunha serem seus opositores. Foi Estaline, «o homem de aço». Após a guerra civil — se não falarmos naqueles que se encontravam presos —, centenas de milhares de camponeses e a maior parte das classes médias das cidades abandonaram a Rússia. Em 1936-37, «os processos de Moscovo» condenaram à morte Kamenev, Zinoviev, Bukharine e Rykov, além de muitos outros dirigentes comunistas. O grande rival de Estaline, anterior senhor absoluto, era Leon Trotsky, que conseguirá fugir para o estrangeiro. Seria assassinado no México, em 1940. Mas a «purga» tinha começado há muito na direcção do próprio partido.

Em Portugal, o governo resolve interferir, finalmente, na questão dos tabacos, problema que se arrastava havia vários anos e cuja resolução fez com que a família Burnay, detentora da Companhia dos Tabacos, cortasse as suas ligações tradicionais com os democráticos. No despacho lido na Câmara dos Deputados, que o *Diário de Notícias* tornou público, determina-se a entrega nos cofres do Estado da quantia de 25 659 956\$91 por parte da Companhia e a suspensão do comissário do governo junto da mesma empresa. Transcrevemos as seguintes passagens: «Considerando o exame a que procedeu o Sr. director geral da contabilidade pública, determinado por despacho de 31 de Dezembro de 1923, se verifica que ao Estado não foram entregues pela Companhia dos Tabacos de Portugal quantias a que o Estado legitimamente tem direito»<sup>35</sup>. Segundo este jornal, a maioria da Câmara terá aplaudido a leitura do despacho. Outros periódicos tiveram opinião diferente, como, por exemplo, o *Diário de Lisboa*, que, mais tarde, iria considerar o acordo como pertencendo

às coisas «deploráveis», classificando o ministro das Finanças de incompetente e a Companhia dos Tabacos como tendo sido amplamente beneficiada.

Mas em Portugal o governo encontrava-se de facto perante dois fogos. No dia 22 de Fevereiro realizava-se uma manifestação das juntas de freguesia de Lisboa contra a carestia e a degradação das condições de vida dos cidadãos, porque os salários não acompanhavam a inflação, consequência imediata da desvalorização da moeda. Porém, o poder económico insurgia-se contra a intervenção do Estado, que pretendia controlar o mercado cambial, impedir a saída de capitais e a queda do escudo. Durante o mês de Fevereiro, o Ministério das Finanças fez sair diversos decretos tendo como principal objectivo regularizar o câmbio e limitar as operações financeiras com divisas estrangeiras. Para concretizar essas medidas atribuiu largas competências à Inspeção do Comércio Bancário.

Na vida das populações pobres, as catástrofes não eram exclusivas das zonas rurais ou das localidades piscatórias. Em Lisboa, 12 pessoas, incluindo seis crianças, morreram soterradas em Campolide, no dia 20 de Março, quando um prédio ruiu provocando a morte da gente humilde que ali habitava. Bombeiros, soldados e populares afadigaram-se na remoção dos escombros. Do sinistro que comoveu a população daquela zona da capital resultaram ainda quatro feridos em estado grave. A imprensa intensifica nesta altura uma campanha contra os «gaioleiros», designação atribuída aos construtores de prédios de pequena dimensão destinados aos habitantes mais pobres. Essas construções não respeitavam as regras mais elementares e não possuíam por isso qualquer segurança. A Câmara Municipal é igualmente questionada acerca destes mortíferos desastres, mas um dos seus responsáveis afirma que a instituição não tem poderes de fiscalização «para impedir os crimes». Como era frequente naquela época, realizam-se peditórios, «os bandos precatórios», no caso presente iniciativa da Academia Filarmónica Verdi e da Sociedade Musical União do Beato, para auxiliar os sobreviventes.

Entretanto, agrava-se a crise das colónias, devido à maior importação de produtos estrangeiros. Até 1922, no caso de Angola, mais de metade das importações e das exportações eram transaccionadas com a metrópole. A partir desta data tudo se alterou e a balança comercial desta colónia torna-se deficitária. O Banco Nacional Ultramarino, banco emissor das colónias, financiava muitas das grandes empresas coloniais. Em 1923 acentua-se a crise do BNU e, conseqüentemente, o banco deixa de satisfazer as exigências dos seus clientes. O seguinte «Protesto», assinado pelo conselho de administração da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, publicado no *Diário de Notícias*, exprime essa atmosfera de insatisfação devido às dificuldades económicas da Companhia e, neste caso, contra algumas afirmações do ministro da Agricultura, Joaquim Ribeiro: «A própria assistência financeira prestada à Companhia Industrial de Portugal e Colónias por diversos estabelecimentos de crédito é inferior, muito inferior mesmo, à assistência normal, certamente pela conhecida restrição do

meio circulante»<sup>36</sup>. A crise provocada pela concorrência de produtos estrangeiros abalou a concessão dos créditos.

O governo, diariamente criticado pelo poder económico, recebia um importante elogio da sua política financeira num artigo do jornal francês *Temps*, publicado n' *O Século*. Nesse texto é salientado o aumento das receitas, devido ao novo sistema de impostos, e a redução das despesas pela suspensão das leis anteriores a 1923 que comportavam aumento da despesa. Acrescenta ainda o referido diário francês: «O parlamento votou uma modificação do regímen dos monopólios do tabaco e dos fósforos, que tornará mais produtivos. Além disso o Estado recuperará 25 milhões de escudos que lhe deviam ser pagos pela companhia concessionária do monopólio e o não foram»<sup>37</sup>. Nesse mesmo número, o jornal publica um mapa com o trajecto do *raid* Lisboa-Macau, travessia aérea que irá emocionar o país.

E enquanto se anunciam mais derrocadas em Lisboa e os bandos precatórios desfilam pelas ruas, pedindo auxílio para as famílias das vítimas, o presidente da República efectuava uma visita a um lactário que comemorava o seu décimo aniversário e que era conhecido pelo bom funcionamento e pelos serviços prestados à população da respectiva freguesia. «O lactário da Freguesia de S. José, admirável e modelar instituição, que tem prestado à causa da puericultura serviços valiosíssimos e ao qual muitas mães devem a vida e a saúde dos seus filhos»<sup>38</sup>, escrevia *O Século* no princípio de Abril.

Mas o Ministério de Álvaro de Castro não iria resistir muito tempo. Em 6 de Julho tomava posse o gabinete de Rodrigues Gaspar, que continuaria a sua política de contenção das despesas, tendo conseguido controlar a inflação e revalorizar o escudo. Mas o total afrontamento com a oligarquia financeira foi concretizado pelo governo de José Domingues dos Santos, que assumiu a presidência do Ministério a partir de 22 de Novembro. Entre outras medidas, elaborou um decreto para a reforma do sistema bancário que pretendia controlar a especulação financeira e privilegiar o fomento das actividades económicas. Na sequência das medidas de Álvaro de Castro, manteve a actividade dos bancos submetida à Inspeção do Comércio Bancário. Mas esta determinação não teve consequências práticas. Não conseguiu o retorno de capitais depositados no estrangeiro, nem restabeleceu a confiança no mundo financeiro.

A valorização do escudo provoca a queda das exportações e a Associação Comercial de Lisboa desencadeia um movimento de forte contestação aos ministérios do Partido Democrático. Inevitavelmente, o patronato, no seu conjunto, responderia com maior eficácia. Após a fundação da União dos Interesses Económicos, em Setembro de 1924, assistimos ao endurecimento das suas posições, extremamente críticas em relação à orientação económica dos últimos governos, salientando igualmente a insegurança dos comerciantes e os atentados de que eram vítimas os empresários.

## O raid Lisboa-Macau

No dia 7 de Abril de 1924 tinha início a viagem que iria prender a atenção dos portugueses durante bastante tempo: «Levantou ontem vôo do Campo do Grupo de Esquadrilhas de Aviação República, na Amadora, o avião Pátria, em que os dois intrépidos aviadores capitães Brito Pais e Sarmento Beires vão lançar-se num rasgo temerário, à conquista de uma nova glória para o nome de Portugal»<sup>39</sup>. Segundo o jornal *O Século*, foi numa tarde de sol que a multidão ali presente viu partir a aeronave com destino a Vila Nova de Milfontes, primeira etapa desta arrojada iniciativa.

Santos Dummont, o célebre aviador brasileiro, esteve em Lisboa e encontrou-se com Gago Coutinho e Sacadura Cabral numa altura em que as primeiras páginas dos grandes jornais continuavam a ser dominadas pela viagem aérea Lisboa-Macau. Desta vez, *O Século* transcreve no dia 19 uma carta de Brito Pais enviada de Orão, na Argélia, onde o Pátria tinha aterrado cumprindo mais uma etapa do seu longo percurso: «A viagem a Málaga foi qualquer coisa de formidável. Que tempo! Que terras! Eu faço ideia do que aí diriam se soubessem que o Pátria, tendo voado sobre Huelva, foi depois ao pé de Sevilha para Málaga»<sup>40</sup>. O aviador fala depois das condições do tempo e das manobras que tiveram de efectuar para evitar as tempestades.

Devemos esclarecer que o itinerário previsto incluía percorrer praticamente todo o Norte de África, sobrevoar o Mar Vermelho no sentido norte-sul, até ao golfo de Aden, e daí seguir até à costa ocidental da Índia. Durante quase toda a viagem realizaram-se récitas, festas desportivas e diversos espectáculos que tinham como único objectivo contribuir para minorar os encargos dos aviadores. O jornal *O Século* organizou uma grande subscrição nacional a que se associaram inúmeros cidadãos, havendo a salientar professores primários, a Guarda Nacional Republicana, oficiais do Exército e até um asilo de mendicidade.

No dia 25 de Abril inaugurava-se, no Porto, o Congresso do PRP. O partido encontrava-se dividido, no parlamento e no interior das suas representações espalhadas pelo país. Mas enquanto esteve em funções, o governo de Álvaro de Castro manteve a orientação da sua política económica. Isso mesmo se depreendia da entrevista concedida poucos dias antes por Alberto Xavier, ministro das Finanças, a *O Século*. O ministro, que regressava de Londres, salientara, poucos dias antes, que o país necessitava de transmitir uma imagem de estabilidade perante os seus credores numa altura em que conseguira um importante empréstimo destinado ao desenvolvimento económico de Moçambique. Descreve as medidas mais importantes para conter a desvalorização do escudo. «Se o equilíbrio orçamental não é ainda um facto, isso deve atribuir-se à perturbação económica, provocada pela depreciação da moeda portuguesa, cuja primeira consequência [...] obrigou o governo a aumentar os vencimentos dos funcionários públicos e os salários dos

operários das fábricas do Estado»<sup>41</sup>. Adianta que o governo continua a tentar o reforço do escudo, a diminuição das despesas e o aumento das receitas. Mas muitos dos congressistas não se identificavam totalmente com estas medidas.

Durante os trabalhos, além dos previsíveis conflitos entre as diversas facções do partido e as críticas ao Directório, vindas de algumas comissões distritais, foram lidas e aprovadas saudações ao chefe de Estado e aos aviadores da viagem Lisboa-Macau. A saudação dirigida ao presidente da República dizia o seguinte: «O Congresso do PRP, reunido no Porto, ao iniciar os seus trabalhos apresenta a V. Ex.<sup>a</sup> as respeitosas homenagens devidas à alta magistratura que desempenha e as superiores qualidades de inteligência e de civismo com que tem mantido o prestígio da República e da Constituição»<sup>42</sup>. Não poderia surpreender ninguém este rasgado elogio, tendo em conta que Teixeira Gomes sempre assumira a sua proximidade pelos democráticos, arriscando ser sistematicamente atacado pela oposição devido às suas decisões enquanto chefe de Estado. E no dia 3 de Maio, ao cumprir-se mais um aniversário da descoberta do Brasil, o *Diário de Notícias* saúda os dois chefes de Estado, Teixeira Gomes e Artur Bernardes, presidente da República do Brasil.

Mas os nossos aviadores, após sobrevoarem o Oceano Índico, sofreriam um inesperado contratempo. No dia 7 de Maio, o Pátria despedaçou-se a caminho de Nova Deli, não se registando, todavia, ferimentos graves em nenhum dos seus ocupantes, Brito Pais, Sarmento Beires e o mecânico Gouveia. O *Século* transcreve o telegrama que foi enviado da Índia: «Avião despedaçado em consequência de golpes de vento que nos obrigaram a aterrar a 300 quilómetros de Deli. O Gouveia ficou confuso; o Beires ileso, e eu ligeiramente ferido»<sup>43</sup>. Continuavam, entretanto, como um dever patriótico, os contributos de cidadãos dos mais diversos estratos sociais e as festas destinadas a angariar donativos. A direcção da Aeronáutica Civil enviou um telegrama estimulando os aviadores a continuarem a viagem com outro aparelho.

Mas o banditismo continuava a constituir uma das grandes preocupações da população. No mesmo dia em que o chefe de Estado assistiu à inauguração de uma exposição de flores na Câmara Municipal, um artigo do *Diário de Notícias* alertava-nos para essa negra realidade, quando a vítima deste atentado à bomba e a tiro foi Ermete Pires, administrador da Companhia Nacional de Alimentação, que recuperou após tratamento hospitalar:

Quantos atentados desta natureza se têm praticado em Lisboa nos últimos tempos? Dum deles foi alvo o engenheiro Ferreira de Mesquita, director geral da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses que escapou milagrosamente [...]. De outro o engenheiro Santos Viegas [...] ficou com o corpo varado por balas, e esteve meses no hospital entre a vida e a morte. De outro ainda [...] o Sr. Alfredo da Silva<sup>44</sup>.

Mas havia boas notícias a registar, porque o jornal divulga que vai prosseguir o voo Lisboa-Macau. Para depois exultar: «Saibamos ser Portugueses!»

Uma exposição de lavoures de jovens internadas em casas de beneficência de Lisboa, nos Armazéns Grandela, contou com a presença do chefe de Estado na sua inauguração, no dia 16, sessão abrilhantada com a actuação da banda da Guarda Nacional Republicana. Teixeira Gomes pretendia desta forma homenagear a obra destas instituições quando a miséria continuava a ser um flagelo nalgumas zonas da capital.

Ainda neste mês de Maio, o presidente efectuou uma visita oficial ao distrito de Setúbal. Recebido na Câmara Municipal, os representantes locais ofereceram-lhe um banquete. Visitou diversas associações profissionais, corporações de beneficência e o Clube Naval da localidade. No seu trajecto pelas terras do distrito passou pelo Barreiro e deslocou-se a Palmela. De acordo com o jornal *O Século*, a recepção popular foi arrebatadora: «A cidade do Sado e as populações circunvizinhas fizeram ao Sr. Teixeira Gomes um acolhimento entusiástico»<sup>45</sup>. Estas palavras são comprovadas pelas fotografias impressas no mesmo jornal.

Poucos dias depois, *O Século* anuncia um grande espectáculo promovido por este jornal para a «Grande Subscrição Nacional», que tem como único objectivo incentivar o prosseguimento da viagem Lisboa-Macau. Esta récita, a realizar no Coliseu dos Recreios, inclui três companhias completas e conta com a participação de artistas famosos. Neste mesmo dia, o ministro das Finanças anuncia que entram brevemente em circulação as novas moedas de um escudo, cinquenta, vinte, dez e cinco centavos. A circulação fiduciária continuava a gerar polémica nos meios empresariais e financeiros, além de emocionadas discussões no parlamento, assim como a questão dos tabacos, da nova lei do inquilinato e do empréstimo a Moçambique. No dia 27 de Maio, Teixeira Gomes assiste ao encerramento dos trabalhos na Escola Militar, durante o qual presenciou exercícios de ginástica, tiro e corridas de cavalos. Mas anunciam-se mais espectáculos, no Teatro da Trindade e no Cinema Condes, sempre com o elevado propósito de angariar fundos para a «gloriosa viagem».

No início de Junho, no decorrer das comemorações do centenário de Camilo Castelo Branco, o *Diário de Notícias* anuncia que Norton de Matos foi indigitado para embaixador de Portugal em Londres. Porém, a notícia mais importante deste matutino é o funeral do dia anterior, que contou com a presença de vários contingentes militares e muitos populares. Tratava-se do cabo de polícia Manuel Neves, assassinado nos Olivais por elementos da Legião Vermelha, grupo armado que tinha como objectivo vingar prisões ou maus-tratos infligidos aos sindicalistas.

### *A oposição conservadora*

A oposição ao regime ganhava terreno, muito embora a sua influência não se traduzisse nos resultados eleitorais. Excluindo os sectores do Exército que conspiravam, existiam, entre os civis, os seguintes grupos: os monárquicos, os católicos, os meios financeiros ou «forças vivas» e os republicanos conservadores.

Os monárquicos encontravam-se divididos e debilitados desde a implantação da República. Divididos porque enquanto alguns mantinham fidelidade ao rei D. Manuel II, exilado em Londres, se organizavam na Causa Monárquica dirigida por Aires de Ornelas, e com o seu jornal oficioso, *Correio da Manhã*, defendiam a via constitucional e a participação nas eleições, outros lutavam pela restauração da monarquia por via insurreccional, como Paiva Couceiro e seus seguidores. Debilitados porque muitos monárquicos — sem mencionar os que se encontravam exilados — ou se acomodaram à nova situação, ou aceitaram lugares de responsabilidade na administração pública. Após a derrota da Monarquia do Norte e da revolta de Monsanto, os sectores legitimistas passaram a apoiar D. Duarte Nuno, neto de D. Miguel, como pretendente ao trono. Acresce ainda que, além das divergências entre constitucionais e legitimistas, o rei D. Manuel II não tinha descendência. Pelo Pacto de Dover, de 1912, e pelo Pacto de Paris, de 1922, ficou estabelecido que o direito de sucessão passaria para D. Duarte Nuno, se o último monarca português viesse a falecer sem descendência. Os monárquicos concorreram regularmente às eleições, elegeram quase sempre deputados (em 1923, na sequência da «noite sangrenta», obtiveram dez representantes), mas, exceptuando o curto período do sidonismo, nunca conseguiram um grupo parlamentar influente.

Os católicos, com uma estratégia mais consistente, tinham como organização política o Centro Católico Português, fundado em 1918, estrutura da União Católica. O partido concorreu a sucessivas eleições sem grande sucesso. Em 1921, por exemplo, elegeu apenas dois deputados, um dos quais Oliveira Salazar, que a partir do II Congresso Nacional, realizado no ano seguinte, se afirma como uma das suas principais personalidades. O Centro chegaria a eleger, em 1923, cinco deputados e, em 1925, quatro deputados e um senador. Mas o seu núcleo mais dinâmico seria o Centro Académico de Democracia Cristã, com sede em Coimbra, onde, além do futuro presidente do Conselho, se encontravam Gonçalves Cerejeira, Diogo Pacheco de Amorim, Joaquim Diniz da Fonseca, Francisco Veloso e José Nosolini, entre outros. O CADC, encerrado em princípios de 1911 e reaberto em 1912, travou acesas polémicas com o governo da República através do seu órgão de imprensa, *O Imparcial*, encabeçando a resistência às medidas anti-religiosas do PRP.

As organizações patronais ganharam uma nova dinâmica após a fundação da União dos Interesses Económicos, instituição federativa das associações existentes. Após o encerramento da Associação Comercial de Lisboa, em Fevereiro de 1924, a UIE encabeça a contestação do comércio ao Ministério de Domingues dos

Santos, enquanto alguns dos seus dirigentes se envolvem na preparação do golpe de 18 de Abril. Tendo a revolta fracassado, a UIE, como força política, vai dedicar-se à campanha eleitoral com vista às eleições de 1925. As suas principais figuras são Carlos de Oliveira, empresário, João Pereira da Rosa, elemento preponderante na direcção do jornal *O Século*, e o professor universitário, de origem judaica, Moses Amzalack. Não obstante contarem com aquele matutino para a divulgação das suas propostas (redução dos impostos, alteração das leis laborais, regresso dos «capitais emigrados») e das inúmeras conferências realizadas pelos seus responsáveis nos mais diversos concelhos do país, os resultados eleitorais constituem uma autêntica desilusão face aos objectivos propostos.

Os republicanos conservadores encontravam-se, na sua esmagadora maioria, no Partido Republicano Nacionalista. Resultara da reorganização da direita portuguesa depois da «noite sangrenta» e da extinção do Partido Liberal. O seu líder parlamentar e principal figura era Cunha Leal. Notabilizava-se pela sua capacidade oratória e tornou-se um dos parlamentares mais conhecidos da opinião pública. Afrontava os democráticos e Teixeira Gomes com intervenções por vezes exaltadas e pouco cordatas. Acerca dele escreveu Câmara Reys, nas páginas da *Seara Nova*, em Junho de 1922:

Há nele dois homens: um, superior a quase todos nós, e que na noite horrenda do Arsenal deu a medida do seu heroísmo e da sua generosidade; outro, inferior a quase todos nós, sem um fogacho de arrependimento, sem um lampejo de coerência, saltita de partido para partido, de programa para programa, da extrema-esquerda para a extrema-direita.

Mas também pertenciam ao PRN oficiais do Exército e da Marinha, como Óscar Carmona ou Mendes Cabeçadas, ou grandes comerciantes e proprietários. Constatando a dificuldade em derrotar os democráticos por via eleitoral, o PRN passa a conspirar conjuntamente com os militares com quem mantinha contactos. Apoia as reivindicações da União dos Interesses Económicos e não foi estranha a participação de alguns dos seus dirigentes em reuniões que preparavam a revolta de 18 de Abril de 1925. Em suma, era a principal força política de oposição aos democráticos.

No campo conservador, dois movimentos merecem também ser aqui lembrados, pois tiveram especial influência no meio universitário e nas elites das classes médias urbanas. Falamos do Integralismo Lusitano, fundado a partir de núcleos de emigrados monárquicos, sob influência da *Action Française*, e da Cruzada Nacional Nun'Álvares Pereira que, nos seus propósitos, abrangia todos os contributos daqueles que se opunham ao Partido Democrático.

O primeiro jornal que difundiu os ideais dos integralistas foi *A Nação Portuguesa*, em 1914, que abertamente se identificava com a monarquia tradicional e o corporativismo. Entre os mais prestigiados divulgadores do Integralismo

encontravam-se António Sardinha, escritor e deputado, Pequito Rebelo, advogado, grande proprietário rural, Hipólito Raposo, advogado e professor. No entanto, o núcleo de onde saíram os seus elementos sofreria várias cisões e encontrava-se enfraquecido em 1926. Rolão Preto, um dos mais jovens dirigentes do Integralismo, fundou o Movimento Nacional-Sindicalista, em 1932, e entraria em rotura com Salazar, enquanto muitos outros, nas décadas seguintes, seguiram diversas correntes do pensamento conservador.

A Cruzada Nacional Nun' Álvares, fundada em 1918, durante o sidonismo, readquiriu alguma importância a partir de 1921, com o seu «manifesto» de exaltação nacionalista que propõe a certa altura «levantar intensamente as energias do povo português, despertando-lhe e radicando-lhe o amor pela sua terra e o culto dos seus heróis.» Entre os seus aderentes encontravam-se monárquicos e republicanos, civis e militares, clérigos e leigos, embora naturalmente predominassem as personalidades mais conservadoras. Tendo como órgão central o jornal *A Reconquista*, a Cruzada desenvolveu intensa actividade nos últimos anos do parlamentarismo, no sentido de ganhar as classes médias para a aceitação de um regime autoritário.

### *O cerco aos democráticos*

Seria ao longo do ano de 1925 que se intensificaria a ofensiva contra o regime liberal e parlamentar, aproveitando algumas das suas medidas mais polémicas. Foi o caso da dissolução, a 6 de Fevereiro, da Associação Comercial de Lisboa, sede da União dos Interesses Económicos. O decreto n.º 10 515 — documento em que o governo justificava a sua posição, alegando que a Associação não estava a cumprir as funções para que fora constituída — deu origem a um imenso protesto do comércio da capital, com o apoio de lojistas e de inúmeras associações de comerciantes espalhadas pelo país. Embora todos soubessem ser esta uma medida da esquerda do Partido Democrático, facção corporizada pelo governo de José Domingues dos Santos, que contava com Ezequiel de Campos na pasta da Agricultura, não estaremos longe da verdade se afirmarmos que os democráticos perdiam agora o apoio do comércio. A 10 de Fevereiro, o Ministério demitia-se após um debate parlamentar no qual foram confrontados pelos elementos conservadores do seu partido. No dia 15 toma posse o governo de Vitorino Guimarães, de que o *Diário de Notícias* nos fornece a composição. É um governo que consegue o apoio dos democráticos e dos adeptos de Álvaro de Castro, os «alvaristas». Quando se apresentou perante o parlamento, os deputados do PRN abandonaram a sala logo após a leitura do programa governamental, a pretexto de uma passagem que afirmaram ser injuriosa para este partido, episódio que evidencia o degradado ambiente político desse tempo.

O encerramento da Associação Comercial de Lisboa continuava a suscitar protestos dos sectores empresariais. Desta vez, o protesto vem da Figueira da Foz: «Considerando que o actual governo abriu uma guerra às classes comerciais [...] querendo com isto fazer ver que estas classes são elementos desordeiros, o que pode ocasionar violências brutais como o 19 de Outubro»<sup>46</sup>. No mesmo sentido foi a palestra de Alfredo Ferreira, director da União dos Interesses Económicos, igualmente divulgada no mesmo número d' *O Século*: «Mas hoje, passada a febre dos negócios, ficaram apenas os da carreira [...] e têm agora a situação difícil, que o próprio Estado conhece: não podem refazer os seus *stocks* por falta de numerário, e, ao mesmo tempo, as fábricas, por falta de crédito, encontram-se paralisadas»<sup>47</sup>. Utilizando os mais poderosos meios de informação da época, a UIE atacava o governo de forma deliberada.

Todos os sectores da sociedade portuguesa que se opõem à actual situação evidenciam abertamente as suas posições, como o fez Dias de Andrade, representante do Centro Católico no Senado, intervenção divulgada no jornal *Novidades*, no início do mês seguinte: «Governar bem é fazer uma política de conciliação e de reconstrução, e nunca, como por vezes se tem feito, uma política arbitraria e de violências, pondo as classes em pé de guerra, umas contra as outras»<sup>48</sup>. A urgência de uma reconciliação nacional e a responsabilização do regime republicano pelas desordens verificadas foi constante nas críticas dos meios católicos.

As efemérides continuavam a ser assinaladas com esmerada magnificência. O centenário de Camilo Castelo Branco foi comemorado em Lisboa com variadas iniciativas, como as conferências que se realizaram em alguns estabelecimentos de ensino e um programa de sessões públicas. *O Século* do dia 17 de Março concede especial relevo à cerimónia de colocação de uma lápide na casa da Rua da Rosa, onde nasceu o famoso romancista. Teixeira Gomes, admirador da obra de Camilo, esteve presente na sessão solene que decorreu no Teatro Nacional.

Entretanto, o Centro Católico Português demonstrava o seu regozijo com a publicação do manifesto da União dos Interesses Económicos, como se depreende da leitura do *Novidades* desse mês de Março: «A União dos IE nasceu de um instinto de defesa económica dos elementos que se uniram, evoluindo depois para um sentido mais largo de defesa social. O Centro [...] desenvolveu-se para defender todas as liberdades sociais, conjuntamente, atacadas na hora em que foram negadas as da Igreja»<sup>49</sup>. Ao mesmo tempo, o jornal continuava a sua campanha contra «A injustiça das leis laicas» que indignaram os católicos.

Mas a ordem pública não poderia deixar de preocupar grande parte da imprensa. O *Diário de Lisboa* transmite essa preocupação. Não era estranho que nos periódicos mais hostis aos democráticos o tema fosse comum, agora que era do conhecimento dos lisboetas a preparação de um golpe militar.

Há bastantes anos que em Portugal existem elementos de dissolução e discórdia que [...] vêm minando os alicerces de muitas instituições venerandas. As ruas de Lisboa

que, em épocas que não vão longe, eram admiráveis como espectáculo de uma cordialidade que os estrangeiros contemplavam enternecidos, oferecem hoje os perigos e sobressaltos de um pinhal ou de uma encruzilhada<sup>50</sup>.

Sistemática, ao longo deste ano, a referência à insegurança por parte da imprensa que se opunha ao partido que sustentava o governo. Este mesmo jornal voltaria, no mês seguinte, a clamar contra o clima de «terror» nas ruas da capital devido aos assaltos da Legião Vermelha.

Nas ruas, porém, uma vez mais, o país comemora o aniversário da batalha de La Lys como a «grandiosa homenagem aos nossos mortos». Na Avenida da Liberdade, a 9 de Abril, no local onde iria ser levantado o monumento aos mortos da Grande Guerra, cumpriram-se dois minutos de silêncio, numa cerimónia que incluiu honras militares. Diversos contingentes e muitos civis seguiram depois em romagem ao túmulo de Tamagnini de Abreu, um dos comandantes do CEP nas trincheiras da Flandres. Em Leiria, Teixeira Gomes participava na cerimónia do lançamento da primeira pedra do monumento aos mortos da guerra que seria construído naquela cidade.

Poucos dias depois, Cunha Leal faria mais uma das suas tempestuosas declarações contra o PRP e contra o chefe de Estado, após a reunião do Directório nacionalista: «O PRP é neste momento um grande organismo a esboroar-se. Lutam nele as mais diversas, as mais estranhas personalidades, as mais opostas, as mais perigosas tendências. A fórmula querida, a sua fórmula de conciliação, continua a ser: é preciso que o Partido Democrático governe para que possamos governar-nos»<sup>51</sup>. Seguiam-se observações pouco abonatórias e despropositadas acerca do presidente da República.

No dia 18 deveria ter início o Congresso do PRP, ou Partido Democrático, acontecimento anulado devido à revolta militar que então se verificou. No editorial do *Diário de Notícias* desse mesmo dia extraímos a seguinte passagem:

Certo é que o Partido Democrático, cujo Congresso daqui por algumas horas iniciará os seus trabalhos, logrou o usufruto do poder em monopólio de facto, há meses conservador com o Sr. António Maria da Silva, há semanas radical com o senhor José Domingues dos Santos e há dias nem conservador nem radical com o Sr. Vitorino Guimarães. Bem se pode dizer que todas as desordens da nossa vida pública são consequência deste monopólio [...] que além de não ser moral é ilógico<sup>52</sup>.

Era ainda notícia gorda, neste jornal, a morte, a tiro, de um dos membros «mais terríveis» da Legião Vermelha, abatido pelo porteiro do Bristol Club contra quem o conhecido bombista chegara a disparar após uma exigência de dinheiro.

Nesse dia 18 de Abril de 1925, estala em Lisboa o mais importante movimento militar de todos os que se verificaram durante a I República até ao 28 de Maio de 1926. Longamente preparado, envolvia algumas das unidades mais importantes da capital

e beneficiava de significativos apoios entre os civis, fossem parlamentares ou membros das «forças vivas». No dia 20, o *Diário de Notícias* anunciava que às 9 horas e 45 minutos «de ontem» era arvorada a bandeira branca no Parque Eduardo VII, quartel-general dos revoltosos. As companhias sublevadas convergiram para o Parque Eduardo VII, mas foram depois cercadas pelo fogo de artilharia das forças leais ao governo, bombardeamento que partiu principalmente do Castelo de S. Jorge. Mas diversas unidades implicadas no golpe não chegaram a sair, e a maioria das unidades permanecia indecisa. O governo encontrava-se no Quartel do Carmo, para onde se dirigira também o presidente da República. O ministro da Guerra consegue uma entrevista entre o representante dos revoltosos, Sinel de Cordes, e Teixeira Gomes. Aquele exige a demissão do governo e a nomeação de outro chefiado por Filomeno da Câmara. O primeiro-ministro Vitorino Magalhães achava que era inútil resistir e entre os membros do governo outros partilhavam este sentimento. «O governo hesitante recusava-se terminantemente a armar a população, pois via diante de si a repetição dos acontecimentos de 1919. Só Teixeira Gomes dava mostras de atitudes enérgicas, recusando as propostas de Sinel de Cordes e mandando-o prender no Quartel do Carmo.» (Telo II 96) Sabemos pelo referido matutino da prisão dos principais dirigentes da revolta, comandante Filomeno da Câmara, tenente-coronel Raul Esteves e o capitão Jaime Pereira Baptista. E ainda que, como resultado do tiroteio e do bombardeamento verificados, havia a lamentar a morte de 12 pessoas e ferimentos em 73.

Também o *Novidades* descreve de forma dramática os acontecimentos:

O movimento foi jugulado ontem de manhã pelas tropas governamentais, que, pon-do cerco ao parque Eduardo VII, obrigaram os revoltosos a render-se depois duma luta violentíssima e tenaz [...] Quando a sociedade se anarquiza, é porque estão abalados os seus fundamentos, é porque estão enfermos os seus membros, é porque foram violadas as leis naturais<sup>53</sup>.

Após reiterar que o jornal estava contra as revoluções, «que custam sempre muito sangue», descreve as movimentações militares, enuncia os quartéis sublevados, fala dos dirigentes da revolta, da prisão de Cunha Leal, informa ainda que o chefe de Estado esteve reunido com os membros do governo no Quartel do Carmo.

No dia seguinte, o *DN* anuncia que a ordem foi restabelecida e que foram dissolvidas as unidades militares que participaram na tentativa de golpe. O governo manteve o estado de sítio e a suspensão das garantias. Aparecem as fotografias dos oficiais presos, mencionam-se os estragos visíveis em diversos edifícios da cidade. Os diários *O Século* e *Diário de Lisboa* são suspensos por serem considerados favoráveis aos revoltosos. Nos hospitais civis encontram-se 39 feridos. O presidente da República visitou as vítimas no Hospital de S. José. Nos dias que se seguiram discutia-se a prisão dos deputados Cunha Leal e Garcia Loureiro devido à suposta participação dos mesmos nas reuniões preparatórias da revolta. Ambos seriam libertados alguns dias depois.

No dia 24, sentindo-se impotente perante sucessivas revoltas militares, que geravam uma crescente ansiedade na opinião pública e na vida dos habitantes e coacção sobre o poder constitucional, Teixeira Gomes entregou ao presidente do Congresso o seu pedido de renúncia: «Tenho a honra de depor nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup> o mandato de que fui investido em 5 de Outubro de 1923 para o cargo de presidente da República»<sup>54</sup>. No entanto, após uma sessão agitada, desiste da renúncia, porque o Congresso, com excepção dos monárquicos e dos nacionalistas, solicitou ao presidente da República que continuasse a exercer as suas funções.

Todavia, o ambiente de crispação iria manter-se ainda por muito tempo. O *Diário de Lisboa*, um dos jornais suspensos temporariamente na sequência do golpe, opinava: «Desde o dia 19 deste mês, existem em Portugal vencidos e vencedores. [...] Infelizmente parece que alguém, espicaçado pelo desejo cego de fazer da violência uma catequese, trabalha para que o Sr. Vitorino Guimarães, a pretexto de amedrontar ânimos rebeldes, quebre a sua linha de prudência e de energia serena»<sup>55</sup>.

Mas o governo de Vitorino Guimarães, a 26 de Junho, seria derrubado pelos «bonzos» do seu partido, ou seja, pelo grupo de António Maria da Silva. Este constituiu Ministério a 1 de Julho com o propósito, para todos impossível, de conciliar as diversas forças do campo republicano. José Domingues dos Santos, com aqueles que o seguiram, afasta-se dos democráticos e constituiu o grupo parlamentar da Esquerda Democrática. Durante a primeira metade do mês sucederam-se novas peripécias parlamentares, das quais a mais edificante foi a sessão em que um deputado democrático, João Camoezas, falou durante sete horas consecutivas para evitar a votação de uma moção de confiança ao governo, quando muitos deputados se encontravam fora de Lisboa e deveriam chegar no «rápido». Agatão Lança falou ainda durante quatro horas, mas a moção seria votada com resultado desfavorável a António Maria da Silva, que não se demitiu. Ao dirigir-se ao Palácio de Belém pede a Teixeira Gomes a dissolução do parlamento, solicitação à qual o presidente se recusa a dar o seu consentimento.

No dia 19 de Julho rebenta outro movimento militar. Desta vez a partir do cruzador Vasco da Gama que bombardeou a zona da Ajuda. Comandava a revolta o capitão-de-fragata Mendes Cabeçadas. Mas este acontecimento seria rapidamente neutralizado pelas forças leais ao governo. Cabeçadas entregou-se e assumiu toda responsabilidade do movimento. Significava isto, no entanto, que a situação estava longe de se considerar pacificada e que os militares continuavam a conspirar.

E no dia 21 de Julho o Ministério de António Maria da Silva perdia o apoio do parlamento, demonstração inequívoca das divisões que minavam o Partido Democrático. Novamente o chefe de Estado desenvolve diversas diligências no sentido de encontrar uma personalidade credível que constituísse governo com apoio parlamentar, afirmando perante os mais próximos estar cada vez mais cansado das intransigências dos políticos e novamente ameaça demitir-se caso falhasse esta sua derradeira tentativa. Domingos Pereira foi encarregue de formar governo. Era um

democrático com alguma experiência no exercício de funções executivas. No início de Agosto, o seu Ministério tomava posse.

Prosseguiram as pressões dos militares sobre as instituições políticas e mesmo sobre o chefe de Estado. Ficariam famosas as palavras do general Gomes da Costa dirigidas a Teixeira Gomes, durante uma visita efectuada ao ministro da Guerra na companhia de outros oficiais do exército: «Se V. Ex.<sup>a</sup> vê que nesse lugar pode fazer alguma coisa para prestígio do Exército e para bem de todos nós, que nele servimos, tem-nos ao seu dispor; se não, veremos» (Lopes 194-195). Durante o mês de Setembro decorreu o julgamento dos implicados na revolta de 18 de Abril, que terminou com a absolvição dos acusados, um desfecho brutal para todos os que ainda acreditavam nas instituições republicanas, quase uma desautorização do próprio regime.

No entanto, para surpresa de muitos, nas eleições legislativas que se verificaram a 8 de Novembro, o Partido Democrático conseguiu eleger 80 deputados, mais de metade dos lugares da Câmara dos Deputados, enquanto os nacionalistas apenas conseguem 36 representantes. As restantes forças ficariam reduzidas a um escasso número de lugares no parlamento. Estes resultados eram normalmente atribuídos ao facto de os democráticos, herdeiros do velho PRP, possuírem uma estrutura partidária mais eficaz que funcionava com particular incidência nos actos eleitorais, beneficiando do apoio de muitas autoridades locais.

Mas Teixeira Gomes estava determinado a pedir a demissão do cargo. Em 10 de Dezembro envia ao presidente do Congresso, general Correia Barreto, o seguinte texto que foi lido perante as Câmaras:

Ex.º Sr. Presidente do Congresso da República Portuguesa: Impossibilitado, por motivos de saúde, de continuar exercendo as funções de presidente da República, venho depor nas mãos de V. Ex.<sup>a</sup> o mandato que para esse fim me foi conferido pelo Congresso da República em 6 de Agosto de 1923. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> a fineza de transmitir ao Congresso as minhas saudações e os meus votos de felicidade pessoal para cada um dos seus membros. Saúde e Fraternidade. — Manuel Teixeira Gomes. (203)

Um dos investigadores que mais se tem dedicado ao estudo deste complexo período da nossa história, António José Telo, escreveu a este propósito: «O PR, cansado do cargo e das críticas, vendo a República afundar-se irremediavelmente, buscava há já vários meses a demissão. [...] Teixeira Gomes era o exemplo típico do intelectual no mundo da política: crítico, independente e rapidamente cansado de todas as pequenas manobras a que tinha de assistir» (Telo II 142).

Diz Norberto Lopes que o embarque teve lugar na manhã do dia 17 de Dezembro. Teixeira Gomes, que recebera um ramo de rosas violetas das mãos da filha de um amigo, desceu a escada de madeira para embarcar num gasolina com destino ao navio Zeus, ancorado no Tejo. Na fotografia do livro a que nos referimos — *O Exilado de Bougie* — distinguem-se, segundo a legenda, diversas personalidades

da vida pública desses tempos, Artur Costa, o jornalista Artur Portela, João Camoegas, Gonçalves Teixeira e Domingos Pereira, o último presidente do Ministério no mandato que cessara havia menos de uma semana. Gente da política, ocupação à qual Teixeira Gomes renunciava definitivamente. O autor acrescenta que naquele momento todos se descobriram e que o antigo ministro de Portugal em Londres saudou igualmente os que ali se foram despedir.

Nunca mais voltou.



5. «O último dia em Belém... A vida presidencial de Manuel Teixeira Gomes». *Diário de Lisboa*, Ano 5, n.º 1436, 11 de Dezembro de 1925.
6. «A caminho de Oran: as últimas palavras de Teixeira Gomes ao deixar esta tarde terras luzas». *Diário de Lisboa*, Ano 5, n.º 1441, 17 de Dezembro de 1925.

## BIBLIOGRAFIA

## Obras citadas

## Periódicos:

*A Batalha*, 07.02.1923, 12.12.1923.

*Diário de Lisboa*, 06.08.1923, 29.04.1925, 11.12.1925.

*Diário de Notícias*, 03.10.1923, 04.10.1923, 14.09.1923, 15.09.1923, 19.10.1923, 30.10.1923, 16.11.1923, 21.11.1923, 12.12.1923, 04.01.1924, 17.01.1924, 15.12.1924, 20.02.1924, 26.03.1924, 16.05.1924, 08.03.1925, 18.04.1925, 25.04.1925.

*Novidades*, 05.03.1925, 22.03.1925, 20.04.1925.

*O Século*, 09.08.1923, 24.08.1923, 20.09.1923, 07.10.1923, 03.11.1923, 07.11.1923, 09.11.1923, 12.12.1923, 14.12.1923, 29.12.1923, 26.01.1924, 31.01.1924, 31.03.1924, 07.04.1924, 08.04.1924, 19.04.1924, 26.04.1924, 08.05.1924, 19.05.1924, 18.02.1925, 16.04.1925.

## Estudos:

Cardia, Sottomayor (organização, prefácio e notas). *Seara Nova — Antologia*, I e II vols. Lisboa: Seara Nova, 1971 e 1972.

Droz, Bernard, e Rowley Anthony. *História do Século XX, 1.º vol.* Lisboa: Dom Quixote, 1988.

Lopes, Norberto. *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1942.

Teixeira-Gomes, Manuel. *Inventário de Junbo*. Lisboa: Portugalia, 1958.

*Agosto Azul*. Lisboa: Portugalia, 1958.

*Cartas sem Moral Nenbuma*. Lisboa: Portugalia, 1958.

*Correspondência: Cartas para políticos e diplomatas*. Vols. I e II. Lisboa: Portugalia, 1960.

*Gente Singular*. Lisboa: Portugalia, 1959.

*Miscelânea*. Lisboa: Portugalia, 1959.

Telo, António José. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Regra do Jogo, 1980-84.

## Obras não citadas

Barreto, António, e Mónica, Maria Filomena (coord.). *Suplemento ao Dicionário de História de Portugal, Vols. 7 a 9*. Dir. Joel Serrão. Lisboa: Figueirinhas, 1999.

Braga, Teófilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX, Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

Caetano, Marcelo. *A Depreciação da Moeda depois da Guerra*. Coimbra: Coimbra Ed., 1931.

Castro, Armando de. *A Economia Portuguesa no Século XX, 1900-1925*. Lisboa: Edições 70, 1979.

Cerejeira, Manuel Gonçalves. *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*. Coimbra: Coimbra Ed., 1924.

Cruz, Manuel Braga da. *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença / GIS, 1980.

Farinha, Luís. *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República — Um Notável Rebelde*. Lisboa: Assembleia da República e Texto Editores, 2009.

Ferreira, David. *História Política da Primeira República Portuguesa*. 2 vols. Livros Horizonte, Lisboa, 1973.

Ferreira, José Medeiros. *O Comportamento Político dos Militares — Forças Armadas e Regimes Políticos no Século XX*. Lisboa: Estampa, 1992.

Freire, João. *Anarquistas e Operários*. Porto: Afrontamento, 1992.

Gómez, Hipólito de la Torre. *Do Perigo Espanhol à Amizade Peninsular, Portugal — Espanha, 1919-1930*. Lisboa: Estampa, 1998.

Leal, Ernesto de Castro. *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Cosmos, 1999.

Leal, Francisco Cunha. *As Minhas Memórias (Coisas dos Tempos Idos). Na periferia do tufão, de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*. Vol. II. Lisboa: Edição do autor, 1967.

Marques, A.H. Oliveira. *História de Portugal, Vol. III*. Lisboa: Presença, 1998.

*Nova História de Portugal, Vol. XI — Da Monarquia para a República* (coord.). Lisboa: Presença, 1991.

- A 1.ª República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.
- Afonso Costa. Lisboa: Arcádia, 1975.
- Medina, João. *História de Portugal*. Vol. XI — *A República II — O Nó Górdio e as Espadas* (dir.). Amadora: Clube Internacional do Livro, 1995.
- Oliveira, César de. *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- Pereira, Miriam Halpern. *Política Económica — Portugal nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros Horizonte, Lisboa, 1979.
- Pinto, António Costa. *Portugal Contemporâneo* (coord.). Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- Pinto, António Costa, e Teixeira, Nuno Severiano (coord.). *A Primeira República Portuguesa — Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Colibri, 1999.
- Ramos, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926), História de Portugal*. Vol. 6. Dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1994.
- Reis, António. (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Vol.2. Lisboa: Alfa, 1990.
- Raul Proença — *Antologia, (Prefácio, selecção e notas)*. 2 vols. Lisboa: Ministério da Educação, 1985.
- Relvas, José. *Memórias Políticas, 2 vols*. Lisboa: Terra Livre, 1977.
- Rémon, René. *Introdução à História do Nosso Século — Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- Rodrigues, Urbano Tavares. *M. Teixeira-Gomes — O Discurso do Desejo*. Lisboa: Edições 70, Lisboa, 1983.
- Rollo, Maria Fernanda, e Rosas, Fernando (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china, 2009.
- Rosas, Fernando. *Portugal no Século XX (1890-1976): Pensamento e Acção Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- Salazar, António de Oliveira. *O Ágio do Ouro, Sua Natureza e Suas Causas (1891-1915)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.
- Telo, António José. *O Sidonismo e o Movimento Operário*. Lisboa: Ulmeiro, 1978.
- Valente, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- Portugal — Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia, 2009.

## NOTAS

- 1 Excerto de um programa de governo da União Cívica, movimento de opinião pública a favor de uma solução excepcional para a salvação da República, in *Seara Nova*, n.º 21, III/ 23, *apud* Cardia II 57-58.
- 2 «O presidente eleito da República». *O Século*, 9 de Agosto de 1923, p. 1.
- 3 «O presidente eleito da República Portuguesa — Nas vésperas da sua partida de Londres». *Ibidem*, 24 de Agosto de 1923, p. 1.
- 4 «Presidente eleito — O discurso de «lord» Curzon no banquete de Londres». *Ibidem*, 20 de Setembro de 1923, p. 1.
- 5 *Seara Nova*, n.º 2 — 5/XI/21, *apud* Cardia I, 153.
- 6 «Os crimes da autoridade — Um ataque cobarde da polícia.» *A Batalha*, 7 de Fevereiro de 1923, p. 1.
- 7 «Uma reunião monstra». *A Batalha*, 7 de Setembro de 1923, p. 1.
- 8 «O Sr. Teixeira Gomes — presidente eleito da República Portuguesa — chega hoje, às 5 horas da tarde, a bordo do cruzador inglês Carysford». *Diário de Notícias*, 3 de Outubro de 1923, p. 1.
- 9 «Palavras do presidente eleito ao *Diário de Lisboa*». *Diário de Lisboa*, 4 de Outubro de 1923, p. 1.
- 10 «Presidência da República — O novo chefe de Estado — O acto de posse no parlamento e a transmissão de poderes em Belém». *O Século*, 7 de Outubro de 1923, p. 1.
- 11 «Um golpe de Estado em Espanha». *Diário de Notícias*, 14 de Setembro de 1923, p. 1.
- 12 «A situação em Espanha — O governo apresentou a sua demissão ao Rei». *Diário de Notícias*, 15 de Setembro de 1923, p. 1.
- 13 «A noite de 19 de Outubro e a morte do almirante Machado Santos». *Diário de Lisboa*, 19 de Outubro de 1923, p. 8. Dirigente da Carbonária Portuguesa, Machado Santos incompatibilizou-se com os políticos republicanos a partir da formação do Governo Provisório, tornando-se um

- infatigável adversário de Afonso Costa e dos democráticos. Fundou o jornal *O Intransigente*, participou em diversas intentonas militares e foi membro dos governos de Sidónio Pais.
- 14 «O enterro do agente Araújo». *Diário de Notícias*, 30 de Outubro de 1923, p. 1. Estes funerais tiveram grande repercussão na opinião pública e transmitiam o ambiente de insegurança que se vivia naquela década.
  - 15 «O Sr. Dr. Afonso Costa foi encarregado pelo Sr. Presidente da República de organizar o novo Ministério». *O Século*, 3 de Novembro de 1923, p. 1.
  - 16 «O Sr. Dr. Afonso Costa fala ao Século». *O Século*, 7 de Novembro de 1923, p. 1.
  - 17 *Seara Nova*, n.º 27 — Outubro / Novembro de 1923, *apud* Cardia I, 166.
  - 18 «A situação política — complica-se a solução da crise». *O Século*, 9 de Novembro de 1923, p. 1.
  - 19 «Pelos Finanças — «Ou equilíbrio o orçamento dentro de seis a nove meses ou deixo eu mesmo o governo»». *Diário de Lisboa*, 16 de Novembro de 1923, p. 4.
  - 20 «A oficialidade da guarnição de Lisboa foi apresentar cumprimentos ao novo ministro da Guerra». *Diário de Notícias*, 21 de Novembro de 1923, p. 1.
  - 21 «O fracasso do movimento revolucionário». *O Século*, 12 de Dezembro de 1923, p. 1.
  - 22 «A ordem pública está restabelecida — mas a situação política complica-se». *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro de 1923, p. 1.
  - 23 «Declarações de um radical». *A Batalha*, 12 de Dezembro de 1923, p. 1.
  - 24 «O governo apresentou ontem a sua demissão». *O Século*, 14 de Dezembro de 1923, p. 1.
  - 25 *Seara Nova*, n.º 28 — XII/ 23, *apud* Cardia I, 127.
  - 26 «Ameaças de despotismo». *O Século*, 29 de Dezembro de 1923, p. 1.
  - 27 «Compressão de despesas». *Diário de Notícias*, 4 de Janeiro de 1924, p. 1.
  - 28 «A questão financeira». *O Século*, 26 de Janeiro de 1924, p. 1.
  - 29 «As Finanças Públicas — O estado da dívida flutuante». *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1924, p. 1.
  - 30 *Seara Nova*, *apud* Cardia II, 35, 37.
  - 31 «Do parlamento para os Jerónimos — A consagração de Teófilo Braga». *O Século*, 31 de Janeiro de 1924, p. 1.
  - 32 «Na gloriosa capital do Norte — A grandiosa recepção de ontem ao Sr. Presidente da República». *Ibidem*, 5 de Fevereiro de 1924, p. 1.
  - 33 «O Sr. Presidente da República regressou ontem a Lisboa em comboio especial». *Diário de Notícias*, 15 de Fevereiro de 1924, p. 1.
  - 34 Bernard Droz e Anthony Rowley. *História do Século XX*, 1.º vol. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 45.
  - 35 «O Estado e a Companhia dos Tabacos». *Diário de Notícias*, 20 de Fevereiro de 1924, p. 1.
  - 36 «Companhia Industrial de Portugal e Colónias». *Diário de Notícias*, 26 de Março de 1924, p. 1.
  - 37 «A situação financeira de Portugal — segundo um artigo do *Tempo*». *O Século*, 31 de Março de 1924, p. 1.
  - 38 «Lactário da freguesia de S. José». *O Século*, 7 de Abril de 1924, p. 1.
  - 39 «O «raid» Lisboa — Macau». *O Século*, 8 de Abril de 1924, p. 1.
  - 40 «'Só uma coisa nos consola: é que nos vêem com uns olhos onde se lê admiração' — diz Brito Pais». *ibidem*, 19 de Abril de 1924, p. 1.
  - 41 «As nossas finanças». *O Século*, 19 de Abril de 1924, p. 1.
  - 42 «O Congresso do PRP no Porto». *Ibidem*, 26 de Abril de 1924, p. 1.
  - 43 «O último voo do «Pátria»». *Ibidem*, 8 de Maio de 1924, p. 1.
  - 44 «Bandidos à solta — um atentado — em pleno dia — à bomba e a tiro». *Diário de Notícias*, 16 de Maio de 1924, p. 1.
  - 45 «O chefe de Estado em Setúbal». *O Século*, 19 de Maio de 1924, p. 1.
  - 46 «O encerramento da Associação Comercial». *O Século*, 18 de Fevereiro de 1925, p. 1.
  - 47 «A verdadeira função da UIE». *Ibidem*, 18 de Fevereiro de 1925, p. 1.
  - 48 «No Senado — A apresentação do governo». *Novidades*, 5 de Março de 1925.
  - 49 «O Centro Católico e a UIE». *Ibidem*, 22 de Março de 1925.
  - 50 «A ordem». *Diário de Lisboa*, 8 de Março de 1925, p. 1.
  - 51 «O momento político». *O Século*, 16 de Abril de 1925, p. 1.
  - 52 «Política e políticos». *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1925, p. 1.
  - 53 «Horas de luta e de dôr — Um movimento revolucionário». *Novidades*, 20 de Abril de 1925, p. 1.
  - 54 «O chefe de Estado renuncia ao seu mandato». *Diário de Notícias*, 25 de Abril de 1925, p. 1.
  - 55 «Prudência!». *Diário de Lisboa*, 29 de Abril de 1925, p. 1.



PARTE II  
*A Miragem do Anonimato*  
*Sorria-me e Atraía-me*



I  
*O deslumbramento do Sul  
e o prazer da viagem*

MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA

Em toda a viagem há um fragmento de Sul,  
horas que se alargam,  
abandono,  
fluir da vaga  
CLAUDIO MAGRIS. *Danúbio*, 1986

**C**om trinta anos de idade, Manuel Teixeira Gomes abandonou a boémia literária para se dedicar aos negócios familiares. Do negócio, no Norte, ao ócio, no Sul, este comerciante diletante, autoficcionista e político por dever cívico, construiu uma vida de exílio constante. Quase sempre fora da terra natal, desde os dez anos de idade, cultivou o gosto pela arte, pela literatura, pela viagem.

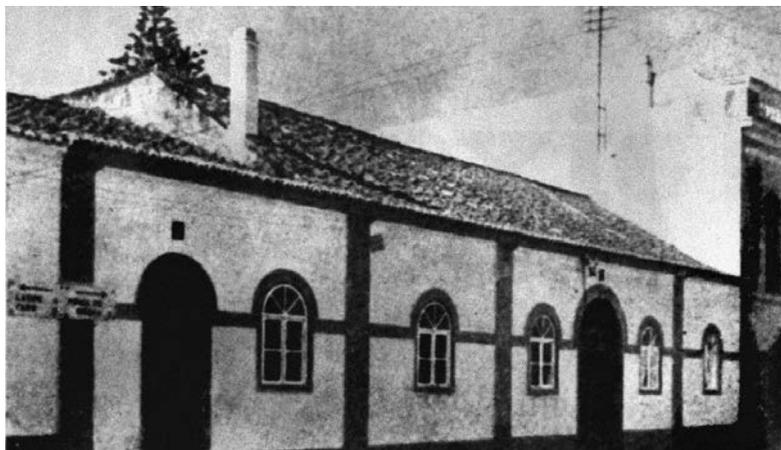
Ao ritmo da produção e do negócio estabeleceu um calendário de lazer que lhe permitia viajar de lés a lés no Mediterrâneo — da Andaluzia à Ásia Menor —, detendo-se onde a beleza o seduzia.

A leitura da sua escrita memorialista aproxima-nos do homem cujo deslumbramento constante pela arte e pela vida o levou a um exílio nómada no espaço mediterrânico que desde muito cedo desvendou.

Portimão, entre o ócio e o negócio, onde ainda se respirava uma atmosfera muçulmana, é o espaço primordial de iniciação na viagem. Viagem que nos propomos também realizar, seguindo os tropismos e os itinerários europeus e magrebins, conscientes da complexidade que sempre se amplia em cada releitura da escrita de Manuel Teixeira Gomes.

*«Comecei a viver muito cedo...»*

Na madrugada do dia 27 de Maio de 1860, nasceu na antiga rua dos Quartéis, em Vila Nova de Portimão, o terceiro filho de José Libânio Gomes Xavier e de Maria da Glória Teixeira. Ana e Maria da Glória eram de tenra idade, com cinco e dois anos, respectivamente. Mais tarde nasceria o irmão mais novo de Manuel Teixeira Gomes, José, aquele que lhe sucederia na gestão dos negócios familiares quando a representação de Portugal o levou à corte do rei Jorge V, em 1911.



7. Casa onde nasceu Manuel Teixeira Gomes. Rua dos Quartéis, n.º 1, Portimão.

8. José Libânio Gomes. (MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

9. Maria da Glória Teixeira. (MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

José Libânio Gomes, negociante abastado, nascera em plena monarquia constitucional, dez anos antes de o Remexido inquietar o Algarve com a sua guerrilha em prol da restauração do absolutismo. Republicano convicto, era descendente de homens do Norte (Mortágua, Viseu) e de mulheres de Portimão e de Alvor. Ao contrário, sua esposa, D. Maria da Glória Teixeira, descendia de famílias de Vila Nova e dos concelhos vizinhos (Silves, Lagoa e Monchique).

Manuel Gomes Xavier de Ataíde, avô paterno de Manuel Teixeira Gomes, foi alferes da Legião Lusitana antes da ordem de marcha do general Junot para combater na Europa. Decerto que a sua experiência militar nas campanhas napoleónicas lhe possibilitou a abertura ideológica necessária à futura adesão aos ideais liberais vintistas. Com várias condecorações, era tenente de Infantaria em 1823 e comandante do destacamento de Portimão em 28 de Maio de 1828, quando foi preso por ordem de D. Miguel e encarcerado no Limoeiro, onde veio a morrer. Usava um timbre com a flor do cardo cujo sinete Teixeira Gomes adoptou (*Carnaval* 126).

Manuel Teixeira Gomes fez a instrução primária no colégio particular S. Luís Gonzaga. Do padre Malagueta, seu professor de Português, lembra-se de, com «voz de berimbau», lhe ensinar que Tunes tivera grande importância para a história da Cristandade... (*Cartas a Columbano* 81).

Embora houvesse uma escola oficial, a elite local preferia colocar os seus filhos em escolas privadas. Iniciara Teixeira Gomes os seus estudos básicos, em 1866, quando o administrador do concelho, João Fialho d'Abreu, na exposição que acompanhou os mapas dos professores de instrução primária do concelho de Vila Nova, em relação ao mês de Junho, esclarece a situação gerada pela concorrência entre as escolas régias e as particulares:

Com respeito à Freguesia desta villa ha a notar que outras tantas crianças ou mais recebem instrução em escolas particulares e não suponha que a razão seja por o ensino alli ser melhor, mas mais pela tendencia que as classes mais abastadas têm de desviar os seus filhos do contacto dos alumnos da escola publica em que supoe peor educação e que prejudicará as dos seus<sup>1</sup>.

Informava o administrador que a população das freguesias era a seguinte: Vila Nova de Portimão, 1360 fogos; Alvor, 616; Mexilhoeira Grande, 402. Em 1878, a população da vila e da freguesia da Mexilhoeira crescera: Vila Nova, 1540 fogos; Alvor, 538; Mexilhoeira, 479. A população total de 10 567 habitantes distribuía-se do seguinte modo: na vila estavam registados 6318 moradores, em Alvor 2287 e na Mexilhoeira Grande 1962. A taxa de analfabetismo atingia os 92 por cento na freguesia de N.<sup>a</sup> Sra. da Assunção, 88,7 por cento na freguesia de S. Salvador e 77 por cento na freguesia de N.<sup>a</sup> Sra. da Conceição (*Estatística*). A escola régia funcionava em casas pouco ventiladas e os alunos eram pobres, pelo que o absentismo era elevado. Ao contrário, as escolas privadas ofereciam melhores condições e constituíam um meio de afirmação social. Embora a Câmara Municipal de Portimão viesse a ser pioneira na adopção do método de João de Deus — a *Cartilha Maternal* —, as possibilidades de concorrência com o ensino privado eram fracas (*A Cartilha* foi adoptada pelas Cortes como método oficial de leitura em 1888). Anos mais tarde, no *Inventário de Junho*, Teixeira Gomes, no capítulo «Monumentos», refere-se criticamente à *Cartilha*:

[...] essa cartilha justificadamente abominada pela pedagogia oficial, visto como, se é indiscutível ser ela de grande alívio para o discípulo, não é menos certo dar tremendas machadadas ao mestre; quando não é odiada, porque testemunha irrefragavelmente da inépcia e desaforo com que tantíssimos a espoliaram a título de aperfeiçoamento... (188)

Concluía a instrução primária no colégio privado de Portimão, e já se anunciava a sua modernização, passando a oferecer:

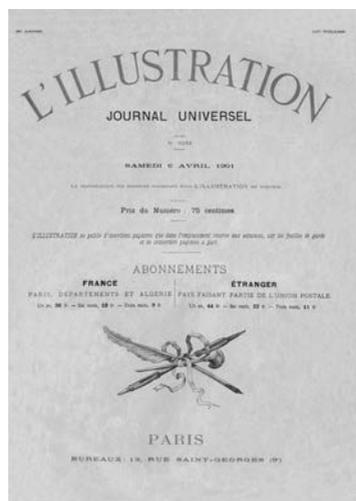
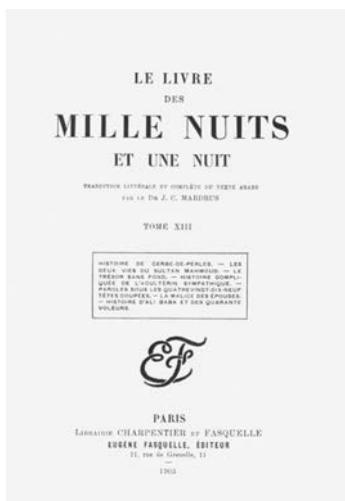
Instrucção primaria 1.<sup>a</sup> classe — caligraphia, leitura, numeração e 4 espécies de contas e cathecismo da doutrina christã; Instrucção primária 2.<sup>a</sup> classe — grammatica portugueza, chorographia, analyse e historia portugueza; Francez primeiro e segundo anno. Portuguez primeiro, segundo e terceiro anno. (*O Correio do Meio-dia* n.º 9)

Os pais e «outras pessoas esclarecidas» eram convidados a assistir aos exames trimestrais e aos exames finais. Aos alunos aprovados eram entregues prémios em livros, a expensas dos pais, e aos que obtinham distinção e louvor seriam oferecidas medalhas, a custas do colégio. Como estratégia de afirmação social, os alunos

passariam a usar farda que incluía *bonnet* com o emblema da ciência e iniciais ASLG, de acordo com o ano de escolaridade<sup>2</sup>. Multiplicava-se na imprensa local a oferta de aulas privadas, sendo o tema da instrução, nesta época, recorrente, com destaque para o *Jornal dos Artistas* (*JA* n.º 40). As meninas, em 1876, passaram também a poder frequentar o ensino primário oficial, como nos informa este jornal: «Escola régia — Amanhã sexta-feira abre a escola régia de meninas d'esta villa; a casa carece d'alguns melhoramentos para a boa ordem do ensino. Lembramos à digna Câmara este melhoramento indispensável» (*JA* n.º 52).

A instrução formal no colégio completava-se com as leituras na biblioteca da família. Uma das leituras preferidas de Teixeira Gomes era as *Mil e Uma Noites* e as ilustrações de Gustave Doré na *Illustration Française*:

Eu li aos nove anos as *Mil e Uma Noites* numa tradução portuguesa feita do Galland<sup>3</sup>, que, como é sabido, as joeirou das principais impurezas lúbricas, tornando-as acessíveis ao seio das famílias pudibundas. Tais como ficaram são ainda um vigoroso e fecundo trampolim para as imaginações juvenis. Acrescia que tínhamos em casa uma publicação, *Le Journal pour tous*<sup>4</sup>, onde alguns desses contos apareciam ilustrados pelo Doré<sup>5</sup>, abrindo-me o caminho das possibilidades aos máximos devaneios da fantasia. A tradução completa do Dr. Mardrus<sup>6</sup> não me revelou aos quarenta anos nada que eu não tivesse antecipado aos dez. (*Cartas a Columbano* 78- 89)



10. *Le journal pour tous, magasin littéraire illustré.* (col. MGMV)

11. *L'illustration française, journal universel.* (col. MGMV)

12. *Le livre des mille nuits et une nuit.* (col. MGMV)

«Aos quinze anos fui para Coimbra»

Manuel Teixeira Gomes poderia ter continuado os estudos secundários no liceu de Faro, criado em 1838, onde eram realizados os exames finais de instrução primária, mas os pais preferiram enviá-lo para o Seminário de Coimbra. Foi uma experiência traumática para um menino de dez anos habituado às travessuras inocentes e aos carinhos dos pais, da avó, do tio e da prima Maria Bárbara, que lhe contava de cor as *Mil e Uma Noites* (*Inventário* 42). Passados muitos anos, ao descrever um regresso tardio a Coimbra, relembra os tempos de estudante:



13. Manuel Teixeira Gomes, c. 1870.

Passara ali sete anos seguidos, dos dez aos dezassete, sendo os primeiros cinco no Seminário, que estava então muito na moda, e era frequentado pelos filhos da melhor gente do reino cujo espírito intransigentemente reaccionário não preferia Campolide<sup>7</sup>. Foi no Seminário de Coimbra que conheci inúmeros rapazes que depois ocuparam situações de grande relevo na vida pública. Um deles, por exemplo, o José Relvas, estava ao meu lado na aula de latinidade, mas esse só o vim a encontrar volvidos 35 anos, feito ministro das Finanças da República. [...] Preferia esquecer tudo a relembrar os imaginários ou verídicos tormentos pedagógicos, a bárbara autoridade dos mestres, a regulamentação deprimente de estudos ressequidos e para mim, sempre, despidos de interesse quando feitos com violência. E a lembrança de Coimbra sumira-se-me, aninhando-se no menos frequentado escaninho da memória; e se por acaso lá tocava nunca me decidira a remodelar essas impressões filhas de um espírito infantil, e tinha, injustamente, esses sete anos na conta dos piores da minha vida. [...] Logo, a primeira semana de saudades, lavada em lágrimas que a minha própria imagem no espelho fazia rebentar, e que não diminuían de intensidade mesmo depois de tomada a ingénua resolução de voltar para a parede esse espelho importuno e triste, onde a minha cara me lembrava outras de expressão bem mais doce mas parecidas. (*Regressos* 129-130)

Apesar de tudo, ainda guardou boa memória do professor Joaquim Alves de Sousa (*Carnaval* 117), que tinha a mania das mnemónicas e o introduzira em Kant. Este professor fora achincalhado nas *Farpas*, que o tratara como «sapiente caturra» e «agoirento mocho» (*Farpas* 18). Mais tarde, escreveria: «Está bem a escola livre,

com ensino socrático e amor platónico, à rapaziada intelectual, mas por enquanto o professorado idóneo falta» (*Carnaval* 168). No Seminário, as diversões eram escassas. Os «formigões», como eram conhecidos os seminaristas, davam longos passeios pelo campo, às quintas e aos domingos e isso encantava-o. Nas longas noites de Inverno, para se entreterem, os jovens faziam «saraus literários» onde recitavam versos da antologia *Sons Que Passam*, de Tomás Ribeiro, ou dramatizavam cenas da tragédia clássica (*Inventário* 61).

*«Meu pai queria que me formasse  
em medicina. Cabulei. E ainda bem  
que não me formei»*

Concluídos os estudos preparatórios no Seminário, por insistência da família, matriculou-se em Medicina, em 1877, onde conheceu os seus futuros amigos Eduardo de Abreu e Eduardo Burnay. Mas o jovem preferia explorar o Choupal e «todos os sítios onde havia árvores e água corrente» (131):

Solto e livre aos quinze anos, desforrei-me não abrindo mais os compêndios... Resultado: reprovações e anos perdidos; peregrinações estéreis pelas várias escolas do país; conflitos com a autoridade paterna; boémia descabelada, miséria, fome... e literatura (Lopes 50).

Não abriu mais os compêndios, mas leu muitos livros de autores não recomendados pelos mestres oficiais, como Heine, Baudelaire, Rimbaud, Sainte-Beuve, Verlaine, Victor Hugo, Flaubert, Charles Dickens e aprofundou a leitura de clássicos e dos filósofos que evoca, a par e passo, na sua vasta obra: «Sabe que conheço os filósofos como os meus dedos. Comecei muito cedo a lidar com eles. O Leibniz, o Schopenhauer, o Kant, o Nietzsche, o Hartmann e os outros» (Lopes 254). O seu interesse pela arte helenística e renascentista surgiu nesse período inicial da sua formação em Coimbra:

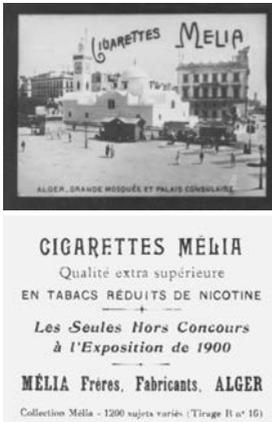
Aos 15 anos, em Coimbra, um companheiro de casa, o Figueiredo da Guerra — e citei-lhe o nome com gratidão — dera-me a ler o Raczyński<sup>8</sup>; e a notícia certa de que houvera um português, o Francisco de Holanda, que privara com o Miguel Ângelo, e recolhera da sua boca as palavras divinas que nos transmite, afigurava-se, na minha juvenil exaltação, trazer mais honra e glória ao meu país, do que a descoberta do caminho marítimo da Índia. (*Cartas a Columbano* 46)

«O menino já fuma?!»

Em criança, tinha apenas cinco anos, em casa do seu velho tio João José, onde invariavelmente passava os domingos, teve a sua primeira experiência secreta com o tabaco. Conta, no *Inventário de Junbo*, que o «prazenteiro velho» vivia com a sua única filha, «senhora bondosíssima e bonacha, viúva de certo bonifrate que representara bastante na Patuleia». Uma tarde em que esta jogava à «manilha bonita» com duas amigas, o menino *Manóllilbo*, como o tio ternamente lhe chamava, fumou, às escondidas, «uns inocentes cigarrinhos de alfazema» preparados pelo criado que lhes misturava «não sei que longes de tabaco». O menino «chupou com delícias o fumo de alfazema» e apresentou-se na sala, muito sonso, tendo sido rapidamente denunciado pelo faro apurado de uma das amigas da prima, que lhe perguntou: «‘O menino já fuma?!’ — foi a consequente estocada que me vibrou e de que ainda hoje sinto trespassado o coração, tão grande, geral e profundo alvoroço provocou, em mim e na assembleia, a horrenda descoberta» (*Inventário* 36-37). A avó também fumava da caixinha de rapé que tinha ao lado da banqueta de charão verde-mar onde arrumava os livros de orações e o bule de chá da Índia.

A verdade é que, pela vida fora, o charuto se alia ao champanhe e tornam-se companheiros inseparáveis. Desconcertado com o mundo, na inquietação da sua juventude, ia «lendo todos os filósofos em série cronológica, fumando cigarros da Baía enrolados em folha de milho e com tabaco que parecia pólvora...» (*Regressos* 166). Fumava para passar o tempo<sup>9</sup> ou para saborear, na tolda dos navios, o espectáculo da partida (*Novelas* 126). Era frequente as tabacarias enviarem-lhe cigarros para o estrangeiro, dado que as suas estadas eram prolongadas. Em 1907 escreve de Eaux de Mondariz à Tabacaria Mónaco (praça de S. Pedro, Rossio, Lisboa), dizendo: «Não me mande mais cigarros porque não chegam.»<sup>10</sup> Em Amesterdão, tinha ele 25 anos, enquanto esperava no escritório do Sr. Krater, que «fervilhava em toda a classe de negócio que presumia lucrativo», sentado «numa das vastas poltronas que rodeavam o fogão, sopeava a sua impaciência «fumando um negro e húmido charuto de Borneo e tomando aos pequeninos goles um grogue quente de velhíssimo Schidam» (*Novelas* 40). Muito mais tarde, estava para sair o *Inventário de Junbo*, a bordo do vapor russo Tchikachoff que o levava de Esmirna a Constantinopla, foi arrebatado por uma paixão súbita por uma russa, «criatura de lenda, figura de Brunehilde» e à noite ficou «ardendo em luxúria, e fumando sem cessar entretenho a minha insónia passeando no convés até quase de manhã» (*Novelas* 171). Ao longo da vida foi coleccionando tabaqueiras:

Voltando às minhas mil tabaqueiras, que o meu amigo conhece: são um definitivo e rematado compêndio, ou enciclopédia, de todos os ramos da arte chinesa, e para mim, que as tenho de memória, cada objecto da mesma origem que examino, quer



14. Tabaco *Melia* feito em Argel. (col. MGMV)

nos museus, nas colecções particulares, nos antiquários, me parece mera reprodução, reduzida ou ampliada, dos modelos que possuo. (*Miscelânea* 147)

Fumou sempre, até morrer. Já sedentário em Bougie, confessou a José Osório de Oliveira uma das razões pelas quais lhe agradava esta cidade ribeirinha: «Acresce que em parte alguma se prepara melhor café, e se fumam tabacos melhores nem mais baratos do que na Argélia» (*Colóquio* 14, 45). Em 1938, despediu-se de Norberto Lopes, no final do seu primeiro dia de visita, deste modo: «Venha amanhã mais cedo, à hora do meu charuto. Fumo sempre um charuto depois do jantar. Sinto que me faz mal, mas sabe-me bem. Já agora, não quero separar-me deste amigo fiel, que me faz todos os dias tão boa companhia» (Lopes 262). Fumava *Melia*, tabaco fabricado em Argel.

### *Cafés e botequins*

A monarquia estava em crise, os republicanos agitavam-se, aqui também, na pacata Vila Nova. Os espaços de sociabilidade iam-se multiplicando e as diversões ocasionais eram entusiasticamente difundidas pela imprensa local. À escala provinciana, a vila crescia, a azáfama nas ruas junto ao cais era intensa e as novidades não paravam de chegar a bordo dos navios nacionais e estrangeiros. Tabaco, chocolate, chá, café, cerveja, sorvetes vendiam-se nos cafés e botequins. Jogava-se dominó, bilhar, damas e cartas.

*O Correio do Meio-dia* (8), tinha Teixeira Gomes 14 anos, anunciava o sortido de tabacos da Tabacaria Central, instalada no passeio do cais:

Este novo estabelecimento, pertencente à Ilha Encantada, acaba de receber um grande sortimento de todas as qualidades, a saber: charutos de 25 réis, ditos de 10 réis de três qualidades: cortados, inteiros e para picar. Cigarros especiais de oito e 20 réis, ditos de 12 por 20 réis, ordinários e massos de fortes e fracos. Tabacos picados: Kentucky e Hollanda, em onças, quartas, etc. Papel Duc, phosphoros, e muitos outros artigos deste género. Vinde, amadores e vereis se o tabaco é ou não do melhor portuguez.

A Casa Havaneza chegaria mais tarde, com grande variedade de tabacos, perfumários e artigos de escritório. No café Traquino, que funcionava no sótão do Grémio Familiar, promovia-se a cerveja (2); três anos depois, este café reabria no cais da vila, alargando o seu serviço, disponibilizando, além das bebidas habituais, «almoços todos os dias de chá, chocolate ou café, e torradas e bifes aos sábados e domin-

gos, bem como ceias que se componham do que se anuncia, tudo por preços rasoáveis e a qualquer hora do dia ou da noite...» Em 1880 surgiu outro café, sopravam mais fortes os ventos da República: o Café Democrático, na rua de Santa Isabel, abriu a um domingo com «todos os refrescos próprios da estação e outras bebidas fermentadas, café e mais artigos próprios d'este estabelecimento» e ainda jogos de dominó, damas e cartas para jogo de vasa (*Independência* 10). Manuel Amado abriu um botequim na rua Diogo Tomé para venda de licores finos, amêndoas, chocolate, rebuçados e caixas brinde (5). Ali perto, o monárquico Manuel José de Sárrea Garphias promovia *soirées* privadas (*JA* 15) e bailes *costumés* (16). O Casino Portimonense<sup>11</sup> organizava bailes de máscaras e concertos e comédias em três actos, as bandas filarmónicas animavam festas públicas e privadas, profanas e religiosas.

Mas Teixeira Gomes não fala dos cafés de Portimão, apenas da tasca do Trovas e essa, a ser real, ele não a frequentaria (*Gente*). Do seu tempo em Portimão, evoca sobretudo os longos passeios para admirar a paisagem, as visitas às propriedades, as aventuras amorosas.

Um jovem educado no Seminário e nos cafés lisboetas e portuenses, leitor compulsivo da literatura inglesa, francesa e dos filósofos alemães, amante da música de Chopin, Brahms, Wagner, Bizet, Berlioz, Beethoven, Mendelssohn, não se revia na tacanhez da sua terra. Nos tempos de estudante frequentava os botequins de Coimbra acompanhado dos seus actores preferidos que o seguiam para todo o lado, como Heine, a referência omnipresente ao longo da sua vida<sup>12</sup>:

Compara-me ao Heine: prever na minha pena um outro *Reiselbilder!* É o que o António Patrício não calcula, nem sequer suspeita, o que foi para mim o Heine: a portentosa, a «única» revelação. Mais decisiva, empolgante e fecunda, que os mármores gregos! Aos dezasseis anos o Reiselberg<sup>13</sup> era o meu livro de cabeceira: era o livro que eu trazia sempre comigo; que ia ler para o Penedo da Saudade; nos idílicos recessos do Choupal; junto ao lago, todo fechado em cedros seculares, da antiga cerca de Santa Cruz; [...] E nos primeiros dias do mês, enquanto o dinheiro durava, levava-o a um solitário botequim de Quebra-Costas, quase ao Arco de Almedina, e saboreava-o com pastéis de Tentúgal e grogues de Schidam. (Repugna-me dizer genebra...). [...] Misto de botequim e confeitaria, com quatro mesas de mármore de loisas tumulares... (*Miscelânea* 194)

Mas os moradores de Portimão, além dos cafés próximo do cais e de um outro botequim, foram tecendo cumplicidades em espaços associativos de carácter recreativo ou assistencial. «Não valeria a pena fazer em Portugal, também, um estudo profundo do papel que representam, ou representaram, os botequins, no desenvolvimento da política, artes e letras?», interrogava-se Teixeira Gomes no *Carnaval Literário* (177).

Em Portimão, a imprensa anunciava regularmente festas, concertos, reuniões, representações teatrais pelas sociedades assistenciais e recreativas locais.

O Montepio Artístico, fundado em 1862 por João José Tavares e José Francisco Leote (JA, 43), e a Associação das classes trabalhadoras, fundada pelo Sr. Bastos em 1874 (*O Correio do Meio-dia* 3), eram associações de socorros mútuos, sendo esta apoiada pel’*O Correio do Meio-dia*, que apelava à adesão dos trabalhadores sublinhando que, mesmo antes da aprovação dos estatutos, já contava com 400 sócios. Na segunda categoria incluem-se o Grémio Familiar (anterior a 1874), a Sociedade Filarmónica Recreio Musical (1876) e a Sociedade Filarmónica Artística (já existente em 1877). A estreia do Recreio Musical, afecto aos Progressistas<sup>14</sup>, foi noticiada pelo *Jornal dos Artistas* (JA 15): «No dia 13, ao romper da aurora, estreou-se nas ruas de Portimão a nova filarmónica Recreio Musical que tocou na varanda da casa do seu presidente, Luiz Mascarenhas. Depois tocou na missa e mais tarde pelas ruas.» O Grémio Familiar funcionava na rua da Ribeira e oferecia aos seus associados, mediante uma quota de 500 réis semanais e 3\$000 de jóia, bailes, jogos de cartas, bilhar, leitura de jornais políticos e literários. É natural que Manuel Teixeira Gomes e a sua família fossem sócios do Grémio Familiar, como se depreende da descrição humorística de uma assembleia eleitoral que incluiu no *Carnaval Literário*. Recorda, com «intenso prazer», uma das sessões «solenes» a que assistiu na sua juventude:

Essas reuniões, nos gabinetes de leitura dos grêmios recreativos da província, mais ainda do que as dos «clubes» nas capitais, merecem estudiosa observação, e não há ensinamento que dali não emane. [...] Naquela noite a afluência de sócios, de todas as categorias, era enorme, e o gabinete de leitura estava à cunha: tratava-se da muito disputada eleição dos corpos gerentes, esperando-se que os actuais fossem enxotados. O barão de Estombar, presidente da direcção condenada (isso já era certíssimo), parecia furioso, e em dado momento pôs-se a tocar a campainha como um louco. Acudiu, por fim, o contínuo, a quem desabridamente pediu contas pelo desaparecimento do último número do *Ocidente*. Um sócio que lhe estava próximo, julgando que o aclamava, deu-lhe a *Ilustração* francesa<sup>15</sup>, mas isso ainda mais o assanhou, e atirando com a *Ilustração* para longe exclamou: «Não sei que asneira é esta de assinar uma revista que ninguém entende!» (*Carnaval* 91-92)<sup>16</sup>

A *Illustration* tinha uma congénere portuguesa — a *Ilustração Portuguesa*, edição semanal d’ *O Século*, cuja primeira série saiu entre 1884 e 1890. A segunda série teve início em 1906, com direcção de Carlos Malheiro Dias e colaboração de Afonso Lopes Vieira, ambos amigos de Teixeira Gomes. Aliás, em carta a este, datada de Portimão, de 1909, Teixeira Gomes comenta a notícia sobre *As Ondinas* publicada na *Ilustração* no n.º 138, de 12.10.1908 (*Cristal* 38).

Portimão, onde Teixeira Gomes passava as férias quando era estudante ou quando a campanha do figo exigia a sua presença, era uma vila pouco interessante para um jovem assíduo das tertúlias literárias de Lisboa e Porto. Sem pontos de

interesse cultural nem monumentos dignos de nota, aquilo que Teixeira Gomes mais apreciava na sua terra natal era a natureza e as mulheres. O resto era tema propício à sátira social.

«*Depois, fui para o Porto. Meti-me na boémia jornalística*»

Abandonou os estudos em Coimbra e foi para Lisboa, teria uns 17 anos de idade. Iniciou a fase boémia da sua vida, convivendo com os intelectuais da época, frequentando assiduamente a Biblioteca Nacional (*Regressos* 166) e percorrendo cafés e botequins da capital. Em 1881 rumou ao Porto, matriculou-se na Academia Politécnica e entrou no círculo dos intelectuais portuenses. Frequentou a Casa Bonjardim — padaria do pai do seu amigo Sampaio Bruno —, as «tardes da música» na Cordoaria e os cafés onde tertulava com os artistas portuenses Soares dos Reis e Marques de Oliveira, que o retratou aos 22 anos. Foi no Porto que se iniciou na escrita — *Folha Nova* — e que editaria o seu primeiro livro — *O Inventário de*

*Folha Nova*, Oliveira, foi fundado no jornal republicano, defensor da liberdade, onde criticava a romantismo após a ruptura de Gustave Flaubert e Émile Zola<sup>17</sup>. Neste jornal publicou ainda um folheto, intitulado «Confidências de



15. Retrato de Manuel Teixeira Gomes, 1881. (MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)

o processo naturalista. Alguns dos contos que, em 1909, vieram a integrar o livro *Gente Singular*, foram antecipados na *Folha*: «O Major» (26.10.1881) e o «Álbum» (29.10.1881) (Vieira 374-375). Nesse mesmo ano foi co-fundador, com Joaquim Coimbra e Queirós Veloso, do jornal de teatro *Gil Vicente*.

Já no século xx, continuou a colaborar activamente em diversos periódicos: *Primeiro de Janeiro*, *Arte & Vida*, *A actualidade* e *A Luta* (fundado em 1906 pelo seu amigo republicano Brito Camacho). Durante o seu ministério em Londres colaborou na *Atlântida*, dirigida pelo seu grande amigo João de Barros, antecipando aí a publicação dos textos «Alcobaça» (*Atlântida* 11, 1009-1016), «Évora» (23, 899-908) e excertos da 2.<sup>a</sup> edição do *Inventário de Junho* (31, 635-642). No exílio colaborou na *Seara Nova* com o texto «Uma copejada de atum» (Ano VI n.º 7) e «Uma fácil vitória diplomática I» (Ano XI n.º 267). Várias das suas obras seriam editadas por esta editora<sup>18</sup>, à qual ofereceu os direitos de autor e a quantia de 39.500\$, em

seria também nesta cidade o livro — *O Inventário de* A.J. da Silva Teixeira, por Bruno.

dirigido por Emídio de Porto em 1881. Neste jornal da liberdade e da fraternidade assinou a rubrica «Molpersistência anacrónica do ra operada por Gongourt, Zola<sup>17</sup>. Neste jornal publicou sob a forma de carta, intitulado um bichano», que parodia

Abril de 1934, para contribuir para o saneamento financeiro da editora (Pires 466). Colaborou ainda no semanário *A Liberdade* (1930-36), cujo chefe de redacção era o seu amigo Carlos Bana e no qual colaborava também o seu amigo João de Barros. Neste semanário publicou, em 1931, o artigo «Da dignidade do trabalho manual»<sup>19</sup> (Rodrigues, *Discurso* 366). Em *Arte & Vida — revista d' arte, crítica e ciência*, dirigida por Manuel de Sousa e João de Barros e publicada em Coimbra entre 1904 e 1906 (Pires 71-72), colaborou nos n.ºs 3, 6 e 9 saídos em 1905, com os textos «Carta a João Grave — Granada (Alhambra, «Peinados de la Reina»), Abril 1904» (n.º 3, 97-112)<sup>20</sup>, «Londres maravilhosa» (n.º 6, 235-247)<sup>21</sup> e «Desenhos e Anedoctas de João de Deus» (n.º 9, 384-392)<sup>22</sup>.

Poderia ter seguido a carreira jornalística, confidencia ao seu amigo jornalista Manuel de Sousa Pinto, em texto irónico que lhe dedica no *Gente Singular*:

Foi sem dúvida um grande erro passo que dei, ao sair do Seminário, assentando praça. Se me tivesse metido pelos jornais e desenvolvesse a decidida vocação para a reportagem que, de muito novo, se me manifestou no sincero interesse que me despertavam os actos do próximo, seria talvez um outro Stanley — que evitando a Índia evitou as baiadeiras — e viveria agora considerado, rico e saudável nalgum grande centro mundial... (166-167).

Em conversa com Norberto Lopes relembra esse tempo de vida feliz e despreocupada: «Foi nesse período (teria pouco mais de vinte anos) que me relacionei com alguns escritores e artistas, como o João de Deus, Fialho, Bruno, Soares dos Reis, Círiaco de Cardoso...» (Lopes 54). João de Deus era muito mais velho (1830-96), mas Teixeira Gomes nutria uma grande admiração e estima por ele, como nos conta no texto que lhe dedica na *Arte & Vida*: «Eu era extremamente novo quando me aproximei do poeta e vivi na sua intimidade até aos dezoito annos, exaltando-me com a estima que lhe inspirava e que eu retribuía filialmente consoante a enorme diferença de idade que nos separava.» (9, 388). Do seu vasto grupo de amigos eruditos, contam-se também Basílio Teles, Hamilton Araújo, Joaquim Coimbra, Queirós Veloso, Câmara Reys, Columbano, Luís Botelho (ao qual dedicou o seu livro *Cartas sem Moral Nenbuma*).

A boémia não lhe garantia o sustento e, privado da pensão paterna, teve de regressar a casa. Teria quase 30 anos.

Em Portimão publicavam-se vários jornais desde 1873: O *Município* (1873-74 e 1878), O *Correio do Meio-dia* (1874), *A Liberdade* (1874-78), O *Jornal dos Artistas* (1875-77), O *Algarve* (1878-79), *A Independência* (1880-82), *A Ordem* (1882), *A Verdade* (1902) e *O Portimonense* (1910 e 1926-28)<sup>23</sup>; contudo, a literatura e a imprensa francesa eram referência obrigatória. Curiosamente, Teixeira Gomes não colaborou em nenhum destes jornais, embora alguns dos seus amigos, entre os quais João de Deus e Gomes Leal, o fizessem.

Instalado em Portimão, as idas a Lisboa, para rever os amigos, eram um bálsamo, embora cada vez mais raras: «Pelas condições da minha movimentada vida pouco parei em Lisboa, por onde fazia apenas rápidas passagens. Porém, era raro escapar à visita dos cafés de frequência literária» (*Carnaval* 134). Frequentara, dantes, o Leão d' Oiro, com Queirós Veloso e Joaquim Coimbra (*Regressos* 160), o Martinho da Arcada, onde conheceu António Nobre e o caricaturista Celso Hermínio (163), a Tabacaria Mónaco, a Cervejaria Jansen na rua do Tesouro Velho (169), onde se encontrou com um amigo de Antuérpia, e o «Aquário dos Imbecis»<sup>24</sup> (170), frequentado pelo barão da Regaleira (181). Também a Cervejaria Trindade, «um dos sítios mais simpáticos e amenos de Lisboa, sobretudo no Verão, graças às suas frescas abóbadas e aos seus lindos panos de azulejos» (204)<sup>25</sup>, onde era fácil encontrar o Magalhães Lima (180)<sup>26</sup>. Visitava, depois de jantar, por vezes seguindo por Alfama, «outras capelas» como uma taberna, para os lados de Santa Clara, onde foi provar uma aguardente de medronho de Monchique, com o seu amigo Silva Porto, que obsessivamente falava de Camilo (187). Muitas vezes levava a noite «a correr os três *b*: barracas, botequins e bordéis», com os seus amigos (204).

Hospedava-se no Hotel Avenida Palace onde jantava, por vezes, com amigos como: António Nobre, Silva Porto e «o habitual séquito de literatos incipientes», «refeição bem regada de Colares, e depois uma hora de café casado à aguardente de cana» (*Regressos* 183). Ou jantava na York House com o poeta do *Só* que encontrava particular inspiração no claustro desta casa (194). Ou ceava no «Carpinteiro, a tasca pitoresca — e imunda — (instalada por detrás do teatro de D. Maria) agora predilecta da boémia alfacinha» (182). Conta que assistiu em Algés a uma tourada. Nesse dia jantou, sozinho, «sardinhas assadas, com salada de pepino e tomates, na tasca mais popular da feira» (206). Aí encontrou conhecidos de Portimão, «o Algarve em peso»: o Sr. Joaquim Patrício, rolheiro e cantor de igrejas; «o barbeiro António Pardal», «uma megera de Ferragudo, que anda correndo as feiras de sociedade com a filha do doutor Bastos<sup>27</sup>, clínico portimonense hábil mas infeliz», «o jovem e elegante Bitorres» e «um moço negrocho e alentado, filho da comadre Clara do Zé-Lindo» (207-208).

Frequentava com regularidade o S. Carlos (*Regressos* 171, 180) e saraus em casa dos condes de Proença-a-Velha, onde tocava o seu amigo pianista Sarti, que fora mestre de canto de suas irmãs (172), casa também frequentada por Manuel de Arriaga e Teófilo Braga.

Privava com diplomatas e negociantes estrangeiros, amigos do seu pai, como o conde de Cranneville (*Regressos* 204) — encarregado de negócios da Áustria, «a personifi-



16. Rossio Lisboa, 1909.  
(col. MGMV)



17. Largo do Dique, Vila Nova de Portimão, 1907. (MUSEU DE PORTIMÃO)

18. Assinatura de José Libânio Gomes. (IANTT)

cação da insolência» —, o ministro belga Frère-Orban, os Verhaeghe de Naeyer, o conde de Cronhielm (Axel Cronhielm, côsul-geral e encarregado de negócios da Noruega em Lisboa<sup>28</sup>), o marquês de Oldoïni (ministro de Itália em Portugal), o filho do conde flamengo Della Faille e o conde de Burnay (*Regressos* 191, 211).

Em 1905 registou no seu diário detalhes da sua estada em Lisboa com a sua companheira Belmira das Neves (*Londres* 83-108). Podemos seguir os seus passos e percorrer com ele os jardins da Estrela e do Campo Grande. Tinha acabado de publicar *Sabina Freire*, o que foi motivo de conversa com amigos e conhecidos: Henrique de Vasconcelos, Trindade Coelho, Francisco Carrelhas, Carlos Malheiro Dias, Marcelino Mesquita, Gualdino Gomes, Abel Botelho, Júlio Dantas, Teixeira de Queirós. Conhece João de Barros e Lopes Vieira. Desta vez permanecerá na cidade um mês inteiro, na Primavera. Os amigos mais chegados e disponíveis — Fialho, Alfredo Mesquita, Correia de Oliveira — acompanharam-nos à estação do vapor do Barreiro, onde tomaria o comboio para Portimão.

### «Não fiz nada. Voltei para casa»

«Fiz-me negociante, ganhei bastante dinheiro», disse ele. Embora contrariado, aceitou a imposição paterna. Regressou a casa para gerir no Norte os negócios da família. Não no Norte de Portugal donde vieram seus antepassados, mas no Norte dos negócios europeus por onde andaram o seu avô e o seu pai. José Libânio Gomes tinha apenas nove anos de idade quando o pai, Manuel Gomes Xavier de Ataíde, alferes da Legião Lusitana, combatente nas guerras napoleónicas, faleceu. Como ele, também rumaria a França, em 1845, não para a guerra, mas para aprender com um negociante de frutos secos, em Ruão, as artes do comércio dos frutos secos. Em 1849 já iniciava em Portimão as bases do negócio que levaria o seu filho Manuel a percorrer os mercados da Europa.

A qualidade dos seus frutos secos valeu-lhe uma medalha na Exposição Internacional de Londres de 1851. Quatro anos depois é de novo premiado na Exposição Internacional de Paris, vindo a integrar a Comissão da Secção Portuguesa à Exposição Universal de Antuérpia em 1894. Entretanto, já criara, em 1891, uma Parceria para a Exportação de Figos do Algarve com outros comerciantes locais. A sua dinâmica comercial facilitou as suas relações pessoais e políticas. Na Bélgica e no Norte de França dispunha de uma rede de contactos fundamentais para o desenvolvimento da sua actividade exportadora e para a sociabilidade do seu filho primogénito, gestor futuro dos seus negócios.

Em novo meu pai estreitou relações de amizade com o célebre Frère-Orban<sup>29</sup>, que depois foi várias vezes ministro dos Estrangeiros, e numa destas ocasiões, estando meu pai já fixo em Portimão, sua terra natal, nomeou-o cônsul da Bélgica, criando expressamente para esse fim um consulado com jurisdição em todo o Algarve. Não se pode dizer que a mercê lhe inspirasse extraordinária gratidão, nem que o desempenho das suas funções fosse exemplar; raro respondia às reclamações e instruções burocráticas do Ministério, e foi-me sempre motivo de admiração que não o demitissem. (Verdade seja que, salvando o visto nalguma carta de saúde, o movimento do consulado era nulo, desde que acabara a navegação à vela entre a Bélgica e o Algarve.) O facto, porém, é que morreu cônsul da Bélgica, após mais de meio século de suposto exercício, durante o qual conheceu diferentes ministros belgas em Lisboa, e entre eles o Verhaeghe de Nayer, a quem me apresentou numa visita que fez a Portimão e de quem fui depois amigo, embora houvesse entre nós grande diferença de idade. (*Regressos* 151)

Os Verhaeghe viviam no palácio dos marqueses de Abrantes. Não sabemos em que data se deu o encontro que Teixeira Gomes narra, mas pode sido entre 1875 e 1877, embora nesta data ele fosse muito jovem. Léon Verhaeghe de Naeyer, oriundo de uma família de políticos, proprietários e banqueiros de Gant, casara em Constantinopla em 1875, quando aí desempenhava as funções de secretário da legação belga. A jovem grega Sévastie Vénérande Photiadès tornou-se Madame Verhaeghe, senhora que adorava a companhia de Teixeira Gomes em Lisboa e queria conhecer António Nobre. O casal esteve dois anos em Lisboa, em missão diplomática, regressando à Turquia e, finalmente, à Bélgica, onde Léon fora nomeado Governador Provincial da Flandres Oriental (Reeck 29-30).

Em Portimão, José Libânio Gomes era um negociante muito activo também politicamente. Em 1874 discursou no jantar que celebrou a vitória eleitoral do deputado José Avellar Barros e Cunha. O jantar, «de 28 talheres», realizou-se na quinta de António Teixeira Biker:

Teve um carácter político bem pronunciado: e Barros e Cunha, entre os seus admiradores, fez bem sentir quanto estava grato às demonstrações de affecto e respeito

pelo célebre tribuno que com tanto esforço no parlamento tem advogado os interesses do Algarve. Assistiram, além dos cavalheiros offerntantes, outros convidados de Lagoa, Lagos e Monchique. [...] Animadíssima correu esta festa onde todos saudaram a aurora d'uma nova epocha liberal, em que a independência da urna não terá que arcar com o despotismo infrene de falsos liberaes, que abusam do poder com que pensam avassallar as consciencias timoratas dos fracos e dependentes. (*O Cor-reio do Meio-dia* 10)

Os ideais republicanos do pai depressa contagiaram o filho que, apenas com 15 anos, já tentava converter ideologicamente um companheiro de Coimbra: «Aos quinze anos fazia propaganda republicana, e tentava converter ao meu credo o Eduardo de Abreu, condiscípulo e companheiro de casa que só trinta e cinco anos depois nele veio a comungar» (Lopes 48). Efectivamente, Eduardo de Abreu foi eleito deputado republicano em 1892 e membro do Directório do PRP, com Magalhães Lima (também amigo de Teixeira Gomes) e outros, em 1895.

«Republicano assanhado», como confidenciou um oficial, casado com uma parenta sua, a D. Carlos quando, em 1895, Teixeira Gomes, num bazar do Terreiro do Paço, durante as festas do centenário de Santo António, fazia sortes para a rainha D. Amélia (*Regressos* 194). A confidência tinha fundamento. Julião Quintinha, activo republicano de Silves, em artigo evocativo de Teixeira Gomes, por ocasião das comemorações do centenário deste, contou que ele próprio o vira em comícios e reuniões republicanas no Algarve, acompanhado do seu amigo íntimo, o Dr. Ernesto Cabrita (Quintinha, 2). O seu amigo conde de Burnay, também republicano, foi eleito deputado por Setúbal em 1899. Por esta altura já Teixeira Gomes se dividia entre o negócio, no Norte, e o ócio, a Sul.

José Libânio Gomes era um negociante multifacetado e empreendedor, o que lhe permitiu acumular assinalável fortuna reconhecida pelos seus parceiros estrangeiros. Dizia o Sr. Krater, judeu de Amesterdão, seu correligionário, a Teixeira Gomes, quando este esteve à beira de ser apanhado nas malhas da ambição do Sr. Cru-teman que o queria para genro: «Seu pai é um proprietário opulento, de crédito inabalável no seu país e que nada teria a perder malquistado na Holanda pela tuba infamada de um Cruteman...» (*Novelas* 84-85). Dotes que o filho rentabilizava com notável desprendimento. Efectivamente, o pai relacionava-se com diplomatas e banqueiros, como o conde de Burnay e, ele próprio, havia chefiado uma agência bancária em Portimão. Entre 1876 e 1880, José Libânio Gomes fora gerente da Caixa filial do Banco Nacional Insulano com José António Júdice (*JA* 21)<sup>30</sup>. Nos seus armazéns na rua dos Quartéis, vendia madeira da Flandres, manteiga francesa em potes, cevada, milho, vinhos, vinagre e fósforos amorfos (*Independência* 5)<sup>31</sup>. Mas era a exportação de figo a actividade mais lucrativa.

Um estudo publicado em 1874 — *Indústria e commercio do figo* — esclarece a importância desta actividade em Vila Nova de Portimão no contexto do Algarve,

bem como as principais conexões com a Europa. O autor, F. Simões da Cunha, escreve:

Ninguém ignora que a produção do figo representa inegavelmente a maior verba da riqueza do Algarve e portanto, a todos é dado averiguar os inconvenientes que se manifestam em depreciações na riqueza pública. A aceitação que, hoje mesmo, este producto tem nos mercados de Inglaterra, Hollanda, Belgica, Allemanha, França e Brazil, demonstra não só a vastidão d'este commercio, como as grandes proporções d'um desenvolvimento. (Cunha 13)

Simões da Cunha evidencia a importância do mercado de Lisboa não só para distribuição nacional, e sobretudo, na exportação. Casas estrangeiras estabelecidas em Lisboa enviam para Londres e Liverpool valiosos carregamentos e abastecem as praças de Amesterdão, Roterdão, Hamburgo e Bremen. Portimão ocupava lugar central neste contexto, sendo o principal porto de escoamento do figo do barlavento, apenas precedido, no Algarve, por Albufeira. Embora o volume da colheita, nesta data, fosse superior nos concelhos de Silves, Lagos e Lagoa, era Vila Nova de Portimão que apresentava o maior volume de exportação. Daqui saíram para o estrangeiro, em 1873, mais de 2 toneladas, sendo que a produção do concelho nesse mesmo ano foi de 975 mil quilogramas. Defende a criação de uma associação de exportadores que, pela «concentração de forças», garanta a qualidade do produto e o combate à avidez dos especuladores. Portimão tinha todas as condições para ser o grande centro exportador do figo do Algarve, não só pelas excelentes condições portuárias, como pelo dinamismo dos seus comerciantes:

Ora, não se deve occultar n'este ponto que o commercio dos carregadores de Portimão tem uma índole especial. Obedece às leis supremas da influencia que reconhecem ter, da preponderancia que não esquecem e da supposição, até certo ponto bem fundada, de que a iniciativa e génio laborioso reinam só alli. (Cunha, 26)

Ora, quase 20 anos depois, a 29 de Junho de 1891, na rua dos Quartéis, foi celebrada uma escritura de parceria de exportação de figos do Algarve entre José Libânio Gomes, José Joaquim Serpa, António Joaquim Júdice e Irmãos, Vilarinho Valverde Negrão e João Mascarenhas Neto. Com um capital de vinte contos de réis e uma quota individual de quatro contos, a parceria teria a duração de três anos, incluindo já a colheita de 1891. A escritura estipulava claramente a relação entre os sócios, as condições de compra e venda do figo e os mercados de abastecimento e de exportação. A parceria só poderia receber directamente figos em Armação de Pêra, Mexilhoeira da Carregação e Vila Nova de Portimão, ou seja, o figo dos concelhos mais produtivos do Algarve (Silves e Lagoa), à excepção de Lagos<sup>32</sup>. Teixeira Gomes, quando regressa à terra, abandonando a vida boémia e perdulária que

mantivera após o abandono da vida acadêmica, ajudava o pai na gestão dos negócios. Doravante, seria ele a deslocar-se ao Norte para vender os frutos secos. Negócio rentável e proveitoso pelas possibilidades de independência financeira e de gestão autônoma do seu ócio:

Fiz-me negociante, ganhei bastante dinheiro e durante quâsi vinte anos viajei, passando em Portugal poucos meses. Montei a vida de forma que na região compreendida pelo Norte da França, a Bélgica e a Holanda, onde vendia os produtos do Algarve, levava quatro ou cinco meses; ia a casa liquidar contas, e depois nos cinco ou seis meses restantes, livre e despreocupado, metia-me no Mediterrâneo, cujas costas visitei por assim dizer passo a passo. (Lopes 55)

Andava em viagem quando o pai recebeu do seu amigo conde Burnay um pedido de subscrição de socorro aos repatriados militares do Ultramar. Já estava velho e doente, impossibilitado de dar passos para esse fim, concorrendo aqui mesmo nas subscrições locais com o seu «humilde óbolo»<sup>33</sup>. Estávamos em Fevereiro, era tempo do filho rumar ao Sul.

Simões da Cunha advertia para a necessidade de assegurar a qualidade da produção, melhorando o tratamento das árvores e esmero na escolha e no acondicionamento dos frutos. Lamentava a falta de zelo de muitos produtores e exportadores que descuravam a vigilância do processo produtivo pondo em causa a prosperidade desta indústria. Não era o caso de Teixeira Gomes, que supervisionava o processo produtivo, sobretudo após o falecimento do pai (1905). Em carta ao seu amigo Afonso Lopes Vieira<sup>34</sup> confessava: «Eu também me desequilibrei logo na proximidade da minha anual e indispensável ‘crise de trabalho’ — negócio! — e agora já envolvido nela, ando irascível e febril, saudosos de tudo o que não seja isto, com frequentes pasmos de idiota» (*Cristal* 31). Não admira que a faina comercial o deixasse sempre exaurido. Gerir as diversas propriedades, sementeiras, colheitas, arrendamentos nos subúrbios da vila, organizar a campanha do figo durante os verões escaldantes era um trabalho árduo, mas permitia-lhe também conhecer o povo bem de perto e com ele criar as suas narrativas fantasiosas.

E sentir o vento levante. Sentir a natureza e descrevê-la com encantamento. Mergulhar no mar azul e seguir, da sua janela, as velas enfunadas dos barcos. E viajar, solitário, sem rumo. Mas, com frequência, o desânimo assaltava-o pela distância do universo cultural:

Estafo os dias sem saber em quê nem como. Indiferente a artes e letras não leio, não escrevo e, francamente não me julgo desgraçado, nem sinto pródornos de próxima catástrofe intelectual. Pois essa conformidade, este decidido desprendimento por tudo quanto vai pelo mundo, esta fonte de relativa felicidade, é a única mancha que me empana o espírito. (*Cristal* 21)

Instalado em Portimão, ligou-se à mulher, a jovem Belmira das Neves, de quem teve as duas filhas. Mulher notável que estoicamente aceitou os devaneios amorosos do companheiro, inspirando-lhe, nos primeiros tempos, um amor sereno. Já a sua filha Ana Rosa tinha três anos quando a avó paterna morreu (1909). Teixeira Gomes animou-se com a gestão das propriedades:

Morreu-me a minha mãe [...] e daí resultou encontrar-me a braços com a exploração de propriedades extensas e que andavam abandonadas, as quais, desde logo, decidi pôr em ordem. [...] Desaparece o artista, evapora-se o sonhador e fica a inteligência fria e prática, o cálculo rigoroso, a sugerir lições e combinações proveitosas. E muito resignadamente e contente pus ombros aos trabalhos agrícolas e novamente me tornei exclusivamente lavrador, Deus sabe por quanto tempo. (*Cristal* 34)

Foi por pouco. Dois anos depois já rumava a Londres como ministro dos Estrangeiros. Enquanto não chegou a República, geriu com eficiência o vasto património familiar, visitando as propriedades, pagando a fêria aos quinteiros, viajando em negócios e, amiúde, por ócio. A sua estada em Portimão, até à morte da mãe, corresponde à fase mais produtiva da sua escrita<sup>35</sup>, já que nada publicou durante a República e só no exílio recuperou a tranquilidade inspiradora. Confessa, em carta ao seu amigo poeta:

[...] Para tudo me encontrarão pronto, quando não tenha de largar o meu canto, onde definitivamente me encasulei. Parece-me até que vivo já quase exclusivamente de saudades, e agora tenho-as de tudo; das mulheres que amei e possuí, das que amei de longe, das que idealizei sem nunca existirem, dos vinhos que bebi e da sua turbulenta embriaguês, de tudo, de tudo. (*Cristal* 41-42)

Não se encasulou. Mais depressa do que supunha, as mudanças políticas resgataram-no da sua involuntária condição de lavrador.

A inteligência fria e prática, o cálculo rigoroso, sugeriram-lhe, de facto, lições e combinações proveitosas. Quando partiu para Inglaterra para servir o país,

19. Belmira das Neves, c. 1913.  
(MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)  
20. Ana Rosa e Maria Manuela.  
(MUSEU DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)



deixou ao irmão José Teixeira Gomes instruções muito claras sobre a preparação e a exportação do figo. Tinha razão F. Simões da Cunha, a boa organização do trabalho nos fumeiros e o acondicionamento do figo era a melhor garantia do lucro. Vejamos um excerto dessas instruções:

É indubitável que o ponto principal d'este negocio consiste na boa qualidade e preparação do figo e muitas vezes tendo occasião de ver nos armazéns da concorrência como as mulheres o preparavam, verifiquei sempre que o faziam mal e de forma diferente da usada no meu armazém<sup>36</sup>. Os figos devem ser bem espalmados e postos nas ceiras de modo que nunca fiquem soltos, assentando em cima dos outros... Nunca devem pôr a marca a fogo no capacho ou tampa das ceiras, mas sim no corpo das ceiras e a marca a fogo nos ceirões deve pôr-se no fundo, de modo a que se veja bem quando elles estão empilhados. (Canaveira 48-49)

As instruções são precisas também no que respeita aos contactos em Antuérpia, identificando agentes e fregueses e a percentagem sobre as operações feitas na Bélgica. Em Londres, no exercício da sua missão diplomática, negociou com o Foreign Office licenças de exportação de figos e amêndoas do Algarve, alertando para a necessidade de respeitar o calendário da campanha, sugerindo, até, a requisição de três vapores tomados à Alemanha para fazer o transporte da mercadoria para Inglaterra (incluindo alfarroba)<sup>37</sup>.

Portimão, vila ribeirinha, era do mar que lhe vinha o sustento e era por ele que se fazia a ligação ao mundo. Viajar daqui para Lisboa, antes da construção da via-férrea (1922) que ligava Lagos a Faro, era uma aventura:

Nos remotíssimos tempos da minha mocidade, a viagem terrestre de Lisboa para o Algarve era longa, complicada, e quase aventureira. Comboio até Beja; diligência de Beja até Mértola; descida do Guadiana em vapor até Vila Real de Santo António e daí outra vez diligência ao longo da costa, caminho que eu aproveitava na sua totalidade, parando na minha terra natal — aviso aos vindouros — então Vila Nova (hoje cidade) de Portimão. (*Carnaval* 62)



21. Pontes sobre o Rio Arade, 1922. (col. MGMV)

A viagem de comboio — transporte que usou nos seus passeios pelo país e na Andaluzia —, calma e vagarosa, permite-lhe dormir «o sono do justo, embalador e murmurante, de quem se transporta ao sabor da vagarosa corrente dum ribeiro cristalino» (*Regressos* 42). De comboio até ao Barreiro, tomava, então, o vapor para a travessia do Tejo. Os passageiros eram figuras «curiosas e pitorescas», entre os quais «muitos magnates de Beja, de Serpa, de Évora, de incontestável, forçosa importância, os toicinhos do cachaço caídos na gola do casaco, divididos em grupos simpáticos, ali mesmo vão fazendo e desfazendo regedores e deputados, exilando escritvães-de-fazenda, trucidando amanuenses» (*Regressos* 44).

Também era possível apanhar o barco directo para Lisboa. Em 1874 foi aberto concurso para a carreira a vapor entre os portos do Algarve e Lisboa (*O Correio do Meio-dia* 1). Em 1880 já dois vapores faziam essa carreira: o Vapor Gomes II, cujo agente era Frederico da Paz Mendes (*Independência* 4), e o Lusitânia, propriedade da família Alcobia. As sedes das agências de navegação concentravam-se na rua dos Quartéis, a rua onde nascera Teixeira Gomes e onde viveu até se ligar a Belmira das Neves. Nesta mesma rua, ao lado da casa dos seus pais, fora instalada a Alfândega, no palacete comprado a Domingos Leonardo Vieira, o director do *Jornal dos Artistas*, na sequência do incêndio que destruiu o edifício público que existia na esquina da rua da Ribeira.

Em 1928, Teixeira Gomes recordava, a propósito de «Uma cena grega» que descreve em carta ao seu amigo João de Barros, o movimento de navios estrangeiros na sua terra natal:

Da permanência dos navios flamengos, que durante séculos iam a Portimão carregar de figos e amêndoas, e estacionavam dentro de porto durante muitos meses cada ano (em meu tempo ainda lá os vi em número superior a quarenta), dessas demoradas e periódicas estadas, ficaram patentes vestígios naquela parte da província, em gente do povo, loira, de olhos azuis e pele branca de leite. (*Agosto* 204)

De facto, a imprensa local era prolixa em anúncios relativos à navegação, informando, com a necessária antecedência, a chegada ou a partida para os portos nacionais ou estrangeiros de barcos à vela ou a vapor que carregam mercadorias e recebem passageiros: iates, escunas, vapores, caíques, brigues, faluchos, galeotas, patachos. Rumavam a Antuérpia, Hamburgo e Londres, levando laranjas, rolhas, cortiça, madeiras. Em 1875, o vapor espanhol Roellas ia para Londres e Antuérpia e tomava passageiros para Lisboa (dez horas de viagem) por 2\$250 réis na 3.<sup>a</sup> classe (*JA* 8). Cinco anos depois, da Companhia de vapores ingleses, cuja agente em Portimão era a viúva de J.B. Mascarenhas, todas as sextas-feiras tocava no porto de Portimão um vapor que recebe carga para Londres e mais portos do Norte. Disponha de magníficas acomodações para passageiros, para Lisboa e Londres (*Independência* 2).

O movimento portuário intensificou-se com a expansão da indústria conserveira e o desenvolvimento da pesca a ela associada. Em 1900, segundo Adolpho Loureiro (249), passaram pelo porto de Portimão 340 navios, dos quais 155 eram a vapor e 129 estrangeiros.

### *A memória dos afectos*

As melhores recordações de infância de Teixeira Gomes reportam-se à casa da sua avó materna, em Ferragudo e ao seu tio João José. Na casa da avó Ana Bárbara da Purificação passou tempos felizes, rodeado de mulheres que o tratavam como príncipe. A avó, soube-o mais tarde, sofrera muito com o seu «tresvariado» marido<sup>38</sup>, Francisco Manuel Teixeira de Seixas Braga, tanto que, casada aos treze anos e viúva aos vinte, nunca mais quisera «repetir a prova matrimonial». Seu tio João José (irmão consanguíneo de sua mãe), bastante idoso, tinha quase oitenta anos quando o sobrinho nasceu<sup>39</sup>: «Aos oitenta anos conservava-se saudável e alegre, bem apumado no comprido redingote, a cara rosada e escanhoadada emergindo das muitas voltas da gravata, ainda posta à moda de 1830, e um discreto sorriso, que os seus brancos dentes remoçavam» (*Inventario* 34).

Andara por Plymouth, «aventurara-se à primeira emigração liberal, fora da Belfastada, do Mindelo e do Cerco e participara dos doirados loiros que a munificência constitucional distribuía aos «sete mil e quinhentos», o que lhe valeria nomeação para a alfândega de Portimão, como director, e lealdade perpétua a D. Pedro IV. Este seu tio, tal como o seu avô paterno Manuel Gomes Xavier de Ataíde, era um liberal activo. João José Teixeira de Seixas Braga emigrara para Inglaterra na sequência da restauração do absolutismo por D. Miguel. Regressara ao Porto, a bordo do navio *Belfast*, procedente de Plymouth, em 1828, com outros liberais, sob o comando do marquês de Palmela. Derrotados pelos miguelistas, regressaram a Inglaterra onde vieram a mobilizar 7500 emigrantes para desembar-



22. Ferragudo.  
(col. MGMV)

car no Mindelo, em 8 de Julho de 1832. Tomaram a cidade do Porto, que foi sitiada durante um ano pelas tropas miguelistas, mantendo-se invicta. Com a vitória liberal, naturalmente que os protagonistas vencedores seriam recompensados. Estas e outras histórias o velho combatente liberal deve ter contado ao seu sobrinho.

Na sua primeira obra literária, Teixeira Gomes recordou essa infância feliz:

A avó morava em Ferragudo, alvejante aldeola levantada em pirâmide, sobre íngreme rochedo, no outro lado do rio, que ali forma vasta bacia para depois correr ao mar, por largo canal, entre as duas fortalezas desmanteladas. Vivia com três criadas e repartia a sua mesa com a prima Maria Bárbara, a qual, todos os dias que Deus deitou a este mundo, no decurso de trinta e cinco anos, lhe assistiu às refeições e lhe dispensou infalível e doce companhia. (*Inventário* 38)

Embora passasse «deliciosos domingos» na casa do tio José, era em casa da avó que se sentia mais feliz, porque ninguém ousava contrariá-lo: «era ali o meu paraíso, perfeito como criança alguma encontrou jamais» (41). Neto primogénito, era em casa da avó, «desabafada, espaçosa, rica em aposentos abandonados e quintais variadíssimos» que dava asas à sua turbulência contida na casa paterna pela pesada vigilância.

Certo dia, o pequeno Manuel fez uma partida às criadas que lhe valeu a única repreensão por parte da sua bondosa prima Bárbara. Colocou, às escondidas, caranguejos vivos nas camas das pobres criadas. Vale a pena ouvi-lo na narrativa desta cena divertida:

Lembrara-me eu de esconder, nas camas das velhas e assustadiças criadas de minha avó, alguns caranguejos vivos, cujas turquesas lhes atanazaram as flácidas carnes quando as pobres se entregavam às doçuras do primeiro sono. Foi uma noite de infernal reboço. Uma das vítimas, que não lograva soltar a escorregadia nádega esquerda dos apertos com que a filara certa caranguejola ruivinha, da pior espécie, teve a audácia de me entrar no quarto, praguejando-me e oferecendo-me uma roda de açoitês. Tal atrevimento exprime bem a que elevado grau chegara a exasperação geral. (*Inventário* 43)

É notória a imaginação e a ousadia do pequeno que recupera, muito mais tarde, na novela *Maria Adelaide*, ao narrar uma brincadeira carnavalesca com aranhas (*Adelaide* 36-37). A prima Maria Bárbara cumpria religiosamente, em casa da avó (não era sua avó biológica, já que o seu pai era filho do primeiro casamento do marido de Ana Bárbara), uma permanência de 12 horas que começava às oito horas e meia, em ponto, da manhã. Durante a manhã fazia trabalhos de empreita e à tarde lia «em voz alta, pausada e agradável, conquanto um quase nada receosa, trechos do *Novo Testamento* ou das *Vidas de Santos* ou ainda das piedosas *Leituras*

*Populares*. Compunha-se o auditório do respeitabilíssimo sínodo de tabaqueiras comadres que acudiam sempre a aguardar o terço e o chá com torradas» (*Inventário* 38-39).

Na casa do tio João José as leituras eram outras. D. Rosa Penedo, «rabujenta e curiosa e desapiedada» amiga, companheira e comensal da prima Maria Bárbara, «entretinha as suas companheiras com leituras tão «profanas e emocionantes» quanto o *Popular*, o *Notícias* e a *Revolução de Setembro* lhe podiam proporcionar. Refere-se Teixeira Gomes aos jornais *Diário Popular*, *Diário de Notícias* e *Revolução de Setembro*<sup>40</sup> que contavam, entre os seus colaboradores, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. De facto, era comum os jornais da época publicarem folhetins que constituíam motivo de leitura familiar. Por exemplo, Eça publicou, em 1870, no *Diário de Notícias*, entre 19 a 21 de Janeiro, um folhetim ou crónica de viagem intitulado «De Port Said a Suez», na sequência da sua viagem ao Egipto. No ano seguinte, saiu no mesmo jornal o folhetim de Eça e de Ramalho, «O mistério da estrada de Sintra». No *Revolução de Setembro*, Eça publicou o folhetim «A morte de Jesus», jornal onde Gomes Leal também publicara o folhetim «Trevas». Mas era a prima Bárbara, «bem desgraçada a sua sorte, sempre na dependência, sempre sujeita, sempre escrava do homem», embora tivesse ido para a cova «de palmito e capela» aos noventa anos, a sua preferida, ou não fosse ela a soltar-lhe a imaginação com a recitação das *Mil e Uma Noites*.

Aos doze anos, Teixeira Gomes ainda passava as férias de Setembro em casa da avó. Estavam abertos os fumeiros. Aí se iniciou no amor, com Marta. Os sabores do campo, degustados em casa a avó, ficaram-lhe na memória, como o mel novo, no dia de crestar colmeias:

Mel novo chupado no próprio favo. Era uma das melhores festas de casa da minha avó. Vinha uma grande terrina à mesa, cogulada de troços de favo doirado, e a minha gulodice logo se propunha (o que os olhos devoram!) sorver tudo de uma assentada, não poupando nem a cera. Punham-me no prato uma talhada imensa (que eu achava sempre pequenina) e a avozinha dizia-me: «Repara bem, filho, que o mel das abelhas de Nosso Senhor não se pode comer sem vontade.» Comido com vontade não há gosto que o iguale, mas sobreposse dá dores que matam... E por mais que eu sopeasse a gula e demorasse a refeição, logo me enfartava, deixando o bocado em meio. Ficava-me na boca um suave, mas impertinente, saibro a cera, que no Algarve rescende a rosmaninho... (*Miscelânea* 193)

Ficou-lhe da infância o gosto pela boa comida, sobretudo, a mais genuína. Efectivamente, nas suas narrativas de viagem não faltam as referências gastronómicas.

Se a relação com a avó, a prima e o tio configurou o seu imaginário infantil, da relação com os pais suspeitamos que a autoridade primava sobre a extroversão

do afecto. Episodicamente, o pai surge a seu lado, em Lisboa, quando narra alguns episódios da sua vida «boémia diplomática» em *Regressos*. Do seu irmão José Teixeira Gomes pouco nos fala, talvez pelos desconcertos das suas vidas. José licenciou-se, aos 22 anos, em Direito, na Universidade de Coimbra, quando o irmão já abandonara a vida boémia. Seguiu um percurso político discreto, mas influente: deputado às Cortes durante a ditadura de João Franco e administrador do concelho de Silves. Morreu dois meses antes de Teixeira Gomes renunciar à presidência da República. A sua irmã Ana, a mais velha, morreu jovem (1855-86); Maria da Glória ficou solteira e morreu durante o exílio do irmão (1858-1935).

Raramente se refere aos amigos da vila<sup>41</sup>. São os quinteiros, homens do campo, moços marítimos, as mulheres embiocadas, feias e façanhudas que lhe despertam a atenção. Mas não o desejo, esse acendem-no as moças simples dos fumeiros ou as que se aventuram a despir-se atrás das rochas. Usa o povo como tema, nas suas narrativas sobre o Algarve, mas a sua felicidade alimenta-se das paixões, da arte, da viagem, da frescura apaziguadora do mar azul.

Criado entre mulheres, feito homem entre mulheres do povo, a mulher é central nas suas novelas ou nas suas aventuras fantasiosas. Da mulher sedutora não nos cabe aqui falar. Falemos da mãe, da mulher e das filhas.

Parece que o afecto da avó Ana Bárbara e da prima Maria Bárbara supriam o afecto que ele exigia em exclusividade à mãe e que não obteve. É ele que o confessa em carta a um amigo:

E acodem-me recordações do passado, bem amargas. O que sucedeu com minha mãe. Eu queria ter mãe que fosse só para mim; dela me despeguei facilmente, talvez porque não era só minha. Ah! Mas então eu desfalecia da imensa ternura que sentia dentro de mim, e não podia gastar, como se fosse milionário compassivo e me impedissem de dar uma esmola. (Lopes 47)

Reconhece-lhe, contudo, um dom especial: «Era uma das criaturas mais espirituosas que tenho conhecido» (Lopes 250).

Da mulher, à qual se ligara contrariando as expectativas dos pais, uma vez que Belmira era de origem humilde, fala parcamente aos amigos. Passeava com ela em Lisboa, levava-a a assistir a concertos ou a jantar no Tavares, mas deixou-a em Portimão quando foi para Londres, em missão diplomática e, definitivamente, quando partiu da Gibalta a 17 de Dezembro de 1925. Belmira sabia das suas escapadelas e ele não se coibiu de as relatar. Todavia, parece não ter deixado de a amar tranquilamente, pelo menos enquanto esteve em Londres. Este domínio da sua vida privada permanece ainda nebuloso.

As filhas, ao contrário, sempre lhe mereceram inúmeras provas de afecto e dedicação. Em 1913, escreve, de Portimão, onde se encontrava de férias, a seu amigo Afonso Lopes Vieira: «estou no paraíso, como julga, entre as minhas filhas e a

mãe que ainda amo» (*Cristal* 96). Aliás, a correspondência assídua com este seu amigo de Leiria, nos primeiros anos da República, é prolixa em notícias sobre as suas filhas, entre 1911 e 1914. Preocupa-se porque estão doentes, alegra-se quando melhoram:

As minhas filhas têm andado com pouca sorte. A mais pequena teve tosse convulsa e a Ana Rosa deu uma queda e fez uma grande brecha no queixo. Se lhe quizer mandar o livro enderece-o a Ana Rosa Teixeira Gomes, Portimão. (*Cristal* 65)

Perdoe-me se lhe não tenho escrito mas também me tocou pela porta a desgraça e ando meio doido. As minhas duas mocinhas tiveram sarampo. A mais velha pôs-se boa depressa mas a pequenina há oito dias que está em perigo de vida. E eu ando num remoinho de festas sempre à espera da má notícia e cada telegrama que me chega é uma martelada no coração e rio e chalaceio e dança. Veja como em vez de o consolar sou eu quem me queixo! (89)

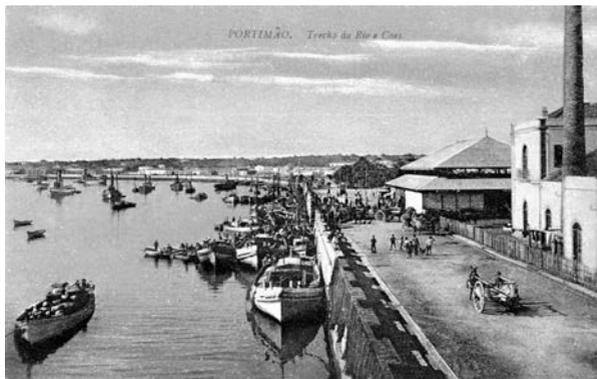
Não me sinto agora nada disposto para a meditação; todo eu sou olhos e ouvidos atentos à vida nova que as minhas filhas trouxeram ao mundo. Que vastíssimo horizonte de gozo elas abrem à minha velhice! (101)

Entretanto, comprara um lenço para oferecer à filha de Jorge V e pedira a Lopes Vieira que intercedesse junto do seu amigo Columbano para lhe arranjar «um estojo de couro, de dimensões tais que contivesse o lenço desdobrado, tendo aplicações de prata com escudos de Portugal e da Inglaterra e o monograma da princesa composto das letras VAAM» (*Cristal* 80). O presente seria para oferecer no mês de Maio. Um mês depois parece ter desistido da prenda, devido «à exorbitância com que o portuguesíssimo Leitão se descose», mas o lenço não se perderia: «Tenho duas princesas em Portimão, muito minhas, e a qualquer delas, mais tarde, irá perfeitamente o lenço» (86). De facto, confirmará, meses depois, que «o lenço foi fadado para pertencer à princesa de Portimão...», pois o protocolo não autorizava presentes à princesa (92). Mais tarde, quisera encomendar, a D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro, irmã do seu amigo Columbano, dois lenços «brincos de princesa» para as suas duas filhas, mas a senhora, entretanto, falecera (*Colóquio* 37, 52).

Antes de embarcar no Zeus a caminho de Orão, em resposta a um jornalista do *Diário de Lisboa*, confessa que Ana Rosa, a filha mais velha, o acompanhou numa viagem a Tlemcen (DL, n.º 1441). O mesmo jornal, no dia da renúncia à presidência, escreve, na primeira página, um texto sobre a sua vida presidencial, referindo, nomeadamente, que as filhas, residentes em Portimão, almoçavam duas vezes por semana com o pai, em Belém, acrescentando: «Por estas duas filhas tem o Sr. Teixeira Gomes uma adoração paternal, que é toda a preocupação da sua alma» (DL, n.º 1436).

## «Portimão onde eu nasci...»

Portimão, onde eu nasci (vai já em três quartos de século) não se vê do mar: fica recolhida na bacia do rio Arade, encostada quase às faldas da serra, que lhe serve de fundo, e tendo fronteira uma pitoresca aldeia, em forma de pirâmide, que se chama Ferragudo. Estou convencido (não cesso de o repetir) de que, nesse trecho da costa algarvia, se realizou a concepção literária e pictórica da «paisagem grega», que mal se esboça, aqui e ali, nalgumas ilhas do arquipélago, nos arredores de Nápoles, na Sicília e na Argélia. (*Regressos* 87)



23. Portimão, Trecho do Porto, 1920. (MUSEU DE PORTIMÃO)

Nascera na rua dos Quartéis, numa casa que o pai construía num quintal que comprara, em 1852, a um médico-cirurgião, por 200 mil réis, e que fora ampliando, mediante a compra de uma antiga imprensa de sardinhas, três anos depois e, em 1899, com a aquisição de uma parcela de terreno contígua<sup>42</sup>. Da casa dos pais são poucas as lembranças que verbaliza. Talvez porque a autoridade paterna reprimisse em demasia as veleidades do jovem e também porque geria a sua actividade de modo a permanecer em Portimão só o tempo necessário à campanha do figo. Ainda assim, sobrava-lhe tempo para longos passeios à beira-mar e pelos campos das redondezas e para desinquietar as moças nos fumeiros.

Tudo na natureza o inspirava, a fragrância do tomilho e do funcho (*Agosto* 12), até o calor excessivo. Nos dias em brasa sonhava com a delícia de se sepultar, vivo, «dentro de uma amorangada melancia...» (33). No estio, valia-lhe a presença do mar sem o qual não conseguia viver — nem que fosse para mirar um mero luzir azul por entre o arvoredo ou refrescar o olhar na transparência tranquila do rio que avistava de sua casa:

Eu queria que Vossê visse ontem, do mirante do meu jardim, quando enchia a maré, um iate que largava o pano, pronto a partir. Era um barco novo todo pintado a verde-maçã com filetes brancos ao longo da amurada, acharoadado de verniz fresco, leve, gentil, a arqueada curva do casco saltando na superfície polida da água e o seu lindo nome «Cysne» gravado a oiro em cartela cinzenta — com um i grego para o fazer mais sinuoso — a mover-se quási na volta da popa. Os rapazes que tomavam banho no dique e que se atiravam nus, em séries de palhaços, da primeira ponte abaixo, trepavam-lhe

pelo costado e outra vez em séries de palhaços deitavam-se à água da ponta do gurus-pés... (Agosto 33-34)

Logo que se uniu a Belmira das Neves, desavençado com a família, comprou casa no n.º 10 da rua Direita, próximo da rua dos Quartéis, e montou um escritório junto ao sapal. Desta casa<sup>43</sup> conhecemos apenas uma breve referência na novela «O sítio da mulher morta». Tinha quintal e cavalariça, onde os quinteiros abrigavam as bestas e guardavam as provisões (*Novelas* 197). O seu escritório, onde, aos domingos, procedia ao pagamento da fêria aos quinteiros, estava instalado numa casa térrea, espaçosa, no final da rua dos Quartéis, no ponto onde começava a estrada da Rocha. Ali tinha os seus livros, «que constituíam já uma biblioteca respeitável», quadros e objectos artísticos «da maior estimação, adquiridos durante as minhas viagens, e ali passava quase os dias inteiros, principiando logo de manhã, pois era lá que eu ia tomar banho e mudar de roupa».

A organização deste espaço permitia-lhe autonomia, pois, além da cozinha equipada, dispunha de casa de jantar, e quarto de cama com um grande leito rococó de pau-santo, coberto com colcha de damasco verde-mar, com guarda-roupa a condizer, e um espelho de balanço que encantava as moças do campo que lá entravam. Entrada independente para a cozinha, através do pátio ladrilhado, garantia o secretismo dos seus encontros amorosos fortuitos, embora o local fosse de muita passagem porque se localizava num largo (largo do Sapal) para onde convergiam cinco ruas e que «dava saída à vila e abria caminho para a praia» (200-201, 217-219). Em frente, a farmácia de um velho boticário que só abria aos domingos.

A propósito das suas «alucinações causadas por uma intensidade de criação teatral» e das figuras dos dramas que lhe «açambarcavam o espírito» na viragem do século, contou a João de Barros (carta de Abril de 1939) que, à excepção da *Sabina Freire*, todos os seus papéis anteriores à sua ida para Londres, e que se encontravam no seu escritório, desapareceram para sempre numa fogueira que pediu à sua filha Ana Rosa para atear (Lopes 289).

Entre as suas propriedades — Maraxique, Malhada Verde, Abicada... — Pegos Verdes era um outro espaço onde a privacidade suscitava fantasias e aventuras e duas narrativas: «D. Joaquina Eustáquia Simões de Aljezur» como personagem da *Gente Singular* e, nas *Novelas Eróticas*, a novela «O sítio da mulher morta». Era um espaço singular e pacificador, por onde, com a alma, a vista se lhe alongava infinitamente apaziguada:

O refúgio, o bucólico sanatório indispensável às minhas crises de melancolia, era então a horta dos Pegos-Verdes, oásis de laranjeiras sepultado num vale da serra, entre estivais sem fim. Ali haviam demorado por vários séculos alguns monges autênticos, de cuja pobreza os restos do convento — acanhadíssima construção térrea de pedra e barro — perpetuavam o atestado suficiente. Eu ia para lá a pé, de espingarda a tiracolo, calcu-

lando a hora da partida de modo que chegasse ao nascer do sol, quando o hortelão, o Sr. Elisário, já andava nas leiras, com a enxada, a abrir caminho à água. (*Gente* 9)

Os seus aposentos no Convento (quartos, cozinha e casa de jantar) eram antigas celas dos frades e abriam para o claustro. Os quinteiros habitavam o antigo refeitório, cavalaria, ramada, celeiros e dispunham ainda de outras divisões destinadas aos trabalhos agrícolas (*Novelas* 208-209). Dormia as sextas no terreiro da igreja, «debaixo duma copadíssima alfarrobeira, que ali imperava escoltada por oliveiras». Percorria os campos deliciando-se com os sons e as cores da natureza, de espingarda ao ombro, mas sem coragem de atirar aos coelhos que o miravam «com aprazível e tranquila curiosidade, da entrada das suas luras» ou a «uma ave, símbolo da graça inofensiva e da elegância mimosa» (14).

Comprara outra casa, poiso meramente casual, na Gibalta. Antes de assumir a presidência em Belém já adquirira esta casa junto ao rio. Aí ficava com Belmira quando se deslocavam a Lisboa. Foi decorando a casa com objectos adquiridos ao longo de mais de meio século de vida, na expectativa de aí viver os últimos anos da sua vida. Ficava bem perto de Lisboa e daí desfrutava de um mar que o encantava: «O azul da Costa da Caparica, vista da Gibalta em dias de calma, iguala ou supera o anil da Côte d'Azur, nas suas horas mais típicas» (*Cartas a Columbano* 24). Quando saiu de Belém, foi na Gibalta que passou as últimas cinco noites no seu país. Muitos anos mais tarde, já em Bougie, ofereceu ao Museu de Galveias o espólio desta casa: quadros de pintores portugueses, móveis raros em madeira preciosa, estatuetas de bronze, uma porcelana Ming, entre outros. À Casa da Moeda ofereceu 150 medalhas (Lopes 236-37) e ao Museu de Arte Contemporânea, então dirigido pelo seu amigo Columbano Bordalo Pinheiro, ofereceu 24 telas que havia coleccionado ao longo da vida<sup>44</sup>.

Nas *Cartas sem Moral Nenbuma*, escritas quando ainda não se recompusera do afastamento dos círculos intelectuais de Lisboa e Porto, forçado pelos pais, expressa o seu desalento por viver longe da «civilização» no «vil escaninho do mundo, que a arte não alumiu nem alumiará nunca...»:

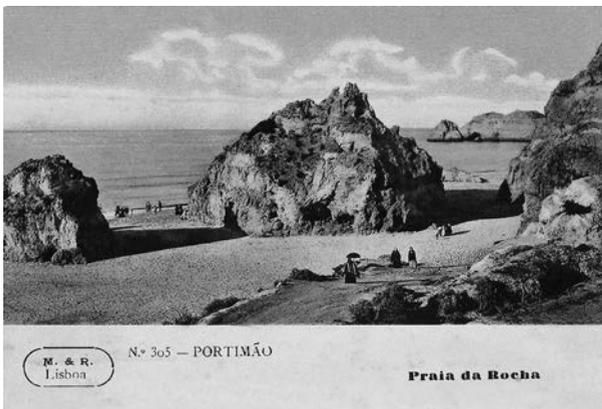
Empapa-me o espírito a impressão — o terror — de que nunca mais deixarei este buraco do mundo, lugar sem interesse para ninguém, longe da tangente de toda a civilização. Que peregrino acaso, que naufrágio, que desventura, poderia trazer aqui a qualquer das mulheres que eu amo, tão dispersas e absortas no que a vida oferece de melhor; e onde estão esses senhoris retratos de Piero della Francesca, ou essa orgulhosa catedral deslumbrante, em cuja vista a mais negra solidão se reconforta? (*Cartas sem Moral* 15-16)

Assim desventurado encontrou, contudo, lenitivo para a sua solidão: os livros que guardou no seu escritório de Portimão, a natureza — verdadeira paisagem grega

— gozada com todos os seus sentidos, do nascer ao pôr do Sol, e as viagens no Mediterrâneo, já que as outras, para norte, eram de negócios e em países sombrios. Era a memória da natureza que o tocava ainda profundamente, quando escrevia do exílio. O pôr do Sol, em Janeiro: «Extraordinário, este céu ao pôr do Sol! Todo coberto duma colgadura de púrpura, que parece arrastar-se por cima da ponte, mas rasgada a espaços sobre um fundo longínquo de porcelana verde. O rio todo escorrendo em vivo sangue...» (*Regressos* 87); o luar, sobre o rio: «À noite, na ponte, com a lua cheia, o ar sereno, uma grande paz na água do rio, sossego no mar calado, e pequeninas nuvens, farrapos de caxemira branca, a deslizar brandamente no azulado azul celeste escuríssimo...» (90); mas também a Primavera com o rebentar das vinhas e das figueiras e o céu matinal e crepuscular: «[...] céus ácidos; manhãs frígidas com tintas de limão no horizonte; poentes saburrosos, empastados de papas moiras, a escorrer sangue de morcelas...» (*Regressos* 92).

O negócio rendoso, que lhe tomava apenas dois meses por ano, garantia-lhe uma vida folgada. E foi nesta fase da sua vida, finava o século que o vira nascer, que escreveu as páginas mais belas sobre a sua terra. Pouco tempo depois, no *Agosto Azul* (1904), ou já em Bougie, velho e doente, em *Regressos* (1935), Portimão é tema recorrente. Mas o «Vento levante» da sua obra inaugural — *Inventário de Junho* — é insuperável na intensidade rítmica da narrativa. Finalizemos esta incursão pelas suas memórias afectivas com umas notas brevíssimas da sua tensão rememorativa:

Vento caprichoso que amiúde manobra com inteligência e cálculo, atacando às parcelas, rua a rua, prédio a prédio, e que se obstina de encontro a algum edifício odiado, envolvendo-o, colérico, em turbilhões de poeira, sacudindo as portas, levantando as telhas e reincidindo infinitas vezes, incansavelmente, na esperança de o abalar quando em redor tudo acalmou já... Vento que enxota as aranhas das suas luras e dá aos ratos garantias de que ninguém os incomodará para que eles se juntem afoitamente



24. Praia da Rocha.  
(MUSEU DE PORTIMÃO)

ao detestável e geral desconcerto o ruído impertinente dos seus dentes roedores e do trotar miúdo das suas patas...

Estou imóvel, olhos cerrados, na obscuridade tumular dum leito de baldaquino, corridas as cortinas... Mas a lamentação do vento não cessa nem esmorece e aqui chega talvez ainda mais queixosa, irritada, trágica...

Orquestra-se de intermináveis gritos uivados, enrouquece, chora, envolve, estremece, arranca... Ataca simultaneamente por todos os lados, ou vem, insolente, ululante, pestífero, engolfar-se nos corredores e, já senhor da casa, esbraveja qual bando furioso de feras soltas. [...]

Que desespero insanável, que aflitiva angústia...

E agora é comigo, só comigo... É para me arrombar as portas, para me arrancar à sacrílega situação, para me arrebatat num insano turbilhão de fogo e cinzas que os elementos desencadeados, em arquejos pavorosos, congeminam esforços, multiplicam as investidas, redobram de fúria e, quando a onda de eríneas passa, ainda ficam mil invisíveis garras a esfacelar as paredes, a abalar as fechaduras, a tamborilar nas vidraças...

Chegam, por fim, onde eu estou!... E seguem as horas, turvas, claudicantes, endiabradas, já em torvelinhos de alucinação... [...]

Tardes algarvias de levante, em que a vida exulta embriagadamente, com embevecimento de definitivo triunfo e como que uma consciência, heróica, de apoteose...!

(*Inventário* 197-199)

É a memória do sujeito, as suas vivências pessoais, que se transferem para o narrador, numa duplicação perfeita do eu. E a sua filiação homérica que recorrentemente se manifesta na intensa descrição sensorial dos elementos água, terra, ar e fogo.

### «*Fiz-me negociante, ganhei bastante dinheiro*»

Manuel Teixeira Gomes realizou as suas viagens de acordo com uma geografia muito pessoal que se vai reconfigurando de acordo com a sua biografia. O alargamento dos seus horizontes para lá da Ibéria fez-se em duas fases distintas: a primeira, entre 1890 e 1910, corresponde ao negócio sem, contudo, se limitar aos países do Norte. Complementa a geografia dos países frios e sombrios com a definição de itinerários futuros, no Mediterrâneo, «o mar de vizinhança» (Matvejevitch 22). E é por aqui que se concretiza a segunda fase (1925-41), interrompida a primeira pela sua acção política em Londres como ministro plenipotenciário e pela presidência da República.

As viagens de Teixeira Gomes para o estrangeiro começaram quando terminou a sua vida boémia em Lisboa e no Porto. Foi de Portimão, com mais de 25 anos, que partiu para o Norte da Europa, em negócios, e para o Sul, por puro lazer.

Ganhou bastante dinheiro. Organizou a sua vida de modo a dedicar ao negócio o mínimo de tempo com o máximo de benefício. Durante cerca de 20 anos, permanecia no Norte da França, Bélgica e Holanda quatro ou cinco meses e regressava a casa para «liquidar contas» (Lopes 55). Sobrava-lhe tempo e dinheiro para o ócio, no Sul.

Embora de Portimão partissem regularmente vapores para Antuérpia, Londres e Hamburgo, e o comboio só tivesse chegado a Estômbar em 1903, não sabemos se Teixeira Gomes usava com frequência a via marítima para as suas viagens para o Norte. Se a sua primeira viagem à Holanda foi em 1890, como supomos, tomou o Sud-Express de Lisboa para Paris, via Handaia<sup>45</sup>. A viagem durava 45 horas. Por vezes, no regresso, parava para visitar alguma cidade que ficava no trajecto. No *Inventário de Junho* conta que, vindo de Biarritz a Burgos (onde se deteve), demorou cinco horas «de sono reparador» (*Inventário* 152). Parece que o seu itinerário segue de perto aquele que Théophile Gautier seguiu em 1840, de Paris à Andaluzia.

Viajava sozinho, embora, no Norte e na Andaluzia tivesse muitos amigos.

A presença de amigos e mesmo de simples desconhecidos envenena o encanto das viagens. Viajar, sozinho. Nada que importune mais do que a opinião, a alegria, ou a tristeza, ou os caprichos daqueles de cuja existência devemos participar quando corremos mundo em busca de sensações ou de repouso. (*Inventário* 21)

Tal como os viajantes europeus do seu tempo, preferia viajar só, sem plano e sem guia. Os companheiros distraíam-no, impedindo-o de «ver» e de se deter quando a imaginação fluía e o embalava<sup>46</sup>. Aliás, o tema da solidão é recorrente nas suas cartas de exílio. Dizia que quando se «soltou de Belém» foi com a intenção de se remeter ao mais absoluto e intangível silêncio (*Miscelânea* 37). A solidão não fazia dele um melancólico, ao contrário, vivia a vida festivamente e era senhor do seu silêncio.

No segundo ciclo das suas viagens, optara por visitar apenas lugares já conhecidos para tecer um diálogo consigo próprio sobre as impressões de outrora e as actuais. Julgava, então, estar preparado para a «existência solitária», mas, a certa altura, sentiu necessidade de saber dos seus amigos e de com eles comunicar através da escrita, até porque sempre tivera a «fúria epistolar»: «Dias há em que, mesmo na solidão mais orgulhosa, a alma, no seu profundo recolhimento, parece que suspira e anseia pelo som de uma voz amiga» (*Agosto* 147). Escolhia os destinatários, entre a «lista dos predilectos», consoante o «desabafo». Escrevia abundantemente aos seus amigos, porque isso o entretinha e, porventura, os entreteria também (*Cartas a Columbano* 75).

Sem residência fixa, viajando sem programa prévio, a posta-restante era a «melhor e mais segura direcção a dar à correspondência» (*Miscelânea* 133) e, na verdade, as numerosas e frequentes cartas dos seus amigos seguiam-lhe o rasto. Em 1938, disse a Norberto Lopes que, quando saiu de Portugal, mantinha correspondência

regular com 60 pessoas, reduzindo para 20, nos últimos anos de vida, devido às crescentes dificuldades em escrever. O seu antigo secretário, Viana de Carvalho, devia ter mais de um milhar de cartas suas (Lopes 266-267).

O vagar, a lentidão, o silêncio, a solidão, o anonimato propiciam a fantasia e a rememoração. A sua escrita epistolar, que constitui, aliás, a essência da sua obra literária, enriqueceu-se nessa perfeita conjugação. O seu exílio nómada acentuou a sua propensão rememorativa e, em cada lugar, encontrava pretexto para regressar às suas raízes existenciais — a infância, a adolescência e a paisagem algarvia. Não vivia para a escrita, mas escrevia porque tinha uma vida muito intensa e queria partilhar essa intensidade com os seus amigos. Escrevia por diversão e prazer. Castelo Branco Chaves, o grande responsável pela preservação e divulgação da obra epistolar de Teixeira Gomes, num pequeno estudo literário sobre o escritor diz que «Teixeira Gomes *vê* e para *ver* basta-lhe ‘*imaginar* com intensidade’, porque, então, transformados pela saudade e pela fantasia, imagens e sentimentos, seres e coisas ganham o seu valor transcendente e alcançam as mais perfeitas formas para a sua expressão estética» (Chaves, *M. Teixeira Gomes* 16).

Viagens longas e prolongadas, como aquelas que realizou na fase de negociante ou na fase de exílio, exigiam avultada bagagem e um séquito de carregadores. Episódios burlescos e caricaturais que, embora acessórios nas suas narrativas, revelam não só a sua ironia como a sua capacidade de divertir o interlocutor. Uma das suas malas preferidas era a *Never Break*, nome sugestivo da sua finalidade. Entre os múltiplos relatos das peripécias das suas viagens de vapor no Mediterrâneo e do desconforto do desembarque e até de travessias tormentosas, Teixeira Gomes apresenta-nos a sua «mala grande», a propósito do acidentado embarque no vapor de carga Porto di Savona, em Novembro de 1926, no porto de Livorno, com destino a Tunes, peripécias que dariam «uma boa fita cinematográfica, no género *Ridolin*»:

A minha mala grande, muito sua conhecida, a «*Never Break*», sendo comodíssima, pela disposição interior, que permite, quando se abre, usar dela como se fosse um guarda-roupa de moderna construção, tem no entanto seus inconvenientes, sobretudo nas viagens por países pouco habituados a ver semelhantes fenómenos. Impo-nente no aspecto, desafia a codícia dos carregadores; vazia, o seu peso é respeitável, e cheia, como anda a minha, ultrapassa os cem quilos que um homem forte já com dificuldade carrega às costas; de modo que o galego, disposto a meter a unha só pelo aspecto, quando a sente sobre o lombo, logo imagina que não há dinheiro que lhe pague a penosa empresa de transportar, como um Atlas, aquele mundo esmagador, feito de aço, e sem pega de espécie alguma. Isto move questões, nem sempre fáceis de dirimir, e pedindo, com frequência, a intervenção da polícia. (*Miscelânea* 31-33)

A mala foi colocada, a custo, no camarote, presa com uma corda a um dos cabides

aparafusados no tabique. A tormenta que atingiu o vapor durante a noite provocou uma cena aterrorizadora, com a «calaria partida e móveis em derrocada». No seu camarote, «o monstro [Never Break] soltara-se e investia, furiosa, no propósito de tudo destruir» (*Miscelânea* 32-33).

As travessias de vapor eram pretexto para narrativas fantásticas sobre a turbulência provocada pelas tempestades súbitas, como a que atingiu o Monserrate na viagem de Cádiz para Tenerife antes de 1903:

De repente o barco teve um estremecimento convulsivo, obrigando o lavatório a cuspir todos os seus frascos e juntamente o estojo de viagem, cujo recheio de vidro e aço espalhou pelo tapete. [...] Eu via agora juntarem-se as formas volumosas — mais volumosas, pesadas e, por assim dizer, brutais — das malas, dos bancos, das almofadas, as espertas facetas dos frascos de toucador que retiniam e rolavam miudamente pelo chão, e, mercê da pontinha de febre que entrara comigo, cada vez mais me enovelava nos cobertores, espavorido com a ideia de pousar os pés no tapete, preferindo a conjectura de me sepultar, inteiro, nas ondas, a expor-me, nu, às gélidas punções de uma tesoura aberta, ou à das puas do cristal estalado das caixas de sabonete... O navio tremia todo, revolvendo os intestinos de ferro, rangendo as articulações, arrastando cadeiras, jogando-se ao mar, ficando, perdido, a popa toda fora de água, exasperado pelo giro das hélices inúteis... (*Cartas sem Moral* 116-119)

Teixeira Gomes era avesso à velocidade. Nunca viajou depressa, preferindo as longas caminhadas ao automóvel e aos aeroplanos. Nem as novas tecnologias da época — os telefones, a TSF, o cinematógrafo — alteraram o seu ritmo. Para ele, a exploração de um lugar ou de uma cidade como Paris devia ser feita vagarosamente para aprender e apreender todos os detalhes. Demorar o tempo suficiente para ver bem, para conhecer melhor, era a «regra racional das viagens» (*Miscelânea* 137). Apreciar de longe a magnificência de um monumento e, devagar, aproximar-se e ir descobrindo os detalhes tinha para si um encanto particular. Mas não só a velocidade era contrária à contemplação e à descoberta, também a proliferação de guias turísticos, que descrevem os monumentos como se fossem catálogos científicos ou meros inventários, minimiza a fruição da descoberta (*Cartas a Columbano* 72).

### «Nunca estranhei a cama...»

Viajar sozinho propiciava-lhe tempo para desfrutar a seu belo prazer da arte e das paisagens, liberdade para seduzir e se encantar, mas também tempo para traçar caricaturas dos seus companheiros de viagem ou dos comensais nos restaurantes dos hotéis. Se a natureza o absorvia com todos os sentidos, eram os tipos humanos o objecto propiciador da ironia. Dizia Teixeira Gomes que, como toda a gen-

te, sucedia-lhe, por vezes, concentrar-se em determinados e exclusivos pontos de observação, como as expressões fisionómicas (*Carnaval* 51). Eram mulheres com aparência de «javalina» que, em vez de pernas «elefantinas», exibiam «inverosímeis canículas» (*Miscelânea* 30), velhas de «insolente fealdade» e olhos «amortecidos de arara depenada» (*Carnaval* 52) ou famílias pretensiosas de origem incerta, como esta que encontrou no hotel de Itália, no Estoril:

Volto ao hotel já tarde. No salão pouca gente havia. A serpentina consulesa do Brasil; uma ruiva judia de cabelo crespo, mostrando pelo vasto decote o mármore apeteçível da sua carne, entre os leves crepes de seda negra que lhe enfeitavam o vestido elegantíssimo; uma família de gente pretensiosa: pai, mãe e três filhas, todas com mãos gigantescas, *lorgnon* e bocas espremidas; a um canto uma criatura tão espectralmente pintada que reproduz a primor o tom cadavérico, sem lhe faltarem os laivos verdes, e a boca de rã, mole, que não deve sustentar a baba com os lábios que são de xareta e como que enfiados em fio de gutta: falava com voz baixa mas imitando o som da chaleira a ferver, que se ouvia em toda a parte. Vamos para a cama. No corredor cruço-me com a minha altamente simpática vizinha de quarto. Velhota de nacionalidade e origem incertas, ressumando energia, com os joanetes mais belicosos que eu ainda vira, e cheia de dignidade, de compostura. Nunca vai à casinha senão de chapéu de plumas, à La Vallière, e vestido de amazona, de infinita cauda, como ninguém já usa, e que ela conserva exclusivamente para aquela aliviadora excursão matinal. (*Carnaval* 57-58)



25. Grande Hotel D'Itália, Estoril. (col. MGMV)

Ou os «oito carecas do topo da mesa — hóspedes fixos, funcionários do fisco e da magistratura —, cujas cabeças lisas e ressequidas clamavam por tiros de laranja, como um jogo vivo de pau rolado» no hotel do Funchal (*Cartas sem Moral* 193), ou os hóspedes do hotel em Évora com os quais partilhou uma cabidela «de molho espesso, aveludado, quase pecaminoso», acompanhada de vinho Pêra Manca, «de flavor subtil» (*Regressos* 19). À mesa, um alferes «impertinente» e um general «alcachinado, gemebundo, gourido, imagem viva do *Senhor da Cana* fardado, e condenado perpetuamente a sentar-se sobre a coroa de espinhos»:

O general comia vorazmente e, sendo o primeiro a servir-se dessas cabidelas arqui-episcopais, enchia um profundíssimo prato de sopa, atacando a terrina com ambas as mãos, a direita armada do colherão e a sinistra do garfo com o qual destramente espiolhava os bocadinhos mais delicados das miudezas. Depois vinha a empreitada de passar tudo aquilo ao bucho, com muitos suspiros abafados, mas levando-a ao cabo com tal consciência que até mastigava os ossinhos e enxugava o prato com miolo de pão. E era bonito vê-lo seguir com rigorosa inspecção os demais hóspedes que

tomavam cabidela, dardejando olhares de severíssima repreensão sobre aqueles que tiravam porções mais copiosas. (*Regressos* 19-20)

Sancha, a criada do hotel, parecia uma bilha de azeite ambulante: «nasciam-lhe os exorbitantes quadris dos sovacos e como os braços curtos se lhe arredondassem no ar, empenhada constantemente em compor a trunfa com as manitas de coelho, era a perfeita reprodução da antiga talha com asas» (*Regressos* 19). Em qualquer restaurante encontrava pontos de observação que despertavam a sua ironia, como o «excelente restaurante Chianti», em Tunis, cujo empregado coçava a testa com um «pãozinho» antes de o servir aos comensais (*Miscelânea* 136).

Nas suas viagens, em Portugal ou no estrangeiro, jantava quase sempre nos hotéis onde se hospedava, o que lhe permitia uma sociabilidade forçada, por vezes recompensada por inesperadas aventuras amorosas. Sempre que possível, escolhia os hotéis criteriosamente, de modo a poder observar, da sua janela, o nascer e o pôr do Sol. Em carta ao seu amigo Columbano Bordalo Pinheiro, escrita em Argel em 1928, confessou que gostaria de escrever sobre os quartos de hotel por onde transitou, sobretudo na segunda fase das suas viagens:



26. Hotel Terminus, Argel.  
(col. MGMV)

Por todos eles o sol me visitava desde a madrugada, e de todos eles eu gozava o espectáculo dos seus poentes, com essas luzes saturadas de poeira em ouro, que, incidindo mesmo nas cidades mais vulgares, lhes destrinçam as edificações, parecendo que as ampliam e multiplicam, dando-lhes aspectos babilónicos. Julgo, porém, que as janelas deste meu quarto, na varanda do hotel Terminus, superam todas as outras, e é sem dúvida a razão por que há mais de sete meses me prendi a Argel, sem desejo nem tentação daqui arredar pé. Aqui continuei, também, o belo exercício, logo convertido em irresistível hábito, de emoldurar todos os trechos de paisagem que me passam pelos olhos. (*Cartas a Columbano* 113)

Embora não tenha concretizado este desejo de modo sistemático, em muitas das suas cartas, e também nas narrativas novelescas, identifica os hotéis se tal se lhe afigura sugestivo ou referencial. Tentámos recuperar essas memórias amiúde registadas e, de algum modo, resgatadas em imagens antigas dos hotéis que cita nos seus textos. Em miúdo, quando era ainda seminarista, se vinha de férias para Portimão, tomava o comboio até Beja, onde, por vezes, pernoitava na «abominável» hospedaria de D. Sebastião (*Carnaval* 62). De Beja viajava numa «dolorosa diligência» até Mértola, cuja única estalagem, povoada de percevejos, ostentava como principal ornamento um «quadro a missanga representando um cãozinho de água levando na boca um cesto de cerejas». Tomava «um vaporzinho manhoso» até Vila

Real de Santo António, onde outra diligência lhe «joeirava os já desconjuntados ossos» numa longa e calamitosa viagem até casa (*Gente* 104). Na viagem para Sevilla, quando jovem, pernoitava em Ayamonte, na Fonda de la viuda:

Dormi em Ayamonte no mesmo casarão lúgubre, histórico solar mudado em estalagem, onde pernoitara quando por lá passei a primeira vez, há mais de vinte anos: Fonda de la viuda. A mocidade suscitava-me então esperanças em aventuras prodigiosas e foi nessa noite memorável que, impressionado talvez pelo aspecto sombrio do velho palácio, sonhei inquisitoriais perseguições filipinas, à Fernandez y Gonzalez, e no horror do pesadelo, para resistir aos quadrilheiros do Santo Ofício, saltei da cama empunhando um inocente revólver de sala, que por acaso levava comigo, e apontei-o ao meu fortuito e desconhecido companheiro de quarto, caixeiro-viajante de uma papelaria de Sevilla que, em trajes menores, escrevia aos patrões sobre instável mesa de pé-de-galo... (*Cartas sem Moral* 28)

Algum tempo depois, por ocasião de uma viagem a Esmirna, hospedou-se numa «gaiola de vidro», como eram as casas desta cidade cosmopolita e mercantil. Da hospedaria Fra Giacomo, debruçada sobre o mar, a vista era esmagadora:

O meu quarto na hospedaria Fra Giacomo, em Esmirna, era uma gaiola de vidro suspensa sobre o mar, e isso concorre muito para que eu aí me demorasse mais do que projectara. Não que o panorama fosse risonho: bem pelo contrário. A desarmónica imensidade do golfo, a disposição das esmagadoras montanhas vizinhas, a cidade que não brilha, com o seu casario escuro apinhado nas encostas, nas alturas recortadas de ameias, restos de arruinadas fortificações antigas, todo este conjunto formava um quadro melancólico. [...] Porém o meu amor ao mar, e essa gaiola de vidro, onde eu pairava como se andasse embarcado, retinham-me (embora um pouco a meu pesar) a ponto de conservar o quarto de minha conta durante as várias e clássicas excursões, de que Smirna é o centro obrigatório e das quais as célebres e importantíssimas ruínas de Éfeso constituem o principal objectivo. (*Novelas* 163-164)



27. Esmirna, cais, 1902.  
(col. MGMV)

Nas suas viagens por Itália, menciona o Grand Hotel Stella d'Italia (*Cristal* 135), em Florença, o hotel Isotta, em Génova (*Novelas* 139), e, em Pisa, o hotel Nettuno, que lhe mereceu atenção particular. Em duas cartas dirigidas a amigos mencionou este hotel por duas razões distintas, uma delas extravagante. De Pisa, conta a Henrique de Vasconcelos (*Agosto* 147-156) que da janela do seu quarto avistava os

Tre Palazzi di Chiesa, onde o poeta Shelley morara com sua mulher e um casal amigo antes de morrer afogado. Ao seu amigo F. Mira, muitos anos depois, escreve de Argel lembrando essa mesma estada em Pisa, narrando agora um episódio cômico em que se envolveu com um chinês que conhecia expressões bem portuguesas... porque vivera exilado em Macau.

Estava eu em Pisa, há dois anos, quando essa pequena e tranquila cidade foi visitada por uma numerosa delegação dos chinas, vendedores ambulantes de pérolas falsas, que enxameiam hoje pelas cinco partidas do mundo, e de que Lisboa teve, se não me engano, as primícias na Europa. Eu ocupava, no primeiro andar do hotel Nettuno, o quarto de esquina, com uma janela sobre o Arno, e outra que abria para a rua lateral, onde habitualmente se encontravam, para conversar e descansar, durante as horas de mais calor, dois daqueles industriosos amarelos. Coincidia essa estação com a minha sesta, e a sua vozeada, que eu ouvia distintamente, em fio de palavras de igual calibre, em nada perturbava o meu sono, antes parecia dar-lhe cadência e seguimento. Duma vez, porém, a minha modorra foi cortada por uma expressão, em tom mais alto e que eu atribuí à ilusão do sonho. Uma das vozes figurou-se-me que dissera: «Ai o filho da...!» Fiquei-me a rir da asneira, mas poucos minutos haviam decorrido, quando a mesma voz, muito claramente e por duas vezes, repetiu a portuguesíssima frase. [...] Em menos de um minuto já eu estava com ele na rua, a perguntar-lhe se também era lusíada. (*Miscelânea* 160)

Em Marselha, a sua passagem pelo hotel Noailles, na Cannebière, foi breve, pois estava de passagem para Paris. Todavia, ainda teve tempo para visitar o museu de pintura no palácio Longchamp e de se refastelar, «a todos os almoços», com as famosas «bouillabaisse» que rescendiam a açafraão e a lagosta (*Miscelânea* 128, 134).

Em Dordrecht, na Holanda, refugiou-se secretamente com Camila no hotel de França (*Novelas* 55). Era já um hotel familiar, mas as lembranças que guardou eram do romance com a jovem judia.

No hotel Celeste, em Bouzaréah, escreveu o texto «Batalha» para o livro *Regressos* (65). Em Badajoz, muitos anos antes, por ocasião da feira de Agosto, hospedara-se com os seus amigos Della Faille, o pintor Benarus e o jovem Perne, num quarto exíguo do hotel Central (212). Já em Bougie, em 1933, dedicou a António Sérgio o texto «Santiago de Compostela», evocando uma viagem que, em tempos da sua juventude, fizera a esta cidade galega: ansioso por ver a procissão, instalara-se, à pressa, na Fonda Suísa, junto à catedral (222).

Em Paris, hospedava-se com frequência no Hôtel Quai de Voltaire, em frente ao Museu do Louvre:

[...] elegi para meus Paços o velho hotel do Cais de Voltaire, de cujos balcões espaçosos se defronta, completa, a soberba e principal fachada do Louvre, e, entre a Ponte Real e a Ponte das Artes, a vista repousa nas águas vagarosas e cristalinas do Sena, des-



28. Hotel Nettuno, Pisa. (col. MGMV)

29. Hotel Celeste, Bouzaréah. (col. MGMV)

30. Vista do Hotel Quai de Voltaire, Paris. (col. MGMV)

lizando através da verdura dos plátanos e choupos colossais; hotel insigne, ademais, pelas suas tradições artísticas, pois coube-lhe a honra de albergar génios tais como Baudelaire, o Wagner, o Óscar Wilde... Da minha janela via-se nascer o sol — que então ainda se mostrava — entre as torres de Notre-Dame, e transmontar-se para os lados do Bosque de Bolonha, nos inolvidáveis poentes, onde o vermelho-cereja aparecia, coroado de âmbar, em salvas de esmeralda. (*Cartas a Columbano* 102)

O hotel histórico era sórdido e, em dias de tempestade, Teixeira Gomes, se a ele se acolhia, lá o esperavam «as torturas de uma poltrona, com a elasticidade do cimento armado, e sem dúvida adquirida no espólio da Santa Inquisição» (105). Não nutria especial simpatia pelos chineses, como vimos no relato de um episódio associado ao hotel Nettuno. O que se segue, a propósito do pequeno-almoço servido no Cais de Voltaire, é ainda mais cómico:

Logo na primeira semana estive para deixar o «Voltaire», porque nesta hospedaria, de ínfima ordem e magnas pretensões, têm o topete de cobrar três francos por cada ovo escaldado, servido ao pequeno-almoço. É verdade que no «Noailles», de Marselha, contavam cinco, mas é o primeiro hotel da cidade, os ovos tinham dimensões que não envergonhavam qualquer galinha decente, e traziam estampados na casca o retrato das mães, além de uma notícia histórica ou biográfica, narrando por datas as passagens principais da sua existência, desde a expulsão do orifício materno até ao banho final na água a ferver. Os ovos do hotel «Voltaire» — a que de bom grado renunciei — não excediam, no tamanho, o máximo que é lícito esperar das acanhadas entranhas de uma pomba, e ressentiam-se da origem chinesa por um fartum especial, que logo denunciava, na sua confeição, a colaboração humana. (*Miscelânea* 134)

Quando se estabeleceu no Mediterrâneo, como viajero nómada, regressava de vez em quando a Paris e a Ruão, passando aí largas temporadas. Em carta ao seu amigo João de Barros, enviada de Tunes em Abril de 1927, informava que em breve partiria da Tunísia para França, se passasse por ali um vapor de carga que se



31. Ponte Alexandre III,  
Paris, 1914. (col. MGMV)

dirigisse directamente para Ruão, onde pretendia passar o resto da Primavera e o Verão (*Miscelânea* 118). Em criança fora muitas vezes a Paris e visitara o Louvre. Em jovem, regressava amiúde, movido por «obrigações burocráticas», pelo que as visitas estavam, então, sujeitas a «prazos curtos». A sua ampla genealogia espiritual filiava-se na cultura francesa, que conhecia profundamente: Montaigne, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Stendhal, Michelet, Chateaubriand, Flaubert, Zola, Nerval, André Gide, Théophile Gautier, Jacques Thibault, Victor Hugo, Alphonse Daudet, Gobineau, Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Fustel de Coulanges, entre muitos outros de diferente vulto. Durante mais de 30 anos correspondeu-se com o lusófilo Phileas Lebesgue, autor da rubrica «Lettres portugaises» no periódico francês *Mercur*, onde escreveu resenhas de vários livros de Teixeira Gomes (Massa 1976).

O exílio voluntário restituíra-lhe a liberdade plena, o que lhe permitia sucumbir à tentação da «deambulação estética» e permanecer em Paris, «essa Jerusalém de todos os sonhos românticos da nossa mocidade» (*Cartas a Columbano* 102), o tempo necessário à contemplação da arte e à fruição vagarosa sem se deixar contagiar pela «febre do bulevar» (*Miscelânea* 136-137). Durante os dois primeiros meses da sua estada, na Primavera-Verão de 1927, visitava, de manhã, o Louvre e as igrejas e, à tarde, passeava pelos cais, pelos jardins e pelos parques e florestas de Saint Cloud, Versailles, Saint Germain, Vincennes (*Cartas a Columbano* 102). Outrora, as visitas a Paris eram regulares, dada a proximidade dos centros do seu negócio. São várias as descrições que fez desta cidade, reveladoras do fascínio que esta continuava a exercer sobre ele (*Londres Maravilhosa*, *Miscelânea*, *Cartas a Columbano*).

Numa noite de chuva foi<sup>47</sup> ao Folies-Bergère ver a Josephine Baker, cuja estreia parisiense ocorrera dois anos antes no Théâtre des Champs-Élysées, com uma dança erótica entrando em cena praticamente nua:

Mal tomara assento na plateia, quando aparece em cena a célebre Josefina Baker, inteiramente nua, a dançar, ou a parodiar, com jeitos e esgares de infantil singeleza, uma dança de pretos. Esta Josefina, moça de vinte anos, é uma mulata americana, com feições de branca, muito bem esculpida, cinta fina, seio forte e firme, e umas pernas indescritíveis, que alucinam. (*Cartas a Columbano* 107)

Embora Teixeira Gomes se tivesse assumido como mero narrador deste episódio, é flagrante a identificação com a personagem que o protagoniza. Tinha 67 anos, deixara de fumar havia oito meses, ficou tão deslumbrado com o espectáculo que, mal este terminou, dirigiu-se ao bar para tomar um uísque duplo e acender um

charuto de palmo, rememorando «com ardente voluptuosidade as pernas da bailarina» (108). O seu estado de euforia fê-lo quebrar o jejum que praticava após o «chazinho das 5» e, à meia-noite, ainda se debatia «destemido com uma lagosta ciclópica e mais um pastelão de pato bravo». Ainda teve forças para continuar a noite no Chabanais, o bordel mais luxuoso de Paris que recebia príncipes do mundo inteiro, entre os quais Eduardo VII de Inglaterra.

Os hotéis do Mediterrâneo eram escolhidos de modo a permitir ver o mar, as montanhas, o amanhecer e o entardecer. Quando Norberto Lopes visitou Teixeira Gomes, em 1939, ficou surpreendido por este não ter casa própria. Decerto não conhecia ainda as cartas que o «exilado» escrevera aos amigos. De facto, desde que saíra de Portugal, em Dezembro de 1925, sempre dormira em hotéis ou em camarotes de navios. Em Bougie, em Outubro de 1931, escolheu o hotel l'Étoile e foi lá que morreu, dez anos depois. Quando aí se instalou já tinha 71 anos e a memória do mar azul atlântico refrescava-lhe a alma.

[...] O encanto do mar, só por si, é para mim cada vez mais intenso e já não concebo possibilidade de viver longe dele. Isso contribui imenso para que eu me vá deixando ficar em Bougie, espécie de Sintra à beira de água, porém muito mais acidentada e rica em passeios aprazíveis e perspectivas raras. Então o panorama que se desfruta da janela do meu quarto é estupendo e não recordo qualquer outro que o supere. A minha janela também deita sobre o único largo que existe na cidade, o qual forma terraço todo aberto do lado do mar e é muito concorrido da gente fina da terra e da forasteira, especialmente do sexo feminino. [...] Mas Bougie é uma terra de eleição e nada se me dava de poder passar aqui o tempo que me resta... para festejar o meu centenário. (Lopes 281)

Um ano depois, ainda doente, escreveu ao seu amigo francês Phileas Lebesgue



32. Hotel l'Étoile, Bougie, 1912. (col. MGMV)

lamentando o rigor do Inverno que atingiu a Argélia. Não perdera, contudo, a capacidade de se deslumbrar. Estávamos em Abril e nevava ainda. As montanhas da Cabília, que se viam da janela do seu quarto, estavam tão brancas quanto os Alpes: «Mais quel spectacle prodigieux, féérique, et de tous les jours, qui est le lever du soleil sur ces montagnes! J'en jouis, qu'il fasse clair ou brouillé, de cette fenêtre dont le charme fait beaucoup pour me retenir ici... et à la vie» (Massa 598-599).

### *A babilónica metrópole*

Recuando à geografia dos espaços da primeira fase das suas viagens, regressamos ao Norte. As viagens para o Norte da Europa não se limitavam à Holanda e à Bélgica, onde se encontravam os principais compradores dos seus figos secos. Londres ficava do outro lado e lá empreendeu algumas viagens que narra em *Cartas sem Moral Nenbuma* e *Londres Maravilhosa*. As visitas que descreve ocorreram na última década do século XIX.

Na primeira obra referida, em posfácio intitulado «Carta aos leitores sobre coisas mínimas» (publicado na 3.<sup>a</sup> edição, em 1934), refere alguns lugares que frequentou em Londres, «no decorrer de um verão abafado, sufocante, afumegado, como só nas fabulosamente povoadas margens do Tamisa a humanidade encontra», na companhia de um amigo francês. Caracteriza Londres como «babilónica metrópole — Londres estarrecedora, Londres incalculavelmente múltipla, desvairadamente infinita, misteriosa, tentacular, hermética, derradeiro refúgio da Esperança que o mundo inteiro baldasse...» (*Cartas sem Moral* 243). Para fugir da vertigem londrina, gostava de procurar a «relativa tranquilidade de alguma praia pouco frequentada, como o Ventnor ou Swanage» ou de acolher-se «às sombras de Windsor ou Bushy-Park, para retemperar os nervos e os pulmões no bafejo do mar ou na frescura inefável das árvores que povoam aquelas prodigiosas tapadas» (244). Ou ainda o parque de Hampton Court, onde se encontrava o palácio do cardeal Wolsey, que lhe lembra as «sinfonias pictóricas» de Claude Monet (250). Sentado no *green*, «uma das incomparáveis especialidades inglesas» (249), a conversa derivava para a literatura, ou melhor, para o processo criativo.

*Londres Maravilhosa* é um título irónico já que a adjectivação frequente é pejorativa. O texto publicado na revista *Arte & Vida*, em 1905 (n.º 6, 235-247), e, em 1942, no livro homónimo, relata o jubileu de diamante da rainha Vitória, em Junho de 1897, um «escarcéu extravagante» e uma «brincadeira carnavalesca» que Teixeira Gomes ridiculariza com uma descrição grotesca da rainha:

E no dia próprio lá ia a velhota de olho vidrado e beijo caído, acaçapada à sombra do guarda-sol preto, levando a rasto, e de envolta com vassalos e criados, tudo quanto a *Európa* tem de mais selecto e refulgente, que parecia — como diremos? — um pe-

queno papagaio de seda negra com desmesurado rabo de oiro e pedrarias. (*Londres* 13)

Ele próprio foi arrastado pela multidão que transbordou de Charing Cross para a Strand. Multidão abundante de «motivos» populares e carente de elementos aristocráticos, o que acentuava a fantasmagoria. Resistindo à tentação de ficar quieto, a atracção pelo movimento feérico da rua era irresistível:

A rua logo me pervertia as mal acatadas resoluções, ao calor daquela magnífica, ilimitada vida que ressuma das multidões anónimas, e era, ávido de a sentir, ali, muito mais rija e muitíssimo mais ampla do que em nenhuma outra parte do mundo, essa truculenta vida, e ansioso de nela me envolver, mergulhar, afogar, que eu me lançava, quase desesperado, pela cidade fora, e a cortava em todas as direcções, sem norte, sem bússola, ao sabor das vacilações dum imaginário fito inconstante, ou trepando ao tejadilho dos ônibus, ou sumindo-me nas estações subterrâneas do metropolitano, ou resvalando, no polido asfalto, à rápida, suave impulsão dos *cabs*. (*Londres* 19)

Voltaria a Londres em delicada e complexa missão diplomática que o levaria a frequentar, durante uma década, espaços menos prosaicos, mais fastidiosos e formais, adequados à aristocracia. Contudo, a sua vida diplomática propiciava-lhe também um gratificante convívio com as elites culturais londrinas — escritores (Conan Doyle, entre outros) e cientistas (participou, por exemplo num banquete com os filhos de Darwin) — e com uma modernidade que se viria a afirmar no pós-guerra, nomeadamente os encontros com sufragistas que lhe suscitaram reflexões muito modernas sobre a condição da mulher (*Carnaval* passim).

### *As inóspitas cidades do Norte*

O Inverno passado nas inóspitas cidades do Norte era desolador, faltava-lhe a fragrância e a luminosidade do Sul.

Na Bélgica e na Holanda contava com amigos e agentes comerciais do tempo do pai. Com escritório em Antuérpia, ele próprio esclareceu o irmão sobre a identificação dos agentes e fregueses nesta cidade flamenga: o Sr. R. Donas, morador na R. Rembrandt, 23; o Sr. Arthur van Lidth, morador na Longue Rue de la Lunette, 4, e o seu irmão, o Sr. Getave van Lidth. O primeiro, merecedor de «inteira confiança», recebia um por cento de todas as operações efectuadas na Bélgica, além das despesas de expediente; o segundo, «homem difícil de tratar», era um dos fregueses mais importantes e estava desavençado com o irmão (Canaveira 38-39).

Quando das suas estadas em Antuérpia, onde tinha domicílio certo<sup>48</sup> (*Novelas* 53), privava regularmente com duas famílias — a do banqueiro Lastman e a do «opulento industrial israelita», o senhor Bega, cujo convívio o aborrecia «desaus-

tinadamente» (*Gente* 50-51). Relacionou-se com o cônsul português, «personagem afável que o rei português fizera barão de Sanders», que dirigia a firma bancária Sanders e Peede, ao qual repugnava um pouco o humor de Teixeira Gomes, e com outros «magnatas da alta finança» como os quatro «conspícuos directores da real companhia holandesa de navegação a vapor (Koninsklyke Nederlandsche Stoomboot-Maatschappy)» (49).

Embora o Norte não o seduzisse, confessava ao seu amigo Afonso Lopes Vieira, ainda em 1910, antes de rumar em missão de Estado para Londres, que sentia saudades do «solitário deambular, por noites invernosas, nas imensas cidades do Norte» (*Cristal* 41). Referia-se sobretudo às cidades holandesas e belgas que ele quase detestava (*Inventário* 13). Frequentava as feiras na Flandres (desde miúdo que as feiras o atraíam e, nas terras que visitou, aproveitava sempre a oportunidade de as percorrer), admirando os «cavalos normandos, monstros de outros tempos, montados por gigantes» (15), deambulava pelas praças e jardins, visitava demoradamente os museus. Desentorpecia, em sobressalto, com fragrâncias inesperadas de pomares valencianos — laranjas e limões frescos — dispersos por um respiradouro de subterrâneo (*Carnaval* 135).

Na sua primeira obra, *Inventário de Junho*, no texto «D. Plácido», fala-nos claramente do Norte, dos espaços que percorreu e das razões destas viagens:

Não foi mera curiosidade que me levou ao Norte: sempre me pareceu — e ainda me parece — que o verdadeiro mundo se compreendia entre as latitudes de Paris e Meca, abrindo campo bastante a toda a peregrinação. Razões de interesse, obrigações de negócio, fizeram-me visitar o Norte da França, a Bélgica, a Prússia renana, e assentar barraca em Antuérpia durante alguns meses, estação que se repetiu por muitos anos a fio. (*Inventário* 117)

A sua primeira viagem fê-la, com alguma apreensão, na companhia de um conhecido de Córdova que encontrara em Paris, «um espanhol cosmopolita e singular fura-bolos». De Lille a Bruxelas, de comboio, D. Plácido (personagem fictício ou real, não sabemos) foi-lhe dando instruções úteis ao seu relacionamento com as «raças teutónicas» que Teixeira Gomes reproduz com detalhe e humor.

Em Antuérpia, de acordo com as recomendações, instalou-se no hotel Concórdia, próximo da gare. Ao jantar, no salão do hotel, uma tal «Madama de Xyspe», «literata dinamarquesa das mais conspícuas», presidindo à mesa, exibiu o seu vasto conhecimento da literatura portuguesa destacando «as literatas portuguesas contemporâneas: Dona Teófila de Braga e Dona Adolfa Coelho!» (*Inventário* 133). Conversa animada, com crescente exaltação pelos efeitos do Borgonha, terminou numa «estupenda balbúrdia», finalmente amenizada «graças às modulações harmoniosas dum prelúdio de Heller» executado na sala de fumo. Terminou a noite, mascarado com D. Plácido e um outro hóspede, no baile da Serração da

Velha, na galeria do Palácio da Indústria. De madrugada, tentou voltar ao hotel, mas «pouco prático na cidade», perdeu-se na neve que tudo cobria, apesar da Primavera do calendário, e acabou por entrar na catedral cuja torre o orientava. Subiu à torre:

Escolhi o meu poiso bem alto, entre duas medonhas gárgulas de granito, e assim me deixei ficar horas esquecidas naquela suspensão fantástica, sobre o lençol maravilhoso que alvejara, até perder de vista, pela infinita planície gelada. Vista de cima, a cidade reduzira-se a uma dessas miniaturas de cortiça caiada que se encontram nos museus, e as docas mais distantes do Escalda, com a emaranhada mastreação dos barcos, não avultavam mais do que simples moitas de espinhos secos, perdidas em campo de neve. (*Inventário* 142)

Esta sua primeira viagem, desanimadora, foi seguida de muitas outras, por dever de ofício. A «manhosa reserva» das gentes do Norte era-lhe «particularmente antipática» (*Inventário* 144). «Circunscritos os limites da curiosidade ao campo do pitoresco», preferia passar o tempo dedicando-se ao estudo dos pintores: em particular Rubens, «que nem no Prado nem no Louvre ou em qualquer outra coleção, famosa, de pinturas, mostra ser o pujantíssimo gigante que a Bélgica revela» (145), e Rembrandt.

As catedrais sempre o deslumbraram. O que o surpreendeu na Bélgica foi a grande quantidade de «góticas construções profanas: alterosas torres de atalaia — que também serviam para arquivar a sete chaves os pergaminhos dos privilégios burgueses —, mercados, fortalezas e palácios comunais» (146). O palácio comunal de Lovaina era o mais belo de todos, embora os de Gand, Bruges, Bruxelas e Audegarde fossem também notáveis.

Em Antuérpia visitou o Museu Plantin, com particular deleite pelos aposentos da família Plantin-Moretus<sup>49</sup>. Teixeira Gomes complementava as visitas frequentes a este museu com as repetidas visitas ao Steen, «o derradeiro vestígio do primitivo burgo, no meio do cais onde justamente atracam e descarregam hoje os transatlânticos de maior tonelagem» (150). Conhecia bem a literatura nacional belga, apreciando sobretudo Verhaeren, Maeterlinck, Charles van Leberghe, Rodenbach, embora lhes criticasse o nacionalismo excessivo.

Nesta cidade almoçava, por vezes, no restaurante Bertrand, onde bebia vinho do Reno da «célebre marca *Leite da mulher amada*, de uma preciosíssima colheita» (*Novelas* 80). Aqui se apaixonou, como era vulgar sempre que se cruzava com uma mulher sedutora, por uma flamenga «exubérrima com muito sangue queimoso espanhol nas veias» (*Agosto* 48). Mas não gostava de Antuérpia, nem da Bélgica, «terra chatíssima... a infundável planície das Flandres, sem panorama e onde nunca se avista o mar, mesmo quando o mar esteja ali logo ao pé...». Daqui saía para Paris ou Ruão onde tinha amigos, sendo o regresso a Antuérpia «doloroso e de uma parti-

cularíssima melancolia...» (*Agosto* 63).

Além de Antuérpia, percorreu outras cidades belgas, como Gand, Bruxelas e Tournai, mas Bruges considerava-a «a mais interessante das cidades do Norte, assim intacta, ainda, na imobilidade silenciosa de quando se lhe suspendeu a vida, há quatro séculos» (*Inventário* 146).

Movia-se com facilidade entre Antuérpia e Amesterdão. Esta cidade mercantil holandesa mantinha, no final do século XIX, uma feição aristocrática e burguesa e um cosmopolitismo resultante de sucessivos fluxos migratórios. Teixeira Gomes enquadrava-se nesse ambiente, não só por as suas viagens obedecerem exclusivamente a uma finalidade mercantil, mas também pelas relações sociais daí decorrentes. Quando da sua primeira viagem a Amesterdão, teria pouco mais de 25 anos, foi acolhido por uma «família ilustre e intransigentemente puritana, a quem fora recomendado» (*Novelas* 35). Era uma das muitas famílias judias com ligações comerciais ao Sul e ao Leste.

Era no Inverno que Teixeira Gomes ia para o Norte e é a visão da Holanda, com a luz ténue e translúcida própria das regiões frias, que nos deixa nas páginas das suas primeiras obras. Passou aí o Inverno de 1890, Inverno demasiado rigoroso que suscitou clamores na imprensa «contra a inclemência celeste» por parte dos fleumáticos holandeses (*Novelas* 9). Mas o frio excessivo, que congelou completamente os canais, os rios e até o Zuider-Zee, provocou uma transformação radical dos holandeses: «metidos em peles, caras ou baratas, puseram-se na rua a patinar, e como grandes mestres que são nesse género de divertimento insensivelmente se transformaram de sorumbáticos, mazorros e grotescos em gente comunicativa, desempenada e alegre...» (10). Nos bairros populares de Amesterdão era um frenesim de gente patinando nos canais. Ele próprio se divertiu patinando. Praticara em invernos anteriores e tornou-se um «exímio patinador, levando os dias inteiros a descrever correctíssimos S S e geométricos 8 8 sobre os lagos dos parques, na companhia dos meus amigos e das suas respeitáveis famílias» (11). Percorria, de patins, com os amigos, todo o Vondel Park<sup>50</sup>, próximo do Ryjks-Museum, «naquela época delirante de patinagem, o ponto de reunião predilecto da gente elegante» (22), até Harlem. Harlem, nos arredores de Amesterdão, uma zona burguesa e de lazer com jardins floridos que, na Primavera, se cobriam de «infundáveis searas de junquinhos, de túlipas, de jacintos, de anémons, formando um rescendente e variegado tapete» (47).

Passeava por Rembrandt Plein, ponto de convergência das principais ruas de Amesterdão. Ia até ao Nieuwe Markt, episodicamente fazia compras no bazar de Sofia Plein, e daqui seguia para Oude Schans, onde se encontrava o escritório do seu amigo, o Sr. Krater, um dos mais «conspícuos membros» da comunidade judaica e que o iniciara «nos mistérios da vida holandesa, essa vida que parecia regida rigorosamente por preceitos de perfeita moral, universalmente acatados e que no entanto é viciosa como nos mais desacreditados países do mundo» (*Novelas* 34).

Em tardes soalheiras ia a Haia, com o Sr. Krater, passear à praia de Scheveningen e, sugestionados pela «doçura nacarada e translúcida da atmosfera», relembavam as obras-primas dos «incomparáveis coloristas holandeses» (*Novelas* 63).

Nos «Jogos da Bolsa» (*Gente Singular*) evoca uma viagem posterior à Holanda. Não nevava e «naquele desgraçado Inverno a Holanda converteu-se em miserável charco sobre o qual incessantemente caísse uma chuvinha peneirada por buracos de agulha» (43). Da sua «existência aquática» distraía-se duas vezes por semana com os «concertos Gebouw»<sup>51</sup> (46) ou visitando os museus como o Ryjks-Museum.

Embora fosse poliglota, não falava neerlandês, comunicava em francês, pelo que as idas ao teatro constituíam um sacrifício que mantinha apenas como nota de elegância. A Bolsa fascinara-o, a princípio, não por qualquer tendência especulativa, mas pela multiplicidade de figuras que a frequentavam: «diversas, originais, extravagantes, grotescas, sibilinas, misteriosas...» (*Gente* 60-62). Imaginava até «condená-los — esses contrafeitos batávios — em expiação dos seus constantes pecados a frequentarem a Bolsa, naquela atmosfera de carvoaria, nuzinhos em pêlo! Deixava-lhes as galochas de borracha para encarecer a maravilha do espetáculo!» (60).

Teixeira Gomes entretinha-se também com outras diversões mais hedonistas: o estabelecimento de Madame Anthonissen, junto a Weesper Poort, recomendado pelo seu amigo judeu Elias Bega, era «local apropriadíssimo a entrevistas amorosas». Ali estivera com uma banhista de Scheveningen, que conquistara no bosque de Haia, e lá voltaria sempre que quisesse, com recato e requinte, para os seus jogos de sedução<sup>52</sup>. Surpreendia-o a contradição entre o puritanismo aparente da sociedade holandesa e os vícios mal disfarçados dos homens de família que, nas mancebias e «sumptuosos bordéis», davam largas à voluptuosidade, consumindo, por vezes, a sua fortuna seguindo «alguma hetaira cujas sedas rugidoras e jóias resplandecentes causavam pasmo em Kalverstraat sem que a arguta maledicência sequer farejasse a origem de tamanho luxo» (*Novelas* 35). Em Antuérpia também proliferava a prostituição. Ele e os seus amigos levavam «a noite inteirinha pelos bares que inçam Antuérpia de meninas estimulantes, industriosas e compassivas, na vizinhança da gare» (*Agosto* 65).



33. Vondelstraat, Amesterdão, 1905. (col. MGMV)



34. Rijksmuseum, Amesterdão, 1923. (col. MGMV)



35. Anvers. (col. MGMV)

Outras vezes, optava por passeios menos inebriantes. Após o serão, gostava de dar uma volta por Kalverstraat, a rua mais frequentada de Amesterdão, bordada de *boutiques* e de cafés, e de comer ostras no restaurante van Laar ou saboreá-las ainda melhor num restaurante mais popular, «desses tão frequentes na Holanda que parecem câmaras de navio» (*Gente* 70). Nos seus passeios, seguia o trajecto habitual dos habitantes da cidade — da Dam ao Spui, detendo-se nos cafés, para recomeçar de novo.

Compatibilizava a gestão dos negócios com o prazer que lhe proporcionava a arte ou a sedução de uma mulher. Na verdade, ele próprio confessa que a vida é um espectáculo e ele, como espectador versátil e imaginativo, era capaz de metamorfosear a realidade por mais sombria que ela se apresentasse:

Espírito feito, não para actor, mas para espectador, a vida em mim, nas suas mínimas manifestações, nas suas bagatelas, é ainda um espectáculo, atraente e a miúdo encantador. Para a minha curiosidade, constantemente alerta, o espectáculo da vida é um constante recomeçar, sempre com a frescura do inédito, desdobrando-se em casos, que se podem assemelhar, mas nunca se repetem exactamente. Onde os outros só vêem monotonia, eu, sem esforço, discrimino a diversidade, e, se os sentidos acusam fadiga, basta-me atender aos arabescos, que se me desenharam na alma, para encontrar outro objecto de divertimento e prazer. (*Agosto* 145-146)

De tanto viajar, aprendeu a distinguir, logo à primeira vista, a nacionalidade de qualquer indivíduo. Um holandês, por exemplo:

Ver um holandês é recordar logo, em vez da paz verdejante dos *polders*, o movimento de uma rua de grande trânsito em cidade populosa dos Países Baixos: Kalverstraat em Amesterdão: cavalheiros silenciosos com activo sapateado no duro asfalto, e olhares perdidos ou atenção concentrada no fumo do charuto chupado mesmo ao meio da boca; um ar precioso, por vezes; profundas cortesias à maneira de salão, em frente de damas de compostura suspeitosa ou parranamente vestidas; criadas de touca branca e saias de percal; gestos intempestivos; risadas soltas escandalosamente, e logo toda a gente emudece, mas o sapateado no asfalto redobra de intensidade; trajos negros, narizes tortos e compridos de judeus, naturalmente mais abundantes ao sábado... (*Carnaval* 39)

### «Um dom particular me dispusera para ser ‘viajante’»

Negócio e ócio, a mesma dicotomia e a mesma complementaridade entre o Norte e o Sul. Teixeira Gomes exercia com igual rigor e desprazer o ofício de negociante, não procurou fama nem glória como político, apenas fruir a vida com uma enorme inquietação intelectual e uma sensualidade desmedida.

Viajava nove meses por ano. Vinha a Portimão apenas para a «campanha do figo» e não se demorava mais de três meses. Se no Norte passava o Inverno, em negócio, era no Sul que desfrutava da Primavera. Metia-se pelo Mediterrâneo, durante cinco ou seis meses, e, passo a passo, foi visitando as suas costas. As viagens pela Andaluzia, embora bem perto do seu Algarve, anunciavam já a vertigem cosmopolita que o levaria a cruzar o Mediterrâneo em todas as direcções.

Decididamente, para Teixeira Gomes, a beleza de uma paisagem não residia na sua tristeza. O seu fascínio pelo Sul luminoso nasceu com ele, numa terra onde as princesas mouras ainda exalavam o seu perfume secular intensificando a fragrância do tomilho e do funcho.

A Andaluzia exercia, na segunda metade do século XIX, uma enorme atracção sobre os intelectuais europeus, mais pelo exotismo que a aproximava do Sul mediterrânico, do que pelo seu património artístico. Teixeira Gomes viajava pela Andaluzia com frequência até rumar a Londres em missão diplomática. Tudo observava e registava: o pitoresco e o artístico. De Portimão, pela estrada real, até Vila Real de Santo António, apreciava a evolução da paisagem que descreve detalhadamente nas *Cartas sem Moral Nenbuma*. O Guadiana separava duas culturas, Teixeira Gomes sentia-o no vestuário e na postura das mulheres, no casario branco e desordenado de Ayamonte em contraste com a geometrização da vila pombalina. E, de manhã, deleitava-se com o hálito «tão castelhano quanto andaluz» da aguardente anizada que se libertava dos cafés:

Esses cafés espanhóis onde boa parte da população vive [...] oferecem infalivelmente à curiosidade do forasteiro o espectáculo permanente de uma reunião de velinhos típicos, verdadeiras múmias de chapéu desabado e alpergatas, que levam os dias e as noites, sem prejuízo de suas nobres atitudes, a chupar grossos cigarros amortalhados em papel de cartas insubstituíveis, mau grado a presteza com que obstinadamente os afofam entre os dedos secos, negros e recurvos como garras de milhanos. (*Cartas sem Moral* 36)

Em Ayamonte tomava a diligência para Huelva e daqui o comboio para Sevilha. Era nesta cidade que se detinha mais tempo, porque ela lhe oferecia um contraste entre o sagrado e o profano, entre o erudito e o popular, de uma riqueza que o deslumbrava. Viajava em Janeiro se o programa da viagem o levava mais longe. Viajava na Primavera se era a feira que o atraía.

Sevilha «é um muito completo e bem comentado livro de arte, luminoso em todas as suas páginas, de fácil compreensão e, por vezes, profundamente sentido, a ponto de satisfazer as mais nobres exigências estéticas...» (*Cartas sem Moral* 75). Teixeira Gomes seguia um itinerário artístico centrado na catedral, «aquela aérea máquina gótica...», completado com o Alcazar, as igrejas da Universidade, de Sant'ana e da Caridade e os museus. Passava as manhãs na catedral, cuja



36. Sevilha. (col. MGMV)

estrutura e detalhes descreveu exaustivamente. As tardes, passava-as nas Delícias, «jardim rescendente, paraíso de Mafoma que a tarde povoa de huris obesas», seguia pelo parque Maria Luísa, passava pela fábrica do tabaco, contornava a esquina de S. Telmo (102).

As suas exigências estéticas exigiam-lhe um olhar atento. As temporadas que passava na cidade, cuja «fina flor» conhecia, permitiam-lhe apreciar os traços mais pitorescos

e descrevê-los com uma ênfase que seduz o leitor como se de um guia turístico se tratasse. O canto era «qualificadamente triste e parece detalhar as mágoas de uma alma namorada ao despedir-se de tudo quanto amou» (77). Estava a par das zarzuelas da moda: «Verbena de la Paloma», «El boticario y las chalupas», «Zelos mal reprimidos» (87). Percorria as ruas tortuosas, «a passo estugado e afoito» (*Agosto* 21) e à sua sensibilidade estética não escapava aquilo que ainda hoje se preserva do património andaluz: os azulejos — «Convém não perder em Sevilha o ensejo de observar a magnificência das antigas tapeçarias de azulejos, tão profusamente colgadas nas paredes dos palácios, das igrejas, dos conventos» (*Cartas sem Moral* 78); e os pátios:

Esses pátios que, cenários encantadores, lindamente adornados de plantas verdes, desafogam da estreiteza das ruas e dão ao transeunte o risonho espectáculo dos seus vistosos quadros, fácil é povoá-los convenientemente, acomodando em redor do fio de água que repuxa no tanque de mármore e cai sobre as lâjeas, familiar, esperto e sonoro, grupos de airosas raparigas e com elas a animação, a vida, o doído canto andaluz e os movimentos rítmicos da orquestra espanhola. (*Cartas sem Moral* 77)

Em Sevilha permanecia, inebriado com o cheiro das acácias e das laranjeiras, em geral, cerca de um mês, pelo que lhe sobrava tempo para passear pelos arredores. Era o património arquitectónico e o carácter pitoresco que o atraía e estimulava a sua sensibilidade estética: Alcalá — «o rebanho do casario caído andaluz na encosta íngreme de uma alta colina...» — e Carmona, com o seu «alcácer ainda orgulhoso na deformidade das suas ruínas...» (106).

Criticava os jovens portugueses que apenas visitavam Sevilha na Semana Santa para «dar ensanchas à pândega indígena, liando, no decorrer dos breves dias, os deleites dos gineceus àqueles igualmente acirrantés da praça de toiros, e apenas conseguem — na obra da civilização — iberizar a sífilis» (*Cartas sem Moral* 72). Para estes, Sevilha deveria ser «o escopo das romarias estéticas» (82); contudo, o seu desinteresse pela arte não o surpreendia, porque nem os sevilhanos faziam jus à beleza do seu património: os homens eram insensíveis às curiosidades históricas e

as mulheres «deixam desenvolver livremente a ucharia das suas formas até ao cume da monstruosidade» (84).

Foi em Sevilha que encontrou o grande amor da sua vida. Confessou-o ao seu amigo António Patrício em carta enviada de Tunes em 1927 (*Miscelânea* 76-77). Tinha 23 anos e conheceu-a num teatro. Antes do início do namoro, encontravam-se casualmente em todos os lugares que ambos frequentavam, nos passeios, nas igrejas, nas tertúlias. Era uma menina muito rica, herdeira de fortuna considerável de um tio-avô e, filha única, herdeira de um «grande nome e de uma fortuna imensa». Namoraram durante seis anos, de acordo com a tradição — às grades de uma janela do seu palácio que dava para uma travessa erma e tortuosa (79), vigiados pela ama Gertrudes. Um dia, estava ele em Antuérpia a tratar de negócios, ela chamou-o de urgência a Sevilha. Ele largou tudo e veio. Capricho de menina aristocrata, tão-só. Era um amor condenado, pois o pai dela proibiu o casamento alegando a desigualdade social. Alegava o pai severo que o jovem não tinha «nem eira, nem beira, nem ramo de figueira» (80). Complexos de aristocrata mais sensível a pergaminhos carcomidos!

Ora, Sevilha nunca fora propícia a desfechos felizes das suas paixões. Anos mais tarde, soube pelos jornais que a sua amada casara em Madrid. De novo, de passagem por Sevilha, evitou todos os lugares conhecidos para não avivar lembranças penosas. Uma noite, depois de jantar, saiu furtivamente, esgueirou-se por travessas e enfiou-se num animatógrafo cuja moda começava, então, em Espanha. Na escuridão da sala teve o estranho pressentimento da sua respiração ofegante e do sussurro da sua voz. Saiu a correr do teatro, lembrando-se do drama de Orfeu e Eurídice, e vagueou desvairado durante toda a noite. Só de madrugada, o suave perfume da flor das laranjeiras no Passeio das Delícias surtiu um efeito sedativo. Nunca se recompôs desta perda, embora tivesse amado fugazmente outras mulheres sobre as quais escreveria várias novelas eróticas.

Passado o mês de Janeiro em Sevilha, saía de comboio com destino a Cádiz, numa tarde...

[...] tépida que nem de Primavera; perto da estação cantava-se e bailava-se. O comboio silvou, festivo, e meteu entre pomares de laranjeiras em flor que tapavam o horizonte; só a catedral aparecia, armando longe, no esmalte do céu, os cardos dos seus coruchéus. Mas depressa a paisagem se limpou do arvoredo e, suavemente, por colinas abatidas e várzeas infinitas, ondulou até Jerez.. (*Cartas sem Moral* 107)

De Jerez, cidade do bom vinho, sem qualquer outra maravilha, chegou à «vaporosa» Cádiz das manhãs claras, cuja mancha rosada fascinava o viajante na derrota do Estreito (*Cartas sem Moral* 108). De Cádiz, «cidade horrorosamente triste... atulhada de altíssimos prédios inexpressivos...» (100), empreendeu a única viagem que o levou ao grande Mar Oceano. Fez escala em Sta. Cruz de Tenerife, onde tomou o

Aline Woermann (137) com destino ao Funchal, onde «sorveu o mundo pelos sentidos» durante dois meses da Primavera resplandecente de 1903 (137-204).

Teixeira Gomes é singular na captação do fugaz e do fugidio e na capacidade de perpetuar na escrita os instantes, as impressões momentâneas. Por isso a viagem constituía um processo de apreensão do real na totalidade que à sua sensibilidade estética se revelava. Foi de Granada, na Primavera seguinte, que escreveu ao seu camarada João Grave, para lhe revelar o fascínio do incomparável palácio do Alhambra (205-242) e criticar com violência as «hienas da Junta Teológica» que decretaram as «atrocíssimas leis de extermínio contra os infiéis renitentes» (220). Do fausto árabe apenas sobrou um «bucolismo artístico» traduzido na dispersão engenhosa dos mananciais de água corrente pelas veigas infinitas ou na tradição árabe de cultivar lado a lado flores e frutos:

Esse puro sentimento de bucolismo artístico a que o espanhol é geralmente alheio, transmitiu-se aqui do árabe ao ibero, e como em Valência ou em Múrcia, o campónio, na esteira dos seus iniciadores, continua cultivando a rosa ao pé do limoeiro. Porque a característica dos jardins árabes está nessa propositada confusão de fructas e flores, que arredonda sobre leiras de jacintos a romãzeira de sanguíneos cálices de cera, a esbagoar-se mais tarde em rubis sumarentos; e genuinamente orientais essas inesperadas, estranhas aplicações à planta supérflua ou de luxo, de que os antigos portugueses referem o curioso exemplo na Damasco cercada de uma tríplice sebe secular de rescendentes jasmineiros, impenetráveis que nem muralhas fortificadas (*Cartas sem Moral* 224-225).

Na Andaluzia era ainda mais densa a atmosfera árabe que o embalara na sua terra natal. Era, pois, visitante assíduo. Em Sevilha, os seus amigos eram da «fina flor da estúrdia sevilhana». Foi com Pepe Quadrado e os outros à feira de Córdova, no mês de Maio, logo a seguir à de Sevilha. Prepararam um «maravilhoso programa de festas» que incluía o aluguer de um *tendido* completo donde assistiram ruidosamente a três corridas de touros com o Guerrita, o Espartero e o Lagartijo por «matadores». A sua noiva estava mesmo em frente, num balcão, mas ostensivamente fria. De manhã cedo, assistia à missa, na expectativa de a ver; à tarde ia ao desfile da Alameda e, à noite, ao teatro onde reservara cadeira para as récitas da feira. Depois de jantar, a sua «trupe» aguardava no café del Gran Capitán, os que tinham ido ao teatro para, juntos, darem uma volta pela feira (*Novelas* 94-103). Lá encontrou uma mulher com uma grande «barraca de bichos» que já vira na feira de Portimão: «Quando nos aproximávamos soou estrondosamente um órgão-realejo, que julguei ser o mesmo que estivera na feira de Portimão do ano anterior, com uma grande barraca de bichos e uma mulher muito gorda, que fazia o reclamo à entrada com uma serpente enrolada no pescoço...». Era a mesma, com efeito, e ganhou a aposta que fizera com o Pepe Cuadrado (102).

Visitou várias vezes Córdova, que o encantava:

Córdova nostálgica, das violas, do nardo, dos jacintos...; Córdova dolente, das mulheres fatais, que disparam olhares acesos em luxúria para quem se lhes cruza no caminho; e onde é ainda mais selvagem, excitante, afrodisíaco, o tripudio das bailarinas andaluzas...; Córdova oriental, da torre de «mala muerte», e do «infinito» palmar estilizado em pedra que a mesquita «encerra»... (92)

No ano da Exposição Universal de Paris, decidi passar a Primavera em Florença e preparou um plano que lhe permitisse passar por Sevilha, por razões sentimentais, e aí tomar um vapor costeiro para Barcelona, onde seria fácil tomar outro com destino a Génova. Desceu o Guadalquivir no vapor Gigon e, graças à viagem nocturna e à cabotagem, pôde visitar as cidades da costa espanhola que lhe eram familiares:

Cádis de especiosos encantos; Algeciras, com o seu nome de arribada em velha crónica, e o panorama da imensa baía que Gibraltar espreita e domina; Málaga das mulheres pérfidas e das ciganas doiradas; Almeria tórrida, escondendo no seu aparente manto de enxofre e esparto a veiga fertilíssima; Cartagena fortificada em cerros naturais, que lhe fecham o porto num círculo perfeito; Alicante árabe, propícia aos palmeirais; Valência das tranças acobreadas, rescendendo a flor de laranjeira e a anis; Tarragona dura e ventosa, ilustrada pela colossal rosácea da sua catedral, os seus presídios e os sólidos vestígios de muito remotas idades... (*Novelas* 119)

Nessa viagem com destino a Itália, aguardou em Barcelona o vapor procedente de Buenos Aires. Estávamos em 1899 e Teixeira Gomes já visitara esta cidade por diversas vezes, o que lhe permitiu acompanhar o seu crescimento e avaliar a modernização que abriu «infinitas avenidas rectilíneas» e «vastas praças rectangulares» (*Novelas* 121). Enquanto esperava o Orion, o vapor da companhia Rubatino, entreteve-se, dias inteiros, na catedral, da qual se despediria, enternecido e envergonhado da sua falta de fé<sup>53</sup>.

Barcelona, nesse tempo, sofria apenas dos pródomos da sua crise demolidora e reconstrutiva; existia ainda intacto o bairro da catedral, com a sua rede de tortuosas ruas estreitas, formando nós em palácios góticos de florente fachada; a «praça real», italiana como a de qualquer burgo perdido nos Apeninos; a graça, a afabilidade hospitaleira da sua população robusta, mourejante, industrial; e os campos acidentados, ricos em deslumbrantes panoramas, marchetados de jardins e ruínas preciosas. (120)



37. Barcelona, vista geral.  
(col. MGMV)

O seu apreço pela Catalunha vinha da infância em Portimão, onde o convívio com uns negociantes de cortiça, de S. Feliú de Guixols, «gente honrada, trabalhadora e bastante culta, mas sobretudo orgulhosa das virtudes da sua raça e belezas da sua província», lhe despertou a curiosidade pela região e o interesse em conhecer os seus monumentos (148). Era frequente ir a Barcelona, em excursão, ou aqui tomar o vapor para Itália. Numa destas ocasiões aproveitou, mais uma vez, a demora do Arno, «grande vapor, todo pintado de preto, em cuja popa tremulava a bandeira italiana», procedente do Brasil com emigrantes («refugo das Puihas e das Sicílias, vomitado pelos Brasis e Uruguais»), para explorar, a pé, «os curiosíssimos arredores da grande cidade» e conhecer de perto «o complicado problema catalão, social, religioso e político»<sup>54</sup>:

Ao contrário do que me tem sucedido noutros sítios, dos quais a primeira impressão sobrepuja a quantas me produziram visitas subsequentes, ficou-me desses dias, bem vivo na memória, um quadro completo, que esmorece ou apaga a lembrança de todos os outros, com a agitação tumultuosa do operariado activo, o antagonismo das raças e das crenças, a propaganda sindicalista e a clerical; a expansão fabril e o fanatismo diligente dos jesuítas e frades, que iam enchendo os arrabaldes de verdadeiros Escoriais, onde a burguesia aprendia a detestar a liberdade... alheia. Isto a par do variadíssimo pitoresco da paisagem, da prestigiosa Sé, das velhas e modernas igrejas, e do porto cujo movimento poucos igualam no Mediterrâneo.. (*Novelas* 149)

Ateu e anticlerical, como bom republicano, desta vez sensibilizou-se também com os problemas sociais, em coerência com o texto que publicara no jornal *Liberdade*, em 1931, manifestando simpatia pelas ideias socialistas.

Numa das anteriores viagens à Catalunha, visitou o Mosteiro de Monserrate, famoso pela imagem da Virgem negra (*Cartas sem Moral* 122). Na verdade, viajou por toda a Espanha, deixando registos da sua passagem por Castela, Leão, Astúrias, Galiza e Navarra, seguindo um itinerário idêntico ao de Théophile Gautier em 1840 (Gautier 117-381).

Gostava de feiras e de festas populares. Foi a Pamplona pela primeira vez, em Julho de 1908. Passando por Madrid, donde escreve um postal ao seu amigo Carlos Malheiro Dias<sup>55</sup> e por Ávila, na companhia de Guerra Junqueiro, foi para Pamplona assistir às festas de São Firmin, um dos santos patronos de Navarra. No segundo dia da festa, escreveu oito postais a Afonso Lopes Vieira, descrevendo o programa das festas: procissões, gigantes e cabeçudos, vinho, gaitas estridentes, concertos Sarasate<sup>56</sup> e 40 touros de morte (*Cristal* 27-28). Dionísio e Apolo, a simbiose paradoxal e feliz que define a sua relação com a vida.

O seu regresso à casa paterna, na década de 80 do século XIX, permitiu-lhe a independência económica necessária às viagens de puro deleite que preenchiam a maior parte do seu tempo. Cruzou o Mediterrâneo em todas as direcções, atraído

pela arte clássica que o levou à Grécia, a Itália e à Ásia Menor e também pela margem sul, onde ressoava a música árabe.

As viagens de negócios terminaram em 1910, tal como a primeira fase das viagens de ócio. Nos anos seguintes, a vida política impediu-o de viajar por prazer, fê-lo no cumprimento da sua missão diplomática, entre Lisboa e Londres, passando por Madrid, Paris e Génova. Só a renúncia ao cargo de presidente da República lhe restituiria a liberdade de viajar sem programa e no mais puro anonimato:

[...] a miragem do anonimato sorria-me e atraía-me com o enlevo de outrora, e decidi voltar a correr mundo, abrindo o último capítulo da vida em termos de o tornar aprazível despido de todo o género de ambição e vaidade, mundana ou espiritual. E assim tenho feito, empregando artes de ninguém saber nem suspeitar em mim o antigo chefe de Estado, o que me permite viver modestissimamente e em plena liberdade de movimentos. E assim a existência me tem corrido novamente propícia e feliz, não me parecendo que haja motivo para mudar de rumo, e alimentando vagamente a esperança de nele seguir até «ao fim». (*Miscelânea* 111)

Aos 65 anos de idade, regressou a lugares que visitara 40 anos atrás. E regressou, com memória fotográfica, a deambulações antigas que ia evocando em cartas aos seus amigos. A paisagem e a arte grega clássica preenchiam o seu imaginário, como claramente evidencia nas suas obras e nas suas cartas. As viagens à Grécia realizaram-se na juventude e delas não publicou qualquer relato. Na verdade, a decepção das suas visitas à Grécia, perante o estado de ruína e de abandono do seu património, justifica essa ausência<sup>57</sup>, embora o seu deslumbramento pela arte grega e pela Grécia clássica seja evidente:

Eu não creio que haja na História exemplo igual ao da Grécia, que desapareceu em plena mocidade. Foi uma nação que morreu sem ter envelhecido. Virá daí a perpétua e irresistível atracção que ela exerce, através das Idades? Nação adolescente, que revelou e fixou o supremo cânon de beleza plástica e intelectual; que tudo soube só pelo gosto de saber; que foi a maior lição de dignidade física e espiritual que a Humanidade registou. (*Agosto* 196)

Embora Teixeira Gomes não fosse um romântico, não resistiu a idealizar a paisagem natural da sua terra decorada com colunas e capitéis gregos<sup>58</sup>. Em busca da Antiguidade deslumbrante visitou muitos museus da Europa e ruínas no Norte de África e da Ásia Menor — o Prado, o Louvre, o Museu Britânico —, percorreu a Itália, a Grécia, a Alemanha e a Ásia Menor (*Miscelânea* 231). Foi até à Grande Porta do mundo asiático helenizado. Percorreu várias vezes as ruínas de Éfeso, visitou Istambul, «armada no coração do mundo, com as mil lanças dos seus minaretes» (*Inventário* 16):

Já na minha última visita a Constantinopla, onde eu andava algo febril e depauperado por uma dose de malária, apanhada nas ruínas de Éfeso, uma ou outra dessas figurinhas [do sarcófago de Alexandre] me aparecera de fugida, e sempre nos cemitérios que são o que ali há de mais helénico. Os cemitérios de Constantinopla! Lembra-se? O bosque de ciprestes em Scutari, mostrando ao fundo das suas infinitas ruas a perspectiva risonha do Mar de Mármara; e a poesia dos pequeninos cemitérios de Gálata, fechados em tuias e alcatifados de tulipas! E os encontros nessa inverosímil cidade, que são como em nenhuma outra parte inesperados, sugestivos, fugazes e estranhos. É uma incessante parada que levanta do pó dos séculos as mais pitorescas e formosas criações. Dias há que nos parece que as estátuas antigas desceram dos seus pedestais,



38. A Ponta do Serralho e o Bósforo, Constantinopla, 1905. (col. MGMV)  
39. Constantinopla, Mesquita em Emin-Onon, 1901. (col. MGMV)

e as odaliscas se evadiram dos gineceus e vieram espairecer pelas «Águas-doces-da-Europa», ou pelos bazares de Istambul, ou misturar-se ao formigueiro humano que enche continuamente a amplíssima ponte que fecha o «Corno de oiro». (*Miscelânea* 232-233)

Numa das viagens pelo Mediterrâneo Oriental, estava em Esmirna quando tomou o vapor russo Tchikachoff para Istambul. Esmirna não lhe agradou particularmente, mas daqui poderia realizar excursões às «célebres e importantíssimas ruínas de Éfeso». Cidade triste, entre ruínas antigas, montanhas esmagadoras e a «desarmónica imensidade do golfo», estremecia com a «situação moral dos habitantes», de diferentes nacionalidades — italianos, gregos, arménios e judeus —, dominados por uma minoria turca, na proporção de dez para trinta, e a braços com uma crise económica que agravava a conflitualidade religiosa latente (*Novelas* 164). Notou a tristeza que envolvia Esmirna, contudo, não fala do *büzün* que condicionou a música e a poética da cidade das «Águas-doces-da-Europa». Talvez porque, ao contrário de Gérard de Nerval e de Théophile Gautier, que viajaram pelo Mediterrâneo Oriental em meados do século XIX, Teixeira Gomes apenas se interessou pela estética clássica remanescente na Ásia Menor, desinteressando-se dos bastidores da cidade que então ainda se chamava Constantinopla.

*«Chegasse o mar a Florença  
e seria esta a minha terra preferida para morrer»*

A sua primeira viagem a Itália foi em 1886, tinha 26 anos. O fascínio que nutria por este país veio-lhe da sua educação e da sua formação literária. No capítulo «Agripina» da sua obra inaugural conta-nos que em 1897 foi passear a Veneza, onde tomou o vapor Marsala para Nápoles, ele que pretendia ir para Génova. De Veneza, reteve a singularidade nocturna: «as mais raras de todas, as noites de ‘Veneza’ de luar venenoso, no ataúde das gôndolas que vão molemente direito ao Lido, ao agasalho das quais a luxúria se exacerba divinamente...» (*Cartas sem Moral* 127).



40. Nápoles vista do túmulo de Virgílio, 1911. (col. MGMV)

Sozinho, aceitava as longas esperas pelos vapores ou as mudanças repentinas de itinerário, encarando-as como um desafio. Em Nápoles, onde «tudo é grandioso, duma vastidão que ultrapassa os moldes equilibrados das paisagens preconcebidas» (*Agosto* 163), passou três dias estonteantes quando se libertou da companhia de um barão cabralés e dos seus amigos condes e príncipes de «nariz burbónico» (*Inventario* 22). Foi à feira de Strada Foria «ouvir os chiromantes e os charlatães», comia marisco nas barracas de praia, seguia procissões que se assemelhavam a «serpentes de flores rompendo searas humanas». À noite escutava «as improvisações do Policinello» num teatrinho popular e deitava-se ao pé do mar para assistir ao «romper da Lua».

Foram três dias em claro, fruindo a liberdade absoluta, e quando regressou ao hotel mandou colocar a cama ao pé da sacada do seu quarto, que era no quinto andar com vista para o golfo de Sorrento e Capri. Deitado com o mar ao fundo, recuperou energia para assumir a condição de «convencional turista amador das artes» que o levaria a correr igrejas e museus (24). Ainda teve tempo de passar uma manhã em Capri e de visitar as grutas multicores. Levou oito horas de Capri a Torre Anunziata, em bote à vela. Visitou demoradamente as ruínas de Pompeia, Castellamare e o monte Coppola e, no regresso, hipnotizado com os «clarões de púrpura, oiro, cobre e sangue onde rolava o Sol» (30), surpreendeu Nero e Agripina em certa enseada solitária... De Nápoles foi para a Sicília, Tunísia e Argélia.

Regressou a Itália oito anos consecutivos e, quase 40 anos depois, na sua viagem sem regresso, revisitou a Toscânia, a sua região preferida. De Tunis atravessou o Mediterrâneo com destino a Nápoles, em Maio de 1926, e aqui permaneceu um mês e meio (*Cartas a Columbano* 20). Compensava o tumulto da cidade, «onde se

move a mais gesticuladora população do mundo», com a fruição dos «maravilhosos quadros da natureza» e a contemplação da arte grega no museu da cidade. Percorreu todas as igrejas e capelas, que eram às «pinhotas», e até no barroco, em geral tão excessivo, aqui encontrou um encanto particular. É na carta ao seu amigo José de Figueiredo (*Miscelânea* 55-72) que descreve com mais detalhe a visita «arqueológica» a Nápoles, decerto porque ao destinatário interessavam as questões de restauro, uma vez que era director do Museu de Arte Antiga. Revisitou o museu onde Mussolini, «façanhoso e pudibundo», mandara encerrar o gabinete da colecção erótica. Encontrou o mesmo desarranjo de há 30 anos, «os mesmos guardas de farda encodeada, cachimbando sobre cantarias soltas, na desolação dos imensos pátios vazios». Apesar da negligência, continuava sendo «o mais pasmoso museu do mundo», tal era a beleza dos mármore gregos. Em Capodimonte, o panorama paradisíaco continuava deslumbrante em contraste com a austeridade do palácio. Em Pompeia decorria uma campanha arqueológica sem grandes novidades, mas, «graças ao método agora adoptado que deixa tudo nos seus lugares, vão formando um largo trecho de rigorosa restituição arqueológica, por onde será encantador divagar...» (64).

Mas nada se igualava à «simplicidade, elegância, serenidade e harmonia» da arte toscana (*Cartas a Columbano* 23). Em Florença, hospedou-se no Grand hotel Stella d'Italia (*Cristal* 135) e aí permaneceu de Junho até ao final de Setembro. Andou numa



41. Manuel Teixeira Gomes, amigo do Museu de Arte Antiga. (BNP)  
42. Florença, 1935. (col. MGMV)

roda-viva, explorando os arredores da cidade em intermináveis passeios a pé, ou em excursões: Prato, Siena, S. Gimignano. Acreditava que Florença era o único lugar do mundo «onde a natureza e a Arte se uniram em perfeito equilíbrio» (57). Tudo o deslumbrava, tudo observava e descrevia com detalhe: a igreja de Santa Maria di Fiore, a galeria Pitti, a galeria dos Uffizi, a basílica de S. Miniato al Monte, o palácio do Podestà, os jardins «Boboli», o parque Torrijano, a villa di Poggio Imperial, as Cacine e as estradas e caminhos de Settignano, de Rovezzano, de Fiesole.

Da primeira vez, a sua avidez de beleza mal se saciara nos três meses em que permaneceu em Florença. Agora, de Fiesole, confessou a Columbano, seu «companheiro espiritual», que, na sua juventude, nutria um verdadeiro culto por esta cidade e estava tão familiarizado com a sua história, arte e literatura que, nessa

primeira visita, ocupou-se mais em «reconhecer» que em «descobrir» (*Cartas a Columbano* 37). Já nessa altura tentava observar criticamente as obras de arte, embora se sentisse condicionado pelas leituras que fizera em jovem e pelas suas estadas frequentes em Paris, onde frequentava uma sociedade «pré-rafaelita e wagneriana» (44). Na sua infância lera com muito entusiasmo a história de Florença e de tal modo se maravilhara com a genialidade de Dante, Lourenço de Médici, Leonardo da Vinci e Miguel Ângelo que pensara que ali «a política fora sempre, como tudo o mais, uma concepção estética [...] uma espécie de *Iliada* moderna, onde as atitudes de belos corpos nus fossem substituídas por alegorias impregnadas de misticismo, e de origem meramente espiritual» (45). Antes de vir a Itália, Miguel Ângelo assumira-se como o seu herói supremo, «com o seu republicanismo à romana, a sua energia inquebrantável, o seu lirismo profundo, criador de um mundo novo, para uma humanidade feita à sua imagem». Embora a obra de Miguel Ângelo já lhe fosse familiar desde as suas visitas a museus, quer em Paris, Bruges e Londres, quer em Florença e Roma, só nesta derradeira viagem o «mistério» da obra do artista se revelou. O tecto da capela Sistina parecera-lhe, então, «uma obsessão do grandioso» e a Pietà, «uma aberração pagã» (47). Desta vez, uma «piedosa romaria às suas obras, examinando-as uma a uma, não só à luz da crítica e do sentimento, mas, sobretudo, ao clarão do inferno que fora a sua vida...», o encontro com a alma do artista foi tão intenso que Teixeira Gomes entrou num tal estado de alucinação que teve de fugir de Florença.

Ainda nos primeiros dias da sua estada em Florença confessara ao seu amigo Columbano quanto apaziguador fora o seu regresso: «Eu continuo saudável, próspero e feliz, como um deus que regressou ao Olimpo», foi o remate da sua carta de Julho (34).

Uma coisa faço eu agora, impunemente, que há quase meio século me era vedada: comer fruta verde. E como ela é variada, abundante e saborosa, aqui em Florença! Estes últimos dias, tenho-me refastelado a cada almoço, numa pirâmide colossal de figos lampos, enfeitada de cerejas e albricoques, de que eu havia perdido completamente o gosto, já resignado a limitar a apreciação dessas frutas aos quadros de «natureza-morta». (19)

Percorrera, sozinho e a pé, todas as «maravilhas» dos arredores de Florença, durante três semanas de «completo embevecimento, incansável, na embriaguez dos panoramas infinitos, entre auroras e poentes nunca imaginados». Regressara momentaneamente «à fase heróica» da sua juventude, «possuído de delírio dionisíaco» (39). Não fosse a presença obsessiva e quase física de Miguel Ângelo e teria fixado residência em Florença. E as saudades do mar eram muitas:

Outro motivo houve que me aduzia a sair de Florença: o desejo de me aproximar do mar, mas sobretudo no Outono. Então esse desejo transforma-se em necessidade im-

periosa. E é um mal, que todos os anos me ataca, recrudescido em violência, sem nunca achar completo apaziguamento, nem mesmo transitoriamente. É que — só agora descobri a verdadeira razão — o mar que eu procuro, e pelo qual anseio, não existe em parte alguma. Ele formou-se na imaginação, à semelhança do mar do Algarve, que na realidade já não tinha par, e transformado pela saudade e pela fantasia, em anos e anos de ausência, não sofre comparação com essas grandes poças de água conspurcadas, que babujam na areia negra, e a que por toda a parte se dá o nome de mar. (*Cartas a Columbano* 58)

Após quatro meses e meio em Florença, «a mais linda, aristocrática e artística cidade do mundo onde o mar não chega», refugiou-se em Pisa, onde permaneceu dois meses. Não pelo interesse da cidade, aliás «melancólica, de âmbito artístico muito limitado» (*Agosto* 151), mas pela possibilidade de variadíssimas e interessantes excursões: Lucca, Pistoia, Viareggio («a praia da moda»), Livorno, Carrara, Spezia, Calci (*Cartas a Columbano* 57-59). A proximidade do mar, mesmo «um pouco fingido, artificial» (*Agosto* 152), acalmava a sua nostalgia outonal.

Abandonou a Itália, em Novembro de 1926, sem pena excessiva. Tomou o comboio para Livorno, onde embarcou no vapor Porto di Savona com destino a Tunes (*Miscelânea* 29). Fez escala em Cagliari, «a terra mais suja do mundo» e passou pela Sardenha, «a ilha mais feia do Mediterrâneo» (*Cartas a Columbano* 67). Os episódios burlescos desta viagem são narrados com muito humor ao seu amigo Viana de Carvalho (*Miscelânea* 29-34).

No século XIX, oito anos consecutivos de viagens a Itália cansaram-no, fenómeno próprio dos visitantes assíduos deste país, «que não podem reprimir a sua ‘bulimia do belo’». De tal modo que ouvir falar italiano «ouriçava-lhe os nervos». Passado algum tempo, foi tomado de umas saudades tão intensas que decidiu passar o Inverno em Siracusa, apenas acompanhado de Tucídides e da sua *Guerra do Peloponeso*, cuja acção aí tivera lugar. Estávamos em 1902. Nunca mais voltou (*Agosto* 138). Agora cansou-se mais uma vez, devido às «incompatibilidades políticas» com o regime fascista de Mussolini (*Miscelânea* 171). Doravante, viajaria pela Tunísia e pela Argélia, com algumas interrupções para visitar a França.

*«Foi sempre aspiração minha  
visitar as terras da moirama»*



43. Músico árabe, Fez, 1921.  
(col. MGMV)

Nascido e criado no Algarve, onde ainda então as amas contavam aos meninos lendas de moiras encantadas, e onde ainda hoje se respira algo de muçulmano na atmosfera, na linguagem, e nos usos e costumes, talvez atavicamente preparado, também por antecedentes de geração, para apreciar os embevecimentos da sensuali-

dade e da poesia árabe, foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama. Isso o consegui, relativamente novo, nos muitos anos a fio, durante os quais, por cinco ou seis meses em cada ano, percorri as costas do Mediterrâneo.. (*Cartas a Columbano* 82)

Na infância, as *Mil e Uma noites* e a atmosfera muçulmana que ainda se respirava no ar prepararam-no para as viagens futuras no Magrebe. Abandonou os círculos literários de Lisboa e do Porto e fez-se negociante numa terra onde o tempo sobrava. Sobrava para as viagens que lhe permitiam uma boémia mais doirada. A forma, a cor, a música revelavam-se aos seus sentidos quer na natureza, quer nas obras de arte, deixando impressões que o maravilhavam e alimentavam a sua fantasia, por vezes alucinada. Em carta que mais tarde resgatou, dirigida ao seu amigo Sampaio Bruno, em 1892, evidenciava a importância que a viagem que realizara ao Norte de África tivera para o alargamento da sua «estesia», libertando-o do embevecimento que a Renascença lhe impusera (*Carnaval* 181).

No *Inventário de Junho* evoca a sua estada em Tânger e o espectáculo admirável «de desenho e de cor» proporcionado, todas as manhãs, pelos escravos do governador montados nus sobre os cavalos à desfilada entre as ondas de espuma (16). Frequentara os banhos mouros da Tunísia e da Argélia, provavelmente quando regressou de Nápoles pelo caminho mais longo. Ao contrário dos viajantes que o precederam, imbuídos de uma visão etnocêntrica, como André Gide, Teixeira Gomes segue Flaubert no seu fascínio pela cultura popular, pelos beduínos, pelo deserto, tal como detesta as convenções e o artificialismo. Não defendeu ele que o albornoz era muito mais digno para um homem da sua idade que o fato direito que lhe acentuava a velhice?

Em 17 de Dezembro de 1925, «após 15 anos de servidão abominável», partiu de Lisboa, a bordo do cargueiro holandês *Zeus*, «pobre vapor de carga [...] onde faltavam as mais comozinhas comodidades» (*Agosto* 138-139), com destino ao Norte de África. A renúncia ao poder seguida de uma viagem sem regresso foi um momento único na vida deste homem. O acto de auto-expatriamento era uma opção singular para alguém que, estando só, concebia a sua existência como um deslumbramento permanente pela beleza sob a forma de um mar particularmente azul como o da sua terra, do amor de uma mulher, de uma natureza viva ou de uma escultura grega. Mas esta opção singular, que o levou para um mundo cujos contornos já lhe eram familiares, foi uma recolocação de si num universo ficcional onde ele era simultaneamente autor e personagem. Como ele já dissera em 1903, a propósito das suas deambulações no Funchal, recuperou a sua liberdade de monologar, no seu «teatrinho íntimo, onde o actor e o público — imaginação e consciência — se entendem a primor» (*Cartas sem Moral* 173).

Trata-se de um exílio como acto literário por excelência, uma vez que a escrita é o único elo que o liga ao mundo. Embora decidido a não interromper o seu silêncio por motivo algum, ao sair de Portugal, a «irresistível e corrosiva saudade da língua natal, que, na solidão da existência que escolhera, só achava lenitivo ou apaziguamento escrevendo» (*Miscelânea* 211-212). E escrevia tão assiduamente que,

na sua narrativa, adivinhamos até a narrativa do seu interlocutor. Embora não assumisse as suas cartas como relatos de viagem, alegando que não tomava notas e escrevia de memória, estas são tão expressivas do seu estado de alma e da sua leitura do mundo como são ricas em informação minuciosa, assemelhando-se a ensaios monográficos de alguns lugares que visitou ou a catálogos de museu, pela exaustão de inventários temáticos. Acresce que, recusando a filiação em qualquer corrente literária, a sua obra resulta numa confluência original de géneros (ficção, ensaio, diário de viagens) e tendências (romantismo, realismo, naturalismo, simbolismo). Com horror manifesto a qualquer classificação, Teixeira Gomes integra um vasto património espiritual que reorganiza num género que, hoje, Enrique Vila-Matas poderia qualificar como autoficção.

Sobre o itinerário que seguiu e o seu estado de felicidade pela reconquista da liberdade, escreveu várias cartas aos seus amigos muito elucidativas a este respeito, em particular as dirigidas a João de Barros (*Agosto* 137-146), António Patrício (*Miscelânea* 9-12), José de Figueiredo (55-71) e Columbano. O sentimento de liberdade, a busca do anonimato num mundo revisitado e a pura fruição da natureza e da arte são expressas nas cartas aos amigos. Percebe-se que o seu regresso ao Norte de África, 30 anos depois, o confrontou com um novo olhar e uma nova disponibilidade para um reencontro consigo mesmo:

Como vê, não busco novidades nesta viagem, e contento-me com visitar o que já conhecia. Mas trinta anos, e nalguns casos, como Florença, quarenta anos de intervalo, se não transformam a vida e o cenário das regiões por onde andámos, mudam-nos a nós mesmos de tal maneira que é inteiramente diverso, já, o indivíduo que recomeçou a viagem daquele que outrora a realizou; e toda a novidade, que é enorme, não provém tanto das suas actuais impressões, como da relação que ele lhes encontra com as impressões experimentadas em outro indivíduo, em que encarnou num tão remoto passado. E este como que desdobramento da personalidade tem a vantagem de nos trazer sempre acompanhados, — na única companhia efectiva, suportável em viagem, que somos nós mesmos. (*Miscelânea* 10-11)

O Zeus fez uma pequena escala em Tânger, mas foi em Orão (terra d' *A Peste*, de Camus) que desembarcou e passou o dia de Natal de 1925, seguindo depois para Tlemcen



44. Orão. (col. MGMV)

— «um trecho do nosso Algarve» —, onde descansou alguns dias antes de partir, de «auto-ómnibus» (*Agosto* 138) para uma larga excursão em Marrocos: Tazza, «onde persistia o alvoroço e o clamor da guerra do Rif»; Fez (sem museus, mas com um lindíssimo palácio, cujo imenso jardim interior, cheio de roseiras, limoeiros, laranjeiras, e jasmineiros, foi riscado pelo molde clássico dos jardins mouriscos da Andaluzia); Mequinez; Vo-



45. Tunis, a Grande Mesquita. (col. MGMV)  
46. Sfax, Hotel das Oliveiras. (col. MGMV)

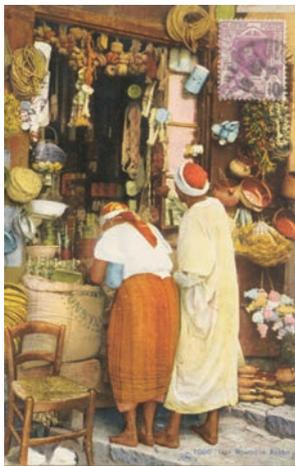
lubilis (*Miscelânea* 56). Em Marrocos sentiu a falta dos museus e das ruínas romanas abundantes na Argélia e na Tunísia e de que Volubilis era uma pálida amostra, embora daqui se desfrutasse «um dos mais assombrosos panoramas do mundo» (57).

Ficou seis semanas em Argel, onde o jovem Albert Camus fazia os estudos liceais. Visitou os museus arqueológicos, como o de Cherchel («onde assentava a antiga capital da Mauritânia»), e o anfiteatro romano de Djemila, onde assistiu à representação do *Édipo Rei* por uma companhia francesa. Visitou Cartago, «a maravilha dos cicloramas naturais», onde rompem ruínas de teatros, anfiteatros, basílicas. A caminho de Tunes passou por Constantina, cuja feição de cidade lendária se acentuara desde a sua primeira visita no século anterior (*Agosto* 141). Saiu da Argélia sem passar por Timbad — «a Pompeia africana» —, que outrora visitara quando de uma excursão a Birska e aos oásis do Sara (*Miscelânea* 59).

Na Tunísia demorou-se cinco semanas — um «alfobre de ruínas» que as pica-retas devassavam quase sempre anarquicamente, à excepção de Dougga, Sbeitla e El Djem (60). As obras de arte sofreram um destino trágico, tendo sido literalmente «britadas». Desta apreciação negativa, sob o ponto de vista do património arqueológico, exceptuava o museu de Tunes, pelo valor da colecção de esculturas gregas e de arte indígena, e, sobretudo, pela esplêndida localização no palácio beilical — o mais belo palácio de toda a África francesa (61) — e o museu instalado na grande mesquita de Kairuan: «E a mesquita é um assombro de graça e majestade, excedendo no concerto, a meu ver, e muito, a algo agitada inspiração que presidiu ao risco da mesquita de Córdoba» (62).

A sua excursão terminou em Sfax, muito mais limpa do que há 30 anos e onde encontrou um hotel paradisíaco — o hotel das Oliveiras (*Agosto* 142). De Tunes foi para a Itália e por lá peregrinou durante cerca de oito meses.

Fechou o circuito que começara no Norte de África (1925), deu a volta a Itália e regressou o ponto de partida (1926). Na Tunísia passou o inverno e a Primavera



47. Boutique árabe, Argel, 1930. (col. MGMV)

48. Jardim dos Ensaios, Argel, 1906. (col. MGMV)

do ano seguinte. Antes de se fixar em Bougie, em 1931, passou a maior parte do tempo em Argel e em Tunes excursionando pelas cidades vizinhas. Ausentou-se apenas quatro vezes, para passar o Verão na Europa: foi a Itália, como vimos, logo no começo da Primavera de 1926, a Paris no Verão de 1927, a Versalhes em 1930 e a Ruão em 1931. Ficou em Bougie, em Outubro desse ano, para se restabelecer de uma crise cardíaca e nunca mais deixou a Cabília.

Em Argel, cada dia era uma festa pelo desprendimento e pela feliz consonância de sentimentos e de paisagem (*Cartas a Columbano* 114). A fruição da cor era particularmente intensa na paisagem tunisina e argelina. Atribui cor aos sons da natureza: «Não sei porquê, mas se há ruído que tenha cor é o das fontes: de fluido e irado diamante quando rompe a aurora, e azul-celeste ao pôr do Sol» (*Carnaval* 207). A beleza que buscava sem plano, nos seus passeios a pé pelos arredores de Argel e de Tunes, surpreendia-o nos poentes rubros estivais, na florescência serôdia das amendoeiras, na festa de luz dos céus de Inverno, no bulício dos *souks*, nos mármore e bronzes gregos, na transparência da atmosfera.

Do fascínio que as cidades magrebina exerciam sobre ele resultaram descrições intensamente vivas e coloridas, embora sem o detalhe de Guy de Maupassant em *La Vie Errante*, obra publicada em 1890 e que descreve o périplo mediterrânico deste autor de Paris à Tunísia e à Argélia, passando, claro, por Itália. Argel dispõe-se em montes escarpados, desembocando numa extensa rua plana à beira-mar, espécie de *boulevard* parisiense onde se encontravam os restaurantes de luxo. As casas «encavaladas umas nas outras», em equilíbrio frágil, corriam o risco de desabar e mergulhar nas profundezas do mar em caso de terramoto. Podemos acompanhá-lo fugindo da «paródia do bulevard», seguindo a rua plana, para norte, até aos restaurantes de Ponta Pescada, ou para sul, até ao Jardim de Ensaios, junto do qual existiam umas barracas, dando para a praia, onde se dançava, comia e tomava chá. Num dos montes do extremo norte de Argel, quase a pique sobre o mar, sem casario, ergue-se uma igreja dedicada à Virgem negra, Nossa Senhora de África, cuja mística, conjugada com o desconforto do Inverno, o perturbou num dia de raro desespero<sup>59</sup>:

Desfruta-se do adro um panorama estupendo.

Por detrás da igreja, para poente, cresce então o terreno montanhoso, pitoresco e fértil, onde a burguesia muçulmana tinha, e tem ainda, as suas mais estimadas vivendas de campo.

Em bem melancólica disposição de espírito subi até lá, numa borrascosa tarde de Novembro, com intenção de ir a Buzaréa pelo caminho chamado Vale Fresco, mais ao abrigo do vento, mas, desviando-me da direcção que buscava, encontrei-me de repente num barranco, onde se me deparava o espectáculo talvez mais extraordinário que nunca em minha vida tinha visto. Era uma estreita e longa estrada, correndo horizontalmente no fundo de um fosso ou ravina, sepultada na montanha, e toda ela fechada, de ambos os lados, em oliveiras colossais e velhíssimas, que mal se lhes sustinham nas paredes, e cujo raizame, quase todo solto, se estorcia no ar, num emaranhado de molhos de serpentes. Moviam-se as raízes como que a embargar-me os passos...

A impressão de vetustez sagrada, e a estranha agitação dessas árvores logo evocava algum trágico transe bíblico; a disposição das suas raízes, uma fantasia diabólica; o conjunto, o caminho do Averno...

Esse caminho tétrico desembocava em trechos de paisagem revolta, com árvores meias secas trepando a custo pelas rampas de fundíssimas covas apocalípticas; de repente, levantaram-se as muralhas de uma fortaleza, que não fazia ali sentido algum, a fechar com os seus panos geométricos aquele campo convulso, frenético, em delírio; uma vereda a contornava e ao cabo dela achei-me suspenso entre o azul do céu e do mar, numa aresta de pedra, sem arrimo, saída da crosta de um monte quase sem declive, calcinado e deserto. Aqui e ali umas minguadas manchas de mato curto, e de uma delas, subitamente, rompem as notas da avena árabe...

Toda a desventura do meu passado surgiu ao som daquelas notas doloridas, envolto num véu de tão intenso romantismo que, erguendo os braços ao céu, me pus a clamar: «Mas então ninguém tem compaixão de mim, ninguém percebe que eu trago comigo esta horrível ferida, da qual não posso arrancar o punhal que a abriu!...».

Era sem dúvida exagerado o que eu dizia, mas casava-se tão bem àquele patético cenário!... (*Miscelânea* 247-249)



49. Nossa Senhora de  
África, Argel, 1913.  
(col. MGMV)  
50. Bône, 1906.  
(col. MGMV)



51. Place Bab-Souika,  
Tunis. (col. MGMV)

52. Avenue de France,  
Tunis. (col. MGMV)

Em Outubro de 1928 foi a Bône, onde ressumava uma «intensa febre de libertinagem e de lascívia» (*Miscelânea* 171). Movido pela sua familiaridade com as *Confissões* de Santo Agostinho, foi a Hiponeia, a pouco mais de meia légua, onde, afinal, nada concorria para realçar ou evocar «o primeiro entre os doutores da Igreja». O ateísmo de Teixeira Gomes não o impedia de se deixar contaminar pela espiritualidade das igrejas, considerando a estesia dos seus interiores e a mística da natureza envolvente. Aliás, os temas da fé/razão, religião/ciência são recorrentes nas suas cartas (*Carnaval* 36-43).

Na carta que escreveu a João de Barros, a 1 de Agosto de 1926 e que intitulou «A liberdade reconquistada», comenta as mudanças operadas com a colonização francesa no Norte de África (*Agosto* 140-141). O desenvolvimento evidenciava-se na limpeza das cidades, na arborização dos parques, na investigação arqueológica e musealização, respeitando as medinas e os *Casbah*, as mesquitas e os palácios. Embora não tenha feito qualquer crítica política aos ocupantes, o contraste entre os europeus da «civilização colonial do Norte de África» e os árabes suscitou-lhe uma preferência clara por estes: «Assim, dão maior relevo à calma dignidade com que estes se movem, envoltos nas pregas dos seus mantos de lã branca, e aumentam a graça e o atractivo de tudo quanto é indígena» (*Cartas a Columbano* 116). Na verdade, a Argélia e a Tunísia ofereciam ao viajante europeu um relativo conforto e a possibilidade de encantamento com o exotismo local que importava preservar como marca identitária.

Os franceses em Tunes tiveram o bom gosto de não tocar na cidade antiga, que cercaram de bulevares, deixando-a tal qual a acharam. Ela é vasta, abrangendo na sua área todos os «zoucos» ou mercados, as principais mesquitas, e ruas cheias de palácios sem arquitectura especial nas fachadas nuas, mas cuja importância logo se reconhece pelas dimensões, e pela ornamentação das portadas monumentais. Divagar, perdido o rumo, pelo labirinto das suas ruas, em noites de luar, entre sombras que deslizam

rente às paredes, sentindo que os sonhos ali tomam realidade, e de repente, quando um vulto, nobremente envolto nas pregas da sua algervia, abre o postigo de uma dessas portadas, ouvir o eco abafado de um concerto de cítaras e violas, ou do canto apaixonado de odalisca, ou do tamborilar que dá o ritmo à dança de almeia, ou do simples gorjeio de uma flauta solitária... Pois ainda ele existe e aguenta-se, todo esse velho arsenal das *Mil e Uma Noites*? Bastará a música árabe para o tornar autêntico, perpetuando-lhe eternamente a actualidade... (*Miscelânea* 246- 247)

Ao seu amigo Columbano dizia que Tunes era indubitavelmente uma das mais ricas, se não a mais rica e pitoresca cidade muçulmana do Norte de África (*Cartas a Columbano* 83). Embora a Tunísia, que ele visitara 30 anos atrás, fosse agora, em 1927, já «vulgarizada» pelos roteiros turísticos, era aqui que as evocações do Algarve e da sua infância se intensificavam. Esta «afinidade congénita» era tão poderosa que, velho como se sentia, Teixeira Gomes não duvidava de que «se tivesse de mudar de nacionalidade era entre sarracenos que de preferência a buscaria» (82). Na verdade, foi entre os «sarracenos» que encontrou o anonimato que buscou ao abandonar em definitivo o seu país.

Percorreu Tunes ainda «embebido» da sensualidade das *Mil e Uma Noites* que lera na infância. Relembrava as lendas de mouras encantadas que as amas contavam aos meninos e o sabor do mel crestado em casa da avó. Estremecia com as amendoeiras em flor, a transparência do ar, o mergulho lento do sol esbraseado no mar tranquilo.

A sua paixão pela «maravilhosa universalidade da linguagem musical» (*Carnaval* 155) revela-se nas inúmeras referências aos concertos que assistiu em todas as capitais que visitou, até em Argel, onde assistiu a um concerto por um pianista andaluz que «desfez toda a *Passionata* em boleros e malaguenhas» (*Miscelânea* 240). A música árabe foi o pretexto para uma carta a Câmara Reys que constitui um interessante ensaio sobre a história da música e as diferentes sonoridades como marca cultural. Para Teixeira Gomes, a música árabe, de intensa melancolia, era inconfundível tendo resistido a todas as tentativas de europeização, mesmo às investidas ditatoriais de Mustafá Kemal (244). Por desconhecer o contraponto, a modulação e a polifonia, constituía uma forma notável de resistência à opressão e uma afirmação de uma fortíssima identidade cultural<sup>60</sup>:

A música, então, seria o derradeiro refúgio a que o árabe se acolhe, para escapar à fúria civilizadora dos conquistadores... e às violências dos seus correligionários. É ver o mocinho esfarrapado, esfaimado, fugindo à horda dos seus perseguidores, e logo que se julga são e salvo, sem mesmo enxugar as lágrimas, tira dos andrajos o rústico pífaro de cana, ensaia as poucas notas que conhece e, repetindo-as num tom de melancolia sem par, ali fica horas infinitas, esquecendo a miséria, a fome, e os mais tormentos físicos e morais. (*Miscelânea* 245)



53. Músicos árabes, 1907.  
(col. MGMV)



54. O Bardo, Tunís.  
(col. MGMV)

O cenário em que se movia nos últimos três meses em Tunes relata-o a Columbano, não como se fizesse um poema ou um guia, mas como se se tratasse de uma conversa entre ambos (78-89). Nos arredores, no meio de jardins frondosos de traça italiana, encontrava-se o Bardo, o mais importante palácio beilical e um dos melhores exemplos da arquitetura e decoração indígenas. O Bardo albergava um museu que reunia uma grande colecção de arte romana e de artesanato tunisino. A pé, do Bardo, seguindo a estrada, acedia-se à cidade velha pelo seu ponto mais elevado, a *casbah*, donde se avistava toda a topografia urbana e os arredores. Perto, a mesquita principal com grandiosos terraços e cúpulas, «cosidos na alvura do gesso», cuja centralidade evidente determinou a expansão da cidade, «derramada pelo suave declive onde assenta, branca, toda caiada em cubos desiguais, mas que parecem ligados, mal aparecendo, aqui ou ali, o sulco de uma rua sinuosa» (79). Minaretes multicores, cúpulas de telhas verdes de marabus e de túmulos dos beis, sobressaíam dessa alvura. A cidade antiga estava rodeada de arruinadas fortificações e de novos *boulevares* onde circulavam eléctricos.

A cidade nova, rasgada por avenidas e ruas largas e rectilíneas, estendia-se até às margens de um grande lago onde se aglomeravam veleiros e transatlânticos. Tunes ligava-se à Goleta, pequena povoação assente na língua de areia que separa o lago do mar, por um comboio que corre «como um bicho-de-conta». Para leste forma-se um cerro onde se encontra Cartago e, subindo um pouco mais, Sidi Bou Said. Ao fundo, a península de Cabo Bom, serras de recorte negro e «um extensíssimo outeiro, que terá cem metros na sua maior altura, cerrado em vegetação, dá a miragem de um éden, que realmente é, de verdura luxuriante e imarcescível: o Parque de Belvedere» (80). Sidi Bou Said, vila tipicamente árabe, acolhia, no estio, a população rica e remediada da cidade e aqui as pessoas eram elegantes, cortesias, gentilíssimas. Em Tunes, a memória do Algarve era tão intensa que, na carta ao seu amigo João de Barros, Teixeira Gomes não resiste a partilhar doces e sensuais recordações como a sua iniciação no amor aos 12 anos de idade, na terra da sua avó (*Agosto* 161). Sidi Bou Said lembrava-lhe Ferragudo... E neste processo rememorativo lançou-se numa fantasiosa identificação do trecho compreendido entre Ponta do Altar e a Ponta da Piedade com a paisagem marítima grega.

O povo, esse, vivia na medina:

Em Tunes, o grande centro da concorrência indígena, a praça de Halfauina, constitui uma das principais atracções do turismo, em tempos ordinários. Com o Ramadão, ele torna-se talvez único em todo o mundo muçulmano, graças à variedade de diversões que lá se encontram, e a enormíssima e alegre multidão que se acotovela na rua, e peja os inúmeros e vastos cafés. (*Miscelânea* 180)

55. Sidi Bou Said, 1918.

(col. MGMV)

56. Rua Halfaouina,

Tunis, 1912. (col. MGMV)



Percorreu a cidade, ao acaso, «embasbacado por tudo, como criança que uma fada levasse pela mão, sem nunca lhe dizer a que destino ia» (84). Ele, que partira de Lisboa sem um único livro, gostava de dormir a sesta na biblioteca de Tunes, instalada num antigo e vasto palácio árabe, no coração do bairro dos bazares, junto à mesquita principal e cercado de lojas pitorescas:

Eu ando bastante livresco desde que me pus a dormir as sextas na biblioteca de Tunes. E ela em nada se parece com os cemitérios de vaidades e ilusões que são as grandes bibliotecas, onde descansam, na imperturbável paz do esquecimento, tantos milhares de obras que aos seus autores e a miúdo à gente do seu tempo pareciam garantir retumbante imortalidade. Compõe-se de uma colecção, numerosa sim mas escolhida e útil.... Naquele labirinto de vistas ratoeiras mercantis, de tapetes multicolores, de refulgentes quinquilharias de arame, topa-se uma porta sem colgaduras nem ouropéis, abrindo para um grande pátio rectangular, limpo de ornamentos e cercado de arcadas e colunas, que se repetem no pavimento superior. É uma gruta de fresquidão e de silêncio que se não desmente na sala de leitura, onde os únicos livros patentes estão nas mãos dos frequentadores, e estes quando se movem não fazem o mínimo ruído e andam nos bicos dos pés. A presença dos livros cobrindo as paredes irradia calor e mofo; ali, eles brilham pela sua ausência, aumentando assim em prestígio sem aquecer a casa. Procurei sítio adequado, de costas para a luz; comprei uns grandes óculos, e sobre um formidável e ilegível calhamaço, durmo sextas regaladas. Mas sonho, e a proximidade de tantos outros livros, que eu pressinto nas salas vizinhas, e as atulham sob a fé de um catálogo já infundável, começa a impregnar-me da soberba de saber. Que importa que eu não leia esses livros, se eles lá estão às minhas ordens com todo o seu cabedal de conhecimentos. É porventura menos rico o milionário que vive sem tocar no capital? (*Miscelânea* 204-206)



57. Biblioteca Nacional, Argel.



58. Árabes no Café, Tunis.  
(col. MGMV)

Os seus passeios e a sua paixão pela «moirama» não o limitavam às cidades e arredores. Sempre em busca do genuíno e do pitoresco, resolveu passar 15 dias com uma tribo de beduínos no deserto. Regressou a Tunes montado num camelo integrado numa caravana (Lopes 220). Dominava o árabe, gostava de conversar com os velhos sábios, de «divagar, perdido o rumo, pelo labirinto das suas ruas, em noites de luar, entre sombras que deslizam rente às paredes, sentindo que os sonhos ali se tornam realidade...» (*Miscelânea* 247).

No Magrebe, o calor era excessivo no Verão e, por vezes, no Inverno as montanhas cobriam-se de neve. Percebemos que a escolha dos lugares onde se detinha mais tempo obedecia a um ideal de beleza cujos contornos eram definidos pelo imaginário configurado no espaço emocional da sua infância, na paisagem grega da costa da sua terra natal e no seu universo sensorial. A carta que escreveu de Tunes, em Março de 1929, ao pintor Sousa Lopes é reveladora de uma recriação de um espaço rememorativo:

Mas que festas de luz, em toda esta Tunísia da beira-mar, quando o sol perde o fogo africano, e resplende em gamas de atmosfera lacustre! Durante tardes a fio, do alto do «Belvedere», as povoações que enchem a linha da costa fronteiria, doiradas pelo sol poente, tomavam o brilho, igual e cristalino, que teriam se fossem vistas pela transparência de um límpido topázio. [...] Este rigoroso Inverno tudo tornou serôdio: só agora as amendoeiras principiam a florescer. Elas pouco abundam em redor de Tunes, e por isso mesmo a sua aparência de milagre mais as encarece. Não é como no Algarve, onde as veredas, pelos campos, se atapetam de pétalas, que chovem constantemente das árvores enramalhadas, à semelhança dos quadros mágicos nas cenas de teatro. Ontem vi uma dessas benditas, e tão bela que, não sendo eu muito atreito a saudades, mas despertou, de propriedades minhas onde abundam. (*Miscelânea* 92-93)

O seu espírito cosmopolita não enfraqueceu com a idade. Já com 71 anos, em Junho de 1931, num postal ilustrado enviado de Ruão a Câmara Reys, Teixeira Gomes

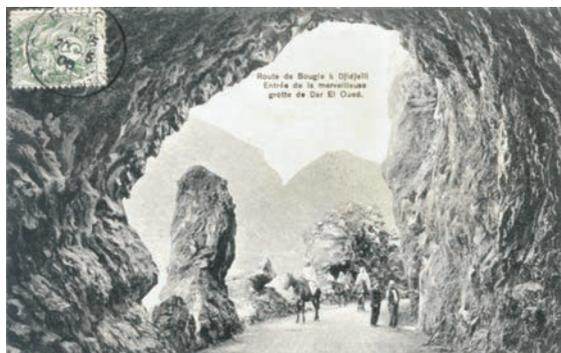
confessa o seu desejo de dar a volta o mundo, arrependendo-se de não o ter feito antes. Não sabia que estava no Norte da França pela última vez e que a viagem de regresso a Argel seria a última travessia. Nem sequer iria a Bagdade, porque o médico o desaconselhou de viajar de avião.

Devo dizer-lhe que ando quase entusiasmado com a ideia, que me assaltou agora, de dar a volta ao mundo. Acordei um destes dias envergonhado de o não ter ainda feito, sendo, como é, empresa de tão rápida e fácil execução. Ando a estudar o itinerário (com largada de Argel no começo da próxima Primavera) que aproveitará quanto possível os vapores de carga, onde os passageiros, sempre em número reduzido, encontram, a preços mínimos, camarotes superiores aos mais luxuosos dos grandes transatlânticos. Mas tenciono — acho indispensável, obrigatório — passar pelo estreito de Magalhães, o que algo complica o problema. Não julgue, porém, que me anima o desejo de experimentar novas sensações e enfeitar a memória com a imagem de novos sítios. Da memória já pouco me gozaria, e a impermeabilidade coriácea da velhice, junto à celeridade do trânsito, pouco alimento lhe proporcionarão. Além disso, a «cor local» pouco me interessa, porque também já não a posso apreender. De resto sempre pensei que nem mesmo os indígenas, nem os visitantes familiarizados com um país, lhe conseguem extrair cabalmente a «cor local», essa é privilégio dos poetas adivinhos que nunca lá puseram os pés... Quero apenas praticar o último «acto de presença» (que para mim tenha alguma significação) antes de largar este pequeno planeta, onde vivi uma vida tão longa e bem falada. (Rodrigues 401-402)

Não era sua intenção «enfeitar a memória com novos sítios», a sua já era tão rica que bastava fechar os olhos para reviver tudo de novo, desejava apenas praticar um «último acto de presença», mas o seu coração doente exigia-lhe uma vida mais repousada. Não se concretizou, pois, esse desejo. Em Setembro regressou a Argel, vindo de Ruão no vapor Ange Schiaffino, e, amanhecendo no cabo de S. Vicente, junto ao promontório, reviu toda a baía de Lagos e o casario caído da cidade (*Regressos* 147). O dia estava deslumbrante, o que lhe permitiu ver pela última vez a costa do Algarve. Que sobressalto para o seu frágil coração pressentindo a presença das suas filhas, ali tão perto!

*«Tenho as cartas, os artigos, os livros...  
É isto que me prende à vida»*

De Argel foi para Bougie em 5 de Setembro de 1931. Um ataque cardíaco, em Maio do ano seguinte, reteve-o para sempre nesta cidade argelina. Sedentário à força, imposição do seu corpo já debilitado, apegou-se ainda mais à escrita. Intensificou-se a sua actividade literária. Sempre em sintonia com os seus amigos de Portugal, sobretudo os seareiros, reedita várias das suas obras e publica seis livros: *Cartas a*



59. Bougie, Baía de Dar-El-Oued. (col. MGMV)

60. De Bougie a Djidjelli, 1906. (col. MGMV)

*Columbano* (1932), *Novelas Eróticas* (1935), *Regressos* (1935), *Miscelânea* (1937), *Maria Adelaide* (1938) e *Carnaval Literário* (1939). Não desiste de viver e, de longe, vai gerindo o seu património, distribuindo o seu espólio por entidades públicas que o possam preservar. Renuncia, pela segunda vez, às viagens que lhe davam uma «espécie de finalidade». Doravante, consumirá, «à semelhança de certos animais que hibernam, a própria enxúndia» (*Miscelânea* 112), feita de múltiplas leituras e memórias.

No quarto n.º 13 (partilhava com Marcel Proust a predilecção por este número), no 2.º andar do hotel l'Étoile, virado para o mar, na praça Gueydon, com os montes da Cabília ao fundo, viveu dez anos acarinhado por M. e Mme Charles Berg, donos do hotel. Nos primeiros anos tomava as refeições na sala de jantar, mas a familiaridade com o casal Berg valeu-lhe um lugar à mesa da família. Sentava-se, então, num *fauteuil* junto ao rádio. Já doente, optou por tomar as refeições no quarto. A sua casa era o seu quarto. Móvel simples, lareira sempre acesa no Inverno, livros, revistas, jornais e envelopes com cartas, artigos, índices de correspondência, *aide-mémoires*. No quarto, dois armários cheios de recordações, na arrecadação, duas malas agora cheias de papéis, evocam deambulações antigas.

A sua sociabilidade era restrita, confessou a Norberto Lopes, no terraço do seu quarto. A farmácia, a pastelaria À la Corbeille fleurie, o Hotel des postes são, no fim da vida, os locais que frequentava: «Devo dizer-lhe que faço uma vida social muito apagada. Nunca me relacionei aqui com pessoa alguma, fora daquele reduzido número com quem sou obrigado a tratar. Dou-me apenas com o médico, a farmacêutica, os empregados do correio, o pasteleiro e a mulher do quiosque que me vende os jornais» (Lopes, 242). Era, contudo, figura respeitada em Bougie. Todos lhe tiravam o chapéu, respeitosamente, tanto «o cocheiro da praça como o burguês endomingado» (268). No hotel era visitado, de vez em quando, pelo secretário do Banco da Argélia para tratar de assuntos relacionados com a sua conta corrente. Recebia, às vezes, o Sr. Oussedick, marido da farmacêutica, que ficava



61. Bougie, vista do porto e da cidade. (col. MGMV)



62. Casa Martel, actual Hotel de l'Étoile, 1906. (col. MGMV)

demoradamente a conversar com ele sobre a guerra que mantinha os argelinos em sobressalto.

Nos correios era cliente assíduo, e era a passo estugado que, todos os dias, subia a rua de Trézel para abrir, com impaciência, o cacifo da posta-restante em busca de notícias de Portugal, sob a forma de carta ou de recortes de jornais. Recusara o regresso à terra natal alegando que seria uma carga para as suas filhas. Todavia, quando a doença o reteve em Bougie, em carta ao seu amigo poeta Philea Lebesgue, a 21 de Abril de 1932, estava quase a festejar 72 anos, manifestou desejo de regressar a casa para morrer: «C'est possible même, si je me sens plus mal, que je retourne chez moi pour mourir» (Massa 599). Melhorou e mudou-se-lhe a vontade partilhada com este amigo. É provável que a censura de vários livros seus que culminou com a apreensão e destruição de *Maria Adelaide*, três ou quatro dias após a publicação, e o receio de represálias pessoais por parte do regime totalitário o tivesse levado a reconsiderar<sup>61</sup>.

Veio a recusar também a visita de amigos de Portugal, como se a solidão fosse uma conquista sua, privilégio de poucos, dizia. A escrita continuava a ser o traço de união com o mundo.

Faço uma vida muito especial e muito simples. E tenho uma alimentação muito sóbria. Se não fosse isso, já não vivia. Levanto-me às quatro horas da manhã. Preparo eu mesmo, no quarto, o meu almoço. São as melhores horas do dia, aquelas em que ainda posso fazer alguma coisa: ler, escrever. Ao meio-dia janto. Às duas e meia saio para ir ao correio. Às 4 tomo um chá de tília — e em seguida recolho-me. Creio que é, em parte, devido a este regime alimentar que me vou aguentando. Além disso, tenho as cartas, os artigos, os livros... é isto que me prende à vida. (Lopes 240)

A esta descrição do seu modesto quotidiano, Norberto Lopes, que o visitou em 1939, acrescenta que «até à última não quis separar-se da companhia amável do seu charuto, que fumava sempre depois das refeições. E dum copito de licor de

tangerina a que dava grande apreço» (295). Nos últimos dias de vida, já muito doente e quase cego, apenas assistido com muito carinho pelo casal Berg e por Amokrane (o guarda da noite do hotel, a quem chamava Marabu), tomava os remédios que o Dr. Battesti lhe prescrevia.

Aos 81 anos de idade, pouco passava das cinco da manhã de sábado, 18 de Outubro de 1941, quando Manuel Teixeira Gomes finalizou a sua aventura como viajante anónimo, escritor de paisagens, autoficcionista, homem em constante deslumbramento com a vida cujos contornos se foram diluindo na sua cegueira e acentuando nas suas memórias. Não receava a morte, olhava-a sempre de frente. Dizia que pertencia à categoria daqueles que, adorando a vida, se acostumam, desde novos, a encarar e a aceitar a inevitabilidade da morte, sobretudo se vem na idade própria, sem relutância nem revolta (280). Receava o sofrimento e a cegueira, não a morte: «Mas não evito, nem isso era possível, os flagelos da idade que cada vez mais me atormentam, excedendo a todos, pelos seus efeitos morais, a falta de vista. Agora a minha ‘fagueira esperança’ consiste em morrer antes de cegar completamente» (Massa 604).

Um pequeno cortejo fúnebre acompanhou-o ao cemitério florido de Bougie, «alcandorado a meio da encosta, entre árvores frondosas e tufos alegres de verdura» (Lopes 267). O seu regresso a Portimão, a bordo do contratorpedeiro Dão, fez-se tardiamente, a 18 de Dezembro de 1950. Um grupo de democratas honrou a memória deste homem que, de longe, desafiava a ditadura com a sua escrita liberta do obscurantismo inquisitorial que dominava o seu país.

## BIBLIOGRAFIA

### Manuscritos

- Arquivo Distrital de Faro, Governo Civil, *Mapa de frequência de alunos*, 1866-1868, mc. 4 / cx 55.  
 Livro de Notas do tabelião José Libânio Amado, n.º 135, 6-3-405, fls. 14-17.  
 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Burnay, Correspondência, cx. 30, n.º 119.  
 Ministério dos Negócios Estrangeiros, legação de Portugal em Londres, cx. 66, mc. 2, Série B.

### Periódicos

- (A) *Independência*, n.ºs 2, 4, 5, 9, 10 e 11 (1880).  
*Arte & Vida. Revista d'Arte, Crítica e Ciência*. Dir. Manoel de Sousa Pinto e João de Barros. Coimbra: Livraria Académica Editora, n.º 3 (Janeiro 1905); n.º 6 (Abril 1905); n.º 9 (Julho 1905).  
*Atlântida, mensário artístico, literário e social para Portugal e Brazil*. João de Barros (dir.). Lisboa: Imprensa Libânio da Silva (1915-20). N.º 11, Ano I, 1916; N.º 23, Ano II, 1917; N.º 31, Ano III, 1918.  
 (O) *Correio do Meio-dia*, n.ºs 1, 2, 3, 8, 9 e 10 (1874).  
*Journal dos Artistas*, n.ºs 8, 15, 16, 17, 21, 31, 40, 43, 52 (1876); 61, 65, 89, 98 (1877).  
*Seara Nova*, Ano VI, n.º 7 (1931); Ano XI, n.º 267 (1936).

## Obras de Manuel Teixeira Gomes

- Agosto Azul*. Lisboa: Seara Nova, 2.<sup>a</sup> ed., 1930 (1.<sup>a</sup> ed. 1904).  
*Carnaval Literário* (2.<sup>a</sup> parte de *Miscelânea*). Lisboa: Portugália Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1960 (1.<sup>a</sup> ed. 1939).  
*Cartas a Columbano*. Venda Nova: Bertrand Editora, 3.<sup>a</sup> ed., 1999 (1.<sup>a</sup> ed. 1932).  
*Cartas sem Moral Nenbuma*. Lisboa: Portugália Editora, 4.<sup>a</sup> ed., 1958 (1.<sup>a</sup> ed. 1903).  
*Gente Singular*. Lisboa: Portugália Editora, 3.<sup>a</sup> ed., (1.<sup>a</sup> ed. 1909).  
*Inventário de Junbo*. Lisboa: Bertrand Editora, 5.<sup>a</sup> ed., 1984 (1.<sup>a</sup> ed. 1899).  
*Londres Maravilhosa*. Lisboa: Portugália Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1960 (1.<sup>a</sup> ed. 1942).  
*Maria Adelaide*. Lisboa: Portugália Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1959 (1.<sup>a</sup> ed. 1938).  
*Miscelânea*. Lisboa: Portugália Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1959 (1.<sup>a</sup> ed. 1937).  
*Novelas Eróticas*. Lisboa: Portugália Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1961 (1.<sup>a</sup> ed. 1935).  
*Regressos*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1991 (1.<sup>a</sup> ed. 1935).

## Outras obras citadas

- Amaral, Fernando Pinto do. «O Amor e a Beleza». *Revista Ler*. Lisboa: Círculo de Leitores, [Janeiro] 1991, pp. 28-29.
- Canaveira, Manuel Filipe. *Presidentes de Portugal: Manuel Teixeira Gomes, Fotobiografia*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2006.
- Chaves, Castelo Branco. *Estudos Literários: Manuel Teixeira Gomes*. Lisboa: Seara Nova, Cadernos da Seara Nova, 1934.
- Chaves, Castelo Branco, e Amaro, Luís. «Cartas Inéditas de M. Teixeira-Gomes a José Osório de Oliveira». *Revista Colóquio Letras*, n.º 14. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Julho 1973, pp. 40-41.
- «Carta Inédita de M. Teixeira-Gomes para Afonso Lopes Vieira». *Revista Colóquio Letras*. Documentos, n.º 37. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Maio 1977, pp. 50-56.
- (O) *Cristal da Palavra: Cartas inéditas de M. Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira*. Apresentação de Urbano Tavares Rodrigues e Vítor Wladimiro Ferreira. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- Cunha, Francisco Simões da. *Industria e Commercio do Figo: breves considerações precedidas d'uma carta de Luciano Cordeiro*. Lisboa: Typographia do Futuro, Rua de S. Boaventura, 57, 1874.
- Estatística de Portugal: população, censo no 1.º de Janeiro 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- Gautier, Théophile. *Viaje a España*. Madrid: Edicions Catedra, 1998.
- Lopes, Norberto. *O Exilado de Bougie: perfil de Teixeira Gomes*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1942.
- Loureiro, Adolpho. *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.
- Massa, Jean Michel. «Teixeira Gomes, Correspondant de Phileas Lebesgue». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. X. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, pp. 591-606.
- Matvejevitch, Pedrag. *Breviário Mediterrânico*. Lisboa: Quetzal Editores, 2009.
- Maupassant, Guy de. *La Vie Errante*. Paris: Paul Ollendorf Éditeur, 1890.
- Mourão-Ferreira, David. *Aspectos da Obra de M. Teixeira Gomes*. Lisboa: Portugália Editora, 1961.
- Pires, Daniel. *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996.
- Queiroz, Eça de, e Ortigão, Ramalho. *As Farpas, chronica mensal da política, das letras e dos costumes*. Quarta série, n.º 3, Junho 1883. Lisboa: Empresa Litteraria Luso-Brazileira Editora.
- Quintinha, Julião. «Centenário de M. Teixeira Gomes: escritor, diplomata e presidente da república». *República*, Ano 50, 2.<sup>a</sup> série, n.º 10 562. Lisboa: Editorial República, 26 de Maio de 1960.
- Reeck, Marc Van den. *Belgium in the Ottoman Capital, from the Early Steps to «la Belle Époque»: The Centenary of «Le Palais de Belgique»: 1900-2000*. Istanbul: Consulate General of Belgium, November 2000.
- Rodrigues, Urbano Tavares. *M. Teixeira-Gomes: O discurso do desejo*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- Tengarrinha, José Manuel. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora, 1965.
- Tratado de Commercio e Navegação entre Portugal e Noruega Assignado em Lisboa aos 31 de Dezembro de*

1895. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.  
 Vieira, Célia Sousa. *Teoria do Romance Naturalista Ibérico e Sua Orientação Francesa*. Dissertação de Doutoramento em Literatura Comparada. Faculdade de Letras do Porto, 2004.

### Obras não citadas

- Azevedo, Manuela de. *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.  
*Cartas a João de Barros*. Portimão: CMP, 2010.  
 Buescu, Helena Carvalhão. «A Experiência do Mundo». *Revista Ler*. Lisboa: Círculo de Leitores, [Janeiro] 1991, pp. 26-27.  
 Cagnet, René. *Cartagbe, Timgad, Tébessa: les villes antiques de l'Afrique du Nord*. Paris: Librairie Renouard H. Laurens Éditeur, 1909.  
 Dumont-Wilden, J. *Amsterdam & Harlem*. Paris: Librairie Renouard H. Laurens Éditeur, 1913.  
 Ferreira, David Mourão. «Teixeira-Gomes Revisto e Revalorizado por Urbano Tavares Rodrigues». *Colóquio / Letras*. N.º 86. Julho 1985. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.  
 Guibert, Armand. «Tropismes Méditerranéens dans l'Oeuvre de Manuel Teixeira-Gomes». *Arquivos do Centro Cultural Português*. Vol. XV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, pp. 717-729.  
 Rodrigues, Urbano Tavares. «Teixeira-Gomes e a Cultura Francesa». *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France. Actes du colloque Paris, 11-16 octobre 1982*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983, pp. 479-87.  
 «Carta Inédita de M. Teixeira-Gomes a Irene Lisboa». *Colóquio/Letras*. N.º 107. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro-Fevereiro 1989, pp. 52-53.  
 Sabino, Amadeu Lopes. «O Exílio como Obra de Arte». *Revista Ler*. Lisboa: Círculo de Leitores, [Janeiro] 1991, pp. 24-25.

### NOTAS

- 1 ADF, Governo Civil, *Mapa de frequência de alunos*, 1866-1868, Mç 4 / cx 55.
- 2 1.ª Classe — jaleco e calça preta; 2.ª e 3.ª classes — *paletot* e calça da mesma cor; os da 2.ª classe usarão no braço direito uma estrela de metal dourado e os da 3.ª usarão duas. Para uniformizar apenas se exige cor e talho do vestuário, ficando a qualidade ao critério de cada um. A propina é de 15000 réis mais 500 por cada disciplina em simultâneo (*O Correio do Meio-dia* 9).
- 3 Antoine Galland (1646-1715) estudou línguas orientais no Colégio de França, visitou a Grécia, Turquia, Síria, Egipto, traduziu o *Corão* e foi professor de árabe no Colégio de França, onde estudara. De todo o seu trabalho de orientalista ganhou renome a tradução das *Mil e Uma Noites*.
- 4 Trata-se de *Le Journal pour tous: magasin littéraire illustré*, publicado em Paris pelo impressor Ch. Lahure, a partir de 1855.
- 5 Gustave Doré (1832-83) foi o mais célebre ilustrador francês do século XIX e colaborou, de facto, no *Le Journal pour tous*, nomeadamente no n.º 994, de 10.04.1867, ilustrando as *Fábulas* de La Fontaine.
- 6 Referência ao arabista Dr. J.C. Mardrus, a que Teixeira Gomes já se referira em *Cartas sem Moral Nenbuma* (151, nota n.º 65). Mardrus traduziu literal e directamente do árabe a obra que foi publicada em 1901, em Paris, com o título *Le livre des mille nuits et une nuit*, editado por Eugène Fasquelle.
- 7 O Colégio de Maria Santíssima Imaculada de Campolide, criado em 1858 pela Companhia de Jesus, foi extinto em 1910.
- 8 Atanásio Raczyński, diplomata prussiano em Portugal, foi o autor de *Les Arts en Portugal* (1846) e do *Dictionnaire Historique-artistique de Portugal* (1847).
- 9 Em Coimbra, estudante de faz de conta, foi cear ao recém-estreado hotel dos Caminhos de Ferro com Chico Lavradio, o seu «companheiro de sempre». Como lhes faltava seis tostões para pagar a conta, Teixeira Gomes ficou refém, «felizmente tinha boa provisão de charutos» e o *Little Dorrit* de Charles Dickens, que comprara nessa tarde, porque o amigo chegou já de manhã (*Regressos* 131). Ou ia «acender o cigarro na lanterna do guarda da ponte da Portela,

- gastando uma hora justa, da Ponte Nova até lá e regresso ao ponto de partida» (131).
- 10 Postal ilustrado, Museu de Portimão.
  - 11 O Casino Portimonense funcionava nas salas da sociedade filarmónica Recreio Musical, vulgo «Os atuns» (JA 61).
  - 12 O seu amigo Afonso Lopes Vieira enviou-lhe para Londres uma tradução sua das *Poesias de Heine*, «precioso livrinho», diz Teixeira Gomes em postal timbrado da legação de Portugal em Londres, datado de 03.03.1913. (*Cristal* 95).
  - 13 Christian Johann Heinrich Heine (1797-1856) foi um escritor alemão, de origem judaica, crítico da sociedade conservadora, da religião e da exploração industrial. Os seus textos foram proibidos na Alemanha e ele foi forçado a exilar-se. Neste contexto, teria dito: «Quando os heróis saem do palco, os palhaços sobem.» A obra a que Teixeira Gomes se refere é *Reisebilder* (*Quadros de viagem* (1826-31), que Heine escreveu a partir das suas viagens, combinando autobiografia, crítica social e debate literário. É dele a célebre sentença: «Onde livros são queimados, seres humanos estão destinados a serem queimados também.»
  - 14 Em 1877 foram eleitos para Assembleia-geral do Recreio Musical os amigos de José Libânio Gomes: José Duarte Serpa, Manuel Mascarenhas e Henrique Biker. *Jornal dos Artistas*, n.º 98, 20.09.1877.
  - 15 Trata-se do periódico *L' Illustration*, jornal francês publicado em Paris entre 1843 e 1944.
  - 16 Esta narrativa é hilariante e pretende ridicularizar a ignorância, disfarçada de soberba, de alguns vultos da terra.
  - 17 Éça de Queirós publicou neste jornal excertos d' *Os Maias* e d' *A Relíquia*. Guerra Junqueiro e Gomes Leal, entre muitos outros, foram assíduos colaboradores deste diário portuense.
  - 18 A *Seara* reeditou as seguintes obras: *Agosto Azul*, 2.ª edição, 1930; *Gente Singular*, 2.ª edição, 1931; *Inventário de Junho*, 3.ª edição, 1933; *Cartas sem Moral Nenhumas*, 3.ª edição, 1934; *Regressos*, 1.ª e 2.ª edições, 1935; *Novelas Eróticas*, 1.ª edição, 1935; *Sabina Freire*, 2.ª edição, 1936; *Miscelânea*, 1.ª edição, 1937; *Maria Adelaide*, 1.ª edição, 1938; *Carnaval Literário*, 1.ª edição, 1939; *Ana Rosa*, 1.ª edição, 1941; *Londres Maravilhosa e Outras Páginas Dispersas*, 1.ª edição, 1942. Após a morte de Teixeira Gomes, a *Seara Nova* publicou em 29.11.1941 uma carta de Teixeira Gomes a Afonso Costa datada de 12.6.1923.
  - 19 Este texto foi reproduzido no *Discurso do Desejo* (366-369) como apêndice à carta de Teixeira Gomes a Carlos Bana.
  - 20 Este texto foi posteriormente inserido na 2.ª edição das *Cartas sem Moral Nenhumas* (1913).
  - 21 Em 1942, Castelo Branco Chaves organizou a edição póstuma do livro *Londres Maravilhosa* que reúne ainda outros textos e excertos do diário de Teixeira Gomes entre 1905 e 1918.
  - 22 Este texto foi inserido na 2.ª edição do *Inventário de Junho*, em 1918.
  - 23 Durante a República surgiram em Portimão sete jornais. O semanário republicano *A Alma Algarvia*, dirigido por Julião Quintinha (1911) foi o primeiro jornal da República em Portimão e Silves. O seu director, um jovem republicano natural de Silves, estabeleceu-se em Portimão, na rua 5 de Outubro e foi administrador do concelho em 1913 (sendo, então, substituído na direcção do jornal por José Severo Ramos) até à sua nomeação como secretário do concelho de Silves. Os restantes tiveram existência efémera: *O Arauto* (1914-15), *A Lira* (1919) *O Portimonense* (1923), *Algarbh* (1922), dirigido por Armando Miranda, tal como o *Jornal de Portimão* (1925-26) e, finalmente, *A Cidade Nova* (1925).
  - 24 Nome dado ao café instalado debaixo do hotel Internacional. «Os frequentadores, que são pouco numerosos, nada tomam; vão lá para conversar e ver a gente que passa a caminho da Avenida» (*Regressos* 181).
  - 25 «O gerente é boémio e apresenta-nos a mulher, criatura loira e lunar, com uma testa de requieirão» (*Regressos* 204).
  - 26 Poderia ser Sebastião de Magalhães Lima, formado em Direito na Universidade de Coimbra, e que era nove anos mais velho que Teixeira Gomes. Republicano activo e mação, foi fundador do jornal *O Século* em 1880 e grão-mestre da maçonaria portuguesa entre 1907 e 1928.
  - 27 Em 1 de Fevereiro de 1877, *O Jornal dos Artistas* (n.º 65), informa que o Dr. Bastos tratou um jovem de 19 anos que tentou suicidar-se com três copos de verdete.
  - 28 Axel Cronhielm foi o mediador entre o rei da Suécia e Noruega e D. Carlos de Portugal para a assinatura do tratado de comércio e navegação entre Portugal e a Noruega, em 1896 (*Tratado*).
  - 29 Deve tratar-se de Hubert Joseph Walthère Frère-Orban, nascido em Liège, em 1812 e fa-

- lecido em Bruxelas, em 1896. Doutor em Direito, advogado, fundador do partido liberal, marcou a história do jovem Estado belga, assumindo o cargo de ministro e de primeiro-ministro.
- 30 *Jornal dos Artistas*, n.º 21 30.03.1876 e n.º 31, 08.06.1876. Em 1880 parece que a Caixa Filial fechou, pois anunciava-se em 04.04.1880 (*A Independência*, n.º 9) que Frederico da Paz Mendes era o agente autorizado do Banco do Alentejo que passava a efectuar as transacções que a Caixa Filial cessante efectuava.
- 31 *A Independência*, n.º 5, 07.03.1880.
- 32 ADF, Livro de Notas do tabelião José Libânio Amado, n.º 135, 6-3-405, fls. 14-17.
- 33 IANTT/Arquivo Burnay, Correspondência, cx. 30, n.º 119. Carta autógrafa de José Libânio Gomes ao conde de Burnay, Portimão, 6 de Fevereiro de 1896.
- 34 Carta de Teixeira Gomes a Afonso Lopes Vieira, Portimão, 03.09.1908.
- 35 *Inventário de Junho* (1899), *Cartas sem Moral Nenhuma* (1903), *Agosto Azul* (1904), *Sabina Freire* (1905) e *Gente Singular* (1909).
- 36 São várias as referências aos fumeiros onde ele encontrava raparigas bonitas e simples: «Eu tinha doze anos, encontrava-me em casa de minha avó, nas férias de Setembro, quando estão abertos os ‘fumeiros’, como no Algarve chamam aos armazéns onde preparam o figo. Nesse tempo não havia rapariga do povo válida que não trabalhasse nos ‘fumeiros’ (*Agosto* 168); «Entre as quarenta ou mais raparigas que trabalhavam no meu fumeiro, havia algumas que realmente eram bonitas e airosas, mas, em atractivos ao sexo forte, nenhuma superava a Maria Juliana...» (*Carnaval* 91).
- 37 «A exportação das frutas secas do Algarve começa ordinariamente nos fins de Agosto ou primeiros dias de Setembro e a preparação está ali regulada de forma que a demora dos embarques pode causar sérios prejuízos àquela província onde este negócio constitui uma das maiores fontes de riqueza», MNE, legação de Portugal em Londres — Caixa n.º 66 — Anos de 1916 e 1918, Maço 2 — Série B.
- 38 Relata, com graça, um episódio em que o avô, pessoa muito respeitada na terra, aparecera na procissão de Sexta-feira Santa vestido de amarelo com uma casaca que mandara talhar, em segredo, de uma antiga colcha de damasco (*Inventário* 40).
- 39 Era fruto do primeiro casamento do seu avô materno, Francisco Manuel Teixeira de Seixas Braga, que, enviuvando, casou com a sua avó, Ana Bárbara da Purificação, em 1811, quando esta tinha apenas 13 anos de idade. A identificação completa deste tio materno de Teixeira Gomes foi-nos gentilmente facultada pelo Sr. Dr. José Pacheco Teixeira Gomes e sua esposa, Sr.ª D. Maria da Graça Rosário Deslandes.
- 40 *O Revolução de Setembro* e o *Diário Popular* foram fundados, respectivamente, em 1840 e 1866 e o *Diário de Notícias* em 1865 (Tengarrinha 211).
- 41 No texto «Lagos» refere o doutor Corte Real e Luís Bordas y Marimon: «Por ocasião da visita da esquadra inglesa em Agosto de 1903 eu fui também passar um dia a Lagos, convidado pelo meu amigo, o doutor Corte Real, que exercia clínica em Portimão. [...] Como de costume em todos os meus passeios dessa época, acompanhava-me um catalão obeso e jovial, de saudosa memória, com apelidos de ressonância heráldica (o pai era ferreiro), Dom Luís Bordas y Marimon, negociante de cortiça e já meio algarvio pelos seus largos anos de permanência na província e afeição real que lhe dedicava» (*Regressos* 141-142). Ao amigo Joaquim Negrão refere-se em «Uma copejada de atum», quando este o acompanhou à Praia do Carveiro, onde uns amigos seus tinham um arraial de uma armação de atum. (*Agosto* 177).
- 42 Informação gentilmente fornecida pelo Sr. Dr. José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo e pelo Sr. Dr. José Pacheco Teixeira Gomes, respectivamente neto e sobrinho-neto de Manuel Teixeira Gomes.
- 43 Belmira das Neves sempre aí morou até morrer, em 1967. Manuela, a filha mais nova, casou jovem (1929) com José Pearce de Azevedo e ficou a morar na mesma rua. Ana Rosa, a mais velha, quando casou com Manuel Rodes Sérgio Callapez, foi viver para Monchique, mas, no início da Segunda Guerra Mundial, regressou à casa da mãe, com a filha, Manuela Callapez e o marido. Esta informação foi-nos gentilmente facultada por D. Manuela Teixeira Gomes Callapez.
- 44 Estas telas foram expostas no Museu de Portimão, a cuja guarda se encontram por protocolo com o Museu do Chiado. Entretanto, a casa foi demolida na sequência de uma expropriação por utilidade pública para dar lugar à estrada municipal (Lopes 200).

- 45 Este comboio de luxo iniciou a ligação de Lisboa a Paris em 1887, por acordo entre a Companhia Real de Caminhos de Ferro Portugueses e a Companhia Internacional de Wagons Lits, fundada pelo belga Georges Nagelmakers. O trajecto inicial Madrid foi substituído pela linha da Beira Alta, via Salamanca (1895).
- 46 Guy de Maupassant, a este respeito diz algo muito semelhante: «Être Seul, sur l'eau, et sous le ciel, par une nuit chaude, rien ne fait ainsi voyager l'esprit et vagabonder l'imagination» (*La vie errante*).
- 47 Embora ele atribua a situação a um velhote que se fez seu amigo numa excursão aos desfiladeiros de Chiffa, é verosímil que o facto tenha ocorrido com ele.
- 48 Segundo informação do Sr. José Pacheco Teixeira Gomes, o escritório funcionava na rue des Ancles.
- 49 A tipografia e os aposentos privados da família Moretus foram vendidos pelo último herdeiro ao governo belga, em 1876, e, logo no ano seguinte, todo o espaço foi aberto ao público.
- 50 O Vondel Park foi desenhado pelo arquitecto L.D. Zocher em 1865 e é ainda hoje um dos parques mais populares de Amesterdão.
- 51 Trata-se da *Concertgebouw*, sala de concertos inaugurada em 1888 e considerada uma das melhores do mundo em termos acústicos.
- 52 A respeito dos bordéis em Amesterdão, já escrevera no *Inventário de Junbo* que «Do estudo da prostituição por estas regiões ressalta o excessivo valor mercantil que aqui se atribui à fêmea» (*Inventario* 125).
- 53 Esta viagem é relatada na novela «Margareta», escrita em Bougie, em Janeiro de 1934 (*Novelas*).
- 54 Novela «Cordélia», escrita em Djidjelli, em Fevereiro de 1934.
- 55 Postal a Carlos Malheiro Dias, 13.06.1908, BNP.
- 56 Refere-se a Pablo Sarasate, famoso violinista e compositor espanhol natural de Pamplona que faleceu alguns meses depois. Sarasate escreveu mais de 50 composições para violino inspiradas em temas populares espanhóis e em obras de outros famosos compositores que fantasiava. As mais famosas são *Caprice basque*, *Fantasia Carmen* e *Melodias Ciganas*. Curiosamente, o compositor português Viana da Mota fez a sua primeira digressão europeia acompanhando Sarasate em Copenhaga e Helsínquia, em 1888.
- 57 «... Se formos à Grécia em busca da expressão real de semelhantes interpretações poéticas ou pictóricas, só nos esperam decepções...» (*Agosto* 162)
- 58 Na 2.<sup>a</sup> edição do *Agosto Azul* (*Seara Nova*, 1930) são introduzidos os seguintes textos: «Sobre a paisagem grega» (159-172), «Sobre a «Grécia, musa do Ocidente»» (191-200) e «Uma cena grega» (201-232).
- 59 Carta a Câmara Reys, Versalhes, 15.º09.1930. Em carta a Columbano, escrita dois anos antes, preferia descrever minuciosamente o Jardim dos Ensaios (*Cartas a Columbano* 117-121)
- 60 Maupassant expressa idêntico deslumbramento pelo som das flautas árabes: «c'est fin, doux, haché, santillant: des sons qui volaient, qui voletaient l'un après l'autre...» (*La Vie Errante*).
- 61 Em carta a Lebesgue, de Bougie, datada de 30.06.1938, Teixeira Gomes comenta a representação em Portugal: «Não sei se sabe que a *Maria Adelaide*, a pretexto de impiedade e paganismo, foi apreendida e queimada, como era uso nos tempos ominosos da Santa Inquisição. Afortunadamente, as autoridades demoraram três ou quatro dias a tomar essa resolução e durante esse curto espaço de tempo a venda foi tanta que salvou as despesas da edição, livrando assim a pobre Seara (pela qual me interesse imenso) de um bote ruinoso. E eu cá vou escapando aos castigos corporais graças ao desterro...» (Massa 603-604).



*Foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama:  
uma perspectiva portuguesa da realidade magrebina*

JORGE AFONSO

**A**o encetarmos este trabalho, algumas dúvidas nos surgiram. A primeira, e não a menor, relacionou-se com a manutenção do plano inicial. A alteração efectuada prendeu-se com a inclusão de uma vertente mais específica que tem a ver com o olhar que vários estratos da população portuguesa, geralmente aqueles mais esquecidos pela análise histórica, lançaram sobre o Islão e mais particularmente aquele vivenciado no espaço magrebino.

A segunda relacionou-se com a escolha das fontes a utilizar na abordagem ao ponto deste trabalho que julgámos por bem denominar «Olhares portugueses sobre o Magrebe. Mitos e realidades». Porque descrever, ainda que de forma necessariamente breve, a maneira como em Portugal era lido e visto o Islão magrebino, a sua realidade político-geográfica, nos pareceu mais adequado do que repetir o já dito e o já escrito sobre a visão europeia deste espaço religioso.

O porquê das fontes escolhidas. A sua preferência esteve intimamente ligada ao período abordado (1860-1941). Porém, tendo em conta a longa duração, sempre a considerar, neste particular caso de mudança de olhares sobre um «outro» que nos é tão próximo e de quem possuímos bastos créditos no aspecto civilizacional, outras opções se justificaram. Assim, abordámos documentação do século XVIII que, pelo seu ineditismo e especificidade, particulariza a visão portuguesa sobre o Magrebe, influenciando aquela que iremos encontrar no início do século XX, credora da acção de alguns dos seus principais actores. Estamos a referir, muito concretamente, a família Colaço, incontornável nos negócios de Marrocos e do restante Magrebe, durante mais de um século.

Tendo em atenção o século XVIII e o início do XIX, privilegiámos toda a documentação que precedeu e acompanhou os tratados de paz e tréguas com Marrocos e as regências magrebina, as listas de cativos dos resgates efectuados pelos Padres Redemptores da Santíssima Trindade da Província de Portugal e, muito especialmente, a numerosa correspondência de alguns portugueses que fizeram parte do mais de milhar e meio de indivíduos vivendo largos anos nos Banhos das regências e nas cadeias do império xarifino.

No concernente ao início da primeira metade do século XX, distinguimos a imprensa diária de Lisboa, que dedicou muito do seu espaço à cobertura da Conferência de Algeciras, comparando-a com a efectuada em Madrid em 1880, cotejando

as posições portuguesas relativas a estes dois acontecimentos. Das décadas de 30 e 40 do mesmo século, optámos por duas obras do jornalista e escritor Urbano Rodrigues que nos revelam uma visão muito particular e datada sobre Marrocos. Por fim, e ainda referente à década de 40, dedicámos alguma atenção ao livro de Norberto Lopes sobre Manuel Teixeira Gomes, sobretudo ao capítulo em que aborda a sua deslocação a Bougie.

No que diz respeito às realidades políticas, tentámos fazer uma análise, muito breve e com as inevitáveis limitações, de um tempo necessariamente longo que marcou todo o espaço magrebino desde o final do século XVIII até ao fim da primeira metade do XX. Privilegiou-se assim o arco temporal que foi da pressão das variadas potências europeias sobre as realidades magrebinas até às independências, passando pelo triunfo do colonialismo.

### *Olhares portugueses sobre o Magrebe. Mitos e realidades*

O conceito estratégico de Magrebe lançou raízes no pensamento político e diplomático português no último quartel do século XVIII e primeiro decénio do século XIX. Quando, em 5 de Setembro de 1769, o xarife de Marrocos escreveu ao rei D. José, três meses após o abandono de Mazagão, no sentido de transformar a trégua existente em Tratado definitivo de paz, navegação e comércio, a diplomacia portuguesa dava início a um longo processo de complementaridade estratégica que terminaria no acordo com a regência de Argel, em 1813. Pelo meio ficavam outros acordos estabelecidos com as regências de Trípoli e Tunes a seu tempo dados à estampa na *Gazeta de Lisboa*.

O conjunto mais vasto do território composto pelas regências magrebinas e o império alauita sobrepunha-se à importância destas realidades políticas, consideradas individualmente, para o reino português. A dimensão atlântica, a segurança do seu tráfego, aliada aos novos dados da conjuntura europeia, motivaram que ao espaço marroquino, então tradicionalmente de importância crucial para as opções geoestratégicas de Portugal, se adicionasse outros que, no seu conjunto, designamos por Magrebe.

A atitude empreendida por numerosos autores europeus que olharam o Oriente muçulmano com um misto de fraternidade e compreensão, tendo o seu fundamento no igualitarismo e bondade natural do homem, verdadeira religião da época, permitindo assim rever críticas antigas ao mundo islâmico, não teve correspondente no reino português.

A última metade do século XVIII revelou-nos algumas traduções de obras publicadas em França da autoria de viajantes europeus que cruzaram o espaço magrebino, bem assim como várias outras cujo impacto foi relevante para a formulação

do pensamento político e geoestratégico de finais do século XVIII e princípios do século XIX<sup>1</sup>. Aos relatos impressos teremos obrigatoriamente de juntar a correspondência e outros escritos diplomáticos, oriundos dos mais variados pontos do Magrebe, descrições de cativoiro dos marinheiros portugueses na regência de Argel e as introduções às longas listas de cativos resgatados em Argel e Mequinez pelos Padres Redemptores da Santíssima Trindade da Província de Portugal.

Segundo Maxime Rodinson, o século XIX traz consigo as três tendências combinadas do ocidentalismo pragmático e imperialista, pleno de desprezo por outras civilizações, de exotismo romântico deslumbrado pelo Oriente cuja crescente pobreza realça o charme da erudição especializada, ligadas ao estudo de épocas passadas (Rodinson 77). As características que este autor aponta ao século XIX europeu não se aplicam ao espaço português e, para o constatar, nada mais necessário do que analisar alguns dos textos fundadores do modo de ler o Islão magrebino produzidos neste período em Portugal.

Em pleno século XVIII, o conhecimento da língua árabe era uma condição fundamental para extravasar competências da área filológica para o âmbito mais alargado do aconselhamento e acompanhamento das variadas missões diplomáticas portuguesas que rumaram ao espaço magrebino. Dos arabistas Fr. João de Sousa, Fr. José de Santo António Moura e Fr. Manuel Rebelo da Silva, entre outros, herdámos, para além das suas obras de experimentados tradutores, documentos de fina análise diplomática. Epocalmente marcados, credores da tentativa de prolongar uma supremacia ao arrepio da ideologia do seu tempo que a Europa do século XIX se preparava para implementar em todo o Norte de África, os escritos dos arabistas portugueses, juntamente com outros, são ensaios vãos de manutenção de influência no espaço magrebino que a conjuntura internacional da época já não conseguia sustentar.

Digamos, em abono da verdade, que só a visão de uma dinastia de diplomatas, os Colaço, conseguiu manter em bases aceitáveis e exequíveis as relações com o império alauita que depois estrategicamente acabariam por se estender ao resto do conjunto magrebino. Geriram os Colaço toda esta complexa teia de interesses diplomáticos, usando, para além da necessária racionalidade, pragmatismo e conhecimento do terreno em que se moviam, de uma dose, muito acentuada, de afectividade e bom senso, características fundamentais nas relações com o Islão neste particular espaço geográfico.

Em Outubro de 1780, num extenso documento intitulado «Reflexão sobre as vantagens de um Tratado de Paz com Argel» (AHU, Norte de África 393), discorria-se sobre o proveito que o Reino poderia vir a usufruir de um possível acordo com a Regência. Para além da análise das inevitáveis vantagens comerciais e estratégicas, com o enumerar de benefícios e custos, sendo os primeiros consideravelmente maiores do que os segundos, partia-se para a caracterização do seu espaço político:

De todos os Estados da Barbaria, he Argel o mais importante para os europeós, sendo

que os seus súbditos são os mais belicозos, e tão inclinados ao côrso, que se pôde chamar este, o seu principal commercio, e ramo que lhes dá muitas riquezas, tanto pelas prezas de embarçoens, e cargas, como pela de escravos que nestas captivão, e que lhes atraem immensas sommas de dinheiro nos seus resgates, de sórte que não sómente o governo, mas também os particulares tem os seus corsarios, reputando-o como hum commercio lucrativo, hé para elles o quinto dos escravos, que o governo toma para sy. Por este motivo costumam estar quazi sempre em guerra com as nações que confinão com o Mediterrâneo, como são, a Hespanha, Genova, Toscana, etc. etc. as quaes pela sua situação se vem obrigadas a vêr as suas bandeiras expostas a insultos; tambem de tempos em tempos rompem com alguns Estados do Norte; porem estes costumão procurar, e manter a páz com elles à força de regálos, bem convencidos das grandes vantagens que lhes rezultão, de terem o seu commercio, e navegação livres no Mediterraneo; e conhecendo pela experiencia, só o resgate da sua gente lhes custará mais que os regálos que lhes dão. (AHU, Norte de África 393)

Esta longa reflexão sobre uma das principais actividades da Regência, directamente ligada à sua Marinha de Guerra armada em corso, ela própria abordada em obras literárias circulando no reino e ideologicamente comprometidas com o movimento de redenção de cativos, é elucidativa de uma visão muito particular do Islão magrebino, contrariando as ideias então ainda em circulação no espaço europeu.

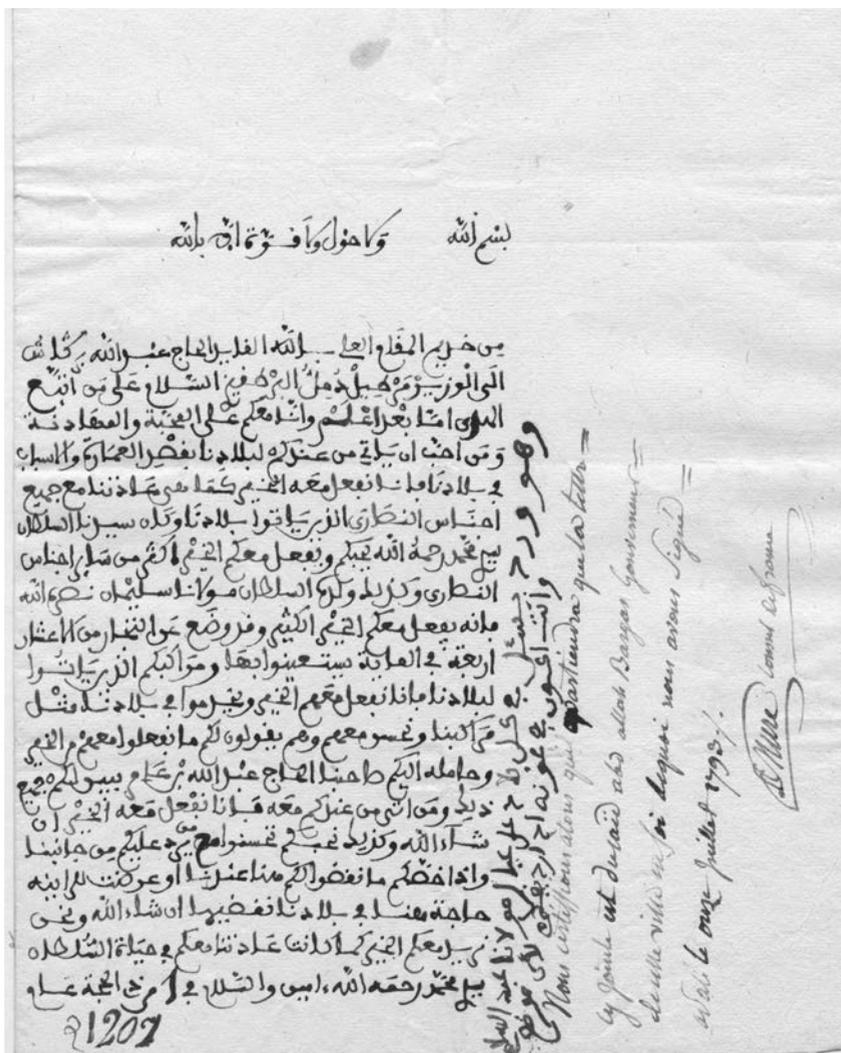
Em outro documento, este já datado de um período que se pode calcular entre 1790 e 1792, fazem-se referências ao carácter do sultão alauita Mawlay Yazid (1790-92), considerado pelo seu autor como portador de um ânimo generoso, soberbo e violento nas suas resoluções (AHU, Norte de África 389). É na sequência desta importante fonte, que reputamos de fundamental para o estudo das relações com o império xarifino no âmbito mais alargado do Magrebe, que tem lugar uma questão na qual o pragmatismo e a afectividade se sobrepõem aos preconceitos de índole religiosa e suposta superioridade civilizacional.

A rebelião que teve lugar em Marrocos, logo após a morte de Mawlay Yazid, fez dos principais portos ligados à exportação de trigo locais estratégicos à volta dos quais se teceu uma intrincada rede de interesses e onde a oposição a Mawlay Sulayman tentou colher vastos proveitos. A ofensiva diplomática encetada em direcção à Europa por Mawlay Hisham, um dos pretendentes, teve também Portugal como alvo.

Em Julho de 1793, o governador de Salé escreveu a Martinho de Melo e Castro, ministro da rainha de Portugal, D. Maria I, oferecendo a livre frequência dos portos marroquinos da costa atlântica sob o seu domínio aos comerciantes portugueses que aí geralmente se dirigiam para escoar a produção das férteis planícies marroquinas. O ministro português recusou a ingerência nos assuntos internos do Islão marroquino e foi mais longe ao admoestar o proponente de tal ideia, acrescentando mesmo que proibiria qualquer vassalo português de frequentar lugares

rebelados contra o seu legítimo sultão (AHU, Norte de África 389).

Em Fevereiro de 1796, o pretendente ao trono deixado vago pela morte de Mawlay Yazid, Mawlay Hisham, enviou um embaixador à corte portuguesa. Apos-tava este príncipe alauita num dos bens mais valiosos que tinha para oferecer, es- perançado que a já crónica necessidade portuguesa em matéria de trigo lhe pro- porcionasse o reconhecimento. Puro engano, o príncipe regente não só não o fez como também não aceitou o enviado marroquino como «Embaixador Publico». Amenizou, contudo, um pouco a sua resposta em relação à carta expedida por Martinho de Melo e Castro ao governador da Duquela. D. João ofereceu-se para



63. Carta em árabe do governador de Salé a Martinho de Melo e Castro. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO)

«contribuir com os nossos bons officios para que a boa harmonia se restabeleça entre vos e os principes vossos irmaons, de maneira que a liberdade de commercio não sofra impedimentos» (AHU, Norte de África 421). O pragmatismo português, o relativo papel secundário do Reino no concerto das potências europeias, levava a que os remanescentes e anacrônicos conceitos em relação ao Islão magrebino fossem temporariamente relegados para segundo plano, face à conjuntura interna e externa na qual Portugal se encontrava inserido.

Em Março de 1814, já com a assunção plena da totalidade magrebina por parte das autoridades em Lisboa e no Rio de Janeiro, na sequência da assinatura do Tratado de 1813 com a regência de Argel, foi emitido um documento de capital importância para as relações luso-magrebina. O conhecimento que o arabista português Fr. Manuel Rebelo da Silva, da incontornável «escola» de tradutores do Convento de Nossa Senhora de Jesus, manifestava sobre os negócios de Marrocos, levou-o a produzir um importante conselho a pedido de D. Miguel Pereira Forjaz. Este, como o próprio religioso mencionava, foi escrito para «responder às perguntas que V. Exa. se dignou fazer-me para deliberar com mais conhecimento, acerto, e segurança possível nos Negocios com Marrocos» (AHU, Norte de África 426). Terá de se esperar pelo final do século XIX e pela polémica substituição do último dos Colaço, à frente da legação portuguesa em Tânger, pelo conde de Martens Ferrão para que as questões do Islão magrebino fossem definitivamente entregues a especialistas laicos.

A leitura dos relatos de cativo, nos quais se inserem aqueles relativos às descrições das condições de vida nos Banhos das regências, é fundamental para a constituição da imagem do Islão em vigor no reino português relativamente ao Magrebe. Esta é afectada por três ideias constituintes da forma de pensar europeia ao longo da sua história, centradas no eixo constituído pelo *Mare Nostrum*: o medo do Islão; a ostracização do judeu; a diabolização da mulher. A elas podemos juntar, em finais de setecentos e inícios de Oitocentos, o confronto entre a ideologia do Antigo Regime e os novos conceitos originários da nascente Revolução Francesa que eclodiu entre a elite dos cativos portugueses então em Argel. O sentimento de medo face ao Islão, que atravessou toda a sociedade europeia entre os séculos XVI e XIX e que também atingiu, tendo em atenção as suas especificidades muito próprias, a sociedade portuguesa, tem um dos seus paradigmas na odisséia de Simão Gonçalves (Benassar 43-62). Nascido em Ceuta e educado em Lagos, este português é um acabado produto do Estreito, da junção das águas do *Mare Nostrum* com o Grande Oceano, local mítico que passaria grande parte da sua vida a franquear no encontro de três tipos de fronteira entre o Islão e a Cristandade: a geográfica; a militar; a religiosa.

Mas quem é no fundo Simão Gonçalves e qual o seu impacto na imagem do Islão percebida em Portugal? Quanto a nós, o contrário de tudo aquilo que a literatura apologética, de viagens e os relatos de cativo dos séculos XVIII e XIX tentaram inculcar na opinião pública portuguesa da época. Homem de confiança

do seu senhor, detentor, ele próprio, de cativos cristãos como recompensa de bons serviços prestados ao Islão, irá, contudo, cometer um nefando pecado. Em terra de mouros, onde não existia casamento ou pronúncia de palavras sacramentais, confessou ter conhecido carnalmente várias mulheres e projectado o ajuntamento com uma infiel. Indiferente à cor e ao género do parceiro, detentor de uma legítima mulher no Reino e de outras no Magrebe, não desdenhando a companhia de rapazes que várias testemunhas o viram bastas vezes acariciar, Simão Gonçalves, representava, juntamente com o fantasma do perigo islâmico, um dos mais importantes medos do ideário medieval europeu. Sentimento transportado para o século XVI e seguintes nos Estados ainda relativamente imunes às ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa que o dique do Antigo Regime tentava em vão travar: a diabolização da mulher e do sexo.

Não é, todavia, comparável a situação vivida pelos cativos portugueses no século XVIII e início do século XIX nos Banhos da regência argelina com aquela outra do renegado Simão Gonçalves que, finalmente reconciliado com a sua fé, percorrerá com o infamante sambenito, no ano de 1556, as ruas de Lisboa. No entanto, as duas terão uma coisa em comum: a tentativa de prolongar no tempo a imagem negativa do Islão, arma ideológica de justificação sempre necessária de ter à mão para futuros cometimentos da mais variada índole.

Precedendo os seus resgates, cativos em território alauita ou das regências, sobretudo na de Argel, fizeram chegar ao reino relatos das suas experiências, oferecendo testemunhos vivenciais sobre o cativo cristão em terras magrebinas. Mais verídicas e realistas umas do que outras, estas pungentes e curiosas descrições acabaram também por funcionar como suporte ideológico de uma forma do europeu ler o outro lado da fronteira que, embora porosa, não deixava de ser a linha imaginária separando-os do «outro». Muitos participaram assim, conscientemente ou não, na criação de uma lenda negra que ajudaria à manutenção e desenvolvimento da ideia de missão civilizadora face ao Islão, sustentáculo do desiderato do colonizador e que terá a sua máxima expressão nos séculos XIX e XX. Por todas estas razões devemos usar com parcimónia e prudência os relatos de diplomatas, de viajantes ou de cativos com toda a naturalidade almejando o seu resgate.

Resgatados à medida que vários tratados de trégua e paz eram firmados com os seus reinos de origem, os cativos europeus estavam deles dependentes, já que aqueles cujos países apresentavam pendências com as regências eram particularmente visados pelos seus corsários. Era o caso dos portugueses, desde o último resgate do século XVIII até à paz com Argel de 1813, dos americanos, até à vinda de uma esquadra desta nação ao Mediterrâneo que regulou definitivamente o problema, e dos napolitanos e venezianos, presenças constantes nos registos de presas da Regência nas três primeiras décadas do século XIX e que foram publicados por Albert Devoulx.

À tentativa de fazer passar a imagem do Islão mergulhado na mais completa

barbárie, capaz de cometer soezes atropelos a tudo o que estivesse relacionado com a dignidade humana, naturalmente esquecendo o tratamento infligido aos escravos turcos na margem norte do Mediterrâneo e nos Arsenais da costa atlântica da Península Ibérica, está normalmente associada a figura do judeu rapace sempre pronto a lucrar, em nome próprio ou alheio, com o infeliz povo de Cristo a apodrecer nos Banhos magrebinos.

Na obra de Emanuel d'Aranda<sup>2</sup>, essencial para o estudo das condições vividas pelos cativos cristãos em terras do Magrebe e para desmistificar a imagem do Islão que nos é transmitida por muita da literatura europeia do género, reaviva-se o conhecimento da forma como os homens de negócio judeus actuavam, de acordo com os detentores de cativos na Regência, para contornar os variados interditos religiosos que os inibiam da posse de cristãos. Por outro lado, a fuga a estes interditos, por vezes obstaculizando o normal desenrolar da actividade económica nessa zona de fronteira entre a margem norte do Mediterrâneo e o Magrebe, levava ao estabelecimento daquilo a que hoje não hesitaríamos em considerar lucrativas *joint ventures* entre proeminentes membros das comunidades hebraicas de Tunes e Argel e naturais dessas grandes cidades.

Relações aparentemente inexplicáveis, a que interditos de toda a ordem se opunham? E que dizer das cartas recebidas em Portugal, remetidas de Argel, nas quais se reclamava das generosas comissões cobradas por um importante homem de negócios da praça de Lisboa pela remessa de fundos destinados ao pagamento de soldadas aos membros das equipagens dos navios de guerra portugueses apresados pelo corso da Regência? Nada que, embora desprezando as mais elementares normas da solidariedade cristã, ao mesmo tempo que contribuía para as listas de resgate dos cativos em Argel, o mundo dos negócios não conseguisse superar, unindo e concertando o que aparentemente se apresentava como desavindo.

A sobejamente conhecida e reconhecida actividade dos judeus sefarditas no intenso tráfico de cativos em todo o Mediterrâneo, através do grande empório que era a cidade de Livorno, onde existia uma importante comunidade judaica de origem portuguesa, é um facto que todo o Ocidente europeu não pode ignorar. Portugal foi vítima e beneficiário dessa actividade, já que alguns dos seus navios e muitas das cargas transportadas foram transaccionadas na margem norte do Mediterrâneo através de intermediários judeus. Ao mesmo tempo, membros da comunidade judaica de Argel e Gibraltar intervieram, caucionando empréstimos, nas várias redenções de cativos e pagamentos ao *Dey* que antecederam a paz com a regência argelina de 1813.

No primeiro quartel do século XIX, a Real Fazenda Portuguesa mantinha movimentadas contas-correntes com importantes casas comerciais de Gibraltar deitadas, na sua maioria, por membros da comunidade judaica. Entre elas avultava a Judah Benoliel Arengo & Ca., ali sediada, credora do Estado Português em alguns

milhares de réis, ela própria também contribuinte líquida para as listas de redenção de cativos circulando no Reino na primeira metade do século XIX.

Em Outubro de 1811, James Scarnichia<sup>3</sup> esclarece, em carta endereçada a D. Miguel Pereira Forjaz, que Joseph Cohen Bacri tinha ficado como fiador de 30 mil duros exigidos pelo *Dey* para levar a bom termo as negociações com Portugal. Sabemos também que o «Judeu Cardozo» comercializou a carga transportada pelo bergantim Intrépido, entretanto apresado pelos corsários da Regência, quando da Baía rumava ao Reino.

James Scarnichia, na sua justificação das despesas efectuadas com as várias viagens a Argel, faz o balanço do Deve e Haver dos montantes despendidos e recebidos, fornecendo-nos também informação sobre importâncias, pequenas é certo, mas elucidativas, adiantadas a cativos portugueses por homens de negócios judeus, como auxílio aos seus resgates. É de notar como eram importantes para a subsistência dos cativos de mais baixa condição social, normalmente pescadores e habitantes do litoral algarvio, estes adiantamentos que realmente funcionavam como óbolo e lenitivo para alguém esquecido pela sua pátria.

Não devemos, porém, julgar toda a comunidade judaica da Regência pelos seus membros que realizavam negócios com a coroa portuguesa ou auxiliavam os seus súbditos ali cativos. A realidade é que a comunidade judaica argelina em 1830 contava com cerca de 25 mil pessoas, a maior parte pobres. A sua miserável condição causou algum espanto e admiração aos invasores franceses.

Tudo isto não impediu que os novos senhores recentemente chegados da margem norte do Mediterrâneo não tirassem proveito da sua situação. No plano oficial, as relações diplomáticas da extinta Regência com os países europeus efectuavam-se por intermédio dos judeus portugueses ali estabelecidos. Os planos franceses de conquista consideravam-nos como possíveis e preciosos auxiliares (Stora 36). Na realidade, a França colonizaria a Argélia como o judaísmo francês haveria de colonizar o judaísmo argelino, não sem, ao mesmo tempo, toda a colónia passar por uma vaga de anti-semitismo de grande violência, após a promulgação do decreto Crémieux. Por detrás do anti-semitismo perfilava-se, na realidade, o medo do perigo árabe (Stora 39).

Por fim, a fragata Pérola da Marinha de Guerra portuguesa, transportando os últimos cativos nacionais resgatados aos Banhos de Argel, já surta no Tejo, fornece às autoridades portuárias de Lisboa a sua lista de passageiros. Dela constavam a «Família de Salomão Benoliel, que vem com destino de hir as Caldas» e para o mesmo fim «David Aeriz, Isac Hassam, seu filho, seu irmão e hum criado» (AHU, Norte de África 407). Perante exemplos destes, repetidos ao longo dos séculos XIX e XX, as relações comerciais com o Magrebe irão continuar a processar-se através das comunidades judaicas portuguesa e norte-africana, oscilando entre o realismo pragmático e o anti-semitismo teológico.

Na sequência das condições de tratamento que Emanuel D'Aranda consta-

tou serem dadas na sua pátria aos cativos muçulmanos, bem diferentes daquelas outras a que ele próprio tinha sido submetido na sua breve estada em terras magrebina, especialistas locais oferecem-nos uma outra visão do curso no ocidente mediterrânico, a visão do «outro». É com base no cotejo destas visões com outras que nos são fornecidas pela documentação portuguesa que se analisará a imagem que a ideologia dominante nos passou do Islão magrebino.

O imaginário ocidental tinha feito do tráfico do homem no Mediterrâneo uma característica dos muçulmanos e da sua forma de ler o mundo, que transparecia das missivas e crónicas dos côsules, padres, viajantes e cativos que viviam o «inferno» da Berbéria. Por outro lado, as agruras dos muçulmanos, cativos condenados às galés e a trabalhos forçados, eram apenas timidamente afloradas.

Temos conhecimento de alguns relatos de viagens por terras magrebina e de estadas nos Banhos das regências. A estes devemos acrescentar a correspondência e petições reclamando a atenção para os cativos no Magrebe. A passagem do século XVIII para o XIX é pródiga neste tipo de documentação. Todas estas obras impressas ou manuscritas acabam por se revelar ideologicamente justificativas de um procedimento que tinha como fim trazer de regresso ao Reino, por intermédio dos Padres Redemptores da Santíssima Trindade, as centenas de portugueses em cativo. Seria, porém, errado pensar que não existiam outros objectivos associados a este, nomeadamente os de natureza económica, política e geoestratégica.

Ao longo de todo o século XVIII, os Padres Redemptores dirigiram-se oito vezes ao Magrebe. Destas, duas a Mequinez e seis à regência de Argel, de onde trouxeram consigo 1587 cativos. Após 1778, ano do último resgate que estes levaram a cabo, a atenção será dirigida a estratos bem definidos da sociedade portuguesa de Oitocentos, interessados e capazes de contribuírem para a libertação dos seus compatriotas cativos nos Banhos argelinos. Não se pode de forma alguma considerar despiendo o sustentáculo ideológico que a diabolização da imagem do Islão fornecia à consecução deste objectivo. Também não se pode esquecer que à volta da piedade gerada em relação aos portugueses em cativo convergiram interesses de vária ordem, bastando para isso consultar a lista de donativos que se tornou pública quando da paz com Argel, em 1813. Dela faziam parte importantes homens de negócio das praças comerciais de Lisboa e Porto interessados em assegurar o normal desenrolar do tráfico atlântico, necessário à boa continuação das suas transacções. É de notar que para a elite comercial, representada nas principais praças do Reino, o tráfico de «graons» e gado com o império xarifino e a especulação sobre o comércio frumentário proporcionavam avultados lucros que o aumento dos prémios de seguro, em razão da instabilidade e da perda em cargas e navios, necessariamente diminuía.

Acerca das condições de vida dos cativos portugueses, tão glosadas nos textos apologéticos do sofrimento cristão, da passagem do século, e que contribuíram para a elaboração da imagem negativa do Islão na opinião pública portuguesa,

reportamo-nos às vividas em Argel. É daí que nos chegam copiosas informações após a perda da fragata da Marinha de Guerra portuguesa Cisne às mãos dos corsários da Regência.

Nada nos permite duvidar que as informações enviadas por D. Miguel Pereira Forjaz ao chefe de divisão James Scarnichia, relativas aos procedimentos a seguir no resgate dos últimos portugueses cativos na Regência, constituíssem uma inovação ou algo de diferente no contexto epocal dos séculos XVIII e XIX. As prioridades apontadas por esta alta individualidade do poder político em Portugal eram, por si só, todo um programa ideológico. Assim, teriam de ser tidas em conta, no momento do seu resgate, três classes de cativos «1.<sup>a</sup> officiaes de Marinha, de Tropa, Capelães; 2.<sup>a</sup> Marinheiros, Soldados; 3.<sup>a</sup> Pescadores, Mulheres, vindo todas as classes em proporção do numero de cada huma, e pela ordem da sua antiguidade no cativoiro» (AHU, Norte de África 413).

Também nada nos permite pôr em causa a existência de cativos turcos no reino português. Nos resgates levados a cabo durante todo o século XVIII encontram-se vários que foram trocados por cativos portugueses. No resgate em Argel no ano de 1720, o primeiro do século XVIII, encontra-se um mouro e um turco; naquele que foi efectuado na regência argelina, em 1726, deparam-se-nos seis mouros, seis «colorios»<sup>4</sup> e um turco; no resgate de Mequinez, 49 mouros, valendo cada meio mouro um cativo português e 360 patacas; no de 1739, em Argel, dez mouros e um turco, referidos como de «galé». Estes números permitem-nos afirmar que a existência de muçulmanos cativos e escravos em Portugal foi uma realidade que dificilmente pode ser ignorada, ainda que pouco ou nada estudada.

Em Maio de 1810, no decurso de novas negociações com a Regência, voltamos a encontrar listas das quais fazem parte 52 turcos «existentes na Cadeia da Galé do Real Arsenal da Marinha» (*Norte África* 429). Pouco sabemos acerca das reais condições de vida dos escravos turcos na cadeia da Marinha em Lisboa, ou se outros havia em idêntica situação espalhados pelo país. Arriscamo-nos, todavia, a afirmar que elas não seriam de forma alguma idênticas às vividas pelos cristãos nos Banhos das regências berberescas e do império xarifino que nos são descritas, para o século XVII, por Emanuel d'Aranda, para o século XVIII, por Venture de Paradis e, relativamente ao século XIX, por vária documentação jazendo nos arquivos portugueses.

Facto importante, um pouco ao arrepio da imagem negativa do Islão magrebino, é o resgate de 1726 que devolveu ao reino 214 cativos retidos em Argel. Na introdução que precede a lista dos resgatados é feita referência a uma imagem de Cristo transportando a cruz, provavelmente a do Senhor dos Passos, que fazia parte da carga da charrua Nossa Senhora da Penha de França, saída do Porto com destino à Baía. Essa imagem foi alvo de tratos de polé por parte dos mouros, que dela «zombarão e escarnecerão no anno de 1723» e «a cuspirão, derão bofetadas, e arrastarão pela tolda do Navio, rasgando-lhe a Tunica, que entre si mesmo divi-

dirão, a levarão a Argel, aonde no Baptistão, lugar dos Leilões, foy publicamente vendida, e rematada, competindo nos lanços huns Judeos que a queriam comprar» (*Relação* 1726).

Competiram na arrematação os judeus com um cristão, Silvestre Xavier, natural da ilha do Faial, cativo do governador de Argel. Este português acabará por ver a imagem em disputa ser adquirida pelo seu senhor, que lha ofertará. Depois será depositada no Hospital da Ordem da Santíssima Trindade, na capital da Regência, e deduzido o seu valor no montante do resgate do cativo português. Caso exemplar, não isolado, de altruísmo, bondade e respeito religioso de um senhor pelo seu cativo, face à atitude mais pragmática dos Padres Redemptores, que não se eximiram a aceitar a sua dedução no valor do resgate tomando posse dela num lugar para o qual não existia equivalente no reino português, em relação aos muçulmanos aí escravos e cativos.

São, porém, os relatos que chegaram da fragata Cisne que nos dão uma noção mais exacta de como eram as estadas dos portugueses, pelo menos daqueles de condição social mais elevada, nos Banhos do Magrebe. No essencial, elas não diferem muito de outras vividas em séculos anteriores, sendo apenas agudizadas quando os conflitos entre a Cristandade e o Islão se agravavam ou quando o poder em Argel pretendia pressionar qualquer potência cristã.

Não existem informações acerca de todos os cativos, já que aqueles que D. Miguel Pereira Forjaz incluía na segunda e terceira classes das instruções remetidas a James Scarnichia, marinheiros, soldados, pescadores e mulheres, não possuíam voz. As suas petições, quando nos chegam, são geralmente redigidas por terceiros e segundo textos predefinidos.

As pressões sofridas pelos cativos de maior relevo social também foram relevantes e, embora não sejam comparáveis às enfrentadas por outros, eram um meio de tentar apressar futuros acordos diplomáticos, tributos em dinheiro e fornecimento de matérias-primas de alto valor estratégico para a regência argelina.

Em Maio de 1802, o oficial português Paulo Freire de Andrade informava as autoridades do Reino que todos os cativos estavam a trabalhar nas obras públicas com grilhetas nos pés, carecendo de tratamento e cuidados médicos. Todavia, no mesmo documento, aduzia terem sido enviados alguns oficiais de patente para casa de cônsules estrangeiros. Na mesma data, Joaquim José de Castro Guedes, também graduado da Marinha de Guerra, escrevia a seu pai em Lisboa dando-lhe conta da sua situação, da estada em casa do cônsul da Suécia e acrescentava que quem efectivamente trabalhava era a gente da equipagem, sendo a população da cidade asperamente castigada quando os fazia sofrer maus tratamentos. Alguma parcimónia na descrição das condições de vida na regência argelina resulta, quanto a nós, do receio que possíveis indícios de tratamento mais humano, contrariando a ideia do «bárbaro infiel» vigente no Reino, viessem a redundar num efeito dilatatório na efectuação dos resgates. Curiosa imagem esta, a de um Islão do qual persistiam

no imaginário português bastas impressões negativas e que depois, na prática, se revelava acolhedor e inclusivo.

Em Dezembro de 1802, Paulo Freire de Andrade voltava a escrever ao visconde de Anadia e na carta que lhe dirigia manifestava os seus cuidados por eventuais adesões ao Islão. Tinha em conta a miséria vivida no seio das guarnições dos navios portugueses, abandonadas pelas autoridades de Lisboa, sofrendo contínuos atrasos nos pagamentos dos seus soldos, contando alguns dos seus membros dezenas de anos de cativo.

Haveriam de se revelar excessivas as preocupações do oficial português, já que as conversões, que de facto existiram, não foram abundantes. Na realidade, o Islão, e mais particularmente a regência de Argel, já não suscitava nas tripulações cristãs ali cativas o interesse que tinha exercido em séculos anteriores, apesar do longo braço da Inquisição. Os ganhos do corso tinham sofrido uma sensível diminuição. E no império xarifino os anos dourados do século XVI eram apenas uma saudosa recordação, como também o era o reinado de Mawlay Ismail. No Magrebe já não existia o clima de licenciosidade e liberdade que tanta atracção tinha exercido em homens como Simão Gonçalves e em tantos outros que haviam trocado a cruz pelo crescente. Aos cativos portugueses interessava mais regressar ao Reino, embora a miséria que os aguardava no Lazareto da Trafaria pouco diferença fazia daquela vivida em Argel e as dificuldades de reinserção fossem inevitáveis. Apenas a fome e o desinteresse do poder político em Lisboa poderiam exercer sobre eles, como aliás em alguns casos veio a acontecer, alguma pressão.

Em 1830, a França consumou a intervenção na regência argelina. A conjuntura internacional e as novas implicações geoestratégicas que esta induzia levaram as potências europeias a interessarem-se cada vez mais pelo espaço magrebino.

A complementaridade da política externa portuguesa em relação ao Magrebe, iniciada em 1774 com o Tratado com Marrocos e atingida em 1813 com o acordo com a regência de Argel, perdia em parte muito da sua razão de ser, face à nova ordem internacional que se desenhava nas chancelarias europeias e nos campos de batalha da Europa e do Norte de África. Portugal viu acentuar-se a sua condição periférica e a dependência dos complicados acertos estratégicos que tinham lugar no Velho Continente.

O exotismo romântico e a pretensa superioridade civilizacional, esta última sempre intimamente associada a acordos com as potências dominantes, passam então a ser maioritários na representação da realidade magrebina na sociedade portuguesa de meados de Oitocentos. Estes tinham-se sobreposto aos dois outros vectores que caracterizavam, no plano ideológico, a sociedade europeia nas suas relações com outras realidades culturais: o imperialismo e a especialização. A inexequibilidade de uma política imperialista, em função da exiguidade de meios e recursos de um pequeno país, e a inexistência em Portugal de uma escola de línguas orientais, à semelhança daquela que foi estabelecida em Paris pela Convenção, no ano de 1795,



cionadas com o território alauita nos primeiros anos do século xx.

O grande acontecimento que marca o final de Oitocentos é a conferência de Madrid de 1880. O sucesso que a diplomacia portuguesa ali alcançou não se repetirá em Algeciras em 1906. A imprensa de Lisboa deu significativo relevo a esta reunião internacional, veiculando assim uma forma de ler o Islão magrebino que irá marcar os primeiros anos do século xx.

Contra o que era usual em períodos anteriores, os jornais relegaram para segundo plano os habituais despachos, geralmente sob o título «Questão de Marrocos», para com periodicidade quase diária publicarem interessantes artigos entre os quais se podem encontrar vários assinados por diplomatas portugueses que prestaram serviço no Magrebe. Será preciso esperar mais alguns anos para reencontrar matéria tão esclarecedora que nos permita aquilatar da importância da imagem desfrutada pelo Islão na sociedade portuguesa da primeira metade do século.

A década inicial do século xx revela-nos um incipiente comércio de exportação em direcção ao Norte de África, contrabalançado por importações de alguma forma relevantes. De Bône e Orão chegavam-nos fosfatos, esparto e, mais esporadicamente, trigo; de Sfax, fostatos; de Marrocos, grande variedade de cereais, cujo transporte era geralmente efectuado em navios de bandeira portuguesa.

Em Lisboa, agentes de navegação representavam armadores de várias nacionalidades interessadas no jogo de influências do espaço magrebino e com carreiras marítimas em direcção aos portos da costa oriental de África. A casa Henry Burnay & Ca. agenciava os navios da Companhia Transatlântica e da Societé Navale de l'Ouest; Hahnefeld & Gelweller representava o Servizio-Italo-Spagnuolo; Ernest George, Sucessores, oferecia os serviços da Deutsche Ost-Afrika-Linie, Stoomvaart Matschappy Nederland — Roterdamsche Lloyd e Lloyd Norte Alemão.

Os negócios de importação e exportação relacionados com o Norte de África continuavam a processar-se através de casas comerciais, maioritariamente detidas por elementos da comunidade judaica, J.A. Levy & Ca., A.D. Benchimol e J. Tolédano, que se deslocavam com regularidade entre Tânger e Lisboa.

No princípio de 1906, a imprensa publicada em Lisboa acompanhou a evolução dos acontecimentos na conferência de Algeciras. Antes do início desta importante reunião surgiu nas páginas de *O Século*, sob o título «Portugal e Marrocos», um significativo artigo acerca da complicada situação política portuguesa. Nele recorrendo à ambivalente imagem do Islão magrebino, faz-se uso do neologismo «marroquinizar» para adjectivar negativamente o ambiente político vivido em Portugal. Criticava-se a notória tendência para nos «marroquinizarmos», para sermos «marroquinos» sob o ponto de vista administrativo, «marroquinos» sob o ponto de vista financeiro, e, ainda sob diversos outros pontos de vista. Continuava o articulista dizendo que a nossa situação ainda era pior do que a dos «marroquinos», pois aquilo que eles, por atraso de civilização, nunca tinham possuído, estávamos nós,

por inércia e desleixo, deixando estragar. Por fim concluía:

[...] o que quer dizer que, sendo pequena a diferença entre uns e outros, materialmente encarada — o que já depõe muito pouco em nosso favor —, moralmente — o que depõe muito menos —, ainda é menor. Por outras palavras: em quanto elles apenas se teem conservado parados nós retrogradamos! É triste mas é assim mesmo. (*O Século* n.º 8631)

Que dizer desta esclarecedora prosa, senão que ela espelhava a visão do Islão magrebino ainda não totalmente sob o domínio francês e que de forma anacrónica se transmitiu à acção da delegação portuguesa em Algeciras?

Em 19 de Janeiro de 1906, o *Jornal do Comércio*, juntamente com outros periódicos de referência, iniciou a cobertura da conferência de Algeciras. Esclarecia a razão da sua convocação, descrevia o palácio da Conferência, a primeira sessão, enumerava os delegados das nações e dava conta da eleição do seu presidente. Informava também a composição da delegação portuguesa: conde de Tovar, ministro plenipotenciário em Madrid, e o conde de Martens Ferrão, enviado extraordinário em Tânger.

Em 20 de Janeiro de 1906, o mesmo periódico publicava parte do discurso de abertura da conferência pronunciado pelo duque de Almodóvar, no qual este, tendo como objectivo o reinado da ordem, da paz e da prosperidade em Marrocos, afirmava: «As potências concordam igualmente em reconhecer que tão precioso fim só poderia alcançar-se mediante a introdução de reformas no Império, baseadas no tríplice princípio da soberania do Sultão, da integridade dos seus estados e da igualdade, isto é, a porta aberta» (*Jornal do Comércio* n.º 15 606). Este discurso, todo ele um programa de domínio civilizacional, não é todavia bem compreendido em Lisboa, que vive ainda das glórias passadas.

A imprensa critica a apagada e vil tristeza em que vive a delegação portuguesa, que não sabia tirar o devido proveito do prestígio diplomático de que ainda desfrutava em Marrocos o barão de Colaço. Lamentava igualmente não serem usados os ensinamentos do conde de Casal-Ribeiro, cuja ausência se lamentava com saudade, o qual alcançara em Madrid o estatuto de nação mais favorecida para Portugal.

Em 4 de Abril de 1906, o *Jornal do Comércio* dava à estampa um artigo intitulado «Figura de Portugal na conferência». Nele se fazia o balanço da participação portuguesa e se reclamava do facto de o país não participar do «banquete» em Marrocos. O colonialismo, ou as suas novas formas, preparava-se para cair sobre o império dos xarifes. A imagem de aparente debilidade civilizacional do Islão magrebino vigente em Portugal, da qual, segundo os entendidos em Lisboa, não se conseguia tirar o devido proveito, agudizava as frustrações nacionais e as suas inconsistências políticas. Escrevia o jornal de Lisboa:

E Portugal, dir-me-ha algum curioso — não poderei dizer algum patriota — o que fez?

Fez o que fez sempre que o apoio de cima lhe falta, ou que o impulso de dentro lhe feneca. Não fez nada. Disse que *sim* quando e depois da Inglaterra ter dito que *sim*, pela mesma forma e pelas mesmas razões que diria que não se antes tivesse ouvido esta negativa.

Ninguém sabe, afóra isto, o que ali fizeram os delegados portugueses por cujo imenso talento e maior patriotismo temos aliás o máximo acatamento. Mas esses mesmos talentos e patriotismo clamam por acção, exigem exercício, devem manifestar-se como a luz do sol, para que todos o vejam, reconheçam, apreciem e exaltem.

Vimos aqui por elles clamando ha mais de um mez. *Vox clamantis in desert!*

Soubemos da nossa chancellaria, que outrora fez tremer a Europa, que algo se preparava, discretamente, para não ferir melindres... E agora cae um ministério, sobe um outro, fecha-se a Conferência de Algeciras, e ainda não é lícito saber do que fizeram os delegados portugueses?!...

Oh cúmulo dos cúmulos da ingenuidade...

Descobrimos, conquistámos, arroteámos a terra, pescámos no mar, negociámos a paz, e por fim... acompanhámos os outros na partilha do que foi nosso e ainda *podia voltar* a ser nosso!

Que futuro d' escravos nos reservará esta subserviência baixa e esta imprevidência tonta?! (*Jornal do Comércio* n.º 15 665)

Os sempre incontornáveis, no que diz respeito aos assuntos magrebinos, membros da família Colaço voltam, com a autoridade que todos lhes reconheciam, a fazer ouvir a sua voz. Em Janeiro de 1904, nas páginas de *O Século*, o seu colaborador artístico, Jorge Colaço, discorria sobre a importância dos mares de Marrocos para a subsistência das pescas portuguesas e, mais concretamente, dos pescadores algarvios. Afirmava, também, que se deveria dar especial importância às questões marroquinas e ao interesse que estas suscitavam na comunidade internacional.

Duas décadas depois será grande o número de indivíduos, a maioria fugindo ao serviço militar, que, por via marítima, sem documentos, sairão do continente embarcando em navios de Olhão. Esta gente rumará a Gibraltar, Casablanca, Tânger (Outeiro 12-13) e irá engrossar a comunidade portuguesa de Marrocos, da qual nos falará mais tarde Urbano Rodrigues. Emigrantes forçados, arredados das grandes discussões teóricas do seu tempo, provarão o carácter inclusivo do Islão e a sua universalidade.

Vai ser, porém, a colaboração de um outro membro da dinastia dos Colaço que irá encerrar este período dos primeiros anos do século xx, antecedendo a implantação da República. Em Março de 1906, José Daniel Colaço, primeiro barão de Colaço e Macnamara, escreveu uma carta que o *Diário de Notícias* publicou com o devido relevo e que também teve grande audiência na restante imprensa de Lisboa. Congratulando-se com o fim da indiferença com que durante anos se tinha ouvido falar de Marrocos nos países que ali não possuíam territórios, louvava os

resultados alcançados em Algeciras, em que:

[...] as potências civilizadas acordando do lethargo em que se achavam acerca de Marrocos, concordam em que não deve ficar inculto e exposto a ser somente utilizado, por uma ou duas nacionalidades estrangeiras, aquelle vasto dominio tão abandonado como próximo do foco luminoso da civilização denominado Europa, assemelhando-se pela grosseira capa obscura que envolve as promettedoras entranhas, como que a um grosso diamante em bruto, que na epoca actual contraria a privilégios, deve ser lapidado em beneficio de todos os interessados. (*Diário de Notícias* n.º 14 466)

Portugal inseria-se assim na ideologia dominante no espaço europeu em relação ao Norte de África. Apenas uma preocupação afligia os especialistas nacionais: o diamante em bruto, Marrocos, deveria ser lapidado em benefício de todos os interessados.

Continuava o barão de Colaço e Macnamara pugnando pela manutenção dos direitos portugueses em matéria de pescas, por ele já alcançados em 1860 quando desempenhava funções diplomáticas em Marrocos, consignados no artigo 17 da convenção de Madrid. Terminava advertindo sobre as naturais resistências ao progresso que, com toda a certeza, seriam encontradas por parte das potências europeias signatárias de Algeciras, num «paiz de tradicional e arreigado fanatismo alkorânico» (*Diário de Notícias* n.º 14 466).

Em 1935 e 1942 são publicadas em Lisboa duas obras do jornalista e escritor Urbano Rodrigues<sup>5</sup>. A primeira, que aborda uma estada em Marrocos e pode ser incluída no subgénero literário da literatura de viagens, deve, contudo, ser aqui analisada tendo em conta a imagem do Islão que transmite. Ela prolonga, quanto a nós, a visão do início do século que nos mostra um Islão exótico visto pelos olhos de um observador saudoso de glórias passadas impossíveis de reviver tendo em conta o seu anacronismo à luz da conjuntura europeia da época.

Declarando, logo no início, que uma excursão ao Norte de África não era para um português um passeio como qualquer outro, o autor afirmava que «visitar Marrocos é ir a um dos nossos lugares santos, ir afervorar o amor pátrio e retemperar a alma» (Rodrigues, *Passeio* 9) e associa à tentativa de recuperação de um lugar relevante para Portugal, no conjunto das questões magrebina, o reconhecimento do papel da França neste processo: «são os próprios franceses, os protectores de Marrocos, que nos encorajam, mostrando conhecer o nosso presente melhor do que conheciam o nosso passado, mostrando-se a par do nosso esforço para nos bastarmos e nos erguermos, dizendo-se admiradores do nosso renascimento» (10-11).

A viagem do escritor português teve início em Tânger, «sem dúvida, a grande porta de Marrocos» (17), onde vive Mawlay Abd El Aziz:

[...] sultão destronado, abandonado pelos seus súbditos porque abriu as portas aos

franceses. Hoje todos os mouros o respeitam. Consideram-no um santo, beijam-lhe com devoção a gelaba alvíssima quando desce à sexta-feira, a pé, muito aprumado, até ao *socco chico* para rezar na velha mesquita. Quási sem fortuna, o «filho da escrava querida» de Muley Hassan vive de uma larga pensão que o governo da República Francesa lhe atribui. (18-19)

O tardio exotismo romântico que impregna toda esta obra de larga repercussão pública (não nos esqueçamos que ela é, em grande parte, uma compilação de artigos publicados no *Diário de Notícias*) está bem patente na descrição da medina de Tânger. Todavia, a espaços, encontramos também, porque isso subsiste naturalmente na memória histórica portuguesa, a atribuição de créditos à imagem civilizacional que o Islão magrebino deixou no ocidente da Ibéria:

A semelhança das culturas faz-nos pensar se fomos nós que ensinámos os mouros, quando ali viemos, ou se foram eles que nos ensinaram quando estiveram na Península. É um problema delicado a resolver. Tudo que ha velho e lendário no Sul de Portugal, principalmente, diz-se que é dos mouros, se não se sabe de quando é; em Marrocos, tudo quanto é antigo, quanto representa grandeza, audácia, seja fortaleza desmornada ou história de feitos valorosos, é dos portugueses! São dois povos ligados, desde séculos, por boas e más recordações, mas que mutuamente se respeitam e admiram. (Rodrigues, *Passeio* 47)

Mas da invocação permanente das glórias passadas e do apelo constante a uma maior participação portuguesa nas grandes decisões respeitantes ao Norte de África, o que restava? Quanto a nós, apenas milhares de operários portugueses trabalhando nas obras de Casablanca, Rabat, Mequinez e entre os quais se encontrariam muitos daqueles que, na década de 20, teriam embarcado clandestinamente ao largo de Olhão. Restava Joaquim Costa, o homem de Mequinez, saído de Tomar, com uma colher e um fio-de-prumo, então já multimilionário, tudo alcançado no âmbito de um processo de colonização que Urbano Rodrigues, na sua obra de 1942, haveria de considerar exemplar.

Todavia, serão outras informações que realmente nos interessam. Mais uma vez enaltecendo o processo civilizacional francês que já atingia os territórios do Sul, onde, entretanto, já começavam a chegar «os feiticeiros do martelo e da colher» (Rodrigues, *Passeio* 85-86), deparamos com a admiração do general Hurot. Foi lá bem a sul que o militar francês, não conseguindo dissimular o seu espanto, encontrou um português vivendo perfeitamente integrado nas tribos que se lhe renderam. Somos mais uma vez postos perante as capacidades de atracção e acolhimento do Islão magrebino, às quais se juntavam as naturais características dos portugueses no relacionamento com outras culturas.

Nesta obra de 1935 prodigaliza-se já todo um conjunto de elogios à presença

francesa em Marrocos que atingirá o seu expoente, em 1942, quando da publicação do outro livro marroquino de Urbano Rodrigues. Na primeira obra considera que D. Sebastião, rei de Portugal, e Lyautey, marechal de França, foram os maiores cavaleiros que pisaram terras marroquinas, para além de o oficial francês ser considerado como o homem necessário à construção do novo Marrocos, conseguindo o trabalho notável de estabelecer a paz, a ordem e o progresso neste país.

A imagem transmitida nestas duas obras sobre Marrocos, credoras de toda a ideologia que sustenta os pressupostos fundamentais da colonização francesa no Norte de África, não nos pode fazer esquecer o essencial: pedia-se ao povo do Magrebe que se sacrificasse em defesa do sistema francês e dos seus valores, ao mesmo tempo que se lhe negava o direito à cidadania.

O livro de Urbano Rodrigues editado em 1942 foi prefaciado pelo general Nogués. O militar francês reconhecia no seu autor, que tinha seguido passo a passo a obra de Salazar, as condições privilegiadas para compreender o sentido da ressurreição francesa de que o marechal Pétain era, ao mesmo tempo, o animador e o símbolo, o que cauciona e legitima todo um discurso desenvolvido ao longo de mais de cem páginas. A grande obra do general Nogués, título do capítulo V deste livro, que se reconhece e elogia, como também se reconhece e elogia a capacidade de convívio do português com a população muçulmana, indissociável da saudade do império, não é bastante para fazer esquecer o papel secundário reservado ao Islão magrebino como actor do seu futuro.

À inquestionável capacidade de relacionamento dos portugueses, devia-se o facto, segundo Urbano Rodrigues, de os franceses, depois de estabelecido o protectorado, terem feito deles os seus melhores colaboradores. Lyautey, de largo e generoso espírito, acabaria por caucionar este procedimento ao não ter procurado apagar os vestígios do seu domínio, mas sim ter ordenado a sua digna conservação, tendo em conta o respeito pelo heróico passado lusitano.

Em 1942, Norberto Lopes publica em Lisboa uma obra resultante da viagem a Bougie, ao encontro de Manuel Teixeira Gomes, com estudo introdutório de João de Barros. O livro excede em muito a ideia inicial do autor de «reünir numa ‘plaque’ as entrevistas que fez a Teixeira Gomes em Bougie» (Lopes 24). Para nós, assume especial relevo o capítulo IV, «No exílio». Neste respira-se a cada passo a imagem de respeito e admiração pelo Islão que Teixeira Gomes tenta transmitir aos seus amigos mais íntimos e através destes aos seus contemporâneos. Não resistimos a transcrever parte da carta do ex-presidente da República Portuguesa ao pintor Columbano citada por Norberto Lopes:

Nascido e criado no Algarve, onde então as amas contavam aos meninos lendas de moiras encantadas, e onde ainda hoje se respira algo de muçulmano na atmosfera, na linguagem, e nos usos e nos costumes, talvez atavicamente preparado também por antecedentes de geração, para apreciar os conhecimentos da sensualidade e da poe-

sia árabe, foi sempre aspiração minha visitar as terras da moirama. Isso o consegui, relativamente novo, nos muitos anos a fio, durante os quais, por cinco ou seis meses cada ano, percorri as costas do Mediterrâneo. A afinidade congénita mais se avigorou nas viagens, e hoje, velho como sou, se tivesse de mudar de nacionalidade, era entre sarracenos que de preferência a buscaria. E tudo me incita e convida a tomar tal resolução! Na minha idade, com o rosto engelhado, a barba encanecida, os movimentos entorpecidos, o traje europeu, que desenha rigorosamente o corpo por um figurino apolíneo, é soberanamente ridículo. Não sucede outro tanto com a túnica, o albornoz e o turbante, que até imprimem à figura do ancião um aspecto de nobre gravidade, próprio para inspirar respeito e veneração. (Lopes 216-219)

Aos sentimentos manifestados a Columbano juntou Manuel Teixeira Gomes o saber de experiência feito dado pela permanência, facilitada pelos seus conhecimentos de árabe, vasta cultura e abertura ao outro, junto de uma tribo de nómadas, com a qual percorreu o território tunisino, o que lhe proporcionou horas de conversa com homens que guardavam na sua memória toda a brilhante tradição do Islão magrebino.

Nas mais de oito décadas que mediaram entre a data do seu nascimento, em



65. Vista geral da cidade de Argel no século XVI. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO)

Portimão, em 1860 e a sua morte em 1941, na então cidade de Bougie, muitos acontecimentos tiveram lugar por todo o Magrebe. O olhar europeu sobre este conjunto político, geográfico e religioso tinha sofrido substanciais alterações que não possuíam equivalente no espaço português, tanto ao nível das suas elites como da restante opinião pública.

O reconhecimento da especificidade muito própria do valor civilizacional que o Islão representava e, mais concretamente, aquele que se vivenciava no Magrebe, transmitido por Manuel Teixeira Gomes a Norberto Lopes, marca a transição para o aparecimento de um conjunto de estudiosos em Portugal que irão tentar cultivar a imagem positiva que o Islão actualmente desfruta na sociedade portuguesa.

Passados os tempos do fim do império, regularizadas as pendências com as entidades políticas magrebina, libertos os últimos cativos portugueses nas regências do Magrebe e no império xarifino, encetado o regresso de Portugal à sua verdadeira dimensão estratégica, restava apenas um caminho: o do reconhecimento da universalidade do Islão.

### *As realidades políticas. A pressão europeia*

Na passagem do século XVIII para o século XIX, o Magrebe viu-se perante a situação de inquestionável vulnerabilidade face à pressão exercida pelas potências europeias. A crescente dependência do comércio com o exterior tinha isolado o Estado, tal como o havia transformado num instrumento ao serviço de interesses estranhos ao magrebino. As guerras decorrentes do poder napoleónico tinham de alguma forma parado todo o processo; todavia, a Europa, no rescaldo do Congresso de Viena, adquirira uma consciência política que a haveria de levar a novas formas de intervenção (Laroui 285).

Na segunda metade do século XVIII assistiu-se na regência argelina a um notório decréscimo dos rendimentos ligados à actividade do corso que o breve renascer, sob a égide do *raïs* Hamidou, não conseguiu de forma alguma suprimir<sup>6</sup>. A acção deste *raïs* sobre um navio da Marinha de Guerra portuguesa em 5 de Maio de 1802, ao largo de Estepona, ligou-o para sempre à História de Portugal do início do século XIX. O impacto causado na opinião pública do reino pela perda desta fragata e a forma como ela teve lugar e as mais de duas centenas de cativos que afluíram a Argel, contando-se entre eles membros de famílias de relevo na sociedade da época, como o filho do almirante Esquível, vão ser motivo de profundas discussões.

Em Lisboa, as reformas empreendidas por Martinho de Melo e Castro em finais de Setecentos, irão reflectir-se no papel da Marinha de Guerra, no valor dos seus navios e tripulações e na actuação das embarcações que deveriam patrulhar o Estreito. Na reflexão sobre as reformas de Melo e Castro entrarão personagens

gradas do Reino, para além do futuro rei português D. João VI, que, do Rio de Janeiro, não se coibirá, tendo em conta a gravidade do assunto, de manifestar a sua opinião. Encetar-se-á, também, por todo o país, a recolha de donativos para o resgate dos cativos portugueses em Argel, o que conduziu ao tratado de paz entre a regência e Portugal.

As epidemias, as difíceis condições meteorológicas, às quais estavam associadas secas e fomes que periodicamente tinham lugar, aceleraram a decadência já manifestada desde meados do século XVIII. Durante o Verão de 1817 morreram, na sequência de catástrofes alimentares e de doenças a estas associadas, 500 pessoas por dia e, se a este número se juntarem as vítimas da instabilidade política, vivida na Regência, facilmente compreenderemos que o número de habitantes em Argel, no início do século XIX, tenha caído para cerca de 30 mil (Julien 672).

O comércio e a pequena indústria local diminuíram, em resultado da acentuada pauperização da população. Face à diminuição dos lucros proporcionados pela actividade do curso, a Regência viu-se na contingência de ser obrigada a prestar maior atenção à exploração do seu *hinterland*, o que acentuou de forma decisiva as contradições entre o poder em Argel e todos os outros que lhe eram periféricos.

Em Julho de 1830, o almirante Duperré, a bordo da fragata Provence, ancorada na baía de Argel, enviou uma carta ao ministro da Marinha e das colónias de França. Nesta missiva, entre várias informações relevantes, surgia o número de navios encontrados pelas forças francesas de ocupação, reduzidos a uma velha fragata desarmada, uma velha corveta, quatro brigues de dez canhões e outras embarcações de menor importância (Belhamissi 169). Fraco espólio o de uma Marinha de Guerra que tinha marcado de forma indelével a guerra marítima no Mediterrâneo e Atlântico.

O torpor económico e a ausência de domínio sobre o comércio externo que afectou as economias magrebina e sobretudo a da regência de Argel, na segunda metade do século XVIII e primeiros anos do século XIX, explicam-se pela quase inexistência de uma marinha mercante própria, deixando para o armamento estrangeiro, sobretudo marselhês, ragusano e de outras potências, a disputa sobre o domínio do mercado de fretes do Mediterrâneo. Tudo isto lhes permitia, em regime de quase exclusividade, o transporte de mercadorias consideradas estratégicas. Venture de Paradis afirmava, a propósito da regência de Tunes, que o tráfego do Levante e da Berbéria ocupava cerca de duas centenas de navios. Os franceses forneciam mais de cem, os ragusanos 60, sendo os restantes propriedade de outras nações.

Na realidade, as tentativas para inverter o sentido da dinâmica comercial e de transporte da margem norte do Mediterrâneo falharam essencialmente por duas razões: a primeira relacionava-se com o omnipresente poder da Inquisição, sempre pronta a lançar o seu longo braço sobre as tripulações dos navios das regências, entre as quais se podiam encontrar inúmeros renegados de origem italiana, france-

sa, espanhola e portuguesa, convertidos ao Islão e à sua liberdade, o que revelava impossível a sua permanência em portos cristãos; a segunda prendia-se com os permanentes obstáculos levantados pelos homens de negócios, sobretudo marseheses, seriamente interessados no tráfego norte-africano e no qual com regularidade investiam grossos cabedais, levando ao afastamento de qualquer hipotética concorrência magrebina no Mediterrâneo.

Na estratégia de erradicação do armamento berberesco do transporte marítimo, a pressão europeia usou a prática de lançar sobre ele o curso cristão dos cavaleiros da Ordem de Malta, numa aliança assente no reforço dos laços com os comerciantes da praça de Marselha. *Modus operandi* que levou um anónimo comerciante marsehês a afirmar ser de todo contrário aos interesses da grande cidade francesa do Sul a destruição dos corsários berberescos, permitindo assim a sua acção sobre os italianos e povos do Norte da Europa, que então penetravam no Mediterrâneo (Mathiex 89).

O grão-mestre da Ordem de Malta afirmava, também, que a Marinha francesa e os seus corsários tinham os mesmos interesses, pois estes obrigavam os turcos a navegar sob o pavilhão francês que os protegia contra os corsários de Malta. O curso berberesco funcionava, dentro deste quadro existente no século XVIII e princípios do século XIX, como um factor regulador das trocas comerciais que, na óptica das potências europeias, seria benéfico para o espaço comercial mediterrânico desde que mantido a um nível razoável.

Na Argélia, a oligarquia militar turca, que tinha obtido o poder político em resultado da sua afirmação como potência marítima, via o mar e a actividade do curso como fontes das quais retirava vastos proventos. Exercendo um apertado domínio sobre a cidade de Argel, deixando o interior do país ao cuidado de funcionários locais, o objectivo do poder central, nas mãos da minoria turca, nunca foi o de total domínio do conjunto das populações do interior, mas sim a manutenção de um frágil *status quo* que lhes permitisse a sobrevivência.

Existia uma única regra, à qual todos inevitavelmente tinham de se sujeitar, e que se materializava no reconhecimento da obediência ao poder em Argel, através do pagamento de tributo. Neste quadro, a personagem do sultão conferia a todas as especificidades, a todas as diferenciações sociais, a tão necessária coesão, o que nos leva a considerar, neste aspecto como em muitos outros, a função aglutinadora do Islão. A arabização progressiva do país berbere, através das confrarias e da aristocracia religiosa, tinha conferido à Argélia uma personalidade incontestavelmente oriental.

No entanto, e apesar de todos os esforços encetados que o pretendiam contrariar, a autoridade dos *deys* não se estendia a todo o território argelino. As revoltas e insurreições eram frequentes, destacando-se, no início do século XIX, pela sua importância, a da confraria dos *Derqawa*, à qual não foi estranha a influência do sultão alauita Mawlay Sulayman. Eram frequentes os conflitos a este e a oeste

com os sultões de Marrocos e os *beys* de Tunes.

A pressão europeia sobre a Regência tirava agora partido da decadência vivida por esta e só era aliviada pelas dissensões que tiveram lugar entre as potências do Velho Continente nas várias tentativas de reajustamento à nova ordem internacional decorrente da derrota napoleónica.

Exemplar deste tipo de situação é a recusa de adesão da França aos projectos estabelecidos em 1816 e relacionados com a supressão de todas as actividades corsárias. Ela preferia a sua manutenção a ver a hegemonia da Inglaterra sair reforçada, nem que isso pudesse vir a traduzir-se no abrandamento da pressão exercida sobre Argel. O malogro em que acabou por redundar o Congresso de Aix-la-Chapelle levou à actuação isolada das potências europeias.

Os Estados Unidos enviaram uma esquadra ao Mediterrâneo, em 1815, obtendo pela força um tratado favorável com a regência argelina. Acção mais enérgica foi tomada por lord Exmouth, em 1816, que acabou por terminar com um violento bombardeamento sobre Argel, do qual não saiu incólume, já que as suas forças sofreram baixas de alguma relevância.

Em 1774, cinco anos após o abandono de Mazagão pelos portugueses, o sultão Muhammad III (1757-90) firmava com o rei de Portugal, D. José, um Tratado de Paz, Navegação e Comércio. Este instrumento diplomático, obtido na sequência da nova política externa idealizada pelo sultão de Marrocos, ia ao encontro dos pressupostos estratégicos que passaram a orientar a diplomacia portuguesa em relação ao Magrebe. Concentravam-se estes na manutenção do fluxo de cereais que das planícies marroquinas afluíam a Lisboa e no implementar de medidas que assegurassem o normal desenrolar do tráfego marítimo com o Brasil em todo o Atlântico Sul.

A Muhammad III deve-se a refundação do poder alauita sobre novas bases. O sultão marroquino herdara dos seus antecessores uma conjuntura interna muito complicada: receita fiscal insuficiente; exército depauperado e desorganizado na sequência de permanentes revoltas às quais se seguiam sempre as inevitáveis repressões; tribos insubmissas que continuamente se deslocavam, pressionando, assim, as comunidades urbanas. Homem piedoso, Muhammad Ibn 'Abd Allah foi influenciado pelo wahbismo, cujo rigorismo lhe agradava sobremaneira e que o levava a afirmar-se malakita de rito e whabita de dogma (Julien 617).

Todavia, a refundação do seu reino restringiu-lhe o poder, já que o obrigava a negociar tanto com as potências europeias como com os pequenos potentados locais, com a agravante de serem as negociações efectuadas sob condições económicas adversas. O equilíbrio era precário e já continha as sementes do que viria a ser a intervenção estrangeira, tendo-se, entretanto, acentuado a dependência marroquina em relação ao exterior. Era notório que o comércio externo dos soberanos marroquinos se encontrava nas mãos de comerciantes estrangeiros. Garantida a segurança do comércio externo, acaba por conceder à França, pelo tratado de 1767, o estatuto de nação mais favorecida e amplos poderes aos cônsules da nação francesa, entre

eles o de autonomia jurídica relativamente aos naturais que tinha ao seu serviço.

O curto reino de Mawlay Yazid lançou novamente Marrocos, fruto das suas próprias contradições internas, na confusão política. A incerteza quanto à sucessão que se gerou após a sua morte vai levar as potências europeias a apoiar o pretendente que, do ponto de vista geoestratégico, mais lhes poderia vir a ser útil.

Portugal entra também nesse jogo e apoia, seguindo conselho expresso pelos seus diplomatas em Marrocos, o legítimo sultão, Mawlay Sulayman (1792-1822), não sem que um dos pretendentes, Mawlay Hisham, apoiado pelas tribos vizinhas de Safim e da antiga praça portuguesa de Mazagão, tivesse bastantes vezes tentado arregimentar para o seu lado o poder de Lisboa. À capacidade de leitura da situação no terreno, mais uma vez manifestada, pelos incontornáveis Colaço, juntava-se agora o facto de a Espanha dar o seu apoio a um dos oponentes ao legítimo sultão. A política externa portuguesa não alinhou então, como nunca viria a alinhar, pelas opções tomadas pela monarquia espanhola nessa matéria. A independência nacional a isso obrigava.

Depois de um breve período de acalmia interna, conseguida após vários anos de permanentes lutas, o Marrocos de Mawlay Sulayman volta a cair na desordem interna e em constantes confrontos com as tribos berberes do Médio Atlas. É um reino dividido por lutas e contradições políticas que o seu sucessor, Mawlay Abd al-Rahman, irá receber.

Face à conjuntura interna que se lhes deparou em finais do século XVIII e princípio do século XIX, os sultões alauitas recorreram com êxito à diplomacia, se por êxito se entender a capacidade entretanto demonstrada de protelar o inevitável. O sistema tinha gerado todas as condições potenciadoras de uma intervenção estrangeira que, perante a pressão europeia, viria inevitavelmente a acontecer.

A luta que, apesar de todos os condicionalismos, Marrocos levou a cabo contra a ocupação estrangeira, com algum êxito no caso de Espanha e Portugal, acabou por revelar-se simples construção ideológica cimentando uma autoridade débil.

A diminuição dos proveitos decorrentes da actividade corsária, sentida durante o século XVIII, atingiu também o regime tunisino, que não reagiu de forma idêntica à das outras entidades políticas magrebina. Em finais do século, o *bey* Hammuda II, na sequência da reconciliação com as elites urbanas, iniciou um processo de colonização interna que haveria de conduzir a uma considerável redução da autonomia dos principados do centro da Tunísia e ao afastamento das tribos nómadas para as inhóspitas fronteiras do Sul. Seguiu-se a gradual evolução das relações com as potências europeias, anteriormente tecidas à volta do curso, para formas mais consentâneas com a conjuntura externa e que, naturalmente, tinham a ver com a actividade comercial. Os tratados assinados com os europeus foram sucessivamente renovados e o comércio animou as elites urbanas tunisinas com ele relacionadas.

Em Marrocos, a consciência nacional chegou por três vias: a guerra santa contra

as potências ibéricas e contra os turcos, as tentativas de afirmação das confrarias e a fidelidade à herança legada pelo Islão andaluz. Tunes integrou os seus governantes estrangeiros e, não renegando o antigo esplendor de Kairuan, abriu-se à influência do Mediterrâneo oriental. Quanto à Argélia deveu a sua individualidade à tomada de consciência por parte da população da segregação imposta pelo regime turco.

Em finais do século XIX, as três entidades políticas magrebinas comungavam das mesmas deficiências estruturais. Nenhuma delas dispunha de um exército próprio e forte e todas economicamente dependiam do exterior. Estavam criadas as condições para a ocupação estrangeira de que também todas viriam a ser vítimas.

### *Da pressão europeia ao triunfo do colonialismo*

A pressão europeia suscitou naturalmente muitas resistências por todo o Magrebe até ao triunfo definitivo do colonialismo, entre 1880 e 1929. A intervenção das potências no espaço norte-africano não foi idêntica para todas as suas realidades políticas. Se a decomposição dos Estados tunisino e marroquino foi lenta, o derube do argelino foi rápido e violento, tendo muito a ver com a forma como ele soçobrou perante a debilidade do poder do *Dey*. Não se deve contudo esquecer em todo este processo a conjuntura interna que propiciou o envolvimento violento da França na Argélia: incipiente revolução industrial, acentuadas diferenças de desenvolvimento entre o Norte e o Sul do seu território, escassos recursos e capitalismo débil. A intervenção francesa nunca podia ser considerada como resultado de um fútil incidente, por muito que alguma historiografia o tentasse fazer crer.

O governo de Paris aguardou três anos para lavar a honra manchada pelo episódio passado com o seu cônsul na regência argelina, no ano de 1827. E Argel, como havia muito tempo que não dominava o interior da Argélia, pensou que a forma de operar francesa, após o desembarque de 1830, seria idêntica à seguida pela Espanha, resumindo-se esta à ocupação do litoral e ao imediato desinteresse pelo espaço profundo argelino. O futuro iria revelar que estavam errados.

Entre 1830 e 1870, a questão apresentou-se aos invasores franceses de forma simples, não dando azo a grandes dúvidas. De um lado estava a França civilizada: os invasores e os colonos. Do outro lado encontravam-se os primitivos e os indígenas. A estes últimos outorgava benevolmente a margem norte do Mediterrâneo o dom da civilização.

Todavia, notou-se desde o início que os generais franceses, embora detendo o poder efectivo, não coincidiram quanto à estratégia a adoptar e todos mudaram de opinião no decurso daquilo a que poderemos chamar o processo argelino. As opiniões oscilaram entre os partidários da ocupação restrita e os defensores da ocupação plena.

No interior do país, o exército francês confrontou-se com as confrarias reli-

giosas que apelaram à guerra santa. Foi no âmbito deste confronto que entrou em liça Abd El Kader, cujo primeiro contacto significativo com as forças francesas teve lugar perto de Orão. Não foi por acaso que o Estado de Abd El- Kader se implantou na região mais oprimida pelo poder da oligarquia turca.

Na sequência de um conjunto de acções que não primaram propriamente pela dignidade, o Exército francês acabou com naturalidade por derrotar o emir argelino. A resistência generalizada que se prolongou até à rendição deste, em 23 de Dezembro de 1847, marcou o futuro: a partir de 1845, o que se destruiu já não foi um Estado, mas sim uma sociedade. (Laroui 289).

Depois da queda da Argélia, em 1830, o exército colonial francês levou a cabo uma política que visava relegar para plano subalterno os quadros económicos e políticos com que se acabou por defrontar no espaço argelino. Perante as permanentes rebeliões das tribos, face às insurgências constantes das sociedades urbanas, confrontado com as tentativas das populações de se lhe oporem, o governo francês encetou um rumo que se acabou por revelar hesitante. O exército do Segundo Império preconizava uma política de assimilação para a qual, na realidade, não possuía os meios. Os colonos sabiam bem o que queriam, mas não como o alcançar.

A Argélia, que a política colonial da França pretendia assimilar, deveria transformar-se num mero prolongamento desta na margem sul do Mediterrâneo e contaminar com a visão francesa, muito própria do seu processo civilizacional, todo o conjunto magrebino. Neste quadro, os colonos beneficiariam de todos os direitos. Os colonizados seriam os alvos privilegiados de medidas opressivas que os acabariam por transformar em sujeitos passíveis de serem explorados em proveito da minoria colonial. O quadro político vivido na Argélia não era já o de uma antiga província francesa. A Argélia passou a estar ligada administrativamente ao Ministério do Interior em Paris. As leis de 1890 e 1900 dotaram-na de personalidade civil, de uma assembleia colonial eleita, de delegações financeiras e de um orçamento especial.

Toda a acção francesa durante este período deve ser contextualizada numa situação internacional bem definida, que é a de competição permanente entre as potências europeias. A derrota francesa de 1870 perante a Prússia, inserindo-se neste contexto, marca uma paragem na política de expansão colonial que só será reiniciada mais tarde, com Jules Ferry. Optar-se-á então, inevitavelmente, pelo confronto com as outras potências.

A história argelina entre 1830 e 1871 assenta sobre uma base repleta de equívocos: os colonos tentaram fazer passar a mensagem que o seu último propósito era transformar os argelinos em plenos cidadãos, desfrutando dos mesmos privilégios e direitos de que eles desfrutavam, quando o seu verdadeiro objectivo era converter a Argélia num prolongamento natural da pátria francesa; os militares fingiam respeitar as especificidades muito próprias da cultura argelina e as suas tradições,

quando o seu real interesse não era outro senão o de governar com o menor esforço e o máximo de segurança possíveis; Napoleão III afirmara que era sua intenção construir um reino árabe quando os seus objectivos eram o desenvolvimento da atrasada economia francesa e a colonização pura e simples da Argélia.

Em 1830, os franceses não tinham em mente destruir o Estado, mas sim substituí-lo por outro. Em 1847 não almejavam arrasar a sociedade argelina. Em 1870 não sonhavam sequer destruir os laços que sustentavam a sociedade tradicional e uniam os indivíduos. Todavia, apesar da permanente manifestação destas intenções, tudo isto teve lugar recorrendo-se às armas e às leis. Talvez se se lhes tivesse deparado uma economia fortalecida, o recurso a estes meios fosse prescindível. É a impressão que nos dão os exemplos de Tunes e Marrocos (Laroui 293).

Contrariamente ao que se passou na Argélia em 1830, Marrocos não conheceu as consequências da conquista militar. A ocupação não foi resultante de acção violenta pela força das armas, mas sim consequência de um acto diplomático traduzindo a política então reinante na Europa em relação ao seu espaço exterior: a afirmação da hegemonia francesa no Norte de África e em boa parte do Mediterrâneo, a vontade política de controlo e não de administração directa, a submissão diplomática do poder xarifino consagrada no seu resultado final, a rendição.

Os grandes conflitos internacionais do século XIX foram, sem dúvida, os detonadores da penetração europeia em Marrocos, ainda que esta não tenha tomado a forma de conquistas territoriais, porque lançaram o império num processo de desagregação política que se revelou irreversível.

Visto de Fez ou Marraquexe, o desembarque francês na Argélia parecia poder vir a abrir uma janela de oportunidade para o sultão de Marrocos voltar a olhar a região de Tlemcen à luz de uma nova política. Todavia, a fria realidade dos factos mostrou-lhe que não estava em condições de intervir na Argélia enquanto o pretexto desse pelo nome de Tlemcen.

A situação só voltará a alterar-se, mais tarde, levando ao confronto com a França a propósito do emir Abd el-Kader, acabando por se revelar desastrosa para o sultão 'Abd al-Rahman, que apenas se salvará pela intervenção da Inglaterra. Em Agosto de 1844, a ofensiva das forças francesas (batalha de Isly), combinada com uma poderosa demonstração, traduzida no bombardeamento de Tânger e Mogador, obrigou o sultão 'Abd al-Rahman a renunciar a todo o tipo de apoio que hipoteticamente pudesse vir a fornecer a Abd el-Kader. Estas iniciativas, juntamente com o esforço da França de procurar apoio junto de Madrid, não cessaram de desagradar à diplomacia inglesa. Só em 1851 é que esta última e o poder político em Londres se decidiram a reconhecer oficialmente a posse da Argélia pelos franceses. O imperialismo gaulês era um imperialismo à moda antiga, bem sintetizado na célebre divisa de Bugeaud, «par l'épée et par la charrue», que se opunha claramente às formas de penetração usadas pela França no Levante (Frémeaux 68).

Através do Tratado de Tânger, em finais de 1844, o sultão comprometia-se a

expulsar ou prender Abd el-Kader. E em Março de 1845, em Lalla Maghnia, aceitou uma difusa fronteira com a Argélia que permitia à França o uso de vários métodos de pressão. Este acordo diplomático virá a ter graves consequências para as relações da França e mais tarde da Argélia com Marrocos, pois os seus termos definiam, à revelia de antigas normas consuetudinárias, o traçado da fronteira argelino-marroquina de forma a serem susceptíveis confusões que propiciassem a penetração militar no espaço marroquino.

Enquanto as potências europeias usavam a diplomacia na persecução dos seus objectivos, alguns inconfessáveis no médio e longo prazo, sustentados por acordos secretos entre si, o poder do sultão saía duplamente enfraquecido desta derrota: ele não se podia opor, tendo em conta a sua debilidade, às exigências europeias e via simultaneamente a sua posição enfraquecida no seio da comunidade magrebi-na, já que também fora humilhado perante os seus súbditos, por lhes não defender os interesses, bem assim como os do povo argelino que invocara a sua protecção.

Depois da morte do sultão 'Abd al-Rahman, a pressão militar acentuou-se, propiciando as intervenções da França e Espanha. Esta última atacou Tetuão vencendo a oposição das forças de Marrocos, situação que só se resolveu sob pressão inglesa. As tropas espanholas acabaram por retirar, caucionando o seu movimento com uma indemnização de 20 milhões de duros pagos por instituições bancárias inglesas, avalizada por futuras receitas das alfândegas marroquinas.

A pressão militar, aliada à económica que terá como fim último a defesa dos interesses económicos das potências europeias, terminou com os sonhos marroquinos de resistência às ameaças externas. Exemplar foi o desenlace de discussões existentes, há já muitos anos, entre os juristas marroquinos em torno da ausência de restrições ao comércio de «graons»<sup>7</sup> com os reinos europeus em permanente crise frumentária. O fim dos entraves à exportação cerealífera foi finalmente imposto pelo tratado de 1856 com a Inglaterra, cujos privilégios se alargaram a outras potências segundo cláusula de nação mais favorecida, dando um inequívoco sinal de que as relações comerciais de Marrocos com as potências europeias haviam substancialmente mudado.

Ao sultão marroquino, impedido de lançar novos tributos sobre os comerciantes estrangeiros, restava agora como último recurso para aumentar as suas debilitadas receitas a tentativa de incrementar o comércio externo. A isto juntar-se-ia a possibilidade fornecida aos súbditos das potências europeias de aquisição de terras, a que se acrescentaria, mais tarde, a capacidade de alargar a imunidade concedida aos cônsules estrangeiros a todos os funcionários consulares naturais do império, aos agentes comerciais e aos seus sócios em empreendimentos agrícolas. Nada que estivesse relacionado com súbditos estrangeiros poderia ser julgado sem que antecipadamente se notificasse a autoridade consular do país envolvido. A tão propalada liberdade de acção no espaço magrebino que a margem norte do Mediterrâneo reclamava, e na realidade tinha conseguido, só servira para minar a

autoridade do Estado marroquino e apressar o triunfo do colonialismo.

As questões que se levantaram no campo económico tiveram imediatas consequências ao nível político interno. A crescente oposição tanto à pressão exterior como ao *makhzen*, incapaz de a combater com eficácia, teve imediata repercussão na origem de um conjunto de revoltas independentistas (Laroui 307-308).

O ano de 1860 marcou o início da colonização intensiva. Anos mais tarde invocou-se a tradição islâmica para conter as revoltas das tribos nos limites da propriedade privada. À classe dirigente faltava autoridade e influência, desbaratando o pouco que lhe restava de ambas em quezílias e intrigas sem fim, o que conduziu, como último recurso, à mediação dos cônsules e homens de negócio estrangeiros. Os governantes que se achavam entre dois fogos, o da pressão externa e o da sublevação interna, recorreram às armas dos fracos: a diplomacia e a astúcia; mas no fim, não enganaram ninguém (Laroui 312).

Na realidade de toda a complexa estratégia que se jogou no Mediterrâneo, no século XIX, ressaltou uma das características dominantes da diplomacia marroquina, que foi a sua ambiguidade constante marcada por formas de negociação muito flexíveis, tentando fazer navegação à vista, adaptar-se às circunstâncias, ao dia-a-dia. Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, ela pode ser encarada como uma forma de se resguardar tacticamente e assim evitar as armadilhas que lhe eram lançadas dos mais variados quadrantes geográficos e políticos. Esta atitude, criticável por sobrevalorizar uma visão de curto prazo, é sem dúvida uma consequência das condições sociais, políticas e económicas do período pré-colonial que a determinaram. Se, por um lado, ela merece o crédito da sua inquestionável adaptabilidade, não é menos verdade que acabou por se enredar na teia urdida no sentido de amortecer o impacto da pressão diplomática europeia, para a qual acabou por arrastar os soberanos marroquinos. Além disso, no aspecto técnico, a diplomacia xarifina viu-se em nítida inferioridade quando em confronto com as suas rivais europeias. Os meios que ela possuía não correspondiam às necessidades que a determinavam.

Assim, enquanto as potências da margem norte do Mediterrâneo dispunham, na sua maioria, de representantes permanentes em Marrocos, instalados em Tânger, quando não residentes junto da própria corte xarifina, Marrocos só excepcionalmente enviava embaixadores à Europa. Até ao final do século XIX, apenas o distanciamento entre Fez e Tânger permitiu ao sultão ganhar tempo no sentido de responder às permanentes exigências europeias (Benjelloun 169). A grande ilusão da diplomacia marroquina, que lhe acabou por ser fatal, foi a de apostar na amizade, certamente interessada, de uma potência, em desfavor de outras, para salvaguardar a sua independência com toda a razão considerada em risco.

No final, a realidade acabou por se traduzir na obtenção por parte das potências estrangeiras de grande parte dos seus objectivos. A sociedade que tinham anestesiado através de múltiplos procedimentos arrastou-se na sua agonia até que

estas decidissem o momento oportuno para lhe aplicar o golpe de misericórdia. Na Argélia, o momento chegou com celeridade. Na Tunísia não foi tão célere e em Marrocos ainda menos, todavia, o resultado final foi idêntico. O triunfo do colonialismo haveria de desembocar, inevitavelmente com variados acidentes de percurso gerados pelas suas próprias contradições, na independência marroquina.

No século XIX, a Tunísia conservava especificidades muito próprias que a diferenciavam do resto do conjunto magrebino. Todavia, aos elementos que definiam a sua totalidade sociopolítica, o turco e o local, juntaram-se outros de relativa importância: uma colônia europeia de razoável dimensão e a crescente influência política com origem em Constantinopla. Todos estes elementos não impediram que a França não tivesse tentado impor a sua presença, ainda que de forma mais subtil do que na Argélia, tendo porém evitado o confronto com os interesses ingleses no Mediterrâneo.

A rivalidade entre a França e a Inglaterra centrada em torno da Tunísia escorava-se em diferentes opções geoestratégicas na defesa de interesses mais vastos. À Inglaterra interessava reforçar, apoiando de várias formas, a soberania otomana sobre o espaço tunisino, enquanto a França jogava a cartada da autonomia, naturalmente sob o seu controlo. Em Tunes, a elite otomana apoiou a política francesa, enquanto a elite local optou pelo campo inglês e de Constantinopla, olhando as margens do Bósforo como última esperança.

O período que se seguiu a 1830 constituiu um voltar de página nas relações da Tunísia com a Europa, tendo como consequência o modo de organização e funcionamento do Estado tunisino. O início do século XIX foi marcado de forma indelével pelo doloroso processo de penetração do capitalismo europeu, traduzido nas suas diferentes manifestações e consequências: comerciais, com o enfraquecimento do mercado interno, através do permanente fluxo de mercadorias oriundas do exterior e a rapacidade dos negociantes estrangeiros sobre as exportações tunisinas; financeiras, através do endividamento permanente e crescente, resultante da alteração da estrutura das trocas comerciais; militares, face à pressão em que se configurou para o espaço tunisino a ocupação militar da Argélia pelo poderio militar francês; culturais, tendo em conta a invasão do seu mundo por conceitos e paradigmas da ideologia europeia.

A eclosão de um novo tipo de imperialismo, as reformas encetadas pelo velho império otomano desestabilizaram de vez o *Beylik*. Este comprometeu-se definitivamente na via reformista, estilhaçando a ordem política caracterizada até aí pela marginalização de um Estado assegurando o mínimo de funções da sociedade onde deveria colher a sua legitimação.

O poder em Tunes tentou encetar algumas reformas de cariz europeu ou turco. Em 1846, tentando cativar a boa vontade das potências europeias, encerrou o seu mercado de escravos. Outras reformas foram iniciadas no intuito de renovar o poder militar e a sua organização. Em 1840 fundou-se uma escola militar, para a

qual se recrutaram instrutores turcos e europeus. Todavia, a nova força que ali teve origem funcionou mais como uma polícia para a manutenção da ordem exigida pela colónia europeia e seus porta-vozes, as autoridades consulares.

Como em outros espaços magrebins, a reforma fiscal, tentada implementar pelos *bey*s tunisinos, sublinhou as contradições da sua sociedade. Todas as medidas tendentes a equilibrar os gastos públicos, na perspectiva do equilíbrio orçamental, foram abortadas pela pressão permanente dos comerciantes estrangeiros, que viam em qualquer política de austeridade, com esse objectivo, um sinal de inequívoca hostilidade para com os seus países de origem.

O fim último das comunidades constituídas por cidadãos europeus era a liberdade de comércio. A oposição a este desígnio apontava as suas baterias ao sistema jurídico islâmico. O que mais desagradava aos homens de negócio europeus operando no espaço tunisino, relativamente ao seu sistema jurídico e à lei muçulmana, era a sua característica comunitária, representada na defesa da propriedade colectiva e do salário justo. Sob pressão europeia, levada a cabo através dos seus cônsules, o poder tunisino alterou substancialmente a sua legislação, concedendo, entre outras disposições, aos não muçulmanos o direito de adquirir bens fundiários.

Em 1857 promulgou-se o Pacto de Segurança, que consignava todo um conjunto de princípios traduzindo valores credores, do ponto de vista formal, do modelo de Estado em vigor nas potências europeias. Todavia, este Pacto, inspirado nos ventos que sopravam de Constantinopla e adoptado sob a inevitável pressão europeia, servia naturalmente os interesses geoestratégicos destas últimas.

No seguimento do Pacto de Segurança, sempre sob tutela ocidental, um novo instrumento institucional foi codificado e proclamado em Janeiro de 1861. Sem apoios e raízes na sociedade local, teve contudo vida curta, sendo logo suspenso em 1864. Não conseguiu sobreviver à importante crise financeira e social traduzida na duplicação da *mejba*, que teria como objectivo garantir um empréstimo, contraído no exterior, a juros proibitivos.

Com o apoio dos seus cônsules, naturalmente muito bem fundamentado por variadas manifestações de poder militar e naval por parte de algumas potências que representavam, a colónia estrangeira na Tunísia impôs todo um conjunto de reformas de natureza liberal. Na realidade, as potências mais directamente interessadas nos jogos estratégicos urdidos à volta do Mediterrâneo tinham, na Tunísia, iniciado um processo de desmembramento do Estado com o fim de o colocar ao serviço dos seus interesses. Por outro lado, para o poder instalado no espaço tunisino, o objectivo das reformas que tentara implementar era o de afastar o perigo de qualquer intervenção externa. O que, na realidade, conseguiu, a curto prazo, foi preparar as condições para essa intervenção, acelerando-a.

Os movimentos mais significativos de recusa da conjuntura interna vivida no território tunisino vão ter como ponto de partida as comunidades rurais,

concitando em si também esperanças infundadas no apoio do sultão em Constantinopla e dos cônsules estrangeiros. Entre 1864 e 1870, as revoltas sucederam-se, deteriorando uma situação que as secas, as fomes e as epidemias tornavam ainda mais insustentável.

Em 1864 eclodiu no espaço tunisino uma insurreição generalizada. Esta excedia em muito o âmbito das pequenas revoltas locais e punha em causa não só as exacções fiscais, mas também, e sobretudo, os próprios fundamentos do Estado, percebido pelas populações como organismo dedicando-se à pilhagem dos nacionais sob tutela externa. Pela primeira vez, o movimento de 1864 saltou barreiras. Ignorou as tradicionais clivagens da sociedade tunisina e reuniu praticamente o conjunto das tribos, reaproximando beduínos de um lado, e comunidades urbanas e rurais, do outro. A revolta tomou dimensão nacional e trouxe consigo um dado de alguma forma inovador que se traduziu na oposição generalizada à dominação europeia. Todavia, não trazia ou preconizava qualquer projecto político novo que induzisse à procura de outro tipo de Estado, a insurreição defendia o regresso à antiga ordem e buscava o seu suporte ideológico na defesa do Islão face à ameaça, bem real, da Cristandade ou daqueles que diziam agir em seu nome, invocando o nome de Deus em vão. As reformas, apesar de tudo, prosseguiram sempre com o fim último de servir os interesses estrangeiros.

Agravada pela insurreição e pelas consequências da repressão que se seguiu, a desagregação das condições económicas levou o poder beylical a contrair um novo empréstimo internacional, em 1865, que acabou naturalmente por levar ao agravamento da dívida externa, traduzindo-se a perigosidade do momento na constituição, em 1869, de uma Comissão Financeira internacional integrada pela França, Inglaterra e Itália (Camau 41). Em 1880 e 1881, a população possuía a clara noção que fazia parte de um Estado que lhe pertencia cada vez menos. Como na Argélia, a violência económica, a legal e a militar sucederam-se, segundo ordem inversa, mas com o mesmo resultado (Laroui 302).

### *Do triunfo do colonialismo às independências*

De 1880 à grande depressão de 1929, o colonialismo triunfou em todo o Magrebe. A administração da Argélia estava vinculada a importantes personalidades da política em Paris. A Tunísia tinha sido ocupada. Marrocos submetera-se ao controlo internacional na Conferência de Madrid. Com a perda de autonomia marroquina acelerou-se o processo de destruição da sociedade magrebina (Laroui 314).

Ao movimento que, no século XIX, os europeus tinham iniciado, no sentido claro de reformar a sociedade do Magrebe, sempre tendo em conta a máxima rentabilização dos seus interesses comerciais, políticos e geoestratégicos, opôs-se outro. No século XX, as sociedades magrebina, em tempos diferentes, encetaram

uma dinâmica oposta, tentando partilhar com os europeus a condução do seu próprio destino.

A reduzida colónia europeia na Argélia, no século XIX, transformou-se numa sociedade alargando a cada passo as suas exigências de maior autonomia administrativa em relação à metrópole francesa. No final da segunda década do século XX, a população europeia habitando o espaço argelino atingia um número que já excedia as 800 mil pessoas.

A questão da posse da terra revelou-se, na Argélia, crucial para todo o processo de rejeição do colonizador. Antes da invasão europeia, era ignorada a propriedade privada tal como ela era entendida na Europa, pois não se conhecia senão uma complicada hierarquia de direitos sobre a terra: os direitos do *Dey* e os direitos das tribos. Que as melhores e mais produtivas parcelas de terras tenham mudado de mãos, que o *fellah* apenas tivesse ficado na posse, em média, de três hectares para a prática da agricultura de subsistência, pouco importou ao colonizador francês. Tudo foi apresentado como obra do progresso que os colonizadores vindos da margem norte do Mediterrâneo outorgavam ao povo argelino.

Entre 1880 e 1908, mais de meio milhão de hectares passaram, em condições muito duvidosas, roçando a espoliação, da posse dos seus legítimos proprietários argelinos para as mãos de europeus. O interesse na exploração agrícola, já anteriormente manifestado por Bugeaud em 1840, foi transposto para a prática e, na realidade, até 1914, a colonização fez depender o seu futuro e viabilidade económica do exercício dessa actividade. Colonização e colonização agrícola assumiram, na Argélia, o mesmo significado, tomando a palavra «colono» o sentido de agricultor. A população tinha perdido, em 1919, sete milhões e meio de hectares, que o Estado, os particulares e as grandes sociedades capitalistas tinham disputado e partilhado. As consequências que daí advieram para o conjunto da população argelina foram terríveis, arruinando as suas defesas económicas mais primárias e deixando toda a população rural nas mãos de usurários que lhe ofereciam créditos e empréstimos em tempos de fome.

A Argélia teve inevitavelmente de sentir o choque da Primeira Grande Guerra. Ao recrutamento indígena, acrescentou-se mais tarde o número de mais de cem mil naturais da colónia requisitados para tentar suprir na metrópole a carência de mão-de-obra francesa. Ao sublinhar das diferenças constatadas nas trincheiras, juntou-se a descoberta da fábrica, das lutas reivindicativas da classe operária francesa e da nova realidade que foi a descoberta de um espaço exterior ao território argelino.

No rescaldo da Primeira Guerra Mundial e das suas sequelas, o colapso do império otomano converteu-se num acontecimento traumático para o Islão, cimentando a consciência de independência nacional e depois o sentimento de rejeição das potências estrangeiras que o dominavam.

Após o conflito que assolou e enfraqueceu a Europa, acentuou-se a organização da Argélia francesa. Os colonos conseguiram a obtenção de um importante

empréstimo para pôr em prática um ambicioso projecto de obras públicas, visando otimizar a exploração do espaço argelino. Nestas obras incluía-se um plano de irrigação de terras, construção de barragens e outras infra-estruturas agrícolas. A estrutura da propriedade agrícola mudou, como também mudou a sua forma de exploração. A vinha passou a ser a cultura principal em detrimento da exploração cerealífera. A opção vinícola levou também ao empobrecimento do pequeno colono e sobretudo do campesinato indígena.

A Grande Depressão abalou profundamente a Argélia e generalizou o modo de produção capitalista na agricultura ao conjunto da sociedade. Protegido e amparado nos poderes públicos, o grande colono latifundiário viu a sua posição reforçada e cresceu até 1940, em prejuízo de todo o tecido social muçulmano, do qual inevitavelmente necessitava para a prossecução dos seus objectivos empresariais (Stora 49).

Do desastre social que acabou por se revelar a colonização das grandes explorações agrícolas em território argelino resultou uma multidão de deslocalizados, de camponeses empobrecidos, vergados ao peso da fiscalidade, por oposição à elite autóctone que viu os seus bens de alguma forma escaparem à espoliação agrícola como prémio de colaboração com o colonizador e muitas vezes partilhando com ele os bens pilhados ao campesinato indígena.

A crise estrutural da agricultura argelina esteve na origem dos movimentos migratórios que se lhe sucederam. Entre o início do século e 1954, a população argelina duplicou, constituindo-se um excesso da população rural não absorvido pelos centros industriais de dimensão exígua. Por outro lado, a mecanização da actividade agrícola gerada pela exploração latifundiária conduziu inevitavelmente a consideráveis níveis de desemprego. À grande massa populacional no desemprego apresentaram-se três opções: permanecer nas suas comunidades rurais e afrontar a miséria, errar em torno dos centros urbanos incapazes de as absorver, tomar o caminho da emigração em direcção território francês. Foram estes, na realidade, os caminhos seguidos.

Em nenhuma outra época, os interesses franceses no Mediterrâneo de influência muçulmana tinham sido tão importantes. Do Atlântico ao Machrek, as empresas francesas asseguravam a construção e exploração de infra-estruturas portuárias, estradas e caminhos-de-ferro. Os bancos franceses dirigiam e controlavam complicadas operações financeiras. A Argélia passou a ocupar o quarto lugar como parceiro comercial da França, com quem ela efectuava mais de 90 por cento das suas trocas comerciais, atingindo os capitais franceses aí investidos também mais de 90 por cento da totalidade do capital investido na Argélia.

O Estado francês passou a ser, simultaneamente, recrutador e controlador de mão-de-obra argelina em direcção ao seu território. Depois da Primeira Guerra Mundial, as necessidades da sua indústria, as grandes obras públicas essenciais para a reconstrução de regiões devastadas, requerem o afluxo de mão-de-obra



66. Argel durante a ocupação francesa. (col. MGMV)

emigrante que chegará ao sabor das várias crises económicas magrebinas e dos anos de más colheitas. A primeira grande vaga de emigração situou-se entre 1920 e 1924 e não foi naturalmente bem acolhida pelos empresários e colonos explorando os recursos argelinos, que viram a sua base de recrutamento a baixos salários sensivelmente diminuída.

A emigração argelina, na qual também se pode ver uma forma de resistência, teve importância assinalável para o futuro da Argélia. O camponês proletarizou-se e a sua aprendizagem como assalariado processou-se nas fábricas francesas, bem assim como a descoberta de novas formas de luta e organização que o levaram à inserção em movimentos de trabalhadores como a CGTU e, mais tarde, na *Étoile Nord-Africaine*. A emigração argelina foi a mais antiga e organizada de todo o Magrebe.

No início da década de 30 do século xx, as grandes empresas francesas instalaram-se na África e na Indochina, ao mesmo tempo que se preparavam as comemorações do centenário do desembarque francês em Argel. A opinião pública associava-se à solenização de um evento que tinha como objectivo celebrar a admirável obra de colonização e civilização francesas entre 1830 e 1930.

Todavia, em 1930, nascidos da expansão das ideias comunistas na Europa, já se faziam sentir os ventos da contestação ao processo de colonização. Os medos temporariamente gerados pela insurreição no Rif contra a presença europeia em Marrocos pouco induziram à reflexão, diluindo-se esta no fausto das comemorações do centenário.

Os partidos políticos transportam-se para a Argélia e com eles trazem a luta política, dividindo-se os *pieds noirs* e a restante população pelas formações políticas então no terreno. Em Fevereiro de 1934, cerca de dez mil pessoas, metade composta por muçulmanos, manifesta-se em Argel contra o fascismo.

No período entre as duas guerras, as aspirações nacionais argelinas agruparam-se em torno de organizações muitas vezes antagonistas quanto à forma de alcançarem os seus propósitos. Entre elas destacavam-se quatro orientações: a preconizada pelos ulémas, o movimento *Jeune Algérie*, a corrente comunista e o movimento representado na *Étoile Nord-Africaine*. A incapacidade dos diversos governos franceses, demonstrada pela não introdução de reformas que a conjuntura interna e externa mais do que justificavam, levou à deterioração do ambiente político vivido na colónia norte-africana que só a Segunda Guerra Mundial aquietou.

Em 1943, Ferhat Abbas lançou o seu manifesto. A declaração Roosevelt sobre o reconhecimento dos povos terem o direito de serem actores dos seus próprios destinos, o apoio das tropas recrutadas nas colónias no teatro de operações europeu, na luta contra os nazis, criaram infundadas esperanças nos argelinos quanto à alteração do seu estatuto. A resposta de Paris não se fez esperar e foi brutal. A reacção francesa aos motins de Guelma e de Sétif arredou o povo argelino da ilusão de prosseguir a sua luta rumo à emancipação por meios legais e pacíficos. As correntes adeptas da luta armada passaram a ser preponderantes e desencadearam-na, em 1 de Novembro de 1954. Após oito anos de guerra pela independência e um referendo levado a cabo em 1 de Julho de 1962, esta foi obtida e proclamada simbolicamente a 5 do mesmo mês, data em que se completavam 132 anos sobre o desembarque do ocupante em Sidi-Ferruch.

Os complicados caminhos que conduziram às independências magrebina passaram também por intrincados jogos diplomáticos, nos quais se acabaram por dirimir interesses e objectivos, cuja recusa final por parte dos povos que eram os seus alvos, no caso muito especial de Marrocos, levou ao sacudir do jugo do colonizador.

No início do século xx, a política colonial francesa pensou encontrar-se apta a tirar partido da situação vivida na Europa. No ano de 1900, a Itália renunciou às suas ambições em Marrocos a favor da França. Em 1904 é a vez da Inglaterra e, algum tempo depois, a Espanha forçou um acordo com a França sobre a partilha do império xarifino. Marrocos, depois de todos os seus esforços e de uma política de ambivalência diplomática, não vislumbrou senão a Alemanha como entidade capaz de desempenhar papel fulcral na política de equilíbrio que pretendia levar a cabo face aos expansionismos francês e espanhol. Tendo em conta este pressuposto, jogou a sua última cartada durante a Conferência de Algeciras, com o fim bem evidente de obstar à instalação de um protectorado francês em Marrocos.

A internacionalização do problema marroquino atingiu o clímax no final de 1911, com a assinatura do acordo franco-alemão. Todavia, até chegar a este ponto teve lugar toda uma série de acordos secretos com as potências europeias, interessadas na disputa do espaço magrebino, antes da Conferência de Algeciras, no início de 1906. Em finais de 1900, a França e a Itália assinaram um acordo no qual consignaram mutuamente o direito exclusivo de exercer influência, a primeira sobre Marrocos, a segunda sobre a Tripolitânia, e sobretudo,

no caso de uma colonizar um dos referidos territórios, a outra poder agir de forma recíproca.

No ano de 1904, concluiu-se um acordo entre a França e a Inglaterra, usando como pretexto o restabelecimento da ordem no território marroquino e garantir a segurança da colônia estrangeira que ali habitava. Havia três condições de assinatura deste acordo impostas pela diplomacia de Londres: os interesses do governo de Sua Majestade em toda a costa marroquina deveriam ser protegidos, tendo em conta a manutenção da posição estratégica de Gibraltar; as pretensões territoriais espanholas deveriam ser salvaguardadas, o que lhe conferia o estatuto de pequena potência de reduzido peso no equilíbrio europeu no Mediterrâneo; os interesses económicos da Inglaterra em Marrocos teriam de ser mantidos a todo o custo. O acordo firmado, em 8 de Abril de 1904, do qual, tudo leva a crer, o sultão Abdelaziz só tomou conhecimento através da imprensa europeia, deixava as mãos livres à França em Marrocos, na condição de ali zelar pela protecção dos interesses comerciais e estratégicos britânicos.

Por fim, em Outubro de 1904, era rubricado o acordo franco-espanhol que, na realidade, ficava muito aquém dos verdadeiros interesses da monarquia ibérica. No entanto, este teve largo alcance, já que, na segunda metade do século xx, quando ocorreram as independências magrebina, deu lugar às discussões sobre zonas de influência.

Houve, contudo, uma potência que não se sujeitou ao que foi congeminado pela França com os outros poderes mediterrânicos. A Alemanha temeu pelos seus interesses em Marrocos e viu na perda da independência do sultão uma ameaça bem real às suas posições e à política europeia que defendia para o Mediterrâneo e que se resumia à intenção de ali impedir o domínio de uma só potência (Benjelloun 128). As exigências alemãs, tendo como objectivo internacionalizar a questão marroquina, impossibilitando a França de a regular a seu belo prazer, levaram esta última a recusar a ideia, ameaçando com a intervenção no espaço marroquino. A resposta da Alemanha não tardou e traduziu-se na ameaça de quebra da fronteira francesa pelas suas tropas. A recusa da França às negociações levou também o imperador Guilherme II ao desembarque em Tânger, em Março de 1905, onde proferiu um discurso pleno de ameaças para as potências europeias. A Alemanha renovou então a proposta de uma conferência internacional, aceitando-a o sultão, sempre na esperança de escapar ao protectorado francês.

A Conferência de Algeciras será convocada sob o alto patrocínio dos Estados Unidos no início de 1906 e reuniu todos os signatários da Conferência de Madrid, para além da Rússia, não resolvendo o diferendo franco-alemão e acabando por colocar o império marroquino sob controlo internacional. A delegação de Marrocos, conduzida por Mohammed Torres, não desempenhou ali qualquer papel de relevo, sendo aos Estados Unidos que coube exercer o papel de mediador. Face aos resultados que dali advieram, podemos afirmar que o principal interessado, Marrocos, foi ignorado. O documento final, assinado em Abril de 1906, reconhecia

formalmente a independência, a soberania e a integridade do império xarifino, mas na prática as medidas tomadas negavam-no.

As consequências da conferência tinham-se revelado substancialmente diferentes daquelas desejadas por Marrocos e a Alemanha. Não só a independência marroquina não tinha sido de facto acautelada, como também a Espanha e a França viram reconhecidos os seus interesses muito particulares (Berramdane 29). Na realidade, a França viu a sua influência na Mauritânia reconhecida, deixando à Espanha o Rio do Ouro e o território de Saguiet el Hamra. Ao mesmo tempo impunha, em Março de 1912, ao soberano marroquino Mawlay Hafid um tratado de protectorado e concedia simultaneamente a Madrid duas zonas de influência: o Rif, no Norte, Ifni e Tarfaya, no Sul.

A personalidade de Lyautey, dominará, assegurando a penetração francesa, a cena política em Marrocos entre 1912 e 1925. E embora o marechal de França tenha respeitado as tradições culturais e as antigas estruturas da sociedade marroquina, o facto marcante é que a exploração por parte do colonizador, agora sob formas mais subtis, prosseguiu (Balta 109).

A resistência foi, todavia, feroz. Abdel Krim sublevou o Rif, infligindo pesada derrota às forças espanholas em Anoual, em 1921, só sucumbindo perante uma coligação franco-espanhola. Em 1925, o marechal Lyautey, considerado demasiado liberal pelo poder em Paris, é chamado à pátria.

A transformação das mentalidades, devido ao desenvolvimento dos centros urbanos e ao surgimento de uma pequena burguesia citadina oriunda dos negócios, possibilitou o nascimento de um novo estilo de oposição em tudo parecido com o que então se praticava na Europa. Enquanto nascia o Partido Comunista Marroquino, o Comité de Acção cindia-se em duas tendências, dando lugar ao Istiqlal (1943), de Allal el Fassi, e ao Partido Democrático (1946), de Al Ouazzani. Marrocos entrou assim num ciclo de resistência-repressão que só terminaria com a independência, em Março de 1956.

Um momento alto deste ciclo teve lugar em Casablanca no mês de Dezembro de 1952. A crise conheceu o seu auge quando o soberano marroquino foi destituído num conluio, contranatura, de importantes personalidades de Marrocos com o Residente Geral, em Agosto de 1953. A situação decorrente deste acto vai detonar a mobilização popular, que se revelou impossível de jugular. Em Novembro de 1955, Antoine Pinay assinou, com o sultão Mohammed V, o acordo que conduziria à independência, em 1956.

A tutela da França, Inglaterra e Itália não traduziu apenas os efeitos negativos da pressão do Estado sobre a sociedade e a subalternização da Tunísia no quadro do capitalismo europeu. Ela funcionou como principal causadora do falhanço da sua política externa que, face às mudanças do império otomano, jogou a dupla cartada da aproximação à França e da exploração da rivalidade franco-britânica. Embora depois tivesse surgido por parte da diplomacia de

Tunes a tentativa de reatamento dos laços com Constantinopla, a realidade é que o reconhecimento, no Congresso de Berlim, da possibilidade da França poder consolidar as suas posições na Tunísia, deixava a esta última escassa margem de manobra.

Na sequência de um dos muitos dos conflitos tribais que tiveram lugar na fronteira tunisino-argelina, o poder francês encontrou o momento ideal para o desencadear da intervenção militar e assim fazer penetrar as suas tropas em território tunisino. A «anárquica» situação que caracterizou a conjuntura magrebina configurou-se mais uma vez como motivo para a intervenção «civilizacional» francesa, como se revelou também, mais tarde, razão primeira quando alguma historiografia europeia analisou a intervenção das potências no espaço africano.

Em Maio de 1881, pelo Tratado do Bardo, o *Bey* reconheceu a ocupação da Tunísia pela França, tendo em conta o restabelecimento da ordem, segurança interna e externa, bem assim como a ingerência do poder político de Paris na gestão das suas finanças públicas. Juntamente também com a defesa dos interesses em matéria de política externa, agora também entregues à França, o Estado tunisino renunciou à soberania no plano militar e financeiro. No entanto, nas concessões ao poder francês, dois anos depois, pela Convenção de La Marsa, de Junho de 1883, o poder em Tunes outorgava à França a possibilidade de impor as reformas judiciais, administrativas e financeiras que julgasse por bem implementar para a correcta administração do seu território. Sob a denominação de Protectorado, palavra cujo significado era na realidade mais suave que o de anexação, traduzindo a conjuntura vivida no espaço argelino em 1830, o *Beylik* abdicava de toda a soberania. O processo «civilizacional» que se seguiu à assinatura da Convenção de La Marsa proporcionou o confronto entre a sociedade colonial e a burguesia tunisina, cujas reivindicações e protestos contra a instauração do protectorado deram origem ao movimento dos Jovens Tunisinos, em 1907.



67. Tunes, mercado árabe.  
(col. MGMV)

A participação de um largo contingente tunisino na Primeira Guerra Mundial, nos campos de batalha do continente europeu, gerou, como na Argélia, ambições e as inevitáveis desilusões. O gesto de reconhecimento, aguardado há muito, pelos nacionalistas acabou por nunca chegar e a reacção que daí adveio corporalizou-se na criação do Destour em 1920. A adesão de um jovem advogado, Habib Bourguiba, chegado de França e imbuído dos ideais da Terceira República alterou, de forma irreversível, a conjuntura interna e externa tunisina. Mais tarde, em 1934, na sequência da luta contra o velho Destour, que considerava demasiado conservador e retrógrado, acabou por fundar o Neo-Destour.

O fim da Segunda Guerra Mundial redundou noutra desilusão para os nacionalistas tunisinos, traduzida na eclosão de novas ondas de violência dominadas por acções de luta armada. Em Julho de 1954, Pierre de Mendès France rumou à Tunísia, onde, em Cartago, promete a autonomia, acelerada inevitavelmente pela insurreição argelina. Mendès France entrou secretamente em contacto com Bourguiba, que acabou por participar nas negociações de Paris que conduziram ao reconhecimento da independência pelo colonizador, em 20 de Março de 1956. Em 25 de Julho de 1957, a República foi proclamada e, no dia 1 de Junho de 1959, foi promulgada a nova Constituição.

Na segunda metade do século xx, o Magrebe tinha acedido no seu conjunto à independência. A sua afirmação na cena internacional iria ser um outro processo que se desenrolaria a diferentes velocidades, ao sabor das várias conjunturas internas e externas das realidades políticas magrebina e dos poderes que as rodeavam.

Concluindo, a imagem que imbuuiu toda a sociedade portuguesa no século xix e primeira metade do século xx caracterizou-se fundamentalmente por dois aspectos significativos: a não inclusão na sua definição das marcas identificadoras do olhar europeu sobre a realidade islâmica e a ambiguidade que oscilou entre a condescendência civilizacional e o realismo pragmático das opções geoestratégicas. Temperando estes dois aspectos, impedindo a sua anulação recíproca, assumiu particular relevo a inata capacidade portuguesa de relacionamento com outras realidades culturais, absorvendo muitas das suas características, mesmo quando aparentemente antagónicas do seu ideário político-religioso.

Pela análise de fontes, impressas e manuscritas, pelo seu ineditismo decorrente de serem geralmente pouco utilizadas quando se abordam estas matérias, concluímos que a imagem do Islão magrebino que se pretendeu passar à opinião pública portuguesa não correspondia àquela outra com que os produtores da documentação se depararam no terreno. Ela teve como razão primeira apenas pressupostos ideológicos, induzindo ou caucionando procedimentos tendentes a almentar opções geoestratégicas, muitas vezes ignorando a conjuntura externa que envolvia uma pequena potência vivendo o ténue fôlego de glórias passadas.

Entre o vivenciado pelos cativos portugueses nos Banhos argelinos e o transmitido para o Reino encontrava-se significativa diferença, mesmo se se tiver em

conta as especificidades sociais, políticas e ideológicas existentes no seu seio. Entre a rapacidade dos homens de negócio portugueses que, à revelia das indicações dos seus representantes em Marrocos, continuavam a frequentar os portos da sua costa atlântica, mesmo quando em insurgência contra o seu legítimo sultão, e aquilo que devia ser o respeito pelas características muito próprias do Islão marroquino existia uma substancial diferença. A tudo o carácter inclusivo do Islão magrebino resistiu e absorveu. A tudo o estoicismo dos representantes de Portugal no Magrebe, nomeadamente a insigne dinastia dos Colaço, obstou, zelando para que as relações com o império xarifino tivessem atingido níveis de excelência, apesar das dificuldades vividas pelo Reino, tanto no âmbito da conjuntura interna como no da externa.

A primeira metade do século xx, face à redução de Portugal ao seu papel de potência periférica, como o atestam as críticas da imprensa de Lisboa no rescaldo da Conferência de Algeciras por aquilo que ela não concedeu ao reino português, assiste ao ressurgimento de uma condescendente superioridade civilizacional em relação ao Islão magrebino e ao enaltecimento da missão «civilizadora» da França de Lyautey no Norte de África. As obras veiculadoras desta ideia que um incipiente movimento de trocas comerciais não consegue esconder trazem-nos, contudo, e contraditoriamente, a imagem de milhares de portugueses trabalhando em Rabat, Mequinez e Casablanca, representantes de uma colónia que o Islão magrebino na sua universalidade não pretendia anular.

O fim da primeira metade do século xx leva-nos ao encontro com o reconhecimento do valor civilizacional representado pelo Islão, muito particularmente aquele que Manuel Teixeira Gomes transmitiu a Norberto Lopes quando este o visitou em Bougie. O seu apreço pelo Magrebe foi expresso na obra do escritor e jornalista português revelada aos seus contemporâneos, constituindo um marco, entre alguns outros, que conduziu ao surgimento de um alargado número de estudiosos que irá desenvolver trabalhos no âmbito da história das relações luso-magrebinas e da imagem positiva hoje desfrutada pelo Islão no seio da sociedade portuguesa.

O período que decorreu entre 1860 e 1941, anos do nascimento e morte de Manuel Teixeira Gomes, foi marcado, em relação ao espaço magrebino, pela intensificação da pressão europeia, triunfo do colonialismo e consequente ascensão das realidades políticas norte-africanas à independência.

A «anarquia», palavra usada com muita frequência para caracterizar a situação no Magrebe pelas chancelarias das potências europeias e depois por muita da sua historiografia, o superior interesse civilizacional, devidamente escorado ideologicamente por séculos de produção nas mais variadas áreas do conhecimento, levará à tentativa da Europa dirimir os seus interesses na margem sul do Mediterrâneo.

A França sairá, com a conviência estratégica da Grã-Bretanha, vencedora do confronto que levará as sociedades magrebinas a acordarem do sonho igualitário no pesadelo das trincheiras da Primeira Guerra Mundial e nos campos de batalha

européus devastados pelos exércitos alemães no segundo conflito de dimensão planetária que assolou o Velho Continente.

As independências acabarão por ter lugar na segunda metade do século xx respeitando as características muito próprias das sociedades norte-africanas e também as relações substancialmente diferenciadas que as realidades políticas magrebínas, Tunes, Argel e Marrocos, mantiveram com o colonizador.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) — Caixa «Norte de África» 389, Cópia da Carta de Martinho de Melo e Castro para o governador da província da Duquela, datada do Palácio de Queluz, 24 de Novembro de 1794.
- AHU — Caixa «Norte de África» 389, Reflexões sobre a necessidade da paz com Marrocos.
- AHU — Caixa «Norte de África» 393, Reflexões sobre as vantagens de um tratado de paz com a regência de Argel.
- AHU — Caixa «Norte de África» 407, Lista de Passageiros que vêm a bordo da fragata Perola, surta no Tejo, 9 de Julho de 1813.
- AHU — Caixa «Norte de África» 421, Carta do príncipe D. João ao pretendido rei de Marrocos, datada do Palácio de Queluz, 16 de Abril de 1796.
- AHU — Caixa «Norte de África» 426, Carta de Frei Manuel Rebelo da Silva para D. Miguel Pereira Forjaz, datada do Convento de Nossa Senhora de Jesus, 9 de Março de 1814.
- AHU — Caixa «Norte de África» 429, Lista dos turcos na Cadeia da Gallé do Real Arsenal da Marinha, em 15 de Maio de 1810.

### Fontes impressas

- Diário de Notícias* n.º 14 466, 6 de Março de 1906.
- Jornal do Comércio* n.º 15 606, 20 de Janeiro de 1906 e n.º 15 665, 4 de Abril de 1906.
- O Século* n.º 8631, 8 de Janeiro de 1906.
- Relação do resgate que por ordem delrey nosso senhor D. João V, rey de Portugal, se fez na cidade de Argel pelos Padres Redemptores os prégadores geraes Fr. Joseph de Paiva, e Fr. Simão de Brito da Ordem da Santissima Trindade da Redempção de Cativos da Provincia de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina da Música, 1726.

### Trabalhos citados

- Balta, Paul. *Le Grand Maghreb: Des independences à l'an 2000*. Paris: La Découverte, 1990.
- Belhamissi, Moulay. *Histoire de la Marine Algerienne (1516-1830)*. Alger: ENAL, 1983.
- Benjelloun, Therese. *Visages de la Diplomatie Marocaine depuis 1844*. Casablanca: Éditions ED-DIF, 1991.
- Bennassar, Bartolomé et Lucile Bennassar. *Les Chrétiens d'Allah: L'histoire extraordinaire des renégats: XVIe et XVIIe siècles*. Paris: Perin, 2006.
- Berramdane, Abdelkhaleq. *Le Maroc et L'Occident*. Paris: Khartala, 1987.
- Camau, Michel. *La Tunisie*, Paris: PUF, 1989.
- D'Aranda, Emanuel. *Les Captifs d'Alger*. Texte établi par Latifa Z'rari. Paris: Éditions Jean- Paul Rocher, 1997.

- Frémeaux, Jacques. *La France et l'Islam depuis 1789*. Paris: PUF, 1991.
- Julien, Ch. André. *Histoire de L'Afrique du Nord: Des origines à 1830*. Paris: Payot, 1994.
- Le Registre des Prises Maritimes. Traduction D'un Document Authentique et Inédit Concernant Le Partage des Captures Amenées par Les Corsaires Algériens par Albert Devoux*. Alger: Typographie A. Jourdan, 1872.
- Laroui, Abdallah. *Historia del Magreb: Desde los orígenes hasta el despertar magrebí: Un ensayo interpretativo*. Madrid, MAPFRE, 1994.
- Lopes, Norberto. *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1942.
- Mathiex, Jean. «Sur la Marine Marchande Barbaresque au XVIIIe siècle.» *Annales E.S.C.* 1958, pp. 87-93.
- Outeiro, José Maria Claro. *Apontamentos sobre o Estado das Pescas na Área de Olhão*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.
- Paradis, Venture de. *Tunis et Alger au XVIIIe siècle. Mémoires et observations rassemblés et présentés par Joseph Cuoq*. Paris: Sindbad, 1983.
- Rodinson, Maxime. «La Fascination de l'Islam» suivi de «Le Seigneur Bourguignon et l'Esclave Sarra-sin». Paris: La Découverte, 1989.
- Rodrigues, Urbano. *A França em Marrocos*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1942.
- Passeio a Marrocos*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935.
- Stora, Benjamin. *Histoire de l'Algérie coloniale (1830-1954)*. Paris: La Découverte, 1991.

## NOTAS

- 1 Dos relatos impressos destacamos: *Nova relação de hum Grande Terremoto que no dia 9 do mez de Dezembro do anno de 1752 Succedeo na cidade de Tunes, Capital do Reyno de Argel: Calamidades, que experimentarão aquelles Barbaros na prezente secca; noticia de algumas expiações ridiculas, que tem feita para applacar o seu falso Profeta, copiado de huma Carta que escreveo hum Marinheiro cativo naquella Cidade, natural da Ericeira*, publicado em Lisboa no ano de 1753; *Relação dos crueis castigos que derão na cidade de Argel a dezesseis captivos Christãos, Que por quererem buscar a sua liberdade, por se verem em rigoroso captiveiro, forão apanhados na sua fugida*, publicado em Lisboa no ano de 1758; *Nova relação e verdadeira notícia exposta ao publico do grande cazo, que succedeo a hum Cavalleiro Italiano, a outro velerozo Espanhol, chamado Pedro Pizarro na cidade de Argel e dos grandes martirios, que este padeceo pela Fé de Christo na mesma Cidade cuja noticias se remeteo a esta Corte*, publicado em Lisboa no ano de 1763; *Viagens a Gibraltar a Tangere, Salé, Mogador, Sta Cruz, e Tarudante, e d'abi pelo Monte Atlas a Marrocos*, obra de Guilherme Lempière dada á estampa em Lisboa no ano de 1794; *História do naufrágio e cativeiro de Mr De Brisson... com a descrição dos desertos d' Africa, desde o Senegal, até Marrocos, escrita e publicada por ele mesmo em 1789...*, publicada em Lisboa no ano de 1800.
- 2 Emanuel d'Aranda nasceu em 1614 em Bruges e descendia de uma família espanhola de origem aragonesa. Publicou em Bruxelas (1656) *Relation De la captivité, Et liberté Du Sieur Emanuel De Aranda, Mené esclave à Alger en l'an 1640, Mis en liberté l'an 1642*. Esta obra teve larga difusão europeia e conheceu uma edição americana (1796), com toda a certeza ligada às tensões vividas no Mediterrâneo entre a Argélia e os Estados Unidos no período de 1785 a 1797.
- 3 James Scarnichia, oficial da Marinha de Guerra portuguesa que conduziu várias missões a Argel, com especial relevância para aquela que haveria de redundar no tratado de paz com aquela regência, em 14 de Junho de 1813.
- 4 *Colorio* — Expressão usada na documentação portuguesa dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente nas relações de resgate de cativos dos Padres Redemptores da Santíssima Trindade da Província de Portugal, que se refere a *kulugli* (filho da união entre um elemento da oligarquia turca e uma mulher nativa). De notar que a documentação portuguesa da época já referenciava mouros, turcos e *colorios* com todas as diferenças sociológicas daí resultantes.
- 5 *Passeio a Marrocos*, obra de 1935, e *A França em Marrocos*, obra de 1942.
- 6 A acção do *raïs* Hamidou Ibn Ali sobre a fragata Cisne da Marinha de Guerra portuguesa, para além de o ter ligado à história de Portugal do início de Oitocentos, alterou de forma significativa o equilíbrio do poder naval no ocidente mediterrânico nas duas primeiras décadas

do século XIX, pelas alterações qualitativas e quantitativas que trouxe às forças marítimas da regência argelina.

- 7 *Graons* — Palavra utilizada na documentação portuguesa para designar variados tipos de cereais e que se encontra com frequência na correspondência trocada entre os representantes portugueses em Marrocos e o poder político em Lisboa acerca do abastecimento frumentário ao reino com origem no império xarifino. O abastecimento de cereais foi uma questão crucial no relacionamento de Portugal com Marrocos logo após o Tratado Luso-Marroquino de 1774. ,

3  
*Encontrei na África francesa mais  
desenvolvimento do que supunha:  
aspectos da vida cultural na Argélia nos anos 30*

DJAMIL AÏSSANI

Vidi Buggea che v'è di gran loda  
(Eu vi Béjaia que todos louvam)  
FAZIO DEGLI UBERTI (1305-67), *Dittamendo*

**M**ediatizada em 1997 por ocasião do colóquio internacional «Béjaia e a Sua Região através dos Séculos: História, Sociedade, Ciências, Cultura» (Aïssani, *Bougie* 35; Ferreira, *Um Peregrino* 39), depois amplificada em 1998 na Exposição Universal de Lisboa (Laggoune), a estada em Béjaia do antigo presidente português Manuel Teixeira Gomes (1931-41) foi o centro do desenvolvimento das relações entre a Argélia e Portugal nos últimos anos. Desde então, os presidentes portugueses têm visitado Béjaia e o quarto n.º 13 do hotel l'Étoile: o Dr. Mário Soares, em 1998, e o Dr. Jorge Sampaio, que, em 2006, iniciou uma visita de Estado à Argélia a partir desta cidade. Um busto de Manuel Teixeira Gomes foi, então, colocado na praça Patrice Lumumba, enquanto o novo colégio do bairro Iheddaden foi baptizado com o nome do antigo presidente.

O objectivo deste breve estudo é destacar a vida cultural na Argélia e, em particular em Béjaia, durante a estada de Manuel Teixeira Gomes (1931-41), por se tratar de um período charneira a vários títulos:

- para as autoridades coloniais, trata-se de comemorar o centenário da colonização. Concebidas como uma operação de prestígio destinada a marcar a opinião local e metropolitana francesa, as acções iniciadas ocultaram completamente os direitos dos argelinos;

- para as populações autóctones, trata-se do período de renovação do pensamento: crescimento do movimento associativo, radicalização política, reestruturação do movimento nacionalista, nomeadamente com a fundação da Associação dos Ulemás Muçulmanos Argelinos.

*Béjaia através dos tempos*

Situada no coração do espaço mediterrânico, Béjaia (Bgayet, Bougie, Bugia, Buggea), cidade da Argélia que deu o seu nome às pequenas velas (*Bougies*, em francês)

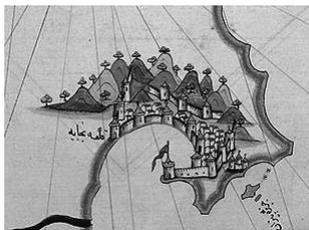
e a partir da qual se popularizaram na Europa os algarismos árabes, encerra numerosos sítios naturais e vestígios históricos que se inscrevem nos anais da sua longa história. O seu tecido urbano traduz uma ocupação humana, contínua e sistemática, desde a Antiguidade.

A ocupação pré-histórica da região de Béjaia é notável pelos numerosos sítios e jazidas ibero-mouriscas (de 20 000 a.C. a 10 000 a.C.), que se encontram em particular nos Babors setentrionais. A posição geográfica privilegiada da região prestou-se à instalação de uma feitoria fenícia ou púnica onde líbicos (antigos Berberes) e púnicos coabitavam. Cerca de 25 a.C., o imperador romano Augusto fundou aí a Colonia Julia Augusta Saldensium Septimana Immunis, para a povoar de veteranos da *legio VII Augusta*, que integrou o seu exército durante as guerras civis romanas. A cidade foi, então, dotada de numerosos equipamentos de utilidade pública.

A informação sobre o período da islamização (séculos VII-X) é escassa. O mapa político do Magrebe transformou-se por volta de meados do século XI. O reino berbere dos hammaditas, em conflito com os almorávidas a oeste e com os ziridas a este, transferiu a sua capital da Qal`a des Béni Hammad (perto de M`sila) para Béjaia — Bgayet. A antiga Saldae inaugura assim o seu papel histórico, tornando-se uma das cidades mais prósperas do Magrebe.

Sucessivamente capital de um estado independente, depois capital provincial de um império, a composição da sua população (segundo o viajante Leão, o Africano, elevava-se a várias dezenas de milhares de habitantes) era muito heterogénea. A maioria era constituída por cabilas e andaluzes, os quais formavam uma importante comunidade (al-Jama`a al-Andalusiya) dirigida por um cheikh. Além de um grupo consistente de judeus, havia ainda uma colónia cristã cuja presença é confirmada pela famosa carta do papa Gregório VII ao soberano hammadita al-Nasir, em 1076. Segundo Mas Latrie, nenhum pontífice romano tratou tão afectuosamente um príncipe muçulmano como este.

Posteriormente, as relações oficiais e comerciais com as repúblicas cristãs de Génova, Pisa, Veneza, Marselha, Catalunha e, enfim, Maiorca estabeleceram-se mediante a assinatura de tratados de comércio, de paz e sobre os bens dos náufragos. A importância de Béjaia na transmissão do saber medieval é confirmada pela estada



68. Carta de Piri Reis representando o reino de Béjaia no final do século XV.

prolongada de sábios versados em diferentes domínios do conhecimento: o poeta siciliano Ibn Hamdis, o metafísico andaluz Ibn Arabi, o matemático italiano Leonardo Fibonacci, o filósofo catalão Raymond Lulle, o historiador «tunisino» Ibn Khaldun... bem como personalidades religiosas (Sidi-Bou-Medienne, Sidi Bou Sa`id, al-Sabti, ath-Tha`aliby,...) e viajantes (al-Idrissi, al-Abdari, Ibn Battuta, Leão, o Africano...).

A história de Béjaia, em meados do século XVI, é marcada pelo recrudescimento do corso. Segun-

do Ibn Khaldun, os bougiotas não tardaram a destacar-se entre os corsários mais temidos dos marinheiros cristãos. Com o objectivo de estabelecer entrepostos comerciais de tipo colonial na costa argelina, a Espanha enviou Pedro Navarro para se apoderar da cidade em 1510. As fortificações foram reforçadas, mas a cidade foi saqueada e, em particular, os palácios hammaditas que ainda subsistiam foram destruídos. Atacados em 1513 pelo turco Aroudj, os espanhóis resistiram e mantiveram-se aí até 1555. A guarnição espanhola era continuamente sabotada pelos autóctones, apesar da visita do imperador Carlos V em 1541, e a cidade isolada vegetava. Em 1555, Salah Rais sitiou-a e obrigou o governador espanhol Alphonso de Peralta a capitular.

Durante o domínio turco, Béjaia perdeu o seu estatuto de capital, embora continuasse a desempenhar um papel importante como centro de construção naval. A ocupação francesa de Béjaia começou em 1833. A cidade e a sua região ofereceram uma resistência feroz e tornaram-se um foco de insurreição. Em 1871, a notícia da derrota francesa na Prússia e a redução dos efectivos militares coloniais na Argélia alimentaram nas populações cabilas a esperança de recuperarem a sua independência. Para punir os revoltosos, o vice-almirante de Gueydon sequestrou-lhes as melhores terras e obrigou-os a pagar uma pesada contribuição de guerra.

Na sequência da colonização francesa, numerosos europeus estabeleceram-se na Argélia. O clima e a proximidade da Europa facilitaram a fixação de várias centenas de milhares de colonos, oriundos sobretudo dos países ribeirinhos do Mediterrâneo ocidental: França, Espanha, Itália, Malta... Na década de 30 do século xx, os autóctones dedicavam-se sobretudo a actividades tradicionais. Nas cidades, eram pequenos lojistas e artesãos. A economia local apresentava-se, em geral, arcaica e imóvel. Os rendimentos eram fracos e os lucros reduzidos, apesar do enorme esforço.

Desde o início do século xx, Béjaia e a sua região desempenharam um papel não negligenciável no despertar das consciências e na estruturação do movimento nacional. Em Maio de 1945, no momento em que os Aliados celebravam a libertação em todo o mundo, a Cabília dos Babors manifestou a sua dissidência. Organizaram-se manifestações para exigir democracia e justiça face aos sacrifícios dos muçulmanos durante a guerra. O dia do armistício foi a data escolhida. A repressão colonial foi de uma ferocidade aterradora, tendo provocado 45 mil mortos.

Dois anos após o desencadear da luta armada, realizou-se em Ifni (perto de Ighzer Amokrane) o célebre congresso da Soummam (1956). Com efeito, era preciso estruturar a guerra da independência. Pelo trabalho legislativo efectuado, este congresso constituiu uma viragem e os textos então produzidos ainda hoje inspiram o destino da Argélia.

A estada de Manuel Teixeira Gomes em Béjaia coincide com os preparativos de



69. Argel, vista geral a partir do Casbah, 1906. (col. MGMV)

celebração do centenário da colonização francesa na Argélia. Nesta época, Argel era considerada a quarta cidade de França, a seguir a Paris, Lyon e Marselha. A sua população reunia duas comunidades — arabo-berbere e judaico-europeia — que viviam lado a lado, mas não se misturavam (Verdès-Leroux 1). Os grupos que constituíam estas comunidades habitavam bairros distintos. É o

caso, por exemplo, de Bab el Oued para os espanhóis, ou do bairro do porto para os italianos, sicilianos, gregos ou malteses. Quanto aos autóctones arabo-berberes, estes habitavam nas colinas, nomeadamente na *casbah*.

O centenário da colonização foi programado para fazer um primeiro balanço da «obra francesa» em África. Tratava-se de fazer o ponto da situação do estado do conhecimento sobre os diferentes aspectos da Argélia francesa (168). Neste sentido, os organizadores valorizaram «a vocação mediterrânica e ocidental da Argélia e a sua integração no império romano em oposição aos ‘séculos obscuros’ que se seguiram às invasões árabes» (169). Os «balanços» redigidos no final das festividades destacavam as seguintes conclusões: «a intervenção francesa, realização lógica e feliz, libertou o país da anarquia e do subdesenvolvimento e trouxe a prosperidade a uma Argélia pacificada, ‘província francesa’ que ocuparia doravante o seu lugar no conjunto nacional» (169). Naturalmente, a questão dos direitos políticos dos muçulmanos foi ocultada. De facto, estes balanços oficiais preparados nomeadamente por Gustave Mercier nos seus dois volumes sobre «Le Centenaire de l’Algérie» (1931) «ocultam as vozes discordantes dos comunistas ou dos políticos argelinos». É o caso, por exemplo, do farmacêutico de Sétif, Ferhat Abbas, lamentando a humilhante evocação da conquista imposta aos colonizados (169). Segundo Jacques Cantier, «a penúria argelina dos anos 30 iria em breve revelar o reverso do *décor* desta grande encenação colonial» (169). A título de exemplo, a partir de 1938 surge no diário *Alger Républicain* um longo inquérito, «Misère de Kabylie», rompendo com os clichés exóticos até então obrigatórios (158). O seu autor, Albert Camus, constata que a região foi esquecida, votada ao abandono, reinando o desemprego, o subequipamento e a incúria. A partir de factos concretos e de números, ele inverte o discurso oficial que se vangloria dos alegados benefícios da colonização (158).

### *Boom do movimento associativo*

A criação das primeiras associações na Argélia remonta ao início do século xx, em resultado, porventura, de dois acontecimentos: a reestruturação da esfera cultural argelina, empreendida desde os anos 80 do século xix e a promulgação da famosa lei francesa de 1901 sobre as associações. Os letrados da época, tanto arabófonos como francófonos, haviam participado na implementação de uma nova rede de socialização cultural, cujo elo central era constituído pelos círculos culturais (os Nawadi). Em 1902, fundou-se a Rachidiya, em Argel. Em 1907, o círculo Salah Bey foi criado em Constantine. O movimento estendeu-se rapidamente a toda a Argélia (a Amicale des Sciences Modernes em Khenchela, o Cercle des Jeunes Algériens em Tlemcen, a Sociéte al Akhouya em Mascara, a Toufikiya em Argel, a Saddikiya, o Cercle du progrès em Annaba...) e extravasa, por vezes, do espaço citadino para se implantar nas aldeias: é o caso de LUnion em Tighenif e do Progrès Saharidjien em Djemaâ Saharidj. Preocupações sociais, culturais, religiosas e políticas animavam estes círculos.

Além dos Nawadis, existiam ainda outros lugares de encontro, embora pouco numerosos: a mesquita, o *souk*, o café, o Tājmaât (isto é, a assembleia), ao nível das aldeias. Nas cidades, o Nadi compete com a mesquita, mesmo no movimento reformista (*islabiste*). O período entre as duas guerras mundiais foi a sua época gloriosa. Advogados, médicos, professores, comerciantes, funcionários, jornalistas, todos ligados às forças políticas, religiosas e intelectuais modernistas, aí se encontravam com maior ou menor regularidade e relançaram a sociedade civil, substituindo as antigas corporações pelas novas associações, numa profusão de agrupamentos, de clubes e de sociedades filantrópicas, desportivas, musicais... (Aïssani, *Historique* 1).

Quanto ao café, ele era o Nadi do povo, o círculo do pobre. Era o lugar de encontro onde trabalhadores e pequenos comerciantes partilhavam as notícias do país e do quotidiano da cidade e da aldeia. O café era também o «lugar social» para os trabalhadores argelinos, sindicalizados ou não, e local político, apesar da vigilância policial (1). Em torno destes círculos culturais e destes cafés, forjava-se uma importante vida associativa. Estas primeiras associações eram essencialmente organismos de carácter corporativo que funcionavam defensivamente como expressão de segmentos sociais politicamente conscientes e não como agrupamento generalizado da sociedade.

Parece que o verdadeiro desenvolvimento do movimento associativo na Argélia data dos anos 20. Após a Primeira Guerra mundial, este movimento, fazendo uso das possibilidades da lei de 1901, esforçou-se por evidenciar a especificidade de uma cultura e de uma espiritualidade própria do nosso país. É interessante constatar como um grupo se constitui socialmente fruto da interacção social e da sensibilidade cultural. Nesta época existiam em território francês três categorias de associação: não declarada, declarada e de utilidade pública. Estas associações

regiam-se pela lei de 1901, que permite ainda hoje, em França, criar livremente qualquer associação não declarada, sem formalidades. Basta que duas pessoas se reúnam e decidam o objecto da associação (mesmo sem estatutos e sem designação dos dirigentes).

Subsistem ainda hoje traços da densidade das corporações e do movimento associativo em território argelino dessa época. Em Novembro de 1997, os Arquivos nacionais apresentaram no colóquio internacional «Béjaia e a Sua Região através dos Séculos» uma exposição intitulada «As fontes relativas a Béjaia conservadas nos Arquivos de Constantine». Um relance sobre o fundo económico permite constatar a proliferação de sindicatos específicos, nomeadamente na região de Béjaia: Sindicato Profissional da Caixa Regional de Seguros Mútuos Agrícolas de Bougie (1928), Sindicato dos trabalhadores da construção de Bougie (1933), Sindicato dos corticeiros (1933), Sindicato dos cabeleireiros (1936), Sindicato dos marinheiros de Bougie (1936), Sindicato dos empregados da região de Bougie (1937), Sindicato dos oleiros de Bougie (1937), entre outros.

Sucessivamente, no final dos anos 30 e no início dos anos 40, várias corporações surgiram em Bougie: cabeleireiros, empregados de restauração, taberneiros, retalhistas de bronzes, transportadores terrestres, agentes gerais de seguros, embaladores de figos secos, retalhistas de tabaco, negociantes de cereais, artesãos sapateiros, industriais corticeiros, operários metalúrgicos, camionistas, merceeiros, leiteiros, hortelões, operários agrícolas, vendedores ambulantes, estivadores... (Aïssani, *Bougie* 36).

No que respeita às associações musicais e aos clubes desportivos, estes eram, de algum modo, intermediários culturais, onde se encontravam e renovavam a cultura do *Nadi* e a do café. As sociedades de música veiculavam, certamente, o valor de uma categoria específica (arte andaluza, por exemplo), mas a música *chaâbi*, por um lado, o acesso crescente dos muçulmanos aos desportos populares (futebol, boxe) e a criação de clubes desportivos muçulmanos, por outro, estabeleceram formas e lugares de troca entre as culturas do *Nadi* e do café. Estes dois tipos de associações (musical e desportiva) ocuparam maciçamente a centralidade espacial e funcional da cultura argelina dos anos 30 (Aïssani, *Historique* 3).

Assim, considerando ainda Béjaia, o Fundo «Associações diversas» dos Arquivos de Constantine permite-nos identificar, entre 1932 e 1940, as seguintes associações: La Fraternelle de Akbou em Aubervilliers (Akbou, 1938-39), La Jeunesse Sportive Musulmane de Bougie (1936), Es Salam (Bougie, 1936-37), Amicale des Origines de la Commune d'Akbou (Argel, 1937), Echabab El Fenni (Bougie, 1937), Errahmania (Soummam, 1938), Ennassiria (Bougie, 1937-38), Amicale de l'École de Chemini (Soummam, 1937), Eveil d'Aourir Oualmi de la Fayette (Bougie, 1938), El Itihad (Sidi-Aïch, 1937), Es Saâda (Sidi-Aïch, 1936-38), L'Avenir de Béni-Oughlis (Bougie, 1936-37), Association des Élèves de l' Islah (Bougie, 1937), Médersa privée

de Guelaâ, Douar Boni (Akbou, 1935), etc.

Por outro lado, existia uma forma de sociabilidade pré-associativa que conferia aos jovens dos bairros (El Houma) possibilidades de reforço da sua coesão e de enfrentarem juntos, quer o mundo dos adultos, quer a sociedade colonial. Três «escolas» contribuem para a fixação poderosa do grupo de idade e para a construção da sua solidariedade orgânica: a rua, a turma, os escuteiros. A partir dos anos 20, o futebol ganha uma enorme popularidade. A pequena equipa de bairro era uma estrutura preparatória para os agrupamentos associativos, pois alimentava a consciência de grupo, o espírito de competição e de solidariedade e a emulação (3).

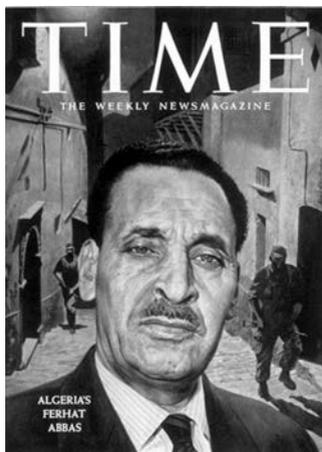
Naturalmente, todas estas associações vão desempenhar um papel essencial na tomada de consciência das populações e, sobretudo, na implementação do movimento nacional. De facto, como sublinhou Mostefa Lacheraf, «os nossos compatriotas, embora desprovidos de condições, abriram-se, como por infracção, ao mundo moderno e imprimiram, ao mesmo tempo, nos velhos fundos das tradições magrebinas, valores socialmente úteis ou perfectíveis, hábitos de vida sóbrios e descontraídos, a modéstia, o pudor, o sentido da dignidade e da coesão comunitárias. Esta Argélia [...] foi criada contra ventos e marés, rejeitando, com todas as suas forças, a alienação múltipla imposta pelo colonialismo, forjando, assim, a longo prazo, os instrumentos concretos (psicológicos, organizacionais e morais) da sua luta de libertação» (Aïssani, *Historique* 5).

### *Estruturação do movimento nacional*

Os anos 30 foram muito importantes para a estruturação do movimento nacional. Três personalidades políticas argelinas desempenharam papel fulcral: Messali Hadj, Ferhat Abbas e Abdelhamid Ibn Badis.

Messali Hadj é considerado o pai fundador do nacionalismo argelino. Nascido em Tlemcen em 1898, chegou a Paris em 1923, já politizado pela leitura do *L'Humanité*, e admirador de Mustapha Kamel (Verdès-Leroux 597). Em 1926, foi eleito secretário-geral da ENA (Étoile Nord-Africaine), presidida pelo comunista Abdelkader Hadj Ali. Fez da ENA a primeira organização norte-africana abertamente nacionalista. Quando a ENA foi ilegalizada pelo Tribunal correcional do Sena, em 1929, contava com mais de quatro mil membros (597). Messali Hadj regressou à Argélia em 1936 e, imediatamente, reafirmou o direito à autodeterminação. A dissolução da ENA em Dezembro de 1936 levou-o a criar um novo partido, o PPA (Partido do Povo Argelino). Mais tarde seria dirigente do MTLD (Mouvement pour le Triomphe des Libertés Démocratiques).

Farmacêutico instalado em Sétif, em 1933, Ferhat Abbas entrou na história por se ter tornado o primeiro presidente do GPRA (Governo Provisório da República Argelina) em 1958, em plena guerra da Argélia. Quando iniciou a sua



70. Ferhat Abbas (1899-1985).  
71. Os ulemás reformadores eram adeptos de um nacionalismo moderado.

carreira política não era ainda um nacionalista.

Em 1924 foi fundada a primeira associação de carácter religioso: trata-se da Association Fraternité Culturelle (Djamiyyat al Ikhaa al Ilmi). A partir de 1931, a AUMA (Association des Oulémas Musulmans Algériens) conquistou o seu lugar no panorama associativo da Argélia. A dissidência da ala marabutica, um ano depois, conduziu à fundação em Argel, a 16 de Setembro de 1932, da Association des Oulémas Sunnites Algériens.

De um modo geral, a doutrina principal do reformismo muçulmano argelino, o *Islah*, fundava-se no regresso às fontes essenciais do Islão: o Corão e a Sunna (a tradição) (658). Na origem deste movimento está um grupo de ulemás professores em Argel, Constantine, Biskra, Béjaia e Tlemcen. O seu objectivo era «revitalizar a prática da religião, como na época dos tempos áureos do Islão primitivo, conjugando-o com um modernismo moderado» (658). A imprensa foi um dos seus meios principais, em particular o célebre jornal *Ech Chihab (Le Météore)*, publicado entre 1925 e 1939 e que constituía uma tribuna para a propagação do discurso *islahiste*. O segundo meio utilizado foi a educação. Os ulemás reformadores investiram no ensino, nomeadamente através da criação de escolas onde se ensinava a língua árabe e os princípios do islão. Assim, parece que em 1935 havia cerca de 70 escolas com três mil alunos inscritos, repartidos por todo o território nacional (658). As tomadas de posição dos ulemás reformadores mostram que foram adeptos de um nacionalismo moderado. Contudo, as suas acções contribuíram «para a salvaguarda da identidade argelina, nas suas especificidades étnicas, religiosas e culturais» (658).

O cheikh Abdelhamid Ibn Badis (1889-1940) foi o mais célebre destes ulemás. Já evocámos os meios de difusão do *Islah*, em particular a imprensa, a educação e o activismo político. Combateu igualmente as práticas de certas confrarias religio-

sas, «acusadas de espalhar a ignorância e o charlatanismo entre a população». Com os seus escritos e conferências opôs-se, enfim, à corrente assimilacionista no seio da elite argelina. Presidiu à Association des Oulémas Musulmans Algériens até à sua morte. Integrou ainda a delegação do Congresso muçulmano que se deslocou a Paris, em 1936, para apresentar as reivindicações do Congresso ao governo da Frente Popular, cuja vitória suscitara enormes esperanças junto da classe política argelina (103).

### *As artes e as letras*

Já afirmámos anteriormente que o meio intelectual argelino (autóctone) evoluiu em torno dos Nawadis (círculos), dos Zaouias (institutos religiosos) e das Médersas (escolas corânicas). Na verdade, o seu campo de acção era muito mais vasto. Assim, os poetas tradicionais (nomeadamente os poetas trovadores) eram numerosos na Cabília no início do século xx. É o caso, por exemplo, de Si Lbachir Amellah (1861-1930). Desde 1939, o testemunho de Slimane Rahmani atestou a sua notoriedade. Mas é seguramente à sua produção poética que se deve a sua inclusão na memória colectiva. O seu reportório reúne cerca de 160 poemas. Os temas são clássicos: a mulher, o amor, a nostalgia, a viagem, o destino, as invocações, os jogos e a bebida, entre outros. Contudo, alguns poemas abordam temas contemporâneos, como a emigração, o colonialismo ou a Primeira Guerra Mundial.

Por outro lado, o processo de colonização esteve na origem de uma importante operação de investigação sobre os usos e costumes e o modo de vida da população autóctone. São os orientistas que vão desempenhar um papel essencial no desenvolvimento deste movimento. Entre eles, Berbrugger, Luciani, Cherbonneau, Hanoteau, Basset. Graças à Escola Normal de Bouzaréah (Argel), alguns autóctones participariam neste movimento. É o caso de Ben Sedira, de Boulifa ou de Ben Cheneb.

Natural da Grande Cabília, Boulifa Amar ou Said (1865-1931) assegurou a partir de 1890 um curso de língua cabila na Escola Normal de Bouzaréah. No início do século xx foi promovido à Escola de Letras de Argel como leitor de cabila junto de René Basset, professor de árabe encarregado, desde 1885, da reorganização do curso de berbere. Boulifa aparece como «a figura ideal do professor laico da Terceira República permanecendo profundamente vinculado à sua cultura original» (133). Entre os seus trabalhos, cuja actualidade se mantém, citemos o seu método de estudo da língua cabila (berbere) que permite ter uma visão precisa da sociedade rural da Cabília na época da estada de Teixeira Gomes. Por outro lado, a sua recolha de poesias cabilas, consagrada ao célebre poeta Si Mohand ou Mhand (1840-1905), torna-se o livro de culto dos jovens estudantes cabilas da escola normal de Bouzaréah, até à adopção dos textos dos escritores Mouloud Feraoun e

Mouloud Mammeri.

Originário de Médéa, Ben Cheneb Mohammed (1869-1929) tornou-se, em 1922, o primeiro argelino doutor em Letras a editar e traduzir um texto árabe. Após os estudos na Escola Normal de Bouzaréah, seguiu os cursos da Escola Superior de Letras com Ben Sedira, Edmond Fagnan e René Basset. Colocado na Médersa de Constantine, aí recolheu provérbios e poemas populares. Foi depois chamado por René Basset à Escola Superior de Letras de Argel para ensinar a métrica árabe e a tradução. Tomou parte activa no Congresso dos orientistas que se realizou em Argel em 1905 e integrou o Bureau da Sociedade Histórica Argelina (colonial). Membro da Sociedade Asiática em 1908, foi ainda membro da Academia Árabe de Damas e correspondente da Academia das Ciências Coloniais, em 1923 (105), data em que se começa a interessar pelo meio intelectual de Béjaia. Com efeito, será o primeiro a editar os manuscritos *Unwan ad-Diraya fi Mechaikh Bijaya* (Galeria dos sábios de Béjaia) do biobibliógrafo al-Gubrini (falecido em 1315) e a *Rihla* do viajante LHucin al-Wartilani (século XVIII).

### Os escritores

Quando da estada de Teixeira Gomes, a vida intelectual em Argel desenrolava-se em torno da universidade. Nesta época, os editores propunham ao grande público novas perspectivas da capital. Assiste-se ao desenvolvimento de um movimento literário, na pequena livraria Edmond Charlot, em torno de Gabriel Audisio, cuja cumplicidade com Albert Camus lhes valeria o título de «os irmãos do Sol». Foram criadas a revista *Rivage* e a colecção «Méditerranéennes», como celebração da amizade e do espírito mediterrânico (178).

Nascido em Mondovi (Bône-Annaba), Albert Camus (1913-60) viveu quase sempre em Argel até à sua partida para Paris, em 1940. Aderira ao Partido Comunista Argelino em 1935 e viveu, então, «dois anos de militância política e cultural» (158). Fundou o grupo Théâtre du Travail que produziu a peça *Le Temps du Mépris*. A sua peça *Révolte dans les Asturies*, que é, de facto, uma obra colectiva, seria interdita pela Câmara Municipal de Argel. Será ainda actor na trupe da Rádio Argel e secretário-geral da Casa da Cultura. Depois de 1937, o Théâtre du Travail transformou-se num Théâtre de l'Équipe que se afirmou tanto como teatro popular como teatro de arte (158). Foi por esta altura que a escrita literária passou a ocupar um lugar central nas suas preocupações. Em 1937 publicou uma primeira colectânea de textos curtos, *L'Envers et l'Endroit*, onde revela a sua vida de adolescente pobre (158).

Albert Camus dedicou-se também ao jornalismo. Logo que, em 1938, a esquerda editou um diário, *Alger Républicain*, Camus assinou uma rubrica literária, «Le Salon de lecture», onde publicou o seu famoso inquérito «Misère de Kabylie».

Completando este «promenade à travers la souffrance et la faim», Camus não fez nenhuma proclamação política, mas propôs um «plano de reformas» que preconizava grandes trabalhos e um esforço de escolarização (159). Em 1957, tornou-se o único escritor natural da Argélia a obter o prémio Nobel da Literatura.

Escritores de língua francesa de origem autóctone vão igualmente desempenhar um papel na dinâmica intelectual dos anos 30. É o caso de Jean el Muhub Amrouche (1906-62), nascido em Ighil Ali (Wilaya de Béjaia), no seio de uma família convertida ao cristianismo e que adquiriu a nacionalidade francesa. Publicou, em 1939, a tradução francesa dos *Chants Berbères de Kabylie*, que ele recolhera directamente junto da sua mãe, Fadhma Nath Mansur e que a sua irmã, Marguerite Taos Amrouche (1913-76), interpretou. Marguerite interpretou ainda, nesse ano, cânticos rituais berberes no primeiro congresso de música de Fez e foi bolsista da Casa Velásquez entre 1940 e 1942, para investigar «reminiscências da tradição oral berbere no folclore ibérico» (45)

Um outro escritor autóctone soube assumir, «tanto na sua vida como na sua obra, a terra e a cultura cabilas, as suas raízes e a cultura francesa que ele assimilou muito bem» (377). Trata-se do professor Mouloud Feraoun (1913-62), cuja obra está intimamente ligada ao seu percurso e à sua região. A sua ligação à Cabília («filho desta terra de pó e de sangue») ficou expressa na piedosa recuperação dos hábitos e costumes. Em 1939 começou a escrever o romance *Le Fils du Pauvre*, obra-prima do conto infantil e um testemunho insubstituível sobre a formação de um jovem cabila da montanha, dos primórdios do século xx, e sobre este mundo onde se vive lado a lado com a pobreza, sem cair completamente na miséria (378).

Nos anos 30, os escritores *pieds noirs* (isto é, de origem europeia) e os autóctones mantiveram, muitas vezes, relações cordiais, como ocorreu entre Mouloud Feraoun e Albert Camus, ou entre Jean Amrouche e André Gide.



72. Albert Camus (1913-1960).

### *Música e teatro*

Esta década foi prolífica para a música e o teatro. Na criação local assume particular importância a música tradicional dita andaluza. Trata-se de uma criação erudita que resulta da síntese de antigas civilizações orientais. A sua aparição está associada à instalação em Córdova, em 822, de Ziryab, um mestre da corte de Bagdade. Esta música vai difundir-se nas cortes da Espanha muçulmana. A tradição desta música não transcrita, que se perpetua até aos nossos dias nas cidades do Magre-

be, era representada na Argélia por três escolas: a de Tlemcen ou *ghernati*, ligada a Granada; a de Argel ou *çanáa*, de tradição cordovesa; e o *Malouf* de Constantine, que se reivindica de Sevilha.

Na Béjaia dos anos 30, a canção tradicional dita andaluza, especialmente o *hawzi*, teria dominado a cidade. O canto dito «clássico» apresentava-se como apanágio dos grandes, *cádis* e *cheikhs* de confrarias religiosas onde, em geral, tinha lugar a iniciação. Nas festas cantava-se *Medh*, de Sidi Abdelkader: «Ya dhakkar dj-nani» (ó evocador do meu jardim), «Yarbah man zar mabnai» («será recompensado aquele que visitar o meu santuário»).

Sadek el-Bedjaoui (1907-95) é considerado um dos mestres incontestados da música andaluza magrebina. Ele conferiu à escola de Béjaia um género específico, inspirado na alma da cidade. Após a sua formação em Argel e Tlemcen, regressou a Béjaia em 1936, dotado de uma certa bagagem musical e de muita vontade de dinamizar a vida cultural e musical da cidade. Criou várias sociedades, entre as quais Echabiba (1938), Chabab El Fenni (1940), proibidas pela administração colonial. Transformou o café de Bagdade (rua Fátima, em Béjaia) num círculo cultural. Com a sua orquestra animará, por mais de 27 anos, as *soirées* musicais bougiotas.

Regressemos à capital. Entre as realizações significativas destes anos 30, citemos a orquestra sinfónica transmitida pela Rádio Argel, que emitia também *music ball* e teatro: no estúdio da rua Hoche para a rádio em língua francesa (família Hernández de Geneviève Bailac), e o da rua Berthezène para a rádio em língua cabila ou árabe (Adas-Besskat de Nacer-Eddine). Existiam ainda outros espaços, como o Petit Théâtre de la Perle ou Mahieddine Bachetarzi (1919-86), que apresentava o Molière em árabe (*Les Fourberies de Scapin*) (84).

### *A pintura*

Nova Iorque, S. Petersburgo, Versalhes, Bruxelas, Argel, Béjaia, Moscovo, Paris, Baltimore, Luxemburgo... A cidade de Béjaia, imortalizada por inúmeros artistas (célebres ou anónimos), foi levada para os maiores museus do mundo (Metropolitan Museum, Hermitage, Musée du Palais, Musée National, entre outros). Esta cidade, qualificada pelo arquiduque da Áustria, Luís Salvador de Habsbourg, como «Pérola da África do Norte», foi, de tempos a tempos, uma fonte de inspiração para numerosos homens de letras e artistas reputados. Luz, cor, paisagem... O escritor Guy de Maupassant evoca «este maravilhoso golfo de Bougie», enquanto o antigo presidente português Teixeira Gomes retém «o encanto do mar» desta «espécie de Sintra à beira-mar».

«Quase no mesmo ponto onde o Sol nasce e se põe, encontra-se Buggea e a cidade onde eu nasci.» Que melhor referência poderia encontrar o trovador Marseille Folco para apresentar a sua pátria a Dante Aligheri? (*Nono Canto do Paraí-*

so, versos 91-93). Efectivamente, desde tempos imemoriais, «viajantes de todas as partes» fizeram de Béjaia e da sua região «uma passagem obrigatória». Como poderia ser de outro modo? Não estava ela — como sublinhava já no século XII al-Idrissi, o célebre geógrafo do rei normando Rogério II da Sicília —, «conectada com a África Ocidental, o Oriente e o Sara?». Se existem poucas representações de Béjaia na época medieval, a partir da primeira metade do século XIX, com a colonização francesa, surgem numerosas representações da cidade. O capitão Delamare, no âmbito da comissão de exploração da Argélia, tinha uma obsessão: o desenho.

A Argélia esteve na origem de numerosas vocações de pintores. É bem conhecido o papel da cidade Abd al-Tif de Argel na obra de Albert Marquet e de Marius de Buzon. Entre os pintores que marcaram a cidade de Béjaia, citemos Émile Aubry (1880-1964), cujos primeiros retratos intimistas e paisagens da região de Sétif, da Pequena Cabília e de Constantine, foram seguidos, nos anos 20, por temas alegóricos e religiosos. Eleito em 1935 para a Academia de Belas Artes, tornou-se seu presidente em 1948. O método de trabalho de Aubry foi descrito por Tristan Leclère, em 1935, no *Bulletin de l'Académie des Beaux-Arts*. A sua famosa tela «La Dame en noir» (Galeria Aubry, Béjaia) valeu-lhe a medalha de ouro no Salão de Paris em 1920. Com Jacques Augarde, vai possibilitar a criação, em Béjaia, da Galeria de Pintura e de Artes Gráficas Émile Aubry. Situada no *boulevard Front de Mer*, foi concebida de acordo com as normas vigentes: salão e salas bicolores (vermelho/cinza, amarelo/azul, etc.).

O talento neste domínio da pintura não era exclusivo dos europeus de estirpe. Com efeito, o argelino Azzouaou Mammeri (1890-1954), contemporâneo de Matisse, é hoje considerado um dos precursores da pintura moderna em África. Sobre a relação da sua actividade docente com a pintura, escreveu: «Em 1910, fui nomeado professor em Toudja, próximo de Bougie [...]. Acho o meu novo posto bastante agradável. Retomo os meus lápis com alegria e eis-me de novo seduzido pelas linhas e pelas cores. No pátio da escola exercito-me livremente, faço e refaço vinte esboços por dia. Os meus alunos são, para mim, modelos encantadores e dóceis. Toda a pujança da juventude se desenrola perante os meus olhos. Beneficio largamente disso e, em resumo, para dar largas à minha paixão... amontoo cente-



73. Albert Marquet (1875-1947), O porto de Bougie num dia cinzento, 1915. (COL. CENTRE NATIONAL DES ARTS ET CULTURES, CENTRE GEORGES POMPIDOU)

74. Mohamed Racim (1896-1975).



nas de estudos *naïves*, fantasistas» (Aïssani, *Bougie* 36).

Para concluir, refira-se ainda outra expressão artística que se desenvolveu nos anos 30. Trata-se da miniatura, arte recuperada por Mohamed Racim (1896-1975), herdeiro de uma linha de artesãos iluminadores instalados na *casbah* de Argel e professor na Escola Nacional de Belas-Artes de Argel. Foi reconhecido por Étienne Dinet que lhe encomendou, em 1918, a decoração de *La Vie de Mabomet*, que preparava para as Edições Piazza (731). O maior miniaturista de todos os tempos recebeu, em 1924, a medalha dos Orientalistas. De regresso a Argel, em 1931, impôs-se como o grande artista argelino, tendo-lhe sido atribuído, em 1933, o Grande Prémio Artístico da Argélia, do qual ele será o único titular muçulmano (732).

### *A cultura confrérica em Béjaia*

Na época de Manuel Teixeira Gomes, as confrarias tinham uma actividade intensa em Béjaia. A cidade era, então, objecto de uma peregrinação importante. A memória de Bougie reside no bairro de Sidi Soufi, coração de Bab el-Louz. Na *Ribla*, o viajante LHucine al-Wartilani (século XVIII) evoca esta personagem mística: «Entre em Béjaia e fiz uma Ziyara ao cheikh Sidi Soufi. Contudo, não aprendi nada a esse respeito. Constatei, simplesmente, que ele ocupava um lugar especial no coração dos habitantes de Béjaia. Inahu min Ahl at-Tassrif fi Bijai» (Aïssani, *D. Plaidoyer* 14).

O papel das confrarias religiosas no domínio da conservação e da transmissão, assim como na criação, é evidente em Béjaia. A «assistência comunitária» por parte dos grupos religiosos, que pré-existia à colonização francesa, parece ter-se mantido até à independência. Esta prática não inibia o desenvolvimento de laços de convivalidade profana. Por exemplo, na festa da Natividade (*Mawlid an-Nabarwi*) todas as confrarias rivalizavam na criatividade que conferia a esta celebração, provavelmente de inspiração sufi, o fausto esperado.

A memória colectiva conserva a lembrança das *Moqqadems da `Aïssaouiyya*, das *Qadiriyya* e da *Taybiyya*, bem como dos guardiães dos lugares de culto, em Aiguades, Gouraya, Sidi Touati... Quanto à *Amariyya*, as fontes orais precisam que Boukhari Hadj Mbarek foi acolhido, no século XIX, por famílias bougiotas.

Esta cultura confrérica estava no centro de numerosas questões políticas e culturais na Argélia durante a colonização francesa. O cheikh Ibn Badis tinha o hábito de ir a Béjaia visitar Hadi Zerruqi (dirigente da Khaldunia). Retomemos o testemunho de um ancião da cidade a propósito de um diálogo entre o cheikh e os Moqqadems. O Moqqadem (da Aïssaouyya) disse-lhes: «Dizei alto: ‘Que a salvação esteja com o Profeta’... e os kouanes respondiam: ‘Que a salvação esteja contigo, ó enviado de Alá’. Ele começou o seu Hizb: ‘Entrego-me ao eterno que não morre. Entre as suas mãos se encontra o bem e ele é Todo-Poderoso’. Todos se cala-

ram. O cheikh (Ibn Badis) disse-lhes (aos detractores das confrarias): ‘As pessoas em cuja casa me haveis conduzido entregam-se a Deus. Como podeis dizer que eles fazem coisas... Calai-vos, deixai-me escutar o hizb do cheikh’. Saiu e disse-lhes: ‘Aqueles, deixai-os em paz, eles estão com Deus, não estão convosco nem comigo’».

O contributo das confrarias para a cultura da cidade foi igualmente marcante, nomeadamente na expressão musical. A escola bougiota de música andaluza, de reputação internacional, é um bom exemplo. Quando, num popular programa de televisão, em 1993, o apresentador questionou o famoso cantor andaluz Sadek el-Bedjaoui sobre a origem da sua formação musical, a resposta foi elucidativa: «Aprendi com os Muqqadems das Confrarias, a Taybiyya e a Qadiriyya, com Si Allaoua e Si el-Hachemi.» De facto, Qadiriyya é considerada aquela cuja vocação musical é mais forte: «ela utilizava os instrumentos tradicionais no seu protocolo: bendir, *tar* bandolim, viola». O bandolim e o banjo parecem ter sido incorporados mais tarde: «Eu não os vi na Qadiriyya!»

### *Manuel Teixeira Gomes em Béjaia*

Manuel Teixeira Gomes partiu de Portugal para o Mediterrâneo em 17 de Dezembro de 1925. Aos 65 anos de idade, recuperou a magia das viagens, «sem um plano definitivo ou um itinerário seguro». Chegou a Bougie a 5 de Setembro de 1931 e instalou-se no quarto n.º 13 do hotel de l’Étoile, onde veio a escrever vários livros.

No tempo da sua estada, a cidade tinha uma vida cultural bastante intensa. No domínio das artes plásticas era evidente um forte dinamismo, expresso não só no movimento associativo (existia uma Sociedade dos Amigos das Artes), como também na actividade criativa e na frequência de exposições: as actividades de desenho eram supervisionadas por A. Soulacroup, director da Escola Pública Superior (EPS) que deu origem ao Liceu da rua Fátima (actualmente Liceu Ibn Sina); entre os pintores mais activos, podemos destacar Granata, Bon, A. Boureau e H. Jougounou.

Existia uma biblioteca municipal e o Museu Cazaubon (sob a praça Gueydon). No domínio das artes performativas, o teatro, o cinema e a música tiveram uma expressão significativa. Existia um teatro onde eram representadas peças por parte de companhias de Argel e de França e também das escolas. Havia duas salas de cinema: o Alhambra (sob a praça Gueydon) e o Monciné (na baixa da cidade). Companhias circenses instalavam-se regularmente na baixa da cidade, em Lekh-



75. Praça Gueydon, Bougie, 1906. (col. MGMV)

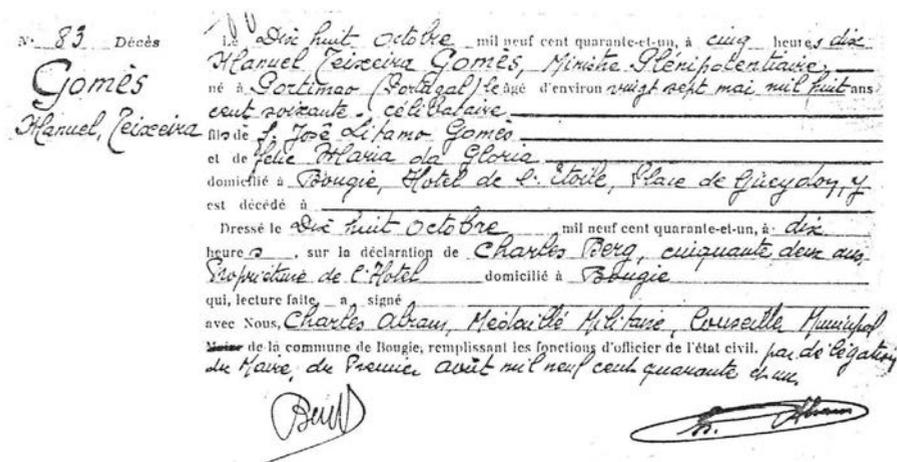
mis. É surpreendente a importância que a música tinha nessa época. Porventura devido a esse dinamismo, existem ainda hoje, entre os *pieds-noirs* bougiotas, muitos músicos, como Gilles Apap, violonista mundialmente conhecido.

Aos domingos, realizava-se um concerto público e gratuito no coreto situado na praça Gueydon, exactamente em frente ao hotel de l'Étoile (por baixo da janela do quarto de Teixeira Gomes), pela filarmónica municipal chamada Les Enfants de Bougie. Episodicamente, realizavam-se concertos no teatro, nos salões da Câmara Municipal, no cinema Alhambra e na Bravoure (Sociedade de Ginástica). Pelas ruas da cidade, desfilara regularmente a fanfarra de L'Amicale Franco-Arabe (também conhecida como clique franco-muçulmana).

Manuel Teixeira Gomes tinha uma relação afável com os habitantes da cidade e interessava-se pelo seu modo de vida. Apreciava a música árabe e sobre ela escreveu numa longa carta a um amigo: «o contraponto, a modulação, a polifonia, não existem. Uma linha só em cantos monódicos, sempre, sempre de intensa melancolia...» e sublinhando a raridade do baixo cujo «timbre e sonoridade não impressionam o ouvido das pessoas que vivem ao sol» (Ferreira, *Um Peregrino* 39).

Em 1939, no hotel onde residia havia oito anos, recebeu a visita do jornalista Norberto Lopes. A entrevista foi publicada no *Diário de Notícias* e serviu de base ao livro *O Exilado de Bougie*. Falecido em 18 de Outubro de 1941, o corpo do ex-presidente português foi sepultado no mausoléu da família Berg, no cemitério cristão de Bougie. Nove anos após a sua morte, a 18 de Outubro de 1950, os seus restos mortais foram repatriados para Portugal e depositados no cemitério de Portimão, no decurso de uma cerimónia fúnebre na qual participaram milhares de pessoas de todos os estratos sociais.

## BIBLIOGRAFIA



- Aïssani, Djamil. D. *Bougie l'Ancienne, le Mouvement Intellectuel et la Méditerranée*. Actes du Colloque International «Béjaïa et sa Région à Travers les Âges: Histoire, Société, Sciences, Culture». Béjaïa: Novembro 1997, pp. 35 e ss.
- Historique et Evolution du Mouvement Associatif en Algérie*. Actes du Forum des Associations Socio-Culturelles de la Commune de Béjaïa. Béjaïa: Maison de la Culture, 1998 (cf. <http://www.gehimab.org>).
- «Impact de la Méditerranéité sur le Développement de la Ville de Béjaïa», *La Ciudad, Elemento de Identidad y Factor de Desarrollo del Meterráneo: Historia y Perspectivas*. Xàtiva — Valencia: 1999, pp. 401-12.
- «La Ville de Béjaïa et les Rapports Internationaux: des Rencontres Intercommunales à la CPVHM (Conférence Permanente des Villes Historiques de la Méditerranée)», *Acteurs Locaux et Patrimoine Immatériel: le rôle des villes historiques de la Méditerranée*. Roma, Paris: ISPROM/ PUBLISUD Editions, 2004, pp. 25-58.
- Augarde, J. et al. *Les Jeunes de Bougie Construisent l'Eurafrique de l'Amitié*. Troyes: Imprimerie de la Renaissance, 1956.
- Ferreira, Vitor Wladimiro. «Teixeira Gomès, un homme de la Méditerranée». *El Watan*, 21 janvier 1998, pp. 12-13.
- «Um Peregrino no Mediterrâneo: le séjour et les écrits de Manuel Teixeira Gomès à Bougie (1931 — 1941)», Actes du Colloque International «Béjaïa et sa Région à Travers les Siècles: Histoire, Société, Sciences, Culture». Béjaïa, Novembro 1997, pp. 39 e ss.
- Laggoune, M. e Cherabi N., *Manuel Teixeira Gomès à Bougie*. Filme documentário de 13 minutes. Exposição Universal de Lisboa, 1998.
- Verdès-Leroux, Jeannine. *L'Algérie et la France*. Rabert Laffont Ed., 2009.



PARTE III

*E as Evocações da Sensualidade e do Amor?*



# I

## Jogos de sedução

ANA CRISTINA OLIVEIRA

**D**iscorrer sobre um tema como os «jogos de sedução em Teixeira Gomes» é tarefa ousada e arriscada. Ousada porque se entra num domínio de intimidade que pode transgredir o limite do apreço pelo literato, pelo político, tendo em conta tratar-se de uma apreciação sobre um homem que viveu na transição do século XIX para o século XX. Arriscada, porque esse tema é transversal a toda a sua obra, o que acarreta a séria possibilidade de omissão de uma ou outra passagem significativa. Para tentar ultrapassar este ponto, circunscrevemo-nos às seguintes obras: *Inventário de Junbo*, *Agosto Azul*, *Novelas Eróticas*, *Cartas sem Moral Nenbuma*, *Miscelânea* e *Carnaval Literário*. Quanto à primeira e mais difícil questão, esperamos que a condição de mulher que vive o dealbar do terceiro milénio nos possa dar a clarividência necessária para poder afastar algum resquício de preconceito que, porventura, persista em acompanhar esta análise.

Pretendemos traçar um esquema que começa na grande inspiração estética de Teixeira Gomes: a Antiguidade Clássica, especialmente a Grécia, onde fomos buscar passagens significativas que mostram o seu deslumbramento por esta cultura. Tentámos seguir as pistas deste alicerce e apontar as descrições em que o olhar de Teixeira Gomes impõe, até na mais humilde donzela, características herdadas das heroínas e deusas da Grécia Antiga, mas transmutando-as, gradualmente, numa envolverência de fulgor mediterrânico.

Esse fascínio pela herança da Antiguidade Clássica consubstancia-se também, a nosso ver, na atracção que Manuel Teixeira Gomes reconhece na arte da dança, que Nietzsche, filósofo amiúde citado e referido na sua obra, rotula como dionisíaca. Daí decorre todo o fascínio que encontra nas bailarinas. É por isso que dedicamos um ponto às descrições significativas que se encontram acerca das bailarinas e do marcado erotismo que vê soltar-se no movimento dos seus corpos.

O olhar de Teixeira Gomes sobre a realidade é muitas vezes construído através do deslumbramento que sente pelas belas-arts. As referências à pintura, à escultura, à arquitectura, povoam a sua obra e como que filtram o juízo que o escritor faz da realidade. E, com frequência, sentimos as descrições da vida quotidiana como se de quadros se tratasse. Esse é outro dos pontos através dos quais seguimos a pista dos jogos de sedução.

Ao longo da leitura da obra de Teixeira Gomes apercebemo-nos de outro ponto que pode ser significativo para seguir no encalce dos jogos de sedução: algum platonismo, ainda que ingénuo, no que diz respeito ao binómio Beleza/Bem, segundo o qual a ideia de Bem tem de estar ligada à ideia de Beleza, o que se enuncia em algumas passagens destas obras referenciadas.

Os jogos de sedução surgem, então, em todo o seu esplendor, e é nosso objectivo tentar analisá-los à luz das regras transgredidas por Teixeira Gomes.

Por fim, mostramos algum do legado que a sua prodigiosa memória permitiu, pois é sabido que Teixeira Gomes não tirava notas ou apontamentos das suas vivências.

### *A herança helénica*

O olhar que Teixeira Gomes devota à mulher e ao feminino tem, na sua essência, a inspiração do mundo helénico. Esse deslumbramento pela cultura da Antiguidade Clássica revela-se, por exemplo, no livro *Cartas a Columbano*, onde as descrições da arte grega, e da sua estatuária em particular, tomam especial relevo, servindo de modelo ao seu olhar:

O sentimento da arte grega, por pouco que lhe penetremos a intenção, é independente das disposições, físicas ou morais, em que acidentalmente nos achamos. [...] A arte grega impõe-se à admiração de uma forma constante, e parece ter um valor intrínseco, próprio, que nada pode diminuir ou afectar. (*Cartas a Columbano* 21)

Isto é, tenta transpor para a sua realidade o paradigma das Vénus helénicas que materializa o deslumbramento perante a figura feminina. Já em Argel, na primeira carta a Columbano, Teixeira Gomes descreve-nos o seu arquétipo para a excelência do feminino:

O Torso de Vénus — que está em Argel, mas foi descoberto em Cherchel —, de um modelado tão vivo e sensual que dificilmente se resiste à tentação de lhe meter as mãos, para o apalpar. (13)

Urbano Tavares Rodrigues, no prefácio a esta obra, desperta-nos a atenção para a figura de Teixeira Gomes, como homem singular, quando aponta «O dom de amar carnalmente as artes plásticas que dele fez um dos grandes viajantes europeus da sensação estética da primeira metade do nosso século» (16).

Também na obra *Inventário de Junho* Teixeira Gomes disserta sobre o valor intrínseco da beleza, isento de quaisquer juízos de natureza ética que provoquem um afastamento do objectivo final: provocar um prazer na contemplação da obra.

Parece-me escusado discorrer acerca da moralidade dos monumentos desde que eles se prestem a concretizar tais inspirações de beleza.

[...] E se a Vénus Calipígia, agora no *Pórtico dei capolavori* do museu napolitano, reproduz fielmente as formas luxuriantes da bailarina gaditana Telethusa, felizes daqueles romanos que viram dançar o modelo e depois lhe fruíram as carícias!...

Que tudo seja, pois, pretexto plausível a criações artísticas... (*Inventário* 181-182)

Esse fascínio helénico manifesta-se ao longo de toda a sua vida. Em 1926, quando estava em Fiesole, enviou estas linhas a Columbano, que marcam bem o seu olhar reflexivo sobre o mistério da arte grega:

O sentimento da arte grega, por pouco que lhe penetremos a intenção, é independente das disposições físicas ou morais, em que acidentalmente nos achamos. [...] A arte grega impõe-se à admiração de uma forma constante e parece ter um valor intrínseco próprio, que nada pode diminuir ou afectar. (*Cartas a Columbano* 21)

Creemos ser esse sentimento que tem um valor intrínseco passível de ser admirado de forma constante que Teixeira Gomes procurou ao longo da sua vida nos corpos de jovens, raparigas ou rapazes, das paisagens, da pintura e da escultura.

[...] Acode-me que o artista exclusivamente viril ou exclusivamente feminino, a quem falte o hermafroditismo intelectual suficiente para destrinçar as sensações e os sentimentos dos dois sexos e ainda idealizar o que seriam os sentimentos no estado andrógino integral, esse artista afirmar-se-á sempre incompleto e quase sempre banal. (*Agosto* 18-19)

O universo sensual de Teixeira Gomes surpreende-nos pela ousadia. Pela capacidade de pintar paisagens eróticas onde a vivência da carne se eleva a uma atmosfera de cumplicidade quase inocente. Onde os amantes, ao invés de se prenderem na solidão do corpo, antes se libertam alcançando um desejo que permanece eterno. O deslumbramento pelo corpo feminino eleva de forma sublime a mais humilde rapariga à condição de deusa grega.

Para criar um tipo de beleza, não há época nem passagem histórica que não sirva. Para lhe imprimir carácter, tão-pouco. Não foi certamente intencional, pré-concebida, a característica dos monumentos gregos, romanos e greco-romanos, que reside no sentimento de incomparável tranquilidade, de quase sublime serenidade, que inspiram a quem os contempla. (*Cartas a Columbano* 129)

É no conto «Vénus Momentânea», inserido na obra *Inventário de Junbo*, que Teixeira Gomes nos presenteia com a descrição da transmutação de uma camponesa

que, pelo poder da natureza, se transfigura em criatura possuidora dessa beleza helénica, quase indizível, convidando à contemplação, uma vez que, conforme defende nas *Cartas a Columbano*, «A arte clássica é a que exprime mais do que diz.» (151)

De repente senti que alguém tossia, fazendo-o para chamar a minha atenção. Voltei-me instintivamente: era a serrenha pudenda que se limpava, acorçada numa anfractuosidade da rocha que formava nicho.

Tão depressa verificou que se encontrava em foco, ergueu-se, abriu os braços e soltou o lençol.

Prodígio de elegância, perfeição e graça escultural, se me patenteou então o seu corpo enrijecido pela frialdade da água, cujas gotas ainda lhe escorriam pela carne mármorea. O peso da água afeçoara-lhe na cabeça hirsuta um toucado de estátua antiga, e os seios disparavam como duas pombas que vão voar.

Impassível, sem um sorriso, e lentamente — tal uma estátua em pedestal móvel —, ela rodou sobre si mesma, franqueando à minha vista sôfrega as mais secretas maravilhas do seu corpo. (*Inventário* 105-106)

Mesmo no seu último livro, *Carnaval Literário*, o escritor continua a defender a tese de que no Ocidente só houve uma civilização provadamente grande: a grega. E por isso as evocações à sua beleza são permanentes:

As estátuas gregas! Também ressuscitam; assim essa dama, vista na praia, andando sobre a areia doirada com um vestido nem curto nem rojeiro, mais parecido a túnica do que cingidos a moldes modernos; um vestido de púrpura negra...

E a mais disso uma pela mate, de crioula, sem dúvida fina e tépida a clamar pelos beijos; insaciável aos beijos, espécie de mata-borrão de beijos... (*Carnaval* 191)

### *O deslumbramento pelas bailarinas*

Teixeira Gomes procura o espírito dionisíaco dentre as artes do movimento, mais concretamente na dança, que se consubstancia nos movimentos harmoniosos das bailarinas. Numa época em que a imaginação tinha de operar um poder imenso perante o corpo demasiado vestido das mulheres, apreciar os movimentos livres e soltos das bailarinas era um festim para os sentidos de qualquer ser que se deixasse deslumbrar pela visão do corpo da mulher vestido com os diáfanos véus e tules, vislumbrando as pernas nuas.

Passava as noites escutando as improvisações de Policinello em certo teatrinho popular, inverosimilmente minúsculo, mas tão pequeno que as saias da bailarina, cujas dan-

ças rematavam o espetáculo, pareciam pairar como nuvens espumosas sobre a plateia. Essa bailarina deslumbrante, ídolo do povo desvairado, tinha o que quer que fosse da sereia Parténope, a atracção, o enlevo, o mistério da «onda traiçoeira». (*Inventário* 23)

Teixeira Gomes nunca escondeu o fascínio que as bailarinas sempre lhe proporcionaram. É no conto «Cordélia», inserido na obra *Novelas Eróticas*, que revela: «o prestígio que desde moço pequeno atribuí às bailarinas atea o amor que começa; durmo pouco e mal, sempre com a visão do que seria o seu corpo nu, a perpassar-me na mente...» (96). A visão da bailarina desperta-lhe os sentidos para uma criação imagética sensual e erótica.

Outras descrições de corpos de bailarinas se encontram ao longo da sua obra. E, sem fazer uma descrição exaustiva, podemos deleitar-nos com algumas passagens significativas das visões que a escrita de Teixeira Gomes nos legou. Para além do furor helénico, no qual a beleza feminina surge dos corpos que se agitam sob os véus, também a sensualidade das danças das mulheres espanholas atíça o lume da sensualidade dos seus sentidos. Por exemplo, em Sevilha, como atesta o seguinte excerto de *Cartas sem Moral Nenbuma*:

Dizer-lhe então, meu amigo, as noites sensuais de Sevilha, essas noites de cruciante deboche, de bestialidade, de sadismo, algemado à embruxada carne de umas bailarinas desgorjadas e sovadas, mas cujo suor e sangue me eram suaves e deleitosos, como no abrasamento da sede o sumo de sorvados frutos; de umas bailarinas que ressuscitavam da sufocação do meu corpo, do apolear mortal dos meus braços, para os momentos frisos em que desdobravam as suas danças engendradas nos mistérios infames de não sei que lascivos e olvidados ritos ou que infernais liturgias, e se faziam cada vez mais desejadas, mais apetecidas, mais necessárias. (*Cartas sem Moral* 41)

Também em Córdoba, onde viveu uma estranha história de envolvimento carnal com uma cigana misteriosa, encontramos o mesmo pulsar erótico perante as danças andaluzas: «Córdoba, das mulheres fatais, que disparam olhares acesos em luxúria para quem se lhes cruza no caminho; e onde é ainda mais selvagem, excitante, afrodisíaco, o tripúdio das bailarinas andaluzas» (*Novelas* 60).

As bailarinas servem também de ponto de comparação com as paisagens mediterrânicas mais deslumbrantes, como a ilha de Capri. Para esta ligação, Teixeira Gomes foi buscar o paradigma da bailarina ousada que fazia furor na sua época: Loïe Fuller. «Só a Loïe Fuller, a verdadeira, na fantasmagoria das suas danças, pode plagiar, imperfeitamente, a ilha de Capri». (*Inventário* 27)

A Loïe Fuller é um corpo ágil, flexível, de mulher formosa, emergindo das trevas dentro da vacilante chama do ponche. Mas a ilha de Capri é a chama louca, irradiando em cambiantes infinitas, à face ardente do próprio Sol. (27)

Loïe Fuller criava as suas danças através da manipulação dos imensos véus que a envolviam e eram todo o seu *décor*, ganhando uma mobilidade coreográfica particular, graças a um artificioso jogo de luz. Sobre a sua arte, Loïe Fuller afirma, em 1907: «A bailarina não é uma mulher que dança: é um sentimento universal que se apodera de um corpo anónimo, e esse corpo é apenas um signo» (Sasportes, 36). O signo que Teixeira Gomes terá captado quando fez a alusão à ilha de Capri.

Também em Lisboa, no Parque das Necessidades, vê surgir

[...] bailando, voluptuosa Salomé de pernas nuas, e de curtíssima saia de gaze tufada, tão ligeira e graciosa e de um ritmo tão puro, nos movimentos e na forma; Vejo-a surgir, e correr, e inclinar-se, com os olhos meio cerrados, e fugir, e desfazer-se, e desaparecer pelas sombras luminosas do arvoredo. Eu não sei se mesmo em sonhos vira, jamais, maravilha igual! Que prodígios de luz, na coincidência de uma disposição intensamente lírica, me teriam afeiçoado assim esse corpo de rapariga, que mal entrara na puberdade? (*Miscelânea* 50)

De resto, confessa que despertou muito cedo, aos oito anos, para a visão do amor e da política. Mas o prestígio das bailarinas «seguiu-me pela existência fora, inabalável, feiticeiro e quase supersticioso...» (98-99).

### *Das telas para a vida*

Teixeira Gomes deixou-nos inumeráveis descrições de obras de arte, contempladas nos museus de referência dos diversos países que visitou. De todas, existe uma, tocante, que faz sobre o poeta João de Deus, quando desoculta a delicadeza do ser feminino:

Mas o singular encanto das suas evocações traziam-lho as esbeltas raparigas que ele [João de Deus] me pintava na vida simples de aldeia, ou lavando roupa nas fontes, ou ceifando trigo, ou descansando nos poiais das portas, à tarde, quando o Sol se escondia por detrás dos cerros íngremes, e as várzeas, no fundo do vale, se cobriam de sombra e de silêncio. (*Inventário* 160)

A escultura também faz parte do seu mostruário de referências à magnificência feminina. O modo como descreve o busto de uma mulher do século XVII, da autoria de Bernini, faz evocar o conto *O Retrato Oval*, de Edgar Allan Poe, de tal forma caracteriza o busto marmóreo, como se de uma rapariga viva se tratasse:

Resplandece, como se fora, à luz do Sol, uma rara descrição da vida real. É um rosto carinhoso, que não se descreve, de mulher já feita. O pescoço, todo descoberto; e sob

o corpete, negligentemente entreaberto, arredonda-se-lhe, nua, parte do seio direito. O modelado joga de tal forma com a expressão do olhar, que toda a carne sorri, e o cabelo, levantado sobre a testa, tufa em madeixas, de que algumas se soltam sobre as orelhas, ou se lhe enovelam sobre a nuca. É a vida; é a vida mas deflagrada no mármore, com que arte divina! (*Cartas a Columbano* 33)

O olhar extático passa do museu para a vida quando Teixeira Gomes descreve a ambiência de Florença, agradecendo ao calor a possibilidade de vislumbrar de feição mais evidente as formas graciosas e sedutoras das mulheres:

Mas se a verdura perdeu com o calor, em compensação ganham com ele as raparigas, que já andam quase nuas, com dois retalhinhos de seda transparente sobre a pele. A mulher florentina geralmente é bem-feita, com o seio farto e levantado, cintura fina e quadris opulentos. E que delicioso espectáculo é vê-las tomar gelados: a voluptuosidade com que elas os lambem, chupam e sorvem... (34)

Também fora de Portugal, mas desta vez em Sevilha, Teixeira Gomes deixa-se deslumbrar por um estranho quadro observado na catedral de Mariscal, logo comparando as mulheres a uma cena clássica, que as coloca, não numa catedral, mas num bosque, perseguindo a deusa da caça, como na pintura de Rubens *Ninfas de Diana Surpreendidas por Sátiros*:

Cativam-me duas misses de rara esbelteza que entrevejo para os lados da capela do Mariscal; vão fugindo quase e os seus corpos, que os vestidos claros modelam exactamente, atravessam a perspectiva das altas colunas numa penumbra de bosque com a desembaraçada agilidade provável das companheiras de Diana. (*Cartas sem Moral* 70)



77. Ninfas. Ilustração incluída na 3.<sup>a</sup> ed. do *Inventário de Junho* (Seara Nova, 1933).

O assombro persiste nas descrições de raparigas simples, sempre em profundo acordo com a paisagem sensual e mediterrânica, como o faz tantas vezes no *Inventário de Junho*. Quadros vivos, pintados com uma paleta de sensações e desejo, criados pela arte singular de Teixeira Gomes:

Na Ribeira persistia ainda o crepúsculo opalino da beira-mar, frouxamente incendiado às longínquas e crescentes reverberações do sol. Voltavam as raparigas da fonte,

sustendo os cântaros no quadril, pelo caminho estreito que a vazante descobre no soco das aprumadas rochas: surgiam, ao longe, do seio da pedra húmida, incertas visões vaporosas, que a pouco e pouco, tomavam vulto até entrar na aldeia em fieira de estátuas vivas, todas saídas do mesmo molde, como teoria de virgens que se houvesse apartado de um festival pagão... (*Inventário* 45)

E, uma vez mais, na descrição da mulher admirável no conto «Sortilégio Adorável», inserido na obra *Inventário de Junbo*, a alusão às características helénicas presta-se ao enquadramento da beleza dos corpos:

Soavam os últimos compassos [...] e na grande moldura de laca branca, porta monumental de sóbrias e perfeitas linhas, assomou a mulher admirável para a qual, logo e instintivamente, todos os olhares convergiam.

[...] Penteadada com um arranjo simétrico de estátua grega, que dois fartos rolos de cabelo coroavam, como um pesado diadema de oiro, e o busto delicado e castíssimo, mau grado o impertinente relevo dos dois pequeníssimos pomos, cujas pontas quase punhiam no cetim do corpete. Os braços fortes [...] estavam nus até ao cotovelo, e quando se apoiava na mesa, sustendo o mento nas mãos cruzadas, [...] imobilizava-se em esfinge fatigada que escutasse Édipo resignadamente. (91-92)

### *O binómio beleza-inteligência*

Uma vida repleta de sensações, animada através de um olhar intransigente e implacável perante o modelo de beleza helénica. Esse olhar, no entanto, pode ser construído pelo desejo, como revela na Carta XII a Columbano, datada de 1 de Maio de 1928:

Enquanto o desejo se conserva desperto, acomodamo-nos facilmente a todo o género de beleza e fealdade; ele se encarrega de suavizar ou suprimir os mais evidentes defeitos e à própria Maritornes sempre lhe acharia ponta por onde pegar-lhe. (*Cartas a Columbano* 115)

Por outro lado, a descrição feita no *Inventário de Junbo* de uma mulher «intensamente feia» provoca-lhe um problema novo, pois, apesar de feia, essa mulher, «criatura anómala», consegue causar-lhe uma impressão do foro erótico.

[...] mas sucede que, desejando seduzir pela graça real do seu espírito, de cuja superioridade tem cabal consciência, é o seu corpo que interessa e aberrativamente excita a sensualidade.

[...] dessa mulher de uma fealdade atrevida, desprende-se um inexplicável encanto, que somente o adjectivo «paradoxal», talvez, caracterizasse precisamente. (*Inventário* 112-113)

Teixeira Gomes disserta com esta mulher sobre os críticos de arte. Ela partilha com o escritor as questões da linguagem da crítica, para ela, a arte capital desse tempo. E logo a seguir o escritor espanta-se pelo facto de no cérebro de uma mulher, mesmo sufragista, podermos encontrar conceitos dignos, pelo menos, de Confúcio...

Inteligente como raríssimas mulheres o são, e usando de todos os ardis do amavio espiritual [...] intelectual e deliberadamente platónica, no entanto a sua proximidade desperta a luxúria.

[...] Eu ainda não disse que a minha interlocutora, tão bem falante [...] era sufragista e sufragista militante, daquelas que em dias de pública manifestação, de mãos crispadas e dedos aduncos, trepam como gatos assanhados pelos polícias acima [...] no humanitário propósito de lhes arrancarem os olhos. [...] mas isso pouco importa, pois se dela falo, se dela me lembro agora, é porque lhe ouvi uma das mais belas sentenças que, porventura, tenham proferido lábios humanos, sentença que urge registar não só para ensinamento da posteridade, senão também para prova de que no cérebro da mulher, mesmo sufragista, podem engendrar-se conceitos dignos, pelo menos, de Confucius... (114)

Para quebrar o encantamento que supostamente esta «criatura anómala» lhe despertou, remata o episódio do seu encontro com a descrição de uma «unha tinhosa» que ela escondia debaixo da luva.

Em contraste, a sua amante belga, «Flamenga exuberante com muito sangue queimoso espanhol nas veias, cujos lábios fundiam dulcissimamente ao calor da minha boca... e para acalmar a febre que me consumia bastava chegar aos meus lábios as suas mãos viçosas, os cachos de frutas cor-de-rosa que os seus braços — caules de neve — agitavam» (*Agosto* 39), tinha uma «cultura intelectual menos de medíocre», a que tentava fugir com tal aversão como se temesse verdadeiramente ver o seu «retrato em lugar conspícuo da sala de um bordel». A sua amante Cristina entabulava conversas ridículas que predisuseram a um abandono absoluto na gare de Colónia. Desse abandono à amante que deixara com uma «expressão de impotente arrelia» se refastelou no seu compartimento, percebendo que «adormecia com a sensação de quem mergulha em banho perfumado, no prelúdio às mais complicadas e arrebatadoras variações amorosas...» (50).

Por sua vez, Cecília, de perfil quase argênteo, mas de expressão «subtilmente caprina», surpreende quando, em momentos de elevado êxtase, julgou surpreender-lhe «nos olhos claros uma levíssima tinta de melancolia», confessando-lhe:

«Desejava ser cabra e comer de bruços a erva verde...’ E o seu rosto tomou a mais lídima expressão vegetativa» (*Cartas sem Moral* 129).

Também a bela serrana que lhe apareceu na Praia Grande com um corpo de deusa grega fica entregue a uma condição inferior quando enverga novamente as roupas que a desfeiam.

Terminada a volta, agachou-se, meteu-se no lençol e chamou por outra mulher que a veio limpar. Daí a nada passava por mim já vestida — entrouxada nas suas vestimentas de serrenha lorpa —, arrastando os sapatos de bezerro, estúpida, a boca mole, inexpressiva, os olhos baixos... [...] concluí que assistira, por acaso, à passagem pelo seu corpo de uma alma de nereida encontrada dentro de água e enganada pelo aspecto helénico daquela praia... (*Inventário* 106)

Não deixa de ser curioso perceber neste excerto um certo platonismo que liga indissociavelmente a beleza à ideia de bem e, necessariamente, de sageza, constituindo-se o portador da ideia de beleza como agente da ideia de bem. Platão orientava-se pelo proverbial ideal grego *Kalo’ K’agathon* (o belo é o bom). No *Timeu* afirma: «Tudo o que é bom é belo.» O amor é sempre um delírio (*mania*) que nos conduz à visão do belo sensível «Apenas a Beleza tem a ventura de ser mais perceptível e cativante!» (Platão, *Fedro* 250d). Assim, a camponesa, quando isenta do seu lado deslumbrante, torna-se estúpida, inexpressiva, sem outra qualidade que a diferencie de uma vulgar rapariga do campo.

Por outro lado, quando andava envolvido no estudo da biografia de Novella Calderini, professora de Filosofia da Universidade de Bolonha no século XIV, descobriu que «era tão linda que tinha de reger a cadeira com um espesso véu sobre o rosto, para que os discípulos pudessem seguir a lição sem se distraírem a contemplar-lhe as feições. Como seria doce ter mestra na qual a beleza física iguallasse a beleza intelectual!...» (*Miscelânea* 206). Mas concede que

a mulher inteligente e instruída faz do amor um poema precioso e toda a sua ambição está em o recitar de modo que só mereça aprovação e louvor.

Todos esse nevados lírios, todas essas frias dalias pesadas, inclinando para o chão os favos multicolores das suas pétalas; todas essas flores artificiais aquecem, aprumam-se e perfumam-se, sob a influência do fervor amoroso que se lhes ateia o coração, e [...] o mundo povoar-se-á de Safos apaixonadas e delicadas. Não; a mulher sábia não é incompatível com os mais delicados deleites da volúpia, e se ela conseguir dirigir-lhe livremente a orquestração, talvez este mundo retome as perdidas cores paradisíacas. (*Carnaval* 138)

Apesar de sentir uma grande empatia pela teoria platónica segundo a qual o Belo terá de supor necessariamente o Bem e a Verdade, Teixeira Gomes surpreende-se

ao perceber que uma mulher feia lhe provoca uma perturbação erótica, movida pela sua cultura. Por outro lado, algumas das suas amantes, apesar de possuidoras de uma beleza deslumbrante, não primavam pela instrução nem pelo apuramento de espírito, o que o levou a repensar essa teoria:

Quando, ao cabo de leituras metafísicas e meditações profundas, se chega à conclusão aceitável de que os escopos da moral residem na realização do Bem, do Belo e da Verdade, sente-se que ainda há muito caminho a andar, tão relativos e difíceis de explicar cabalmente nos aparecem aqueles três conceitos. (43)

### *Jogos de sedução*

O olhar de sedução perante a vida marca todo o imaginário erótico de Teixeira Gomes. Diverte-se jogando segundo as regras que cria, de acordo com o momento que se propõe viver. Para Teixeira Gomes,

O sátiro existe na vida corrente; encontramos-lo a miúdo e só por distracção é que não damos conta dele. [...] O mais curioso ainda é como nós mesmos nos transformamos em sátiros, adquirindo transitoriamente o seu poder de atracção sexual, sem disso nos apercebermos. Com efeito, dias há, mesmo épocas, em que os nossos olhos carregados de desejo de tal forma penetram na alma das mulheres que cruzamos na rua, que ali levantam súbitas labaredas de sensualidade, e se ela se não satisfaz acto contínuo é porque não sabemos aproveitar o momento. (14)

A partir deste excerto, inserido na obra *Miscelânea*, pode-se pressupor que para Teixeira Gomes a qualidade desse semideus, sensual e matreiro, que se diverte seduzindo as ninfas, é característica do ser humano, mesmo que não o provoquemos. O desejo pode despoletar-se pelo olhar e é aquela centelha de desejo que poderá modificar o rumo, ou a vida de dois seres.

Depois da troca de olhares e da eventual retribuição é entabulada uma outra forma de aproximação: o diálogo. Mestre na arte de bem falar, Teixeira Gomes tenta uma aproximação pela palavra, caso o primeiro passo tenha falhado.

Apesar de o conto «Deus Ex-Machina» se ter passado no Inverno holandês, onde o frio convida a longos exercícios de patinagem,

[...] O movimento durava, com intensidade quase igual, dia e noite, pois a qualquer hora o mesmo formigueiro humano cobria os canais, gente de todas as idades deslizando sobre o gelo em caprichosas evoluções e agitando os braços para atear o calor no corpo. Será difícil encontrar-se alguém na rua que não levasse consigo um par de patins. Era uma espécie de frenesi contagioso... (*Novelas* 14)

Este conto contém um dos mais bem conseguidos exemplos do jogo de sedução protagonizado por Teixeira Gomes. Numa primeira fase houve um olhar intenso que Teixeira Gomes desferiu sobre a jovem patinadora, de tal forma que lhe provocou uma queda.

A atenção prendeu-se-me irresistivelmente numa rapariga encantadora, de farta e negra cabeleira solta, que patinava sozinha, e fiquei-me a contemplar-lhe os graciosos movimentos...

Ela notou sem demora a embasbacada insistência do meu embevecimento, que pareceu desagradar-lhe soberanamente, e como, ao transpor uma das curvas do lago, se voltasse para verificar se eu ainda a remirava, deu um jeito ao pé, de que resultou desmanchar-se-lhe o patim. Isto encolerizou-a grandemente, purpurizando-lhe o rosto e tornando-o ainda mais adorável. (*Novelas* 15)

Depois deste episódio que enfureceu sobremaneira Camila, Teixeira Gomes empreende uma perseguição ao alvo da sua sedução pelas ruas de Amesterdão:

Sem mais pensar nos meus companheiros saí do parque e fui-lhe, discretamente, no encaço.

[...] Tomei à esquerda pela margem do mais próximo canal, e mesmo em frente às ruínas da *Ópera* recentemente destruída por um incêndio, quando a minha heroína ladeava direito a uma ponte, encontrámo-nos; cruzaram-se os nossos olhares.

Camila responde com um retrocesso, o que provocou em Teixeira Gomes o desejo mais aceso de a perseguir:

e ela, após hesitação muito breve, retrocedeu para tomar o meu caminho, passando-me logo adiante. [...] Estuguei o passo, alcançando-a sem demora, e dirigi-lhe não sei que banal galanteio. Recebi pela expressão indignada dos seus olhos coriscantes a resposta esperada. Mas sem me intimidar perguntei-lhe se ela falava francês. E ela, evitando o meu olhar, mas tornando-se cor de lacre, respondeu: «Sim, senhor, falo, mas que lhe importa?» Importo-me, para podermos conversar... (16)

Estava lançado o início do degelo, que Teixeira Gomes habilmente aproveitou.

O diálogo encetado com a jovem patinadora, depois desta perseguição, causa a rendição quase absoluta de Camila:

— Por sua causa é que eu escangalhei o meu patim...

— Por minha causa?

— Sim senhor, o senhor é que teve a culpa; se não se tivesse posto a olhar para mim daquela maneira não sucedia nada...

- Então acredita no mau-olhado?...
- Não sei o que isso é; sei que se o senhor não olhasse para mim...
- Se eu olhei para a menina, foi por sua culpa...
- Essa agora...
- Linda como é...
- Ainda ninguém olhou para mim daquele modo...
- Toda a gente olha...
- E eu ia desmanchando um pé...
- Não me diga isso que me causa muita pena...
- Pena, muita pena, é que eu lhe queria dar...
- Isso não é sincero. Quer-me convencer com esses olhos que tem mau coração.
- Se vivesse comigo, veria...
- E porque não hei-de viver?
- Há-de viver... Até ali ao fim da rua...
- Nem mais nada! Quer então que eu a acompanhe?

*Silêncio.*

- Mora muito longe?
- O senhor é curioso a valer.
- Mas não faz mal nenhum perguntar.
- Sim, senhor, moro muito longe...
- Deixe-me então acompanhá-la um pedacinho mais...
- A rua é para toda a gente...
- Gostava tanto que fosse a minha mestra de patinar...

[...] E estendeu-me a mão definitivamente confiada, e ao mesmo tempo com a expressão voluntária e generosa de quem concede uma inestimável graça, tão magnânima e dadivosa que eu, fixando-me novamente na sua estranha formosura, imaginei apertar, entre as minhas, a mão de alguma fada oriental perdida nos gelos da Holanda. (20)

Este jogo de avanços e recuos, iniciado pela promessa de um olhar convidativo, impele à caçada cujo final é, inevitavelmente, a posse do corpo desejado. Uma das regras do jogo é a da perseguição. Com o olhar ou fisicamente, através das ruelas que constituem os labirintos das cidades.

Durante dias e noites — a cidade era pequena e fáclimos os encontros — segui-a com o meu olhar, que certamente em volta dela tecia uma atmosfera de carinho, de desejo, de adoração. Mas nem de leve o seu rosto deu uma vez sequer mostras de pressentir a minha presença, e quando por acaso o seu olhar, circulando maquinalmente, encontrava o meu, nem se detinha nem se apressava, e seguia na sua derrota indiferente... Uma noite, porém, retomadas por acaso as posições do nosso primeiro encontro, e quando a orquestra rematava a mesma sinfonia purificadora, o seu olhar procura o

meu e deliberadamente nele se detém, com a expressão sôfrega de quem se abeira de uma fonte e bebe para matar uma grande sede...

[...] O seu olhar amaciou e sorriu, como a explicar-me que a comunicação fora perfeita e encetámos então esse silencioso diálogo apaixonado, que só os olhos exprimem e que é o mais delicioso prólogo à satisfação plenária do amor. (*Inventário* 93-94)

A par da Grécia antiga, a vizinha Espanha é outra matriz de encantamento pela mulher, que possibilita todo um jogo que Teixeira Gomes tenta iludir e ultrapassar as regras, tornando-o mais perverso. Como afirma na obra *Cartas sem Moral Nenbuma*, «a Espanha é carnal e grosseira» (39). Sevilha inspirou-lhe uma paixão obcecante durante anos e a própria cidade é motivo dessa «mesma perturbação que nos causa a presença da mulher apetejada que dela me aproximava» (39). Para além desta carga erótica que a cidade parece provocar no escritor, Sevilha é ainda «um muito completo e bem comentado livro de arte» (60).

A noiva sevilhana de Teixeira Gomes, com a qual desenvolveu um namoro de seis atormentados anos,

Iniciou-se o galanteio, estabeleceu-se correspondência; e como era uso em Sevilha, eu acudia todas as noites às grades de uma janela do seu palácio que abria para uma travessa erma e tortuosa. E neste regime romântico andámos cerca de seis anos!, que foram tempestuosos e cruéis, e adoráveis. (*Miscelânea* 79)

proporcionou-lhe um estranho episódio telepático, sustentado num jogo no fim do qual foi ele o maior perdedor. Na feira de Córdova, Teixeira Gomes alugou um «tendido» muito bem colocado, juntamente com uma rapaziada barulhenta e

Nem com tanto ruído e escândalo a minha noiva lhe dispensou uma simples «mirada», e nem uma vez só, por acaso ou descuido, o seu olhar pousou um instante no lugar onde estava eu. E de manhã, durante a missa, à tarde, no desfile da Alameda, e à noite no teatro, em que eu a não perdi um momento de vista, sucedia o mesmo. Não restava dúvida: trouxera-me a Córdova no evidente propósito de romper comigo, ou então de dar pretexto a que eu rompesse com ela, visto como, nos seus juramentos, afirmava sempre que nunca seria ela quem o faria. (*Novelas* 62)

Por vingança, Teixeira Gomes começa a cortejar «uma rapariga de peregrina beleza». A rapariga era, além de formosíssima, encantadora nos modos, e iam-lhe divinamente a mantilha branca e os cravos vermelhos. Dava nas vistas de toda a gente e choviam-lhe em volta os «olé, viva tu gracia!» (63). Teixeira Gomes não resiste e provoca um envolvimento que não era muito bem visto para alguém que já se encontrava comprometido: «[...] Ela era tão tentadoramente linda que não resisti a passar-lhe o braço à roda da cintura, e assim nos quedámos. [...] voltei-me, tendo

sempre apertada contra mim a rapariga; na carruagem e olhando-me com verdadeira expressão de espanto indignado, estava a minha noiva...» (64).

Mas era a sede de castigo, instigada pela «fina flor da estúrdia sevilhana», liderada por Pepe Quadrado, que clamava: «Ah fuera conmigo que castigo le dava!» (61) Seguiu os conselhos da turba latina, considerando que:

Depois de tão marcada indiferença, de provado desprezo, a que vinha aquela expressão indignada, ao encontrar-me na companhia de outra mulher quase tão linda como ela? Tinha então razão Pepe Quadrado: ela era como todas as outras mulheres, vaidosa, cruel, desapiedada... e precisava de castigo. E quase a meu pesar, eu regozijava-me com a ideia de que ela sofreria de me não ver no teatro, pensando que me andava divertindo com a outra, ufano de levar pelo braço uma rapariga assim formosa. (64-65)

A resposta da sua noiva não se fez esperar e a inquietação surgiu, procurando com o olhar o seu noivo desaparecido nos locais onde se iriam cruzar: na praça de touros e no teatro.

A minha noiva, durante o primeiro acto, não despegara os olhos da minha cadeira, mal disfarçando a ansiedade; e logo às primeiras cenas do segundo acto, visivelmente incomodada, desaparecera do camarote, havendo ele indagado, e sabido de certeza, que ela fora para casa. (66)

Na euforia da partilha das suas aventuras com o resto da tribo resolve entabular uma aposta, que ganha e logo começa a estafar o dinheiro. No delírio do discurso vencedor, depara com uma estranha criatura, uma cigana formosa que lhe quer ler a sina. Logo Pepe Quadrado lhe faz notar que naquele dia passaram por ele as Três Graças. Não obstante os avisos dos amigos, Teixeira Gomes resolve arriscar e segue a cigana com o espírito aventureiro mais incauto. A cigana presenteou-o pela sua audácia: «Silenciosamente, passando-me o braço à volta do pescoço deu-me um beijo nos lábios, um desses beijos queimosos que nunca mais se esquecem» (67).

Enfeitiçado por aquele beijo resolve responder a todos os caprichos da cigana: encontrar-se com ela num sítio escuro, depois da lua se esconder, às onze e meia da noite. Apesar dos avisos dos audaciosos amigos, que até o obrigaram a levar um revólver, resolveu enfrentar aquela que seria uma das noites mais estranhas da sua vida. Compareceu ao encontro. Daí a pouco,

a sombra da cigana surgiu da escuridão das árvores, e tomando-me a mão foi-me levando, silenciosamente, por onde as trevas eram mais densas, até chegarmos á beira da grande seara de trigo que ali cobria a grande planície. Deitou-se, dizendo baixinho que a imitasse, e depois, de rastos, muito lenta e cautelosamente foi abrindo caminho



78. Ciganas, ilustração de Gustave Doré.

na seara, sem a trilhar. Assim chegámos a uma pequena ondulação de terreno, onde o trigo parecia mais ralo, e aí, parando, puxando por mim, de modo que os nossos corpos ficaram estendidos, a par, murmurou, já com os lábios nos meus:

— Aquí me tienes, hace lo que te da la gana...

Tenho ainda nos dedos a impressão que me deixou a pele tépida daquele corpo delicioso, à medida que o ia explorando; e nos lábios, na face, a doçura dos seios agudos e prodigiosamente elásticos... logo começou o grande duelo de amor, no qual cada um de nós se empenhava em dar melhores provas de valor e de resistência. Não sei como, numa das reprises acudiu-me a ideia de que era o corpo da minha casta companheira da tarde que eu cingia nos braços, e isso me incutiu um novo e estranho ardor. Notou-o a cigana e disse:

— Que amoroso eres, querido.

Entretanto outra ideia me germinava no cérebro, que eu repelia como se fosse um crime, um sacrilégio, mas que acabou por me dominar completamente. Se a minha noiva estivesse no lugar da cigana! Como eu lhe fazia expiar, no seu corpo delicado, de rosas e açucenas, contra a terra dura, todos os tormentos que os seus caprichos, os seus desdêns, a sua maldade, ma haviam infligido! Ali, contra a terra dura, apertada nos meus braços, que lhe esmagariam a carne, como se fossem de aço, nos espasmos da luxúria. Ali... Mas a cigana, assustada, exclamou:

— Pero que te pasa, niño... que malo eres... me haces daño. Si, que me matas... — E logo desfalecida: — Alma de mi vida... que me muero... (69)

Depois desta aventura regressou a Sevilha, convencido de que a sua noiva iria terminar a relação, que se estava transformando num martírio. Pensou até em não

comparecer à sua janela, mas às dez da noite, pontualmente, lá estava ele como o mais ansioso dos amantes. E ela esperava-o e falava-lhe como se nada se houvesse passado. Foi nesse momento que o estranho fenómeno aconteceu:

— E de repente, apertando-me com força as mãos, quando eu começava a beijar as suas:

— Sabes, he sonhado contigo... que malo eres... — Os seus lábios buscavam os meus, e nos curtos intervalos dos seus beijos, murmurava: — Que malo eres... que daño me hás hecho... — e logo: — Ai! que me matas... alma de mi vida... que me muero...

E num espasmo de loucura, com tal força abalava as grades da janela que eu vi jeitos de as arrancar.

A agonia da sua paixão durou ainda quase dois anos... A minha nunca morreu. (71)

Uma paixão que se manteve, talvez por não ter sido consumada e, na noite passada com a cigana, ter havido uma transmutação que lhe provocou a sensação de o ter feito no corpo de uma outra mulher.

Nesta história podemos ver que os jogos de sedução têm regras. A primeira regra é a troca de olhares. Se a mulher não corresponde ao olhar do seu pretendido há duas hipóteses: não estando ela ainda conquistada investe-se numa perseguição, num diálogo. No caso de ela já estabelecer com ele uma relação de galanteio, então merece ser castigada. O castigo, para além do desprezo e do desaparecimento momentâneo, pode tomar dimensões mais graves, como seja o envolvimento com outra mulher. No caso, o castigo perante a indiferença da sua noiva tomou uma vingança em dois planos: no plano platónico, com a bela cordovesa conhecida na praça de touros, e no plano físico, com a cigana.

Sevilha teve, de facto, um efeito marcante na vida amorosa do escritor. Outra mulher, também de Sevilha, assinalou, de forma significativa, o registo das paixões amorosas.

Por meados de Março chegou-me aviso da vinda provável a Sevilha de alguém que eu amara em tempo. Mas paixão formal, dessas que penetram a alma como na carne mole corta a faca ervada, deixando o organismo para sempre corrompido. Nem a ausência, nem a impossibilidade certa de mais encontros apagaram nos meus nervos a recordação do seu corpo. Mulher singular! [...] mas via-a reaparecer na sua nudez espumante, multiplicando-se por lascivas teorias de ondinas, remetida à criação mítica, em triunfos oceânicos sonhados a datas fixas, e a sua lembrança cada vez me deixava um espinho mais agudo no coração. Eu dera aos olhos sôfregos o regalo de a admirar pela derradeira vez em Inglaterra, mas de longe. [...] Ela figurava no quadro final, subindo a escadaria do Olimpo, o pescoço, o seio, os braços nus, e o resto das onduladas formas nas pregas de veludo de um verde exausto, endurecido por cordões de torçal de prata fosca e pérolas prismáticas, subindo lentamente, sob o palio de

estrelas, na projecção globular de uma luz açafroada, de poente... certo poeta comparou-a à moita de manjerona que refluísse em lírios brancos [...] mas para mim ela era [...] a propositada e visão libertadora das almas castas cuja imaginação repelira até ali as afrontas da carne voluptuosa...

[...] Passámos uma semana sentimental de absoluto encanto; passeávamos de noite, sozinhos, no Jardim das Delícias, e embora à luz da mais cinerária das Luas o seu rosto quase se desbotava funestamente. (*Agosto 25-26*)

Depois do afastamento da bela sevilhana, vitimada pela febre tifóide, depressa se encantou por uma outra mulher. Uma «francesa fabulosa!» Mas novas torturas lhe trouxe esta paixão, pois

Essa beldade que o povo saudava na rua com requebros eróticos e cuja aparição na praça de toiros era aclamada com delírio e que durante a feira os elegantes, indígenas e forasteiros, perseguiam fascinados, invejando-me a glória de a levar pelo braço; essa fonte de celestes amavios era exclusivamente sáfica e sáfica inapaziguável... [...] e era eu quem conduzia o anjo aos bordéis, compassivo ao seu vício, em busca de mulheres que lhe servissem... (27)

Mas o jogo amoroso com que encetava os encontros e vivia as paixões amorosas era uma constante na sua vida. Em Barcelona, a bordo de um vapor que o levaria a Itália, conheceu Margareta, com a qual encetou um curto mas intenso namoro, do qual guardou para sempre uma casta recordação. Depois de uma troca de olhares na catedral,

Apesar da fervorosa prece em que parecia embebida, não lhe escapou a minha muda e ingénua admiração, e duas ou três vezes os nossos olhares se encontraram. Ao levantar-se julguei até que me encarava com simpatia e esboçava um gesto de despedida... (*Novelas 79*)

A troca de olhares continua na sala de jantar: «Na sala de jantar a numerosa família Rudolfi ocupava uma vasta mesa oval, e do meu lugar avisto Margareta quase de frente. Namoro franco, descabelado, à portuguesa...» (83) a sedução persegue, com uma aproximação mais física.

Logo se armou o baile e eu danço com Margareta; danço ainda, sem folga nem descanso, embriagado com o calor do seu corpo, sentindo-lhe, à pressão do meu peito, os seios duros e livres escorregarem sob a blusa de seda vermelha e finíssima como folha de papoula. (86)

Trocam mensagens secretas, há a promessa de um encontro mais íntimo, em Itália. Encanta-se de tal maneira por esta rapariga argentina que se imagina casado com ela e rodeado de filhos. Ela corresponde ao seu amor e selam uma promessa.

O seu olhar mergulha no meu para me sondar; depois, como que pára, repassado de melancolia. Eu prometo-lhe que hoje mesmo deixarei Génova e irei esperá-la a Florença. Ela estende-me as mãos e eu levo demoradamente à boca a que ainda não tem luva. Sinto que o corpo todo lhe estremece, e num impulso irreprimível oferece-me os lábios que beijo sofregamente. Foi um desses beijos que valem por mil promessas formais de casamento... (88)

Mas o pai de Margareta impede esta felicidade anunciada e obriga-a a partir dias antes da data combinada. E lamenta-se pelos dois, confidenciando que ainda hoje a sua lembrança o atormenta como um remorso...

Com Cordélia, a bailarina, que também conhece a bordo de um navio em Itália, o jogo é mais livre, consentido.

O dia seguinte foi todo de jogos e brincadeiras, não faltando o inevitável sete e *mezzo*. Dois beijos dados a furto, logo de manhã, abrem caminho à intimidade. [...] o mar está mais doce do que seda, porém o ar esfria e eu abafa-a debaixo da minha capa; as nossas mãos prendem-se; a sua voz tem o timbre velado, longínquo e casto, mas pressinto que se lhe tocasse no seio desmaiava...  
[...] Cai a noite; os nossos lábios unem-se, e eu pasmo de que se possam separar, de que não se soldem... (95)

Neste jogo com Cordélia há, inclusivamente, um convite por parte da jovem bailarina para ele invadir o seu camarote, franqueando-lhe os mistérios do seu corpo.

Empurro a porta que range, levemente, o que me sobressalta a agonia; porém, nenhum rumor se ouve. Os meus olhos, acostumados à escuridão, distinguem um braço nu cuja mão acena pela abertura da cortina do leito inferior. Aproximo-me de rastos e beijo a mão, o braço. A mão puxa por mim. Abro a cortina e beijo-a toda: o seio, o ventre, as coxas... Sonho? Não; loucura, transporte, êxtase... os braços frágeis, os seios pequeninos e túmidos, as coxas volumosas e marmóreas... (97)

Devido à inoportuna companheira de camarote de Cordélia, o encontro carnal não se consuma completamente. Há no entanto a promessa de o efectivar mais tarde, já em Itália. Teixeira Gomes fica tão entusiasmado com a perspectiva desse encontro amoroso que até visita templos onde o barroco, estilo que ele nunca apreciou sobremaneira, é amplamente elogiado. No entanto, esse encontro nunca se chega a efectivar, uma vez que Cordélia é vítima de um incêndio que lhe deixa

o corpo quase completamente carbonizado. Exceptuando-se o braço que o conviou, no camarote, a avançar por entre as cortinas.

Outra mulher diferente lhe deixou uma marca indelével pelo distanciamento que se produzia. Compara-a a uma criação de uma ópera wagneriana. Uma mulher que ao seu olhar é semelhante a um ser de outro mundo, de tal maneira que causa estranheza vê-la comer, como a uma vulgar mortal.

Sorrindo encontra o meu olhar idólatra... sorri mais docemente? Sorri sempre. Sorri aos que a adoram e como que lhe dirigem orações; sorri com um sorriso de parada, disfarçando o pensamento que roda não se sabe por onde; sorri lá do outro mundo como deusa que é; mas por vezes endurecem-se-lhe as feições, numa expressão de orgulho, fugaz como um relâmpago...

É evidentemente uma criatura excepcional e causa surpresa vê-la comer como qual quer outra mulher o faria. (106)

Neste caso, o jogo de sedução é mais intenso, mais subtil, mais doloroso.

Os meus olhos perseguem-na, ela porém não os presente, aliás, o seu sorriso não seria assim cada vez mais doce...

À noite, no salão, reclinava-se num divã [...]. Para melhor a contemplar vou espreitá-la, do tombadilho, pelas janelas do salão. No seio da noite os meus olhos devem fuzilar, porque de repente ela sustém o sorriso e aponta para onde eu estou, com ar alucinado como quem vê um espectro. Mas o seu rosto logo serena, sem que nenhum dos escravos se aperceba o olhar de fogo com que lhe abraso a carne.

Fico ardendo em luxúria, e fumando sem cessar entretenho a minha insónia passeando no convés até quase manhã. Para complicar a situação, a atmosfera de sensualidade intensifica-se com a presença de um marujo que, eu já notara de dia, adolescente de expressão felina, imberbe, com a boca de delicado recorte se cruza comigo centenas de vezes, na estreita passagem entre a amurada e a parede do salão. O seu olhar fosforece, provoca-me, persegue-me, acaricia-me.

Há instantes em que os nossos olhares se prendem e percorre-me o corpo uma onda de fogo...

Ao chegar à escada, que é de dois lanços e forma uma espécie de gruta imersa em trevas, enxergo o seu vulto. Vem sozinha. Como um louco, desvairado, vou para ela, tomo-a nos braços, deito-a sobre o divã; as minhas mãos sôfregas percorrem-lhe o corpo, os meus lábios ardentes desalteram-se na fonte clara dos seus cabelos, no perfume dos seus olhos, no sumo da sua boca, e param um instante no seu pescoço com um tão violento beijo de vampiro que ela recua e parece querer fugir. Mas eu tenho-a bem presa nos braços que são de ferro. Mordo-a na boca que se abre e cede como um fruto maduro; mordo-a brutalmente e chupo-lhe os dentes como se fossem bagos de laranja. Ela solta um profundíssimo suspiro, beija-me e... desmaia.

Que tempo durou esse delírio?... Ela levanta-se arrebatadamente e como que voa pela escada acima; eu fico ainda um momento pasmado, o corpo todo embalsamado em gozo, mas com o sentimento de que tinha cometido uma acção má, incapaz de lhe aparecer.

Sentado no bote nem ousou levantar os olhos para o vapor, mas faço-o por fim a medo, e vejo-a que me acena com o seu lenço de rendas, com grande espanto dos seus escravos que a encaram escandalizados. (108-109)

Também nesta descrição se percebe que o jogo de sedução foi articulado segundo as regras muito próprias do escritor. O olhar não era retribuído de forma clara, ele não podia chegar à fala nem entabular um diálogo galante porque essa mulher andava sempre escoltada por uma multidão de servos. Teve de apanhar desprevenida, forçando-a a um acto inesperado do qual, segundo no-lo confia, ficou uma muito grata recordação.

### *A persistência da memória*

Nestas evocações, em que as lembranças se impregnam de deleite, Teixeira Gomes lamenta a progressiva perda da memória que descreve, em Tunes aos 66 anos de idade, como «um cesto roto, por onde tudo se vai escapulindo» (*Cartas a Columbano* 69) ou então é um «ninho escuro de serpentes — ou de enguias — que se enovelam se as tento separar, e separadas somem-se como água em areia solta». (69). Confidencia, numa carta a Columbano (III), uma certa nostalgia do passado. A imagem que utiliza para ilustrar esse sentimento de injustiça pela vida que se vai esvaindo é forte, quase brutal. Para Teixeira Gomes, «toda a gente aspira ao estado primitivo. É como se as velhas Messalinas tentassem revirginar-se para enganar o público e incitar ao estupro».

No seu último livro chama a atenção para o seguinte aspecto:

Essa aspiração da gente moça, de chegar a uma idade avançada, diminuiria se soubesse exactamente o que seja a velhice, da qual existe um cliché venerável e romântico, longe mil léguas da realidade. Entre os malefícios da caducidade avulta a perda da memória, sobretudo para os factos correntes. (*Carnaval* 194)

A memória é a dos sentidos, das sensações, das cores, sempre presentes na pintura. A evocação da memória faz-se, no *Inventário de Junho*, também pelas reminiscências olfactivas:

Foi no rústico jardim de uma cidadezinha da Flandres — um domingo de luz doce e perlada como esta de hoje, aqui, em Lisboa — que eu me abeiarei de alguém cuja

imagem revive agora em mim obstinadamente. E relembro o perfume que ela usava, a um tempo vago, penetrante, incomparável, inexplicável. Dir-se-ia que fora captado na essência de algumas dessas campesinas flores humildes e desprezadas, que enfeitam os valados e ninguém pensa jamais em colher, mas quando pisadas e trilhadas, uma vez por acaso, nos surpreendem com a sua inédita essência subtilíssima, e tão difusa, que seria quimérico pretender enfeudá-la à indústria perfumista.

Era um perfume assim — mas casado à natural rescendência da sua pele, que exalava eflúvios de fruto sazonado.

[...] Ah! Espíritos raros que só vivem do passado e aos quais o espectáculo da vida actual constantemente prepara o gozo futuro das saudades e das lembranças; espíritos que o espectáculo da vida ambiente deixa na aparência indiferentes, mas neles sugam intensamente elementos para um futuro de deliciosas recordações e saudades... Espíritos que vivem exclusivamente do passado e da saudade!... (*Inventário* 75-76)

Numa tentativa de ultrapassar essa dificuldade, Teixeira Gomes virou-se para novos deslumbramentos: para a nobre gravidade dos anciães berberes, para um outro olhar poético que confere outra dignidade ao quotidiano.

O mistério, a essência estética que procurava outrora, nas tradições, nas lendas, nos dramas, que teceram, por séculos a fio, a alma da cidade, tudo se acha desvendado, desde o oratório à alcova, desde o cárcere até ao quarto de banho, com dísticos e etiquetas, que, a par de explicações históricas, breves e precisas, indicam o preço por que são vistas. Em meia dúzia de dias, o forasteiro das caravanas contempla e apalpa a faustosa prostituta, voltando logo a cara para o lado, e afastando-se sem mesmo a ter beijado. Com essas monstruosas caravanas de gentes hediondas e aborrecidas, passam porém alguns poetas e artistas pobres, que admiram as belas cortesãs e as amam, e então se detêm apaixonados, para as cantar e retratar como elas nunca o foram no seu brilhante apogeu. E aqui está a plena compensação. (*Cartas a Columbano* 72)

A compensação de uma mudança de paradigma que ultrapassa o olhar meramente estético para um entendimento da verdadeira essência feminina através da perspicácia de um poeta. Um poeta que se sentia possuído pelo espírito dionisíaco, em face do qual o desregramento e o arrebatamento são elementos essenciais para o usufruto total da vida. Na carta V, datada de 1 de Setembro de 1929, revela como Florença, «a mais linda, aristocrática, e artística cidade do mundo», o faz renascer e reencontrar o seu sentido para a vida:

E senti-me por momentos regressado à fase heróica da minha mocidade, em que, possuído de delírio dionísio, me julgava senhor dos elementos; dos mares, dos céus, dos astros; e os utilizava para aumentar o fausto da minha vida, fase de loucura. (*Cartas a Columbano* 39)

Quanto às evocações da sensualidade e do amor, Teixeira Gomes revela, numa carta escrita a João de Barros e datada de 20 de Abril de 1927, em Tunes, que

É agora que eu tenho beijado, abraçado e gozado, as mais belas mulheres do mundo, das quais algumas nunca haviam consentido em sair da sua imobilidade de estátuas. Admira-se? Sonhando eu dei uma vez um beijo de que ainda me escaldam os lábios.  
(*Miscelânea* 113-114)

Outro dos estratagemas de que Teixeira Gomes se socorre para obviar as falhas que vai sentindo na memória, quando está no exílio, é o da escrita ansiosa e descritiva das suas aventuras. À razão de um conto por mês, Teixeira Gomes escreve no Norte de África as suas memórias de Margareta (Janeiro de 1934), de Cordélia (Fevereiro de 1934), da mulher misteriosa semelhante a Brunehilde (Março de 1934), e de Júlia/ Marta (Maio de 1934).

Para além da memória escrita, presa às regras do discurso e da gramática, Teixeira Gomes guarda memórias físicas que pretendem contrariar o efémero das sensações vividas. A folha de camélia onde Margareta escreveu o endereço no qual a poderia encontrar:

[...] E enquanto refere pormenores sobre o colégio [...] toma uma folha de camélia e nela escreve lentamente algumas palavras, erguendo, de quando em quando, para mim o seu olhar profundo que um sorriso malicioso me ilumina. Depois mistura a folha de camélia no monte de folhas caídas, sobre a mesa, da jarra que a orna, e atira tudo para o chão.

[...] Eu precipito-me sobre as folhas esparsas, buscando febrilmente aquela que me deve assinalar a recordação dessa noite; [...] achei a folha; nada diz mas basta para me transportar ao sétimo céu do embevecimento. Ainda hoje a conservo e, coisa curiosíssima, lêem-se-lhe as palavras tão distintamente como na hora em que foram escritas: Nel Orione, 18 de Abril — Margareta. (*Novelas* 84-85)

O punhado de cabelos arrancados à estranha mulher do Norte da Europa, «Na mão fechada tenho um punhado de cabelos que remexem como se estivessem vivos..., guardo-os junto ao peito, recordação para o resto da vida» (109).

Na morte de Marta, a persistência da memória operada pela natureza por aquele acto brutal e sanguinário, que fez desabrocharem, à semelhança dos mitos gregos de Narciso e Jacinto, umas flores roxas que surgem em Maio.

O lugar onde encontraram o cadáver passou a ser conhecido pelo «Sítio da mulher morta»; e o curioso é que, poucos dias depois, todo o terreiro estava coberto desses pequenos lírios roxos a que no Algarve chamam flores de Maio, e que era raro ver naquela região. Todos os anos o fenómeno se repete. (141)

E refere, ainda, em relação às memórias, que nem sempre são as recordações eróticas que permanecem mais. Muitas vezes é a memória de uma ansiedade satisfeita depois de um tempo de privação. As memórias dos afectos, do apaziguamento dos sentidos.

Não são talvez nem as impressões estéticas nem as eróticas, aquelas que a memória retém com mais cuidado. A todas sobrepuja a lembrança das necessidades meramente físicas, satisfeitas após a crise do perigo que nos pôs a vida em risco, ou na plenitude do gozo material: um sono bem dormido quando fechamos um período de vigílias obrigadas e sinistras; [...] matar a sede!, e matá-la com vinho, que eu aprecio, sendo puro, em todas as regiões e com todos os sabores, sem mitologia — o néctar! — como aprecio o amor despido de sintaxe. (*Inventário* 96)

Mas a noiva espanhola, o amor da sua vida, persiste na sua memória devido ao cumprimento da regra do mito de Orfeu e Eurídice. Anos depois do rompimento, «uma espécie de amputação que me deixou leso para o resto da vida» (*Miscelânea* 80), ele sentiu a sua presença num cinema. «Mas de repente, mesmo por detrás de mim, tão próximo que julguei sentir-lhe o bafo, uma voz bem conhecida, doce e quente começou a ouvir-se. [...] Era a sua voz...» (80) Teixeira Gomes levantou-se abruptamente e correu para a rua. Pensou por que razão o teria feito. Porque não teve coragem de a encarar? A justificação veio, mais uma vez, através de um mito grego: Orfeu e Eurídice. Os deuses disseram a Orfeu: Não te voltes para a ver porque a perdes. «Eu quisera conservar na memória a imagem do meu amor tal como ela me ficara no momento da separação.» (82)

Para tentar manter aquilo que de mais precioso ainda contém, Teixeira Gomes escreve de uma forma autêntica e despreconceituosa, descrevendo, até onde os limites da época o deixavam, as mulheres que o marcaram ao longo da vida e os momentos de felicidade que lhe proporcionaram. Como por exemplo, no conto «O Sítio da Mulher Morta», a descrição de Marta:

No corredor reinava completa escuridão e pela porta que escancarei rompeu, vivo como fogo, um quadro de sol sustendo uma figura de rapariga, que aos meus olhos encandeados mais pareceu visão sobrenatural. O choque foi tremendo, baralhando-me totalmente as ideias. Aqueles olhos, aquela boca, aquele sorriso... mas era ela, sem a menor dúvida...

[...] Júlia, como estás linda... E sem mais preâmbulos comecei a beijá-la, e levei-a para o quarto de cama, onde a luz também escassa, pois estavam corridas as cortinas da janela.

No acesso de embriaguez que me tomara eu só pensava em satisfazer os sentidos, e cheguei ao final da minha desvairada investida sem quase me aperceber da silenciosa passividade daquela mulher, que se me não repelia tão pouco me retribuía as carí-

cias, ou dava a menor mostra de as apreciar ou saborear. Foi somente num instante de acalmia, quando pela centésima vez, entre beijos, eu repetia: — Júlia, minha querida Júlia — e ela de repente me perguntou: — Mas como é que sabe o meu nome? — Foi então, e só então que eu caí em mim, adquirindo a consciência do que se passara. (*Novelas* 125-126)

Outras mulheres mereceram permanecer imortais na pena de Teixeira Gomes. A sua beleza efémera atravessou a fronteira do Tempo e permaneceu incorruptível na memória do escritor. Tal é o caso de Cordélia, a infeliz e desafortunada bailarina cujo corpo foi brutalmente carbonizado num incêndio:

A outra, que se chama Cordélia — rapariga muito nova, de cabelos adamascados, pescoço delgado, cintura fina, quadris largos e rebeldes, harmonizando-se na curva das coxas — é dançarina e trabalhou todo o Inverno como «corifea» do corpo de baile do teatro Lyceu.

Quando nos sentámos à mesa para jantar já nos conhecíamos, conversávamos e ríamos como se fôssemos todos amigos de anos. A bailarina fica ao meu lado e eu não me farto de a remirar, encantado sobretudo com o seu ar infantil e bondoso, e não sei o quê de carinhoso na curva do seio que me enternecia. Nos seus olhos garços a luz reflectia-se em cambiantes. Cordélia! Este nome shakespeareano vai-lhe a matar! (96)

Também a estranha mulher da qual nunca soube o nome, mas que provavelmente seria alguém pertencente à nobreza russa, se deixou pintar nos imortais retratos feitos pelo olhar embevecido de Teixeira Gomes:

[...] à frente dum cortejo de fardas reluzentes adianta-se uma criatura de lenda, figura de Brunehilde que julguei evocada dos Niebelungen cuja imagem nunca mais se me desvaneceu da memória, tal qual a vi nessa tarde gloriosa. Será demais dizer que os seus olhos brilhavam como estrelas? E o ritmo dos movimentos, a frescura da sua pele, a graça do riso! Sentia-se-lhe a carne firme a escorregar debaixo da roupa, que antes lhe descobria do que lhe vendava as formas. Tudo se adivinhava suavemente modelado mas livre. E o peito? Sob a alvíssima seda da blusa os seios disparavam, como duas cidras, erguendo os bicos... Ela avança, à frente do cortejo de fardas doiradas, como que embalada nas harmonias do coro, tal uma imperatriz asiática, ou uma deusa. Percorre assim uma boa parte do convés; todos lhe abrem caminho e seguem-na com olhares acesos em lascívia. Evidentemente o seu corpo exala eflúvios de amor; a sua presença é afrodisíaca e levanta nos corações revoadas de desejos. (105)

E Margareta, por quem ele sentiu o desejo de permanecer ao lado durante a sua vida, rodeado de filhos.

Que mimosa carnação, que imensos olhos de veludo, que opulência de cabelo negro,

ondeado, macio! E que ritmo nos movimentos, que graciosíssimas proporções desde o busto cheio, invertendo, após a cintura longa e flexível a sua curva harmoniosa na curva dos quadris!

[...] E que formosa, agora, ao ar livre, na luz crua de uma atmosfera empapada de azul, a que dificilmente se sujeitam as mulheres morenas, sem quebra dos seus encantos naturais. Morena; eu não sei bem se o mate da sua tez admitia a classificação de morena. Não era loira, mas se o rosto estava levemente queimado da aragem do mar, já no pescoço lhe transparecia a suavidade leitosa das pétalas de açucena. E toda ela tal como a vira na catedral, ou melhor ainda: alta, espigada, ondulosa, seio farto, cintura breve, olhos como dois céus... (82)

Mas não são só estas mulheres oriundas de um meio privilegiado que povoam as descrições eróticas de Teixeira Gomes. Também as operárias, as trabalhadoras do campo se tornam imortais e incorruptíveis na sua beleza perturbadora:

Claro que está que eu descarrilo um pouco à evocação desses lugares, já transformados pela fantasia e onde a minha sensualidade despertou e tomou corpo, em passagens capazes de aformosear o próprio Averno. Esse nome: Ferragudo! O meu primeiro namoro de Ferragudo! Como se chamava? Ó memória rebelde e caprichosa! Estou a vê-la, com a sua cabeça pequenina, de feições muito recortadas, e que ao sol parecia feita de barro de Estremoz. Um nariz petulante, os beiços carnudos, os dentes alvíssimos, um pouco ralos, de mentirosa que era; os cabelos fulvos, frisados, quase encarapinhados; e nos olhos, a maliciosa, a azougada inquietação, como que ampliava a íris e a doirava. Era espigada, de cinta muito fina; os seios altos, agudos, e tão rijos, que quando dançávamos me deixava covas no peitilho da camisa... como se chamava? Marta...! (*Agosto* 120)

Ou Cecília, a rapariga com quem se envolveu na ilha da Madeira:

Era um perfil idealizado à maneira dos cunhos gregos que eu divisei, argênteo, quase, no interior penumbrento de uma casa térrea de passagem para o monte. Expressão muito fina e o que quer que fosse de longinquamente, subtilizadamente, caprino; olhos claros sob a leve curvatura das sobranceiras e dois rolos de cabelo loiro, levemente arcados também, e paralelos às sobranceiras, alisando-se sobre a testa para unirem as pontas detrás da cabeça. (*Cartas sem Moral* 123-124). A Cecília tem a consciência exacta de quanto vale despida. Viveu até aos dez anos descalça, na serra, e os pés, perfeitos, conserva-os intactos, mau grado as elegantes botinas de tacão alto. (128)

E a sua iniciação sexual, descrita de uma forma transparente, clara, desconcertantemente ingénua, revelando o envolvimento de que foi alvo:

Foi no começo desse longo namoro que me iniciaram na doce prática do amor. Eu

tinha doze anos. [...] No caminho do «fumeiro» [...] morava uma comadre chamada Senhorinha [...] que não tinha ainda dezoito anos mas casada e com uma criança de meses. [...] quando amamentava o filho era a imagem viva de uma Madona [...] mas se se encontrava só comigo, [...] deixava de fora os seios, que eram abundantes e túmidos.

[...] Estendida a um canto da casa, que estava muito fresca, e tinha o chão caiado, havia uma grande esteira de empreita, com o travesseiro da cama de casados. Tudo rescendia a manjerona: a casa, o travesseiro, o seio de Senhorinha... Uma hora depois, quando saí de lá, todo o ar me parecia pouco para encher o peito, e sentia bater-lhe dentro um novo coração, um coração de herói!... E no entanto, o vencido fora eu. (Agosto 122)

Também as descrições dos actos amorosos marcam a escrita de Teixeira Gomes, tendo legado algumas das mais perturbantes descrições, não tanto pelo seu conteúdo explícito, mas, pelo contrário, pelos véus que obrigam a imaginação do leitor a desocultar, o que se torna quiçá mais sensual, como é o caso da noite de amor passada com Camila, a jovem judia do conto «Deus Ex-Maquina» inserido na obra *Novelas Eróticas*.

[Camila] Era uma forte rapariga de seus quinze anos, com o desenvolvimento de mulher feita, embora vestindo saia curta; a tez levemente morena ou desse tom mate, que no Norte se contrapõe ao róseo nacarado das loiras e à luz meridional se capitularia, talvez, de alvura látea; olhos imensos e pretos, da cor do cabelo que lhe caía, solto, sobre as costas, fartíssimo e ondedado como um velo de azeviche. (Novelas 15)

[...] Peguei nela ao colo, levei-a para a alcova e sentei-a numa vastíssima poltrona de veludo verde escuro [...]. Ajoelhei e comecei lentamente a despi-la...

Não há palavras que descrevam as maravilhas do seu corpo, a sua carne rosada e firme desmaiando, nas curvas, no tom mate de açucena; os pés de estátua grega; o ventre polido e retraído, nascendo das coxas roliças como um escudo de prata fosca e partindo-se, no remate, para inflar nos dois agudos pomos a que as vacilantes chamadas do fogão davam reflexos iriados; e os longos braços a um tempo frágeis e marmóreos ... Os meus lábios cobriam sofregamente a carne que aparecia enquanto as mãos teciam em volta do seu corpo uma apertadíssima rede de carícias...

Ela tudo aceitava, como se fosse o devido preceito à sua beleza peregrina e quando soltei o cabelo ergueu-se para que eu a pudesse adorar na plenitude da formosura...

Sem dizer palavra tomei o casaco que ela pusera sobre um próximo sofá voltado com a peçola para fora, estendi-o junto do fogão; depois deitei-a nas peles e naquela atmosfera candente, sentindo quase as labaredas a lamberem-me a carne, penetrei-a demoradamente, num tal espasmo de gozo que ainda hoje o recordo com um característico e inconfundível estrangulamento do esófago e uma fulguração dolorosa nas entranhas. (41-42)

Para além dos prazeres carnis, outras descrições, não menos eróticas, nos mos-

tram a avidez que Teixeira Gomes sempre sentiu pela vida:

Eu andava com outra criatura também casual, que tinha a pele, macia como o armíño, toda semeada de pequeninos lunares ruivos, a designarem precisamente os sítios onde os beijos são mais gostosos; criatura doce, indolente e decorativa, que trazia fios de pérolas grossas e falsíssimas metidas nos cabelos, a cujos reflexos adamascados elas misturavam o seu brilho húmido.

[...] Trouxeram-nos um alguidar transbordando vinho tinto, e quatro tigelas de barro com que nós o tirávamos e bebíamos. Que delicioso banho interior de fresquidão e alegria!

Daí a nada já todos tínhamos os beijos e a cara lambuzados de púrpura; luziam-nos os olhos, e ríamos sem saber do quê, espalhando suavemente a vista pelas voltas harmoniosas da «Baía das Baías»... (*Inventário* 95-97)

Depois de todas estas vivências, Teixeira Gomes faz uma reflexão sobre o amor místico e o amor sensual. Tomando Santa Teresa d' Ávila como o grande paradigma do amor místico, defende que:

No amor místico a imaginação procura dar realidade ao objecto amado e ausente, moldando-o em formas humanas. [...] o amor místico aguenta-se indefinidamente e exercita-se em todas as idades; ao passo que o amor sensual é tão limitado! Dessa restrição ou por essa restrição, padecia horrorosamente o Marquês de Sade, e daí as suas aberrações, que não podiam ser solitárias e inofensivas como as da Santa. [...] afinal se o sofrimento santifica, o verdadeiro santo foi o Marquês de Sade e não a mística amante, que andou sempre de papinho cheio, e nunca soube o que era fastio nem saciedade... (*Miscelânea* 172-173)

Confidencia, no *Carnaval Literário*, que «a velhice também possui recursos próprios», uma imagem que se tornou num consciente plágio a propósito de um mármore vivo:

A nívea brancura da sua carne tinha, na obscuridade, um resplendor lunar, e, seguindo-lhe as mimosas formas, as minhas mãos como que acendiam nelas baças fosforescências prateadas. E eram os seus seios como um casal de pombos, que se erguem para desferir voo em direcção diferente... (*Carnaval* 17)

E o que dizer na hora da separação? Qual é a regra? Não existe. E porque haveria de existir? Teixeira Gomes apenas nos chama a atenção para o que acontece no momento da separação:

Já repararam que na hora da separação o que há de mais doloroso e patético não são

as lágrimas silenciosas, nem os longos abraços apertados; são esses gestos desvairados das mãos que procuram o rosto, que o procuram mesmo em plena luz, quando a vista se embriagou já das feições da pessoa amada, e os dedos percorrem todo o rosto, e acariciam as faces e contornam a boca, e passam levemente pela testa e por fim põem nos olhos dois pensos de amor, tépidos e castos... (*Inventário* 110)

Dois pensos de amor nos olhos, para ajudar a apaziguar a perda. Dois pensos de amor nos olhos para a persistência da memória.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras citadas

- Gomes, Manuel Teixeira. *Agosto Azul*. Lisboa: Bertrand, 1986.  
*Carnaval Literário*. Lisboa: Portugália Editora, 1960.  
*Cartas a Columbano*. Lisboa: Bertrand, 1989.  
*Cartas sem Moral Nenhuma*. Lisboa: Bertrand, 1986.  
*Miscelânea*. Lisboa: Portugália Editora, 1959.  
*Novelas Eróticas*. Lisboa: Bertrand, 1989.

### Obras não citadas

- Barthes, Roland. *O Sistema da Moda*. Lisboa: Edições 70, 1981.  
 Berthelot, Jean-Michel. «Corps et Société (Problèmes Méthodologiques Posés par une Approche Sociologique du Corps)». *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXIV. 1983.  
 Lopes, Norberto. *O Exilado de Bougie*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1942.  
 Mourão-Ferreira, David. «Dois estudos sobre Manuel Teixeira-Gomes». *Lâmpadas no Escuro*. Lisboa: Arcádia, 1979.  
 Nietzsche, Friedrich. *A Origem da Tragédia*. Lisboa Editora, 2001.  
 Pais, José Machado. *Artes de Amar da Burguesia. A imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*. Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.  
 Platão. *Timeu*. Lisboa: Ed. Europa-América, 1983.  
 Rodrigues, Urbano Tavares. *Manuel Teixeira Gomes: O discurso do desejo*. Edições 70, 1984.  
 Saspportes, José. *Pensar a Dança*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.  
 Thébaud, Françoise. *História das Mulheres*. Vol V: O século XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1991.



## 2 *Um retrato*

JOSÉ PACHECO

A cultura, sob todas as formas  
de arte, de amor e de pensamento, através  
dos séculos, capacitou o homem  
a ser menos escravizado.

ANDRÉ MALRAUX

Quando nos propomos olhar Manuel Teixeira Gomes sabemos que, para além dos seus dados biográficos, muito repetidos e a exigirem uma actualização que esperamos que surja com as comemorações dos 150 anos do seu nascimento, existe uma obra escrita, que é possível ler, diríamos mesmo que, pela sua singularidade, é obrigatório ler e divulgar, e existe um homem estruturado no que diz respeito a uma particular ideologia imagético-literária que se torna difícil de desmontar apenas através da leitura dos seus romances, das suas novelas, das suas crónicas ou das suas cartas. Com efeito, sentimos que, amiúde, tropeçamos nalgumas, por vezes, aparentes, noutras, verdadeiras, contradições que exigem que nos debruçemos sobre o que fez medrar esta personalidade. E medrar é uma palavra que ele próprio utiliza quando afirma que ninguém pode crescer sem a lição do passado.

E esta talvez seja a chave do enigma.

Um enigma cuja resolução passa pela articulação de algumas peças fundamentais: a curiosidade intrínseca que o projecta para a história; a atracção pelas artes que o conduzem à filosofia; a sensualidade que faz dele um escritor; e o sentido da liberdade que o impulsiona para a viagem, primeiro, por obrigação, depois, por puro deleite e, finalmente, sem regresso.

Peças que, afinal, o retratam como um verdadeiro homem do século XIX, pela atracção que demonstra sentir por todas as artes, o que não acontece em relação a todos os estilos, nem a todas as épocas; por se ancorar vincadamente a uma visão renascentista da arte; por considerar a longa persistência do romantismo em Portugal um erro inaceitável, mas também por não aderir com facilidade aos novos movimentos artístico-literários, nem se submeter à teoria da ciência libertadora, vista esta como desenvolvimento industrial.

Teixeira Gomes é, portanto, um homem definitivamente marcado por um tempo e um espaço histórico, o tempo de um país onde os seus contemporâneos,

anteriores e posteriores à geração de 70, se desgastaram, até à exaustão, a dirimir os pecados e as virtudes do realismo/naturalismo, mesmo quando esta era uma questão completamente ultrapassada na maioria dos países europeus.

Se seguirmos o seu conselho e recuarmos na história, com alguma imaginação, este também um dos méritos que considerava indispensável à criatividade, é possível encontrarmos o ainda menino Teixeira Gomes dividido entre os banhos de mar e a alucinação do pôr-do-sol na Ponta da Piedade, os seus afazeres escolares e o perscrutar dos sentimentos dos homens impressos nas páginas das revistas e nos jornais editados na distante capital, e que, certamente atrasados, chegariam à ainda Vila de Portimão.

E que jornais e revistas se atreviam a percorrer os perigosos caminhos entre o rio Tejo e o rio Arade? E que sentimentos e que homens chegavam em letra de forma à casa de alguns privilegiados algarvios?

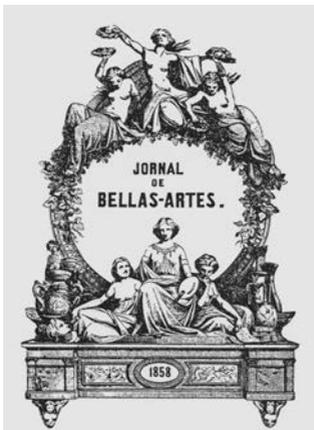
Sabemos que aos nove anos terá lido *As Mil e uma Noites*; sabemos que a sua casa chegavam jornais franceses, como *Le Journal pour tous* — através do qual conheceu Gustave Doré, cujas gravuras, como recorda, lhe abriram caminho aos devaneios da fantasia (*Columbano* 81); sabemos ainda que aos 15 anos, em Coimbra, já se interessa por arte e por história da arte, quando lê com particular atenção o *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, de Athanasius Raczyński, obra editada em Paris, e datada de 1847, que o conduziu ao mítico Francisco de Holanda e depois a Miguel Ângelo, para além de outros artistas portugueses que estudaram e trabalharam fora de Portugal, todos eles personagens que, mais tarde, irá tentar desvendar nas suas viagens, sobretudo por Itália, como foi o caso de Álvaro Pires e Luís João de Portugal; sabemos ainda que aos 16 anos tinha *Reisebilder*, do alemão Heine, por livro de cabeceira, obra e autor que admitimos o terem entusiasmado mais pelas descrições autobiográficas do que pelas teorias inflamadas do socialismo utópico, e, portanto, não temos dúvidas sobre o seu contacto, desde muito novo, com os livros e a imprensa, o que revela um interesse precoce pela literatura e a história da arte, mas também uma atracção natural e particular pelo desenho e a gravura — interesse e atracção que terá mantido e desenvolvido ao longo de toda a sua vida.

### *Uma biblioteca possível*

Lidos, coleccionados, encadernados e colocados, com amor, nas estantes como livros, nelas talvez Teixeira Gomes pudesse encontrar a *Revista Universal Lisbonense*, de António Feliciano de Castilho — o autor do método pelo qual, eventualmente, terá aprendido as primeiras letras e alguém que desde sempre constituiu uma das âncoras que permitiram a sua ligação à pátria —, curiosamente nas páginas da qual, com alguma frequência, o Algarve é objecto de notícia, infelizmente, nem sempre pelas melhores razões; talvez pudesse descobrir a *Revolução de Setembro*, onde se

cruzaria com o pensamento de personalidades como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, José Estêvão de Magalhães, António de Oliveira Marreca ou António Rodrigues Sampaio; porventura tropeçado no periódico *O Palco*, onde, pela pena de Pedro Carlos de Alcântara Chaves, poderá ter estabelecido o primeiro contacto com o teatro e a crítica teatral, uma matéria pela qual mais tarde se terá interessado particularmente e até repercutido na sua obra; e talvez deparasse com outras publicações, historicamente eternas, publicadas até ao final da década de 1860, como o interessante e estimulante *Jornal das Bellas-Artes*, que é dado à estampa «com o fim de excitar, instruir e pôr em bom caminho os curiosos de estudos artísticos» (*Revista Universal Lisbonense* 394) — projecto que levaria os gravadores Manuel Maria Bordalo Pinheiro e José Maria Baptista Coelho a reunirem um grupo de artistas e literatos dispostos a coadjuvá-los, de que fariam parte Almeida Garrett, Rebelo da Silva, Silva Leal, António de Castilho, Manuel da Fonseca, Pedro Augusto Guglielmi, Tomás de Anunciação e Joaquim Pedro de Sousa; também o *Jornal de Bellas-Artes*, de Sequeira Barreto e Rodrigo Paganino, impresso na tipografia denominada Progresso; a *Galeria Artística*, de Aristides Abrantes, onde se destacava o trabalho do referido gravador Joaquim Pedro de Sousa; o *Ecco Artístico*, de B.R. da Silva Basto, impresso também numa oficina de nome sugestivo, a Typographia Emancipação, de Manuel José Mendes Guimarães; a *Enciclopédia das Artes* ou *O Panorama*, de Alexandre Herculano — o principal paradigma dos periódicos literários ilustrados e o denominado brilhante museu da literatura portuguesa.

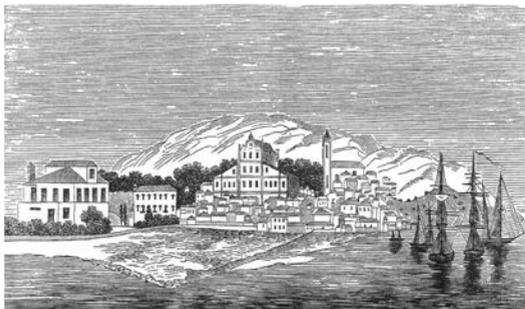
E entre toda uma série de outras publicações, de âmbito literário ou pró-literário, talvez Teixeira Gomes pudesse também descobrir *A Ilustração*, o «Jornal Universal» dos persistentes M.M. Bordalo Pinheiro e de J.M. Baptista Coelho, onde se destacava a importância do desenho de imprensa, o chamado «imenso telescópio» que per-



79. *Jornal de Bellas-Artes*, 1856.

80. *O Panorama*, 1866.

81. *A Ilustração* — *Jornal Universal*, 1845.



82. Pormenor de gravura de Vila Nova de Portimão (fonte: *Revista Popular*, 1850).

mitia poupar o trabalho de imaginação dos leitores perante a descrição escrita dos vários acontecimentos, factos ou objectos (Anónimo, «A Ilustração» 1); a *Revista Popular*; redigida por Fradesso da Silveira, Latino Coelho, Francisco Pereira de Almeida e Augusto José Gonçalves Lima, onde se anunciava que o buril permitiria «ajudar a concepção do escritor, ilustrando-o com a competente gravura» (Anónimo, «Introdução» 2), e na qual Teixeira Gomes terá tido a oportunidade de ver a Vila Nova de Portimão, supostamente desenhada e aberta na madeira pela mão de Nogueira da Silva; *A Ilustração Luso-Brazileira*, do tipógrafo e editor António José Fernandes Lopes, onde, anos depois, a sua vila volta a ser notícia, ilustrada com gravura, curiosamente a mesma notícia e a mesma gravura divulgadas na referida *Revista Popular*; e onde Mendes Leal Júnior chamava a atenção para a relevância da crónica, «a crónica nova, ainda ardente das comoções, imediata, palpitante» («Intróito» 1), mais uma vez sob a responsabilidade dos dois pioneiros em Portugal da gravura a topo, Baptista Coelho e Bordalo Pinheiro, mas onde pontificavam outros colaboradores, como Luís Augusto Palmeirim, Bulhão Pato e Rebelo da Silva, F.M. Bordalo, Andrade Ferreira, e Ernesto Biester; a *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, também de António José Fernandes Lopes, onde se espevitava o prazer da viagem por paragens distantes dos vários continentes e particularmente do Brasil; *A Ilustração*, do tipógrafo e editor Aguiar Viana, que prometia registar e pintar os factos com toda a simplicidade (Anónimo, «Introdução» 1) e onde o também tipógrafo Francisco Vieira da Silva Júnior, com a sua «revista estrangeira», procurava garantir a denominação de periódico universal; o *Arquivo Pittoresco*, do tipógrafo Vicente Jorge de Castro, uma publicação ligada à história da primeira escola de gravura em madeira em Portugal, uma experiência que Nogueira da Silva referiria como o «fotografar literalmente» a realidade objectiva («O trapeiro» 13) e um recurso que, na altura, era considerado o mais atractivo para difundir a leitura e propagar o gosto pelas belas-artistas, mas também uma experiência à qual, para além de Vilhena Barbosa, com o seu incontornável roteiro de monumentos nacionais, e de Silva Túlio, o responsável pela pedagógica rubrica «estudos da língua materna» — distribuída pelas escolas primárias em Portugal e no Brasil, com o apoio de um grupo de portugueses emigrados e reunidos do outro lado do Atlântico, sob a denominação de Sociedade Madrêpora —, se juntava



- 83. *A Illustração Luso-Brazileira*, 1856.
- 84. *Illustração — Periodico Universal*, 1852.
- 85. *Archivo Pittoresco*, 1863.

um conjunto importante de autores e gravadores, que, ao longo de centenas de números, contou com nomes como, por exemplo, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Inocêncio Francisco da Silva, Luís Augusto Palmeirim, Tomás Ribeiro, Brito Aranha, Francisco Benevides, Caetano Alberto da Silva, Barbosa Lima e o sempre presente Baptista Coelho.

Mas, em plena década de 1870, quando o então jovem Teixeira Gomes é enviado para Coimbra, onde, primeiro, ingressa no Seminário da cidade e, mais tarde, se matricula na Faculdade de Medicina, certamente, e agora com maior acuidade, é admissível que as publicações periódicas se mantenham como o despertar para novas questões, mais de natureza ideológica, literária e imagética — questões que desabrocharão em conversas com amigos como José Relvas, João de Deus ou Fialho de Almeida, estes dois últimos já depois de ter chegado a Lisboa, quando concluíra que não queria ser médico, mas eventualmente jornalista, escritor, quem sabe, artista plástico, mas nunca comerciante.

Se é certo que relativamente à década anterior — quando o associativismo e a luta dos trabalhadores haviam cimentado experiências iniciadas nos anos 50 — Teixeira Gomes não terá tido acesso nem tão-pouco interesse pelas publicações de cariz operário, agora, era inevitável que se acentuasse a sua curiosidade por jornais que se tornavam núcleos de discussão política e que iriam dar origem à formação dos partidos Operário Socialista e Republicano, como, por exemplo, *O Protesto* e *O Operario*, posteriormente fundidos em *O Protesto Operario*, ou *O Pensamento Social*, o órgão da Fraternidade Operária, onde se juntavam socialistas e republicanos



86. Antero de Quental.

87. Teófilo Braga.

da estirpe de Antero de Quental, Teófilo Braga, Brito Monteiro, José Tedeschi, Eduardo Maia, José Fontana, os artistas gráficos Nobre França, Azedo Gneco, e outros, como Tito da Silva, contramestre compositor da Imprensa Nacional e Francisco Gonçalves Lopes, o director da Typographia do Futuro, de Bernardo José Lourenço de Alcobia, onde era impresso o referido jornal.

A hora marcava o início de um longo período de luta contra o regime monárquico e a condução da acção política passava a reflectir diferenças de perspectiva que provocavam a cisão entre Antero de Quental, um poeta que, por opção, experimentava em Portugal, e depois em França, a vida difícil de um tipógrafo que o empurrava para o socialismo, num propósito que se centrava na ideia da república social, e Teófilo Braga, um intelectual que, ainda jovem, também experimentara a arte tipográfica na sua ilha de Ponta Delgada e, mais tarde, em Coimbra, no intervalos das aulas na universidade, e que não entendia a construção da República através da resolução imediata do problema social, mas sim, e apenas, depois de perseguida a resolução do problema político. Era, portanto, o momento que convocava todos os democratas para as grandes decisões e Teixeira Gomes, apesar de muito jovem, fez a opção política, sem alguma vez imaginar que um dia, ainda distante, seria obrigado a assumir responsabilidades, primeiro, como ministro e, depois, como presidente da República.

Porém, a política não esgotaria os interesses de Teixeira Gomes. A atracção pelas artes e pelas letras, para além de o motivarem para o mito romântico da viagem, certamente abririam espaço para a leitura atenta de novas publicações periódicas, como a *Artes e Letras* e *A Arte* — a primeira, com o patrocínio da Sociedade Promotora de Bellas Artes e sob protecção do rei D. Fernando, dada à estampa em 1872 por iniciativa dos editores Rolland & Semiond e a direcção literária de Rangel de Lima, e a segunda dirigida inicialmente por A. de Sousa e Vasconcelos e depois por Casimiro Dantas, impressa desde 1879 na Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, o tipógrafo que também assumia a responsabilidade da edição.

Embora graficamente muito semelhantes, e muito de acordo com as opções que os responsáveis de uma e outra fizeram pelos estilos antigos, como o barroco e o manuelino, bem visíveis respectivamente nos grafismos do frontispício de

88. Frontispício da revista *Artes e Letras*.89. *A Arte*, 1879.

*A Arte* e da portada arquitetural de *Artes e Letras*, desenhada por Rafael Bordalo Pinheiro e gravada por Severini, em todo o caso, entre elas, Teixeira Gomes encontraria diferenças claras do ponto de vista da abertura ou não às novas tendências gráfico-artísticas e também no que diz respeito ao próprio discurso teórico.

Com uma equipa de colaboradores alargada e diversificada nos interesses, a *Artes e Letras* estruturava-se em torno de teorias ideológico-imagéticas defendidas por um conjunto de políticos ou futuros políticos como António Ennes, Latino Coelho e Pinheiro Chagas que, na prática, por oposição à ameaça do realismo, e apoiados por personagens como o poeta Augusto Vidal, persistiam numa visão do mundo contrária ao racionalismo e à ciência. Segundo António Ennes, por exemplo, para quem a pintura histórica era a pintura por excelência, e de que se lamentava ter sido quase abandonada, o realismo repreendia a sem-cerimónia com que a arte romântica refundia a natureza, e, por esta razão, permitia-se discorrer sobre aquilo a que chamava «os abusos do realismo», comparando-o a um movimento revolucionário aberrante que, quando muito, poderia corresponder a um estado social transitório e decadente (145-146). Na mesma lógica, o dito Augusto Vidal afirmava que «quem não tivesse inspiração poderia escrever música realista, porém, nunca faria música eterna», isto porque entendia que só o talento era capaz de reproduzir o tipo ideal, capacidade que os chamados realistas não tinham porque apenas eram capazes de entronizar o feio, o pequeno e o detestável (18-20). Ideias que, mais tarde, de algum modo Teixeira Gomes irá respigar de uma sentença de Castilho, a propósito da importância do conhecimento da língua, quando afirma que «o escritor recheado de ‘estética’ se não souber gramática e o sentido das palavras é incapaz de tecer coisa de jeito» (*Columbano* 130-131); ideias que, em suma, eram comuns a outros articulistas, como, por exemplo, José Maria de Andrade Ferreira, que lamentava a aproximação de Manuel de Macedo aos princípios da proclamada escola realista, cuja interpretação, na altura, ainda tão «desvairada»,



90. *O Occidente*, 1884.  
91. *O Antonio Maria*, 1879.

permitia resultados condenados pelos «preceitos bem entendidos da arte e as regras eternas do belo» (70-73). E ideias que, numa posição mais prudente, levavam Manuel Maria Bordalo Pinheiro a compreender e até a defender a diversidade de estilos ou Rangel de Lima à convicção de que a escola romântica haveria naturalmente de dar lugar à escola realista.

Já *A Arte*, dirigida por um professor da Academia de Belas-Artes, onde leccionava a disciplina de História da Arte, surgiria quatro anos depois do encerramento da congénere *Artes e Letras*, sendo muito mais intransigente em relação à mudança, diríamos até mais voltada para o passado, designadamente quando na própria composição dos textos procurava recuperar grafismos de uma escrita há muito abandonados, e quando, sobretudo, mais uma vez, pela pena do referido Vidal (ao dissertar sobre os conceitos do belo), se permitia negar a «moderna linguagem» que se atrevia a intrometer a ciência nos «afectos mimosos» e outros sentimentos, como a comoção ou o entusiasmo, que afirmava inerentes ao verdadeiro acto de criar (171-172).

Entretanto, para além dos jornais obrigatórios, onde seguiria os acontecimentos da vida social e política, como eram, por exemplo, o caso de enorme sucesso do *Diário de Noticias*, de Eduardo Coelho e de Quintino Antunes, dois homens que fizeram o tirocínio agarrados aos caracteres tipográficos e ao componedor, mas também de outros marcadamente de cariz político, como *O Seculo*, fundado por um grupo de prestigiadas figuras ligadas ao Partido Republicano e dirigido por Magalhães Lima, Teixeira Gomes haveria de assistir ao nascimento de importantes publicações, como *O Occidente*, dos gravadores

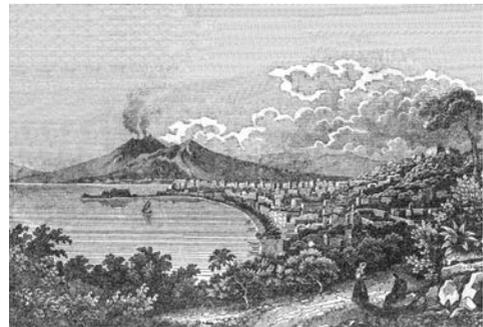


92. O sacrificio em Listra — pormenor de gravura de um cartão de Rafael (fonte: *O Panorama*, 1842).

Caetano Alberto da Silva e Manuel de Macedo, e onde, durante quase quatro décadas, poderá ter acompanhado uma boa parte da história da arte e dos artistas portugueses, através da notícia das exposições e da crítica de arte; mas também *Os Pontos nos ii* e *O António Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro, onde, a par do corrosivo humor e da sátira política, terá tido oportunidade de ver estampados muitos retratos de artistas, escritores e poetas, na maioria dos casos da autoria de Columbano, que, à data, coadjuvava o irmão.

Com aproximadamente vinte anos, Teixeira Gomes, que decidira abandonar os estudos, era, no entanto, um jovem que demonstrava possuir uma cultura acima da média, e esta resultava efectivamente do empenhado interesse pelos livros mas também pela leitura atenta de inúmeras publicações periódicas a que ia tendo acesso. E estamos plenamente convencidos de que aqueles jornais e revistas que terão decisivamente contribuído e alargado os seus conhecimentos, sobretudo, tê-lo-ão despertado para a construção de um longo itinerário de viagens que desejava e se dispôs a cumprir, tendo em conta a sua curiosidade e a sua necessidade de aprender. Viajar em busca do conhecimento era prática fomentada desde o século xv, mas experiência que o século xix passou a exigir a literatos e artistas.

Se a gravura impressa no livro antigo foi extraordinariamente importante para a divulgação da cultura e da arte europeias, a partir do século xix, com o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, associados à invenção da fotografia, permitiu uma maior visibilidade dos mestres da pintura, da escultura e da arquitectura, bem como uma maior aproximação dos lugares. Já em 1837, a propósito da relação entre as Belas-Artes e as viagens, [Alexandre Herculano] tinha como certa a afirmação de que «quem não estuda pelas estampas de Rafael, não aprenderá vendo os seus originais» (*O Panorama* 211). Mas, alguns anos mais tarde, no mesmo jornal, e provavelmente também pela pena de Herculano, entre os vários benefícios da utilização



93. Pormenor de gravura da cidade de Florença (fonte: *Ilustração Luso-Brazileira*, 1858).

94. Pormenor de gravura da cidade de Nápoles (fonte: *O Panorama*, 1838).



95. Pormenor de gravura do Palácio Pitti, em Florença (fonte: *Ilustração Luso.Brazileira*, 1858).

96. Pormenor de gravura da cidade de Sevilha (fonte: *O Panorama*, 1858).

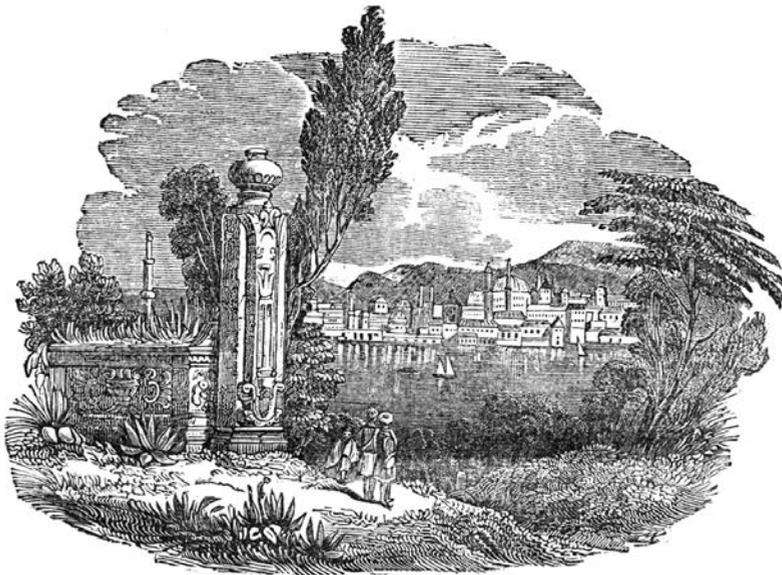
das estampas, afirmava-se que serviam «para representar os objectos ausentes como se estivessem perante nós, os quais não poderíamos ver senão à custa de penosas viagens e gastos avultados», e serviam também para exercitar o gosto relativamente às obras que mereciam atenção (*O Panorama* 71). E estas teorias, que se mantiveram ao longo do século, parece-nos que terão sido entendidas por Teixeira Gomes, dado que se procuramos fazer o simples exercício de verificar as viagens que fez, os lugares por onde andou, as igrejas e os museus que visitou e os artistas que procurou estudar através das suas obras, para compararmos com as descrições das cidades, dos monumentos, com as biografias dos autores e as gravuras divulgadas através das publicações que admitimos terem feito parte da sua «biblioteca possível», a conclusão a que não podemos deixar de chegar é que existe uma relação lógica entre o que terá visto impresso e o que, de facto, mais tarde, viu e estudou nas suas viagens e nos longos períodos que permaneceu no estrangeiro. E se dúvidas houvesse a este respeito as suas próprias palavras sustentam a nossa tese:

Eu nutri, em rapaz, um verdadeiro culto por Florença, e tão familiarizado me achava com a sua história, os seus escritores, poetas e artistas, e os seus monumentos, que na primeira visita que lhe fiz mais me ocupei em «reconhecer» do que em «descobrir». Até a sua topografia me era clara e simples, e, sem auxílio de informação ou guia, buscava e encontrava os seus templos e os seus palácios, como se fosse em terra já por mim habitada. (*Columbano* 37)

Personalidades como Newton, Voltaire, Galileu, Goethe, Schiller, Lamartine, Victor Hugo, Platão, Kant, Mozart, Van Dyck, Rubens, Bernini, Rafael, Miguel Ângelo, Delacroix e tantas outras; países como Inglaterra, Grécia, Itália, Holanda, Bélgica, Espanha, Tunísia, Marrocos, Argélia, Egipto ou Turquia; cidades como Sevilha, Paris, Londres, Bruges, Florença, Nápoles, Pisa, Verona, Ruão, Milão, Roma, Bolonha, Toledo, Atenas, Amesterdão, Alexandria, Tunes ou Tânger; mas

também os museus, como o Britânico, o Louvre, do Vaticano, do Prado, do Palácio Pitti, etc., foram profusamente divulgados nos periódicos portugueses, através de estudos biográficos ilustrados com gravuras, na sua grande maioria, abertas por artistas estrangeiros, e não será por acaso que constituem muitas das frequentes referências que encontramos nos seus livros.

Mas, para além destas relações, outras poderíamos estabelecer. Por exemplo, se pensarmos que alguns dos seus artigos de viagem em Portugal, onde fala de monumentos e de algumas cidades, como Évora, Batalha, Sintra ou Alcobaça, devem ter correspondido a um interesse despertado pela leitura dos roteiros que frequentemente eram divulgados nas páginas dos periódicos portugueses já referidos; ou se pensarmos que algumas das suas teorias sobre arte e literatura podem ter sido influenciadas por leituras de artigos, uns interessantes, outros mais curiosos que interessantes, «sobre o estilo», «sobre o bom gosto nas artes e na literatura», «sobre a vantagem das investigações literárias e suas relações com o comércio e outros ramos da indústria», ou ainda muitos outros, como «estudos sobre a arquitectura grega e clássica», «o sentimento do belo», etc., que também procuravam cumprir alguns dos objectivos propostos por aqueles que viam a imprensa como a principal alavanca da civilização.



97. Vista de Constantinopla (fonte: *O Panorama*, 1841).



98. Mariano Pina.

99. *A Folha Nova*, 1884.

100. Sampaio Bruno.

### *A biblioteca indispensável*

Mas também era inevitável que se cruzasse com outras novas publicações que, nos últimos 20 anos do século XIX, surgiriam nas bancas na sequência de uma espécie de febre pela edição de periódicos, nalguns dos quais, o próprio Teixeira Gomes, já no Porto, depois de cumprir o serviço militar, passaria a colaborar, como foi o caso da *Folha Nova*, do seu amigo Spada, pseudónimo muito utilizado por Emídio de Oliveira, uma edição inicialmente impressa na célebre Typographia Occidental, onde, por falta de redacção própria, o jornal era quase exclusivamente redigido com o entusiasmo de um grupo de jovens intelectuais que, como recorda Joaquim da Costa Carregal (filho), «regava a improvisação jornalística com alguns copos de vinho verde comprado na tenda próxima e castanhas assadas que mandavam buscar à mulherzinha da porta» (*Notícia* 51) — hábito que certamente também se repetiria na padaria do pai de Sampaio Bruno, um dos *habitués* da mesma oficina, e onde, como confessava, lhe vinha a verdadeira inspiração, entre o barulho das máquinas, o cheiro húmido do papel impresso e o leve *tic-tac* dos caracteres tipográficos a bater no componedor; Sampaio Bruno cuja amizade por Teixeira Gomes haveria de contribuir directamente para a publicação do seu primeiro livro, *Inventário de Junbo*, editado em 1899 por António José da Silva Teixeira, o proprietário daquela que, à data, Oliveira Martins considerava a melhor tipografia do Porto<sup>1</sup>.

Mas também o mesmo jornal onde Gomes Leal, em «O Espelho da Marqueza», um folhetim publicado a partir do final de 1881, deixava transparecer a sua firme oposição ao realismo e onde Manuel Teixeira Gomes, nas rubricas «Molduras» e «Confidências de um bichano», dava o seu contributo para a discussão. De resto, alguns dos mesmos jovens que, em 1882, passavam pela interessante experiência da *Chronica Illustrada*, de Alberto de Oliveira, uma revista onde é possível cruzarmo-

-nos com os ainda moços Jaime Séguier, Mariano Pina, Fialho de Almeida (Valentim Demónio) e o próprio Manuel Teixeira Gomes, este a dar ideia de querer intrrometer-se na crítica de arte, designadamente atacando os mestres do ofício, a quem chamava emi-nências nacionais só comparáveis a mastodontes, elefantes, rinocerontes, criaturas que, perante a pintura de artistas da dimensão de Rembrandt, «arregalariam o olho de batráquio» e torceriam «nervosamente a tromba e os rabos para se desabotoarem em estéticas originalíssimas» (53-55); mas ainda onde também era possível depararmos com outros, menos moços, como Gomes Leal, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão e João de Deus, e cujas crónicas ou poemas surgem ilustrados por um extenso grupo de artistas, do qual se destacavam nomes que permaneceram na memória ou ficaram amigos de Teixeira Gomes, como os de António Ramalho, Moura Girão, Casanova, João Ribeiro Cristino, José Malhoa, Silva Porto, João Vaz, Cipriano Martins, Alfredo Keil, Marques de Oliveira, Henrique Pousão e Luciano Lallemand, ou seja, a maioria daqueles que Mariano Pina havia «integrado» no Grupo de Leão.

Todavia, Teixeira Gomes não se dispensaria de acompanhar com interesse outras publicações, como *As Farpas*, onde Ramalho Ortigão delirava nas críticas às academias de belas-artistas, não poupava as teorias da «inspiração» e atrevia-se a defender a ideia de que a arte estava para além da sensibilidade particular do artista, afirmando mesmo que o antigo e caducado aforismo «o estilo é o homem»<sup>2</sup> havia dado lugar à nova sentença «o estilo é a ciência» («O movimento» 220) — de resto, teoria com a qual Teixeira Gomes, mais tarde, de certo modo, a propósito daquilo que entendia por estilo e ciência, viria a identificar-se; o *Jornal do Domingo*, onde, por exemplo, num artigo publicado em 1881, Pinheiro Chagas mandava Fialho de Almeida para o diabo «com o seu naturalismo, com o seu Zola, com as suas rãs e com a sua erudição de Dicionário Zoológico», a propósito de uma crítica elogiosa de «Iriel» a um conto do referido autor, publicado na *Folha Nova* («Actualidades» 194) — naturalismo que o próprio Fialho de Almeida, efectivamente, acabaria por abandonar na década de 1890, com a publicação de *Os Gatos; A Província*, onde os discursos de Jaime de Magalhães Lima, Oliveira Martins, Antero de Quental e Eça de Queirós, entre outros, assumiam uma crítica clara à pobreza do conteúdo das obras de alguns autores, mas sobretudo tornavam clara a sua oposição aos exageros naturalistas; a *Revista de Portugal*, de Eça de Queirós, que dava continuidade à linha editorial proposta em *A Província*, de certo modo, anunciando o regresso a uma espécie de neo-romantismo, arrancado de sentimentos reavivados pelo Ultimato inglês, e onde se interceptavam as mais variadas tendências literárias; *A Arte*, de 1898, onde colaboravam, entre outros, Afonso Lopes Vieira, Eça de



101. *Jornal do Domingo*, 1881.



102. Pormenor de gravura da cidade de Tunes  
(fonte: *Ilustração Luso-Brazileira*, 1858).



103. Emílio Zola.

Queirós e Columbano; *O Commercio do Porto*, de Bento Carqueja, alguém por quem Teixeira Gomes tinha uma enorme admiração, e onde, particularmente nos números comemorativos, o mesmo Columbano e outros artistas, na ilustração de textos literários e poemas, davam liberdade à sua capacidade de aquarelistas; *A Marselheza* e *A Corja*, onde Leal da Câmara procurava pôr a nu o regime monárquico e sobretudo o próprio rei D. Carlos; *O Correio da Europa*, publicação dirigida por Francisco Pastor, o gravador que, entre tantos retratos que fez, só é estranho que não tenha feito nenhum de Teixeira Gomes; e tantos outros jornais e revistas que faziam parte do amplo universo da imprensa portuguesa, como *A Arte Portuguesa*, de Coimbra; *A Arte Portuguesa*, do Porto, *a Ilustração Portuguesa*, *O Diabo Coxo*, *Portugal-Brazil*, *A Ilustração Moderna* ou a *Revista Nova*.

Ou seja, um conjunto de publicações de referência, cujas páginas, durante mais de 40 anos, Teixeira Gomes terá folheado, com mais ou menos interesse, mas onde terá bebido muitas ideias e teorias contraditórias, com as quais estruturou a sua percepção social e política do país, e sobre as quais terá reflectido no que à arte e à literatura dizia respeito, acumulando às suas leituras outras leituras e um número imenso de viagens pela arte e a cultura europeias, nomeadamente percorrendo museus, igrejas e bibliotecas, que lhe permitiram cimentar algumas certezas, alimentar dúvidas, escrever alguns livros e esboçar outros que nunca concretizaria<sup>3</sup>.

### *A biblioteca memória*

Mas, concretamente, que ideias e teorias terão sido essas que certamente o influenciaram? E que artistas, escritores e filósofos terão pesado naquelas que classificava de divagações estereis, curiosamente iniciadas no primeiro dia de Janeiro

de 1929, como quem inicia uma tarefa há muito pensada, e que tomaram corpo, entre Tunes e Ruão, com o título de «solilóquios», um projecto que terá ficado por acabar, esmorecido que se sentiu depois da morte de Columbano, um dos seus ouvintes favoritos e o homenageado da própria obra?

Se nos concentrarmos sobretudo nas cartas a Columbano, podemos concluir que o retrato foi um género pelo qual Teixeira Gomes sempre se interessou e questionou, ao ponto de o denominar complicado e misterioso (*Columbano* 96). Complicado porque considera que exige do artista a capacidade de reprodução do modelo de acordo com uma espécie de verdade científica, e misterioso porque, por outro lado, admite que, só por si, a semelhança fotográfica, sem carácter, não expressa a impressão da vida, ou seja, o lado humano e psicológico do retratado.

Ao recorrer à história do retrato que Cézanne fez de Emílio Zola, e que levou ao corte de relações de muitos anos de amizade entre os dois, Teixeira Gomes, que não teria em grande conta a obra do pintor, coloca-se ao seu lado, acusando o escritor, no caso concreto, o ofendido, de um impulso narcísico despropositado ao ver, na tela, frustrada a sua expectativa de uma representação fiel à sua imagem (*Columbano* 125).

De acordo com a sua opinião, ao não poder imitar ou copiar exactamente o modelo, porque apenas lá pôde colocar o que viu e não o que lá estava, o artista fez uma interpretação, não mecânica como a que resulta da fotografia, e que certamente Zola teria agradecido, mas uma interpretação pessoal que o humanizou e lhe conferiu uma personalidade e uma alma (*Columbano* 125). Na lógica deste discurso, torna-se completamente compreensível que Teixeira Gomes tenha elaborado uma teoria que lhe permitia concluir que os auto-retratos são os mais preciosos documentos sobre o artista (*Columbano* 97).

E esta interpretação, que nos deixa entender o seu interesse pela personalidade do homem, e que naturalmente se reflecte bastante na sua escrita, sobretudo nos retratos que faz das suas personagens e na forma como consegue comunicar através de simples gestos, como o movimento dos olhos ou a forma como as mesmas personagens entregam a mão num cumprimento de ocasião, também nos permite, por um lado, relacioná-lo com uma tendência que reflecte a sua aproximação às ideias dos humanistas e se estrutura na sua paixão pelo Renascimento, no que diz respeito à revivescência da arte clássica, e, por outro, aproximarmo-nos das razões pelas quais nutria uma enorme admiração por Miguel Ângelo e por Columbano, diríamos até uma enorme dependência, por estes constituírem modelos que tem sempre presentes na análise da obra de arte e na sua constante e persistente interrogação



104. Alegoria a Miguel Ângelo (fonte: *O Panorama*, 1843).



105. Pormenor de gravura da cidade de Bruges (fonte: *O Panorama*, 1839).

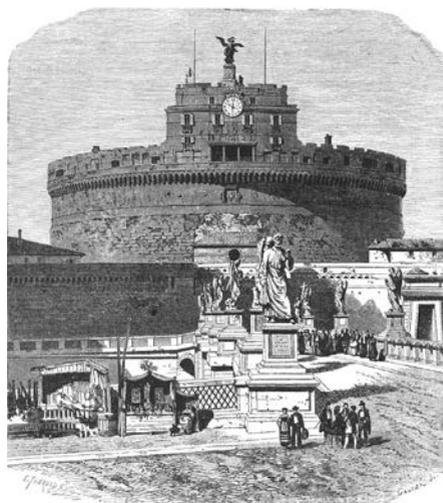
sobre o belo.

Quando refere que fugir ao sentido clássico da objectividade era um dos preceitos da arte moderna, designadamente dos cubistas, desvalorizando-a pela comparação que faz com a daqueles que se envolveram com as ornamentações puramente lineares, sem pretenderem representar nada existente, como animais, flores, nuvens, etc., como era o caso da arte chinesa, que considerava meramente decorativa, embora num patamar superior às experiências a que chama fórmulas modernas (*Columbano* 149), Teixeira Gomes é claro relativamente às opções que faz, designadamente ao «difícilimo e caríssimo» discernimento artístico que admite ter

adquirido viajando ou à força de viajar, embora procure defender-se quando afirma que «diferente de dizer gosto ou não gosto é explicar porque se gosta» (*Columbano* 123) e que explicar é definir, ou seja, algo que considera difícil e porventura desnecessário<sup>4</sup> (*Columbano* 124), o que o leva a confessar que apenas era possível dar um bom crítico de arte se não lhe perguntassem as razões por que gosta ou não gosta (*Columbano* 92), de resto, exercício pelo qual diz que nunca orientaria a sua vida, e compreende-se porquê, embora, como vimos, a dada altura, enquanto ainda jovem, não tenha deixado de estar nas suas cogitações a possibilidade de experimentar esse papel.

Afinal, ao evocar o napolitano Lorenzo Bernini com quem se cruzou na cripta da Catedral de Cápua, através de um Cristo jacente, de tamanho natural, em mármore branco de incomparável pureza, é para falar da «arte divina» e das maravilhas que o assombraram; é para se emocionar com a realidade dramática de um corpo ao qual o cinzel foi capaz de dar vida. Mas é também para destacar a verosimilhança das suas obras, que considerava a verdadeira essência da escultura, para demonstrar a sua repugnância pelo barroco, no que diz respeito à agitação dos corpos e das roupagens (*Columbano* 32).

E neste caso, com a afirmação de que Bernini era um clássico porque



106. Túmulo de Adriano, em Roma (fonte: *Archivo Pittoresco*, 1868).



107. Pormenor de gravura da Acrópole de Atenas  
(fonte: *Ilustração Luso-Brazileira*, 1858).

conjugava uma técnica suprema com a emoção que colocava nas suas esculturas, Teixeira Gomes volta a aproximar-se daquela que considerava a eterna arte renascentista e aceita como verdade a teoria de que a arte clássica é a que exprime mais do que diz, ao mesmo tempo que, por oposição, aproveita para, aparentemente, descartar a arte barroca do seu universo estético, aproximando-se, assim, da arte neoclássica.

Não é por acaso também que «paixão» é o termo que utiliza quando fala de Miguel Ângelo, aquele que se meteu na sua vida através de uma obra de enorme fôlego e onde descobre uma energia inquebrantável e um lirismo profundo, ao ponto de, na sua imaginação, tomar as proporções sobre-humanas que submetem os homens a uma verdade que a fé ajuda a aceitar sem contestação. A sua obra «era para ver, para admirar, mais do que para sentir ou fraternizar» (*Columbano* 43-45).

E para a ver, de facto, Teixeira Gomes percorreu um longo caminho no tempo e no espaço. Primeiro quando, nos anos 80 do século XIX, no Louvre, teve oportunidade de admirar *Os Escravos*, em Bruges, a *Madona*, no Museu Britânico, alguns dos seus desenhos e, depois, quando pela primeira vez visitou Florença, numa época em que a ideologia imagética dominante fazia reverência, «unânime e convencional» àquele «gigante incómodo» (*Columbano* 44) que, contudo, não o empolgava, bem pelo contrário, já que experimentava até alguma antipatia por aquilo que considerava negativo e grotesco na deliberada intenção do artista sugerir o mistério da inquietação e do desespero. Depois ainda, numa viagem que fizera a Roma e que em nada contribuiu para alterar a sua opinião, sobretudo porque o tecto da Capela Sistina e a escultura de *Moisés* lhe pareciam configurar uma espécie de obsessão, enquanto a *Pietà*, de S. Pedro, uma aberração pagã, e o Cristo, da Minerva, uma coisa insonsa e ridícula (*Columbano* 47). Porém, com o decorrer dos anos e com «a piedosa romaria» com que regressou à obra do artista, ou seja, com o decorrer dos anos que, mais tarde, entendeu serem necessários para sentir a obra de arte, a sua forma de olhar mudou e, como mais uma vez confessa, sem que disso se tivesse



108. Torre de Pisa (fonte: *O Panorama*, 1838).



109. Delacroix.

apercebido, uma grande transformação nos sentimentos que nutria a respeito de Miguel Ângelo aconteceu (*Columbano* 53).

Curiosamente, quando Teixeira Gomes se imagina escultor, para afirmar que a sua «certeza», ou modelo em que considera enquadrar-se do ponto de vista estético, seria a estatuária grega (*Columbano* 126), o que revela nitidamente uma identificação com o ideal clássico, ou seja, o mesmo que caracteriza a arte renascentista — espelhado este no extraordinário exemplo da obra de Rafael —, deixa antever a contradição em que cai quando diz não valorizar o trabalho de Miguel Ângelo a propósito da sua intervenção na referida Capela Sistina, ao considerar que o artista desistiu das feições das suas personagens, mas percebe-se também a lógica que o leva a sentir-se incomodado quando este, na sua obra escultórica, se desvia do modelo clássico, naquilo que isso significou o abandono da representação de homens e deuses para representar heróis.

Há um conflito que é notório na obra de Miguel Ângelo, entre o ideal clássico, com origem na Grécia antiga, onde a valorização do homem entroncava numa filosofia de carácter antropomórfico que submetia as suas personagens a uma idealização cuja representação formal procurava essencialmente a perfeição, a proporção, a serenidade e, em suma, o belo, e o um novo ideal que emergia com a consciência da necessidade de uma mudança que pervertesse as regras e as normas que impediam a imaginação e a emoção. E não há dúvida de que Miguel Ângelo fez um percurso na direcção de uma nova maneira, uma nova arte e uma nova filosofia que preservava o ideal da perfeição e da proporção mas que lhe acrescentava um conteúdo que roubava a serenidade das suas personagens. Finalmente, o artista libertava-se das convenções estéticas do seu tempo e abria caminho a uma obra onde se reflectiam os seus sentimentos mais profundos perante o drama e a inquietação dos homens. E neste contexto Miguel Ângelo tornava-se num dos precursores do maneirismo.

Teixeira Gomes levou muito tempo para perceber esta transição — maneirismos que naturalmente pressupõem mudança foram sempre difíceis de perceber dada a instabilidade que transportavam — e, por isso, entende-se que tenha referido «o mimoso balbuciar do Sodoma», o pintor maneirista Giovanni Antonio Bazzi, quando compara a sua pintura com a de Rafael (*Columbano* 150). Mas, como homem sensível

que de facto era, quando percebeu, apaixonou-se. Não sem, contudo, alucinado e assustado perante os corpos dos prisioneiros ou escravos de Miguel Ângelo, «que se estorciam de um modo horrível, no esforço inútil de soltar os membros das prisões de pedra», fugir de Florença em direcção à silenciosa e serena Pisa, onde procurou curar-se daqueles que refere terem sido os passados abalos nervosos (*Columbano* 55).



110. Vista de Argel (fonte: *O Panorama*, 1843).

Ficamos, no entanto, com dúvidas sobre o seu restabelecimento total. Pelo menos, durante muitos anos, alguma desconfiança manteve em relação às transições, atendendo a que o seu olhar submetido à ditadura do classicismo, ainda em 1926, muito patente na forma como se diz maravilhado perante a escultura de *Apolo*, com que se depara no museu de Cherchel, «um modelado tão vivo e sensual que dificilmente se resiste à tentação de lhe meter as mãos, para o apalpar», lhe permite afirmar que Donatello nunca igualou a arte clássica, ajuizando, contudo, o vigor da sua obra, mas não evitando condená-la pelo ridículo do realismo grosseiro que lhe observa e o perturba (*Columbano* 13).

Mas as nossas dúvidas, porventura, constituirão as suas próprias dúvidas quando se questiona sobre como e de que se alimenta a arte.

Quando admite que as artes plásticas vivem essencialmente da actualidade pela visão directa e real onde procuram a inspiração, a questão sobre a qual medita é: de que forma? Copiando servilmente? Transformando?

E a resposta não é muito clara.

Diante de obras ou leituras contemporâneas ou antigas, onde reconhece que se procura traduzir a verdade na sua realidade crua, como único e inconteste objectivo estético, Teixeira Gomes questiona-se sobre o valor da imaginação e das suas propriedades emotivas (*Columbano* 124), o que significa que, pelo menos, não tem certezas relativamente ao realismo que não ultrapassa a cópia servil da realidade. Por outro lado, acredita que é possível produzir a harmonia imprescindível à realização da obra de arte, quando àquela realidade se juntam pormenores, mas «absolutamente verídicos», que só a força da imaginação consegue compatibilizar.



111. Goethe.

Porém, quando se respalda na afirmação de Delacroix, de que o grande artista concentra o

interesse, nos seus trabalhos, suprimindo os detalhes inúteis, ou repugnantes, ou estúpidos, para criticar Victor Hugo e a sua teoria do grotesco, quando este, referindo-se às mulheres na obra do pintor, exclamava «orgulhai-vos, porque sois irresistivelmente feias», não podemos deixar de concluir que Teixeira Gomes mantém uma visão da arte ancorada no conceito de belo herdado da Grécia, primeiro por Roma e depois pelo Renascimento, que o revivesceu, porque à representação fiel da realidade apenas admite a transformação por via dos citados detalhes verídicos que ditam o belo expurgado daquilo que considera grotesco (*Columbano* 125).

Eugène Delacroix, a quem um dia chamaram o príncipe dos românticos, mas também um exemplo de atração pelo classicismo sincero e autêntico, talvez pela influência que sobre a sua formação pictórica Rafael e Rubens exerceram, representava e assumia, assim, uma transição que não o impedia da liberdade de ter sucesso quando, em 1834, levou a público *As Mulheres de Argel nos Seus Aposentos*, no mesmo salão onde Dominique Ingres, um dos seus críticos alinhados pelas teorias do realismo e que Teixeira Gomes desclassificava por comparação com a dimensão de Rubens, expunha o *Martírio de São Simforiano*, uma obra de rebuscada colagem às formas e às temáticas da chamada arte clássica e que foi friamente recebida pelo público, o que o levou a afastar-se do meio cultural e artístico francês. Porém, este, que curiosamente Teixeira Gomes parece admirar, era o mesmo Delacroix que não evitava a violência da oposição do público ao grotesco que impunha às personagens das cenas litografadas para o *Fausto*, de Goethe, «o grande pagão Goethe» que Teixeira Gomes, nos «Diálogos impertinentes», afirma ter chamado à atenção para o reconhecimento de que os homens não eram exclusivamente destinados à igualdade celeste mas também à igualdade terrestre (*Londres* 41).

Tal como tinha tido dificuldade em compreender a obra de Miguel Ângelo, de resto, obra pela qual Delacroix se interessara e até escrevera, também em relação a este Teixeira Gomes demonstra alguma dificuldade em assimilar as condições aplaudidas por Victor Hugo, que proclamava a morte da estética clássica e que na sua teoria sobre o grotesco desencantava uma musa moderna cujo dualismo solucionava a antinomia entre o clássico e o romântico e permitia a audácia de uma imaginação capaz de partir do feio para chegar ao sublime.

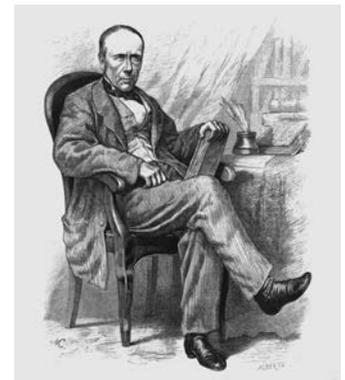
Mas esta não era a crença de Teixeira Gomes, que acreditava na divisão dos géneros e nas regras do gosto. Para ele, que clamava pelos clássicos e a quem não repugnava admitir a existência de um classicismo eterno, independente das teorias e das escolas — desde que exprimisse, «em obras compreensíveis, fortes e sinceras», emoções estéticas —, a única dúvida estava em saber quantos clássicos teriam atravessado o romantismo, questão com a qual deixava suspensa a ideia de que, ao contrário de Victor Hugo, não via naquele movimento uma verdadeira contestação ao neoclassicismo (*Carnaval* 22).

Em todo o caso, firmemente tanchado no leito grego, onde a palavra técnica simultaneamente significava Arte e Ciência, Teixeira Gomes insistia nos valores

clássicos e na convicção que tinha em relação à importância da técnica, apreendida esta na observação atenta das obras dos mestres e renovada pelo estudo das ciências e da natureza, e, na prática, dava mostras de nunca ter ultrapassado velhas discussões teóricas que tardiamente deflagraram em Portugal, em revistas e jornais de cariz literário, mas também em fóruns de opinião dinamizados por operários intelectuais e jornalistas.

Estamos a falar de discussões abertas, por vezes contundentes e fracturantes, que, apesar das várias *nuances* em que se esbateram ao longo de décadas, não se pode dizer que tenham tido uma influência de tal modo determinante na literatura e, sobretudo, na arte, ao ponto de produzirem grandes transformações no âmbito do pensamento estético dos nossos escritores e dos nossos artistas plásticos e, portanto, do nosso Teixeira Gomes. Artistas plásticos que, de resto, do ponto de vista teórico pouco revelaram, deixando a outros, os chamados escritores públicos, jornalistas e tipógrafos, essa oportunidade de intervenção e condução do movimento artístico e literário no nosso país.

Se, no início da segunda metade do século XIX, a maioria dos intelectuais portugueses ainda se entusiasmava com a leitura de autores «românticos» como, por exemplo, Victor Hugo, Charles Dickens, Honoré Balzac ou Jules Michelet, nomeadamente acompanhando as ideias que propunham a valorização da invenção e da liberdade da arte, contra o determinismo dos cânones clássicos, mas também alguns ideais revolucionários emergentes, a partir da década de 1870, com as Conferências do Casino, e sob a influência de Proudhon, os nossos escritores, como Eça de Queirós e Antero de Quental, entre outros, entraram num processo que evoluiria até ao final do século. Primeiro, começaram por recusar o romantismo, na sua concepção da arte pela arte, para defenderem o realismo da arte comprometida e, depois, quando o sentimento de regresso às raízes apelou à defesa da nossa cultura, da nossa história e do nosso património, retomaram os princípios que nortearam alguns dos seus antecessores, como Almeida Garrett e Alexandre Herculano.



112. Victor Hugo.

113. Eça de Queirós.

114. Alexandre Herculano.

Por sua vez, outros interventores da arte e das letras, a quem a história não tem dado a relevância merecida, designadamente no processo da edição dos livros e dos jornais, como era o caso particular dos tipógrafos, imbuídos do espírito filosófico e político que emanava do socialismo utópico, afirmavam-se colaboradores da civilização moderna; perante o referido silêncio dos artistas plásticos, arvoravam-se, com razão, os intérpretes das artes mais ilustradas e promoviam os fundamentos da arte do futuro, por oposição a uma arte que definiam sem carácter, «uma *blas-bleu*, de rouparias vistosas, muito tagarela, mas volúvel como uma cortesã e interesseira como um burguês fornecedor do exército» («A arte do futuro» 2), ou seja, defendiam uma proposta de vanguarda, sustentada na esfera da arte pela escola realista, que entendiam não dever esperar pela transformação, mas que, pelo contrário, deveria ser ela própria a despoletar essa mesma transformação.

Também alinhado por esta mesma teoria, o jornalista Heliodoro Salgado, em *A Geração Nova*, por oposição à «geração velha», ou seja, à arte produzida por homens de talento e sentido estético mas completamente desprovidos de capacidade crítica e, portanto, incapazes de influenciar o seu tempo, defendia a arte ao serviço de um ideal, não o ideal clássico, mas outro ideal que tinha a ver com imaginação, criatividade, inovação, mas também ideologia, em suma, uma associação de factores que entendia ser necessário conjugar, por um lado, para contrariar a dita arte pela arte e, por outro, para fazer a apologia de uma outra que reflectisse a vida, a natureza e a sociedade de uma época:

Ao serviço do Ideal, a Arte torna-se, em verdade, uma potencia divina, capaz de dar vida aos mortos, capaz de arrebatara as montanhas, capaz de convulsionar os espíritos e de congestionar os corações. Tire-lhe o Ideal, e a arte tornar-se-á tão fria, tão inerte, tão morta, como a photographia da catarata do Niagara em frente dessa catarata, toda movimento, toda convulsões, toda som, toda cor.

É pela falta de ideal que os caracteriza, que muitos dos nossos fazedores de versos hão-de esquecer, logo que a morte os tenha eliminado, e que os seus contemporaneos tenham desaparecido com elles, porque sendo simples versejadores, sem ideal, sem fé, sem entusiasmo, elles em nada influíram sobre o seu tempo, faltando absolutamente ao fim da poesia («O Ideal» 3).

E este não era senão um apelo a uma visão inteligente da evolução de uma sociedade que era interpelada pelo movimento socialista internacional, que, por sua vez, abria portas à luta operária e propunha o fim da arte como mero deleite de uma classe dominante que se estruturava em torno de uma ideologia imagética que insistia em prolongar-se no tempo.

E o nosso Teixeira Gomes? Ao tempo, se não terá reagido com clareza a estes desafios, não deixou, contudo, de os retomar mais tarde, quando, num argu-

mento que parece distinguir o belo social do belo ideal, se colocou ao lado de quem sempre entendeu que a arte aspira apenas a tomar forma para revelar a beleza, contrariando aqueles que sempre defenderam a teoria de que a arte pode e deve ter um sentido social, ou seja, uma visão que Teixeira Gomes recusava liminarmente por considerar que estes não viam a arte senão como o instrumento de uma ideologia política, o que os levava a defender a concepção de uma arte ao serviço dos regimes, fossem eles monárquicos, republicanos ou comunistas (*Columbano* 155).

Que o belo é a essência das artes plásticas, esta é para Teixeira Gomes uma verdade universal e indiscutível. No mais, apenas admite que não seja do seu exclusivo domínio. Por exemplo, aponta as atitudes e as acções de simples rústicos como possíveis de configurarem aquilo que entende ser divinamente belo (*Columbano* 156).

A sua alusão à obra de Constantino Meunier, para afirmar a teoria da síntese estética do operário (*Columbano* 130), explica muito bem como Teixeira Gomes separa a arte da política e das questões sociais e, por consequência, dos apelos dos seus correligionários, como o referido Heliodoro Salgado. Afinal, o operário entrava pela mão de Meunier na galeria de arte, belo, grave, forte, resignado, melancólico e sem amargura, apesar de, do ponto de vista formal, não se aproximar tanto do modelo grego como das boas reproduções da Renascença. E esta visão da arte, mais uma vez, dá-nos notícia da sua opção anti-realista/naturalista, de resto, sufragada quando concretamente se dispõe a acusar realistas e naturalistas de abominarem Rabelais pelas suas pseudogrosserias, quando eles próprios «manejavam a obscenidade triste, e sempre com intuítos moralizadores» (*Carnaval* 210).

Mas o debate mantinha-se — porventura o mais vivo e interessante da nossa história contemporânea, com propostas que eram mais teóricas do que práticas e que, por isso, mantinham tanto a produção literária, como a produção de imagens, completamente reféns de uma burguesia que emergira da industrialização e que, afastada relativamente das questões de ordem cultural e artística, se mantinha intelectualmente disponível apenas para o pragmatismo das ideias e das imagens representativas da época. E aqueles que podiam influenciar essa mudança não o faziam. Eça de Queirós, por exemplo, recusa um projecto de capa para uma revista proposto por Columbano, porque era necessário «reter e atrair o olho do grosso Público, que, como Público meridional, ama as coisas claras, nítidas e bem arrumadas», exigências que o dito projecto não cumpria porque, sobre a mesa, o ilustrador apresentava «um desalinho elegante e estético, que poderia ser entendido como trapalhada» (*Cartas de Eça de Queiroz* 359-360). E Teixeira Gomes, que não ficara indiferente a esse mesmo debate, quando, designadamente nas páginas da *Folha Nova*, fez questão de se distanciar do romantismo, datado e fora de tempo, e se colocou ao lado daqueles que acusavam os naturalistas de defenderem uma estética que procurava tirar partido da falta de cultura dos leitores e dos seus sen-

timentos primitivos, mais tarde, a propósito da ideia de arte como um jogo desinteressado, voltava a pronunciar-se, traduzindo por *blague* a falta de pudor que caracterizava alguns dos nossos escritores e artistas plásticos (*Columbano* 154).

Com efeito, quando parecia que era possível a arte e a literatura esboçarem a transição para o novo século, os discursos da classe intelectual dominante mantinham-se ligados à visão romântica de uma percepção do belo centrada na natureza e na cópia dessa mesma natureza, de certa forma entendida como parte integrante do universo e templo onde se fundiam e confundiam Deus e o belo. Se às ciências era exigida a tarefa de procurar a verdade, que dependia da lógica, às letras e às artes, que dependiam dos sentidos, cabia buscar uma nova ordem das formas naturais, o belo, sobretudo a parte definida como a moral do belo, mas, por outro lado, onde também cabia o útil, que se traduzia numa pequena parte da criação e que tinha a ver com a capacidade de transformação e produção do objecto apto a satisfazer as necessidades socialmente sentidas.

O fim geral da arte continuava, assim, a determinar-se na procura e na imitação do belo que a intuição revelava na natureza. E o romantismo, que era entendido como uma revolução que pretendia conduzir a arte ao sentimento da realidade, depois de ter percorrido caminhos que ameaçavam a descoberta do belo no comum, no trivial, no extraordinário e até no desagradável, ameaçava fechar as portas à modernidade, recentrando-se numa espécie de neogarrettismo que alimentava o regresso à tradição.

Neste contexto, o círculo fechava-se em torno de uma geração de intelectuais com acesso aos jornais e revistas que vão persistir na defesa daquilo que denominavam romantismo prosaico, ou seja, um realismo que deveria manter-se limitado à imitação perfeita do real, porventura protagonizado pela própria fotografia, contra aquilo que consideravam a fantasia de um realismo que incidia no gosto pelo extraordinário e no descomunal das proporções resultantes da observação microscópica, isto é, contra a negação do belo ideal e a opção pela caricatura do belo. Chegava mesmo a fazer a apologia da arte neoclássica, como a escola capaz de conciliar a ideia de belo na aliança entre o real e o ideal, e posição que, de forma contraditória, o próprio Teixeira Gomes não teria dificuldade em sufragar.

Deste modo, a discussão continuava a travar-se naturalmente entre a nostalgia do passado e a vibração do presente, embora também apontasse para uma observação ideológica que propunha um olhar sobre o futuro. Era disso que falava a «máquina ferramenta», quando empurrava a sociedade para o futuro; mas era também isso que dava força ao socialismo, alterava o sentido da arte e propunha novos conceitos estéticos: «A revolução industrial que causa a machina-ferramenta, consiste assim na grande redução do tempo da produção de um artigo, implicando, ipso facto, o cerceamento das despesas da produção e dos salários» (Anónimo 1).

E esta era, afinal, também uma ideia sobre a qual Teixeira Gomes havia meditado, para chegar à conclusão de que a chamada ciência da redenção, uma ex-

pressão que utilizava para referir-se à industrialização, não contribuía senão para embrutecer o operário, privado este da mais «elementar iniciativa estética» (*Miscelânea* 36), o que nos permite pensar que não foi infrutífero o seu interesse pela obra de Heine, bem como admitir que terá dado atenção às teorias de Ruskin e William Morris, dois dos mais importantes pioneiros do *design* moderno, e perceber que não olhava com indiferença para os problemas sociais e, particularmente, para o dos artesãos, como era o caso do mestre Flório, um carpinteiro alvoreense, cuja obra comparava à dos primitivíssimos italianos (*Miscelânea* 65).

Perante questões desta dimensão, não era fácil encontrar unanimidade nos discursos. Para uns, a revolução industrial servia os objectivos dos capitalistas, que enriqueciam à custa da miséria cada vez maior dos proletários; para outros, era relativamente fácil entender que a mecanização dos ofícios e das artes constituía a grande revolução que se alicerçava na possibilidade de libertar o homem para o estudo e para o desenvolvimento das suas faculdades intelectuais, perseguindo, assim, o alvo para onde deviam encaminhar-se os propósitos da humanidade, designadamente minando a velha civilização, modificando mentalidades e, consequentemente, aperfeiçoando a organização social.

O certo é que, em Portugal, a industrialização não atingia o patamar de desenvolvimento da maioria dos países europeus e a arte do final do século ainda estava bastante distante da modernidade proposta pela escola realista, isto é, ainda longe do projecto revolucionário erguido por aqueles que acreditavam no socialismo. Projecto revolucionário que, efectivamente, não era encarado da mesma maneira por todos os socialistas. Os marxistas, por exemplo, referiam a acção integral do movimento social, que não se cingia apenas às questões económicas, mas que também apelava aos artistas modernos para que abandonassem o romance piegas e lamecha, os versos lamurientos ou os quadros onde apenas a sociedade feliz era representada. E a contundência dos seus discursos retomava antigas exigências ideológicas, dando o exemplo de Zola, que, ao fazer «escorrer sangue à burguesia dinheirosa e accionista», impulsionava a mudança pela crítica e pela divulgação da realidade que envolvia as camadas sociais mais desprotegidas.

Deixem as cantatas patrióticas para a arte official, de manga d'alpaca, anichada nas secretarias. A ella é que compete cantar lóas á Caridade e fazer hynnos ao 1.º de dezembro... A etiqueta manda-lhe, até pôr luminarias na varanda da janela.

O socialismo é campo aberto e vasto para as manifestações geniaes da Arte. (Anónimo, «A arte socialista» 1)

Apesar da diferença de tom com que alguns jornais operários defendiam a regeneração da arte, a verdade é que o que estava em causa era o objectivo comum da reforma da sociedade, mas, se ficava claro que a evolução da sociedade caminhava a par da evolução da ciência e da tecnologia, começava também a ser perceptível

que à maior consciência social correspondia uma nova forma de ver o mundo. A função da arte passava a ser questionada; a magia da própria fotografia revelava uma nova realidade, pondo em causa a utilidade da gravura e da litografia; e as artes gráficas davam um enorme impulso à imprensa, obrigando a literatura, a poesia e as artes plásticas a meditarem num percurso mais de acordo com o seu tempo.

A verdade é que, neste período de cruzamento das várias tendências estéticas, muitas das contradições, que resultavam de novas e velhas formas de olhar e de interpretar o visível, acabavam por abrir também alguns conflitos entre todas as partes envolvidas na produção do livro e do jornal: uma parte do público a entender preferir a realidade fotográfica à realidade expressiva; os autores e os editores a preocuparem-se com a «indústria» cada vez mais ameaçada pela falta de leitores; os artistas — muitos deles envolvidos na área da gravura e da ilustração — a sentirem necessidade de fugir à implacável fidelidade do daguerreótipo; e os próprios artistas gráficos — que constituíam uma classe ideologicamente identificada com o socialismo utópico, que desejava ver o país caminhar para o progresso e o desenvolvimento industrial, e que se envolvia na chamada poesia panfletária e no jornalismo de intervenção — a verem definitivamente colocada em causa a sua autoridade cultural e artística.

Em suma, era notória a dificuldade em alterarem-se velhos paradigmas, sobretudo quando a própria crítica apostava numa pedagogia de preservação dos velhos cânones estéticos. Por exemplo, na revista *O Occidente* — uma publicação dirigida por artistas, onde se procurava dar ênfase à produção artística nacional — continuava-se a clamar contra o realismo:

Oh! artistas que cultivaes o realismo, aprendei n'este quadro. Vêde como é sympathico o assunto e como elle emociona docemente quem o admira. Deixai-vos, oh! artistas transviados de representar na tela tanta cousa que nada tem de emotivo. Só o que é bello constitui arte, só o que é puro e nobre pôde fallar ao coração e ao espirito.  
(Anónimo, «As nossas gravuras» 53-54)

E, para justificar os argumentos, o texto vem acompanhado de uma gravura estranhamente não assinada, de resto, como o próprio artigo, onde, com o título *Amor e Trabalho*, se representa um «infante que brinca no berço, mal podendo alçar o bracinho roliço» e a mãe «que se distrai do trabalho para brincar com o filhinho», ou seja, a descrição de uma cena «bela» e «pura» que nada tinha a ver com outras menos nobres, sobretudo tratadas por desenhadores e caricaturistas, como Manuel de Macedo ou Rafael Bordalo Pinheiro, em quem Ramalho Ortigão afirmava a sua esperança e, de alguma forma, se servia para defender aquilo que entendia por realismo e, portanto, no caminho certo da modernidade («As Belas-Artes» 41-50). realismo esse que, de facto, apenas se concretizaria alguns anos mais tarde, já no chamado período modernista e na antecâmara do neo-realismo, através da

obra de Stuart Carvalhais, curiosamente também ele desenhador de imprensa e caricaturista.

Todavia, o regime mantinha-se, os republicanos não tinham um chefe que concitasse a confiança, quer dos operários quer da burguesia, e os socialistas não se entendiam. E com este panorama, as questões da arte estavam limitadas a um plano secundário de importância que Teixeira Gomes percebia bem quando afirmava que «os políticos não têm qualquer sensibilidade artística e o público não lhe sente a falta» (*Columbano* 32).

Neste impasse, Teixeira Gomes continuava em viagem e à descoberta de novos discursos e de novos conceitos sobre arte, mas também de novas formas de arte.

Uma coisa é certa: Teixeira Gomes, que se integrou na vida cultural do país, designadamente não se colocando fora das questões levantadas por um romantismo decadente e persistente, parte do país arrastando um conjunto de conceitos e de ideias que terá estruturado no contexto de todas as discussões que se prolongaram *ad aeternum* em Portugal e que não produziram nada de significativo do ponto de vista da nossa aproximação a uma arte e uma literatura europeias que já haviam, há muito, chegado ao século xx.

Passadas mais de duas décadas, já depois de ter servido tão bem como pôde os supostos desígnios da Primeira República e aberto «um barranco largo e fundo sobre o qual dificilmente se lança uma ponte sólida», distante do país e do chamado modernismo em Portugal, Teixeira Gomes, perto dos 70 anos, já não se sente entusiasmado com a ideia de voltar a escrever romances<sup>6</sup>; no entanto, vai continuar a vivê-los e a meditar sobre questões antigas (*Miscelânea* 109). Por exemplo, a propósito da descoberta do belo no seu contrário ou pelo menos no desinteressante, continuará a reagir de forma não muito cómoda, isto porque não vê no grotesco senão uma forma de caricatura, à qual, ele próprio, na literatura, recorre com alguma frequência, como confessa, por influência de Schopenhauer, aquele que considerava o único que havia rasgado no horizonte das desgraças humanas o mirante onde se assomava retirando daí alguma felicidade (*Columbano* 136), mas que, nas artes plásticas, era evidente que desprezava, bem como era capaz de evitar de forma peculiar. O facto de ter percorrido os caminhos da arte gótica e de se ter deslumbrado com «muitíssimos, se não todos», os melhores exemplares daquela que denominava arquitectura ogival, centrando sobretudo a sua atenção na ciência dos processos construtivos que permitiam o perfeito equilíbrio que sempre exigiu à arte, não evitava, porém, que, por exemplo, perante o Mosteiro de Alcobaça, se sentisse constrangido com as cenas que considerava lúbricas e de inspiração dantesca, onde os anjos se assemelhavam a demónios e o céu se transformava no Inferno<sup>7</sup> (*Atlântida* 64), considerações que iam de encontro à sua teoria de que «a peçonha do cristianismo» havia desequilibrado a humanidade redimida pelos gregos (*Miscelânea* 204).

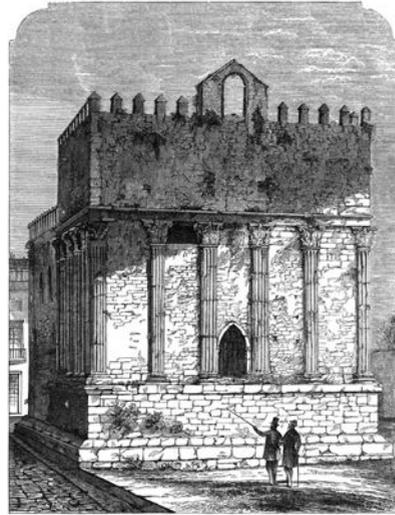


115. Pormenor de gravura do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (fonte: *Arquivo Pittoresco*, 1863).

Na sua opinião, a função do artista passava pela capacidade de fazer o inventário da parte espectacular da vida (*Columbano* 138) e, por isso, atribuía o epíteto de energúmeno a Léon Bloy, um pintor que invadia as suas telas com imagens do Apocalipse e os horrores da Guerra Franco-Prussiana (*Columbano* 142), mas demonstrava possuir uma capacidade extraordinária para, num olhar microscópico, seleccionar e emoldurar o que considerava belo, abstraindo-se daquilo que não lhe interessava ver, à boa maneira de Baudelaire, que gostava de citar com alguma frequência (*Columbano* 114; *Miscelânea* 111). Era um exercício que explorava com alguma frequência, designadamente quando, em busca de um trecho daquela que era a sua «paisagem sentimental», a doce natureza algarvia onde gostava de poder ver o Templo de Diana, fazia correr uma moldura sobre essa mesma paisagem ou quando não resistia a descobrir uma mulher sensual por detrás de uma classe social, de uma etnia ou de um nível etário que não o seu, como tão bem deixava transparecer nas suas *Novelas Eróticas* ou em *Maria Adelaide*.

Quando se exercitava na procura do belo na natureza, onde acreditava que era possível conjugar a concordância, a harmonia e o equilíbrio entre o espectáculo real e as inclinações naturais do seu gosto, Teixeira Gomes, porventura motivado pela argumentação de Hegel, a propósito das relações entre o belo artístico e o belo natural, deixava claro que não tinha dúvidas de que o belo existe nessa mesma natureza, «é universal e independente do critério humano» (*Columbano* 137), e que, portanto, não é apenas uma mera criação do artista, como alguns defendiam e teorizavam, mas ele condenava pelo absurdo.

Relativamente ao papel da moral e da ciência nas suas relações com o belo e a arte, também Teixeira Gomes meditou bastante. Pegou na obra de Immanuel Kant, aquele a quem chamava uma espécie de Himalaia, de altura inacessível (*Columbano* 130); como recordava, forrageou levemente as suas *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime*, mas, avesso que demonstrava ser à leitura de tratados e de grandes teorias, preferia concentrar-se na sua tendência para o empírico, escapando-se, assim, para a pintura de ar livre e para o desenho de modelo nu. De resto, perante aquela que considerava a grande preocupação do filósofo, a «grande moral», porventura identificando-a



116. Templo de Diana, em Évora  
(fonte: *Arquivo Pittoresco*, 1865).

com as exigências do dever, uma espécie de moral social, limitava-se, de acordo com o que já havia dito sobre a arte socialmente empenhada, à afirmação da sua nocividade. Era, portanto, e também de acordo com a sua preferência pelos clássicos, defensor de uma estética subordinada à lógica e à ética, traduzindo ironicamente esta teoria naquilo que entendia ser «a moral pequenina, a comezinha, a que serve na higiene diária da vida usual» (*Columbano* 135), esta sim considerada indispensável às exigências da verdadeira arte, produzida através do estudo metódico, do trabalho incessante, da inspiração pelo que é perfeito, do insaciável desejo de realizar e, mais do que tudo, da técnica, que permitia construir a unidade em torno do belo, do bom e do verdadeiro. Técnica que, no seu entender, era sinónimo de ciência, linguagem específica ou conjunto de preceitos, a que associava o domínio do desenho, da cor e da perspectiva, e, por isso, mais do que a estética, tão indispensável como a gramática e o latim à escrita e à literatura. Argumentos de que se servia para homenagear a obra de António Feliciano de Castilho, aquele que considerava o maior mestre da língua portuguesa de todos os tempos (*Miscelânea* 20), «possuidor de um estilo, de tão severa elegância e de tão harmoniosa composição, só comparável ao dos grandes artistas florentinos da Renascença» (*Columbano* 28), e que defendia dos chamados positivistas, que o acusavam de fraco filósofo e espírito retrógrado, mas também através do qual terá chegado ao padre Bernardes, a Garcia de Resende<sup>8</sup> e outras personalidades da vida intelectual portuguesa que marcaram a história da nossa língua (*Carnaval* 19-21). Afinal, os mesmos argumentos com que justificava o seu grande interesse e admiração por Columbano Bordalo Pinheiro, aquele que colocava ao lado dos melhores retratistas do seu tempo e em cujas naturezas-mortas encontrava a maior significação e espírito, mas cujo



117. Pormenor de gravura da cidade de Paris (fonte: *O Panorama*, 1843).

envolvimento com a pintura histórica lamentava, por considerar que lhe limitava as faculdades (*Columbano* 94).

Não terá sido por acaso que Columbano só teve direito a uma enorme manifestação de reconhecimento nacional em 1928, um ano antes da sua morte e quando os chamados modernistas ainda se debatiam com a falta de reconhecimento do público, e não terá sido também por acaso que Teixeira Gomes, perante uma obra de arte ou uma paisagem, gostava de desafiar a sua capacidade crítica, imaginando-se por detrás dos olhos do próprio Columbano.

Columbano não se sentia atraído pela arte muçulmana e Teixeira Gomes considerava-a monótona (*Columbano* 13) e referia até o desprezo dos árabes pelas manifestações artísticas (*Columbano* 86). Como ele próprio referia, Columbano, apesar de ter tido a oportunidade de se juntar à revolução que iluminava a cidade de Paris, era o antípoda do impressionista (*Columbano* 175); do mesmo modo, Teixeira Gomes nunca manifestou interesse pelo estilo, nem tão pouco pela técnica, embora admitisse que, à distância, aquelas coisas esborratadas conseguiam alegrar-lhe a vista (*Columbano* 111); mas, se Columbano não se sentia atraído pela paisagem, Teixeira Gomes chegava ao ponto de se interrogar a propósito da obsessão dos artistas pela pintura de ar livre (*Columbano* 99).

Afastado que se sentia em relação ao século xx, Columbano desdenhava da arte moderna e Teixeira Gomes não lhe ficava atrás quando a considerava cafrina e destituída de técnica (*Columbano* 94). Técnica que era matéria à qual considerava que os artistas modernos não dedicavam estudo nem trabalho, porque simplesmente aspiravam ao estado primitivo. Mesmo aqueles a quem chamava artistas de tradição o desiludiam. Apesar de ainda dominarem a técnica, também já produziam arte que não considerava aceitável (*Columbano* 111).

Definitivamente, Teixeira Gomes não aprendeu a lição de Miguel Ângelo, que entendia que não bastava ser um grande e hábil mestre do seu ofício para se ser pintor, e, por isso, nunca conseguiu levantar âncora do século xix, com todas as suas reminiscências clássicas, ficando-se por uma visão do século xx que se limitava à ideia de estar perante uma fase cumulativa de grande excitação e preguiça que recuperava a intuição e preteria a técnica ou buscava a novidade desprezando

a perfeição (*Miscelânea* 214). E a sua desilusão em relação à arte moderna era tal que o enfado o levava mais longe quando comparava a atitude dos novos artistas à tentativa das velhas Messalinas de recuperarem a virgindade, enganando o público e incitando-o ao estupro (*Columbano* 111). Em síntese, os seus argumentos têm uma lógica que esclarece perfeitamente a razão que o levava a encontrar disciplina, estilo e ordem nos jardins de Versalhes (*Columbano* 109) e falta de harmonia no jazz (*Columbano* 106) e ajuda-nos a perceber o que terá estado na base do seu relativo insucesso como político e da sua fuga (ou regresso) em direcção ao silêncio e à serenidade de uma paisagem próxima da que vislumbrava da Ponta do Altar, ao pôr do Sol: a falta de rigor e de estabilidade, mas também a falta de unidade e de verdade na transição do regime monárquico para o regime republicano.

Há, no entanto, algumas confissões que Teixeira Gomes faz, a partir de 1927, que nos permitem pensar como teria encarado a arte, e particularmente a arte moderna, se não tivesse conhecido Columbano. Concretamente, depois da morte de Columbano, Teixeira Gomes foi capaz de confessar que a aversão do amigo a Greco o tolheu durante muitos anos nas suas apreciações sobre aquele que considerava o prodigioso mago (*Columbano* 134). Estamos até convencidos de que a sua paixão pela obra de Turner não seria motivo para grandes conversas com o seu «mestre». De resto, quando refere que nunca conseguiu aprender nada, desvalorizando todo o esforço que dedicou à língua portuguesa (*Columbano* 112), parece-nos que pretende apenas, com ironia, e também, talvez, com alguma nostalgia, concluir que, afinal, podia ter sido um escritor moderno. Ele próprio admite que o tempo arrefeceu a sua atitude doutrinária ou moralista em relação à arte (*Columbano* 111).

Mesmo quando afirma que só é artista quem artista nasceu, Teixeira Gomes sabe que está a soltar uma «sentença estafada e brutal» (*Columbano* 162) que não corresponde aos seus sentimentos mais profundos, mas sim a uma pecha do passado romântico que o persegue. Não é por acaso que, aos 71 anos, tem plena consciência de que a tradição é um ponto de partida e nunca uma chegada (*Columbano* 155).

Como admitia, foi sempre um escravo da sua própria imaginação. A esta ficou a dever a faculdade de se evadir de todas as imagens que perturbavam a sua existência (*Miscelânea* 39). Teixeira Gomes era, portanto, um homem submetido à busca do encontro com o belo, encontro que nunca acontecia da mesma forma. Dependia da atmosfera que estabelecia na sua relação com o objecto. Uma vez racionalmente, outras emocionalmente. Ao entender que a observação de uma paisagem depende da disposição de espírito do pintor que tenta fixá-la na tela (*Columbano* 143), Teixeira Gomes, que se indispõe com a falta de serenidade da escultura inspirada na religiosidade anunciada com a Contra-Reforma, num dia de grande exaltação amorosa, também é capaz de se deliciar com a alegria do faustosíssimo barroco do interior da Basilica della Santissima Annunziata, em Génova (*Novelas* 156).

E configurará esta sua postura um paradoxo? Entendemos que não. Na prática, ao usufruir da obra de arte do mesmo modo que entende que o artista se

predispõe face ao objecto da sua pintura, umas vezes ama, outras detesta. Ele próprio tinha consciência desta sua dualidade de critérios quando percebe que não tem condições, sobretudo emocionais, para empreender um estudo, como tanto desejava, sobre Columbano e a sua obra: «Para escrever desafogadamente acerca de Columbano, não omitindo a rasteira verdade a par da brilhante, seria preciso que morresse e ressuscitasse já livre da amizade que lhe dedicava, mas sem a sensibilidade embotada» (*Columbano* 163).

Neste quadro de relações emocionalmente condicionadas com a arte e o artista, Teixeira Gomes consegue admitir um pintor da transição para o barroco, como é o caso de Rubens, como o modelo inspirador da pintura de Columbano, o artista que elege para conduzir o seu olhar e o seu gosto.

E, quando Joaquim Martins de Carvalho, a propósito da pintura de *Camões e as Tágides*, do mesmo Columbano, em 1893 coloca a questão: «Porque adora Rubens este homem que pinta como Velásquez?», para concluir que o artista se dedicava a um estudo raro da forma humana:

[...] a linha escultural das Tágides não é a linha banal dum modelo, é a síntese do corpo feminino, é o corpo da mulher ideal que sonhou este grande artista, corpo para cobrir de beijos em adoração, num grande culto de amor, corpo para afagar com as mãos trémulas em receio de maculá-lo. (*Notas de Arte e Crítica* 180)

acaba por nos ajudar a compreender as razões da proximidade de Teixeira Gomes ao homem Columbano e à sua pintura, em quem admite descobrir «um sentido barroco, para não dizer caricatural dos seus melhores trabalhos» — e nesta afirmação deixa clara a tradução que, muitas vezes, faz de barroco —, para acusar os elementos boçais que considerava abundarem na atmosfera portuguesa e de que se servia para o distinguir dos seus contemporâneos «por não ter feito nunca a menor concessão ao gosto da época ou da moda ou dos seus próprios amigos que mais estimava ou admirava» (*Columbano* 167). Amigos que insistiam na pintura de ar livre e numa irrealidade literária que reunia à sua volta aqueles que José-Augusto França refere como o escol dos intelectuais do seu tempo que nunca foram, significativamente, homens do século xx, e onde integrava Eça de Queirós, Lopes Vieira, Ramalho Ortigão, Raul Brandão, Fialho de Almeida, Eugénio de Castro, Bulhão Pato, Batalha Reis e o próprio Teixeira Gomes (*A Arte em Portugal* 285). A este grupo de amigos podíamos juntar outros nomes, como Antero de Quental, Teófilo Braga, Teixeira de Pascoais, Oliveira Martins, Mariano Pina ou Rangel de Lima, quase todos retratados por aquele que, em várias tribunas, algumas das quais sob a sua responsabilidade, como a *Revista de Estudos Livres*, *A Arte Portuguesa*, a *Revista Literaria e Artistica*, ou mesmo jornais como o *Diario de Noticias*, o *Diario da Manhã*, *O Commercio de Portugal* ou a *Gazeta de Noticias*, desde os anos 80, fizeram questão de elogiar, embora nem sempre, sobretudo quando estavam perante as suas incur-

sões pela pintura histórica, e de defender de algumas «injustiças», nomeadamente quando, justa ou injustamente, viu obras recusadas em exposições ou foi preterido por outros em concursos para professor na Academia de Belas-Artes — escola onde viria trabalhar durante mais de duas décadas, até ao dia em que, ao perceber que os ecos da modernidade lhe roubavam os alunos, decidiu demitir-se.

Conforme José-Augusto França afirma, por razões de honestidade intelectual, «Columbano retirava-se inteiro, como se morresse» (*A Arte em Portugal* 281).

De forma inesperada, mas pelas mesmas razões que levaram Columbano a tomar a decisão de abandonar o cargo de professor, pouco tempo depois, Teixeira Gomes, após aquelas que diz terem sido as aventuras políticas em que se gastou e que lhe abriram «um parêntesis de quinze anos sáfaros e estéreis» (*Miscelânea* 211), deixa a presidência da República e, em 1926, já em Pisa, escreve uma carta ao seu amigo para lhe dizer que não resiste à tentação de se carpir, ou seja, uma carta que podia ter sido assinada pelo próprio Columbano e dirigida a Teixeira Gomes:

Sinto-me morrendo lentamente com esta constante evocação do passado; demasiado me comprazo em olhar para trás: é a impotência de quem nada tem já a criar. No dia em que se me acabar a curiosidade do futuro (que mais não seja do dia seguinte) e eu não tiver olhos, nem pensamentos, senão para o passado, estará consumada a minha verdadeira morte, e não serei mais do que um cadáver ambulante... (*Columbano* 70)

No entanto, como acabaria por confessar, Teixeira Gomes não estava nos seus dias cor-de-rosa. Afinal, no percurso de mais de uma década, estas e outras questões, designadamente a idade que lhe roubou o desejo e que o empurrou para o grotesco da vida real (*Columbano* 115), não conseguiram sacrificar-lhe a curiosidade para, à sua medida e à do seu país, antecipar o «museu imaginário» de André Malraux, nem lhe retiraram a lucidez para continuar a insistir nas dúvidas que sempre o acompanharam:

O que é a arte? O que é o belo? Que utilidade social se tira da sua investigação? E para que serve a obra de arte?

### *Da biblioteca ao museu*

Para além de tudo o que procurou ver e estudar, Teixeira Gomes juntou um considerável número de pinturas que, ao longo da sua vida, foi adquirindo, com mais ou menos critério e sobretudo em leilões onde pôde estar presente, nalgumas das viagens que fez pela Europa e, depois, aquando da sua permanência em Londres, como representante do governo português. Em relação a esse conjunto de obras que doou ao Museu Nacional de Arte Contemporânea — Museu do Chiado ou ao



118. Pormenor de gravura da Galeria Nacional de Londres  
(fonte: *O Panorama*, 1866).

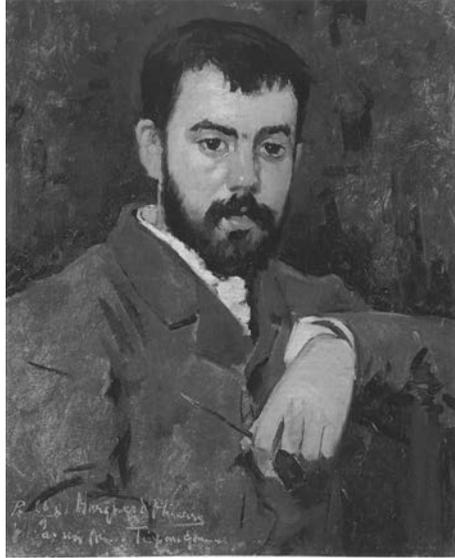
Museu Municipal do Porto, presentemente à guarda do Museu de Portimão, valerá a pena tentar perceber como encaixam nas suas preferências estéticas.

Um dos aspectos que saltam imediatamente à vista é o de que os autores são todos marcados por um gosto oitocentista. E outro, que resulta da observação geral das obras, tem a ver com a ausência de pintura nacional.

Fica também bem patente a coerência entre os seus gostos pessoais e as temáticas exploradas pelos artistas reunidos na sua galeria, o que nos dá nota de que era um colecionador de arte sincero e não um simples *marchand*. Neste contexto, é possível encontrarmos sobretudo retratos, naturezas-mortas, desenho de nu e paisagens.

Mas, naturalmente, não encontramos arte moderna.

No seu discurso, já não tínhamos encontrado muitas referências às experiências artísticas que, nas primeiras décadas do século xx, evoluíram no espaço cultural europeu. E não temos ideia de ter parado um segundo para comentar a vanguarda protagonizada pelos nossos modernistas. É verdade que diz admitir o conflito de gerações e é verdade que encontra no grito da mocidade a «nobilíssima ambição de facultar, à arte e à poesia, caminhos ainda por trilhar»; no entanto, não demonstra muita fé numa juventude que considerava pretensiosa e que se limitava a alimentar a desordem na linguagem e no emprego da gramática. Em suma, não acreditava nos novos escritores, como os que admitia terem despontado em Portugal, que assumiam o papel de precursores, «abrindo súbitos e grandes rasgões no desconhecido, mas que, na sua opinião, não passavam de tresloucados capazes



119. Manuel Teixeira Gomes —  
retrato de Marques de Oliveira, 1881.

de despertar da morte o padre Manuel Bernardes<sup>9</sup> com palavras trazidas a trouxe-mouxe e acomodadas pela sonoridade ou pela obscuridade (*Miscelânea* 114-115).

Entre 1911, que coincide com a sua passagem à política activa e a denominada «Exposição Livre» dos pintores portugueses regressados de Paris, e 1925, que marca a sua viagem sem regresso e a explosão futurista em Coimbra, existe uma espécie de eclipse total em relação à arte e à literatura em Portugal. Não critica a pintura de Amadeo Souza-Cardoso, como tantos outros o fizeram, não se ofende com as contínuas provocações de Almada Negreiros e Santa-Rita Pintor, nem questiona o orfismo de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro. Ignora-os simplesmente e vai ignorá-los até ao fim da sua vida.

Contrariando aparentemente a opinião que proferia em relação à qualidade da arte, quando defendia que a antiga não tinha obrigatoriamente mais valor do que a moderna — moderna no sentido de próxima —, Teixeira Gomes não perdeu tempo a visitar as galerias que promoviam a arte moderna, mas procurou no espaço dos leilões, entre as obras de arte que existiam para todos os gostos e todas as posses (*Columbano* 93), aquelas que melhor simbolizavam os modelos da sua preferência: William Etty ou Marià Fortuny, que lhe permitiam sonhar com as mulheres de Delacroix; Henri Fantin-Latour, que mexia com a sua atracção pela natureza-morta; os trabalhos medíocres de Edwin Landseer e Léon Henri Antoine Loire, que lhe despertavam a atenção para ingenuidade e a beleza das meninas esvoaçando como anjos na natureza; Erskine Nicol, que eventualmente lhe recordava a fantasia e a ironia de Gustave Doré; Alfred Stevens, Henri Harpignies ou Rossoff (?), que lhe

devolviam a linha do horizonte em pinturas de paisagem; Ignacio Zuloaga, que o não terá emocionado pela aparente pintura animalista de *Retrato de Cão com Touca*, mas mais pela sátira social que está implícita nesse mesmo retrato; ou pintores desconhecidos, e de duvidoso reconhecimento artístico, que correspondiam ao seu apego pelo retrato das escolas francesa e holandesa, lhe traziam à memória o espectáculo das tempestades de William Turner ou as imagens religiosas de El Greco.

Relativamente à pintura portuguesa, não fugindo às regras que determinaram a construção do seu edifício estético, Teixeira Gomes mostra-nos uma viscondessa, de Menezes, que dá resposta à sua obsessão pela sensualidade; uma pintura de ar livre, já muito tardia, de Marques de Oliveira; o seu retrato institucional, de um Columbano institucionalizado; e, por fim, outro dos seus retratos, o melhor dos seus retratos, do melhor Marques de Oliveira, e que é, sem dúvida, a melhor e a mais moderna das pinturas da sua colecção.

Apesar de tudo, apesar de preservar o ideal clássico, evitando o novo século, apesar de recusar a transgressão da arte moderna para não destruir a sua fé no estabelecido da arte do passado, atento e perspicaz, Teixeira Gomes, cuja vida e obra se interceptava na viagem e na solidão de uma escrita próxima da pintura, assumindo a grande admiração que tinha por Fernão Mendes Pinto e por Manuel Bernardes, com razão ou sem ela, sentia-se uma das pessoas do mundo que melhor estavam preparadas para responder perante o desafio da obra de arte.

E este terá sido o desafio da sua vida.

Como poucos em Portugal, terá procurado cultivar o gosto e, também como poucos, terá arriscado expor as suas convicções estéticas. Estas, de facto, não deram para definir um corpo doutrinário, como ele teria gostado de esculpir à boa maneira clássica; no entanto, quando afirma que ninguém, nem ele, será capaz de ligar os seus solilóquios, deixa uma porta aberta para quem estiver disposto a sistematizá-los, procurando na sua escrita a liberdade e até a marginalidade que, apenas em parte, admitiu às artes plásticas.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

## Periódicos

- Anónimo, «A Ilustração». *A Ilustração* — jornal universal. Abril de 1845: 1  
 «A Máquina Ferramenta». *O Protesto Operario*. 09.10.1892: 1.  
 «A Arte do Futuro». *O Protesto Operario*. 01.01.1893: 2.  
 «A Arte Socialista». *A Federação*. 07.10.1894: 1.  
 «As Nossas Gravuras». *O Occidente*. 10.03.98: 53-54.  
 «Jornal das Bellas-Artes». *Revista Universal Lisbonense*. 09.03.1843: 311-312.  
 «Introdução». *Revista Popular*. 04.03.1848: 1-2.  
 «Introdução». *A Ilustração* — periódico universal. 15.01.1852: 1-2.  
 Chagas, Manuel Pinheiro. «Actualidades». *Jornal do Domingo*. 07.08.1881: 193-194.  
 Ennes, António. «Os Abusos do Realismo». *Artes e Letras*. Outubro de 1872: 145-146.  
 Ferreira, José Maria de Andrade. «Exposição da Sociedade Promotora das Belas-Artes». *Artes e Letras*. Maio de 1872: 70-73.  
 Gomes, Manuel Teixeira. «A Propósito de Um Croquis». *Chronica Illustrada*. 1882: 53-55.  
 «Alcobaça». *Atlântida*. V. III, n.º 11, s.d.: 1009-1016.  
 [Herculano, Alexandre]. «Belas-Artes — Viagens». *O Panorama*. 04.11.1837: 210-211.  
 «Da utilidade das estampas». *O Panorama*. 03.03.1844: 71-72.  
 Leal Júnior, Mendes. «Intróito». *A Ilustração Luso-Brasileira*. 05.01.1856: 1.  
 Ortigão, Ramalho. «O Movimento Literário e Artístico». *As Farpas — o Paiz e a sociedade portugueza*. 1881: 220.  
 «As Belas-Artes, a Exposição, os Quadros, os Artistas». *As Farpas*. Abril de 1872: 41-50.  
 Vidal, E.A. «O Realismo». *Artes e Letras*. Fevereiro de 1872: 18-20.  
 «A Arte», *A Arte*. Novembro de 1880: 171-172.  
 Salgado, Heliodoro. «O Ideal na Arte». *A Geração Nova*. 17.04.1894: 1.  
 Silva, Nogueira da. «O Trapeiro de Lisboa». *Arquivo Pittoresco*. 1860: 13.

## Livros

- Carregal, J. da Costa. *Notícia para a Bibliografia Antheriana*. Lisboa: Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, 1942.  
 Carvalho, J.M. Teixeira de. «Columbano Bordalo Pinheiro». *Notas de Arte e Crítica*. Pref. de Joaquim Costa. Porto: Livraria Moreira — Editora, 1926. 178-183  
 Editorial Aviz. *Cartas de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Aviz, 1945.  
 França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XIX*, v. II, Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. 262-285.  
 Gomes, Manuel Teixeira. *Novelas Eróticas*. Lisboa: Portugália Editora, 1935.  
*Miscelânea*. Lisboa: Portugália Editora, 1937.  
*Carnaval Literário*. Lisboa: Portugália Editora, 1939.  
*Londres Maravilhosa*. Lisboa: Portugália Editora, 1942.  
*Cartas a Columbano*. Lisboa: Bertrand Editora 1989.

## NOTAS

- 1 Apesar de se tratar da melhor tipografia do Porto — registo assinalado por Oliveira Martins aquando da realização do Inquérito Industrial de 1881 —, Teixeira Gomes, que na altura deambulava pela Ásia Menor, em carta dirigida a João de Barros, lamentar-se-á da má revisão do texto do seu primeiro livro.
- 2 A ideia de que o temperamento, a experiência de vida e até a doutrina constituíam um conjunto de referências que estruturavam e que se reflectiam inexoravelmente no estilo do escritor e do artista era, como referia Ramalho, um velho aforismo defendido na primeira

- metade do século XIX, embora tenha persistido até aos nossos dias. Luís Augusto Rebelo da Silva foi um dos seus mais convictos defensores.
- 3 Depois de um período em que pouco ou nada o «atormentavam as veleidades literárias», Teixeira Gomes regressa ao Algarve, torna-se «lavrador abastado», constitui família e encontra as condições ideais para redescobrir o desejo de escrever um livro. Até à revolução de 5 de Outubro que, contra sua vontade, o convoca para servir a República, Teixeira Gomes publica *Cartas sem Moral Nemuma, Agosto Azul, Sabina Freire e Gente Singular*; bem como alguns textos que verá impressos na revista *Arte & Vida*, designadamente *Londres Maravilhosa*, que em 1942 será editado pela Seara Nova junto com outras páginas dispersas, e *Desenbos e Anevdotas de João de Deus*, que a Livraria Classica, em 1907, poria em forma de livro. Curiosamente, em 1927, numa carta a João de Barros, por lapso de memória, refere que a citada *Londres Maravilhosa* teria aparecido no único número da revista *Vida Nossa* de Fialho de Almeida, confundindo o nome da publicação e o do seu responsável, que, por acaso, era o próprio João de Barros.
  - 4 Integrando-se no espaço do literato ou do artista, Teixeira Gomes chegou a afirmar que se sentia impotente, por indiferença e frigidez, para sustentar a mais leve discussão de ordem estética ou filosófica, exactamente o contrário do que sucedia na prática da vida real, onde gostava de intervir, resistir, atacar e lutar, «algumas vezes com milagrosa energia».
  - 5 Jornal onde Teixeira Gomes recorda ter feito a sua estreia como articulista, admitindo, no entanto, não ter a sua prosa provocado sensação de espécie alguma.
  - 6 Ao sair de Portugal sem um livro e sem qualquer papel, nota ou apontamento, Teixeira Gomes optava por abrir uma página em branco na sua vida, afastado dos livros e da leitura, e, como confessava ao seu amigo João de Barros, «consumindo, à semelhança de certos animais que hibernam, a própria enxúndia, adquirida com o magro chorume das leituras passadas».
  - 7 A passagem de Teixeira Gomes por Alcobça daria azo a um texto sobre a sua visita ao mosteiro, enviado de Londres em 1916 para publicação na *Atlântida*, revista editada por Pedro Bordalo Pinheiro e dirigida por João de Barros e João Paulo Emílio Coelho Barreto. Em 1935, o mesmo artigo será reimpresso na obra *Regressos*.
  - 8 António Feliciano de Castilho, no âmbito de uma extensa obra publicada e de algumas traduções de autores, como Goethe, Shakespeare, etc., na segunda metade do século XIX publicou alguns excertos das importantes obras de Manuel Bernardes e de Garcia de Resende, a que Teixeira Gomes terá certamente tido acesso.
  - 9 Por muitos considerado o herdeiro do padre António Vieira, no que diz respeito ao verdadeiro falar português, o padre Manuel Bernardes, socorrendo-se de Platão, afirmava que os livros eram mais amados do que os filhos. Para além de Castilho, que o estudou e procurou divulgar, Rebelo da Silva, em vários números do *Panorama* de 1854, publica em um longo artigo de extraordinária importância para o entendimento da obra deste amante da língua portuguesa.

## ÍNDICE ONOMÁSTICO



ABBAS FERHAT: 222, 234, 237  
 Abd al-Tif: 243  
 Abdelaziz: 223  
 Abdelkader Sidi: 242  
 Abicada: 132  
 Abrantes, Aristides: 283  
 Abrantes, marqueses de: 119  
 Abreu, Eduardo de: 110, 120  
 Abreu, João Fialho d': 106  
 Abreu, Tamagnini de: 94  
 Academia Filarmónica Verdi: 85  
 Aden: 87  
 Aeriz, David: 193  
 Afeganistão: 20  
 Afonso XIII, rei: 56, 72, 74  
 África: 21, 41, 47, 58-60, 167, 170, 195, 199, 221, 229, 231, 234, 242-3  
 Agadir: 52  
 Águas-doces-da-Europa: 160  
 Aiguades: 244  
 Aix-la-Chapelle: 209  
 Akbou: 236  
 al-Abdari: 232  
 al-Gubrini: 240  
 al-Idrissi: 232, 243  
 al-Nasir: 232  
 al-Rahman, Mawlay Abd: 210, 213  
 al-Sabti: 232  
 al-Wartilani, EHucin: 240, 244  
 Alberto, Duque de Clarence: 55  
 Albufeira: 121  
 Alcântara: 78  
 Alcalá: 154  
 Alcobaça: 291  
 Alcobia, Bernardo José Lourenço: 286  
 Alcobia, família: 125  
 Alemanha: 19, 36, 40-4, 46, 52, 57-8, 73, 121, 124, 159, 181, 222-4  
 Alexandria: 291  
 Alfama: 117  
 Algarve: 14, 21-2, 27, 47, 51, 63-5, 106, 116-7, 119-2, 124-5, 128-9, 153, 164, 166, 171-2, 174-5, 182, 204, 273, 282, 318  
 Algeciras: 52, 157, 185, 199-2, 222-3, 227  
 Algés: 117  
 Alhambra: 116, 156  
 Ali, Abdelkader Hadj: 113, 132, 151, 237  
 Ali, Hamidou Ibn: 229  
 Alicante: 157  
 Aljezur, Joaquina Eustáquia Simões de: 132  
 Allah, Muhammad Ibn 'Abd: 209  
 Almeida, António José de: 46, 63, 65-6, 68, 72, 82  
 Almeida, Fialho de: 21, 63, 116, 285, 293, 312, 318  
 Almeida, Francisco Pereira de: 284  
 Almeida, Luz de: 65  
 Almeria: 157  
 Almorávidas: 232  
 Al Ouazzani: 224  
 Alvor: 106-7  
 Amado, Manuel: 113  
 Amadora: 87  
 Amar: 239, 280  
 Amélia, D.: 120  
 Amellah, Si Lbachir: 239  
 América do Sul: 52  
 Amesterdão: 111, 120-1, 150, 152, 183, 262, 291  
 Amokrane: 178  
 Amorim, Diogo Pacheco: 90  
 Amrouche, Jean el Muhub: 241  
 Amrouche, Marguerite Taos: 241  
 Amzalack, Moses: 91  
 Ana Rosa (filha de Teixeira Gomes): 123, 129-30, 132, 181-2  
 Anadia, visconde de: 197  
 Andaluzia: 105, 125, 136, 153, 156, 166  
 Andrade, Dias de: 93  
 Andrade, Freire de: 44-5, 59  
 Andrade, Paulo Freire de: 196-7  
 Angola: 41-2, 57-9, 85  
 Angra do Heroísmo: 68  
 Annaba: 235, 240  
 Anoual: 224  
 Anthonissen, Madame: 151  
 Antuérpia: 119, 124  
 Antunes, Tomás Quintino: 288  
 Anunciação, Tomás de: 283

- Anvers: 117, 125, 136, 147-51, 155  
 Apap, Gilles: 246  
 Aquário dos Imbecis: 117  
 Araújo, Hamilton: 116  
 Arabi, Ibn: 232  
 Arade, rio: 131  
 Aranda, Emanuel d': 192, 194-5, 228-9  
 Aranha, Pedro Venscelau da Silva Brito: 285  
 Aranha, Santos: 69  
 Argel: 112, 140, 142, 167-8, 171, 175, 186-8,  
 190-7, 206-8, 211, 221, 228-9, 234-5, 238-40,  
 242-5, 252  
 Argélia: 65, 87, 112, 131, 146, 161, 164-5, 167-8,  
 170, 176, 193, 208, 211-4, 216, 218-221, 226,  
 229, 231, 233-5, 237-8, 241-4, 290  
 Armação de Pêra: 121  
 Armazéns Grandela: 89  
 Arno: 142  
 Aroudj: 233  
 Arriaga, Manuel de: 22, 35, 37, 54-5, 63, 82, 117  
 Ásia Menor: 105, 159-60  
 Asquith: 53, 59  
 Associação Comercial de Lisboa: 54, 90, 92-3  
 Associação das classes trabalhadoras: 114  
 Associação de Socorros Mútuos dos Empre-  
 gados no Comércio e Indústria: 75  
 Associação dos Oulémas Muçulmanos  
 Argelinos: 231, 238-9  
 Astúrias: 158  
 Ataíde, Manuel Gomes Xavier de: 106, 118  
 Atenas: 291  
 ath-Tha`aliby: 232  
 Aubry, Émile: 243  
 Audenarde: 149  
 Audisio, Gabriel: 240  
 Augarde, Jacques: 243  
 Austrália: 19  
 Áustria: 117  
 Áustria-Hungria: 43, 57, 58  
 Ávila: 158  
 Ayamonte: 141, 153  
 Azevedo, José Pearce de: 182  
 Azevedo, Lúcio de: 73
- BAB EL-LOUZ: 244  
 Bab el Oued: 234  
 Bacri, Joseph Cohen: 193  
 Badajoz: 142  
 Badis, Abdelhamid Ibn: 237-8  
 Bagdade: 41, 57, 175, 241  
 Baía: 111, 195, 278  
 Baixo Alentejo: 52  
 Baker, Josephine: 144  
 Balmoral, castelo de: 65  
 Baltimore: 242  
 Balzac, Honoré: 301  
 Bana, Carlos: 116, 181
- Banco Nacional Ultramarino: 85  
 Bannerman, Campbell: 53  
 Bailac, Geneviève: 242  
 Baptista, Jaime Pereira: 95  
 Barbosa, Sousa: 60  
 Barbosa, Vilhena: 284  
 Barcelona: 157-8, 268  
 Bardo, palácio: 172  
 Bardo, tratado do: 225  
 Barreiro: 89, 118, 125  
 Barreto, João Paulo Emílio Coelho: 318  
 Barreto, Melo: 57  
 Barreto, Sequeira: 283  
 Barros, João de: 24, 27, 115-6, 118-9, 125, 132,  
 143, 166, 170, 172, 178, 180, 204, 273, 318  
 Basset, René: 239-40  
 Basto, B. R. da Silva: 283  
 Bastos, Sr.: 114  
 Bastos, Dr.: 117, 181  
 Batalha: 291  
 Battesti, Dr.: 178  
 Baudelaire, Charles-Pierre: 63, 110, 143-4, 308  
 Baviera: 74  
 Bazzi, Giovanni Antonio (Sodoma): 298  
 Bedford, duquesa de: 55  
 Beethoven: 113  
 Bega, Elias: 148, 151  
 Beires, Sarmento: 87-8  
 Beja: 64, 124-5, 140  
 Béjaia: 231-3, 236, 238, 240-2, 244-5, 247  
 Bélgica: 21, 41, 44, 58, 64, 119, 121-2, 124, 136,  
 146-9, 290  
 Belgrado: 43  
 Benarus: 142  
 Benevides, Francisco: 285  
 Benoliel, Salomão: 193  
 Berbrugger: 239  
 Berg, Charles: 176, 178  
 Berlim: 25, 41-2, 44, 53  
 Berlioz: 113  
 Bernardes, Artur: 88  
 Bernardes, Manuel: 310, 315-6, 318  
 Bernini, Lorenzo: 296  
 Bethman-Hollweg: 42, 57-8  
 Bianchi, João António: 53  
 Bieberstein, Barão Marshall: 57  
 Biester, Ernesto: 284  
 Biker, António Teixeira: 119  
 Biker, Henrique: 181  
 Birska: 167  
 Bismark: 54  
 Bizet: 113  
 Bloy, Léon: 308  
 Bolonha: 291  
 Bon: 245  
 Bône: 170, 199  
 Bordalo, F. M.: 284

- Borneo: 111  
 Botelho, Abel: 118  
 Botelho, Luís: 116  
 Bougie: 51, 65, 97, 99, 112, 133-4, 142, 145, 168,  
 175-9, 183, 186, 206, 227, 229, 231, 236, 242-7,  
 280  
 Boulifa: 239  
 Bourreau, A.: 245  
 Bourguiba, Habib: 226  
 Bouzaréah: 142-3, 239-40  
 Braga, Francisco Manuel Teixeira de Seixas:  
 126, 182  
 Braga, João José Teixeira de Seixas: 111, 114,  
 126, 128  
 Braga, Teófilo: 22, 82, 117, 285-6, 293, 312  
 Brahms: 113  
 Branco, Camilo Castelo: 63, 89, 93  
 Brandão, Raúl: 67, 312  
 Brasil: 32, 50, 52, 56, 66, 88, 121, 139, 158, 180,  
 209, 284  
 Bremen: 121  
 Bruges: 149-50, 163, 229, 290  
 Bruno, Sampaio: 22, 64, 82-3, 115-6, 165, 292  
 Bruxelas: 148-50, 182, 229, 242  
 Buenos Aires: 157  
 Bugeaud: 213, 219  
 Bukharine: 84  
 Bullow, Bernhard: 54  
 Burnay, família: 84  
 Burnay, conde de: 118, 120, 122  
 Burnay, Eduardo de: 110  
 Bushy-Park: 146  
 Bósnia: 58  
 Buzon, Marius: 243
- CABEÇADAS, MENDES: 91, 96  
 Cabília: 146, 239, 241  
 Cabral, Sacadura: 66, 87  
 Cabrita, Ernesto: 120  
 Cadbury, William: 52, 57  
 Cádis: 138, 155, 157  
 Café Traquino: 112  
 Cagliari: 164  
 Calci: 164  
 Callapez, Manuela: 182  
 Callapez, Manuel Rodes Sérgio: 182  
 Camacho, Brito: 22-3, 45-7, 53, 58-9, 63, 83, 115  
 Câmara, Filomeno da: 95  
 Câmara, Leal da: 80, 294  
 Camoezas, João: 96, 98  
 Campolide: 78, 85, 109, 180  
 Campos, Ezequiel de: 67, 92  
 Camus, Albert: 166-7, 234, 240-1  
 Canadá: 19  
 Cannebière: 142  
 Cantier, Jacques: 234  
 Capri: 161, 255-6
- Cápua: 296  
 Cardoso, Amadeo Souza: 315  
 Cardoso, Ciriaco de: 116  
 Cardoso, Lopes: 77  
 Cardoso, Sá: 80  
 Carlos, rei D.: 64, 120, 294  
 Carlos V, imperador: 233  
 Carmona, Óscar: 77, 91, 154  
 Carnegie, Lancelot: 44, 46 59  
 Carqueja, Bento: 293  
 Carrara: 164  
 Carregal, Joaquim da Costa (filho): 292  
 Carrelhas, Francisco: 118  
 Cartagena: 39, 56, 157  
 Cartagena, Conferência de: 40  
 Cartago: 167, 172, 226  
 Carvalhais, Stuart: 307  
 Carvalho, Ferreira de Almeida: 24  
 Carvalho, João Manuel de: 53, 79  
 Carvalho, Ribeiro de: 80  
 Carvalho, Viana de: 137, 164  
 Casablanca: 201, 203, 224, 227-8  
 Casa Bonjardim: 115  
 Casa Havaneza: 112  
 Casal-Ribeiro, conde de: 200  
 Casanova, Enrique: 293  
 Casino Portimonense: 113, 181  
 Castela: 158  
 Castellamare: 161  
 Castelo Branco, Camilo: 117, 285  
 Castilho, António Feliciano de: 282-3, 287,  
 310, 318  
 Castro, Álvaro de: 76, 79-80, 86-7, 92  
 Castro, Augusto de: 83  
 Castro, Canto e: 63  
 Castro, Eugénio de: 312  
 Castro, José de: 60  
 Castro, Martinho de Melo e: 188, 190, 206  
 Castro, Pimenta de: 56, 59-60  
 Castro, Vicente Jorge de: 284  
 Catalunha: 72, 74, 158, 232  
 Centro Académico de Democracia Cristã: 90  
 Centro Católico Português: 90, 93  
 Cerejeira, Gonçalves: 90  
 Cervejaria Jansen: 117  
 Cervejaria Trindade: 117  
 Ceuta: 190  
 Cézanne, Paul: 295  
 Chabanais: 145  
 Chagas, João: 19, 22-6, 28, 32, 35-7, 41, 43-5, 47,  
 53, 55, 58-9, 61, 65, 83  
 Chagas, Pinheiro: 285, 287, 293  
 Charing Cross: 147  
 Chateaubriand: 144  
 Chaves, Castelo Branco: 30, 52, 181  
 Chaves, Pedro Carlos de Alcântara: 283  
 Cheneb, Ben: 239-40

- Cherbonneau: 239  
 Cherchel: 252, 299  
 Chiffa: 183  
 Chopin: 113  
 Choupal: 113  
 Churchill, Winston: 40  
 Cinatti, Demétrio: 53  
 Coelho, José Eduardo: 288  
 Coelho, José Maria Baptista: 283-5  
 Coelho, Latino: 284, 287  
 Coelho, tenente: 83  
 Coelho, Trindade: 118  
 Coimbra: 50, 63, 90, 99-100, 109-10, 113, 115-6, 120, 129, 178, 180-1, 282, 285-6, 294, 315  
 Coimbra, Joaquim: 115-7  
 Colaço, família: 185, 187, 190, 200-2, 210, 227  
 Colares: 117  
 Coliseu dos Recreios: 89  
 Columbano  
     (*ver Pinheiro, Columbano Bordalo*)  
 Companhia dos Tabacos: 84  
 Confederação Geral dos Trabalhadores: 69  
 Congo Belga: 58  
 Constantina: 167, 235-6, 238, 240, 242-3  
 Constantinopla: 111, 119, 160, 216-8, 225  
 Copenhaga: 183  
 Coppola, monte: 161  
 Cordes, Sinel de: 78, 95  
 Cordoaria: 115  
 Corno de ouro: 160  
 Correia, Velhinho: 73  
 Cortesão, Jaime: 67  
 Costa, Afonso: 21, 37-9, 46, 56, 58, 60, 65-6, 74-6, 80, 82, 101, 181  
 Costa, Gomes da: 97  
 Costa, Levy Marques da: 78  
 Couceiro, Paiva: 52, 55, 90  
 Coulanges, Fustel de: 144  
 Coutinho, Azevedo: 59  
 Coutinho, Gago: 66, 87  
 Covilhã: 69  
 Cristino, João Ribeiro: 293  
 Cronhielm, Axel de: 118  
 Crowe, Eyre: 26, 38, 40, 43-4, 46, 53, 55, 58  
 Cruteman, Sr.: 120  
 Cruz, Alfeu da: 48  
 Cunha, F. Simões da: 121-2, 124  
 Cunha, José Avellar Barros e: 119  
 Córdoba: 148, 156-7, 167, 241, 255, 264  
 Curzon, lorde: 66, 74  
  
 DAM: 152  
 Dantas, Casimiro: 286  
 Dantas, Júlio: 77, 118  
 Dante: 163, 243  
 Darwin, Charles: 147  
 Daudet, Alphonse: 144  
  
 Delacroix, Eugène: 290, 299, 315  
 Delamare, capitão: 243  
 Delcassé: 52  
 Delhi: 88  
 Della Faille, conde: 118, 142  
 Destour: 226  
 Deus, João de: 21-2, 116, 256, 285, 293  
 Devoulx, Albert: 191, 229  
 Dias, Carlos Malheiro: 63, 114, 118, 158  
 Dickens, Charles: 110, 181, 301  
 Dinet, Étienne: 244  
 Djemaâ Saharidj: 235  
 Djemila: 167  
 Djidjelli: 183  
 Donatello: 299  
 Dordrecht: 142  
 Doré, Gustave: 108, 180, 282, 316  
 Dover: 37, 55  
 Doyle, Conan: 147  
 Dummont, Santos: 87  
 Durão, Portugal: 78  
  
 EAUX DE MONDARIZ: III  
 Eça, António Pereira de: 45, 59  
 Eduardo VII, rei: 54-5, 145  
 Êfeso: 141, 159-60  
 Egipto: 180, 290  
 El Djem: 167  
 El Greco: 311  
 Elisário: 133  
 Ennes, António: 287  
 Escócia: 58, 65  
 Esmirna: 111, 141, 160  
 Espanha: 20, 22-3, 33, 36, 39, 40, 51-5, 56, 59, 64, 72, 74, 79, 99-100, 155, 158, 210-11, 214, 222, 224, 233, 241, 264, 290  
 Esquível, almirante: 206  
 Estados Unidos da América: 19  
 Estaline: 84  
 Estepona: 206  
 Esteves, Raúl: 78, 95  
 Estoril: 139  
 Estreito: 155, 190, 207  
 Estômbar: 136  
 Ety, William: 315  
 Évora: 115, 125, 139, 291  
 Exmouth, Lord: 209  
  
 FAGNAN, EDMOND: 240  
 Faial: 196  
 Faro: 124  
 Fassi, Allal el: 224  
 Feraoun, Mouloud: 240-1  
 Fernando, arquiduque Francisco: 58  
 Fernando, Rei D.: 286  
 Ferrão, conde de Martens: 190, 200  
 Ferragudo: 117, 126-7, 131, 172, 276

- Ferraz, Ivens: 59  
 Ferreira, Alfredo: 93  
 Ferreira, José Maria de Andrade: 284, 287  
 Ferry, Jules: 212  
 Fez: 155, 164, 166, 201, 213, 215, 241  
 Fibonacci, Leonardo: 232  
 Fiesole: 162  
 Figueira da Foz: 93  
 Figueiredo, José de: 110, 162, 166  
 Flandres: 60, 67, 94, 120  
 Flaubert, Gustave: 110, 115, 144, 165  
 Florença: 141, 157, 161-4, 166, 257, 269, 272, 290, 297, 299  
 Flório: 305  
 Folco, Marseille: 243  
 Folies-Bergère: 144  
 Fonseca, António Manuel da: 283  
 Fonseca, Joaquim Diniz da: 90  
 Fontana, José: 286  
 Forjaz, D. Miguel Pereira: 190, 193, 195-6, 228  
 Fortuny, Marià: 315  
 França: 19, 21, 39, 45, 51-2, 55, 58-9, 64, 66, 74, 118-9, 121-2, 136, 142, 144, 148, 164, 175, 180, 186, 193, 195, 197, 202, 204, 207, 209, 211-4, 216, 218, 220, 222-7, 229, 233, 236, 245, 286  
 França, José-Augusto: 312-3  
 França, José Correia Nobre César e: 286  
 France, Pierre Mendès: 226  
 Francesca, Piero della: 133  
 Franco, João: 21, 30, 65, 129  
 Freiria, Fernando: 59  
 Freitas, Rodrigues de: 83  
 Frère-Orban: 118-9  
 Fuller, Loie: 255-6  
 Funchal: 139, 156, 165  
  
 GÁLATA: 160  
 Galileu: 290  
 Galiza: 30, 32-3, 52, 55, 158  
 Gant: 119  
 Garphias, Manuel José de Sárrea: 113  
 Garrett, Almeida: 283, 301  
 Gaspar, Rodrigues: 86  
 Gautier, Théophile: 136, 144, 158, 160  
 Génova: 61, 141, 157, 159, 161, 232, 269, 311  
 George, Lloyd: 53, 58, 83  
 Gertrudes, ama: 155  
 Gibalta: 129, 133  
 Gibbs: 38  
 Gibraltar: 157, 192, 201, 223, 229  
 Gide, André: 144, 165, 241  
 Girão, Moura: 293  
 Gneco, Eudóximo César Azedo: 286  
 Gobineau: 144  
 Goethe, Johann Wolfgang von: 290, 300  
 Goleta: 172  
 Golfo Pérsico: 42  
  
 Gomes, Gualdino: 118  
 Gomes, José Libânio: 105-6, 118-9, 120-1, 181  
 Gomes, José Teixeira: 129  
 Gomes, Luís: 53  
 Gomes, Mário de Azevedo: 80  
 Gonçalves, Simão: 51, 90, 98-9, 190-1, 197  
 Gongourt: 115  
 Gouraya: 244  
 Granada: 116, 156  
 Granata: 245  
 Grand Hotel Stella d'Italia: 141, 162  
 Granjo, António: 67  
 Grave, João: 156  
 Grécia: 159, 180, 183, 251, 264, 290, 298, 300  
 Gregório VII, papa: 232  
 Grémio Familiar: 112, 114  
 Grey, Edward: 26, 34, 40, 42-4, 46-7, 53, 56-8  
 Guadalquivir: 157  
 Guadiana: 64, 153  
 Guedes, Joaquim José de Castro: 196  
 Guelma: 222  
 Guerra, Figueiredo da: 110  
 Gueydon, almirante de: 233  
 Gueydon, Praça: 176, 245  
 Guglielmi, Pedro Augusto: 283  
 Guilherme II: 40, 52  
 Guimarães, Manuel José Mendes: 283  
 Guimarães, Vitorino: 96  
  
 HADJ, MESSALI: 237  
 Hafid, Mawlay: 224  
 Haia: 53, 151  
 Haldane: 41  
 Halfauina, Praça: 172  
 Hamburgo: 121, 125, 136  
 Hamdis, Ibn: 232  
 Hamidou: 206, 229  
 Hammaditas: 232  
 Hammuda II: 210  
 Hampton-Court: 146  
 Hamra: 224  
 Hanoteau: 239  
 Harding, Arthur: 32, 37, 40, 55, 59  
 Harewood, conde de: 30  
 Harlem: 150, 180  
 Harpignies, Henri: 316  
 Hartmann: 110  
 Hassam, Isac: 193  
 Heine, Christian Johann Heinrich: 110, 113, 181, 282, 305  
 Helsínquia: 183  
 Herculano, Alexandre: 283, 289  
 Hermínio, Celso: 117  
 Hiponeia: 170  
 Hisham, Mawlay: 188-9, 210  
 Holanda: 64, 120-2, 136, 142, 146-7, 150-2, 263,

- 290  
 Holanda, Francisco de: 110, 282  
 Horta: 68  
 Hotel Avenida Palace: 117  
 Hotel Celeste: 142  
 Hotel Central: 142  
 Hotel Concórdia: 148  
 Hotel das Oliveiras: 167  
 Hotel de França: 142  
 Hotel l'Étoile: 145, 176, 231, 246  
 Hotel Isotta: 141  
 Hotel Nettuno: 141-2  
 Hotel Terminus: 140  
 Huelva: 153  
 Hurot, general: 203  
 Hôtel Quai de Voltaire: 142
- IBN BATTUTA: 232  
 Ifni: 224, 233  
 Ighil Ali: 241  
 Ighzer Amokrane: 233  
 Iheddaden: 231  
 Índia: 19, 52, 87-8  
 Inglaterra: 19-20, 23, 27-30, 32-7, 39, 40-5, 47-8, 50-9, 64, 66-7, 121, 123-4, 126, 130, 145, 201, 209, 213-4, 216, 218, 222-4, 267, 290  
 Ingres, Dominique: 300  
 Irlanda: 54  
 Ismail, Mawlay: 197  
 Istambul: 159-60, 179  
 Istiqlal: 224  
 Itália: 36, 58, 74, 79, 118, 141, 158-9, 161, 163-4, 167-8, 218, 222, 224, 233, 268-9, 282, 290
- JEREZ: 155  
 João VI, D.: 207  
 Jorge V, rei: 28, 34, 36, 39, 51, 54, 56, 61, 70, 105, 130  
 José, D.: 186  
 Jougounou, H.: 245  
 Júdice, António Joaquim: 121  
 Júdice, José António: 120  
 Junot: 106  
 Junqueiro, Guerra: 82, 158, 181
- KADER, ABD EL: 212-4  
 Kairuan: 167, 211  
 Kalverstraat: 151-2  
 Kamenev: 84  
 Kant, Immanuel: 109-10, 290, 309  
 Keil, Alfredo: 293  
 Kemal, Mustafá: 171  
 Khaldun, Ibn: 232-3  
 Khenchela: 235  
 Kinwood, Mac: 20, 52  
 Kitchener, Lord: 45, 59
- Krater: 111, 120, 150-1  
 Krim, Abdel: 224
- LACHERAF, MOSTEFA: 237  
 La Fontaine: 180  
 Lagoa: 106, 120-1  
 Lago Niassa: 44  
 Lagos: 120-1, 124, 175, 182, 190  
 La Lys: 60  
 La Marsa: 225  
 Lamartine, Alphonse de: 290  
 Lança, Agatão: 78-9, 96  
 Landseer, Edwin: 315  
 Langley, Walter: 26, 28, 53  
 Lascelles, Henry: 55  
 Lastman: 147  
 Latour, Henri Fantin: 315  
 Latrie, Mas: 232  
 Lavradio, Chico: 180  
 Leão: 158  
 Leão d'Oiro: 117  
 Leal, Cunha: 47-8, 59, 67, 73, 77, 79-80, 91, 94-5  
 Leal, Gomes: 116, 181, 293  
 Leal, Silva: 283  
 Leal Júnior, Mendes: 284  
 Leberghe, Charles van: 149  
 Lebesgue, Phileas: 144, 146, 177, 179, 183  
 Leclère, Tristan: 243  
 Leibniz: 110  
 Leiria: 94, 130  
 Leitão, capitão: 83, 130  
 Leite, Duarte: 55  
 Lenine: 84  
 Leote, José Francisco: 114  
 Lichnowsky, príncipe: 42-3, 57-8  
 Lidth, Arthur van: 147  
 Lidth, Getave van: 147  
 Liège: 182  
 Lille: 148  
 Lima, Augusto José Gonçalves: 284  
 Lima, Barbosa: 285  
 Lima, Jaime de Magalhães: 20, 21, 77, 117, 120, 293  
 Lima, Rangel de: 286, 288, 312  
 Lima, Sebastião de Magalhães: 181, 289  
 Lisboa: 6, 21-2, 24, 27, 30, 32-3, 36-42, 44-8, 50-6, 59-60, 63-4, 66-71, 73, 75, 77, 81, 83-9, 92-6, 98-102, 111, 114-5, 117-9, 121, 124-5, 129-30, 133, 135-6, 142, 159, 165, 173, 178-80, 183, 185-6, 190-7, 199-204, 206, 209-10, 227-30, 256, 271, 280, 285  
 Liverpool: 121  
 Livorno: 137, 164, 192  
 Loire, Léon Henri Antoine: 315  
 Londres: 19-35, 38, 40-4, 46-8, 50, 52-4, 59-61, 63-6, 87, 89-90, 98, 100, 115, 118-9, 121, 123-

- 5, 129, 132, 135-6, 144, 146-8, 153, 159, 163, 178-9, 181-2, 213, 223, 290  
 Lopes, António José Fernandes: 284  
 Lopes, Francisco Gonçalves: 286  
 Lopes, Norberto: 97, 112, 116, 137, 176-7, 186, 204, 206, 246  
 Lopes, Sousa: 174  
 Loureiro, Adolpho: 126  
 Loureiro, Garcia: 95  
 Lourenço Marques: 41  
 Louvre: 142, 144, 149, 159  
 Lovaina: 149  
 Lucca: 164  
 Luciani: 239  
 Lulle, Raymond: 232  
 Lumumba, Patrice: 231  
 Luxemburgo: 242  
 Lyautey, marechal: 204, 224, 227  
 Lyon: 234
- MACAU: 86-9, 101, 142  
 Macedo, Manuel de: 287, 306  
 Machado, Bernardino: 22-4, 26-8, 32-5, 38, 44, 47-8, 51-2, 56, 58-60, 63, 65  
 Machado, Ginestal: 77-9  
 Machrek: 220  
 Macieira, António: 39-40, 42  
 Madrid: 21, 23, 25, 33, 39, 52, 61, 155, 158-9, 179, 183, 185, 199-200, 202, 213, 218, 223-4, 229  
 Maeterlinck: 149  
 M'sila: 232  
 Magalhães, José Estêvão Coelho de: 283  
 Magalhães, Vitorino: 95  
 Maghnia, Lalla: 214  
 Magrebe: 165, 185-8, 190-4, 196-7, 199, 204, 206, 209, 211, 218, 221, 226-7, 232, 242  
 Maia, Carlos da: 67  
 Maia, Eduardo: 286  
 Maiorca: 232  
 Málaga: 87, 157  
 Malagueta, padre: 106  
 Malhada Verde: 132  
 Malhoa, José: 293  
 Malraux, André: 313  
 Malta: 208, 233  
 Mammeri, Azzouaou: 243  
 Mouloud: 240  
 Mansur, Fadhma Nath: 241  
 Manuel, D.: 28, 30, 33, 39, 55  
 Manuel, Jerónimo da Câmara: 21, 24, 30  
 Manuel II, D.: 54, 64, 90  
 Maraxique: 132  
 Mar de Mármara: 160  
 Mardrus: 108  
 Maria Bárbara, prima: 109, 126-9, 182  
 Maria da Glória, irmã: 129  
 Maria I, D.: 188
- Maria Juliana: 182  
 Marimon, Luís Bordas y: 182  
 Marinha Grande: 69  
 Marquet, Albert: 243  
 Marreca, António de Oliveira: 283  
 Marrocos: 52, 72, 166, 185-6, 188, 190, 197, 199-204, 209-10, 213-16, 218, 221-4, 227-30  
 Marselha: 142-3, 208, 232, 234, 290  
 Martinho da Arcada: 117  
 Martins, Azambuja: 59  
 Martins, Cipriano: 293  
 Martins, Oliveira: 285, 292-3, 312  
 Mar Vermelho: 87  
 Mascara: 235  
 Mascarenhas, J. B.: 125  
 Mascarenhas, Manuel: 181  
 Mascarenhas, Luiz: 114  
 Matos, Norton de: 47, 57, 60-1, 73, 76, 89  
 Maupassant, Guy de: 168, 183, 242  
 Mauritànea: 167  
 Mazagão: 186, 209-10  
 Mbarek, Boukhari Hadj: 244  
 Meca: 148  
 Médéa: 240  
 Médici, Lourenço de: 163  
 Mediterrâneo: 21, 64-5, 105, 122, 134-5, 137, 143, 145, 153, 158, 160-1, 164-5, 188, 191-4, 205, 207, 208-9, 211-3, 215-7, 219, 220, 223, 227, 229, 233, 245, 247  
 Mendelssohn: 113  
 Mendes, Frederico da Paz: 125, 182  
 Mendonça, César de: 60  
 Meneses, Catanho de: 76-7, 80  
 Menezes, visconde: 316  
 Mequinez: 166, 187, 194-5, 203, 227  
 Mercier, Gustave: 234  
 Mértola: 64, 124, 140  
 Mesquita, Alfredo: 118  
 Mesquita, Ferreira de: 88  
 Marcelino: 118  
 Meunier, Constantino: 303  
 México: 84  
 Mexilhoeira da Carregaçao: 121  
 Mexilhoeira Grande: 107  
 Michelet, Jules: 144, 301  
 Miguéis, Rodrigues: 67  
 Miguel, D.: 55, 90, 106, 126  
 Miguel Ângelo: 110, 163, 282, 290-300, 310  
 Milão: 291  
 Mindelo: 127  
 Moçambique: 44, 57-9, 70, 80, 83, 87, 89  
 Mogador: 213, 229  
 Molière: 242  
 Monchique: 106, 117, 120, 182  
 Mondovi: 240  
 Monet, Claude: 146  
 Moniz, Egas: 60

- Monserrate: 138  
 Montaigne: 144  
 Monteiro, Brito: 286  
 Monteiro, Rodrigues: 60  
 Montepio Artístico: 114  
 Moretus: 183  
 Morris, William: 305  
 Mortágua: 106  
 Moscovo: 242  
 Mosteiro de Monserrate: 158  
 Mota, Abreu e: 60  
 Mota, Viana da: 183  
 Mountbatten: 56  
 Moura, Fr. José de Santo António: 187  
 Mozart, Wolfgang Amadeus: 290  
 Muhammad III, sultão: 209  
 Múrcia: 156  
 Museu do Louvre: 142  
 Mussolini: 74, 79, 162, 164
- NAGELMAKERS, GEORGES: 183  
 Napoleão III: 213  
 Nápoles: 131, 161, 165, 290  
 Navarra: 158  
 Navarro, Pedro: 233  
 Negrão, Vilarinho Valverde: 121  
 Negreiros, José de Almada: 315  
 Nerval: 144, 160  
 Neto, João Mascarenhas: 121  
 Neves, Belmira das: 118, 123, 125, 129, 132-3, 182  
 Neves, Manuel: 89  
 Newton, Isaac: 290  
 Nicol, Erskine: 315  
 Nietzsche: 110, 251  
 Nieuwe Markt: 150  
 Nobre, António: 21, 63, 117, 119  
 Nogués, general: 204  
 Norte de África: 87, 159, 165-7, 170-1, 187-8, 193, 197, 199, 202-4, 213, 227-8, 273  
 Noruega: 118  
 Nosolini, José: 90  
 Nossa Senhora de África: 168  
 Nova Iorque: 242  
 Nuno, D. Duarte: 90
- OCEANO ÍNDICO: 88  
 Odivelas: 72  
 Oldoïni, marquês de: 118  
 Olhão: 201, 203, 229  
 Oliveira, Alberto de: 293  
 Oliveira, Carlos de: 91  
 Oliveira, Correia de: 118  
 Oliveira, Emídio de: 115, 292  
 Oliveira, José Osório de: 112  
 Oliveira, Marques de: 64, 115, 293, 316  
 Orão: 87, 130, 166, 199, 212
- Ornelas, Aires de: 90  
 Ortigão, Ramalho: 51, 128, 179, 293, 306, 312, 317  
 Oude Schans: 150
- PAGANINO, RODRIGO: 283  
 Pais, Brito: 87-8  
 Pais, Sidónio: 47-8, 60, 63, 66, 68-9, 82, 101  
 Palmeirim, Luís Augusto: 284-5  
 Palmela: 89  
 Palmela, marquês de: 126  
 Pamplona: 158, 183  
 Paradis, Venture de: 195, 207, 229  
 Pardal, António: 117  
 Paris: 20-1, 23, 25, 39, 53, 61, 75-6, 82, 90, 119, 136, 138, 142-5, 148-9, 157, 159, 163, 168, 179-81, 183, 198, 211-2, 218, 222, 224-6, 228-9, 234, 237, 239-40, 242-3, 247, 282, 290, 310  
 Parque Mayer: 70  
 Pascoais, Teixeira de: 312  
 Pastor, Francisco: 294  
 Pato, Bulhão: 284, 312  
 Patrício, António: 113, 155, 166  
 Patrício, Joaquim: 117  
 Pedro IV, D.: 126  
 Pedrouços: 76  
 Pegos Verdes: 132  
 Penedo, Rosa: 128  
 Península Balcânica: 57  
 Peralta, Alphonse: 233  
 Pereira, Domingos: 96, 98  
 Pessoa, Fernando: 315  
 Pétaïn, marechal: 204  
 Photiadès, Sévastie Vénérande: 119  
 Pimentel, Sarmento: 82  
 Pina, Mariano: 293, 312  
 Pinay, Antoine: 224  
 Pinheiro, Columbano Bordalo: 30, 106, 108, 110, 116, 130, 133, 136, 138, 140, 143-4, 161-6, 168, 170-2, 175, 179, 183, 204-5, 252-4, 257-8, 271-2, 280, 289, 293, 295, 303, 310-3, 316  
 Pinheiro, Manuel Maria Bordalo: 283-4, 288  
 Pinheiro, Maria Augusta Bordalo: 30, 130  
 Pinheiro, Pedro Bordalo: 318  
 Pinheiro, Rafael Bordalo: 287, 289, 306  
 Pinto, Fernão Mendes: 316  
 Pinto, Liberato: 67  
 Pires, Álvaro: 282  
 Pires, Ermete: 88  
 Pisa: 141-2, 164, 232, 290, 299, 313  
 Pistoia: 164  
 Platão: 290, 318  
 Plymouth: 66, 126  
 Poe, Edgar Allan: 63, 256  
 Poincaré: 39-40, 56, 58  
 Pompeia: 161-2, 167  
 Ponta da Piedade: 172, 282

- Ponta Delgada: 286  
 Ponta do Altar: 172  
 Portela, Artur: 98  
 Portimão: 27, 30, 50, 54, 64, 105-7, 113-4, 116-21, 123-6, 129-31, 133-36, 140, 153, 156, 158, 178, 180-2, 206, 282, 284  
 Porto: 20-2, 50, 52, 63-4, 68-9, 73, 76, 82-3, 87-8, 99, 101, 114-5, 126-7, 133, 135, 137, 164-5, 180, 194-5, 292, 294  
 Porto, Silva: 117, 293  
 Portugal: 20, 281-2, 284, 286, 291, 294, 301, 306-7, 313, 315-6, 318  
 Portugal, Luís João de: 282  
 Pousão, Henrique: 293  
 Prússia: 148, 212, 233  
 Prado: 149  
 Praia do Carvoeiro: 182  
 Prato: 162  
 Preto, Rolão: 92  
 Princip, Gavriilo: 58  
 Proença, Raúl: 67, 75  
 Proença-a-Velha, condes de: 117  
 Proudhon, Pierre-Joseph: 301  
 Proust, Marcel: 176  
 Purificação, Ana Bárbara da: 126, 182  
 Póvoa de Varzim.: 81
- QAL`A DES BÉNI HAMMAD: 232  
 Quadrado, Pepe: 156, 265  
 Queiroz, Teixeira: 60  
 Queirós, Eça de: 115-7, 128, 181, 293, 301, 303, 312  
 Queirós, Teixeira: 118  
 Quental, Antero de: 286, 293, 301, 312  
 Quintinha, Julião: 120, 181
- RABELAIS, FRANÇOIS: 303  
 Racim, Mohamed: 243-4  
 Raczynski, Athanasius: 110, 180, 282  
 Rafael: 289-90, 298, 300  
 Rahmani, Slimane: 239  
 Rais, Salah: 233  
 Ramalho, António: 293  
 Ramos, José Severo: 181  
 Ramos, Rui: 51  
 Raposo, Hipólito: 92  
 Real, Dr. Corte: 182  
 Rebelo, Pequito: 92  
 Recreio Musical: 181  
 Regaleira, barão da: 117  
 Reis, Jaime Batalha: 25, 53, 312  
 Reis, Soares dos: 21, 115-6  
 Reiselberg: 113  
 Relvas, Carlos: 54  
 Relvas, José: 20-2, 52, 61, 109, 285  
 Rembrandt: 293  
 Rembrandt Plein: 149-50
- Renânia: 74  
 Reno: 149  
 Resende, Garcia de: 310  
 Reys, Câmara: 67, 91, 116, 171  
 Ribeiro, Aquilino: 67  
 Ribeiro, Joaquim: 72, 85  
 Ribeiro, Tomás: 110, 285  
 Rif: 72, 166, 221, 224  
 Rimbaud: 110, 144  
 Rio de Janeiro: 25, 190, 207  
 Rivera, Primo de: 72, 74, 79  
 Rocha, Manuel Ferreira da: 57  
 Rodenbach: 149  
 Rodinson, Maxime: 187, 229  
 Rodrigues, Cristóvão Augusto: 286  
 Rodrigues, Urbano: 60, 186, 201-2, 204  
 Roma: 74, 163, 291, 297, 300  
 Roosevelt, Franklin: 222  
 Rosa, João Pereira da: 91  
 Rossio: 48, 83, 111  
 Rossoff: 316  
 Roterdão: 121  
 Rousseau, Jean Jacques: 144  
 Rovezzano: 162  
 Rua Berthezène: 242  
 Rua da Ribeira: 114  
 Rua Diogo Tomé: 113  
 Rua Fátima: 242, 245  
 Rua Hoche: 242  
 Rua de Santa Isabel: 113  
 Rua de Trézel: 177  
 Rua dos Quartéis: 105  
 Rua do Tesouro Velho: 117  
 Ruão: 118, 143-4, 150, 168, 174-5, 290, 295  
 Rubens, Peter Paul: 149, 257, 290, 300, 312  
 Ruhr: 69, 74  
 Ruskin, John: 305  
 Rússia: 55, 57-8, 74, 84, 223  
 Ryjks-Museum: 150-1  
 Rykov: 84
- S. FELIÚ DE GUIXOLS: 158  
 S. Gimignano: 162  
 S. Pedro da Cova: 73  
 S. Petersburgo: 25, 53, 242  
 S. Tomé e Príncipe: 21, 36, 41, 52, 57  
 Sá-Carneiro, Mário de: 315  
 Saará: 243  
 Sadek el-Bedjaoui: 242, 245  
 Safim: 210  
 Saguiet: 224  
 Said: 239  
 Saint Cloud: 144  
 Sainte-Boeuvre: 110  
 Saint Germain: 144  
 Salazar, Oliveira: 90  
 Salé: 188, 229

- Salgado, Heliodoro: 302-3  
 Salisbury: 57  
 Sampaio, António Rodrigues: 283  
 Sampaio, Jorge: 231  
 Sancha: 140  
 Sanders, barão de: 148  
 Santa-Rita Pintor: 315  
 Santa Clara: 117  
 Santo Agostinho: 170  
 Santo António: 120  
 Santos, Domingos dos: 91  
 Santos, José Domingos dos: 80, 86, 90-2, 94, 96  
 Santos, Machado: 30, 55, 67, 73, 101  
 Sarajevo: 43, 58  
 Sarasate, Pablo: 158, 183  
 Sardenha: 164  
 Sardinha, António: 92  
 Sarti: 117  
 Saxónia: 74  
 Sbeitla: 167  
 Scarnichia, James: 193, 195-6, 229  
 Scheveningen: 151  
 Schiller, Friedrich: 290  
 Schopenhauer, Arthur: 110, 308  
 Sebastião, D.: 204  
 Sedira, Ben: 239-40  
 Séguier, Jaime: 293  
 Sena: 237  
 Sérgio, António: 67, 80, 83, 142, 182  
 Serpa: 125  
 Serpa, José Duarte: 181  
 Serpa, José Joaquim: 121  
 Sérvia: 43, 58  
 Setúbal: 52, 65, 69, 89, 120  
 Sétif: 222, 234, 237, 243  
 Settignano: 162  
 Severini, José: 287  
 Sevilha: 87, 141, 153-7, 242, 255, 257, 264, 266-7  
 Sfax: 167, 199  
 Shelley: 64, 142  
 Sicília: 131, 161  
 Sidi-Aich: 236  
 Sidi-Bou-Medienne: 232  
 Sidi-Ferruch: 222  
 Sidi Bou Said: 172, 232  
 Sidi Soufi: 244  
 Sidi Touati: 244  
 Siena: 162  
 Silva, Alfredo da: 88  
 Silva, António Maria da: 68, 73-4, 76, 94, 96  
 Silva, Caetano Alberto da: 285, 289  
 Silva, Fr. Manuel Rebelo da: 187, 190  
 Silva, Inocêncio Francisco da: 285  
 Silva, Luís Augusto Rebelo da: 283-4, 318  
 Silva, Nogueira da: 284  
 Silva, Tito da: 286  
 Silva, António Maria da: 96  
 Silva Júnior, Francisco Vieira da: 284  
 Silveira, Fradesso da: 284  
 Silves: 106, 120-1, 129, 181  
 Si Mohand: 239  
 Sintra: 145, 291  
 Siracusa: 164  
 Síria: 180  
 Soares, Augusto: 25, 46, 60-1  
 Soares, Mário: 231  
 Sociedade Cooperativa de Consumo e Produção dos Fragateiros do Porto de Lisboa: 76  
 Sociedade de Geografia: 80  
 Sociedade Filarmónica Artística: 114  
 Sociedade Filarmónica Recreio Musical: 114  
 Sociedade Musical União do Beato: 85  
 Sociedade Nacional de Belas Artes: 80  
 Sofia Plein: 150  
 Sorrento: 161  
 Soulacroup, A.: 245  
 Soummam: 233, 236  
 Sousa, Fr. João de: 187  
 Sousa, Joaquim Alves de: 109  
 Sousa, Joaquim Pedro de: 283  
 Sousa, Manuel de: 116  
 Southampton: 25  
 Soveral, marquês de: 21, 24-6, 28, 30, 32-3, 40, 52, 54, 57  
 Spezia: 164  
 Spui: 152  
 Steen: 149  
 Stendhal: 144  
 Stevens, Alfred: 316  
 Strada Foria: 161  
 Strand: 147  
 Suécia: 181, 196  
 Suíça: 19  
 Sulayman, Mawlay: 188, 209-10  
 Swanage: 146  
 TABACARIA CENTRAL: 112  
 Tabacaria Mónaco: 111, 117  
 Tamisa: 146  
 Tânger: 52, 165-6, 190, 199-203, 213-5, 223, 291  
 Tarfaya: 224  
 Tarragona: 157  
 Tavares, João José: 114  
 Tazza: 166  
 Teatro D. Maria: 117  
 Teatro S. Carlos: 117  
 Teck, Maria de: 55  
 Tedeschi, José: 286  
 Teixeira, António José da Silva: 292  
 Teixeira, Gonçalves: 98  
 Teixeira, Maria da Glória: 105  
 Teles, Basílio: 52, 83, 116

- Tenerife: 138, 155  
 Terreiro do Paço: 27, 41, 53, 120  
 Tetuão: 214  
 Thibault, Jacques: 144  
 Tighenif: 235  
 Timbad: 167  
 Timor: 57  
 Tlemcen: 130, 166, 213, 235, 237-8, 242  
 Toledo: 291  
 Tomar: 203  
 Torre Anunziata: 161  
 Torres, Mohammed: 223  
 Toscânia: 161  
 Toudja: 243  
 Tournai: 150  
 Tovar, conde de: 200  
 Tovar, Pedro de: 38, 53  
 Trafaria: 197  
 Trindade, Teófilo: 60  
 Trotsky, Leon: 84  
 Trovas, tasca do: 113  
 Tucídides: 164  
 Túlio, Silva: 284  
 Tunes: 53, 291, 295  
 Tunis: 106, 137, 143, 155, 161, 164, 167-8, 170-4, 186, 192, 207, 209, 211, 213, 216, 225, 228, 271, 273  
 Tunísia: 144, 161, 164-5, 167-8, 170-1, 174, 210, 216-8, 224-6, 290  
 Turner, William: 311, 316  
 Turquia: 57, 119, 180, 290
- UNIÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS: 92-3  
 União Sul Africana: 70
- VALÊNCIA: 156-7  
 Van Dyck, Antoon: 290  
 Vasconcelos, A. de Sousa e: 286  
 Vasconcelos, Augusto: 36-7  
 Vasconcelos, Henrique de: 55, 118, 142  
 Vaz, João: 293  
 Veiga, Alves da: 83  
 Velásquez, Diego: 312  
 Veloso, Francisco: 90  
 Veloso, Queirós: 115-7  
 Veneza: 161, 232
- Ventnor: 146  
 Verhaeghe, Léon: 118-9  
 Verhaeren: 149  
 Verlaine: 110, 144  
 Verona: 290  
 Versalhes: 144, 242  
 Viana, Aguiar: 284  
 Viareggio: 164  
 Victor Hugo: 63, 110, 144, 290, 300-1  
 Vidal, Eduardo Augusto: 287-8  
 Viegas, Santos: 88  
 Vieira, Afonso Lopes: 36, 50, 114-5, 118, 122, 129, 130, 148, 158, 179, 181-2, 293, 312  
 Vieira, padre António: 318  
 Vieira, Domingos Leonardo: 125  
 Vila-Matas, Enrique: 166  
 Vila Nova de Mil Fontes: 87  
 Vila Real de Santo António: 64, 124, 141, 153  
 Villiers, Francis: 22, 32-3, 52  
 Vincennes: 144  
 Vinci, Leonardo da: 163  
 Vitória, rainha: 28, 53-4, 146  
 Voltaire: 142-4, 290  
 Volubilis: 166  
 Vondel Park: 150, 183
- WAGNER: 113, 143  
 Washington: 83  
 Weesper Poort: 151  
 Wilde, Oscar: 23, 143  
 Wilson, Woodrow: 83  
 Windsor: 146  
 Wolsey, cardeal: 146
- XAVIER, ALBERTO: 87  
 Xavier, Silvestre: 105-6, 118, 126, 196
- YAZID, MAWLAY: 188-9, 210  
 York House: 117
- ZINOVIEV: 84  
 Ziridas: 232  
 Ziryab: 241  
 Zola, Émile: 115, 144, 293, 295, 305  
 Zuloaga, Ignacio: 316



## Os Autores

**ANA CRISTINA OLIVEIRA** nasceu em 1963, na cidade de Lisboa, e reside em Faro. É licenciada em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Ensino Artístico, variante Teatro e Educação (dirigido por João Mota), pela Universidade do Algarve. Em 1993 foi colocada como professora de Filosofia em Lagoa, onde fundou, com um grupo de dez amigos, a Associação Cultural Ideias do Levante. Nessa associação começou a dedicar-se à escrita para teatro e à interpretação. Participou em diversas formações de escrita para teatro e crítica teatral. É autora dos livros *Meio Século de Teatro no Algarve*, *Conversas de Mulheres* e *Segredos do Levante* (2009), bem como de vários artigos de crítica de espectáculos na imprensa regional algarvia.

**DJAMIL AÏSSANI** nasceu em Biarritz, em 1956, e reside em Béjaia (Argélia). Doutor em Ciências Matemáticas (1983), é professor na Universidade de Béjaia desde a sua fundação, em 1983/84, director do laboratório de pesquisa LAMOS (Laboratoire de Modélisation et d'Optimisation des Systèmes – <http://www.lamos.org>), coordenador e responsável científico da cadeira de Informática da École Doctorale Réseaux et Systèmes Distribués (RESYD) e foi o primeiro deão da Faculdade de Ciências e das Ciências de Engenharia (criada em 1999). É presidente da Associação GEHIMAB (Grupo de Estudos sobre a História das Matemáticas em Bougie – <http://www.gehimab.org>), cuja principal missão é contribuir para o estudo da actividade científica em Béjaia, desde a época medieval até ao início do século xx. É autor de vários estudos sobre a história de Béjaia.

**JORGE AFONSO** nasceu em Lisboa, em 1952. É licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestre em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa pela mesma faculdade, com a dissertação *Portugal e o Magrebe nos Finais do Antigo Regime*. Dedicou-se à investigação e ao estudo das relações luso-magrebina e a toda a problemática que envolve o espaço geoestratégico do Magrebe. Publicou trabalhos e proferiu conferências no âmbito do Islão magrebino e da actividade diplomática de Portugal no Magrebe. Actualmente estuda a questão dos cativos nas Regências berberescas e as relações de Portugal com Marrocos e Argel. É associado no Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.

**JOSÉ PACHECO** nasceu em Lagos, em 1954, e reside em Portimão. É licenciado em Design de Comunicação, pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutor em Ciências da Arte, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Há muito dedicado à investigação na área da teoria e história das artes gráficas e da imprensa em Portugal, é autor e co-autor de algumas obras publicadas e de outras a aguardarem publicação, bem como de algumas comunicações, artigos e exposições relacionados com a arte, o livro antigo, a ilustração e o *design*. É associado no Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.

**MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA** nasceu em Marmeleite (Monchique), em 1956, e reside em Portimão desde 1966. É licenciada em História, mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e doutora em Letras – História da Expansão Portuguesa – pela Universidade de Lisboa. Dos cargos que desempenha destaca-se o de presidente do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica desde 2002. É investigadora principal no Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e também investigadora colaboradora do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa. Da sua actividade editorial destaca-se, além da coordenação de uma dezena de obras e da autoria de artigos e capítulos publicados em obras colectivas em Portugal e no estrangeiro, a autoria de várias obras sobre história local e história ibero-americana editadas pela Presença, CNCDP, Colibri e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com destaque para *Portugueses na Ibero-América: Mobilidade, cumplicidade e vivências durante a União Ibérica*, 2 vols (2005). Participou, por convite, em vários colóquios internacionais e em cursos de formação em Portugal e no estrangeiro (Brasil, Espanha, Egipto, Jordânia, Uruguai).

**MÁRIO MACHADO FRAIÃO** nasceu na Horta (Faial, Açores), em 1952, e reside no Estoril. É licenciado em História e mestre em História Regional e Local pela Universidade de Lisboa. No domínio da investigação histórica, destaca-se a sua tese de mestrado «Lisboa e as Notícias da Guerra». É doutorando em História Contemporânea na mesma universidade. Tem colaboração dispersa por diversas publicações e suplementos literários, particularmente na imprensa do arquipélago dos Açores. Encontra-se representado em várias antologias de poesia açoriana, designadamente em *Nove Rumores do Mar*, organizada por Eduardo Bettencourt Pinto, publicada pelo Instituto Camões, e *On Leaf of Blue*, da responsabilidade de Dinis Borges, edição bilingue da Universidade da Califórnia, Berkeley. O seu trabalho mais recente é um livro de crónicas, *Carta de Marear*, que reúne, corrigidos e acrescentados, os seus textos publicados na imprensa. É associado no Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.

**PAULO GIRÃO** nasceu em Lisboa, em 1967, e reside em Lagos. É licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1989) e mestre em História Regional e Local (2002), com a apresentação da tese de dissertação sobre a gripe pneumónica no Algarve. É docente da escola EB 2, 3 de Monchique. Colaborou no Projecto Heródoto (criação de uma base de dados sobre história de Portugal, FCSH, 1990-91) e no Projecto SILVA (produção jurídico-documental em Portugal na Idade Moderna, ICS, 1992-94). Apresentou comunicações sobre a gripe pneumónica na Biblioteca Municipal de Albufeira (Julho de 2006) e no colóquio internacional «Olhares sobre a Pneumónica» (ICS, Novembro de 2007). Publicou o livro *A Gripe Pneumónica no Algarve – 1918* e tem colaborado com o jornal *O Barlavento* na publicação de artigos ligados ao Projecto Agosto Azul. É associado no Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.

## MANUEL TELXEIRA GOMES. OFÍCIO DE VIVER

*foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso  
pela Offsetmais, Artes Gráficas SA, em papel  
Creator de 150 grs, numa tiragem de  
1000 exemplares, no mês  
de Maio de  
2010.*

*M. bisulciformis*

*M. bisuliformis*

A cultura portuguesa deve ao mais singular dos viajantes portugueses do final do século XIX e primeira metade do XX o reconhecimento da coerência ética, enquanto político, e do legado literário, enquanto escritor. «Excepcionalmente precoce na visão do amor e da política», Manuel Teixeira Gomes preservou sempre a independência das suas convicções e da sua acção cívica. Optou por viver no mundo árabe os últimos dez anos da sua vida, numa atmosfera que lhe era familiar desde a infância no Algarve. Ateu impenitente, deslumbrava-se pela arte religiosa, quer fosse islâmica quer fosse cristã. Era a arte acima de todas as divergências e conflitos que lhe importava. O seu culto pagão à Natureza e à beleza não era compatível com o ruído causado pela discórdia. A sua sensualidade não distinguia raças nem culturas. A beleza do corpo era imune à pobreza, à riqueza, à raça. Conheceu povos muito diferentes, aprendera a reconhecer-lhes a idiosincrasia. A diversidade cultural encantava-o e pela vertigem cosmopolita da sua vida e da sua obra perpassa uma mensagem de diálogo intercultural que o Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, associação cultural sedeadada na sua terra natal, adopta justamente como tributo à sua memória.

MARIA DA GRAÇA A. MATEUS VENTURA

ISBN 978-989-671-039-2



9 789896 710392